

Dairan Mathias Paul

**VALORES MORAIS EM ATOS DE JORNALISMO:
REFLEXÕES SOBRE UMA ÉTICA PARA NÃO-JORNALISTAS**

Dissertação submetida ao Programa de
Pós-Graduação em Jornalismo da
Universidade Federal de Santa
Catarina para a obtenção do Grau de
Mestre em Jornalismo
Orientador: Prof. Dr. Rogério
Christofoletti

Florianópolis
2017

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Paul, Dairan Mathias

Valores morais em atos de jornalismo : reflexões
sobre uma ética para não-jornalistas / Dairan
Mathias Paul ; orientador, Rogério Christofolletti,
2017.

472 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de
Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão,
Programa de Pós-Graduação em Jornalismo,
Florianópolis, 2017.

Inclui referências.

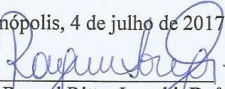
1. Jornalismo. 2. ética jornalística. 3. atos de
jornalismo. 4. Carranca. 5. Mídia Independente
Coletiva. I. Christofolletti, Rogério. II.
Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de
Pós-Graduação em Jornalismo. III. Título.

Dairan Mathias Paul


**VALORES MORAIS EM ATOS DE JORNALISMO:
REFLEXÕES SOBRE UMA ÉTICA PARA NÃO-JORNALISTAS**

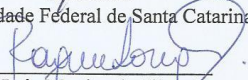
Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de “Mestre”, e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Jornalismo.

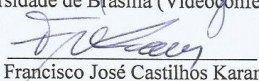
Florianópolis, 4 de julho de 2017.

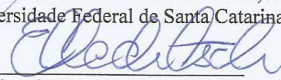

Prof. Raquel Ritter Longhi, Dr.^a
Coordenadora do Curso

Banca Examinadora:


Prof. Rogério Christofoletti, Dr.
Orientador
Universidade Federal de Santa Catarina


Prof. Luiz Martins da Silva, Dr.
Universidade de Brasília (Videoconferência)


Prof. Francisco José Castilhós Karam, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina


Prof. Eduardo Barreto Vianna Meditsch, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina

Para Diogo Paul (porque “quando um vira náufrago, o abraço do outro é tábua de salvação”).

AGRADECIMENTOS

A última página a ser escrita na dissertação é certamente uma das mais divertidas e difíceis. Porque traz boas memórias – foram dois anos incríveis, afinal –, mas também o percalço de resumir em poucas palavras uma lista de pessoas que devem ser nomeadas.

À Dori e Darci, pelos melhores passeios durante a chuva. Pelo apoio irrestrito e amor incondicional. Ao Diogo, por ser minha melhor lembrança.

Aos participantes da pesquisa, membros dos coletivos Carranca e Mídia Independente Coletiva. Por me receberem de braços abertos, solícitos e disponíveis às minhas indagações.

Devo inúmeros agradecimentos ao meu orientador, prof. Rogério Christofoletti. Por ter aceitado orientar este trabalho, quando ainda era um projeto de pesquisa. Por ter me incentivado a pesquisar um tema que acredito, e por ter respeitado minhas escolhas teóricas. Pelas reuniões de orientação, que diminuíram os níveis de ansiedade deste mestrando, e por estar disponível sempre que precisei recorrer para sanar qualquer dúvida. Por ter me ensinado um repertório enorme, variado, complexo e, por vezes, intrigante, de metáforas. Espero que o trabalho tenha ficado minimamente à altura de uma orientação competente e dedicada.

Aos professores Eduardo Meditsch e Samuel Lima, que participaram da banca de qualificação deste trabalho. Obrigado pelas contribuições sempre pertinentes.

À banca final da dissertação, que gentilmente aceitou o convite para avaliá-la. Agradeço novamente ao professor Eduardo, além dos professores Francisco Karam e Luiz Martins da Silva. Agradeço, ainda, à professora Gislene Silva e ao professor Fernando Paulino, por terem aceitado participar como suplentes.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo (POSJOR), em especial àqueles que tive o prazer de conviver nas salas de aula: Raquel Longhi, Rita Paulino, Francisco Karam, Rogério Christofoletti, Eduardo Meditsch, Carlos Locatelli, Jeana Santos, Daiane Bertasso, Samuel Lima. Faço um agradecimento especial à professora Milene Tonetto, que gentilmente me aceitou em uma disciplina do Programa de Pós-Graduação em Filosofia.

À Aline Dalmolin, Gisele Reginato e Laura Storch, meus exemplos de pesquisadoras desde os tempos de FACOS.

À Natascha, Luiz Henrique, Rubens e Marianne, pela ajuda fundamental na reta final da dissertação.

Aos meus colegas do objETHOS, pelas discussões sempre frutíferas. É um privilégio estar ao lado de pessoas tão brilhantes. Agradeço nominalmente Amanda e Lívia, que me auxiliaram em diversos momentos, quando o prazo da dissertação se afinava, e aos meus colegas de orientação, Evandro e Leonel, por compartilharem das mesmas tensões.

À Janara, minha colega de estágio-docência, e aos alunos da disciplina de Legislação e Ética do Jornalismo, com quem muito aprendi em todas as aulas.

Aos colegas que ingressaram nas turmas de mestrado e doutorado no POSJOR em 2015. Vocês são inesquecíveis – *fatidicamente* inesquecíveis, eu diria. Agradeço especialmente Ana Marta, André, Cândida, Luciano, Luiz Fernando, Iohanna, Marcionize, Silvio, Suzi e Tito.

À Débora, pelos dias de brisa, açai e balanço com pneu velho.

Ao William, o *caba* mais hardcore que conheço.

À Isadora, pelas eternas madrugadas de lamentações.

À Mariana, pelo apoio psicológico e irmandade black block.

À Bruna, Guilherme e Milena, pelo dom de enviarem mensagens somente nos sábados à noite de escrita solitária.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo apoio fundamental para essa pesquisa, e aos esforços constantes da secretaria do POSJOR, em especial na figura da querida Raquel Longhi.

Para além do apoio institucional, esta dissertação não teria sido possível se não existissem pessoas que lutam por uma ciência mais democrática, aberta e livre. Gracias, Alexandra Elbakyan, Aaron Swartz e tantos outros ativistas mundo afora.

Por fim, mas não menos importante: aos que tornaram as madrugadas de escrita menos silenciosas e mais aprazíveis. Obrigado, Sigur Rós, Radiohead, Tim Maia, Touché Amoré, Chico de Barro, La Dispute, Ventre, Kendrick Lamar, Allen Stone, Metá Metá, Jonathan Tadeu, Frabin, Julien Baker. A vida seria mais sem graça sem vocês.

Tudo isso eu disse tão longamente por medo de ter prometido demais e dar apenas o simples e o pouco. Pois esta história é quase nada. O jeito é começar de repente assim como eu me lanço de repente na água gélida do mar, modo de enfrentar com uma coragem suicida o intenso frio. Vou agora começar pelo meio dizendo que – (Clarice Lispector, *A hora da estrela*).

A vida, senhores, é uma viagem de trem. Cada estação. Cada parada. O futuro, hoje tenho certeza, será tudo, menos o que eu esperava que fosse (Anderson França, *Rio em shamas*).

RESUMO

Esta dissertação teve como objeto de estudo a ética de não-jornalistas que praticam atos de jornalismo. Fundamenta-se pelo conceito de ética radical de mídia (WARD, 2015) e o resgate neoaristotélico da ética das virtudes (BORDEN, 2007; COULDRY, 2010). Também compreende o jornalismo como uma prática social, definida antes pelo seu processo do que por quem o produz. O objetivo geral da pesquisa buscou identificar valores morais de não-jornalistas para refletir sobre as possibilidades de uma ética que contemple tanto estes atores como os profissionais. O corpus empírico é formado pelos coletivos Carranca e Mídia Independente Coletiva, ambos do Rio de Janeiro. Através de entrevistas em profundidade, foram realizadas análises a partir de quatro participantes de cada grupo, totalizando seis não-jornalistas e dois jornalistas. As considerações finais apontam para uma ética teleológica das virtudes como um caminho possível para contemplar valores de não-jornalistas, em complemento à deontologia.

Palavras-chave: ética jornalística; atos de jornalismo; não-jornalistas; Carranca; Mídia Independente Coletiva.

ABSTRACT

This dissertation has as object of study the ethics of non-journalists who commit acts of journalism. It is based on the concept of radical media ethics (WARD, 2015) and the neo-Aristotelian rescue of virtue ethics (BORDEN, 2007; COULDRY, 2010). It also understands journalism as a social practice, defined first by its process rather than by those who produce it. The general objective of the research is to identify moral values of non-journalists to reflect on the possibilities of ethics that contemplate both these actors and professionals. The empirical corpus is formed by the collectives Carranca and Independent Media Collective, both from Rio de Janeiro. Through in-depth interviews, reviews were performed from four participants from each group, totaling six non-journalists and two journalists. The final considerations point to a teleological virtue ethics as a possible way to contemplate values of non-journalists, complementary to deontology.

Keywords: journalism ethics; acts of journalism; non-journalists; Carranca; Mídia Independente Coletiva.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Reprodução do site midiacoletiva.org	166
Figura 2 - Reprodução do site carranca.cc	167
Figura 3 - Captura de tela da videoreportagem “Um trem para Austin”	198
Figura 4 - Post da MIC sobre Santiago Andrade.....	202

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Características dos atos de jornalismo	64
Quadro 2 - Níveis de análise ética	82
Quadro 3 - Resumo dos bens individuais no jornalismo	153
Quadro 4 - Resumo dos bens sociais no jornalismo	154
Quadro 5 - Resumo dos bens políticos no jornalismo	154
Quadro 6 - Resumo dos bens éticos no jornalismo	155
Quadro 7 - Dados do coletivo Carranca	164
Quadro 8 - Dados do coletivo Mídia Independente Coletiva	165
Quadro 9 - Dados do coletivo O Mal Educado	165

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	27
1 NAS BORDAS DO JORNALISMO: ATOS PRATICADOS POR NÃO-JORNALISTAS.....	35
1.1 A ESSÊNCIA ALÉM DA FRONTEIRA	35
1.2 JORNALISMO, SENSO COMUM E RESPONSABILIDADE EPISTÊMICA	41
1.2.1 O jornalismo como prática social virtuosa.....	45
1.3 EXPANSÃO, EXPULSÃO E AUTONOMIA: JORNALISTAS E NÃO-JORNALISTAS COEXISTEM	51
1.4 A PRÁTICA DOS ATOS DE JORNALISMO	59
2. VALORES MORAIS NO JORNALISMO	67
2.1 ÉTICA, MORAL E DEONTOLOGIA: CONTORNOS INICIAIS	67
2.1.1 A formação dos valores morais	76
2.2 ÉTICA JORNALÍSTICA: DO MOVIMENTO REFLEXIVO À CRISTALIZAÇÃO DEONTOLÓGICA	84
2.2.1 Novos atores, velhos dilemas	99
3. POSSIBILIDADES PARA UMA ÉTICA DO NÃO-JORNALISTA	129
3.1 O <i>TÊLOS</i> DA ÉTICA RADICAL DE MÍDIA.....	144
4. VALORES MORAIS NOS COLETIVOS CARRANCA E MÍDIA INDEPENDENTE COLETIVA	161
4.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	161
4.1.1 A pesquisa de campo e os sujeitos entrevistados	167
4.2. CONTEXTO DE FORMAÇÃO	171
4.2.1 Motivação dos sujeitos	171
4.2.2 Definição das práticas	177
4.3. ROTINAS PRODUTIVAS	184
4.3.1 Linha editorial e política.....	184
4.3.2 Relações entre jornalistas e não-jornalistas	189
4.4 DILEMAS MORAIS.....	194

4.4.1	Transmissões ao vivo	194
4.4.2	Relações com fontes	197
4.4.2.1	Erros cometidos.....	201
4.4.3	Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros.....	204
4.5	DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	208
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	215
	REFERÊNCIAS	223
	APÊNDICE A – Mapeamento inicial dos coletivos.....	241
	APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ...	247
	APÊNDICE C – Roteiro-base para as entrevistas	251
	APÊNDICE D – Transcrições das entrevistas.....	254

INTRODUÇÃO

Filmar acidentes, testemunhar e escrever sobre um acontecimento histórico, cobrir ao vivo uma manifestação de rua: todas essas ações nunca estiveram restritas somente a jornalistas. Contudo, o barateamento de produtos digitais e o acesso a plataformas gratuitas de distribuição, como blogs e redes sociais, facilitou com que diferentes conteúdos se disseminassem afora por não-profissionais.

Pesquisas acadêmicas cujo tema concerne à proeminência de atores sociais no jornalismo costumam por extremos, ora entre o pessimismo conservador, ora no otimismo exacerbado. Se o primeiro peca por enxergar apenas os aspectos negativos na proliferação dos amadores – a destruição da cultura, a desordem moral e a barbárie da civilização, como preconiza o norte-americano Andrew Keen (2009) –, o segundo esquece as relações assimétricas de poder que existentes entre um blog e um conglomerado midiático, incorrendo em certo determinismo tecnológico, a exemplo de Dan Gillmor (2004).

Nesse trabalho, buscamos compreender o não-jornalista como um cidadão que, potencialmente, pode praticar atos de jornalismo, sendo esta última uma das noções a serem aprofundadas na dissertação. Mais especificamente, a dissertação gira em torno das reflexões éticas realizadas por estes atores sobre suas ações.

Cabe salientar que utilizamos o termo “não-jornalista” – e “não-profissional” como sinônimo – para nos referirmos àqueles que não têm uma educação formal em Jornalismo – ou seja, não cursaram graduação na área. Preferimos a nomenclatura em detrimento de “amador”, por exemplo, uma vez que esta pode ter alguma conotação negativa, já que, enquanto adjetivo, costuma ser utilizado para desqualificar o nível de um trabalho.

Há um vasto universo de atores sociais externos ao jornalismo, mas que produzem algo relacionado ou parecido com uma prática jornalística, de sujeitos que colaboram com veículos a indivíduos que simplesmente escrevem algo em sua conta pessoal de uma rede social. No caso deste trabalho, estamos interessados em não-jornalistas organizados em coletivos, que não estão em contato com outros jornais e produzem um conteúdo original. Esta escolha ampara-se na hipótese de que os sujeitos constroem suas próprias plataformas para cobrirem determinados temas porque discordam das práticas jornalísticas de outros veículos. Essa tensão, a nosso ver, pode resultar em valores morais distintos do dever-ser do jornalista.

No entanto, essas organizações não são propriamente novas – as origens dos grupos remontam aos movimentos antiglobalização de Seattle, no começo dos anos 2000¹ (ORTELLADO; RYOKI, 2004), com a cobertura da rede Indymedia² (ou CMI – Centro de Mídia Independente). Os “coletivos midiáticos”³, como chama Maria Clara Aquino Bittencourt (2014), formados por não-jornalistas disseminam-se com maior intensidade a partir dos protestos de junho de 2013 no Brasil, especialmente por conta de plataformas como o *Twitcast*, que possibilitam hospedar transmissões ao vivo (*streaming*). Coletivos ligados ao ativismo passam a utilizá-lo para registrar manifestações e flagrar violências policiais, por exemplo. Desse modo, sensibilizaram suas audiências e obtiveram um grande crescimento.

¹ O fenômeno histórico dos coletivos, enquanto uma organização de resistência às informações que circulam nos meios de comunicação tradicionais, também remete ao que se costuma chamar de “jornalismo alternativo”. No Brasil, o estudo de Bernardo Kucinski (1991) traz uma cartografia sobre a imprensa alternativa ou “nanica” durante o contexto da ditadura militar, por exemplo. De modo mais amplo, o termo “mídia alternativa” também faz parte desta miríade, englobando rádios comunitárias, teatros populares e ações culturais de contestação (DOWNING, 2002; MAZETTI, 2008). Nesta dissertação, não nos filiamos ao termo “jornalismo alternativo”, por entendermos que é necessário discutir, antes, o próprio significado de “jornalismo” e, conseqüentemente, de suas particularidades éticas. Os pesquisadores Guilherme Carvalho e Marcelo Bronosky (2017, p. 32), por exemplo, observam os sentidos históricos do termo para inferirem que o jornalismo alternativo adota, necessariamente, procedimentos técnicos profissionais, o que o diferenciaria de “práticas ativistas, militantes, amadoras, pseudo-jornalísticas ou pseudo-alternativas, cujo objetivo principal pode ser a imposição de interesses particulares ou de grupos, compreendendo que o princípio básico do jornalismo é a construção de notícias e reportagens que tenham como objetivo o interesse público”. Por esta perspectiva, a noção não contempla nosso objeto de estudo - os atos de jornalismo efetuados por não-jornalistas que não necessariamente adotam procedimentos técnicos profissionais.

² Disponível em: <https://www.indymedia.org>. Acesso em: 2 jun 2017.

³ Na definição da autora, trata-se de grupos “compostos de indivíduos que através do uso de sites de redes sociais, plataformas e dispositivos de comunicação digital, produzem e fazem circular conteúdos sobre protestos e atos decorrentes de mobilizações organizadas dentro e fora das redes digitais, e que atuam de forma independente da mídia de massa, podendo ou não participar da organização de atos e protestos de rua” (BITTENCOURT, 2014, p. 85).

Uma das figuras centrais nessa proliferação é o coletivo Mídia NINJA (Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação). Embora tenha nascido em março de 2013 como um desdobramento da rede de produtores culturais Fora do Eixo, os ninjas atingiram destaque nacional em junho do mesmo ano devido à transmissão dos protestos daquele mês. Qualquer pessoa poderia ser um ninja, desde que portasse algum aparato técnico – celular, notebook ou o que fosse possível para entrar em *streaming* e filmar acontecimentos.

As pesquisas sobre esses coletivos costumam observar a circulação de suas mensagens em rede (MALINI; ANTOUN, 2013; RECUERO; BASTOS; ZAGO, 2014), potencialidades políticas dos grupos (CARVALHO, 2011) e trazer análises sociológicas sobre as organizações (MARICATO, 2013; ORTELLADO, 2013). Artigos como os de Anelise Rublescki (2013) e Sylvia Moretzsohn (2014), por exemplo, tratam de desmistificar o potencial libertário dos coletivos – a primeira, em relação ao Centro de Mídia Independente; a segunda, sobre Mídia Ninja. Este último coletivo também é analisado por Bittencourt (2014), que aproxima a produção do grupo com as práticas do G1, ao comparar as coberturas de ambos sobre a desocupação de imóveis na Favela do Metrô, no Rio de Janeiro.

Nessa diversidade de pesquisas, notamos que não há trabalhos que tomem a ética dos coletivos como aspecto central da análise. De forma mais ampla, a ética, enquanto objeto de pesquisa, é analisada por Iluska Coutinho, Allan Gouvêa e Caio Cardoso (2013) a partir de uma base empírica formada pelos anais publicados na Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor) e Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares de Comunicação (Intercom). O levantamento dos autoras revelou trabalhos com um forte viés calcado nos constrangimentos da rotina jornalística que entram em confronto com o dever-ser das normas deontológicas, bem como análises de dilemas recorrentes no jornalismo, como o uso de câmeras escondidas, por exemplo. Em menor número, alguns artigos priorizam relações éticas que emergem a partir das relações entre jornalistas e novas mídias.

O estado da arte que fizemos sobre os trabalhos mais recentes que versam sobre ética jornalística confirma o levantamento de Coutinho, Gouvêa e Cardoso (2013). Jacqueline Lovisolo e Hugo Deolindo (2008), por exemplo, trazem um artigo de viés normativo, analisando o descompasso entre o conteúdo do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros e a prática profissional cotidiana. Sérgio Ferreira (2015), Edgard Patrício (2013) e Felipe Mello (2012) se preocupam com o ensino da ética jornalística nas universidades. A respeito das relações

entre novas tecnologias e ética, Thiago Caminada (2015) analisa a postura de veículos frente aos erros jornalísticos percebidos por leitores em redes sociais, enquanto que Livia Vieira (2014) propõe uma política para a correção desses deslizos no jornalismo online.

Por outro lado, o pesquisador sérvio Mirosljub Radojkovic (2010) sinaliza algumas preocupações frente ao que chama de “risco global” na proliferação de não-jornalistas. Embora o uso da expressão seja taxativo, o autor oferece questionamentos ponderados que são do interesse de nossa pesquisa, e que dialogam também com François Heinderyckx (2009), Rogério Christofolletti (2014) e Elsa Costa e Silva (2014): cidadãos que praticam alguma forma de jornalismo possuem questionamentos éticos semelhantes aos jornalistas? Não-jornalistas estariam interessados em debater esse assunto? É necessário educar estes cidadãos? É possível exigir um dever-ser de quem não é profissional?

Algumas análises centradas nas motivações dos amadores perpassam essas perguntas. A tese de Sheila Oliveira (2013), por exemplo, analisa os motivos que levam cidadãos a se transformarem no que a autora chama de repórteres-amadores. A perspectiva teórica é a da sociologia: Oliveira está preocupada em reconstruir a trajetória de vida dessas pessoas para entender suas disposições sociais. De forma semelhante, Mortensen, Keshelashvili e Weir (2015) definem jornalistas cidadãos a partir de suas próprias falas, categorizando os resultados conforme as motivações dos sujeitos. O mesmo exercício é feito por Fröhlich, Quiring e Engesser (2012), dessa vez com cidadãos alemães e em um contexto hiperlocal de um site de notícias.

Dentre os não-jornalistas que colaboram com outros veículos, algumas pesquisas ressaltam o impacto do CGU (Conteúdo Gerado pelo Usuário) na produção do jornalismo tradicional (FRIEND; SINGER, 2007; SINGER, 2011, 2014). Em outros, pesquisadores repensam a ética jornalística a partir de novos vieses: uma ética cosmopolita (CHRISTIANS, 2010), uma ética do cuidado (STEINER; OKRUSH, 2006; URE; PARSELIS, 2010; CAMPONEZ, 2014), uma ética hacker (CHRISTOFOLETTI, 2008; 2011a; KARAM; CHRISTOFOLETTI, 2011; FOLETTO, 2014; TRÄSEL, 2014), uma ética virtuosa (BORDEN, 2007; CHRISTOFOLETTI, 2012), uma ética radical e integrada, jornalistas e não-jornalistas (COULDRY, 2010, 2013; WARD, 2015).

Essas correntes são interessantes à medida que fundamentam-se em uma metaética da pluralidade, que busca uma saída entre o absolutismo e o relativismo – ou seja, consideram que é possível

compartilharmos normas e princípios universais, mas, ao mesmo tempo, propõe diferentes interpretações para contextos culturais específicos. É a partir da proposição de uma “ética radical de mídia”, título homônimo de uma obra lançada por Stephen Ward (2015), podemos pensar uma aproximação entre valores de jornalistas e não-jornalistas. Tanto para este autor, como para Nick Couldry (2010, 2013), o que une os dois grupos é um *télos* em comum, orientado para o florescimento humano. A partir de uma abordagem que resgata a tradição aristotélica, Couldry (idem) fundamenta-se nas virtudes para salientar a necessidade de uma ética para não-jornalistas que praticam atos de jornalismo. Para o autor, a mídia é uma preocupação central que importa a todos nós, e não apenas aos profissionais.

A partir destes fundamentos teóricos, o **problema de pesquisa** que orienta a dissertação busca responder a seguinte pergunta: em que medida os valores morais de não-jornalistas estão próximos e distantes dos valores morais de jornalistas? Temos como **objetivo geral** identificar os valores morais de não-jornalistas, com base nos fundamentos propostos por Ward (2015) e Couldry (2010, 2013), para refletir sobre as possibilidades de uma ética que contemple jornalistas e não-jornalistas. Especificamente, realizaremos este estudo por meio dos coletivos Carranca (RJ) e Mídia Independente Coletiva (RJ).

A **hipótese** que delineamos até então sugere que o jornalismo, ao se configurar como uma prática social que atravessa o campo profissional, pode também “contagiar” os valores morais dos atos de jornalismo realizados por não-jornalistas. Portanto, ainda que o jornalismo tenha uma ética específica, que compete a um grupo profissional – e que também é formada por valores morais, mas, teoricamente, subordinados a regras deontológicas –, supomos que valores em comum podem ser compartilhados com não-jornalistas.

Os **objetivos específicos** da pesquisa incluem: 1) caracterizar as ações promovidas pelos não-jornalistas como atos de jornalismo, o que nos permite discutir uma ética comum a estes atores e aos jornalistas; 2) discutir a emergência de correntes éticas de atores “externos” ao jornalismo, como a ética hacker, a ética de blogueiros e a ética do cuidado, para destacar o impacto de seus valores morais na prática jornalística; 3) mapear os valores morais dos coletivos Carranca⁴ (RJ) e Mídia Independente Coletiva⁵ (RJ), através de entrevistas em

⁴ Disponível em: <http://coletivocarranca.cc>. Acesso em 22 out 2016.

⁵ Disponível em: <http://midiacoletiva.org>. Acesso em 22 out 2016.

profundidade; 4) refletir sobre as respostas, tendo em vista os fundamentos teóricos discutidos anteriormente.

Partimos de dois **pressupostos teóricos**. Para falarmos de uma ética jornalística que considere também a produção amadora, cabe primeiramente explicitarmos como entendemos o jornalismo. Desse modo, vamos concebê-lo como uma prática social (RUELLAN; ADGHIRNI, 2009; DOMINGO; LE CAM, 2015; WARD, 2015), o que nos permite inferir que não-jornalistas também podem praticar “atos de jornalismo”. Esta última noção é esboçada por Ward (2015), Hohlt e Karlsson (2014), Oliveira (2013), Russel (2013) e Stearns (2013), e será aprofundada no primeiro capítulo da dissertação.

O segundo pressuposto que sustenta esse trabalho entende que é possível discutirmos uma ética para não-jornalistas. Argumentamos que essa perspectiva é possível com base na ética das virtudes, salientada por Couldry (2010, 2013), e na ética radical de mídia, proposta por Ward (2015) e Couldry (2010).

Couldry (2010), por exemplo, infere que a mídia é uma questão de importância central para todos os cidadãos – tanto os que a produzem como os que a consomem. Desse modo, o autor propõe construirmos um consenso a partir de premissas mínimas, necessárias para responder à questão: dadas as profundas diferenças entre amadores e profissionais, como podemos, com a ajuda da mídia, viver bem em conjunto? Não se trata de equacionar as mesmas responsabilidades éticas de um profissional, que está subordinado a uma deontologia própria, e um consumidor de mídia. Ao invés disso, Couldry (2010) entende que produção e consumo estão se tornando parte de um mesmo *continuum* de experiências midiáticas, o que, por sua vez, implicaria em um debate sobre a ética da mídia que não se restringisse apenas às formulações de profissionais.

Ward (2015) também parte de uma posição semelhante e sugere que a preocupação sobre a ética da mídia⁶ pertence, primeiramente, ao cidadão. Valores deontológicos do jornalismo como a busca pela verdade e a minimização de danos não são subjetivos, mas gerais; são o que a sociedade espera da mídia. Sendo assim, a ética pertence ao público e a questão-chave não deveria ser “quais são os direitos e necessidades de jornalistas, publicitários e donos de empresa?”, mas, sim, “que tipo de sistema midiático nossa sociedade precisa?” (WARD,

⁶ O autor esclarece que utiliza “ética da mídia” e “ética jornalística” como sinônimos textuais.

2015, XII-XIII). Tendo em vista essa aproximação entre consumidores/cidadãos e profissionais/jornalistas, Ward propõe uma ética radical, orientada para o florescimento humano, e que é integrada a não-jornalistas que praticam atos de jornalismo.

Embora existam reflexões teóricas sobre a ética jornalística estendida para não-jornalistas, como elencamos anteriormente, não encontramos um estudo mais consistente – para além das motivações dos não-jornalistas – que discutisse os dilemas morais dos cidadãos engajados em atos de jornalismo, bem como as suas preocupações, os valores mobilizados nas tomadas de decisão e, por fim, a própria pertinência de concebermos uma ética para estes atores. Portanto, a **justificativa** dessa dissertação está amparada em uma lacuna nos estudos sobre ética jornalística e não-jornalistas.

Nessa dissertação, estamos interessados em entender os dilemas morais que cidadãos experimentam e como eles reagem a situações de tomadas de decisão. Optamos pela entrevista em profundidade como **metodologia** que orienta a pesquisa. A ideia é permitir que os não-jornalistas reflitam sobre suas próprias ações e apresentem justificativas para seus dilemas – portanto, uma reflexão ética. Ainda que os membros façam parte do mesmo coletivo, procuramos realizar as entrevistas individualmente com cada sujeito. Nesse sentido, chegamos a um total de oito entrevistados, sendo quatro do coletivo Carranca e quatro do coletivo Mídia Independente Coletiva (MIC).

Os dois grupos originaram-se dos protestos de junho de 2013, sendo que Carranca, especificamente, é uma dissidência da Mídia Ninja. Deste coletivo, participaram da pesquisa dois jornalistas, um cientista social e uma pessoa que concedeu a entrevista em anonimato – portanto, não relevaremos a sua profissão para resguardar a identidade do entrevistado. Para os fins da dissertação, basta destacarmos que o participante não possui formação em jornalismo. Já pela MIC, foram entrevistados um cineasta, uma fotógrafa, um estudante de Direito e uma pessoa que cursou Administração e Artes Cênicas, mas não chegou a completar as duas graduações.

A partir das respostas obtidas, dividimos a análise em três momentos: o contexto de formação dos grupos, suas rotinas produtivas e casos específicos em que os entrevistados comentam sobre dilemas morais. Os valores dos não-jornalistas podem ser observados em todas as categorias, seja quando falam do que os motivou a ingressar no coletivo, seja quando comentam sobre suas relações com os jornalistas do grupo.

O primeiro capítulo da dissertação discute a noção de atos de jornalismo, com o objetivo de entender quais aspectos jornalísticos existem nas práticas de não-jornalistas – o que nos permite, posteriormente, tratar de uma ética jornalística que também inclua estes sujeitos. Também definimos o jornalismo como uma prática social (RUELLAN; ADGHIRNI, 2009; DOMINGO; LE CAM, 2015) – ou seja, uma definição atenta antes para o processo do que por quem o pratica –, e como uma prática social virtuosa – por esse viés, a prática do jornalismo cultiva virtudes específicas para atender a um padrão de exigência ética (MACINTYRE, 2001; BORDEN, 2007).

No capítulo seguinte, abordamos os valores morais no jornalismo, atentando para uma distinção inicial entre ética, moral e deontologia. Temos por objetivo observar como os valores do jornalismo são formados a partir de contextos sociais e culturais, sinalizando também para comparações de códigos deontológicos entre diferentes países que identificam valores-base comuns. Discute-se também a emergência de éticas que não são jornalísticas, mas podem impactá-la, como a ética hacker e a ética de blogueiros.

O último capítulo teórico dedica-se a debater especificamente uma ética para não-jornalistas. Recorre aos fundamentos da metaética da pluralidade para compreender a ética do cuidado e a ética da virtude. Considera, então, algumas das possibilidades da ética radical de mídia, proposta por Ward (2015).

A análise é realizada no quarto capítulo, precedida pelos apontamentos metodológicos e o detalhamento dos critérios utilizados na escolha do *corpus*. A seguir, são dispostas três categorias de análise que organizam os dados coletados nas respostas dos entrevistados. Discutimos os resultados tendo em vista o referencial teórico trabalho até então. Nas considerações finais, retomamos os principais pontos da dissertação e apontamos para as limitações e as potencialidades do trabalho.

1 NAS BORDAS DO JORNALISMO: ATOS PRATICADOS POR NÃO-JORNALISTAS

Neste capítulo, situaremos as produções de não-jornalistas como um resultado que se configura às margens do jornalismo. Na fronteira que delimita o profissional do não-jornalista, estão pontos de encontro que podem nos ajudar a pensar não apenas nosso objeto empírico – os coletivos Carranca e Mídia Independente Coletiva –, mas o próprio significado de jornalismo.

Historicamente, a entrada de novos atores não costuma ser tão bem assimilada por jornalistas. Ainda que hoje possamos falar em Conteúdo Gerado pelo Usuário (CGU), jornalismo participativo, jornalismo colaborativo, dentre outros termos, o histórico de profissionalização da área demonstra que profissionais buscam repelir não-jornalistas com base em argumentos que não justificam a sua própria atividade, mas que demonstram que outros atores não são confiáveis. Esse “princípio negativo de diferenciação”, conforme diz o pesquisador português Joaquim Fidalgo (2008), acaba evitando uma discussão sobre o que é o jornalismo.

1.1 A ESSÊNCIA ALÉM DA FRONTEIRA

Inicialmente, retomaremos alguns aspectos da profissionalização do jornalismo. Esse histórico nos parece pertinente para termos uma visada mais ampla sobre como se instauram as discussões a respeito do que é próprio da atividade jornalística. Nesse resgate, também veremos as incursões iniciais de atores que nem sempre foram bem-vindos no campo jornalístico – não apenas não-jornalistas, mas também *freelancers*, por exemplo. Por fim, traremos uma discussão que permeia as características centrais do jornalismo para entendermos como elas podem ser aplicadas em um coletivo formado por não-jornalistas.

Fidalgo (2008) explica que emprego, ocupação e profissão são noções que variam conforme o contexto em que estão inseridas. Em países anglo-saxões, por exemplo, “profissão” possui um estatuto ligado a associações, enquanto que a ocupação somente pode aderir a sindicatos. Já França e Portugal utilizam o termo profissão de forma genérica: é aquilo que se declara como uma crença, uma forma de viver, um exercício de certo ofício e uma função.

É o aporte teórico da sociologia do trabalho, no entanto, que pode enriquecer o debate. Uma das perspectivas possíveis a partir desse

referencial é a do paradigma funcionalista, que define a profissão como tipo ideal (FIDALGO, 2008), ou seja, dotada de certos traços que conferem a ela características próprias. Nessa linha de pensamento, uma profissão somente será considerada como tal se conseguir preencher esses “pré-requisitos” – caso contrário, é uma semiprofissão, quase-profissão ou não-profissão. Inspirada principalmente pelos trabalhos de Durkheim, essa abordagem entende que profissões devem manter a coesão social e moral do sistema, atuando como grupos intermediários entre o Estado e o indivíduo. Os atributos ou traços ideais, segundo esse paradigma, seriam: 1) especialização de serviços para satisfazer uma clientela; 2) criação de associações profissionais para proteger o grupo de pessoas não-qualificadas e fixar códigos de ética para os qualificados; 3) formação específica, junto com um corpo de saberes teóricos e técnicos, para que se desenvolva uma cultura profissional própria.

Além de excluir os que não estão aptos a adentrar no campo profissional – por não cumprirem os “pré-requisitos” funcionalistas –, críticas a essa abordagem consideram que ela promove uma definição estanque da profissão em si, através de listas imutáveis de características. No caso da ideologia dos jornalistas, trata-se de um “poder de definir o que é o (‘verdadeiro’) jornalismo representado, por exemplo, através do acesso a debates *mainstream* sobre a qualidade jornalística” (DEUZE, 2005, p. 447, tradução nossa⁷). Ainda assim, o funcionalismo sedimenta a base de profissionalização do jornalismo, que busca se firmar a partir de traços ideais.

O paradigma interacionista, por outro lado, não se preocupa em identificar características, mas os processos e circunstâncias que levam uma ocupação se tornar profissão. Essa perspectiva entende que a divisão social do trabalho não é apenas uma resposta para necessidades sociais, como entende o funcionalismo, mas o resultado de interações e processos de construção social. A carreira é vista como uma afirmação profissional, decorrente de um processo dinâmico e evolutivo, permeado de conflitos de interesses e interações entre grupos. Logo, profissões não são necessariamente a partilha de identidades, mas competições e constantes reestruturações (FIDALGO, 2008).

A partir dos anos 70 e 80 do século XX, novas perspectivas teóricas inspiradas em Marx e Weber apontam para os mecanismos de controle do mercado. Elas entendem o profissionalismo não como uma

⁷ Tradução nossa para “the power to define what (‘real’) journalism is, enacted for example through access to mainstream debates about journalistic quality”.

exigência para que a sociedade funcione (perspectiva funcionalista), ou como o resultado da relação entre atores (perspectiva interacionista), mas como um sistema de justificativas ligadas a uma estratégia política (FIDALGO, 2008). Ou seja, as profissões podem conduzir a algum tipo de controle social e político, por conta do prestígio/*status* que detêm, e constituir um monopólio de mercado.

Contemporaneamente, frente a novos atores, seria possível argumentar que a profissionalização do jornalismo perde sua força em alguma medida. Contudo, para Silvio Waisbord (2013), é difícil inferirmos que não-jornalistas desafiam a cultura de profissionalização da área. Mesmo que haja uma maior abertura para o seu conteúdo dentro do jornalismo, cidadãos não são empoderados no sentido de obter controle editorial do que será publicado. Desse modo, o autor prefere entender que a profissionalização do jornalismo não foi extinta, mas que passa por mudanças - não estamos na era “pós-profissional”, embora uma reinvenção seja necessária.

Fidalgo (2008) argumenta que a trajetória de profissionalização do jornalismo tentou afirmar a área na busca por traços definidores, assim como os tipos ideais funcionalistas. O processo – “difícil, algo artificial e certamente inacabado” (idem, p. 67) – revelou as contradições e ambiguidades da profissão, cujo preenchimento dos “pré-requisitos” nunca aconteceu por completo. Construiu-se, na verdade, um “princípio negativo de diferenciação”, definindo-se com mais ênfase quem não é jornalista do que quem, de fato, é. Essas classificações estão mais ligadas a critérios administrativos da categoria do que à própria natureza da atividade – é considerado jornalista quem possui um título profissional ou trabalha em uma empresa jornalística, por exemplo. O teórico alemão Otto Groth (2011) ainda lembra que o esforço para legitimar o profissional jornalista, com base na sua situação contratual, é irrelevante do ponto de vista científico. Desse modo, temos como consequência uma defasagem não apenas na profissionalização, mas no *status* epistemológico do jornalismo. Conforme afirma Meditsch (2010), trata-se de uma “quase profissão” convivendo lado a lado com uma “quase disciplina”.

Em que pese ser incompleto e irregular, o processo de profissionalização do jornalismo se mostra variável conforme contextos políticos e sociais. Por consequência, a figura de um jornalista se define também pela tradição nacional em que ele está inserido (NEVEU, 2010), como no caso da França, onde a literatura está fortemente arraigada na prática jornalística. Desse modo, definir o jornalismo transnacionalmente seria uma tarefa árdua e implicaria cair em uma

“falácia essencialista”, para Neveu (idem). No entanto, talvez seja possível arriscarmos uma reflexão sobre a “essência” do jornalismo a partir de tipos ideais e, ainda assim, termos certa flexibilidade para dar conta de práticas jornalísticas que tensionam os cânones da área.

Os “tipos ideais”⁸ são características que não precisam necessariamente ser preenchidas em sua plenitude, como entende o referencial teórico funcionalista em relação aos traços definidores do jornalista. Estamos partindo da perspectiva que Otto Groth desenvolve em *O Poder Cultural Desconhecido*, obra dividida em sete edições e cujo último volume foi lançado em 1965, após a morte do autor. Groth (2011) reivindica uma “ciência dos jornais” e volta sua análise para o jornal impresso. Essa escolha, no entanto, não é limitadora, uma vez que o jornal é compreendido como uma obra cultural, uma imaterialidade cujas formas – os exemplares impressos, o rádio ou mesmo a internet (FIDALGO, 2004) – são emanações dessa ideia. A análise, portanto, continua pertinente para pensarmos o jornalismo em suas mais diversas acepções.

O modelo apresentado por Groth é o de um jornal ideal – daí que suas características são “tipos ideais” que não podem ser alcançados plenamente, o que não impossibilita que se prove uma “essência” do jornalismo. No contexto em que o autor alemão escreve, ainda na primeira metade do século XX, o jornal impresso é considerado como a emanação que tende a potencializar ao máximo as características da obra cultural. Fidalgo (2004), por outro lado, traz uma releitura de Groth e aplica suas características ao jornalismo online, considerando que o ambiente digital está ainda mais próximo das materializações desejadas pelo autor.

O jornalismo é conceituado por Groth de duas formas: 1) como uma “ocupação principal”⁹, ligado a pessoas que atuam

⁸ Trata-se de uma inspiração nos instrumentos analíticos homônimos do sociólogo Max Weber.

⁹ O próprio Groth coloca em dúvida essa afirmação quando questiona, posteriormente, se o critério de “ocupação principal” é suficiente para classificar determinadas atividades como oriundas do jornalismo enquanto profissão: “o secretário de um partido que dirige um jornal, uma revista, ou um chefe de uma assessoria de imprensa oficial, que edita uma publicação oficial ou oficiosa, é um jornalista?” (GROTH, 2011, p. 333). Já naquela época o autor reforça as incertezas na delimitação profissional do jornalismo, ressaltando seus “limites fluidos” e “inseguros”.

profissionalmente e 2) como uma atividade e um produto, ou seja, um conteúdo que pode ser feito por não-jornalistas. Portanto, mesmo que esteja em busca de uma “essência” – o que poderia parecer uma posição rígida, tal qual a crítica de Neveu (2010) –, o autor alemão pensa o jornalismo com certa flexibilidade ao tratá-lo como uma ideia, como algo que extrapola os limites de uma profissão.

Resumidamente, Groth considera que o jornalismo se constitui por quatro características principais. Periodicidade é um conceito temporal e se refere a concomitância entre um acontecimento e a sua publicação - quanto menor o período, maior a quantidade de fenômenos apreendidos e maior a sua circulação. Idealmente, a periodicidade se aproxima do simultâneo, de modo que rádio e internet, com coberturas ao vivo, possuem vantagens em relação ao jornal impresso.

A universalidade é um conceito relacionado ao conteúdo da obra cultural. Ela enfatiza o papel que veículos têm em mediar conhecimentos sobre diversas áreas da vida, em partilhar experiências sobre o “mundo diante de si” dos outros. Não é necessário que a universalidade detalhe diversos temas, mas que contemple a maior gama possível de assuntos. O jornalismo online possui como vantagem o fato de não ter seu conteúdo limitado pelo número de páginas do impresso (FIDALGO, 2004).

A periodicidade é ditada por outro conceito temporal, a atualidade. Esta se refere à qualidade do presente. É um conceito relacional, pois o “novo” somente é considerado novo em relação a alguém.

Por fim, a publicidade reside na ideia de abertura do conhecimento, na acessibilidade do jornal. Está ligada à propagação da obra cultural. Quanto maior a universalidade - ou seja, quanto mais conteúdo o jornal consegue abranger -, maior a sua publicidade, pois mais pessoas podem se interessar pela edição. Nesse sentido, o conteúdo de um jornal online é dirigido para qualquer pessoa do mundo que possua uma conexão com a internet, de modo que sua noção de público é expandida.

Ainda que parta de uma essência, o pensamento de Groth possui flexibilidade suficiente para abarcar diversas práticas jornalísticas, uma vez que o autor alemão concebe o jornalismo como ideia, e não como algo estritamente realizado por profissionais. Nesse sentido, Guilherme Guerreiro Neto (2014) se vale das bases teóricas lançadas por Groth e analisa a produção do coletivo Mídia NINJA a partir de suas

transmissões em *streaming*¹⁰. Os ninjas, como são chamados os participantes do grupo, podem ser quaisquer pessoas que portem, por exemplo, celulares com acesso à internet. Embora seus integrantes incluam jornalistas formados, não há necessidade de profissionalização para fazer parte do coletivo.

O autor conclui que Mídia NINJA redimensiona as fronteiras do jornalismo e atende às características propostas por Otto Groth. A característica da periodicidade, por exemplo, é potencializada pelo coletivo, uma vez que suas transmissões em tempo real chegam ao limite do simultâneo. O mesmo ocorre com a atualidade. No caso dos protestos de junho de 2013, chegou-se ao caráter de atual-novo nas transmissões – Guerreiro Neto (2014, p. 6) ressalta que “a própria Mídia NINJA, mediadora e protagonista, era parte da novidade”. A publicidade também se cumpre, uma vez que o conteúdo do coletivo se propaga pelo acesso à internet, no deslocamento “dos domínios das organizações jornalísticas para as mãos do público” (idem, p. 7). Por outro lado, a universalidade é a característica menos presente no grupo. A proposta editorial de NINJA está “mais próxima da revista do que do jornal” (idem, p. 5), devido à fragmentação do seu conteúdo – o cerne reside em manifestações de rua e não há pretensão ao universal.

A partir dessas considerações, o autor não vê problema em enquadrar as atividades de Mídia NINJA como jornalísticas – a despeito da universalidade, Guerreiro Neto relembra que as características de Groth (2011) estão no plano do ideal. No entanto, apesar de figurar mais ao “centro” do que às “bordas” do jornalismo, o caso de Mídia NINJA se distancia de certas características convencionais da profissão jornalística: ela é ativista, e não necessariamente objetiva; possui uma produção descentralizada e sem maiores edições, em contraponto ao processo industrial típico do jornalismo; é exercida primordialmente por não-profissionais; e, por fim, inserida em um contexto pós-industrial (ANDERSON; BELL; SHIRKY, 2013), tem dificuldades para institucionalizar suas práticas.

¹⁰ O autor ressalta que a produção midiática dos ninjas não se resume às transmissões ao vivo. Da mesma forma, pesquisar o coletivo em toda a sua complexidade exigiria também uma contextualização sociopolítica das manifestações no Brasil, bem como a lógica da rede Fora do Eixo. “O isolamento da relação estabelecida com o jornalismo não esgota, portanto, a caracterização da Mídia NINJA, é apenas a abordagem definida” (GUERREIRO NETO, 2014, p. 2).

1.2 JORNALISMO, SENSO COMUM E RESPONSABILIDADE EPISTÊMICA

As transposições que Guerreiro Neto faz das características de Groth para um jornalismo praticado por não-jornalistas são pertinentes. Contudo, uma questão fica aberta. Se o jornalismo é uma forma social de conhecimento, como postula Adelmo Genro Filho (2012) esses **atos de jornalismo** – noção que retomaremos adiante – têm o potencial de gerar, também, algum tipo de conhecimento? Ou estaríamos mais próximos de um senso comum?

Cabe salientar, primeiramente, qual é a especificidade do conhecimento jornalístico. Diferentemente da ciência, que se pauta pelo universal, o jornalismo cristaliza-se na singularidade do fenômeno, conforme postula Adelmo Genro Filho ao resgatar as categorias de Lukács. Isso significa dizer que a experiência imediata é matéria-prima do jornalismo, mas que o fenômeno somente se transforma em conhecimento quando ocorre um processo de mediação que o conecta em sua particularidade e universalidade.

Ao partir do aspecto singular do fenômeno, o jornalismo também potencializa a sua capacidade de revelar o novo, mais até do que a própria ciência, que se atém às leis universais. Isto, no entanto, “destrói qualquer possibilidade duradoura de sistematização do conhecimento produzido” (MEDITSCH, 1992, p. 57), o que nos permite caracterizar a singularidade como efêmera (GENRO FILHO, 2012).

Para Berger (2003), embora o jornalismo se assemelhe à história, sociologia e ciência política por também enunciar fenômenos, o aspecto que o diferenciaria dos demais seria prescindir de um rigor científico – ainda que tenha regras próprias relativas à ética e estética. Moretzsohn (2007) também elenca outras diferenças, como a questão da autonomia: enquanto a ciência pode escolher o que deseja investigar, o jornalismo, por outro lado, está atrelado ao seu público, sendo guiado por ele, em certa medida, tanto na temática de suas pautas como nas perguntas que norteiam a apuração das matérias¹¹. Outro aspecto que se

¹¹ Muito embora existam públicos diversos, assim como a possibilidade de que interesses particulares atravessem o fazer jornalístico. A própria noção de “interesse público” se revela frágil e vaga, mesmo que amplamente divulgada em códigos deontológicos. Para Christofolletti e Triches (2014), a sua menção em documentos normativos do jornalismo carece de maiores explicações. Dos 30 códigos analisados pelos autores, o termo aparece em 24 – mas apenas dois,

destaca no processo de apuração é a dúvida: no jornalismo, ela é o ponto de partida que orienta os seus demais procedimentos metodológicos, como a seleção de fontes (CHRISTOFOLETTI, 2008); na ciência, trata-se de um estado natural e menos breve.

Por outro lado, Sylvia Moretzsohn (2007) entende que comparar jornalismo e ciência pode servir apenas como uma retórica que diminui o primeiro, colocando-o como inferior. Trata-se, na verdade, de considerar que o jornalismo não é melhor ou pior do que a ciência – é apenas diferente (MEDITSCH, 1997). Retomando Genro Filho (2012), podemos entender que o “saber próprio” do jornalismo está enraizado na categoria filosófica do singular, diferentemente das ciências, que têm a universalidade como premissa básica. Isto ocorre devido à urgência que o jornalismo tem pelo “acontecimento fugaz” (BERGER; TAVARES, 2014, p. 10), diluindo o particular e o universal em prol da singularidade.

Desse modo, o conhecimento gerado pelo jornalismo perpassa, necessariamente, por uma mediação. Como esclarece a pesquisadora Liriam Sponholz (2009, p. 91), o ato de conhecer “não significa simplesmente vivenciar ou perceber algo sobre a realidade ou o mundo exterior, mas sim trabalhar o que foi vivenciado ou percebido”. No entanto, a autora lembra que “conhecer” e “conhecimento” não são sinônimos. O resultado do que é transformado a partir do ato de conhecer pode gerar um conhecimento amparado em crenças falsas, uma vez que “nem todos os tipos de processo de conhecimento exigem uma justificativa” (SPONHOLZ, 2009, p. 97). Segundo a autora, um exemplo é o senso comum, que tem como fonte as experiências primárias (vivências) ou secundárias (observações).

O ponto principal é que conhecimentos oriundos do senso comum são tomados como naturais ou óbvios, sem maiores questionamentos. Isto não significa que se trata de um saber menos confiável, especialmente porque o senso comum fornece orientações universais sobre agir e pensar que todos nós, em certa medida, utilizamos. No entanto, Sponholz (2009) entende que o conhecimento científico tem maiores chances de se aproximar da realidade porque ele pode ser contestado.

do Canadá e África do Sul, tentam defini-lo. Na falta de um conceito mais robusto, o interesse público é visto como um fim em si mesmo, servindo de argumento moral para sustentar práticas antiéticas.

Voltando ao conhecimento gerado pela mediação jornalística, entende-se que ele é feito a partir de um recorte seletivo da realidade natural – conceito que Sponholz (idem) resgata a partir do filósofo Karl Popper. Ou seja, o jornalismo reconstrói conteúdos baseado um mundo exterior, objetivo, sem interferência de sujeitos. Em alguma medida, podemos nos aproximar da verdade e dizer se determinadas informações condizem com a realidade natural, pois Sponholz (idem) pressupõe que ela é acessível. Isso, no entanto, restringe-se às declarações descritivas, que não conferem juízo de valor ou prescrições, pois conhecemos apenas uma parte do mundo exterior. A esse processo de correlação entre a realidade natural e social, Sponholz (idem) denomina de objetividade¹².

Frederico Tavares (2012, p. 10), por sua vez, cruza a “realidade construída” do jornalismo, e que é tensionada pela realidade social, com o contexto das rotinas produtivas que obedecem a “uma série de normas e preceitos formais e profissionais”, onde a “linguagem terá papel decisivo em sua configuração”. Como consequência desse encontro, teríamos o jornalismo como uma grande narrativa contemporânea, dividido nas demais narrativas presentes nos meios de comunicação. É a partir de duas realidades – a social e a jornalística –, cada uma permeada por suas respectivas mediações – a linguagem, em ambas, acrescida dos preceitos éticos e das regras jornalísticas, na última – que “configura-se uma outra mediação”, sendo uma soma dos “elementos das distintas realidades aí reunidas” (TAVARES, 2012, p. 11). Trata-se de uma forma de acesso ao cotidiano.

Ao reconhecer que o saber jornalístico é tensionado por uma dupla face – a realidade social e a dimensão ética –, Tavares acaba dialogando com outros autores. Para Stephen Ward (2015), por exemplo, é a intencionalidade coletiva que reconhece os papéis sociais ocupados por pessoas e objetos – o que, consequentemente, caracteriza a dimensão normativa dessa realidade social. Por intencionalidade coletiva, o autor entende que são condutas e ações colaborativas que definem uma sociedade. Embora o comportamento coletivo tenha como ponto de partida as mentes individuais de cada pessoa, estas, por sua vez, agem de acordo com desejos, objetivos e crenças que são compartilhadas.

¹² A autora contrapõe sua posição em relação a outros estudos que entendem a objetividade como sinônimo de neutralidade, imparcialidade, *fairness*, ritual estratégico e factibilidade.

Recorrendo à epistemologia, as pesquisadoras Silvia Lisboa e Márcia Benetti (2015) buscam entender de que forma o jornalismo se torna um conhecimento. Para as autoras, três condições devem ser cumpridas. A crença é a primeira delas: o jornalismo somente pode gerar conhecimento se o sujeito presume que o discurso jornalístico é verdadeiro. Lisboa (2012) entende que a credibilidade – noção intimamente ligada à crença – ganha contornos em uma relação intersubjetiva, desdobrando-se em credibilidade constituída (aquela enunciada pelo jornalismo) e credibilidade percebida (atribuída pelo leitor). Ou seja, trata-se de uma negociação de sentidos (LISBOA; BENETTI, 2015), mas que parte de uma presunção: é possível confiar no jornalismo¹³.

Isto, no entanto, somente se confirmará caso o jornalismo garanta provas de que é confiável. Ou seja, ele deve dizer a verdade – que, por sua vez, deve estar justificada, nos levando às outras duas condições que precisam ser cumpridas para que o jornalismo se torne conhecimento.

Lisboa e Benetti (2015, p. 14) compreendem a verdade como uma correspondência com o real: “se a narrativa jornalística visa ter conhecimento, ela não pode ser apenas uma interpretação qualquer. Tem que ser uma interpretação plausível e com elevado poder explicativo”. As autoras ressaltam que o problema não reside na interpretação do fenômeno – pois se trata sempre de uma verdade aproximada, que não é exata –, mas na sua falta de justificativas ou explicações. Temos, então, a terceira condição para o que jornalismo produza conhecimento: além de verdadeira, a crença precisa estar justificada.

Desse modo, discursos buscam respaldo em argumentos racionais e utilizam técnicas como o *lead* para responder perguntas e ordenar informações. Esses procedimentos da narrativa jornalística são tributos da retórica grego-romana (KARAM, 2009) e reforçam, no

¹³ “Há quem diga que, como a credibilidade de alguns veículos ou jornalistas está sob suspeita, não se pode afirmar que o jornalismo goze de uma presunção de credibilidade por fundar sua natureza nos pilares da verdade e da justificação. Ora, a credibilidade de veículos e jornalistas é posta sob suspeição desde o século 17, como bem mostra o texto de Peucer (2004) escrito em 1690. O que estamos afirmando aqui é a necessidade de presunção da credibilidade para que o jornalismo seja um conhecimento específico, e não outra coisa qualquer. Logo, a credibilidade é fundamental à nossa argumentação, e não um conceito acessório, pois é por meio dela que se materializam a crença, a verdade e a justificação” (LISBOA; BENETTI, 2015, p. 12).

jornalismo, um modelo que não é apenas teórico e técnico, mas também ético: “não há apenas uma confiança no que é dito, mas também na figura de quem enuncia e no compromisso moral que envolve a comunicação” (LISBOA; BENETTI, 2015, p. 19). Os códigos deontológicos, portanto, não servem apenas como guias de conduta para profissionais. Aos olhos do público, são uma espécie de “garantia”, uma justificativa a mais para crer no discurso jornalístico.

1.2.1 O jornalismo como prática social virtuosa

Ao enfatizarmos a ética como parte necessária para se chegar ao conhecimento do jornalismo e, em especial, ao seu reconhecimento pelo público, podemos discutir, então, a existência de uma “responsabilidade epistêmica”. Essa noção é recuperada pela filósofa Lorraine Code (1984), que realiza uma leitura da teoria do conhecimento em analogia com a ética e, em especial, com a teoria das virtudes. Nesse sentido, princípios epistêmicos também são princípios morais¹⁴ (CODE, 1984).

A autora traz a noção de responsabilidade epistêmica como uma espécie de reinterpretação da sabedoria aristotélica (*phronêsis*, bom julgamento). Ser uma pessoa sábia “envolve conhecer quais fins cognitivos valem a pena perseguir” (CODE, 1984, p. 41, tradução nossa¹⁵). Para uma pessoa intelectualmente virtuosa, prossegue a autora, o conhecimento possui valor – ele é bom em si mesmo, e não apenas um meio instrumental para se chegar à outra finalidade.

Aplicado ao jornalismo, a responsabilidade epistêmica responde por um conjunto de virtudes intelectuais (BORDEN, 2007). Um deles é a modéstia, ou seja, o reconhecimento de que a atividade jornalística possui uma natureza transitória e incompleta. Essa compreensão da pesquisadora Sandra Borden (2007) é próxima da que Moretzsohn

¹⁴ Essa posição foi contestada por epistemólogos que apresentaram a proposta da irreduzibilidade dos conceitos epistêmicos aos conceitos éticos. Tal crítica entende que “ética e epistemologia atuam em campos diferentes; nesta última, não há um julgamento sobre as nossas ações, se elas foram boas ou más, como também não podemos resumi-la a uma disciplina normativa, isto é, do que seja correto fazer. (...) essa questão, a da redutibilidade dos conceitos epistêmicos aos conceitos éticos iniciou no momento em que a ética afirmou que racionalidade e conhecimento eram almejaváveis, louváveis” (CONTELLI, 2013, p. 17).

¹⁵ No original: “involves knowing what cognitive ends are worth pursuing (...)”.

(2002, p. 180) defende: “se a matéria-prima do jornalismo é a realidade cotidiana (...), um discurso não mistificador precisaria ser menos afirmativo, menos conclusivo, menos definitivo”, no que a autora completa, recuperando uma interpretação próxima à da virtude intelectual: “precisaria expor as limitações do trabalho de apuração e aceitar a dúvida como componente desse trabalho”.

Dentre as outras virtudes intelectuais elencadas, estão também a honestidade e a confiabilidade. A primeira liga-se à ideia de ser verdadeiro consigo mesmo quando se promovem julgamentos de valor – Borden (2007) chega a ressaltar que o jornalista deve reconhecer suas próprias falhas, ao descobrir algum preconceito seu ou um conflito interno de interesses que podem interferir no seu trabalho. A segunda virtude, da confiabilidade, relaciona-se à disciplina de verificação do jornalismo. Ela depende não somente do indivíduo profissional: engloba, também, o trabalho em conjunto com seus colegas e a própria instituição que os abriga, cujo dever é assegurar recursos suficientes para o trabalho de apuração.

Popescu (2013) também enumera algumas virtudes típicas do jornalista, como o ceticismo e a transparência, e entende que elas fazem parte de um “domínio maior” – o da responsabilidade epistêmica. Esta seria, então, “uma habilidade para discernir entre conhecimento e rumor/opinião, e delimitar a informação que vale a pena ser pesquisada” (POPESCU, p. 120). Para o autor, uma ênfase na teoria das virtudes aplicada ao jornalismo¹⁶ serviria como uma espécie de nível “extra” de profissionalização.

Por outro lado, cabe questionar se estas virtudes estão confinadas apenas aos jornalistas, e se a sua responsabilidade epistêmica é específica de sua profissão. A partir da leitura de Borden (2007), a resposta seria, em certa medida, afirmativa, pois a autora caracteriza o jornalismo como uma prática social que possui bens internos específicos. “Prática” é um conceito utilizado pela autora a partir do filósofo Alasdair MacIntyre (2001). Trata-se de um dos estágios para compreendermos o desenvolvimento das virtudes – os outros dois são a unidade narrativa da vida humana e a tradição, explicadas adiante.

Em suma, as práticas – que podem ser exemplificadas com um jogo de futebol, uma partida de xadrez ou o próprio fazer jornalístico –

¹⁶ Retornaremos a esse tema com maior profundidade no terceiro capítulo, quando trataremos da ética radical de mídia (WARD, 2015), que também possui elementos da ética das virtudes.

são atividades humanas que exigem regras, submetem-se a padrões de excelência e buscam bens internos e externos (MACINTYRE, 2001). A respeito dos dois últimos pontos, o primeiro está ligado à própria virtude – são bens que devem ser bons para uma comunidade. No caso do jornalismo, bens internos seriam, por exemplo, as “descobertas” que ocorrem durante a apuração de uma reportagem (sendo esta a prática), e que necessitam de virtudes, como coragem. Os bens externos tensionam esse processo: eles não possuem ligação com virtudes e podem ser obtidos por outros meios que não somente a prática. Seria, por exemplo, o fazer jornalístico orientado pelo prestígio, fama ou riqueza, acarretando possíveis desvios éticos.

Desse modo, as práticas sociais, tanto em MacIntyre (2001) como em Borden (2007), que retrabalha suas ideias, estão orientadas para um *télos* – pois o cultivo das virtudes, como mencionado, tem em vista o bem de uma comunidade. Esta noção, que aparece em Aristóteles como *eudaimonia* ou florescimento humano, orienta a finalidade-última do indivíduo com vistas a realizar um projeto comum. Para MacIntyre (2001), a teoria teleológica das virtudes pode ser estranha aos nossos olhos, uma vez que ela não enfatiza o individualismo que preconiza nas sociedades liberais modernas. Não é à toa, diz o autor, que a amizade – outrora uma virtude em Aristóteles, voltada para o florescimento da *pólis* – é reduzida ao privado e ao afetivo, excluindo suas dimensões políticas e sociais.

Contudo, a crítica de MacIntyre (idem) ressalta que não há um conteúdo preciso para a *eudaimonia* aristotélica, tampouco critérios que fundamentam um *télos* orientado para o “bem maior”. É a partir desta perspectiva que o filósofo propõe três estágios para compreendermos o desenvolvimento das virtudes: as já citadas práticas – o exercício das virtudes a nível individual –; a unidade narrativa da vida humana – é a contextualização das práticas a partir de referenciais que direcionam a *eudaimonia* –; a tradição – o que sistema moral que molda o sentido do contexto onde as práticas estão inseridas.

A partir dos conceitos de MacIntyre, Borden (2007) considera que há diferentes implicações para o jornalismo de acordo com o *télos* que lhe é desejado. Uma prática que aspira obter o máximo de lucro possível é diferente de outra orientada para a produção de conhecimento, escreve a autora (idem, p. 31). A fim de conceituar uma finalidade específica para a prática jornalística, Borden recorre à tradição (no sentido de MacIntyre) do que considera bom jornalismo. Ou seja: insere as práticas a partir de um sistema moral já existente, que se refere, no caso da autora, à história da atividade jornalística norte-

americana. A autora traz o legado de jornalistas que serviram de exemplos morais e virtuosos da profissão, como Edward Murrow, comprometidos com a busca pela verdade.

Sendo assim, Borden propõe que o *télos* do jornalismo deve contemplar cinco dimensões: 1) intelectual (contribuir para o florescimento humano); 2) cívica (ter um compromisso com o bem comum); 3) criativa (a reportagem dever ser a essência de sua atividade); 4) política (atuar como “guardião” da esfera pública); 5) ocupacional (o jornalista deve se sustentar com a profissão).

Em relação aos bens internos do jornalismo, Borden (2007) cita outros quatro, além da descoberta, que já mencionamos: conhecimento, investigação, originalidade e novidade. Eles guardam similaridades com outros campos de saber:

Práticas intelectuais - como a ciência, o jornalismo e a docência - determinam em cooperação o que conta como um tipo particular de conhecimento, o que é passível de investigação, de disseminação, e em que formato. Cada um, em sua própria esfera, está engajado em buscar e compartilhar uma avaliação autorizada da “verdade” (BORDEN, 2007, p. 61, tradução nossa¹⁷).

Embora existam similaridades nos bens internos das práticas intelectuais, a diferença estaria na ênfase de cada prática. Se o conhecimento é um bem comum à ciência e ao jornalismo, ele se dá de maneira diferente nas duas áreas, esclarece Bordon, remetendo também à discussão que fizemos no começo do subcapítulo. Para a autora, um bem que parece muito particular ao jornalismo é o tempo presente. Jornalistas desejam tanto testemunhar e estar atento ao que acontece, como registrar o acontecimento para que ele não seja esquecido. Desse modo, “jornalistas escrevem o primeiro rascunho da história” e, ao contrário dos historiadores, “esperam capturar o presente para que um

¹⁷ No original: “intellectual practices – such as science, journalism and teaching – cooperatively determine what counts as a particular kind of knowledge, what is worthy of investigation, what is worthy of dissemination, and in what form. Each, in its own sphere, is engaged in seeking and sharing an authoritative account of the ‘truth’”.

dia ele se torne registro do passado” (BORDEN, 2007, p. 63, tradução nossa¹⁸).

Ao notarmos que existem diferenças nos bens internos das práticas intelectuais, parece-nos pertinente também entender que jornalistas possuem éticas diferentes de cientistas, historiadores, professores, escritores – embora possam comungar de valores semelhantes. Mesmo dentro da área de comunicação, é possível inferirmos que os compromissos éticos de publicitários, relações públicas e jornalistas não são os mesmos: “a verdade é um fim em si mesmo para os jornalistas, ao passo que os estrategistas de campanhas de *marketing* costumeiramente enxergam a verdade de uma forma mais instrumental, como um instrumento para o êxito no mercado das ideias” (PLAISANCE, 2011, p. 53). Christofolletti (2008, p. 22) também lembra que “enquanto o jornalista busca a informação precisa, o publicitário dá maior visibilidade aos produto/marca/imagem do cliente, e o profissional de relações públicas harmoniza o contato entre diferentes públicos”.

Contudo, há casos híbridos em que os horizontes éticos se confundem: o jornalista que escreve uma reportagem literária pode se valer da ética da ficção? Um biógrafo, que não é necessariamente jornalista, tem a possibilidade de recorrer ao código de ética da profissão para proteger fatos que o biografado deseja esconder? O jornalista que atua como assessor de imprensa segue as regras da sua área de formação ou de relações públicas? E um não-jornalista, que pratica atos de jornalismo, deve se compromissar com algum valor ético da comunidade jornalística?

Esta última pergunta sinaliza alguns contornos de nossa pesquisa. Estamos interessados em identificar quais valores mobilizam as tomadas de decisão de não-jornalistas frente a dilemas morais típicos do jornalismo. Em que medida eles se aproximam dos pilares canônicos da profissão? No âmbito mais geral, buscaremos refletir sobre as possibilidades de se considerar a construção de uma ética tanto para jornalistas como para não-jornalistas como preconizam Ward (2015) e Couldry (2010, 2013).

Até agora, discutimos qual é a especificidade do conhecimento gerado pelo jornalismo, diferenciando-o do senso comum e da ciência. Ressaltamos que jornalistas possuem uma responsabilidade epistêmica,

¹⁸ No original: “journalists write the first draft of history”, “hope to capture the present so that it may one day become a record of the past”.

o que nos permitiu cruzar epistemologia e ética. Ou seja, o conhecimento que consideramos jornalístico obedece a valores éticos específicos.

No entanto, argumentamos anteriormente, com base em Otto Groth (2011), que “jornalismo” e “jornalistas” são duas coisas distintas: é possível praticar jornalismo, ou ao menos algo muito próximo disso, sem necessariamente ser um profissional da área. Mas não-jornalistas carregam a mesma responsabilidade epistêmica que jornalistas? Em caso negativo, ainda que obedeçam às quatro características de Groth (2011), a sua mediação teria o potencial de gerar um conhecimento jornalístico? Ou ela reproduziria o senso comum?

Um conhecimento que depende do que o outro diz – no sentido da fala – pode ser perverso, escreve Moran (2006), pois ficamos dependentes da sinceridade e da boa intenção alheia. Não se trata de uma dependência absoluta, contudo, posto que todos nós dependemos, em algum grau de outros testemunhos, seja de amigos, cientistas, escritores ou, naturalmente, jornalistas. Para Code (1984), um acordo tácito entre aqueles que buscam conhecimento e os que provêm informação é a chave para uma operação cognitiva de sucesso. Nos dois lados, isso depende da responsabilidade epistêmica.

Considerando que atos de jornalismo podem se configurar como testemunhos espontâneos de acontecimentos, temos uma situação não tão simples de definir. Se, por um lado, a sua valorização pode “tornar possível uma epistemologia alternativa da autenticidade” (ALLAN, 2013, p. 104, tradução nossa¹⁹), tensionando, em alguma medida, narrativas hegemônicas, por outro, nas palavras de Allan (2013):

Testemunho não é garantia de verdade, mas um atestado pessoal de factibilidade percebida; em outras palavras, a veracidade não implica a posse da Verdade. O cidadão como testemunha aproveita a oportunidade para afirmar suas declarações de verdade por razões que podem ou não serem evidentes aqui e ali, seja para eles mesmos ou para outros. Embora provavelmente sejam autocriticadas com base na honestidade ou sinceridade – em contraste a critérios jornalísticos de precisão, credibilidade ou corroboração – essas motivações não podem ser simplesmente

¹⁹No original: “makes possible an alternative epistemology of authenticity”.

interpretadas à parte da compulsão em narrar ou de seus produtos discursivos (ALLAN, 2013, p. 118, tradução nossa²⁰).

Uma crítica semelhante à de Allan (2013) foi esboçada por Sylvia Moretzsohn (2013) quando escreveu, à época dos protestos durante a Jornada de Junho, no Brasil, sobre a cobertura de Mídia Ninja. “Ver não é compreender”, ressalta, pontuando que as transmissões em fluxo contínuo, características do coletivo, subjazem à compreensão de que são testemunhas oculares – e que os fatos estão lá, falando por si próprios, ao serem filmados.

Moretzsohn (2014, p. 171) lembra que todo discurso é mediado e que “o primeiro filtro, elementar, está no próprio lugar de onde se documenta qualquer cena”. Para a autora, mesmo explicitando suas posições políticas, Mídia Ninja não está livre das responsabilidades éticas da sua mediação – não no sentido de manter uma suposta imparcialidade ou equilíbrio, mas na ideia de que é necessário “filtrar as informações para estabelecer um quadro compreensível da realidade” (MORETZSOHN, 2013, online).

Desse modo, um dos desafios que se impõe ao jornalismo é ordenar e narrar uma série de histórias fragmentadas que proliferam a partir do testemunho. No entendimento de Allan (2013), criar espaços para promover essas narrativas pode combater a dicotomia “jornalistas versus não-jornalistas”. Mais do que isso: é uma forma de reforçar princípios caros ao campo, como verdade, responsabilidade e empatia.

1.3 EXPANSÃO, EXPULSÃO E AUTONOMIA: JORNALISTAS E NÃO-JORNALISTAS COEXISTEM

Para pensarmos em atos de jornalismo praticados por não-jornalistas, cabe, inicialmente, realizar uma distinção que Allan (2013) destaca. Há uma diferença relativa aos níveis de engajamento entre uma

²⁰ No original: “testimony is no guarantor of truth, but rather a personal attestation to perceived facticity; in other words, to be truthful does not imply possession of Truth. The citizen as witness seizes the opportunity to affirm their truth-claims for reasons that may or may not be made evident there and then, either to themselves or to others. While likely to be self-critiqued on the basis of honesty or sincerity – in contrast with journalistic criteria of accuracy, credibility or corroboration – these motivations cannot be simply read off the compulsion to narrate or its discursive outcomes.

pessoa que se autodeclara como “jornalista cidadã”, por exemplo, e alguém que testemunha um acontecimento acidentalmente.

Este último grupo abrange pessoas que não tem o jornalismo como ocupação principal (do mesmo modo que profissionais) ou mesmo secundária (no caso de coletivos ativistas, para citar um exemplo). É possível que elas mesmas não se considerem “jornalistas cidadãs”, escreve Eric Taubert (2012), pois apenas presenciaram espontaneamente a irrupção de um acontecimento dotado de valor jornalístico – elas não necessariamente buscaram ou gostariam de estar lá. Para Allan (2013), à medida que o ato de testemunhar se torna uma escolha consciente por parte do cidadão, ele pode se identificar com alguma responsabilidade social. No entanto, do ponto de vista do jornalismo, mesmo que estejam preocupadas em registrar esse momento para postá-lo em alguma rede social, por exemplo, dificilmente essas pessoas terão tempo para “embalar” o seu conteúdo com pesquisas que contextualizem o fato. Desse modo,

a menos que o cidadão em questão esteja preparado para assumir essa responsabilidade [de checar a veracidade do conteúdo e distribuí-lo] o que, admite-se, tem se tornado mais fácil de fazer no dia a dia via mídia digital -, ele provavelmente se voltará a uma organização de notícia para que ela o faça por sua conta (ALLAN, 2013, p. 19, tradução nossa²¹).

Consideramos importante a distinção do autor não apenas para fins teóricos, mas também metodológicos. Nosso objeto empírico é formado por coletivos com a participação de não-jornalistas que têm a intenção de se engajar em atos de jornalismo. Desse modo, o comportamento destes atores frente aos acontecimentos não é tão espontâneo quanto o de um cidadão que, por acaso, se depara com um acidente ou uma catástrofe, por exemplo, no sentido de que estes grupos tendem a compartilhar valores comuns para respaldar suas decisões em dilemas morais.

²¹ No original: “in other words, unless the citizen in question is prepared to assume this responsibility for themselves – which, admittedly is getting easier to do by the day via digital media – they will likely turn to a news organisation to perform it on their behalf”.

A asserção de Allan (2013) que distingue dois grupos – cidadãos que se autodenominam jornalistas, ou que revelam possuir algum interesse em participar da produção de notícias, e cidadãos que acidentalmente se encontram no olho do furacão de um acontecimento – , com base nas suas motivações, nos parece plausível. Ela encontra respaldo em outras pesquisas, como a de Mortensen, Keshelashvili e Weir (2015), que partem de uma compreensão semelhante à de Allan (2013): há poucas pessoas interessadas, de fato, em atuar como “jornalistas cidadãs”, seguindo alguma conduta jornalística; a maioria tem apreço por compartilhar materiais particulares, de sua esfera privada, com uma audiência, e receber algum reconhecimento social. Interessados em descobrir o que os ditos jornalistas cidadãos pensam de si mesmos, o trio de autores aplicou questionários a 42 participantes. Os sujeitos foram selecionados a partir do seu alto grau de contribuição em sites de jornalismo cidadão, como Broowaha²², CNN iReport²³ e AllVoices²⁴. A partir dos resultados, foi possível categorizá-los em três grupos, de acordo com suas motivações.

Os Despreocupados (*Nonchalant*) orientam suas atividades unicamente por fins pessoais. São pessoas que gostam de fotografar, filmar ou escrever, sem um necessário compromisso com o jornalismo. O conteúdo que produzem, em geral, é simples: fotos de viagem, festivais de música, casamentos. Quando criam algo de cunho jornalístico, normalmente o fazem por acidente, estando no local certo, na hora certa. É semelhante ao que Allan (2013) denomina de “jornalismo acidental”.

No segundo grupo, temos os Fiscalizadores dos Fiscalizadores (*Watchdog's Watchdog*). Engloba pessoas que compreendem a função social do jornalismo, mas discordam das práticas da mídia *mainstream* – seja por considerarem suas coberturas preconceituosas, seja por não cobrir determinadas pautas. Não-jornalistas pertencentes a essa categoria produzem conteúdo ligado a temas ativistas e de protestos. Alguns autores denominam essas práticas de “midialivrismo” (BENTES, 2013) e “ciberativismo” (MALINI; ANTOUN, 2013).

²² Disponível em: <http://www.broowaha.com/>. Acesso em 18 out 2016.

²³ Disponível em: <http://edition.cnn.com/specials/opinions/cnnireport>. Acesso em 18 out 2016.

²⁴ O site original, allvoices.com, foi fechado.

Por fim, o terceiro grupo mistura os comportamentos anteriores. Os Profissionais Otimistas (*Pro-Hopeful*) levam a sério o seu trabalho como jornalistas cidadãos porque buscam iniciar uma carreira na área. Estão atrás de reconhecimento e visibilidade. No entanto, seus valores se chocam com os tradicionais do jornalismo: eles não se veem como cães de guarda de instituições e não acreditam em objetividade.

Há diferentes níveis de contato com o jornalismo nos três grupos analisados. Além da maior ou menor aproximação com a técnica jornalística, há, também, um tensionamento nos valores éticos: o último grupo, por exemplo, renega a objetividade, enquanto que o segundo atua como uma espécie de *mediawatcher*, observando as condutas midiáticas. A nosso ver, podemos entender que os três grupos praticam o que estamos chamando de atos de jornalismo, a despeito da diversidade que existem entre eles. Retornaremos a essa noção adiante.

Outra análise com propósitos semelhantes é a de Fröhlich, Quiring e Engesser (2012), que aplicaram um questionário online com 153 participantes do site *myheimat*²⁵. Trata-se de um domínio alemão que estimula o “jornalismo participativo”, na palavra dos autores, e recebe, principalmente, conteúdos hiperlocais.

As respostas da pesquisa indicaram que os sujeitos estão preocupados com o equilíbrio de perspectivas e tendem a agir a partir de motivações como o fascínio por algum tema, a possibilidade de divulgar ideias para uma ampla audiência e a reputação social a partir da disseminação e aceitação destes textos. A seleção das pautas é guiada por critérios relativos ao interesse pessoal e a experiências individuais que afetaram o sujeito. Em relação ao processo de apuração, os usuários não se sentem inclinados a utilizar métodos “antiéticos”, como pagar por informações ou fingir ser outra pessoa.

Os autores reiteram que a pesquisa deve ser considerada em seu contexto específico, de um site que é focado na divulgação de notícias hiperlocais. Mesmo assim, os dados nos parecem indicativos, novamente, de uma certa tensão de valores. Assim como na análise de Mortensen *et al* (2015), há certa rejeição da neutralidade na mediação jornalística. Por outro lado, algumas condutas se aproximam daquelas desejáveis pelo jornalismo, como o repúdio a métodos ilícitos na recolha de informações. Outro resultado que se cruza nas duas pesquisas é a motivação: os entrevistados de Mortensen *et al* (2015) também

²⁵ Disponível em: <http://www.myheimat.de>. Acesso em 19 out 2016.

declararam utilizar o jornalismo cidadão como um modo de se expressar, cobrindo temas que eles têm algum envolvimento.

Pesquisar esses sujeitos é se debruçar sobre um objeto que está nas “bordas do jornalismo” (MORTENSEN *et al*, 2015). Deuze e Witschge (2015) observam que há certa insistência dos estudos de jornalismo em objetos delimitados – a cultura jornalística nas redações, por exemplo –, deixando de lado, em alguma medida, trabalhos “atípicos” que se desenvolvem à margem dos conglomerados de mídia: o freelancer, o empreendedor independente, o tema da precarização do trabalho. Evidentemente, não se trata de dizer que não há pesquisas sobre esses objetos, mas que a teorização sobre o jornalismo, segundo Deuze e Witschge (2015, p. 7) parece ainda obedecer a um “suposto núcleo” que “é tudo menos consensual”.

No caso de nosso trabalho, estamos diante de um objeto que transita dentro e fora do jornalismo: os atos praticados por não-jornalistas. Guilherme Guerreiro Neto (2014) traz uma visão equilibrada sobre a pesquisa desse tema:

quando as teorizações sobre o jornalismo tentam fechá-lo enquanto fenômeno exclusivamente construído por profissionais, muita coisa se perde. Não significa que a defesa da profissão deva ser abandonada. É uma luta importante que cabe aos sindicatos e órgãos de classe. O problema é tentar sustentar teoricamente o jornalismo em argumentos profissionais e não epistemológicos. Cada vez mais surgem produções ditas amadoras. Elas podem ganhar o *status* de jornalísticas. Se respondermos pensando o jornalismo como profissão, não. Se a resposta tiver como base o jornalismo enquanto atividade, talvez. Não se trata de incluir todo conteúdo amador ou não-profissional como produto jornalístico, mas apenas não descartá-lo *a priori* simplesmente por não passar pelas mãos de um representante autorizado da profissão. Antes de normatizar, cabe compreender as transformações (GUERREIRO NETO, 2014, p. 12).

Também situando a diversidade de práticas do jornalismo num contexto que ultrapassa as suas bordas, Carlson (2015) busca explicá-las ao recuperar o referencial teórico das ciências sociais nos estudos de

fronteiras²⁶. Segundo o autor, essa é uma perspectiva possível para compreendermos os pontos de encontro entre os diversos grupos que permeiam o jornalismo, indo além das divisões entre profissionais e não-profissionais. Carlson (idem) propõe uma matriz teórica que abrange três movimentos relativos às fronteiras: expansão, expulsão e proteção de autonomia.

O primeiro é um esforço de jornalistas para estender as fronteiras para além do domínio do jornalismo. Significa a incorporação, por exemplo, de não-jornalistas na rotina jornalística – vide o caso dos CGUs, Conteúdos Gerados por Usuários. Expandir fronteiras é também aceitar novas práticas, como o uso de mídias sociais e blogs.

Contudo, movimentos de expansão não ocorrem sem uma desconfiança prévia, conforme atesta a histórica postura defensiva dos profissionais. Nos anos 1990, jornalistas temiam que blogueiros proliferassem notícias mal apuradas e roubassem a sua identidade profissional, por exemplo (SINGER, 2014).

Donos de blog eram frequentemente relegados a pessoas antiéticas, o que gerou uma resistência até o começo dos anos 2000 na incorporação do conteúdo gerado pelos usuários. Ao longo da década, jornalistas perceberam que a audiência poderia ser engajada, servindo como um amplo leque de conhecimentos. Singer (2015) observa que um dos pontos de virada foi a popularização do Twitter, que demonstrou seu potencial em momentos de crise ou desastre.

Dois outros movimentos relativos às fronteiras do jornalismo são a expulsão e a proteção de autonomia. O primeiro afasta atores desviantes do campo através de barreiras éticas. Trata-se, portanto, avaliar condutas, prática e valores, tendo como raiz o processo histórico de profissionalização do jornalista, que se legitimou perante não-jornalistas como uma pessoa responsável (FIDALGO, 2008). O movimento de expulsão é exemplificado por Carlson (2015) em dois exemplos: o desmerecimento que a comunidade jornalística reserva ao trabalho de *paparazzi* e a inferência de que tabloides sensacionalistas não são jornalismo de qualidade.

Por fim, a proteção de autonomia afasta atores não-jornalistas que visam influenciar o conteúdo do jornalismo através do controle editorial. Trata-se de um movimento de defesa contra a entrada de atores, como relações públicas, publicidade, cidadãos.

²⁶ Esse repertório é baseado, principalmente, em autores da sociologia do conhecimento, com especial ênfase em Thomas Gieryn.

As fronteiras do jornalismo não são estáticas e paralisadas no tempo, mas possuem algo de fluido e movediço. Os blogs, que citamos anteriormente, são um exemplo: outrora expulsos do jornalismo, eles foram lentamente incorporados como formas aceitáveis de se fazer notícia.

Por outro lado, o próprio movimento de expansão também é questionável: para Radojkovic (2010), o termo “Conteúdo Gerado pelo Usuário” sugere uma postura cínica dos meios de comunicação que, ao se apropriarem desse material, relegam as responsabilidades legais e éticas apenas aos cidadãos. Nesse sentido, as fronteiras do jornalismo realizam um trabalho de cooptação desse conteúdo – estimulando a participação do público –, mas também de segregação, situando-o em uma seção específica, distinta daquela com conteúdo produzido por profissionais (WAHL-JORGENSEN, 2015). Moretzsohn (2014, p. 263) também lembra que essa apropriação representa uma forma de obter matéria-prima “a partir de uma mão de obra informal, que ao mesmo tempo se comove com a súbita valorização e retribui com sua audiência fiel”.

François Heinderyckx (2009), embora se apresse a dizer que também é um entusiasta do potencial crescente de circulação de mensagens na sociedade da informação, não deixa de expressar algumas preocupações éticas quanto a esse contexto. O autor traz alguns questionamentos acerca do que chama de “para-jornalismo” – um modelo que guarda algumas características com o jornalismo formal, mas que é feito pela audiência: (1) essas formas de para-jornalismo são condicionadas pelas normas da ética jornalística?; (2) em que medida os produtores desse conteúdo podem ser vistos como jornalistas?; (3) os para-jornalistas se veem como jornalistas?; (4) a audiência vê esses para-jornalistas como jornalistas e reconhece seus conteúdos como midiáticos?

Radojkovic (2010, p. 130, tradução nossa²⁷), por sua vez, lembra que “a possibilidade de disseminar informação livremente provoca uma grande liberdade, mas também estabelece um teste moral”. Preocupações semelhantes à de Heinderyckx (2009) são expressas pelo pesquisador: (1) o jornalista cidadão não possui uma educação formal; (2) ele não pertence a um grupo profissional do campo jornalístico; (3) esse produtor não é obrigado a obedecer a ética profissional do

²⁷ No original: “the possibility to disseminate information freely brings about a huge freedom, but also establishes a moral test”.

jornalismo; (4) o trabalho desse cidadão não está sob qualquer lei ou regulamentação. O seu ponto de vista é mais apocalíptico: Radojkovic (2010) considera que jornalistas cidadãos são uma espécie de ameaça global que podem causar prejuízos na invasão de privacidade alheia, destruição das propriedades intelectuais, violação de direitos humanos e veiculação de conteúdo falso. Em que pese o fato de que estes sujeitos não seguem, a princípio, uma conduta próxima dos cânones jornalísticos – o que também não significa que eles são necessariamente antiéticos –, não deixa de ser curioso que muitas das preocupações expressas por Radojkovic (2010) já são causadas pelo próprio jornalismo²⁸.

Com a entrada de novos atores, o retorno do debate sobre questões éticas pode ser bem-vindo ao jornalismo, aposta Heinderyckx (2009). O autor recomenda que se evite o corporativismo em excesso no confronto com não-jornalistas, e que o jornalismo aproveite-se das perguntas que eles suscitam nas práticas jornalísticas para reforçar o seu próprio valor.

Em relação aos dilemas morais destes atores, temos mais perguntas do que respostas. De imediato, uma saída possível para minimizar os erros de não-jornalistas engajados em atos de jornalismo seria a educação formal para a mídia. Contudo, ela também enfrenta empecilhos. Christofolletti (2014, p. 275) ressalta que é necessário disposição não somente de setores educacionais, mas das próprias empresas jornalísticas em “abrir suas caixas pretas e apresentar ao público como são produzidas as notícias, como funcionam as redações, de que forma trabalham os profissionais, como a área se relaciona com outros grupos de interesse e centros de poder”. Surgem as inquietações: pensar em uma regulação para as práticas exercidas por não-jornalistas é viável? Eles estão dispostos a aderir um código de ética? A educação formal é um caminho possível? Ao final de nossa pesquisa, uma das respostas que poderemos esboçar será a respeito da pertinência ou não de se considerar um sistema ético que integre jornalistas e não-jornalistas.

²⁸ Para citar um dado recente, o terceiro volume de uma série de relatórios produzidos pela ONG ANDI aponta que 15.761 infrações a leis brasileiras e multilaterais são cometidas mensalmente em programas brasileiros de rádio e TV. Os números se juntam às outras 4500 violações de direitos e o desrespeito a normas autorregulatórias em mais 1962 casos. O documento está disponível em <bit.ly/2dCxrGO>. Acesso em 20 out 2016.

1.4 A PRÁTICA DOS ATOS DE JORNALISMO

Na seção anterior, tratamos do jornalismo a partir de suas fronteiras, ressaltando a sua relação com não-jornalistas a partir de três visadas: expansão, expulsão e proteção de autonomia. Vimos que elas não se excluem: atores outrora repelidos do campo porventura podem ser aceitos em algum momento. Esse movimento sugere que o jornalismo não é algo sólido; suas bordas são maleáveis e passam por mudanças constantes. Isso leva Carlson (2015) a concluir que o jornalismo é uma prática circunscrita em contextos culturais e sociais variados.

Tratamos, até então, de noções como “jornalismo cidadão”, “Conteúdo Gerado pelo Usuário”, “jornalismo participativo”. Contudo, apresentamos algumas críticas a essas nomenclaturas. Há uma miríade de palavras semelhantes, uma “inflação de termos” (FRÖHLICH; QUIRING; ENGESESSER, 2012) que dão conta de práticas jornalísticas realizadas por não-jornalistas – jornalismo cidadão, democrático, *grassroots*, *hobby*. Trata-se da mesma ideia, mas com pequenas inflexões que ressaltam determinados aspectos - a falta de profissionalização, o político, o colaborativo, e assim por diante.

Optamos por denominar as ações promovidas por não-jornalistas, e que guardam algum aspecto de cunho jornalístico, como atos de jornalismo. Não se trata de um termo novo, já tendo sido citado por Ward (2015), Hohlt e Karlsson (2014), Oliveira (2013), Russell (2013) e Stearns (2013). Realizamos esse exercício de maneira semelhante ao feito por Henrique Mazetti (2008), que em sua dissertação de mestrado investiga práticas de ativismo. O autor observa que há uma gama de nomenclaturas com significados próximos – mídia tática, *culture jamming*, ativismo, comunicação de guerrilha, digitofagia. Devido à falta de coesão e valor analítico (MAZETTI, 2008) que eles apresentam, opta-se por um termo próprio cunhado pelo pesquisador – ativismo de mídia –, com significado propositalmente genérico. De maneira semelhante, atos de jornalismo englobam práticas diversas, o que parece pertinente para abarcarmos a pluralidade de manifestações que ocorrem fora do domínio profissional do jornalismo.

A fim de aprofundarmos essa noção, tomamos como premissa a ideia de que o jornalismo é uma prática social. Os pesquisadores David Domingo e Florence Le Cam também partem desse ponto:

nós examinamos atores que se engajam na construção de narrativas noticiosas, independente de suas posições dentro ou fora do jornalismo como profissão. Nós preferimos conceituar o jornalismo como uma prática social, definida pelas atividades que são necessárias para a criação de notícia, ao invés das estruturas institucionalizadas e das posições profissionais. (...) Nossa hipótese é de que o jornalismo como prática está “em dispersão”, que as fronteiras profissionais do jornalismo representam apenas uma de suas configurações, histórica e simbolicamente construídas. Outros atores sociais fora de organizações jornalísticas institucionalizadas também participam ativamente da co-construção de notícias. Desse modo, eles estendem o significado do que nós devemos considerar como parte da atividade social de construir as notícias (DOMINGO; LE CAM, 2015, p. 138, tradução nossa²⁹).

Ao considerar uma “abertura” para o jornalismo, o posicionamento dos autores é consonante aos de Guerreiro Neto (2014) e Deuze e Witschge (2015), no sentido de que a pesquisa sobre jornalismo não deve se fechar apenas a práticas que estão dentro do campo profissional. Também remonta ao histórico de profissionalização da área, que fundamentou-se na discussão de quem era ou não jornalista, e não da natureza particular da atividade jornalística.

A compreensão do jornalismo como uma prática social que se alastra para além dos territórios profissionais também é discutida por Denis Ruellan e Zélia Adghirni (2009, p. 12), que são favoráveis ao que

²⁹ Tradução nossa para “we examine actors who engage in the construction of news narratives, regardless of their position inside or outside journalism as a profession. We prefer to conceptualize journalism as a social practice, defined by the activities that are necessary for the creation of news, rather than by institutionalized structures and professional positions. (...) Our hypothesis is that journalism as a practice is ‘in dispersion’, that the professional boundaries of journalism represent only one of its configurations, historically and symbolically constructed. Other social actors outside institutionalized journalistic organizations are also actively participating in the co-construction of news. In doing so, they extend the meaning of what we should consider as part of the social activity of making the news”.

chamam de uma “definição mínima do jornalismo”. Essa escolha teórica dos autores é baseada na premissa de que é necessário estudar novas práticas que seriam normalmente descartadas como não-jornalísticas por deixarem de obedecer a padrões normativos:

não que estas [as normas historicamente construídas] não tenham suas razões sociais nem que o jornalismo, assim como ele se institucionalizou, não seja uma dimensão necessária da lógica democrática. Mas ele não pretende, sozinho, ocupar um espaço que transborda um território ou uma função para se estender a outras práticas de produção de informações e de saberes sobre o mundo. É assim que compreendemos a ideia de um jornalismo em invenção (RUELLAN; ADGHIRNI, 2009, p. 13).

Stephen Ward (2015) também entende que o jornalismo é uma prática – esta, por sua vez, ocorre em três níveis. No primeiro, o jornalismo é apenas uma atividade pessoal. São condutas que não têm impacto na esfera pública e se desenvolvem como um *hobby* para quem as pratica – desde ler até postar uma opinião sobre determinado assunto em redes sociais. Não há a necessidade de uma ética específica para essas atividades, bastando uma “moralidade geral”.

Na América e Europa do começo do século XVIII, começa a se desenvolver o jornalismo como uma prática social – “atos de jornalismo ocorrem na sociedade e são permitidos a ocorrer pela sociedade” (WARD, 2015, p. 134, tradução nossa³⁰). É nesse contexto que emerge a figura do jornalista como um profissional. O jornalismo, portanto, evolui para uma prática, no sentido de acumular técnicas, conhecimentos e responsabilidades próprias. Torna-se uma profissão que deve ser realizada tendo em vista certos parâmetros de conduta. A ética das práticas sociais são mais específicas do que as de atividades pessoais, escreve Ward (*idem*).

O reconhecimento do jornalismo como prática institucional ocorre em fins do século XVIII, durante a Revolução Francesa. Esse processo formaliza e reforça a ética jornalística, colocando na profissão o papel de quarto poder. Devido ao comprometimento público, social e

³⁰ Tradução nossa para “acts of journalism occur in society, and are permitted to occur by society”.

político do jornalismo, não é possível falarmos em uma ética subjetiva para cada jornalista. Isso significa, para Ward (2015), que uma “moralidade geral” acerca do que é bom ou errado não sustentaria o comportamento de blogueiros ou cidadãos que praticam atos de jornalismo, ainda que estes grupos não estejam subordinados a uma deontologia. A questão seria demarcar critérios sobre o que é, propriamente, o jornalismo, já que Ward menciona a possibilidade de diferentes formas dessa prática coexistirem no mesmo espaço – o que o autor chama de “jornalismo em camadas” (*layered journalism*, no original). Joaquim Fidalgo (2013) também parte da constatação de Ward para entender que o jornalismo pode ser praticado: 1) como uma atividade profissional, em instituições (organizações de mídia) ou blogs; 2) como uma atividade amadora e casual, individualmente (em plataformas pessoais, por exemplo) ou em colaboração com veículos; 3) como uma prática cidadã, que visa legitimar-se como uma fonte de informação.

Portanto, para refletirmos sobre “atos de jornalismo”, tomamos como pressuposto, neste trabalho, que o jornalismo fundamenta-se a partir de três ideias:

a) o jornalismo é uma prática social (RUELLAN; ADGHIRNI, 2009; DOMINGO; LE CAM, 2015);

b) o jornalismo é uma prática social que ocorre em diversos níveis (FIDALGO, 2008; WARD, 2015);

c) o jornalismo é uma prática social que ocorre em diversos níveis e, no nível profissional, é uma prática social virtuosa (MACINTYRE, 2001; BORDEN, 2007).

Cabe salientar que o conceito de “prática social” do item três é um homônimo dos anteriores, mas não se trata da mesma ideia. Os dois primeiros usos do termo entendem que o jornalismo, enquanto uma atividade de natureza social, deve ser compreendida antes pelo seu processo do que por quem o pratica, se profissional ou não. Um ato de jornalismo, por sua vez, fundamenta-se a partir dessa ideia, podendo ser exercido por não-jornalistas. No entanto, enquanto uma prática social no sentido de MacIntyre (2001) e Borden (2007), o jornalismo é uma atividade que necessariamente perpassa exigências éticas, alcançadas por meio das virtudes. A nosso ver, atos de jornalismo também podem ser virtuosos, mas não tem a mesma obrigatoriedade ética do jornalismo exercido por profissionais. Trataremos desse ponto adiante, quando esboçarmos as diferenças entre “atos de jornalismo” e “jornalismo”.

O termo “atos de jornalismo” (WARD, 2015; HOHLT e KARLSSON, 2014; OLIVEIRA, 2013; RUSSELL, 2013; STEARNS,

2013), portanto, situa-se como uma prática social que não está institucionalizada. A respeito das diferentes nomenclaturas que se referem às produções de cunho jornalístico feitas por não-profissionais, chamamos atenção para o estado da arte realizado por Leonel Aguiar e Adriana Barsotti (2014). Os autores concluem que muitas das noções são empregadas como sinônimos – como jornalismo colaborativo, *open source*, *grassroots* e cidadão –, embora tenham diferentes significados. Por outro lado, essas definições, mesmo entre os autores dos termos, são imprecisas. Tendo em vista a falta de rigor metodológico das aplicações, Aguiar e Barsotti (2014, p. 13) propõe a noção de “jornalismo amador”, “pois enfatiza a relação de oposição entre quem exerce a prática jornalística ‘por gosto ou curiosidade’ de quem desempenha o jornalismo enquanto profissão”.

Parece-nos, ainda assim, que demarcar jornalistas e não-jornalistas com base nas suas motivações pode ser insuficiente. Vimos que os estudos focados nesse tema (FRÖHLICH *et al*, 2012; MORTENSEN *et al*, 2015) abrangem uma constelação de valores que se distancia, em grande parte, do jornalismo, especialmente quando não-jornalistas são movidos por ambições pessoais. Por outro lado, há grupos que partem de certo descontentamento com o fazer jornalístico – seja porque há críticas às suas condutas, seja porque não se cobrem pautas desejadas –, de modo que existe uma compreensão mínima acerca da função social do jornalismo. Enfatizar a palavra “amador” no termo “jornalismo amador” também pode carregar uma carga negativa *a priori*, tomada como sinônimo de “trabalho pior”, devido à conflituosa relação do jornalismo com outros atores que tentam cruzar suas fronteiras. Por esse mesmo motivo, o termo “para-jornalismo” (HEINDERYCKX, 2009) não nos parece totalmente apropriado, visto que sua origem, na verdade, remonta a uma forma “menor” de jornalismo: foi cunhado por Dwight MacDonald (DAMASCENO, 2012) e direcionado ao trabalho jornalístico de Tom Wolfe e Gay Talese, dentre outros jornalistas que cruzavam as fronteiras com as técnicas literárias. Nasce, portanto, como um termo pejorativo.

Noções como “jornalismo participativo” ou “Conteúdo Gerado pelo Usuário” (SINGER *et al*, 2011) também não parecem dar conta da pluralidade dessas práticas, pois atos de jornalismo podem não ter a intenção de colaborar com outros veículos, mas produzir um lugar próprio de fala – como é o caso de pequenos coletivos, como os que analisaremos. Da mesma forma, “jornalista cidadão” ou “repórter-amador” (OLIVEIRA, 2013) também não fariam sentido, uma vez que estamos falando de pessoas que não são profissionais.

Nesse sentido, a ideia de “atos” de jornalismo remete a uma prática realizada por atores sociais e chama atenção para o comportamento efêmero que eles possuem. Isso não se dá apenas numa relação temporal, no sentido de que atos de jornalismo podem ser breves flagrantes ou testemunhos de acontecimentos. Eles podem ir além disso e também abarcar comportamentos menos espontâneos, sendo práticas feitas por não-jornalistas que estão organizados em grupos ativistas, por exemplo, como no caso do dos Fiscalizadores dos Fiscalizadores, citado por Mortensen *et al* (2015). Reiteramos, ainda assim, que os atos são efêmeros: por mais que se dediquem à prática, seus participantes não tomam o jornalismo como ocupação principal. Isso, no entanto, significa apenas que eles não são jornalistas, e não impede que eles exerçam jornalismo, como argumentamos anteriormente.

Em um breve modelo esquemático, resumimos as características que entendemos como principais dos atos de jornalismo na tabela a seguir.

Quadro 1 – características dos atos de jornalismo.

Atos de jornalismo	Características gerais
Tensionam o modelo industrial de jornalismo (GUERREIRO NETO, 2014).	O conteúdo não perpassa, necessariamente, por uma edição.
São espontâneos (ALLAN, 2013; FIDALGO, 2008).	Podem resultar do espontâneo. Não são a ocupação principal do sujeito.
Tendem à fragmentação de narrativas (ALLAN, 2013).	Não está obrigatoriamente vinculado a um processo maior de apuração.
Mobilizam valores morais, que não são necessariamente deontológicos (WARD, 2015).	Não está vinculado ao dever-ser dos códigos deontológicos.
Podem gerar conhecimento social, desde que assuma uma responsabilidade epistêmica (BORDEN, 2007; POPESCU, 2013).	Pode gerar conhecimento social quando mobilizar valores próximos aos da ética jornalística.

Fonte: elaboração própria.

Entendemos que os atos de jornalismo:

1) *tensionam um modelo industrial de jornalismo* (GUERREIRO NETO, 2014): nem sempre o conteúdo postado perpassa alguma edição próxima da jornalística, obedecendo a determinadas regras da profissão. Embora não haja filtro, os discursos dos cidadãos,

como qualquer outro discurso, são mediados. Atos de jornalismo também podem ser individuais, sem um trabalho em equipe.

2) *são espontâneos* (ALLAN, 2013; FIDALGO, 2008): atos de jornalismo tendem a resultar do espontâneo, do incidente. Portanto, possuem “vida curta”, a não ser que a pessoa faça parte de um grupo, por exemplo, que eventualmente realiza coberturas e pratica sucessivos atos de jornalismo. Como as pessoas que realizam a prática não são jornalistas, também podemos entender o seu caráter efêmero porque os atos são realizados no tempo ocioso dos sujeitos – a não ser quando resultam do acaso. A ênfase no aspecto espontâneo não significa que práticas do jornalismo profissional também não possam resultar do acaso, por exemplo. O que pretendemos realçar neste ponto é que os atos de jornalismo não são a ocupação principal de quem os pratica e, nesse sentido, são frutos de incidentes ou de coberturas organizadas por grupos que realizam isso em suas horas vagas.

3) *tendem à fragmentação das narrativas* (ALLAN, 2013): atos de jornalismo são, em sua maioria, narrativas de testemunho – pequenos blocos de informação que podem ou não estar contextualizados. Muito embora o ato de jornalismo seja uma narrativa em si, ela pode acabar não representando o contraditório do acontecimento quando está reduzida apenas ao testemunho pessoal do sujeito. Um acontecimento complexo, por exemplo, não pode ser entendido apenas com o testemunho – uma parte dele, sim. Embora as notícias no jornalismo nem sempre consigam representar a complexidade dos fatos, o processo jornalístico não se reduz apenas ao testemunho e abrange também outras etapas: apuração, mediação e interpretação (FRÖHLICH *et al*, 2012).

4) *mobilizam valores morais que não são necessariamente deontológicos* (WARD, 2015): ao contrário do jornalismo, que também mobiliza valores morais, mas tensionado com códigos deontológicos, os atos de jornalismo praticados por não-jornalistas não estão comprometidos pela deontologia, que compete a grupos profissionais. Isto não significa que os valores não possam coincidir, mas não há uma obrigatoriedade dos não-jornalistas em aderir-los.

5) *podem gerar um conhecimento social, desde que assumam uma responsabilidade epistêmica* (BORDEN, 2007; POPESCU, 2013): se o ato de jornalismo mobilizar valores próximos à ética jornalística, é possível que a sua mediação caracterize um tipo de conhecimento que supera o senso comum. Como vimos anteriormente, consideramos que o compromisso ético, que chamamos de responsabilidade epistêmica, é condição necessária para que esse conhecimento seja validado.

Esta é uma noção que utilizamos para generalizar as práticas de não-jornalistas. Ela é propositalmente ampla, pois abarca um universo vasto e heterogêneo, mas busca delimitar que não se trata de ações feitas por “jornalistas”-cidadãos, “repórteres”-amadores, ou, tampouco, assume de antemão que se trata do jornalismo propriamente dito, mas “participativo”, “colaborativo”.

Logo, atos de jornalismo não são o jornalismo em si, mas uma “parte” do seu processo – são atos, afinal. Pensamos que a maior das aproximações entre as duas práticas pode acontecer na quinta característica, quando um ato compromete-se com a responsabilidade epistêmica de um jornalista e mobiliza valores morais próximos dos deontológicos.

Neste trabalho, estamos interessados em discutir com maior atenção o quarto ponto das características que delineamos para os atos de jornalismo. Portanto, o capítulo seguinte busca traçar como são formados os valores morais que culminam na deontologia do jornalismo.

2 VALORES MORAIS NO JORNALISMO

O capítulo anterior buscou fundamentar a ideia do jornalismo como uma prática social (RUELLAN; ADGHIRNI, 2009; DOMINGO; LE CAM, 2015) e virtuosa (MACINTYRE, 2001; BORDEN, 2007), compreendido, portanto, como um processo que cultiva virtudes para atender a certos padrões éticos. Os atos de jornalismo, por outro lado, não competem a um grupo profissional. Aqueles que os praticam não estão subordinados a uma relação de dever-ser com a ética. Isto não significa que são necessariamente “antiéticos”, mas que não possuem a obrigação deontológica de seguir certos valores próprios do jornalismo. Do mesmo modo, profissionais nem sempre atingem uma ética de excelência, apesar de estarem compromissados com esse dever.

Nesta primeira leitura, retomamos conceitos que estão relacionados ao próprio significado do jornalismo, uma vez que é a partir dessa fundamentação que se pode afirmar uma finalidade para a prática jornalística e, portanto, uma teoria ética própria (KARAM, 2014). O segundo capítulo visa discutir uma das características que delineamos para os atos de jornalismo – a saber, que não-jornalistas mobilizam valores morais, e não necessariamente deontológicos, embora ambos possam coincidir. Portanto, o capítulo discute inicialmente os conceitos de ética, moral e deontologia, para, em seguida, discutir a formação de valores-base no jornalismo. Finalizamos a discussão citando valores morais de não-jornalistas que podem impactar, em alguma medida, a ética jornalística – nomeadamente, a ética hacker e a ética de blogueiros.

2.1 ÉTICA, MORAL E DEONTOLGIA: CONTORNOS INICIAIS

O mesmo sujeito que possui a “moral elevada” entre seus amigos pode, volta e meia, incorrer em ações julgadas por terceiros como “pouco éticas”. Comuns ao uso cotidiano, os termos “moral” e “ética” são frequentemente utilizados como sinônimos, significando ora um conjunto de convicções, ora um estado de espírito, ora um apanhado de valores, preceitos e normas. É verdade que os contornos que envolvem as duas palavras são imprecisos e, muitas vezes se confundem. No entanto, moral e ética não são apenas termos, mas conceitos filosóficos – ou seja, dotados de uma fundamentação. Uma vez que essa dissertação toma como aspectos centrais a ética e a moral, uma breve retomada histórica para distinguir os dois conceitos não nos parece mero preciosismo, mas uma tarefa necessária.

A confusão entre moral e ética é justificada por um erro de tradução, conforme esclarecem Aranguren (1995), Tugendhat (1996) e Camponez (2009). O termo “éticas” (do grego *éthicos*) refere-se às investigações de Aristóteles sobre o *ethos*³¹. No entanto, o filósofo clássico faz uma distinção entre *éthos* e *êthos*: o primeiro refere-se a uma propriedade do caráter adquirida através do agir, enquanto que o segundo é voltado aos costumes e hábitos de uma pessoa. O duplo significado da palavra perdeu sua força na tradução do grego para o latim. Dessa maneira, o equivalente de *éthicos* passa a ser *moralis*, restringindo o conceito apenas à ideia de usos e hábitos.

Não é à toa, portanto, que “moral” passa a ter diversos significados na contemporaneidade. Os filósofos Adela Cortina e Emilio Martínez (2010, pp. 14-16) atribuem cinco utilizações cotidianas da moral enquanto substantivo: 1) modelo de conduta; 2) convicções pessoais; 3) uma ciência “geral”; 4) caráter ou atitude; 5) uma dimensão da vida humana, sendo este o seu uso mais genérico. Ética, por sua vez, tende a ser compreendida como a diversidade de normas ou princípios que regem a vida de comunidades, povos e indivíduos.

Há, no entanto, outros fatores que distinguiriam moral e ética para além da tradução reducionista do grego ao latim. O pesquisador português Carlos Camponez (2009) cita o teólogo especialista em bioética Guy Durand³², que confere à religião um papel de peso nessa diferenciação. A moral estaria ligada historicamente ao cristianismo e a sua preponderância na cultura ocidental. Derivaria daí o caráter eminentemente prático e, em certa medida, conservador - não à toa, utiliza-se cotidianamente o adjetivo “moralista” como uma associação aos “bons costumes” de outrora. A ética, por outro lado, teria certo status “acadêmico” devido ao seu caráter associado à reflexão. Essa ênfase pode ser explicada pela redescoberta dos textos gregos durante a Idade Média, o que confere um sentido secular e racional à ética (CAMPONEZ, 2009), conforme os ideais iluministas confrontavam valores medievais.

³¹ Contudo, o primeiro significado de ética, segundo Aranguren (1995), seria o de “residência” ou “morada”. Este sentido foi empregado nas poesias gregas para aludir aos lugares habitados por animais.

³² Cf. DURAND, Guy. Introduction Générale à la Bioéthique – Histoire, concepts et outils, Montréal, Fides/Cerf, 1999.

Daniel Cornu (2015) apresenta um par de modelos esquemáticos para salientar a diferença entre os dois conceitos. No primeiro deles, a ética é desqualificada em relação à moral. Esta compreende valores que orientam a conduta humana de forma geral, ao passo que aquela forma um subconjunto para regulá-las. A partir desta aceção, a deontologia é derivada da ética: seria a sua versão aplicada a profissionais.

Segundo o pesquisador suíço, este modelo tende a representar o uso contemporâneo dos dois termos. A ética é entendida a partir de um ponto de vista exclusivamente pragmático, utilitarista e, por vezes, retórico. No caso do jornalismo, conforme veremos adiante, a ética pode ser invocada como uma estratégia para garantir credibilidade - por meio de discursos em linhas editoriais, por exemplo, ou na exposição de códigos de conduta. Para Cornu (2015, p. 106), essa concepção desordenada da ética acarreta perdas na sua “força normativa”, na sua “perenidade” e na sua “universalidade”.

Um segundo modelo compreende a ética como “instância superior à moral” (CORNU, 2015, p. 107). Ao contrário do esquema anterior, neste a ética não é sinônimo de regras de conduta. Ao contrário: ela questiona e desconstrói o que está codificado. Cornu (2015) esclarece que isso não a faz menos ou mais utilitarista do que no primeiro modelo; essa compreensão, contudo, visa enfatizar que a ética fundamenta princípios morais. Estes, por sua vez, legitimam as finalidades das ações. Neste modelo, a deontologia está ligada à moral, e não à ética.

Esta é a compreensão usual que se tem sobre moral e ética no campo filosófico. Fala-se, portanto, que ética é a “dimensão da filosofia que reflete sobre a moralidade” (CORTINA, 2010, p. 27). Não se trata de um conjunto de normas do mundo social, mas de reflexões conceituais e argumentativas que justificam racionalmente a vida moral (CORTINA; MARTÍNEZ, 2010). Isso não significa que a ética deixe de ser normativa - ela sempre é, mesmo que indiretamente, pois orienta ações humanas quando hierarquiza diferentes concepções morais para conduzir um comportamento. Logo, ela também não é neutra, pois está comprometida com valores diversos. No caso da moral, seu saber também é normativo, embora ela guie condutas através de casos

concretos – a ética, por sua vez, está confinada à reflexão que fundamenta estes saberes³³.

Cortina e Martínez (idem, p. 20) simplificam a questão colocando que a pergunta básica da moral é “o que devemos fazer?”. Já para a ética, o questionamento central seria “por que devemos fazer”. Há, portanto, tarefas distintas: à moral cabe prescrever condutas diretamente associadas às ações práticas da vida cotidiana; a ética, por sua vez, expressa conceitos em um objeto e o fundamenta através da argumentação³⁴.

Até então, vimos que moral e ética têm contornos imprecisos e, em muitos casos cotidianos, se confundem. Ética é uma instância de reflexão; moral está ligada à prática. Observamos também que o aspecto etimológico não é suficiente para explicar a distinção entre ética e moral, uma vez que a última foi traduzida com o duplo significado de *êthos* e *éthos*. Nessa dissolução, o sentido de moral como “costume” acabou sendo priorizado.

³³ Vale ressaltar a advertência de Tugendhat (1996): não se trata de dizer que a ética é um campo mais “abrangente” do que a moral, mas uma reflexão filosófica sobre ela.

³⁴ Como esclarece Comparato (2016, pp. 27-28), a justificativa racional em dilemas éticos não é neutra, mas ligada a questões que envolvem ordem social e poder: “em regra geral, a função de justificação ética, ou legitimação política, da organização social é feita pelos grupos ou classes no poder, como instrumento de autodefesa. Os homens nascem, crescem e morrem numa cultura de legitimação do poder de um grupo social sobre outro. Nas sociedades escravocratas, o filho do escravo era convencido, desde criança, da inevitabilidade de sua posição de dominado, a fim de não alimentar esperança alguma de lograr, um dia, libertar-se da condição servil. O servo da gleba, na Idade Média europeia, era educado, sobretudo pela religião, a considerar como necessários os vínculos sociais que o prendiam ao senhor feudal. Da mesma sorte, o assalariado contemporâneo luta pela preservação de seu emprego e, se possível, pela melhoria das condições de trabalho, como um direito fundamental, que realmente é. Mas esse trabalhador não está, em geral, preparado mentalmente para contestar a legitimidade do poder dos padrões na organização empresarial. A persistência do trabalho assalariado em condições de subordinação é apresentada como uma espécie de dado da natureza, por razões de ordem ‘científica’, no quadro da teoria econômica, quando não é defendida com argumentos de ordem moral e até religiosa”.

Para Camponez (2009), a distinção entre dois paradigmas filosóficos podem auxiliar na compreensão das diferenças entre ética e moral: o pensamento aristotélico e o kantiano. Discutir brevemente estes aspectos também nos fornece embasamento para fundamentar, posteriormente, a ética radical de mídia proposta por Stephen Ward (2015), inspirada pelo *télos* de Aristóteles. Já em Kant encontraremos os primeiros vestígios de uma deontologia nos moldes que conhecemos hoje, e que será tema do subcapítulo 2.2. Ao final desta primeira parte, elencaremos ainda algumas perspectivas contemporâneas da ética, o seu método de análise e as contribuições da sociologia para pensar a formação dos valores morais na sociedade.

Ao propor o recorte entre duas tradições de pensamento, Camponez (*idem*) sinaliza, portanto, que 1) o conceito que conhecemos hoje como ética está associado a sua origem etimológica aristotélica, inserida em uma corrente teleológica; 2) a ideia de moralidade, por sua vez, está ligada à obediência da lei moral kantiana, no contexto da deontologia. Essa distinção serve para clarificar as origens teóricas de ética e moral que trabalhamos até então - a ética como reflexão, a moral como normas do mundo social. Não significa dizer que não existe uma moralidade em Aristóteles ou que o pensamento de Kant não possa ser categorizado como ética, evidentemente³⁵. Vale ainda ressaltar, conforme explicam Cortina e Martínez (2010), que as diferenças entre as correntes teleológicas e deontológicas eram mais delimitadas antigamente. O que determinaria a distinção entre as duas é a atenção dada às consequências - a primeira, utilitarista, leva-as em consideração; a segunda, intuicionista, avalia ações independente delas. Hoje, no entanto, esse critério não seria definidor, uma vez que deontologistas passam a incorporar aspectos do consequencialismo em suas avaliações sobre a moral³⁶.

³⁵ Por exemplo, a teoria ética de Aristóteles fundamenta uma moralidade voltada à realização da vida boa. A teoria ética kantiana compreende a moral como o cumprimento de um dever.

³⁶ Segundo Cortina e Martínez (2010, p. 112), a principal diferença entre as duas tradições atualmente seria que as éticas teleológicas “se ocupam em discernir o que é o bem não-moral antes de determinar o dever, e consideram moralmente boa a maximização do bem não-moral, ao passo que seriam éticas deontológicas as que marcam o âmbito do dever antes de se ocupar do bem, e só consideram bom o que é adequado ao dever”.

A ética aristotélica entende que ações são orientadas para um fim específico, um *télos*. Em *Ética a Nicômaco*, o filósofo grego explica que a finalidade última do agir humano é a *eudaimonia*. Há imprecisões quanto a essa tradução: pode-se entendê-la como felicidade, autorrealização, vida boa, bem-estar ou florescimento. O termo mais preciso, contudo, seria o último, conforme esclarece o filósofo Kwame Anthony Appiah (2012): “florescer” é sinônimo de viver bem e não se reduz à felicidade. Trata-se de um bem supremo e autossuficiente, de modo que a busca pelo dinheiro, por exemplo, como um meio para atingir a plenitude e ser feliz estaria incorreto, no enfoque da ética aristotélica. Isto também demarcaria uma diferença com a ética hedonista: ambas comungam da boa vida como horizonte último para suas ações, mas a última compreende a felicidade como um tipo de prazer; o florescimento, no caso dos *eudaimonistas*, é autorrealizado e “pode comportar ações que nem sempre são prazerosas” (CORTINA; MARTÍNEZ, 2010, p. 60).

Conforme discutimos no capítulo anterior, as virtudes são as disposições necessárias para chegar ao “florescimento humano”. Há uma diversidade delas, como inteligência, sabedoria, temperança, justiça e bom humor. Contudo, aquela de maior valor é a *phrônesis*, ou seja, a prudência na escolha dos meios corretos para realizar determinados fins.

Diz-se, portanto, que Aristóteles fundamenta uma doutrina das virtudes. Cortina (2010) classifica o pensamento aristotélico como uma ética dos fins, que está preocupada com a plenitude humana, e não exatamente com a motivação do seu agir. Logo, por não ter a ação como objeto, as investigações acerca da natureza humana, neste caso, não se dão de forma empírica. Busca-se avaliar a essência do homem por meio de um critério objetivo: o fim (*télos*), que independe do desejo de cada sujeito.

Também discutimos anteriormente que o britânico Alasdair MacIntyre (2001) é um dos filósofos contemporâneos que retoma a questão das virtudes e a tradição aristotélica. A partir dele, Cortina (2010, p. 48) traz uma leitura sobre a objetividade do *télos* em Aristóteles e a fundamentação das normas:

Como indica acertadamente MacIntyre, ao assinalar um *télos* ao qual o homem tende enquanto homem, essas éticas podem perfeitamente – MacIntyre refere-se à aristotélica – estabelecer uma conexão racional entre as normas morais e a natureza do homem

empiricamente descritível: a indicação, no *télos*, daquilo que o homem deve ser permite entender as normas como uma ponte estendida entre aquilo que o homem é e aquilo que ele deve ser; a teleologia objetiva constitui o fundamento racional das normas morais. E é precisamente o desaparecimento da ideia de *télos* a partir da modernidade que privou as normas morais de sua base racional: da natureza humana, empiricamente entendida, era preciso extrair a força prescritiva para sujeitar normativamente essa mesma natureza. Aqui reside, em grande medida, o fracasso do Iluminismo.

Segundo MacIntyre (2001), uma das dificuldades em retomar a doutrina das virtudes no contexto atual é projetar uma comunidade política voltada ao bem comum quando, hoje, vivemos em um mundo liberal moderno e individualista. Além disso, o britânico infere que a moralidade contemporânea não pode ser explicada somente pelas virtudes, sendo necessária uma teoria complementar. A preocupação central de MacIntyre (2001) é fornecer um conteúdo para a *eudaimonia* e avançar no pensamento aristotélico.

Já havíamos observado anteriormente, no subcapítulo 1.2.1., que as virtudes nos levam a considerar uma ética virtuosa para o jornalismo. No primeiro capítulo, centralizamos parte da discussão na ideia de que o jornalista carrega consigo uma responsabilidade epistêmica, e que o conhecimento social proveniente da atividade jornalística somente é alcançado quando cumpre exigências de padrões éticos. Neste momento, voltamos às ideias de Aristóteles para ampliar a sua discussão. Procuramos enfatizar mais uma vez os contornos iniciais de um conceito para ética. Contudo, priorizamos também discutir a questão do *télos*. Esse debate será retomado adiante para refletirmos sobre os limites e as possibilidades para uma ética de mídia radical - conceito norteador deste trabalho.

Se Aristóteles trouxe os fundamentos para uma doutrina das virtudes, o pensamento kantiano nos leva a formular a doutrina da boa vontade. Em *Historia de la etica*, MacIntyre (1976) explica que o significado de moralidade, para quem nunca teve maior contato com a filosofia, é muito próximo daquele imaginado pelo alemão Immanuel Kant. Trata-se, afinal, de uma ação que não está subordinada a um *télos* orientado para o florescimento, mas ao respeito por uma lei universal moral. É o imperativo categórico, a ideia de agir segundo uma máxima

que possa ser universalizada. A noção de felicidade, no sentido aristotélico, não caberia na moral de Kant (MACINTYRE, 1976), pois ela varia conforme a subjetividade de cada um. No pensamento kantiano, a lei moral é dura e invariável. O imperativo categórico, portanto, não admite exceções.

Para Kant, a objetividade da ação moral está fundamentada na razão. O espaço concedido à subjetividade concentra-se na ideia do dever: é o sentimento de respeito pela lei moral. Sendo assim, o filósofo alemão Hans Jonas (1995, p. 158, tradução nossa) traz uma leitura sobre a ética kantiana, explicando que “a razão mesma se converte na fonte de um afeto e é objeto absoluto deste”³⁷. E prossegue: “não, naturalmente, a razão enquanto faculdade de conhecer, mas como princípio de universalidade ao qual se deve conformar a vontade”³⁸ (idem). Ainda que com uma perspectiva “marcadamente individualista” (CAMPONEZ, 2009, p. 29), e que atribui uma função moral ao Estado – ele deve garantir condições aos sujeitos para que tornem suas vidas éticas –, pode-se encontrar na doutrina de Kant um limite à autonomia do sujeito. É o que Jonas (1995, p. 158, tradução nossa) chama de “autolimitação da liberdade por respeito à ideia de autolimitação da liberdade”³⁹ fazendo referência ao imperativo categórico.

A perspectiva individualista de Kant é invertida pelo sociólogo Émile Durkheim: se, no primeiro, o imperativo categórico rege a moralidade das ações humanas, no segundo, o ato moral reflete uma adesão aos valores de determinada sociedade. Durkheim considera que a ideia do dever kantiano não é suficiente para explicar a moralidade e adiciona uma variável a mais para pensarmos a complexidade da ética – a identificação do sujeito com um ideal social. No entanto, a análise durkheimiana, ao priorizar aspectos sociológicos demasiadamente, rescalda em certo determinismo: é a sociedade “que nos extrai de nós mesmos, que nos obriga a contar com outros interesses além dos nossos, é que ela que nos ensinou a dominar as nossas paixões, os nossos instintos, a conceder-lhe a autoridade, a privarmo-nos, a sacrificarmo-

³⁷ No original: “la razón misma se convierte em la fuente de um afecto y es el objeto absoluto de este”.

³⁸ No original: “no, naturalmente, la razón em cuanto facultad de conocer, sino como um principio de universalidad al cual debe conformarse la voluntad (...)”.

³⁹ No original: “autolimitación de la libertad por respeto a la Idea de la autolimitación de la libertad”.

nos, a subordinar os nossos objetivos pessoais a objetivos mais elevados (...)” (DURKHEIM, 2007, p. 57). Por essa perspectiva, o sujeito age em nome de um interesse coletivo. Seu interesse enquanto indivíduo é apagado porque estaria em conformidade com a própria sociedade.

Outro sociólogo que critica o pensamento de Kant é Max Weber. Este confronta a moral do imperativo categórico por considerar que nem sempre o fim justifica os meios - ou seja, o respeito à lei kantiana acima de tudo é questionável. É necessário ponderar e avaliar situações, levando em consideração consequências e contextos específicos. Há, portanto, uma separação entre dever ser absoluto e dever ser prático (CAMPONEZ, 2009).

Em linhas gerais, Weber formula a ética da convicção e a ética da responsabilidade. O que justifica a ação moral da primeira é o valor do agente e sua boa intenção. Está próxima do pensamento kantiano, uma vez que “nessa perspectiva, não se põe a menor preocupação com os efeitos dos atos praticados, ou das decisões tomadas em obediência ao dever ético” (COMPARATO, 2016, p. 506). A ética da responsabilidade, por sua vez, infere que o agente deve levar em consideração as consequências possíveis de suas decisões.

Podemos considerar que a doutrina kantiana da boa vontade insere-se na corrente da deontologia, em oposição à ética teleológica. A ação moral é guiada exclusivamente pelo respeito à lei, independente de qualquer manifestação da sociedade sobre o indivíduo. Do mesmo modo, as decisões do sujeito não levam em consideração noções de responsabilidade. Trata-se, unicamente, de uma ideia de dever.

Cabe salientar que o termo deontologia, em Kant, distingue-se completamente do seu sentido original. A corrente deontológica não inicia com o filósofo alemão, mas com Jeremy Bentham, em 1816, no livro *Chrestomatia*. Derivada de duas palavras gregas, o sentido original de deontologia (*to déon* [o que é conveniente] - + *logia* [conhecimento]) remete a uma ética orientada apenas para o prazer e interesse do indivíduo; em última instância, quanto maior o prazer individual, maior a felicidade universal. Trata-se de uma lógica utilitarista, uma vez que “o papel do moralista, segundo Bentham, seria então o de demonstrar que um acto imoral resulta de um cálculo errado do interesse pessoal, dos prazeres e do sofrimento” (CAMPONEZ, 2009, p. 96).

A despeito de seu significado original, os sentidos da deontologia perpassam três caminhos, de acordo com Camponez (idem): 1) associado à doutrina de Kant; 2) associado a uma ética normativa; 3) associado à ideia de prescrição. A segunda abordagem refere-se aos princípios e normas aplicadas no domínio profissional. “Deste modo,

expressões como deontologia médica, ética médica ou moral médica surgem como praticamente equivalentes”, escreve Camponez (idem, p. 97). O sentido do dever-ser kantiano é deslocado para a ideia de uma ética normativa, que busque solucionar dilemas morais das profissões⁴⁰. Finalmente, o terceiro significado da deontologia toma o conceito como um adjetivo. É semelhante ao segundo ponto, uma vez que trata do domínio profissional. A deontologia, neste caso, prescreve e regulamenta. Contudo, esta é uma abordagem mais corporativa do que filosófica (CAMPONEZ, idem), ao contrário do significado anterior, próximo a uma ética aplicada. O uso que se faz do conceito é semelhante ao que Cornu (2015) chama de ética estratégica, conforme veremos adiante.

Dissemos anteriormente que uma das distinções entre ética e moral é a separação entre os paradigmas aristotélicos e kantianos, inseridos nas tradições teleológicos e deontológicos. Nesse sentido, podemos considerar que a deontologia é um “subconjunto de regras morais”, uma “expressão da moral” (CAMPONEZ, 2009, p. 100). A diferença entre os dois conceitos está na especificidade da deontologia, pois ela é aplicada em um âmbito mais restrito, normalmente confinada a grupos com normas morais sistematizadas. Há, portanto, uma confluência entre os termos estudados até então: a ética fundamenta valores da deontologia, ao mesmo tempo que avalia e revisa suas premissas; moral e deontologia, por sua vez, são semelhantes em relação ao seu conteúdo, diferindo-se apenas no âmbito de aplicação.

2.1.1 A formação dos valores morais

Até aqui, salientamos algumas diferenças na abordagem do pensamento kantiano. O filósofo clássico utiliza a razão e a obediência à lei do imperativo categórico como principais forças-motoras de sua moral. Durkheim sublinha a importância de se considerar a sociedade e seus valores no agir do sujeito. Apenas a perspectiva do dever não seria suficiente para explicar as ações morais de um indivíduo. Já Weber

⁴⁰ O conceito de deontologia, até então restrito aos escritos de Bentham, foi utilizado pela primeira vez em um contexto profissional pelo médico francês Max Simon (CAMPONEZ, 2009). O código deontológico inaugural da medicina nasce em 1847 e, “de acordo com a tradição anglo-saxónica, surge sob o nome de código de ética” (idem, p. 98) – *Code of Medicinal Ethics of the American Medical Association*.

sugere que uma avaliação sobre decisões morais deve ponderar contextos específicos e as possíveis consequências da decisão, sublinhando o papel da responsabilidade.

No entanto, o mundo contemporâneo vê o surgimento de novos dilemas morais, como a tecnologia genética (JONAS, 1995). Algumas questões que já existiam passam a ter maior destaque, a exemplo da eutanásia. Outras, mais antigas, permanecem no debate público – aborto, tratamento às minorias. Por conta deste mosaico de problemas éticos, o filósofo Ernst Tugendhat (1996, p. 13) considera que algumas doutrinas, como a kantiana, não conseguem apresentar soluções suficientes para questões atuais, especialmente porque “tinham em vista apenas aquelas normas que desempenhavam um papel na vida intersubjetiva de adultos contemporâneos”.

Em uma leitura sobre Kant, Hans Jonas (1995, p. 153, tradução nossa) aponta que a obediência a uma lei moral deve considerar também o papel da emoção: “não é o dever o sujeito da ação moral, não é a lei moral que motiva a ação moral, senão a chamada do possível bem-em-si no mundo, que se coloca frente à minha vontade e exige ser ouvido (...)”⁴¹. Jonas converge com o pensamento de Tugendhat ao criticar a ética “tradicional”, que seria essencialmente antropocêntrica - seu objeto de estudo é a relação do homem com o homem. Desse modo, o não-humano deixa de ter qualquer relevância para as reflexões éticas.

Na introdução à obra de Hans, o filósofo Andrés Sánchez Pascual (1995) explica que o sujeito da época medieval pouco intervinha na natureza. É a partir da ciência moderna que a humanidade passa a ter uma nova relação com a técnica. As intervenções do homem se ampliam de tal forma que a própria espécie humana torna-se uma ameaça à Terra. É a partir dessa ideia que Jonas (1995) desenvolve uma teoria da responsabilidade. Sua preocupação é aprofundar uma ética orientada para o futuro, fundamentada em novas concepções de direitos e deveres – a natureza, por exemplo, como responsabilidade humana – e que dê conta de dilemas globais. Algumas destas ideias serão retomadas posteriormente neste capítulo, pois servem de inspiração para a construção teórica de uma ética global para o jornalismo.

Em *Ética sem moral*, Adela Cortina (2010) entende que a ética moderna desenvolvida até então também é insuficiente para

⁴¹ No original: “no es el deber mismo el sujeto de la acción moral, no es la ley moral la que motiva la acción moral, sino la llamada del posible bien-en-sí en el mundo, que se coloca frente a mi voluntad y exige ser oído (...)”.

fundamentar a moralidade contemporânea, que mostra-se subjugada à razão jurídica e política. Nesse sentido, a ética possui uma tarefa que não é apenas relativa ao indivíduo, mas ao todo social, uma vez que ela está preocupada com normas, direitos humanos, participação política e justiça. Portanto, “sua posição não é a de *serva* do direito e da política – muito menos de juristas e políticos -, mas a de *senhora*” (CORTINA, 2010, p. 23, grifo da autora).

A partir destas premissas, a filósofa apresenta a perspectiva de uma ética da modernidade crítica e rejeita posições que renunciam ao projeto moderno de sociedade⁴². Para Cortina (2010, p. 22), abandonar a razão – o cerne da modernidade – é equivalente a abandonar a própria moral,

porque as sociedades aprendem não apenas em nível científico, técnico ou artístico, mas também em nível moral: o reconhecimento da autonomia pessoal, a dignidade que, conseqüentemente, compete a todo homem, os direitos humanos, o direito imparcial, a forma de vida democrática se incorporaram em nosso saber moral em um processo que já se tornou irreversível, de modo que renunciar a tudo isso significa renunciar até mesmo a nossa própria humanidade.

Dentre as tarefas para a ética da modernidade crítica, Cortina (2010) destaca duas: 1) fundamentar um estatuto conceitual para a ética e 2) ultrapassar a questão do dever, mostrando como princípios éticos refletem na vida social e pessoal dos sujeitos. Neste último ponto, a autora abre o campo da ética para uma diversidade de subgrupos: teríamos, a partir disso, uma ética econômica, ecológica, educação moral, e assim por diante.

Em confluência com Jonas (1995) e Tugendhat (1996), o professor e jurista Fábio Comparato (2016, p. 511) sublinha que o

⁴² Trata-se de uma crítica às chamadas correntes pós-modernas da filosofia. Em outro ponto de sua obra, Cortina (2010, p. 115) escreve: “com certeza, é exagero qualificar nossa época de ‘pós-moderna’, porque nela concorrem forças filosóficas herdeiras da modernidade, como o cientificismo e o racionalismo crítico, ou as versões neoconservadora e crítica da modernidade (...), e também tendências ‘pré-modernas’, que não deixam de ter seu peso sociológico e filosófico”.

universo complexo da ética e dos seus valores não pode ser explicado unicamente pelas vias do raciocínio. O sensível também desempenha papel fundamental, de modo que o juízo ético perpassa por sentimentos de “indignação e vergonha, de ternura e compaixão”⁴³. Comparato resgata a tradição aristotélica para fundamentar a finalidade das ações humanas, subordinadas ao bem supremo da *eudaimonia*. Contudo, o autor acrescenta uma leitura política que complementa o pensamento do filósofo grego e nos auxilia a pensar a questão da formação dos valores:

Nas sociedades primitivas, a finalidade global era imposta a todos pelas exigências próprias da evolução biológica: a preservação e o crescimento reprodutivo do grupo social. Mas à medida que as sociedades evoluíram, a essa finalidade primária, ditada pela natureza, acrescentaram-se outras, sempre mais dependentes da vontade humana: são escolhas ou decisões de poder, tomadas em função dos valores vigentes no meio social, e também de determinados interesses, que podem ser próprios dos detentores do poder político, ou comuns a todos os membros do grupo social. Entre os valores e os interesses, entendidos estes como objetivos a serem alcançados mediante uma ação racional do sujeito, há de existir, por conseguinte, um mínimo de harmonia (COMPARATO, 2016, p. 23).

Ou seja, o jurista ressalta que valores também são atravessados por questões que envolvem poder, interesses individuais e interesses coletivos – para além da suposta autonomia individual kantiana ou do determinismo sociológico em Durkheim. A essa leitura poderíamos ainda adicionar a contribuição de Berger e Luckmann (2013): o homem

⁴³ Poderíamos acrescentar a essa breve lista o conceito de “honra”, trabalhado por Kwame Anthony Appiah, e associado a sentimentos de respeito e vergonha. No seu livro, o filósofo britânico radicado em Gana analisa alguns momentos históricos que denomina como revoluções morais - os duelos ingleses, a libertação dos escravos norte-americanos e os pés enfaixados de mulheres na China imperial. A transformação dos costumes morais que pôs fim a essas práticas está relacionada a questões identitárias, raciais, políticas e de gênero. Nestes casos, a honra atua como um propulsor que converte “sentimentos morais privados em normas públicas” (APPIAH, 2012, p. 183).

é, ao mesmo tempo, produtor e produto do mundo social. A relação entre ambos é dialética, posto que um atua sobre o outro em processos de interiorização e exteriorização de valores que se dão através da socialização. Esta ocorre em dois níveis: a primária, de maior importância, quando tomamos conhecimento do mundo social, ainda na infância; a secundária, mais vulnerável, é formada em processos de aprendizagens inseridos em contextos institucionais, de divisão do trabalho e do conhecimento.

A absorção destas socializações, contudo, não é completa, como ressaltam os dois autores: “nenhum indivíduo interioriza a totalidade daquilo que é objetivado como realidade em sua sociedade” (BERGER; LUCKMANN, 2013, p. 173). O pesquisador Josenildo Guerra (2001, pp. 48-49, grifo do autor) também atenta para a implicação dialética da objetividade e subjetividade nos processos de decisões éticas:

a partir do momento que o indivíduo é membro de uma comunidade, seu julgamento ético ou sua crítica normativa não é jamais pessoal - o que ele *acha* que seja uma atitude correta em determinada situação - mas o que a sua comunidade, portanto ele também como membro dela, prescreve como uma boa conduta. Ou seja, a autonomia do indivíduo é restrita ao destino que ele quer para a sua própria vida. Na medida que ele decide fazer ou não parte de uma comunidade moral, ele passa a arcar com as consequências do seu “querer”. No caso de um indivíduo que opte por não fazer parte, restam-lhe os lances estratégicos e a formalidade das normas, por exemplo.

Podemos inferir, então, que existe uma autonomia limitada nas escolhas do sujeito diante de um julgamento ético. Interesses individuais conflitam com outras variáveis, conforme dialogamos até então com diferentes autores: a identificação com uma comunidade moral, valores vigentes na sociedade, relações de poder, questões classistas e a própria sensibilidade do sujeito que toma a decisão. Contudo, a problemática da responsabilidade em juízos éticos – que é diferente dos valores mobilizados nestes juízos, tema que tratamos até aqui – não pode ser relegada a outro plano. Conforme José Luis Aranguren (1995), cabe ao ser humano assumi-la e não transferir sua responsabilidade a fatores externos, como pressões sociais, por exemplo. Isto não significa que se deve buscar um ponto de vista moral fora da ordem social. Esta seria

uma ilusão, diz MacIntyre (1976), em crítica ao imperativo categórico kantiano que expressa obediência máxima à lei. Ao invés disso, a ideia de Aranguren (1995) é entender que a ética, enquanto disciplina, precisa sustentar sua autonomia em relação ao campo da sociologia, no sentido de não reduzir suas argumentações somente a ela⁴⁴.

Diante dessa variedade de fatores que convergem em uma tomada de decisão, podemos sintetizar alguns pontos. Para Cornu (2015), um estudo sobre ética ocorre em três níveis. O primeiro deles, descritivo, preocupa-se em analisar os costumes e as regras morais de determinada época ou sociedade. O nível seguinte é o normativo, que busca fundamentar conceitos e, a partir disso, enunciar direitos e deveres. Como terceiro nível, temos a metaética. Trata-se de uma ética reflexiva que interroga questões epistemológicas dos níveis anteriores - por exemplo, se determinadas normas são válidas ou não.

⁴⁴ Uma crítica semelhante é feita pelo filósofo John Rawls (2002, p. 545-546): “com certeza, alguns preferem que as teorias sociais evitem o uso de noções morais. Por exemplo, eles podem querer explicar a formação de laços afetivos através de leis referentes à frequência de interação entre aqueles que estão envolvidos em alguma tarefa comum, ou à regularidade com que algumas pessoas tomam a iniciativa ou exercem uma orientação autoritária. Assim, uma lei pode afirmar que entre pessoas iguais que cooperam juntas, onde a igualdade é definida pelas regras aceitas, quanto mais os indivíduos interagem entre si, tanto maior é a probabilidade de laços de amizade se desenvolverem entre eles. Uma outra lei pode afirmar que quanto mais uma pessoa em posição de autoridade exerce seus poderes e conduz os que a ela estão submetidos, tanto mais estes virão a respeitá-la. Mas como essas leis (ou tendências) não mencionam a justiça (ou a equidade) da organização em questão, elas são fatalmente limitadas em seu alcance. Aqueles que se submetem a uma pessoa em posição de autoridade com certeza a consideram de forma diferente, dependendo de toda a organização ser ou não justa e bem-estruturada para promover o que eles consideram ser os seus interesses legítimos. O mesmo se aplica à cooperação entre pessoas iguais. As instituições são padrões de conduta humana definidos por sistemas públicos de regras, e o próprio fato de alguém ocupar os cargos e posições definidos por elas geralmente indica certas intenções e objetivos. A justiça ou a injustiça das organizações da sociedade e as convicções dos homens sobre essas questões influenciam profundamente os sentimentos sociais; em grande medida, determinam como consideramos o fato de outra pessoa aceitar ou rejeitar uma instituição, ou sua tentativa de reformá-la ou defendê-la”.

O pesquisador francês Boris Libois⁴⁵ (apud CORNU, 2015) parte de categorias semelhantes no campo geral da ética para propor, a partir delas, critérios de análise específicos ao jornalismo. Temos, então, uma dimensão descritiva, referente aos valores da prática profissional dos jornalistas; uma dimensão normativa, relativa às regras codificadas; e o nível da metaética, que analisa discursos dos jornalistas sobre a própria ética.

Inspirado em Libois, Cornu (2015) também apresenta categorias para uma análise da ética jornalística. Contudo, propõe separar o nível da metaética: ela seria apenas a instância de reflexão sobre os fundamentos anteriores, ao que o autor acrescenta uma nova dimensão, a estratégica, para abrigar o uso retórico feito por jornalistas sobre a própria ética.

A categorização de Cornu desdobra-se em quatro níveis: 1) descritivo, relativo às rotinas jornalísticas - analisa constrangimentos, costumes e valores da prática; 2) normativo, relativo aos deveres cristalizados em códigos e ao controle das práticas, através de conselhos, federações, *ombudsman*; 3) metaético (ou reflexivo), relativo à fundamentação epistemológica das categorias anteriores - o que constitui a prática jornalística, por que determinados valores estão presentes em códigos; 4) estratégico, sobre o uso retórico da ética para manter a credibilidade dos veículos perante seu público. Sintetizamos os níveis de Cornu a seguir:

Quadro 2 – níveis de análise ética.

Dimensões éticas	Campo da ética	Ética jornalística
Descritiva	Análise histórica e sociográfica	Costumes e constrangimentos em práticas jornalísticas
Normativa	Direitos e deveres	Princípios, regras e obrigações
Metaética	Fundamenta a teoria dos níveis anteriores	Legítima as práticas anteriores
Estratégica	-	Ética como discurso retórico

Fonte: Cornu (2015).

A este conjunto de preceitos para uma análise da ética jornalística, Cornu (2015) denomina como ética da informação. Ela não está restrita às normas deontológicas dos códigos; adiciona-se também aspectos da técnica (a prática de verificar fontes, por exemplo),

⁴⁵ Cf. LIBOIS, Boris. L'Éthique de l'information. Essai sur la déontologie du journalisme. Bruxelles, Editions de l'Université de Bruxelles, 1994.

estratégia (o discurso de editoriais que reforça valores) e deliberações. Sobre este último ponto, Cornu (2015) considera que decisões perpassam a consciência individual dos jornalistas, mas também se inserem em uma coletividade que é própria da natureza da atividade jornalística – como o ambiente das redações, por exemplo. Desse modo, julgamentos supostamente individuais podem ser discutidos com colegas ou perpassar o filtro de um editor.

Nesse sentido, a ética da informação reconhece que não basta falarmos em uma ética individual do jornalista. Deve-se considerar componentes estruturais e constrangimentos próprios da rotina jornalística. “O jornalista é, portanto, movido por outras forças para além da simples referência abstrata aos princípios de sua deontologia” (CORNU, 2015, p. 144). O autor reforça que estamos falando de sujeitos morais, com convicções próprias e origens sociais distintas. No entanto, assim como Aranguren (1995) salientou anteriormente em relação ao campo filosófico da ética e sua irreduzibilidade à sociologia, Cornu (2015, p. 118) também relembra que o jornalista não pode se desvincular de sua responsabilidade pessoal, “no sentido de uma ética individual que não tenha em conta as condições e as consequências imediatas e restritas dos seus atos”. Contudo, a ética da informação prioriza uma reflexão que perpassa o mero âmbito do indivíduo e a insere num contexto maior, em direção às organizações midiáticas e à própria sociedade, interrogando-a sobre suas expectativas em relação às responsabilidades do jornalismo.

Podemos considerar, portanto, que o jornalista segue, em regra, valores deontológicos. No entanto, ele não deixa de mobilizar valores morais individuais - até porque, como vimos, a deontologia é uma espécie de subconjunto da moral, não diferindo dela em conteúdo, mas em aplicação. Ou seja, o que se considera como valor deontológico cristalizado em códigos não deixa de ser um valor moral, porém específico a determinados grupos. Para os fins deste trabalho, consideramos importante fazer esta distinção para sinalizar diferenças que existem entre jornalistas e não-jornalistas - os últimos não estão subordinados necessariamente à deontologia pois não seguem códigos profissionais, embora suas práticas possam coincidir com os valores cânones do jornalismo.

Cabe ainda salientar que estamos tratando de valores que são morais. É corrente encontrarmos em textos acadêmicos o termo “valores éticos”, o que apenas denota um uso cotidiano e já amplamente difundido da palavra “ética”, sem maiores erros – o significado pretendido é, em geral, o mesmo de valores morais. Contudo, conforme

argumentamos até então, estamos tratando a instância da ética, neste trabalho, como reflexão da moral. Desse modo, não podemos falar em valores éticos que estão cristalizados no seu tempo, porquanto é a ética quem interrogará estes mesmos valores. Trata-se de uma confusão semelhante ao termo “códigos éticos” que são, em verdade, códigos morais ou deontológicos. Como explica Cornu (1994, p. 124), a tarefa da ética, no contexto da deontologia, não está em “fundar os valores, no sentido de uma procura metafísica, mas em interrogar-se sobre as suas condições de efectivação num domínio particular da actividade humana, a informação, e numa situação histórica determinada, o estado das democracias ocidentais na passagem para o terceiro milénio”.

Ao final deste primeiro subcapítulo, podemos retomar algumas questões da pesquisa, já com alguns conceitos melhor definidos. Um de nossos objetivos específicos é identificar valores em não-jornalistas. Estes valores, por sua vez, são **morais** – frutos de interesses do indivíduo, de valores vigentes na sociedade, de relações de poder, de subjetividades emocionais. Quando questionados por meio de entrevista sobre suas práticas, os sujeitos produzem uma reflexão **ética** sobre seus valores, fundamentando-os e argumentando como eles são hierarquizados em conflito com outros. Esse processo auxilia na compreensão das suas tomadas de decisão frente a dilemas éticos.

Jornalistas, assim como não-jornalistas, também são sujeitos morais. Seus valores são o resultado de inúmeros fatores sociais e individuais. Há, contudo, uma responsabilidade ética em seguir valores deontológicos – aqueles cristalizados em códigos. Estes valores não deixam de ser morais, pois são frutos da própria construção humana. No próximo subcapítulo, vamos analisar a constituição dos valores em códigos e o surgimento de novos dilemas caros ao jornalismo contemporâneo – questões estas que são, em parte, desenvolvidas por avanços tecnológicos e demandam uma responsabilidade ética “extra”, como postulava Hans Jonas (1995), em relação à responsabilidade do homem com o futuro.

2.2 ÉTICA JORNALÍSTICA: DO MOVIMENTO REFLEXIVO À CRISTALIZAÇÃO DEONTOLÓGICA

Fervendo em febre, o paciente entra na sala. Após sucessivas tentativas de acalmá-lo, o médico prescreve um tratamento e explica os riscos e alternativas envolvidos no processo. Sob condições adversas que resultam em um alto nível de estresse, o paciente, com dificuldades

para entender a linguagem extremamente técnica do médico, não vê outra saída senão em confiar no profissional.

Este exemplo é citado por James Griffin (2008) como um caso em que o abandono da autonomia – conceito geralmente tido como altamente valioso – é desejável. Para o filósofo norte-americano, um comportamento plenamente autônomo resume-se em uma autodecisão⁴⁶ que nos permite avaliar opções e formar uma ideia fragmentada do que seria “vida valiosa”⁴⁷. Porém, a autonomia coexiste com outros dois conceitos. O agente moral deve ter condições mínimas de bem-estar, como certo nível de saúde, educação, capacidades física e mental, e não sofrer interferências para perseguir a sua concepção de boa vida – ou seja, ter liberdade.

Autonomia, bem-estar (ou mínimo provisório) e liberdade são os três pilares que constituem o que Griffin (2008) chama de agência normativa. Em *On human rights*, o autor está interessado em fundamentar um conteúdo para os Direitos Humanos, pois são eles que devem proteger e garantir ao agente essa condição tripla. Voltaremos a algumas dessas ideias no capítulo seguinte, quando analisarmos a ética de mídia radical proposta por Stephen Ward.

Por hora, nos interessa entender, seguindo os conceitos de Griffin (2008), que abandonar nossa autonomia, em alguns momentos, pode se mostrar um gesto prudente e responsável. Ou seja, em diversos momentos incutimos nossas crenças em autoridades com saberes

⁴⁶ Nesse sentido, Griffin (2008) considera a noção kantiana de autonomia demasiadamente exigente, pois ela não deixa espaço para quaisquer erros ou mesmo para uma vontade sensível do sujeito que, ao obedecer a lei moral do imperativo categórico, o faz por uma vontade autônoma completamente racional.

⁴⁷ Trata-se do “bom florescimento”, no sentido aristotélico. No entanto, Griffin (2008) não menciona quais valores seriam necessários para uma vida boa. O papel dos Direitos Humanos, para o filósofo, é garantir ao agente normativo as condições de autonomia, liberdade e bem-estar, necessárias para que ele persiga uma vida valiosa. Essa busca, por sua vez, resulta em ideias “incompletas”, de modo que, para Griffin, não há como assegurar o que constitui propriamente o conteúdo do florescimento humano. Desse modo, uma vez que as condições do agente normativo estão asseguradas, a realização da vida valiosa não ocorre por si mesma – a perspectiva de Griffin, portanto, não é apriorística.

especializados, os profissionais. Se desejarmos um comportamento estritamente autônomo, podemos minar, em última instância, a nossa confiança no outro.

Ao entrar em contato com algum produto jornalístico, o leitor/ouvinte/telespectador, em geral, realiza uma espécie de “presunção de credibilidade” (LISBOA; BENETTI, 2015, p. 20). Nessa relação, o sujeito espera encontrar valores que considera pertinentes ao texto jornalístico, como a verdade. Quando essas expectativas não são atendidas, o contrato firmado entre indivíduo e veículo é enfraquecido, o que pode acarretar na perda de credibilidade do veículo em questão. Nesse sentido, ao lançar mão de parte da sua autonomia – como o paciente em relação ao médico –, o agente normativo dá um “voto de confiança” ao jornalismo e ao jornalista, pois “não há apenas uma confiança no que é dito, mas também na figura de quem enuncia e neste compromisso moral que envolve a comunicação intersubjetiva” (LISBOA; BENETTI, 2015, 18). Não à toa, Griffin (2008) considera que a manipulação – termo frequentemente relegado ao mau jornalismo – é uma das violações contra o comportamento autônomo⁴⁸.

Portanto, a sociedade está organizada em uma hierarquia de posições – logo, de poderes – que sujeitos ocupam conforme desenvolvem saberes especializados. O nível de confiança depositado pelos indivíduos ao profissional jornalista ocorre porque construiu-se, historicamente, uma legitimidade social para o jornalismo. Ou seja, há o

⁴⁸ Doutrinação, manipulação, dominação e certos níveis de imaturidade podem afetar a condição autônoma do sujeito. O mesmo ocorre com a liberdade, mas por outros fatores: comportamento impulsivo, falta de opções, restrição. Um indivíduo pode ser livre - porque persegue aquilo que deseja para uma vida valiosa -, mas não ser autônomo - porque busca algo que resulta da decisão de terceiros, e não de uma autodecisão. No entanto, Griffin (2008) não explica o que seria um padrão de comportamento plenamente autônomo. Sua posição também pode ser questionada: até que ponto uma autodecisão resulta somente do que o indivíduo deseja, livre de quaisquer níveis de manipulação? Entendemos que esse ponto de vista deve ser entendido como uma perspectiva contrária à autonomia kantiana: para o filósofo alemão, o indivíduo deve analisar todos os argumentos relevantes antes de tomar qualquer decisão, pois ele é um sujeito racional e, supostamente, livre de influências externas. A crítica de Griffin (2008) é que ações incorretas que derivam de decisões autônomas, por esse viés, não sofrem críticas.

reconhecimento de uma utilidade para a imprensa dentro de sociedades democráticas, conforme reitera o pesquisador francês Marc-François Bernier (2004). O jornalista, nesta acepção, firma um contrato social que estabelece a ele sua função de servir o público e representá-lo. Isto inclui também prestar contas sobre seu comportamento.

O conceito de credibilidade, por sua vez, é intrinsecamente vinculado ao de legitimidade – a perda da primeira implica no enfraquecimento da segunda –, mas não diz respeito à construção histórica do jornalismo e, sim, à qualidade da informação. Credibilidade é um capital social (BERGER, 2003) conquistado diariamente por jornalistas e veículos. Trata-se de uma relação de correspondência entre as normas profissionais e as expectativas dos leitores – a relação de confiança que tratamos inicialmente.

Neste sentido, os códigos deontológicos do jornalismo nascem tanto como uma forma de reforçar a identidade profissional de jornalistas, conforme vimos no capítulo anterior, como também numa tentativa de angariar credibilidade perante o seu público. Através dos valores fixados nos documentos, leitores obtêm parâmetros para avaliar a qualidade de um material jornalístico e concluir se o contrato simbólico estabelecido com o veículo cumpre determinados parâmetros éticos.

Além de relacionados à construção de um reconhecimento social das profissões, os códigos também buscam criar uma espécie de consciência moral coletiva entre seus membros. A depender do conteúdo, os documentos, em diferentes graus de especificidade, prescrevem procedimentos regulares ou desviantes. Desse modo, sedimenta-se – teoricamente, ao menos – certa unidade de comportamento que resulta em uma cultura profissional, alicerçada em valores morais comuns.

No entanto, as fraquezas e limitações dos códigos deontológicos no jornalismo são inúmeras, conforme já observado por diversos autores. Talvez a principal delas seja a sua instrumentalização. Devemos observar, primeiramente, uma diferença: códigos de ética organizados por entidades de classe perpassam discussões. Logo, os valores fixados resultam de uma construção coletiva, fruto de tensões, negociações e consensos, o que reforça sua representatividade (CHRISTOFOLETTI, 2015). São exemplos, no Brasil, códigos de entidades de classe, sejam elas empresariais – Associação Nacional dos Jornais (ANJ), Associação Nacional de Editores de Revistas (ANER), Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT) - ou profissionais - como a FENAJ, que abriga 31 sindicatos. No outro extremo, temos os códigos

que partem de organizações jornalísticas, a exemplo dos Princípios Editoriais da Globo. Diferente do primeiro caso, a construção desses documentos é verticalizada, pois não resulta de discussões entre seus membros, e perpassa políticas editoriais internas.

O pesquisador Clifford Christians (2002, p. 80) entende que empresas também são agentes morais: ao manifestar visões de mundo, o discurso de um código deontológico torna-se “um mecanismo particularmente poderoso para fixar os contornos morais de uma instituição”. Mais do que prescrever orientações a dilemas éticos da prática jornalística, o autor considera que a criação destes códigos está imersa em um discurso que visa demonstrar ao público a responsabilidade social das empresas.

Essa perspectiva teria suas origens no trabalho de pesquisa da Comissão Hutchins, em 1947, que tinha por objetivo reafirmar a importância pública do jornalismo (FIDALGO, 2008). A concepção de liberdade positiva, do filósofo William Ernest Hocking, fundamentou os resultados do relatório ao sustentar que a liberdade de expressão era antes um direito moral – que implica deveres – do que natural – portanto inato. Nesse sentido, desenvolve uma teoria da responsabilidade para o jornalismo, reiterando que a sua liberdade de expressão deve estar acompanhada de uma prestação de contas ao público. Cornu, como sinalizamos anteriormente, entende que a deontologia do jornalismo deve ir além da moral individual e caminhar em direção à responsabilidade dos media.

Como sinalizamos anteriormente, Cornu (2015, p. 108) concede à ética uma dimensão estratégica⁴⁹: ela é evocada quando erros são

⁴⁹ Luis Martino (2010), por outro lado, entende que à ética cabe sempre uma dimensão estratégica, não necessariamente como um recurso retórico ou cínico, mas como um “ajuste” para que o jornalista se legitime perante outros agentes. Desse modo, os campos da ética e da estratégia não estão separados e tampouco se opõem. Como explica o autor, “as estratégias estabelecem-se como elementos intermediários de justificação entre as estruturas de campo e a prática do jornalista; ao definir uma postura como ‘ética’, o campo - e também o profissional a ele vinculado, portanto dotado de um *habitus* que lhe prove a *illusio* necessária para ver o que é preciso e interessante ver - de certa maneira agrega a essa ética os valores do campo. O interesse estratégico de obtenção de lucro simbólico torna-se ético na medida em que converge com os interesses do campo, em justificação até de uma postura eticamente questionável *em si*, mas que corresponde às demandas de movimentação simbólica no campo” (MARTINO, 2010, p. 37, grifo do autor).

cometidos pelas organizações jornalísticas “como o preço a pagar para assegurar essa liberdade fundamental”, o que contraria a teoria da responsabilidade. Instrumentalização da ética no mundo dos negócios. Francisco Karam (2004, p. 129) indica que há certo comportamento cínico em determinados discursos do jornalismo, especialmente no empresarial:

Quando se afirma a validade universal de determinados valores, por uma retórica convincente que não corresponde a uma prática social, surgem dois perigos imediatos: o discurso tornar-se prática social dominante e reforçar os comportamentos narcísicos e clínicos em geral e, ao mesmo tempo, cimentar a apropriação dos valores consagrados como patrimônio da humanidade.

Parte dessa razão cínica ampara-se em argumentos que justificam a liberdade de imprensa e de expressão como fundamentos morais⁵⁰, o que renega a sua responsabilidade. Outro entendimento segue em direção contrária: o cinismo também surge nos silêncios do jornalismo em relação a pautas que contrariam anunciantes ou mesmo a própria empresa jornalística, quando esta se torna notícia⁵¹.

⁵⁰ Como esclarece o pesquisador Wilson Gomes (2002, p. 157), há uma confusão em torno dos conceitos de liberdade “de expressão” e “da expressão”, cujas naturezas são distintas: “a liberdade de expressão é uma condição moralmente correta do ato de expressão da opinião; a liberdade da expressão (ou de uma expressão singular) é só uma característica objetiva da sua realização e não uma legitimação moral do seu conteúdo. É bom para a expressão que ela seja livre, mas uma expressão livre pode ser muito má do ponto de vista moral. A liberdade não é uma propriedade das coisas e atos, algo que as qualifique essencialmente, é apenas uma condição – positiva – da sua existência ou da sua realização, sem força suficiente para qualificar moralmente a matéria de coisas e atos”.

⁵¹ Em texto para o Observatório da Ética Jornalística (objETHOS), Karam (2015) exemplifica o cinismo jornalístico na operação Zelotes, que investiga diversos grupos sob suspeita de sonegação de impostos – dentre eles, a RBS (Rede Brasil Sul). O caso recebeu parca cobertura dos jornais que pertencem ao grupo de comunicação.

Além do uso instrumental, outra fraqueza em relação aos códigos jornalísticos são as suas sanções, cujo peso difere de uma lei⁵². Por serem autorregulados, os documentos não se equiparam a uma lei. Aderir aos seus valores, portanto, é uma decisão voluntária do sujeito. Naturalmente, espera-se que a maioria dos profissionais siga o código, até mesmo para angariar reconhecimento e ser aceito no seu campo profissional (CAMPONEZ, 2009). O problema na frouxidão das normas – que são mais recomendações do que imposições – é a sua impunidade. Em sua quarta versão, datada de 2007, o atual Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros menciona brevemente esse tópico:

Art. 17. Os jornalistas que descumprirem o presente Código de Ética estão sujeitos às penalidades de observação, advertência, suspensão e exclusão do quadro social do sindicato e à publicação da decisão da comissão de ética em veículo de ampla circulação.

Parágrafo único - Os não-filiados aos sindicatos de jornalistas estão sujeitos às penalidades de observação, advertência, impedimento temporário e impedimento definitivo de ingresso no quadro social do sindicato e à publicação da decisão da comissão de ética em veículo de ampla circulação (FENAJ, 2007).

Nota-se que a punição se dá mais no âmbito moral do jornalista, em uma espécie de reprovação pública do seu comportamento. Esse castigo, mesmo aparentemente frágil, pode causar danos reais no ambiente corporativo, “onde os valores da categoria incidem não apenas no plano simbólico” (CHRISTOFOLETTI, 2011, p. 27). No entanto, o constrangimento, ainda que limitante, não impede o jornalista de atuar. Ao contrário de outras categorias – a médica, por exemplo –, o código

⁵² Essa crítica não é um consenso entre os pesquisadores de ética. Para Camponez (2009, p. 151), por exemplo, dotar os códigos de sanções com o intuito de fiscalizar o seu cumprimento iludiria uma questão - a de que a legalidade “pouco ou nada nos diz sobre o fundamento moral da adesão do sujeito aos seus princípios”.

brasileiro de ética jornalística não possui poder suficiente para cassar registros profissionais.

O trabalho de fiscalizar as práticas jornalísticas e receber denúncias é feito por comissões de ética ligadas aos sindicatos brasileiros, de acordo com o artigo 15 do Código brasileiro (FENAJ, 2007). Em pesquisa recente, Christofolletti (2015) detectou um formalismo na criação das comissões – em alguns casos, sindicatos filiados à FENAJ sequer possuíam site; em outros, havia pouca ou quase nenhuma informação sobre como efetuar denúncias ou acompanhar processos⁵³. Em respostas enviadas ao pesquisador por 15 sujeitos ligados a comissões, identificou-se uma contradição: 93,3% consideram importante o trabalho das comissões, ao mesmo tempo em que 66,7% admitem não utilizá-las como referência para consultas. Em outro tópico, 42,9% das respostas reafirmaram a importância da visita das comissões às redações jornalísticas, ao passo que 28,6% consideram pouco importante e 14,3% são indiferentes – a soma das duas últimas, portanto, se iguala à primeira.

Christofolletti (2015) conclui que o paradoxo nas respostas reforça uma sobrevalorização do imaginário acerca da ética. Por outro lado, embora altamente avaliada, a importância do tema não se traduz em medidas práticas. Contradição semelhante foi identificada também por Hugo Lovisolo e Jacqueline Deolindo (2008) em uma pesquisa conduzida com 44 profissionais e 35 estudantes de jornalismo. No total de 85% das respostas, os grupos afirmaram considerar de boa ou razoável qualidade o jornalismo produzido àquela época. Contudo, 86,2% dos entrevistados desconfiam que seus colegas não cumprem o código de ética da profissão, o que pode sinalizar um possível abrandamento na violação das regras – compatível, talvez, com a falta de sanção dos documentos – ou mesmo a falta de clareza sobre os valores incutidos nos códigos, já que, para os entrevistados, eles não se traduzem necessariamente em boa qualidade de informação, dado o aspecto contraditório nas respostas dos dois tópicos.

⁵³ O autor analisou o site da FENAJ e dos 31 sindicatos filiados à federação: Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Dourados (MS), Mato Grosso do Sul, Juiz de Fora (MG), Minas Gerais, Pará, Paraíba, Londrina (PR), Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro (estado), Rio de Janeiro (município), Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe e Tocantins.

É verdade que um código não garante, por si só, a qualidade do produto jornalístico, especialmente porque depende do ato voluntário de adesão do jornalista – muito embora, “precisamente por serem *profissionais*, são eles os responsáveis diretos pela incorporação e aplicação de determinados valores” (KARAM, 2004, p. 91, grifo do autor). Identificamos também que a constituição desses documentos pode obedecer a fins meramente estratégicos, principalmente no âmbito empresarial, e que a falta de sanções põe em xeque a eficácia dos códigos, que reduziria seu conteúdo apenas a letras mortas.

Cabe esclarecer dois pontos antes de prosseguirmos. O primeiro é reiterar que, como argumentamos desde o início deste capítulo, a ética não se reduz à normatização dos códigos, sejam eles classistas ou empresariais. Como afirma Karam (2014, p. 36), “a reflexão ética (...) é essencialmente um momento em que nos perguntamos, radicalmente, qual o sentido de uma vida, de um indivíduo, de uma profissão e o que afinal estamos fazendo”. Em segundo, destacamos que códigos são orientações em maior ou menor profundidade, mas que existem para serem questionados. Este papel cabe, justamente, à ética. Valores que fundamentam normas são o resultado de uma construção humana e, portanto, estão sujeitos ao próprio movimento da história, à “reconstrução diária do mundo” (idem, p. 80).

Uma vez que os valores morais são parte central deste trabalho, vamos nos deter, neste momento, em examinar brevemente pesquisas que comparam códigos profissionais do jornalismo. Denominaremos os valores presentes nos documentos como deontológicos. Como reiteramos anteriormente, trata-se de uma especificidade, pois “a deontologia é uma *moral specialis*, na medida em que procura traduzir para o âmbito específico da profissão os valores vigentes, de modo a dar uma justa resposta às expectativas e aos papéis sociais” (CAMPONEZ, 2009, p. 156).

Formas embrionárias de códigos deontológicos surgem em fins do século XIX⁵⁴, mas a sua generalização ocorre de fato após a II Guerra Mundial. A adoção destes documentos e, portanto, a reafirmação profissional do jornalismo em diferentes contextos está ligada a fatores

⁵⁴ Bertrand (1999, p. 83-84) cita uma “lista de deveres” formulada pelos jornalistas poloneses da Galícia em 1896, e um código adotado por uma associação de imprensa do Kansas, nos Estados Unidos, em 1910, voltado a editores. Em 1918, foi criado o primeiro código nacional, a Carta dos Deveres do Sindicato Nacional dos Jornalistas Franceses.

históricos como a queda do Muro de Berlim, a dissolução da União Soviética e a democratização de países da África, Ásia, América Latina e Europa Central e Oriental (LAITILA, 1995; CAMPONEZ, 2009). Códigos também são revisados especialmente a partir dos anos 1990 por preocupações relacionadas aos processos de concentração dos *media*, o reforço de corporações transnacionais, privatização do setor audiovisual e das telecomunicações na Europa, concorrência entre organizações midiáticas, a questão da digitalização e o desenvolvimento de novas tecnologias. Este contexto também é marcado por iniciativas de crítica de mídia⁵⁵, o surgimento de novos conselhos de imprensa, aumento na formação universitária dos jornalistas e um público cada vez mais exigente (CAMPONEZ, 2009).

Historicamente, são de fundamental importância o já citado relatório da comissão Hutchins e o documento da Unesco⁵⁶, por representar uma tentativa de universalização da ética jornalística. Aprovado no ano de 1983 em Paris, seu caráter normativo serviu como fonte para inspirar o desenvolvimento de demais códigos deontológicos nacionais e regionais. Esse código é precedido por uma iniciativa de 1978 que congregou princípios mais amplos, a “Declaração da Unesco sobre os meios de comunicação”. Estes documentos não estão livres de críticas, ora pelo seu tom excessivamente generalista, ora por se contradizerem em suas próprias normas⁵⁷.

⁵⁵ Para englobar esse conjunto de críticas midiáticas, Jean-Claude Bertrand formula o conceito de M.A.R.S. - Meios para Assegurar a Responsabilidade Social da Mídia. Estão incluídas iniciativas como os próprios códigos deontológicos, quando reconhecidos por seus profissionais, as cartas de leitores, revistas críticas, periódicos, observatórios de mídia, programas satíricos e o que Bertrand (1999, p. 162) chama de “pequena mídia contestadora”, ou seja, jornais de nicho, órgãos de partidos e canais a cabo. Braga (2006) também sistematiza os processos de interação crítica da sociedade sobre a mídia. Representado por dispositivos que Bertrand já citava, como fóruns de discussão, produções acadêmicas e observatórios, o sistema de resposta social tem a finalidade de “retrabalhar o que circula, ou melhor: para fazer circular, de modo necessariamente trabalhado, o que as mídias veiculam” (BRAGA, 2006, p. 39). Sendo assim, o autor identifica algumas das ações desses dispositivos: crítica, circulação comercial, processos educacionais, feedback e militância social.

⁵⁶ Disponível em: bit.ly/2o57IO9. Acesso em: 19 abr 2017.

⁵⁷ Ver, por exemplo, as contradições identificadas por Karam (2014, pp. 113-117) sobre a difusão de princípios universais respeitando valores particulares.

Em relação ao conteúdo dos códigos, Camponez (*idem*) compreende que os valores deontológicos estão dispostos em três matizes: a) princípios fundadores; b) valores morais e c) normas de conduta. Os primeiros legitimam o jornalismo no âmbito profissional, atribuindo-lhe a finalidade de serviço público. Também estão ligados ao direito à liberdade de expressão. Valores morais, por sua vez, são definidos a partir dos princípios anteriores. Camponez (*idem*) resgata estudos que mapeiam o conteúdo de códigos e sintetiza os valores morais do jornalismo em verdade, integridade, competência, lealdade, respeito, compaixão, responsabilidade, independência, equidade e honestidade. Por fim, as normas de conduta estão relacionadas a deveres específicos da prática. O dever com a informação, por exemplo, gera valores como imparcialidade; dever com a fonte resulta em proteção e respeito; dever com a própria profissão, na defesa pela liberdade de expressão e na recusa de pressões externas. Podemos perceber que os valores deontológicos estão entrelaçados, uma vez que as normas de conduta defendem valores morais. Estes, por sua vez, estão fundamentados nos princípios.

Diversas pesquisas têm se dedicado a comparar os valores deontológicos presentes em códigos, a fim de testar a hipótese sobre os diferentes graus em que elas variam conforme contextos culturais e políticos⁵⁸. Em 1995, Tiina Laitila analisou 31 documentos de 29 países europeus e encontrou semelhança nos princípios gerais que norteavam os textos: as funções dos códigos repousavam na ideia de transparência com o público e fontes, e na proteção da integridade do jornalista. No entanto, havia uma variedade de valores específicos nos códigos, dos mais comuns – honestidade, verdade, correção de erros – aos que apareciam em menor número – cláusula de consciência, presunção de inocência, luta contra censura. As similaridades nos documentos de diferentes países não seguia uma lógica específica, de modo que países do Leste Europeu, por exemplo, não compartilhavam necessariamente os mesmos valores apenas por estarem geograficamente próximos (LAITILA, 1995).

⁵⁸ Dois e-books com traduções de códigos deontológicos ao redor do mundo foram lançados pelo Observatório da Ética Jornalística (objETHOS). O primeiro volume contempla documentos dos cinco continentes, enquanto que o segundo foca nos textos europeus. Disponível em: <http://bit.ly/2pINJVA>. Acesso em: 20 abr 2017.

Já Kai Hafez (2002) comparou códigos do ocidente com documentos de países muçulmanos da Ásia, norte da África e Oriente Médio e não encontrou diferenças significativas. O pesquisador alemão cita duas tradições derivadas dessa dicotomia. A ética comunitária teria origem no islamismo, e é baseada no princípio do *tagwa* (piedade), crença que confere ao ser humano uma dignidade inata e inviolável, mesmo pela mídia. No outro polo teríamos a ética ocidental: esta concede à imprensa um papel de quarto poder, o que legitima a sua interferência na vida pessoal de indivíduos, a depender de choques com outros valores, como o interesse público. Contudo, Hafez (idem) observa que as duas distinções ocorrem em casos minoritários nos valores deontológicos e em tópicos específicos, como a privacidade⁵⁹. Mesmo assim, estes são exceções: segundo os resultados a que chegou o autor, a proteção à privacidade do indivíduo nos códigos orientais é mais acentuada do que em alguns documentos da Europa. Hafez (idem) conclui que oposições entre uma ética individual ocidental e uma ética comunitária oriental são simplistas.

Em outra pesquisa comparativa, Christofolletti e Ferreira (2013) se detêm sobre os valores de 30 códigos divididos nos cinco continentes. Em um panorama geral, os pesquisadores concluíram que documentos tendem a ser “aconselhadores e idealistas, oferecendo mais recomendações do que sanções” (idem, p. 358). Há aspectos que se repetem nos documentos – como o valor da verdade e a questão do interesse público – porém há também uma “sensível diversidade na abordagem e intensidade desses temas, oscilando da mera menção de um tópico a um nível exaustivo de detalhamento” (idem).

Os autores observam que mais de 80% dos documentos foram criados ou atualizados nas duas últimas décadas, o que converge com as transformações culturais proporcionadas por tecnologias. Nos resultados, inferiu-se que apenas sete códigos (Alemanha, Argentina, Brasil, Espanha, Paquistão e as cartas de princípios de Holanda e Japão) ressaltam sanções previstas para desvios éticos, o que “pode refletir tendências mundiais de flexibilização normativa, desregulamentação profissional e inexistência de órgãos reguladores” (CHRISTOFOLETTI;

⁵⁹ Os códigos da Argélia, Líbano, Quirguistão, Egito (versão de 1996) e da Federação dos Jornalistas Árabes mencionam proteção absoluta para a esfera privada dos indivíduos, em consonância ao princípio do *tagwa*. No entanto, outros países como Turquia, Paquistão e Indonésia relativizam o direito à privacidade conforme o valor do interesse público em questão.

FERREIRA, 2013, p. 350). Direito de resposta e direitos à informação e privacidade são geralmente mencionados. Em alguns documentos, a afirmação destes valores é explícita, como no caso de Botsuana, Brasil, Chile e Nigéria. Para os autores, o destaque dado aos direitos está ligado à própria história política dos países, que se esforçam para expressar valores democráticos sólidos. Por fim, Christofolletti e Ferreira (2013) atentam para a insipiência no tratamento às condutas em novas mídias. Apenas dois códigos citam regras específicas para a internet: Holanda e Canadá.

Em um âmbito mais específico, Regina Cazzamatta (2015) compara códigos jornalísticos da América Latina. Dentre os resultados a que chegou, a pesquisadora destaca que o conceito de objetividade, nos documentos, é tratado por um viés que privilegia o papel ativo do jornalista, especialmente nos códigos do Brasil, Chile, Equador e Venezuela. Portanto, para além de assegurar a democracia, documentos ressaltam que o profissional deve “defender” questões, como a soberania nacional (artigo 42, código da Venezuela⁶⁰, e artigo 12 no documento brasileiro formulado pela FENAJ), ou, ainda, “sensibilizar” a opinião pública sobre situações de desigualdade no seu país (artigo 27, código chileno⁶¹), bem como resguardar o direito de minorias – crianças, mulheres, negros (artigo 6, código brasileiro).

Mesmo que códigos sirvam como uma espécie de horizonte para jornalistas e não reflitam necessariamente a realidade desses países, Cazzamatta (2015) conclui que a análise desses documentos sinaliza traços da cultura jornalística que não podem ser menosprezados. Algumas repetições foram identificadas pela pesquisadora:

Mais importante, no entanto, parecem ser as semelhanças dos documentos, que demonstram um pouco da cultura jornalística e da real situação da liberdade de imprensa nos países. O que parece óbvio e dispensaria explicações é muitas vezes extensivamente detalhado nos códigos de ética. Por exemplo, parágrafos e trechos que deixam claro que as empresas de comunicação devem se

⁶⁰ Disponível em: <http://bit.ly/1zFvOtW>. Acesso em: 20 abr 2017.

⁶¹ Disponível em: <http://bit.ly/1HILbul>. Acesso em: 20 abr 2017.

esforçar para pagar a viagem de seus próprios jornalistas; ou que limitam o valor de presentes até 30 dólares; ou que esclarecem até mesmo a incompatibilidade entre a prática jornalística e a assessoria de imprensa concomitantemente. Não é evidente que jornalistas não deveriam exercer qualquer atividade que colocasse em dúvida sua credibilidade? Em qual nível de detalhamento tais questões precisam ser explicitadas nos códigos de ética? (CAZZAMATTA, 2015, p. 197).

Segundo Cazzamatta (2015), a tendência de códigos latino-americanos enfatizarem uma espécie de jornalismo advocatório⁶² estaria justificada pelo próprio contexto político destes países, cujos processos de democratização e afirmação dos direitos humanos ainda são recentes. Este indicativo também foi apontado por Christofolletti e Ferreira (2013), como demonstramos anteriormente.

Após passarmos por diferentes análises de códigos deontológicos – comparativas dos cinco continentes, específicas do contexto europeu, oriental, latino-americano –, chegamos, enfim, ao caso brasileiro. Um dos trabalhos que versa sobre a deontologia jornalística no Brasil é a análise de Christofolletti (2015) a partir de quatro documentos: ANJ⁶³,

⁶² Sublinhamos mais uma vez que as conclusões a partir de análises em códigos deontológicos devem ser relativizadas porque não refletem com exatidão a realidade dos diversos jornalismo de cada país. Em relação à tendência observada por Cazzamatta (2015), recordamos que no contexto brasileiro, por exemplo, embora iniciativas jornalísticas como Ponte (<http://ponte.cartacapital.com.br/>) e Agência Pública (<http://apublica.org/>) afirmem uma defesa explícita dos direitos humanos, o recente projeto editorial de um dos maiores jornais do país em termos de circulação, a Folha de S. Paulo, renega uma postura mais ativa de um jornalismo defensor de causas: “as diversas formas de jornalismo artesanal, praticadas com espírito militante, dedicadas a determinado tema ou circunscritas a uma comunidade, mostram-se úteis para suprir lacunas no conjunto da mídia, mas são limitadas em alcance e escopo pela parcialidade do ponto de vista e precariedade da base material – aspectos que também tendem a afetar um jornalismo financiado por distintas modalidades de mecenato”. Disponível em: <http://bit.ly/2pItFQc>. Acesso em: 20 abr 2017.

⁶³ Disponível em: <http://www.anj.org.br/codigo-de-etica-2/>. Acesso em: 20 abr 2017.

ANER⁶⁴, ABERT⁶⁵ e o código nacional, formulado pela FENAJ (2007). Somente o último caso se refere a uma normativa que prioriza profissionais jornalistas. Os documentos da ANJ, ANER e ABERT possuem cunho empresarial, pois são voltados aos veículos que se associaram a estes grupos. Com diferentes níveis de detalhamento, os textos tendem a fornecer orientações menos específicas do que o código nacional.

Três valores comuns aos quatro textos foram identificados por Christofoletti (2015): liberdade de imprensa, democracia e sigilo de fontes. Outros, como independência editorial, verdade das informações, referência aos direitos humanos, diversidade, respeito à privacidade, livre iniciativa e pluralidade na informação são citados em três documentos. O código da ABERT, voltado à radiodifusão, possui valores que não se encontram nos demais textos: unidade nacional, convivência pacífica com comunidade internacional, concorrência, responsabilidade pelos conteúdos veiculados, zelo pelos conteúdos. O mesmo ocorre com o código da FENAJ, que menciona valores específicos do jornalismo, como precisão e correção, responsabilidade social do jornalista, direito à informação, respeito ao direito autoral e intelectual do jornalista, posicionamento contra opressão, autoritarismo e corrupção.

Os valores deontológicos do jornalismo – ou seja, aqueles fixados em códigos – são antes um horizonte do que uma realidade, ao estipular um comportamento profissional que é desejado, e não necessariamente concretizado. Como sintetizam Christofoletti e Ferreira (2013, p. 358), estes documentos tendem a ser “aconselhadores e idealistas, oferecendo mais recomendações do que sanções”. Observamos que análises internacionais, continentais e nacionais encontram mais semelhanças do que diferenças nos valores básicos do jornalismo. No entanto, em que pese a repetição de termos como “objetividade” e “precisão”, Hafez (2002) nos lembra que as condições para se verificar a veracidade de uma notícia – ou seja, para colocar em prática esses valores – varia de país para país, o que nos coloca diante de variáveis que extrapolam

⁶⁴ ANER não dispõe de um código, mas de dez “princípios éticos”. Portanto, o caráter de suas recomendações é mais generalista. Disponível em: <http://bit.ly/2os6EA4>. Acesso em: 20 abr 2017.

⁶⁵ A Associação segue o Código de Ética da Radiodifusão Brasileira, de 1993. Disponível em: <http://bit.ly/2pIAKjI>. Acesso em: 20 abr 2017.

códigos e são relativas às condições de trabalho, como censura e controle interno de informação. Isto, no entanto, não quer dizer que os resultados obtidos a partir de análises de documentos deontológicos devam ser ignorados. Por se tratarem de códigos, sua construção é horizontal, atravessada por tensões, culminando em valores que resultam de consensos entre seus membros. Desse modo, estes textos nos possibilitam vislumbrar preocupações da comunidade jornalística em torno de sua ética.

Neste primeiro momento, nosso objetivo foi observar a cristalização de valores morais em códigos deontológicos, atentando para as suas variações em maior ou menor grau de acordo com os seus países de origem. A seguir, discutiremos os dilemas éticos suscitados pela relação entre jornalismo e novas tecnologias, com ênfase em sistemas éticos externos à prática jornalística, como a ética hacker e a ética de blogueiros. Ao final, retornamos para o objeto empírico desta pesquisa – os não-jornalistas –, observando o impacto de sua presença nos valores morais do jornalismo.

2.2.1 Novos atores, velhos dilemas

Devido à legitimidade conquistada pelos códigos deontológicos – por serem frutos de amplas discussões entre os membros de uma comunidade profissional –, podemos inferir que os valores expressos no texto final são tão importantes quanto os temas omitidos nos documentos. Pode-se não ter chegado a uma conclusão satisfatória sobre determinado tópico que representasse todos os membros, por exemplo. Outro motivo plausível é o fato de que o assunto poderia não representar uma preocupação, à época. Pode-se ainda dizer que o dilema ético sequer existia na prática jornalística daqueles membros. Por conta disso, não surpreende que as menções a novas tecnologias nos códigos deontológicos do jornalismo sejam exceções – cabe aos documentos mais recentes, criados ou revisados na segunda metade dos anos 2000, de esboçarem recomendações específicas para o meio online.

No Brasil, pode-se observar uma crescente preocupação da crítica jornalística a respeito de problemas éticos envolvendo novas mídias. Este contexto é captado pela pesquisa de Rogério Christofoletti e Marianne Ternes (2012), que analisaram 1059 textos do Observatório da Imprensa, entre 2001 a 2010. Foram temas de artigos publicados no site casos como manipulação de imagem, invasão de privacidade, plágio, câmeras ocultas, utilização de perfis falsos para fazer matérias, violação de e-mails e telefonemas e difusão de notícias falsas através de

redes sociais. No entanto, esta categoria, nomeada como “ocorrências ligadas às novas mídias e às novas tecnologias”, totaliza apenas 6,8% do corpus pesquisado. Os autores concluem que a ética visualizada nos dilemas dos textos do Observatório se mostra “dinâmica, fragmentada, tensa, contraditória”, retornando “velhos dilemas em novos formatos” e sinalizando para a “emergência de novas bases deontológicas” (CHRISTOFOLETTI; TERNES, 2012, p. 92). Como mencionamos anteriormente, é esperado que as preocupações em torno de novas tecnologias avancem conforme elas próprias estejam difundidas no cotidiano.

Outro panorama foi realizado pelo pesquisador Edgard Patrício (2016), que colheu depoimentos de 15 jornalistas profissionais atuantes em Fortaleza, com o objetivo de questioná-los a respeito do impacto da tecnologia em suas rotinas de trabalho. Dentre alguns dos dilemas éticos elencados pelos entrevistados, podemos destacar: 1) a pressa pelo furo jornalístico; 2) visibilidade na retificação de erros jornalísticos; 3) o direito autoral da informação (ou seja, a cópia de notícias entre portais, por exemplo); 4) uso de câmera oculta; 5) maíoi cobrança dos leitores (em correções de erros, moderação de comentários, interação com o usuário).

A rigor, nenhum destes dilemas é exatamente novo, pois estão ligados a princípios clássicos do jornalismo. Câmeras escondidas, por exemplo, levantam questões que confrontam valores como privacidade e interesse público. Em outros casos, temos novas condições que redimensionam antigos problemas, como a pressa pelo furo. Fruto da concorrência entre veículos, a busca por noticiar em primeiro lugar não surge com a Internet, embora seja maximizada por ela devido à amplitude de circulação de informações. Pode-se dizer o mesmo da interação com leitores, outrora restrita a cartas, e dos direitos autorais, que se tornaram difusos graças à facilidade de produzir cópias em mídias digitais. Retornaremos a essas questões adiante, quando tratarmos da ética no ciberespaço.

Nos códigos deontológicos que analisamos anteriormente, podemos observar que a menção a novas tecnologias é insipiente, de um modo geral. São exceções os documentos de Holanda⁶⁶ e Canadá⁶⁷

⁶⁶ Versão original do código disponível em: <http://bit.ly/2qbRqjp>. Acesso em: 20 abr 2017. Versão traduzida disponível em: <http://bit.ly/2q4d24E>. Acesso em: 20 abr 2017.

(CHRISTOFOLETTI; FERREIRA, 2013). O primeiro foi formulado em abril de 2007 pelo Conselho de Imprensa holandês e traz menções específicas a casos de câmera escondida, gravações telefônicas, responsabilidade no uso de *hyperlinks*, acesso a arquivos e base de dados na Internet. Já o segundo, criado pela Associação Canadense de Jornalistas, em 2011, traz recomendações sobre o uso de redes sociais por jornalistas, seja no âmbito de suas contas pessoais ou no modo como profissionais as utilizam para apurar informações. O texto reserva uma seção específica para mídias digitais e observa que a “prática ética não muda com o meio”. Portanto, reitera cuidados básicos ao jornalismo aplicados também no contexto online, como checagem, credibilidade e correção de erros.

Outra exceção é o Uruguai, como lembra Cazzamatta (2015). O código⁶⁸ criado em 2012 pela Associação da Imprensa Uruguaia também traz um segmento sobre jornalismo digital e redes sociais. Além de cuidados relativos à apuração – evitar o uso de imagens sem autorização, checar a veracidade de informações encontradas nas redes, não ocultar sua identidade –, o documento ainda destaca orientações sobre a interação do jornalista com a audiência. É recomendado que o profissional não responda insultos ou provocações que questionem o seu desempenho profissional. No entanto, cabe ao jornalista promover uma “capacitação em novas tecnologias de informação” para melhorar o seu diálogo com o público e discutir publicamente os dilemas éticos da profissão.

A falta de orientações em códigos deontológicos para a prática jornalística em ambientes online não impediu que normativas fossem estabelecidas para os profissionais. Contudo, Christofolletti (2011) recorda que diretrizes produzidas no interior de uma empresa são verticalizadas, pois não envolvem a participação de todos os seus membros. Devido às diferenças em suas naturezas, não caberia comparar diretamente esses dois sistemas de regras, pois são “momentos deontológicos” distintos: “uma ordem vigente e outra insinuante” (CHRISTOFOLETTI, 2011, p. 27). No entanto, o autor aposta que documentos de organizações jornalísticas, a despeito de seu caráter

⁶⁷ Versão original do código disponível em: <http://bit.ly/2px2c7s>. Acesso em: 20 abr 2017. Versão traduzida disponível em: <http://bit.ly/2pfQjjh>. Acesso em: 20 abr 2017.

⁶⁸ Disponível em: <http://bit.ly/2otPHJA>. Acesso em: 20 abr 2017.

impositivo e não-consensual, podem influenciar em alguma medida a revisão de códigos deontológicos.

Com o objetivo de identificar normas sobre o uso privado de redes sociais por jornalistas, a pesquisadora Janara Nicoletti (2012, p. 95) traz um resgate histórico sobre documentos de empresas que abordaram regras para esse meio:

Os primeiros códigos de conduta (doravante chamados políticas) específicos para o uso de redes sociais surgiram entre 2008 e 2009, quando organizações como The New York Times, British Broadcasting Corporation (BBC) e National Public Radio (NPR) divulgaram suas diretrizes. No Brasil, a Rede Globo foi precursora ao anunciar publicamente seu posicionamento sobre a utilização destas mídias, em setembro de 2009. No mesmo ano, a Folha de S. Paulo editou um comunicado interno com orientações aos colaboradores do jornal impresso e dos portais Folha.com e UOL. A mensagem se tornou pública com a divulgação do conteúdo em sites e blogs do país.

O conteúdo e formato destes documentos são variáveis, ora apresentados com detalhes, ora apenas como tópicos de princípios gerais. Nicoletti (2012, p. 95) ainda distingue duas naturezas para essas normativas: as políticas de uso, de caráter institucional, estão presentes em códigos deontológicos da empresa; já as netiquetas – “formais, porém não institucionalizadas” – se configuram como comunicados internos repassados por e-mails, por exemplo, aos jornalistas.

Historicamente, o último termo, netiqueta, refere-se a condutas e regras para a boa convivência nas redes. Sua origem remonta à década de 1970, quando ainda eram aplicadas as formas embrionárias de comunicação eletrônica antes do surgimento da World Wide Web⁶⁹, nos anos 1990 (CHRISTOFOLETTI, 2011).

⁶⁹ O conceito de *network* também nos auxilia a pensar a formação de grupos sociais que se comunicam através de redes de difusão eletrônica e constituem, através dessa convivência, padrões de comportamento. A pesquisadora italiana Tattiana Bazzichelli define *networks* como experimentações artísticas dos anos 1980 e 1990 que originariam, futuramente, as redes sociais da Internet. Práticas *avant-garde* de arte como *mail art*, *fluxus* (HOME, 1999), neoísmo (HOME, 2004) e o Projeto Luther Blissett (PAUL, 2014) foram um prelúdio do que seria

Netiquetas, portanto, nascem como autorregulações: são condutas morais aceitas de comum acordo entre usuários, com o objetivo de criar padrões de bom comportamento em comunicações eletrônicas (HAMELINK, 2000). Um exemplo são as regras formuladas por Arlene Rinaldi, da Universidade da Flórida⁷⁰. As recomendações incluem desde prescrições sobre a utilização de máquinas (*The Ten Commandments from the Computer Ethics Institute*) – “não usar um computador para prejudicar outras pessoas”, “pensar nas consequências sociais de um programa que você está escrevendo ou um sistema que está desenvolvendo” – até uma espécie de manual para redigir e-mails (*Electronic Communications: e-mail, LISTSERV groups, Mailing lists and Usenet*) – “escreva parágrafos e mensagens curtas e objetivas”, “evite o excesso de acrônimos”.

Portanto, devido às suas origens, podemos concordar com Christofletti (2011) – que netiquetas são atravessadas por uma ética geral, uma ética da computação e uma ética da comunicação. De modo mais amplo, é possível situarmos essas regras no contexto de uma ética do ciberespaço. O pesquisador holandês Cees Hamelink, que se dedica a estudar o tema, define em *The ethics of cyberspace* (2000) o termo “ciberespaço” como um espaço não-físico, geograficamente ilimitado, que abrange formas de comunicação mediadas por computadores. Isso inclui não somente trocas de mensagem através da Internet, mas também o armazenamento de nossos dados pessoais em bancos ao utilizarmos cartões de crédito, por exemplo, ou ainda o uso de máquinas para escaneamento em 3D na medicina.

O autor esclarece que estão refletidas no ciberespaço as mesmas questões éticas de nosso dia-a-dia. Por exemplo, utilizar uma identidade falsa para conversar com outra pessoa incorre em um problema moral já conhecido, o engano. É possível afirmarmos, no entanto, que antigos

a estrutura das plataformas Web 2.0, cuja organização é baseada na difusão de conhecimento, como as comunidades *wiki*. Isto porque os participantes destes movimentos – em geral, estudantes de arte e *hackers* – estavam organizados em listas de discussões, seja através de mensagens enviadas por correios – como no caso da *mail art*, nos anos 1960 – ou por *Bulletin Board Systems, software* que funcionava como provedor para conectar um modem à rede telefônica. Nesse sentido, as *networks* são definidas menos pelo seu aspecto tecnológico e mais como uma “criação de plataformas de compartilhamento e de contextos de troca entre indivíduos e grupos” (BAZZICHELLI, 2010, p. 68).

⁷⁰ Disponível em: <http://bit.ly/2pjXC9F>. Acesso em: 27 abr 2017.

dilemas são redimensionados neste novo contexto, no sentido de que “a velocidade da comunicação digital não cria novas formas de imoralidade, mas torna possível cometer atos imorais tão rapidamente que quase não se nota”⁷¹ (HAMELINK, 2000, p. 35, tradução nossa). Basta pensarmos no ato de copiar arquivos, que sempre foi possível, mesmo em tempos de mídias analógicas. A mesma prática, hoje, adquire novas dimensões⁷² – a criação de cópias é facilitada por novas tecnologias, bem como a sua distribuição, ampliada no contexto online. Ainda neste exemplo, podemos observar que dilemas éticos se complexificam à medida que convergem diferentes problemas: cópias perpassam questões relativas a direitos autorais, mas, a depender do seu conteúdo, podem ainda ferir a privacidade alheia (ESS, 2009).

Embora avalie que há um renovado interesse em questões morais recentes como eutanásia, poluição ambiental e manipulação genética, Hamelink (2000) relembra que a emergência de uma “cultura tecnológica” relegou ao segundo plano a responsabilidade moral do homem sobre a tecnologia. Parte desse argumento encontra sua

⁷¹ No original: “the speed of digital communication does not create new forms of immorality, but makes it possible to commit immoral acts so fast one hardly notices”.

⁷² Anterior aos processos de digitalização que redimensionam alguns dilemas éticos, temos ainda uma distinção entre tecnologia tradicional e moderna. Essa contribuição é fruto das discussões do campo da filosofia da tecnologia, tema que vem recebendo atenção desde a década de 1950. Para Alberto Cupani (2013, p. 13), “o fazer que a técnica (ou a tecnologia) implica é um produzir socialmente moldado. Quero dizer que, embora possamos pensar na produção técnica como obra do ser humano enquanto indivíduo (ao imaginarmos alguém fabricando ou usando um instrumento, por exemplo), na verdade ela existe como dimensão constitutiva tanto do caráter natural quanto do caráter social do ser humano. O homem produz e usa artefatos como manifestação de sua vida em sociedade. Isso implica que a maneira de produzir e servir-se dos artefatos depende, obviamente, do tipo de sociedade em que tais atividades ocorrem. É diferente a produção de artefatos para uso próprio da produção destes para venda. É diferente a produção de artefatos efetuada por artesãos para um público reduzido da produção industrial de artefatos para consumo massivo. E é diferente uma sociedade em que a disposição e as consequências do uso de artefatos sejam limitadas de uma sociedade em que a utilização de artefatos e a sua influência sejam quase compulsivas e universais. Essa diferença social é outra razão que leva a ver na tecnologia moderna algo diferente da tecnologia tradicional” (CUPANI, 2013, p. 15).

justificativa no pensamento moderno, que considerava possível o total controle humano em relação à natureza, em diálogo com a crítica de Hans Jonas (1995) que apresentamos anteriormente. Nesse sentido, há uma espécie de crença no progresso tecnológico como fundamento para o desenvolvimento da própria espécie humana⁷³, de modo que “a qualidade moral das aspirações tecnológicas não é questionada e suas premissas nunca são seriamente testadas”⁷⁴ (HAMELINK, 2000, p. 7, tradução nossa).

Essa omissão também seria explicada pelo desenvolvimento das teorias morais, que tendem ao antropocentrismo – ou seja, à resolução de conflitos gerados na convivência entre humanos, ou com seres que não são dotados de inteligência, como animais. Para o pesquisador holandês, se pudermos falar em algum dilema ético propriamente novo no ciberespaço, este seria a aplicação de inteligência artificial em sistemas digitais. A responsabilidade pelos atos destes sistemas, quando não estão supervisionados por seres humanos, é uma das questões que permanece aberta. Outro dilema se refere à possibilidade de um futuro código de conduta para a convivência entre humanos e formas não-humanas inteligentes, como ciborgues.

⁷³ Segundo Hamelink (2000, pp. 7-8), a cultura da tecnologia também é caracterizada pela “confiança em soluções tecnológicas para problemas sociais e pessoais”, por um “pensamento de que progressos tecnológicos equivalem ao progresso da civilização humana” e pela “tendência de aceitar qualquer oportunidade tecnológica”. Hamelink (2000, p. 8) credita que ignorar as questões morais está relacionado a fatores econômicos, no sentido de que países experimentam certa “ansiedade” em não ficar de fora da próxima revolução tecnológica: “porque as tecnologias estão disponíveis, elas devem ser adquiridas e utilizadas. (...) Escolhas são mais influenciadas pelo risco de não aderir à ‘revolução’ (o risco competitivo) do que pelos custos de utilizar novas tecnologias (o risco social)”. O breve resgate histórico de Hamelink nos parece importante, embora o autor não vá mais a fundo nas razões que fundamentam a cultura tecnológica. No entanto, é necessário atentar para o dualismo em leituras sobre os efeitos positivos e negativos da tecnologia, cujas tensões são exploradas por Ess (2009). Nos termos de uma reflexão ética, escreve o autor, esse reducionismo tem sua origem em uma metaética absoluta (ou monista), em oposição ao relativismo - retornaremos a este tema, especificamente, no subcapítulo seguinte da dissertação.

⁷⁴ No original: “the moral quality of technological aspirations is not questioned and their premises are never seriously tested”.

Este debate está próximo da prática jornalística à medida que se assume uma maior importância para o papel dos artefatos, especialmente os digitais, nos processos de apuração. Como lembram Leonardo Foletto e Willian Araújo (2015), o desenvolvimento da tecnologia está intrinsecamente ligado à própria história do jornalismo – da prensa de Gutenberg ao telégrafo, do rádio à televisão, dos computadores aos *smartphones*. Contudo, a perspectiva dos autores, amparada na Teoria Ator-Rede⁷⁵, considera que “objetos não-humanos” também podem afetar a mediação jornalística. Daí concluímos que essa relação não está livre de apresentar os seus dilemas éticos.

Podemos citar alguns exemplos em um breve voo acerca das relações entre jornalistas e novas tecnologias. Algumas preocupações são esboçadas pelos suíços Konstantin Dörr e Katharina Hollnuchner (2016): os pesquisadores argumentam que o “jornalismo algorítmico” – ou seja, o processo semiautomatizado de processar linguagens através da seleção de dados públicos ou privados – delega parte da agência moral humana do jornalista para algoritmos, o que recai em perguntas sobre a responsabilidade dos atos não-humanos – semelhante ao que Hamelink inferiu a respeito do uso de inteligência artificial, que citamos anteriormente. Além desse desafio, outra questão ética que emerge é a coleta de dados, o que pode infringir o direito à privacidade do cidadão. Dörr e Hollnuchner (2016) questionam se redações jornalísticas estão preparadas para discutir abertamente sobre os dilemas que envolvem a programação, área cada vez mais presente no jornalismo.

A necessidade de um debate sobre parâmetros éticos para práticas que envolvem novas tecnologias também é sustentada por Thomas Kent⁷⁶, mas em relação ao uso de Realidade Virtual nas produções jornalísticas. Kent questiona os possíveis efeitos psicológicos

⁷⁵ “Criada nos anos 1980, dentro dos estudos da Ciência e Tecnologia (STS, em inglês), a chamada Teoria Ator-Rede tem sido considerada como uma das perspectivas que compõe esta virada ‘não-humana’ nos estudos de comunicação. Essa aproximação se dá porque pesquisadores identificados com a TAR trazem, como entendimento importante para suas pesquisas, a ideia de não considerar a priori o que está importando na ação: o que vale é olhar de modo simétrico para determinado fenômeno ou fato sem distinguir previamente se são os atores humanos ou não-humanos que estão atuando na situação” (FOLETTTO, 2016, p. 2).

⁷⁶ Disponível em: <https://ethics.journalists.org/topics/virtual-reality-journalism-2/>. Acesso em: 27 abr 2017.

que a tecnologia pode causar na audiência, o que já seria motivo para a criação de um código específico sobre o tema. Discussão semelhante é travada no uso de drones, veículos aéreos não-tripulados. Carente de regulação no Brasil, as máquinas podem representar uma oportunidade para otimizar a apuração jornalística - ou, novamente, incorrer em questões que concernem à invasão de privacidade ou mesmo um perigo para a segurança de terceiros⁷⁷. Para Simões *et al* (2016), os drones, que já foram incorporados pelo jornal *Folha de S. Paulo*, por exemplo, devem estar presentes em uma eventual atualização do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros⁷⁸.

Ginny Whitehouse (2010) também chama atenção sobre o tema da privacidade, com referência ao processo de apuração dos jornalistas nas redes sociais: até que ponto os dados de usuários disponíveis publicamente podem ser utilizados como fonte de informação? Vale a pena invadir a privacidade alheia em nome de algum interesse jornalístico? A autora defende uma discussão mais ampla sobre este tópico, argumentando que é necessário normatizar uma conduta específica sobre redes sociais em códigos, especialmente em relação a dados pessoais⁷⁹.

O uso de redes sociais também pode diluir as fronteiras entre o público e o privado sobre o jornalista, lembra Janara Nicoletti (2012). Em sua dissertação de mestrado, a autora pesquisou 34 documentos de organizações jornalísticas brasileiras e internacionais, constatando poucas menções sobre o uso que jornalistas deveriam fazer de suas contas pessoais nas redes. Quando citado, o tópico continha certo teor de controle sobre a vida pessoal dos profissionais. Para Nicoletti (2012, p. 163), essa vigilância destoa do próprio comportamento das organizações jornalísticas – “em seus discursos, elas valorizam o engajamento dos profissionais e a interação com o público como forma de promover o

⁷⁷ Em 2015, um drone contratado pelo jornal *Folha de S. Paulo* caiu e feriu duas pessoas ao sobrevoar uma manifestação: <http://bit.ly/1FpreFy>. Acesso em: 27 abr 2017.

⁷⁸ No Brasil, a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) regulamentou o uso de drones em maio deste ano. Disponível em: <http://bit.ly/2s8GgjV>. Acesso em: 13 mai 2017.

⁷⁹ Para uma discussão mais ampla sobre essa questão, que envolve temas como vigilância em massa e cibersegurança, ver Karatzogianni e Gak (2016), Bauman *et al* (2015) e Christofoletti (2015).

trabalho, ampliar a audiência e potencializar processos de pesquisa e disseminação de notícias”.

Este último ponto é analisado por Thiago Caminada (2015) em relação às interações que jornais mantêm com seus leitores nas redes sociais quando cometem erros. O autor defende que o melhor modo para lidar com as críticas da audiência é insistir em um diálogo aberto: “não haverá jornalismo se não houver uma verdadeira abertura para a comunicação e interação entre veículos, profissionais e públicos” (CAMINADA, 2015, p. 156). Ainda, a temática dos erros no jornalismo online também é tema de pesquisa de Lívia Vieira (2014), que propõe uma política de correção para minimizar estes problemas a partir de um documento normativo constituído por 14 pontos.

De maneira geral, tratamos da interferência de não-humanos na prática jornalística. Contudo, o último exemplo, de Caminada (2015), nos lembra que os valores morais do jornalismo perpassam tensões que vão além de das relações com não-humanos, pois envolvem, também, uma maior participação de outros atores sociais. Nesse sentido, é possível falarmos de “sistemas éticos” que são próprios destes sujeitos e externos à deontologia do jornalismo, o que não exclui a possibilidade de encontrarmos valores em comum nos dois grupos. Uma aproximação à ética jornalística já discutida por pesquisadores é a ética hacker (CHRISTOFOLETTI, 2008; 2011; KARAM; CHRISTOFOLETTI, 2011; FOLETTI, 2014; TRÄSEL, 2014).

O termo “hacker” nasce nos anos 1950, no MIT (Instituto de Massachusetts), para se referir aos estudantes que se destacavam por sua habilidade com informática e programação. A partir dos anos 1980, a palavra passa a ter uma conotação negativa, especialmente por repercussões midiáticas que associam os personagens a criminosos que espalham vírus e infectam computadores. Para se desvencilharem desta imagem, hackers denominam estes sujeitos como crackers (HIMANEN, 2002).

Pekka Himanen, filósofo finlandês (2012), traça um paralelo entre a ética hacker e a ética protestante no livro *La ética del hacker y el espíritu de la era de la información* –, título que alude ao ensaio *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, de Max Weber, escrito em 1904. São três os eixos principais para essa distinção: trabalho, tempo e motivação.

Em oposição à ética protestante, hackers não compreendem o trabalho como um fim em si mesmo⁸⁰. Para Himanen (2002), a ética hacker está mais próxima da “pré-protestante”, quando o trabalho árduo era considerado um castigo. No entanto, diferente desta, que almeja o paraíso – onde não há trabalho –, hackers preferem cumprir suas paixões, o que inclui disseminar conhecimento.

Para realizar esse desejo, a ética hacker se pauta por um ritmo próprio: hackers tendem a programar madrugada adentro, acordar tarde e não possuir rotina fixa. Esta compreensão difere da protestante na medida em que o espírito do capitalismo surge a partir da relação “tempo é dinheiro”, desprezando o tempo dedicado ao lúdico e ao ócio

Por fim, o fundamento moral da ética hacker é o livre acesso à informação, especialmente na forma de softwares gratuitos e open source (de código aberto), com licenças copyleft (ou seja, que podem ser distribuídas e modificadas)⁸¹. Essa posição é feita em prol do próprio desenvolvimento dos programas, tornando-os mais facilmente acessíveis por outros hackers. Em contrapartida, a ética protestante subordina o trabalho ao dinheiro, o que, para Himanen (2002), reforça a ideia de prosperidade e de propriedade, resultando na privatização da informação pelo uso de patentes e copyrights.

A estas motivações, que tomam a livre circulação da informação como o valor máximo dos hackers, poderíamos ainda acrescentar uma dimensão estética, lembrada por Steven Levy no seu estudo historiográfico *Hackers: heroes of the computer revolution*,

⁸⁰ O sociólogo alemão analisa que o trabalho, imerso no contexto da cultura capitalista, torna-se a própria moral do seu tempo. Weber entende que essa explicação estaria amparada na religião, já que monastérios, por exemplo, ecoavam a máxima de trabalhar para servir a Deus. A ética protestante permanece hegemônica na sociedade em rede - conceito que Himanen (2002) resgata do sociólogo Manuel Castells – e não rompe com o capitalismo, apenas adaptando-se a uma nova fase. O autor exemplifica essa continuidade na filosofia de empresas que justificam o trabalho através de discursos motivacionais ou congratulatórios, como a exaltação ao “funcionário do mês”. Sua natureza permanece a mesma - um fim em si -, acirrada por maior competitividade.

⁸¹ Para uma discussão sobre os conceitos de copyright, copyleft e Creative Commons, ver Santos (2012).

originalmente de 1984. Nesse sentido, hackers enxergam uma beleza intrínseca à programação e tornam sua atividade algo artesanal e romântica.

Essa preocupação com a forma também é captada pela antropóloga porto-riquenha Gabriella Coleman (2013), que realiza um estudo etnográfico sobre os sujeitos. Um de seus resultados identifica que há um humor particular no interior desses grupos que envolve inserir piadas em códigos. Para serem feitas, estas alterações requerem alta expertise em programação, o que as tornam um sinônimo de sabedoria perante os outros membros da comunidade. Portanto, além da carga irônica presente nas modificações dos códigos, há uma espécie de ato performativo, autoexpressivo e individualista, que visa buscar diferenciação no interior dos grupos hackers por meio da própria valorização de habilidades técnicas. Desse modo, Coleman (2013) identifica uma relação ambígua que hackers mantêm com ideais meritocráticos e elitistas, pois tensionam a ideia de coletividade e inclusão, fundamentos da ética hacker.

É Coleman (2013, p. 3, tradução nossa), aliás, quem resume hackers como sujeitos “aficionados por computador guiados por uma paixão inquisitiva por consertar e apreender sistemas técnicos, e frequentemente se comprometerem a uma versão ética da liberdade de informação”⁸². Em linhas gerais, podemos condensar os valores da ética hacker em paixão pelo conhecimento, verdade, liberdade e acesso livre à informação, acrescido de princípios como autodidatismo e compartilhamento.

Outra característica do hacker é a sua atitude de contestação e revolta, geralmente alinhada a ideais anarquistas de desobediência civil. No entanto, o ativista Brett Scott (2015) sugere no artigo *How yuppies hacked the original hacker ethos* (Como os yuppies hackearam o ethos hacker original) que a ética hacker é gentrificada. Se, em um primeiro momento, o imaginário sobre o sujeito hacker foi atrelado a um criminoso que invadia sistemas, agora ele passa a ser entendido como um inovador em busca de soluções tecnológicas. Para Scott, a gentrificação da ética hacker passa por um processo de pacificação que ignora contradições sociais e tem como objetivo final o lucro monetário.

⁸² No original: “computer aficionados driven by an inquisitive passion for tinkering and learning technical systems, and frequently committed to an ethical version of information freedom”.

Como resultado, há um esvaziamento de sua ideologia, reduzida ao corporativismo:

Gostaria de marcar posição em relação à palavra hacker - e afirmar que o verdadeiro espírito hacker não reside no Google e não é guiado por metas de lucratividade. O ímpeto hacker não deve ser restrito ao ato de redesenhar produtos ou criar 'soluções de negócio'. Um hack ceifado de sua intenção anti-convencional não é um hack. É apenas uma parte do processo chamado de inovação de negócios (SCOTT, 2015, online).

Com reminiscências ao Vale do Silício⁸³, Scott (2015, online) critica a apropriação que grandes empresas tecnológicas, como a Google, fazem da identidade hacker, “com adultos jogando pingue-pongue em cafeterias com mobiliários futuristas, enquanto maquinam as formas de exercer controle sobre as redes de comunicação mundiais, características da companhia”. Himanen (2002) também já chamava a atenção sobre o “hackerismo capitalista” ao citar o exemplo da empresa de informática Microsoft, cujo fundador, Bill Gates, fazia parte do movimento hacker.

Em meio à constelação de valores que delineamos para a ética hacker – a paixão pelo trabalho, o livre acesso à informação, disseminação de conhecimento, postura antiautoritária e contestatória –, alguns autores vislumbram proximidades com a prática jornalística. Christofletti (2008; 2011), por exemplo, sugere que as implicações da cultura livre, aliada à maior participação das audiências e aos preceitos da ética hacker permitem uma rediscussão da deontologia do jornalismo. Em outro artigo, assinado com o pesquisador Francisco Karam, a discussão é exemplificada em casos concretos:

Note-se, por exemplo, que já se fala em jornalismo de código aberto, aquele em que o repórter oferece ao leitor também quais foram suas fontes e procedimentos de apuração. Na

⁸³ Polo industrial que abriga diversas empresas de tecnologia no estado da Califórnia, Estados Unidos.

encruzilhada dos valores, transparência se traduz como *accountability* e como abertura de processos. Bem como se pode perceber proximidades entre o gesto de compartilhar arquivos e conteúdos *on-line* com o do jornalista tradicional de tornar públicas situações de interesse coletivo. Mesmo que o primeiro ato possa se contrapor a direitos autorais ou viole a propriedade intelectual, seus defensores argumentam que conhecimento e informação são públicos e devem circular sem óbices. O interesse público e as preocupações coletivas reuniriam raízes comuns de um gesto e de outro, sobrepondo-se a direitos individuais e particulares (KARAM; CHRISTOFOLETTI, 2011, p. 94).

As influências da ética hacker parecem ainda mais perceptíveis no Jornalismo Guiado por Dados (JGD), prática que prioriza o uso de dados como fonte de informação⁸⁴. Na sua tese de doutorado, Marcelo Träsel (2014, p.252-253) realiza uma pesquisa de campo junto à equipe do Estadão Dados, do jornal O Estado de S. Paulo, e identifica uma ponte entre as crenças dos jornalistas e os princípios hackers:

Enquanto os hackers comprometem sua existência com a manipulação tecnológica afim de criar hardware e software úteis ou belos, os jornalistas assumem um compromisso com a notícia. Assim como alguns hackers desprezam obrigações familiares e sociais, o lazer e até mesmo a higiene em favor de seu trabalho – formal ou informal –, alguns jornalistas relegam a família, os amigos, o lazer e as horas de sono recomendáveis diariamente a segundo plano, quando estão embriagados pela excitação de uma cobertura

⁸⁴ Com origem na Reportagem Assistida por Computador (RAC), popularizada na década de 1990, o JGD se estabelece em redações de jornalismo a partir de meados dos anos 2000. No Brasil, o jornal o *Estado de São Paulo* foi pioneiro ao criar uma equipe dedicada à modalidade, em 2012. Posteriormente, o JGD ganha corpo em projetos da *Folha de S. Paulo* (FolhaSPDados), *Gazeta do Povo*, *Zero Hora*, *Agência Pública* e *Gênero e Número*.

noticiosa importante ou exigente. O investimento existencial no hacking ou no jornalismo só é possível mediante um apaixonamento pelos objetos em torno dos quais essas atividades se desenvolvem.

Através dessa ligação, que identifica um *ethos* romântico no jornalismo⁸⁵ e no movimento hacker, Träsel (2014) aponta ainda outros valores comuns aos dois grupos, a partir de sua pesquisa participativa na redação do Estadão Dados. Um deles é a reação ao tempo e à rotina: os jornalistas do JGD entendem que sua prática possibilita transgredir limites burocráticos da empresa jornalística, pois é focada apenas no uso do computador para a exploração de bases de dados. O repórter, então, não enfrenta impedimentos à sua matéria, como escassez de recursos para deslocamento. Como vimos anteriormente, hackers valorizam o ócio, não no sentido de renegar o trabalho, mas, precisamente, pelo contrário – devido à paixão que têm pelo conhecimento, preferem praticar suas atividades sem pressões externas.

Outro valor mencionado por Träsel (2014, p. 228) é a tecnofilia, ou seja, “a crença na capacidade da informática de eliminar o erro humano das rotinas produtivas jornalísticas”. Essa adesão refere-se principalmente à escolha por “entrevistar” primordialmente planilhas e dados, ao invés de fontes humanas. Tal procedimento está ligado a outras duas ideias: o cooperativismo - pois as bases de dados são compartilhadas com o público e deixam às claras, em tese, o processo de apuração da pauta – e a transparência – ao disponibilizarem tais dados, leitores e mesmo repórteres concorrentes podem trazer novas

⁸⁵ Trata-se de um conceito trabalhado pela pesquisadora Cláudia Lago (apud TRÄSEL, 2014), que identifica uma atitude romântica no jornalismo através de cinco valores: “a) revolta contra a burocratização das rotinas produtivas (paixão); b) valorização do sentido missionário do jornalismo (missão); c) idealização dos 'bons tempos' nas redações (nostalgia e melancolia); d) crença no gênio criador, no talento individual (individualismo); e) atitude voltada para a transformação social (utopia revolucionária)” (TRÄSEL, 2014, p. 90). Ressaltamos, ainda, que a ligação através do *ethos* romântico é relativizada nas conclusões do autor: “o mais provável é que a afinidade romântica seja apenas um dos fatores em jogo nesta aproximação entre o jornalismo e a cultura hacker, que de resto também sobre influências de fatores históricos operantes no final do século XX, como a consolidação da Era da Informação, o estabelecimento da cibercultura e a redução da barreira econômica para o acesso às ferramentas informáticas” (TRÄSEL, 2014, p. 257).

interpretações à narrativa. O compartilhamento de conhecimento ainda é exemplificado por Träsel (idem) em cursos e tutoriais ministrados pelos profissionais sobre as técnicas do JGD, e na própria relação entre a equipe, com jornalistas novos aprendendo com os mais experientes.

A função social do jornalismo está sedimentada por uma relação com o seu público, que espera dele, principalmente, o valor da verdade. Por meio dessa crença, sua atividade é legitimada. Os valores morais de base do jornalismo não diferem tanto de um país para outro, como vimos anteriormente, embora existam diferenças no seu enfoque e detalhamento. Contudo, há valores que extrapolam os códigos deontológicos: é nesse momento que a ética reflete sobre eles e interroga o conteúdo dos documentos – ou seja, daquilo que já estava cristalizado. No caso do Jornalismo Guiado por Dados, Träsel (2014) observa que essas práticas ainda não estão institucionalizadas, no sentido de que nem todas as universidades, por exemplo, dispõem de cursos voltados ao tema, tampouco todas as redações adotam o JGD. Para o autor, isso justificaria a insuficiência de alguns documentos: “os novos valores, crenças e condutas que porventura possam estar introduzindo na identidade jornalística não se encontram estabilizados em códigos de ética ou tratados teóricos” (idem, p. 16).

Não é possível compararmos diretamente uma ética intrínseca ao JGD às netiquetas, que mencionamos anteriormente. A primeira segue a deontologia do jornalismo – seus profissionais são jornalistas, afinal –, ainda que rediscuta alguns dos pilares da profissão – há, aparentemente, novas leituras acerca da objetividade como transparência, mas que não ressignificam o conceito a ponto de desvencilhá-lo do valor-base da verdade. Essa confluência é, em parte, exercida pelas próprias netiquetas, se considerarmos que elas nascem como regras de conduta na web e que, possivelmente, influenciaram grupos hackers, no sentido mais pragmático de ordenar a sua comunicação em grupos.

Há, contudo, que demarcarmos uma diferença explicitada por Himanen (2002). Netiquetas funcionam como cartilhas e possuem caráter prescritivo. A ética hacker, que o autor chama de uma “nética” (ou ética de rede), tem sentido mais amplo, pois estabelece relações que o hacker mantém com a sociedade em rede. Para além disso, a ética hacker fundamenta-se em uma reflexão conjunta entre seus pares, o que pressupõe uma adesão mais consolidada do que as netiquetas, sendo estas apenas recomendações de bons modos. Nesse sentido, a ética

hacker estaria mais próxima de um consenso de valores, assim como os códigos deontológicos, porém sem um caráter institucional⁸⁶.

Ocorre que há uma gama de outros atores sociais, para além dos hackers, que utilizam a internet com a finalidade de difundir informações. Historicamente, não-jornalistas empenhados nessa função – blogueiros, especialmente – foram recebidos com resistência pelos profissionais (SINGER, 2014), como já tratamos no primeiro capítulo. Aos poucos, foram incorporados à rotina jornalística, sob a alcunha de termos como “jornalismo participativo” e “Conteúdo Gerado pelo Usuário”. Conteúdos gerados a partir dessa colaboração com as audiências perpassam o filtro de jornalistas. Ou seja, são os profissionais que estabelecem parâmetros de qualidade antes de publicar qualquer informação colhida por não-jornalistas⁸⁷. Portanto, podemos inferir que essa relação é, ao menos em tese, orientada por critérios deontológicos da profissão.

Esta é apenas uma parte de um universo vasto e heterogêneo de não-jornalistas que colhem informações e as disseminam. Temos, ainda, atores que não colaboram com profissionais e constroem as suas próprias plataformas, seja através de blogs ou sites. Estes casos prescindem de um filtro jornalístico, portanto, o que não significa *a priori* que eles veiculam conteúdos inverossímeis, por exemplo. Mas, precisamente por não serem jornalistas, não há compromissos deontológicos com o jornalismo – embora, paradoxalmente, a adesão ao próprio Código de Ética do Jornalista Brasileiro seja uma questão de vontade própria do sujeito profissional⁸⁸.

⁸⁶ Trata-se apenas de uma comparação aproximada, pois como vimos em Scott (2015), há divergências a respeito do próprio significado do que é ser hacker.

⁸⁷ Contudo, os parâmetros que fundamentam estes critérios nem sempre estão claros para não-jornalistas e mesmo jornalistas. O pesquisador Evandro de Assis (2016) reflete sobre esta tensão a partir da experiência do Coletivo Blumenau, que reuniu profissionais e sujeitos comuns em uma experiência de jornalismo participativo à margem das empresas jornalísticas.

⁸⁸ Não se trata de uma comparação direta – pois, como vimos, a adesão ao código normalmente é cumprida até mesmo como forma de angariar credibilidade perante os colegas jornalistas. Evidenciamos a fragilidade do documento para ressaltar que a sua efetividade, entre os profissionais, parece se dar mais no universo simbólico do que concretamente, o que pode estar relacionado à falta de sanções do código (CHRISTOFOLETTI, 2015).

Nesse sentido, preocupações a respeito de uma possível codificação para a prática de não-jornalistas que estão empenhados em atos de jornalismo já foram sinalizadas. Essa discussão torna-se proeminente com a popularização dos blogs e ganha corpo a partir de duas proposições.

Em 2002 (online), Rebecca Blood⁸⁹ indica seis princípios para uma “ética de blogs” que devem ser seguidos por “qualquer weblogger que espera estar de acordo com os privilégios e proteções de um jornalista profissional”. Dentre os tópicos abordados, estão: 1) publicar apenas fatos que você acredita serem verdadeiros; 2) se o conteúdo faz referência a uma fonte externa, esta deve estar linkada; 3) erros percebidos após uma publicação devem ser corrigidos; 4) postagens não devem ser reescritas ou apagadas, à exceção de casos que incorrem no item anterior; 5) ser transparente com sua audiência e expor interesses pessoais e profissionais do blogueiro; 6) informar ao leitor quando são publicados materiais de fontes partidárias.

No ano seguinte, o editor do site *Cyber Journalist*⁹⁰ Jonathan Dube trouxe uma nova versão com base no código da Sociedade dos Jornalistas Profissionais⁹¹, organização dos Estados Unidos fundada em 1909. O documento ampara-se em três pilares: 1) seja honesto e justo (desdobrado em normas como “não plagiar”, “identificar e linkar fontes”, “não distorcer conteúdos de fotos”, “não publicar informações imprecisas”; 2) minimize danos (refere-se a questões sensíveis e de cuidados com fontes) e 3) seja responsável (toca em pontos relativos a erros, relação com audiência, transparência).

Como podemos observar, os dois documentos possuem tópicos similares porque se baseiam em modelos jornalísticos e tem como horizonte a credibilidade. Martin Kuhn (2007) considera que as

⁸⁹ Blood mantém um blog desde 1999 e é uma das precursoras em análises sobre a plataforma. A discussão a respeito de um código de ética para blogueiros é um trecho do livro *The Weblog Handbook* e está disponível no blog da autora: <http://bit.ly/2pVsCzP>. Acesso em: 29 abr 2017.

⁹⁰ O código original não foi encontrado no site *cyberjournalist.net*. No entanto, sua transcrição está disponível no Philippine Center for Investigative Journalism (PCIJ): <http://bit.ly/2p5ZrGk>. Acesso em: 29 abr 2007. O mesmo documento também foi replicado em Friend e Singer (2007, pp. 16-17).

⁹¹ A versão atual teve sua última revisão em 2014. Disponível em: <http://bit.ly/1nGWBzP>. Acesso em: 29 abr 2017.

propostas são reducionistas, pois dão conta de apenas uma parte da blogosfera – aquela que, de fato, pretende se engajar em práticas semelhantes ao jornalismo. A pesquisadora portuguesa Elsa Costa e Silva (2014) também entende que utilizar valores do jornalismo como baliza para uma suposta regulamentação da blogosfera pode não fazer sentido, a não ser quando os blogs estão hospedados nos próprios sites dos jornais.

Ademais, os códigos ignoram um aspecto que Kuhn (2007) considera crucial para a comunidade de blogueiros: a interatividade, que se refere ao processo dialógico entre blogueiros, leitores e a blogosfera como um todo. O autor inclui este ponto na sua proposta de código tornado-o sinônimo de deveres como visitar e comentar em outros blogs, respeitar uma “etiqueta blogueira”, postar no seu próprio blog com certa frequência. Outros tópicos repetem o que Blood e Dube já trabalharam, com menção à transparência, verdade, livre expressão e minimização de danos.

Devido às várias finalidades que um blog pode ter – e daí que a sua definição deve ser antes pela forma do que pelo conteúdo (KUHNS, 2007) –, a proposta de um código é, por vezes, controversa. Como lembram Cenite *et al* (2009, p. 580), codificar normas em documentos parece ser um objetivo restrito a grupos profissionais, o que não se aplicaria a “atividades recreativas”, como o ato de blogar. Para entender se os próprios blogueiros concordariam com a criação de um código, os pesquisadores desenvolveram um questionário online para 1224 sujeitos, que foram divididos em dois grupos: blogueiros pessoais (73%), cujas publicações remetem a aspectos íntimos de sua vida, e blogueiros não-pessoais (27%), que publicam informações ou comentam notícias. Estudantes são a maior parte das ocupações em ambos os casos, embora o perfil do segundo conjunto seja mais velho. A concordância com um código de ética para blogueiros prevaleceu nos dois grupos em proporções semelhantes, mesmo que os valores dos não-pessoais estejam mais próximos de uma ética jornalística.

Cenite *et al* (2009, p. 591, tradução nossa) lembram que “essencialmente, um código é apenas útil conforme o número de pessoas que aderem a ele”⁹². Portanto, mesmo com o aceno positivo dos blogueiros pesquisados para a criação do documento, a diversidade da blogosfera é um entrave considerável para a concordância de todos os

⁹² No original: “essentially, a code is only as useful as the number of people who adhere to it”.

indivíduos a determinados princípios. Uma saída sugerida pelos autores é a criação de códigos de ética diversos conforme diferentes práticas de blogueiros, de modo que estes subgrupos teriam motivações mais fortes para aderir a normas específicas. No Brasil, temos o exemplo da ABBV (Associação Brasileira de Blogs de Viagem), cujo regimento interno prevê transparência com anunciantes (informar honestamente a audiência do veículo, não utilizar scripts para aumentar a audiência) e com leitores (tornar claro postagens de publicitário e de viagens patrocinadas). Outro caso é a criação de um código de ética por uma associação de diversos blogs gastronômicos. O *Food Blog Code of Ethics*⁹⁴ é assinado por 26 sites e inclui princípios como civilidade, transparência e as “boas regras do jornalismo”, tópico referente a questões como plágio e direitos autorais. Em 2011, o código foi atualizado e adicionou um tópico dedicado à moderação de comentários.

Costa e Silva (2014) menciona ainda o caso do Nepal, que criou, também em 2011, princípios para blogueiros com base em parâmetros jornalísticos. Segundo a autora, “a iniciativa resultou da colaboração entre uma rede de bloggers e a Associação de Jornalistas Online do Nepal (membro da federação nepalesa de jornalistas), tendo a ideia inicial partido de um jornalista sênior, conselheiro do então presidente daquele país” (COSTA E SILVA, 2014, p. 242). O documento traz recomendações já vistas anteriormente – admitir erros, evitar conflito de interesses, ser específico quanto ao uso de informações que não estão confirmadas, mostrar sensibilidade no uso de imagens sensacionalistas. Alguns tópicos são mais específicos, como, por exemplo, evitar a disseminação de vírus e spams, não veicular pornografia e discursos de ódio, não utilizar o blog para ameaçar pessoas e instituições.

Tais tentativas de autorregulação da blogosfera não são aceitas consensualmente entre todos os blogueiros. Se já há dificuldade para encontrar um denominador comum quando as discussões partem dos próprios membros, podemos perceber que a recepção a iniciativas de heterorregulação – ou seja, aquelas que advêm de instituições externas à blogosfera – é ainda mais controversa.

⁹³ Disponível em: <http://abbv.net.br/codigo-de-etica/>. Acesso em: 29 abr 2017.

⁹⁴ Disponível em: <https://foodethics.wordpress.com/>. Acesso em: 29 abr 2017.

Em 2008, o Parlamento Europeu discutiu uma proposta da jornalista e deputada Marianne Mikko para clarificar a situação legal dos blogs. A ideia foi rejeitada por blogueiros e considerada uma restrição à liberdade de expressão – em parte, devido à cobertura da imprensa sueca sobre o caso, que informou erroneamente a respeito da intenção do Parlamento Europeu em supostamente criar um registro histórico dos donos de blog. Mikko esclareceu em entrevista⁹⁵ que não se tratava disso, mas de buscar uma “marca de qualidade” que garantisse a credibilidade do blogueiro (COSTA E SILVA, 2014; WHITE, 2008).

Nos Estados Unidos, o *Free Flow of Information Act* (Ato do Fluxo Livre de Informação) sinalizou uma tentativa de estender proteções a não-jornalistas. O projeto de lei, que tramita no senado⁹⁶, trata de criar uma lei federal para garantir o sigilo de fonte também a cidadãos comuns. O projeto suscitou debates sobre quem é ou não um jornalista, já que o texto não o definiu nos termos de uma categoria profissional, mas com o sujeito que apura, prepara, edita, coleta ou publica notícias, o que é aplicável também a estudantes de jornalismo ou blogueiros em determinados casos, para citarmos dois exemplos. Josh Stearns (2013) foi uma das vozes favoráveis ao *Free Flow of Information Act*, argumentando que uma definição sobre jornalismo deve atentar-se antes para o que é feito, ou seja, ao processo, do que por quem é feito - daí a nomenclatura utilizada pelo autor, “atos de jornalismo”, perspectiva que foi apresentada no primeiro capítulo deste trabalho. Stearns (2013), portanto, considera necessário estender proteções da liberdade de imprensa para não-jornalistas engajados nessas práticas⁹⁷.

Para Elsa Costa e Silva (2014), uma possível regulamentação dos blogueiros levando em consideração parâmetros jornalísticos deve ser vista com cuidado, pois pode minar os valores específicos da blogosfera:

⁹⁵ Disponível em: <https://euobserver.com/creative/26407>. Acesso em: 29 abr 2017.

⁹⁶ Disponível em: <https://www.congress.gov/bill/113th-congress/senate-bill/987/all-actions>. Acesso em: 29 abr 2017.

⁹⁷ Em sua coluna no *Huffington Post*, o jornalista e advogado Kurt Wimmer opõe-se a alguns pontos do projeto, argumentando que o anonimato para proteger fontes pode implicar denúncias falsas, por exemplo. Disponível em: <http://huff.to/2quc8Ph>. Acesso em: 29 abr 2017.

(...) a defesa da neutralidade e da objetividade, como marca da profissão do jornalismo, colocam a tónica na perspectiva factual dos acontecimentos, o que contraria, em muito, o que é o espírito partidário – de causas, de gostos, de interesses – de muitos blogues. Nesse sentido, sendo não-profissionalizada, a intervenção do blogger é mais livre porque não está limitada pela necessidade de um pretexto que cumpra normas ou rotinas produtivas, nem depende de fontes de informação que podem produzir enviesamentos – discute ideologia, alternativas, questiona opções políticas e pode introduzir temas diferentes na agenda. É, por isso, que uma eventual regulação dos blogues deve evitar comprometer a livre iniciativa neste espaço e evitar espartilhar a participação dos cidadãos com regras que possam minar a expressão da diversidade, normalizando a sua intervenção na esfera pública (COSTA E SILVA, 2014, p. 248).

Em sua pesquisa sobre a blogosfera política de Portugal, Costa e Silva identificou preocupações dos blogueiros em temas como plágio, o anonimato em comentários, qualidade da informação e diversidade de opiniões. A autora destaca que a atribuição é um importante valor para blogueiros e auxilia a consolidar uma cultura entre a comunidade blogueira, o que Costa e Silva chama de “ética do link”. Há, portanto, grande apreço por ideais de transparência, correção de erros e interação com outros blogs.

Neste sentido, quando a prática de blogueiros está mais próxima da jornalística – o que Kuhn (2007) chamou anteriormente de “blogueiros não-pessoais” –, seus valores também parecem mais semelhantes aos da profissão. Para Friend e Singer (2007, p. 133), ainda que uma aplicação direta da ética jornalística a blogueiros tenha entraves, os valores morais entre os dois grupos são antes complementares do que contraditórios, numa relação definida pelas autoras como “simbiótica”. Logo, não é possível falarmos que a ética do jornalismo está próxima da prática de todos os blogueiros, mas de um grupo específico – aqueles engajados em atos de jornalismo.

No entanto, mesmo entre estes atores, há nuances percebidas nos seus valores morais comparados ao do jornalismo, conforme

demonstra Tara Mortensen (2014), que pesquisou a ética de fotojornalistas amadores e profissionais dos Estados Unidos. Os resultados indicaram que os dois grupos tendem a concordar com os mesmos princípios, mas em diferentes níveis. Através da teoria da coorientação⁹⁸, Mortensen (2014) também inferiu as percepções que amadores tinham de jornalistas, e vice-versa. Nesse sentido, os últimos tendem a subestimar os primeiros, considerando as suas práticas mais distantes dos parâmetros éticos do jornalismo. Fotojornalistas não-profissionais, por sua vez, percebem que a sua adesão à ética profissional é maior do que os próprios jornalistas – mas essa percepção se dá em grau menor do que quando a mesma assunção é feita pelo outro grupo.

Duas importantes contribuições podem ser mencionadas nas pesquisas brasileiras sobre este tema. Com um enfoque na sociologia, Sheila de Oliveira (2013) aborda as disposições sociais que motivam indivíduos a construir plataformas, como blogs, e praticarem atos de jornalismo. A autora selecionou seis membros ativos de um fórum mantido pelo jornal *Diário de Pernambuco* para sugestão de pautas⁹⁹. Estes sujeitos, que possuem outras profissões e não são jornalistas, inicialmente sugeriam pautas ao veículo, mas decidiram se tornar o que Oliveira (2013) chama de “repórteres-amadores” a partir de duas variáveis: estarem dispostos e terem competências. Embora a análise da autora utilize uma sociologia à escala do indivíduo que resgata a trajetória de vida dos seus entrevistados, foram identificadas tendências comuns aos participantes¹⁰⁰.

⁹⁸ Ramo da psicologia social que busca entender os diferentes graus de consenso entre sujeitos e analisa o comportamento do indivíduo pela influência como ele percebe o outro. Sua origem reside em estudos de sociólogos como Charles Cooley e Erving Goffman (MORTENSEN, 2014).

⁹⁹ O fórum Cidadão-Repórter foi criado em 2007 e manteve uma seção no caderno semanal Vida Urbana, que existia na versão impressa do jornal, até novembro de 2010.

¹⁰⁰ Como esclarece Oliveira (2013, p. 300), “retemos o social de forma individualizada porque a sociedade está dentro de nós e a refletimos a partir dos efeitos de nossas experiências de plurissocialização. Nesta pesquisa, percebemos que existe uma base onde encontramos disposições mais recorrentes e fortes, que motivam com mais frequência o cidadão comum a querer ser coprodutor e produtor da notícia, mas elas operam internamente e

Portanto, dentre os fatores que contribuem para que estes sujeitos se desloquem da contribuição com veículos à prática jornalística, estão: 1) a resolução de conflitos locais (todos os participantes moravam em comunidades do Recife e buscavam solucionar problemáticas de suas regiões, o que configura, para Oliveira (2013), uma inclinação ao assistencialismo); 2) descontentamento com a edição do *Diário de Pernambuco* (enquanto ainda utilizavam o fórum e enviavam pautas, os entrevistados nem sempre concordaram com o tratamento dado às informações pelos jornalistas); 3) o gosto pela leitura e escrita (o que envolve uma preferência por manifestar publicamente sua opinião e a necessidade de expressá-la); 4) a experiência prévia com o jornal *Diário de Pernambuco* (contato com jornalistas através do fórum, leitura do veículo para acompanhar as pautas sugeridas); 6) um contexto favorável à publicação de conteúdos (acesso à internet, plataformas gratuitas para a criação de blogs).

Nesse sentido, a análise a partir dos seis entrevistados de Oliveira (2013) - um estudante de administração, um pedreiro, um educador social, um técnico em logística, um técnico em tráfego e um técnico ambiental - demonstra que a motivação desses sujeitos está relacionada à sua própria trajetória de vida. Não à toa, a autora utiliza como base teórica e metodológica os trabalhos do sociólogo francês Bernard Lahire¹⁰¹ para ter acesso aos esquemas disposicionais desses

inconscientemente de formas diferentes, que variam de indivíduo para indivíduo”.

¹⁰¹ O esquema disposicional de Lahire considera que a disposição social é o momento presente, mas também uma trajetória de acúmulo de experiências que exige a reconstrução do universo ao nível do indivíduo. A autora resume disposição como “o produto incorporado de uma socialização passada, mesmo que isso aconteça de forma implícita ou explícita, que é atualizada ou não em função de fatores relacionais e contextuais do presente” (OLIVEIRA, 2013, p. 57). Especificamente, a proposta do sociólogo francês tem como pressuposto o fortalecimento do social a partir de uma visada que se dá na escala do indivíduo. Outros autores já esboçavam preocupações semelhantes e servem de suporte para Lahire, como o sociólogo Pierre Naville (1942) e o escritor Marcel Proust (1971). O primeiro tratava, na década de 40, da personalidade como o resultado de diversos hábitos incorporados em relações profissionais, conjugais e políticas. Já o segundo analisa, pelo viés da literatura, a pluralidade do homem escritor e do homem que age em outras situações – ele considera que há um “eu literário” e um “eu exterior”. Cabe ainda salientarmos que Oliveira (2013, p. 18) filia-se à perspectiva teórica de Lahire em detrimento do conceito de habitus, trabalhado por Pierre Bourdieu - pois considera que ele confere “um peso

sujeitos e analisar seus processos de socialização através de eixos como “mundo da família”, “mundo da educação”, “mundo da comunidade”, “mundo do trabalho” e “mundo do jornalismo”.

O estudo de Oliveira (2013) contribui para pensarmos os processos de socialização que levam um indivíduo a praticar os seus próprios atos de jornalismo. Essa análise, portanto, está mais relacionada às motivações dos sujeitos, e não aos seus dilemas éticos. No entanto, é possível inferirmos que os resultados levantados pela autora sinalizam pistas para compreendermos os princípios morais desses sujeitos – praticar atos de jornalismo para resolver problemas locais remete à ideia de justiça, por exemplo. Como resgata a autora, essa disposição está internalizada por processos que se relacionam a diferentes mundos – da família à educação, da vida na comunidade ao trabalho.

Não é nosso objetivo, neste trabalho, reconstituir a trajetória de vida de nossos entrevistados e tampouco compreender a formação de suas motivações para agirem. No entanto, a despeito de nossa base teórica estar mais próxima da filosofia e da ética, a abordagem sociológica deve ser lembrada especialmente para pensarmos na formação dos valores morais que conduzem as práticas de não-jornalistas.

Nesse sentido, outro trabalho que contribui para refletirmos sobre uma ética que envolva não-jornalistas é a tese de Gisele Reginato (2016), que investiga as finalidades¹⁰² do jornalismo percebidas por veículos, jornalistas e leitores – são analisados, respectivamente, documentos normativos, biografias/entrevistas e comentários. Os resultados alcançados pela autora inferem que o leitor¹⁰³ tem uma clara

grande ao passado e à ação estratégica de reflexividade, o que resulta em modelos macrossociológicos” - e à sociologia fenomenológica, de Alfred Schütz - por considerá-la demasiadamente fragmentada, ignorando as condições sócio-históricas dos indivíduos.

¹⁰² “Finalidade” é uma das condições para o conceito de “contrato de comunicação” utilizado pelo linguista Patrick Charaudeau, base teórica da autora. O sentido não é o mesmo quando empregamos a finalidade a partir de uma perspectiva teleológica de florescimento humano, por exemplo.

¹⁰³ Reginato (2016, p. 168) refere-se ao “leitor real”, a partir da definição de que, discursivamente, o sujeito leitor se desdobra em dois: o leitor real, que efetivamente interpreta o texto, e o leitor imaginado, que existe apenas virtualmente e guia a produção do discurso – conforme expliquei no capítulo

percepção a respeito da função do jornalismo, pois as principais finalidades apontadas por ele são concomitantes às dos veículos e jornalistas, a saber: fiscalizar o poder e fortalecer a democracia, informar, esclarecer o cidadão e apresentar a pluralidade da sociedade, verificar a veracidade das informações.

Há, no entanto, algumas diferenças entre os três grupos. Ao passo que leitores atribuem maior importância à finalidade de “investigar”, os discursos de jornalistas e veículos pouco mencionam esse papel, segundo a análise de Reginato (2016). Já a função de “divertir” foi citada por apenas um jornalista, mas apareceu com mais frequência nas sequências discursivas dos veículos, citada por *Folha de S. Paulo* e *O Globo*. O leitor, por sua vez, não faz referência a essa finalidade e a rejeita quando traz críticas relativas ao sensacionalismo de determinadas matérias.

Os dados de Reginato (2016) acerca das percepções dos leitores convergem com o trabalho dos pesquisadores holandeses Richard van der Wurff e Klaus Schoenbach¹⁰⁴, no sentido de que há um reconhecimento do público sobre as finalidades do jornalismo:

[...] A audiência – como o próprio jornalismo – mostra uma compreensão complexa dos papéis que a mídia deve desempenhar na sociedade e os valores que jornalistas, nesse sentido, deveriam sustentar. Crucialmente, a audiência compartilha com os jornalistas a noção de que os meios de comunicação têm uma função importante e

metodológico. Além disso, quando falamos de leitores, é preciso considerar que nem todos se relacionam da mesma forma com o jornalismo. Santaella (2004) lembra que no mundo contemporâneo convivem três tipos de leitor: o meditativo, que se dedica a uma leitura atenciosa; o movente, que faz da leitura um processo dinâmico e híbrido; e o imersivo, que surge nos espaços da virtualidade e navega em um processo de leitura comandado pela fragmentação. Esses três movimentos residem em cada um de nós e são acionados dependendo do meio, da linguagem e do ambiente discursivo”. Cf. SANTAELLA, Lucia. *Navegar no ciberespaço: o perfil cognitivo do leitor imersivo*. São Paulo: Paulus, 2004.

¹⁰⁴ Cf. VAN DER WURFF, Richard; SCHOENBACH, Klaus. *Civic and citizen demands of news media and journalists: what does the audience expect from good journalism?* *Journalism & Mass Communication Quarterly*. London: Sage, 20 jun. 2014.

independente nas democracias modernas (VAN DER WURFF e SHOENBACH, 2014, p. 15 apud REGINATO, 2016, p. 200, tradução da autora).

Desse modo, a percepção crítica da audiência desvincula-se da imagem de um leitor alheio à ética jornalística e ao dever-ser da profissão. Este pode ser um primeiro passo para refletirmos sobre uma ética aberta do jornalismo, conforme aprofundaremos no subcapítulo seguinte.

Podemos sustentar que a percepção do leitor a respeito das finalidades do jornalismo está amparada na sua legitimidade (BERNIER, 2004), conforme salientamos ao início deste subcapítulo. Ou seja, a ideia de fiscalizar o poder, por exemplo, e a importância atribuída à verificação da informação são construções históricas que sedimentaram o papel do jornalismo perante suas audiências. Essa função é mantida pela credibilidade percebida pelos leitores, o que envolve valores como independência, imparcialidade, coerência, honestidade e objetividade (LISBOA, 2012).

O objetivo deste subcapítulo foi observar a relação entre valores morais e jornalismo. Podemos notar que embora se cristalizem nos códigos deontológicos – daí também serem chamados de valores deontológicos –, a moral, no jornalismo, não é estanque, uma vez que é precisamente a ética quem a questiona constantemente. Esse movimento pôde ser percebido na comparação entre documentos normativos – há valores-base comuns aos códigos, mas também ligeiras modificações que dizem respeito a contextos políticos e históricos distintos (LAITILA, 1995; HAFEZ, 2002; CHRISTOFOLETTI; FERREIRA, 2013; CAZZAMATTA, 2015).

No entanto, as modificações pelas quais a moral perpassa ao longo do tempo parecem ainda mais proeminentes no ambiente do jornalismo online (CHRISTOFOLETTI; TERNES, 2013; PATRÍCIO, 2016). A rigor, dilemas éticos puramente novos são difíceis de serem observados, pois remetem a antigas problemáticas como privacidade, respeito ao outro e verdade, para citarmos três exemplos. Por outro lado, há um redimensionamento de questões morais no ciberespaço, especialmente em termos de amplitude (HAMELINK, 2000). No caso do jornalismo, a presença maior de atores externos que participam ativamente do processo jornalístico – ou seja, não apenas como fontes – impõem dúvidas sobre os modos como o jornalista deve se relacionar com essa audiência, que nem sempre é humana. Algoritmos, robôs, drones e realidade virtual fazem parte da prática jornalística

contemporânea, o que suscita revisões nos valores deontológicos anteriormente cristalizados em códigos.

Esta dissertação, contudo, prioriza o impacto de atores sociais humanos na ética jornalística. Foi possível notar que discussões iniciais já traziam preocupações sobre o comportamento dos usuários na internet, o que gerou as regras de netiqueta, a saber, recomendações de bons modos sobre como se comunicar em fóruns, e-mails e programas específicos para tal finalidade. De cunho informal, a normatização dessa conduta foi um primeiro sinal para discussões mais específicas a respeito de um código para blogueiros, assunto debatido entre pesquisadores sem maiores consensos quanto à sua eficácia ou mesmo necessidade (KUHNS, 2007; CENITE, 2009; COSTA E SILVA, 2014).

Tais casos tratam de uma abordagem normativa que não é deontológica, pois não competem a um grupo profissional. Mas essas recomendações podem impactar em maior ou menor grau a própria prática jornalística. Nesse sentido, observamos que o a ética hacker “contamina” valores do jornalismo (KARAM; CHRISTOFOLETTI, 2011), especialmente o Jornalismo Guiado por Dados (TRÄSEL, 2014).

Assim como o jornalismo toma proveito de éticas “externas” à sua, os atos de jornalismo realizados por não-jornalistas podem ter como horizonte ético os próprios preceitos morais dos jornalistas, o que seria até mesmo uma forma de angariar credibilidade perante suas audiências (KARAM; CHRISTOFOLETTI, 2011). Essa mimetização também ocorre porque não-jornalistas – leitores do jornalismo, portanto – reconhecem as finalidades do jornalismo (REGINATO, 2016), ou seja, estão em consonância com os valores basilares da profissão porque dela geram expectativas em relação ao seu papel social.

Quando efetuam práticas jornalísticas que vão além da colaboração com algum veículo – o que perpassaria filtros profissionais –, não-jornalistas estão motivados por questões que envolvem a resolução de conflitos locais. Para além disso, estes atores já possuem disposições sociais que os move em direção aos atos de jornalismo: o gosto pela leitura, o que culmina na necessidade de expressar sua opinião ou colher diferentes informações, e uma espécie de expertise prévia em relação ao campo jornalístico, já presente em contatos anteriores com jornais – na sugestão de pautas, por exemplo (OLIVEIRA, 2013).

No entanto, a adesão aos valores deontológicos não é uma obrigação a estes atores, o que sinaliza a emergência de possíveis valores alheios à prática profissional nos atos de jornalismo. Ainda assim, os valores morais de não-jornalistas parecem antes

complementares do que opostos ao jornalismo (FRIEND; SINGER, 2007), no sentido de que há um consenso sólido sobre os valores-base para a prática jornalística, mas em diferentes graus da percepção dos profissionais (MORTENSEN, 2014).

Esta compreensão – de que há um consenso firmado, mas que se dá de forma plural – pode ser lida dentro de um quadro metaético que o pesquisador Charles Ess (2009) denomina como “pluralismo ético”, para além do relativismo e do absolutismo. É a partir dessa fundamentação que poderemos pensar uma ética “aberta” a jornalistas e não-jornalistas, tema do capítulo seguinte.

3 POSSIBILIDADES PARA UMA ÉTICA DO NÃO-JORNALISTA

Ao final do capítulo anterior, destacamos valores morais de não-jornalistas que podem impactar a ética jornalística, seja através de uma ética hacker ou de uma ética de blogueiros, por exemplo. Nesse sentido, preocupações éticas acerca destes atores já eram sinalizadas por Claude-Jean Bertrand (2002), por exemplo, quando destacava a importância de uma alfabetização midiática das audiências para assegurar a leitura crítica do jornalismo e monitorá-lo. Cidadãos também deveriam fazer parte de conselhos de imprensa ao lado de proprietários de veículos e jornalistas, sugere o pesquisador francês.

Bill Kovach e Tom Rosenstiel (2007) também discorrem sobre os direitos das audiências em relação às notícias. Os autores sugerem que jornalistas devem “convidar” o público para fazer parte do processo jornalístico, no sentido de tornar a apuração mais transparente e fortalecer uma conexão com o leitor. Essa abertura da “caixa preta” do jornalismo facilitaria o julgamento que o público pode fazer dos veículos, indicando, também, parâmetros para comparar a cobertura de determinado jornal em relação a outro. Para além dos direitos, Kovach e Rosenstiel (idem) também sinalizam a responsabilidade dos cidadãos em relação às notícias: leitores devem estar com mentes abertas a novos pontos de vista apresentados em um fato. Podem, ainda, criticar publicamente a conduta de jornais escrevendo para editores ou postando em uma rede social, por exemplo. A dupla de autores sustenta que a relação entre jornais e leitores é uma via de mão dupla, portanto, sustentada por ambas as partes.

Mas estas duas leituras, de Bertrand (2002) e Kovach e Rosenstiel (2007), estão preocupadas com uma ética da audiência para o consumo do jornalismo, desconsiderando que cidadãos podem se envolver diretamente em processos jornalísticos – nomeadamente, o que estamos chamando aqui de atos de jornalismo. Joaquim Fidalgo (2013, p. 7) esboça algumas preocupações acerca desse tema ao sinalizar a emergência da “audiência-como-cidadãos”, outrora a “audiência-como-consumidores”, que ainda existe, evidentemente, mas coexiste com uma parcela mais ativa. O pesquisador português concorda com Friend e Singer (2007) em relação à ética de blogueiros não-jornalistas, que seria antes complementar do que oposta à ética jornalística. No entanto, o autor demarca que essa semelhança está mais próxima ao nível de uma prática individual do jornalismo, o que ignora seu papel institucional:

se é esperado que cada um que lida com alguma forma de jornalismo conheça e respeite a ‘**prática ética**’ da atividade, apenas a profissão organizada pode (e deveria) estar comprometida com uma ‘**ética institucional**’ que se empenha em garantir as condições políticas, sociais, econômicas e culturais necessárias ao jornalismo para cumprir o seu valioso papel em uma sociedade democrática (FIDALGO, 2013, p. 24, grifos do autor, tradução nossa¹⁰⁵).

A questão de fundo que permeia essa discussão remete à clássica problemática da consciência individual do jornalista versus a sua consciência enquanto cidadão. No caso de um não-jornalista, os dilemas éticos que ele enfrenta são resolvidos com base no acúmulo de experiências da sua trajetória pessoal de vida. É possível dizer que, a princípio, o mesmo ocorre com o profissional jornalista, mas apenas em um primeiro momento – ele não é “apenas” um cidadão, mas alguém que carrega consigo deveres e responsabilidades específicas orientadas para o cumprimento de sua função social perante o público. Em tese, esse norte deveria estar assegurado pelo que Fidalgo (2013) chama de “ética institucional” – sendo que a instituição, nesse caso, parece estar empregada em um sentido amplo, mais relacionada à condição de legitimidade conquistada historicamente pelo jornalismo, como já discorreremos, do que a meras estratégias empresariais presentes em manuais de redação, por exemplo. Mais uma vez, isto não significa que os valores morais de um não-jornalista conflite frontalmente com os de uma instituição jornalística, mas parece-nos relevante a observação de Fidalgo (2013) de que essa aproximação se daria, a princípio, com maior ênfase no nível individual da prática ética do jornalismo.

Valores deontológicos, como vimos, são uma especificidade dos valores morais aplicados a profissões e codificados em documentos normativos. Isto significa que não-jornalistas podem identificar-se com

¹⁰⁵ No original: “if everyone dealing with journalism in any form is expected to know and respect the ‘practice ethics’ of the activity, only the organized profession can (and is supposed to) be committed with an ‘institutional ethics’ that engages in guaranteeing the political, social, economical and cultural conditions necessary for journalism to fulfil its valuable role in a democratic society”.

tais valores – porque eles também são parte da moral – e mesmo segui-los. Mas, por não serem profissionais, o dever-ser não é uma exigência para estes atores, precisamente porque os códigos não são voltados a eles. Como poderíamos, então, pensar em uma ética “aberta” do jornalismo, se o viés deontológico poderia ser aplicado somente em um grupo? Sustentamos que a proximidade possível entre jornalistas e não-jornalistas reside na ética das virtudes, fundamentada pela metaética da pluralidade e com um *télos* orientado para o florescimento humano. Trataremos destes tópicos a seguir, começando com a metaética.

Charles Ess (2009) revisa brevemente dois sistemas metaéticos – relativismo e absolutismo –, a fim de apresentar uma terceira perspectiva – a pluralidade ética – como a mais cabível para compreendermos a emergência das mídias digitais e o redimensionamento que elas propõem para questões éticas.

Metaética, como já discutimos anteriormente, é o fundamento das teorias éticas, o modo como “enxergamos” um problema ético, no sentido de discutir critérios de validação para um julgamento moral. Uma questão proeminente da metaética é a relação entre valores morais universais e particulares. A partir deste tópico, Ess (2009) apresenta as metaéticas do relativismo e do absolutismo (ou monismo).

A metaética absoluta entende que há normas válidas universalmente, e que estas podem ser boas para pessoas de todos lugares e épocas. Uma corrente ética fundamentada no monismo é a deontologia, especialmente através de Kant e seu imperativo categórico. A obediência ao dever é uma obrigação moral para o filósofo alemão e precisa ser exercida sob quaisquer condições, independente das consequências. Ess (2009) infere que uma metaética calcada no absolutismo pode gerar, em última instância, comportamentos intolerantes com outras culturas, especialmente porque o princípio do valor universal é, tradicionalmente, derivado de uma visão do ocidente.

Já o relativismo não acredita em normas e práticas universalmente válidas para todas as culturas. A crítica de Ess (2009) destaca que tal metaética é incoerente, uma vez que ela propaga a universalidade do valor da tolerância cultural – ou seja, a ideia de que todas as crenças estão sempre justificadas pelo seu contexto. Outro problema lógico do relativista é afirmar a consequência nas premissas, pois ele entende que (1) não existem valores universais; 2) há uma diversidade de valores morais em variadas culturas; 3) logo, isso implicaria a inexistência de valores universais. Ess (*idem*) explica que a primeira premissa já é a conclusão do argumento, de modo que uma não explica a outra.

Concordando com alguns aspectos das duas metaéticas anteriores, Ess (2009) apresenta uma terceira opção: o pluralismo ético. Tal perspectiva entende que existem valores, normas e práticas válidas universalmente, independente de época ou espaço. Mas, diferente do monismo, a metaética pluralista entende que é possível interpretar e aplicar esses princípios de modos variados. Nesse sentido, a diversidade de práticas éticas existentes - que, anteriormente, os relativistas argumentavam justificar a falta de valores universais - é o resultado de diferentes contextos a serem interpretados. O que une esse conjunto é um acordo básico: o bem de uma comunidade.

Portanto, o pluralismo ético auxilia na compreensão das diferenças culturais, pois “cada prática simplesmente representa uma interpretação distinta da norma; os contextos diversos dessas comunidades requerem que cada uma delas interprete e aplique a norma diferentemente” (ESS, 2009, p. 192, tradução nossa¹⁰⁶). Ao mesmo tempo, a metaética não relativiza todos os comportamentos, pois condena como imoral aquilo que atenta contra o bem-estar de uma comunidade humana, como um genocídio, por exemplo.

Outra vantagem de adotar o pluralismo ético, segundo Ess (idem), é desenvolver uma metaética menos dependente de visões ocidentais, masculinas e cristãs. Nesse sentido, ela consegue abarcar correntes que vão da ética feminista do cuidado ao confucionismo chinês e o comunalismo *ubuntu* africano. Esses sistemas guardam similaridades com a ética aristotélicas das virtudes, no sentido de enfatizarem menos o indivíduo – ao contrário do dever-ser kantiano, que é base, inclusive, dos códigos deontológicos jornalísticos, ao lado de outras correntes, como o consequencialismo – e mais a comunidade, tendo em vista o florescimento individual pelo bem-estar.

Nesse sentido, algumas abordagens éticas do jornalismo que fogem à deontologia parecem estar fundamentadas no pluralismo ético de Ess (2009), mesmo que os autores em questão não mencionem a metaética.

É o caso, por exemplo, de Clifford Christians (2010), que rejeita as posições absolutistas e relativistas. O pesquisador constrói uma visão

¹⁰⁶ No original: “each practice, simply, represents a distinctive interpretation of that norm; the diverse contexts of these communities require each of them to interpret and apply that norm differently”.

da ética que pressupõe uma noção holística da humanidade – o ser humano em relação a algo, e não o ser humano como um indivíduo racional. Por esse viés, Christians (idem) concebe que o valor máximo do homem é a “sacralidade da vida”. Esta seria uma “protonorma”, ou seja, o princípio ontológico que fundamenta uma ética universal e “unifica” os seres humanos.

De modo menos abstrato, ela se desdobra em outros princípios básicos que servem como parâmetros para o julgamento ético - dignidade humana, verdade e não-violência. Portanto, a reverência à vida é um valor dinâmico, articulado de diferentes modos em contextos variados. Para assegurar essa pluralidade de interpretações, mas evitar a falácia do relativismo, os três princípios anteriormente mencionados são balizas para afirmar se um valor contribui ou não com o bem comum, a sacralidade da vida – ele respeita a dignidade humana, promove paz e está subordinado ao imperativo moral da verdade¹⁰⁷? A protonorma, nesse sentido, é “uma resposta ao relativismo, ao mesmo tempo em que permite entendimentos múltiplos em culturas diferentes” (CHRISTIANS, 2010, p. 15, tradução nossa)¹⁰⁸.

Os pesquisadores argentinos Mariano Ure e Martín Parselis (2010) também rejeitam éticas baseadas no dever-ser para pensar a possibilidade de uma autorregulação dos não-jornalistas que praticam atos de jornalismo (“jornalismo cidadão”, nos termos dos autores). A dupla entende, como já discorremos anteriormente, que os não-jornalistas que colaboram com veículos estão sujeitos aos parâmetros da ética jornalística, já que esse conteúdo perpassa por um filtro editorial. Mas cidadãos que agem de forma autônoma não seguem esse padrão e estão envoltos por princípios éticos gerais que envolvem qualquer práxis humana. Desse modo, valores deontológicos do jornalismo - portanto, específicos de uma prática -, como a objetividade, não necessariamente fazem sentido para esse grupo de atores. Os não-jornalistas estariam mais influenciados por regras de convivência da própria sociedade e,

¹⁰⁷ É possível argumentar que os três valores máximos de Christians (2010) podem conflitar em determinados momentos, o que deixa lacunas em sua teoria. Do mesmo modo, os próprios princípios carecem de uma conceituação mais robusta, dada a amplitude de termos como “verdade”. Não atentaremos a estes detalhes na dissertação, visto que mencionamos a teoria de Christians apenas para ilustrar um exemplo da metaética da pluralidade.

¹⁰⁸ No original: “(...) an answer to relativism, while allowing for multiple realisations in different cultures”.

mais especificamente, pelas netiquetas que surgiram com a web, como a defesa dos direitos autorais - algo também exemplificado na ética de blogueiros, como vimos, que preza por um senso de comunidade da blogosfera e tende a *linkar* materiais de outras fontes, dando-lhes créditos.

Neste ambiente regido por princípios gerais e, supostamente, com mais liberdade do que o cenário institucional jornalístico, regras deontológicas podem ser compreendidas como restrições à livre expressão dos não-jornalistas. Para contornar esse dilema, Ure e Parselis (2010) inferem que uma aproximação ética às práticas jornalísticas de cidadãos pode se pautar menos no dever-ser (a “ética dos preceitos”), e mais no “deveria ser” (a “ética da motivação”). Como esclarecem os autores, não se trata de modificar o conteúdo das normas deontológicas, mas a sua visada. Ou seja, o sujeito não recorre a regras que poderiam soar com imposições. Ao invés disso, a autorregulação dos atos de jornalismo somente poderia acontecer ao nível individual, escreve a dupla, quando o sujeito questiona quais valores motivam sua decisão, como eles justificam sua prática e quais benefícios estão implicados nessa tomada.

A ética do “deveria ser”, então, “move o sujeito a se perguntar o que é moralmente correto e, ao mesmo tempo, a tomar posição a respeito disso” (URE; PARSELIS, 2010, p. 28, tradução nossa¹⁰⁹). Ainda que careça de maior fundamentação normativa – quais parâmetros, por exemplo, definem o que é um comportamento correto? –, a discussão dos pesquisadores reflete sobre uma ética para não-jornalistas que desloca, a nosso ver, a perspectiva deontológica para a teleológica. Desse modo, ela propõe que dilemas envolvendo atos de jornalismo praticados por cidadãos não são resolvidos pela obediência a valores morais – deontológicos, mais precisamente –, mas por uma finalidade-última a ser atingida, um *télos* – indaga, portanto, quais valores contribuem para alcançar esse fim. Trata-se de uma mudança que não visa modificar propriamente o conteúdo das regras, mas estimular a reflexão ética do indivíduo para que ele justifique por que é necessário mobilizar determinado valor em um juízo moral.

¹⁰⁹ No original: “(...) mueve al sujeto a preguntarse qué es lo correcto moralmente y, al mismo tiempo, a tomar posición respecto de ello”.

Outra corrente fundamentada no pluralismo é a ética do cuidado (ESS, 2009), cuja origem remete a um estudo¹¹⁰ publicado pela filósofa e psicóloga Carol Gilligan em 1982. No livro *In a different voice*, Gilligan apresenta dilemas éticos a mulheres e observa que suas entrevistadas resolvem conflitos tomando como parâmetro uma responsabilidade consigo e com o outro. Nesse sentido, os valores morais são mobilizados com maior ênfase a partir de um processo relacional, e não por princípios gerais que norteariam a vida dos sujeitos. Como escreve Clifford Christians (2014, p. 20), “ao dar primazia à relação entre uns e outros, mais do que aos actores individuais, a ética feminista deu um lugar central ao conceito de cuidar [*caring*], considerado o modo mais poderoso de descrever os nossos deveres morais de uns para com os outros”.

A pesquisa de Gilligan também destaca o papel que as emoções cumprem em um julgamento moral, não em oposição à razão, mas em contraste, como um complemento. Ess (2009, p. 203) ainda lembra que há evidências em estudos da neurobiologia de que danos cerebrais podem inibir a emoção no ser humano, o que dificulta a tomada de uma decisão ética – o “cálculo” de um juízo (quão bom seria determinada escolha, por exemplo) não é apenas racionalizado, mas sentido.

No contexto mais amplo de uma ética para mídias digitais, Ess (2009) entende que a ética do cuidado é aplicada diariamente.

¹¹⁰ O trabalho de Gilligan é uma crítica feminista à psicologia do desenvolvimento trabalhada por Lawrence Kohlberg, a partir de Piaget. A teoria de Kohlberg concebe três estágios para o “desenvolvimento moral”: moralidade pré-convencional, convencional e pós-convencional. O último seria a nossa autonomia máxima, em termos kantianos, no sentido de uma responsabilidade regida por princípios, como o Imperativo Categórico. Kohlberg entrevistou homens para observar as suas argumentações em torno de dilemas éticos. O psicólogo conclui que a passagem de um estágio moral para outro é realizado pelo uso crítico da razão, entendida como sinônimo de princípios gerais, regras sociais e direitos individuais. Gilligan, por sua vez, entrevista apenas mulheres em *In a different voice*, e observa que elas também utilizam a razão para resolver conflitos, reconhecendo princípios éticos gerais. Mas, para além disso, as entrevistadas pontuam uma preocupação em solucionar dilemas por uma perspectiva que privilegia as relações pessoais e a responsabilidade com o outro. Algumas críticas feitas à autora acusam Gilligan de incorrer em um essencialismo, por entender que mulheres carregam consigo uma característica de cuidado inata (ESS, 2009).

Utilizamos celulares para enviar mensagens a amigos e demonstrar preocupação, o que reforça nossos relacionamentos. Outro exemplo é a distribuição de arquivos, como músicas e filmes, fundamentada na ideia de uma cultura livre para a web, o que perpassa a filosofia de “*sharing is caring*” (“compartilhar é cuidar”, em tradução livre), com a finalidade de dar prazer aos que desejam obter tais cópias.

Quando pensada para o jornalismo, a ética do cuidado pode nos auxiliar a refletir sobre três dimensões interconectadas, conforme expõe Christians (2014): valores-base, relação com as audiências e a finalidade da prática jornalística.

Fundamentada na metaética da pluralidade e, de certa forma, “herdeira” da ética das virtudes – retornaremos a esse ponto adiante –, a ética do cuidado parece ter uma orientação mais teleológica do que deontológica. Para Christians (2014, p. 20), ela enfatiza um “jornalismo compassivo” que não apenas relata fatos, mas “quer que a vida pública corra bem”. Essa posição poderia confrontar, a princípio, valores morais básicos da profissão, como o distanciamento e a neutralidade.

Uma discussão de fundo que perpassa esse tema é a dicotomia entre razão e emoção – o que nos parece falsa, pois ambas se complementam. No jornalismo, o papel da sensibilidade em um juízo moral pode enfrentar controvérsias éticas, já que a profissão é marcadamente racional. Christofolletti (2004, pp. 108-109) expõe essa fundamentação histórica ao resgatar pontos em comum entre a prática jornalística e o pensamento do filósofo francês René Descartes, figura influente para o racionalismo moderno:

Tanto no Jornalismo como nas *Regulae ad directionum ingenii* (Regras para a direção do espírito) de Descartes, a intuição tem o seu papel, mas sempre a sua atuação se dá a serviço do trabalho racional de encontro da verdade, da informação fidedigna, da melhor maneira de se contar como algo aconteceu. Jornalistas e filósofos têm *feeling*, têm faro, intuem sobre determinados casos ou questões. Mas intuir é cismar, é operar sobre o imaginável, é indagar e, portanto, agir numa sucessão de pensamentos e organizações racionais desses objetos. Na Regra 10 das *Regulae*, o pensador francês critica a tentativa de se descobrir verdades por meio de silogismos, o que seria exercer mais a dedução do que testar hipóteses e chegar à essência do que se

busca. No Jornalismo, deduzir, muitas vezes, significa pré-julgar, definir razões sem ao menos verificá-las, o que também é uma prática condenável, sendo rechaçada pela categoria.

É perceptível, então, que o agir “apaixonado”, imerso no “cuidado” com o outro, não é uma ação menos desprovida de razão do que a prática corriqueira do jornalismo. Não parece que estamos tratando de uma oposição, mas de um limiar que é ético.

Para Carlos Camponez (2014, p. 120), a ética do cuidado não é sinônimo de um comportamento parcial, que renega o racionalismo da objetividade. Pelo contrário: ela reforça esse conceito, pois enfatiza o compromisso do jornalista com o dever da verdade em respeito ao seu público, às fontes, ao próprio profissional e ao jornalismo:

Esta dimensão de serviço no jornalismo não é mais do que a transposição para o domínio dos *media* do valor universalista da vulnerabilidade dos sujeitos, proposta pela ética feminista, e exige profissionais sensíveis e preocupados com o mundo que os rodeia (*care about*), profissionais competentes no tratamento das questões públicas (*care giving*) e profissionais preocupados com a sua profissão, empenhados ativamente na sua autorregulação e protegidos pelas instituições sociais e pelo direito (*care receiving*).

Desse modo, podemos entender que a ética do cuidado reforça valores e não perde como horizonte a verdade. Ela não parece se contrapor, por exemplo, à defesa que António Fidalgo (1997) faz sobre a virtude da distância como essencial para o jornalismo, no sentido de incentivar uma postura ativa do profissional. Quando afirma que “quem está completamente mergulhado no curso dos acontecimentos não tem a perspectiva necessária para discernir o que é e não é notícia” (FIDALGO, 1997, p. 5), o autor não se refere a uma distância geográfica, mas à prática de investigar as múltiplas complexidades de um fato em busca do contraditório.

No entanto, nem sempre é possível para o profissional obter o máximo possível de peças que compõem o mosaico de um acontecimento, por limitações diversas. A pesquisadora holandesa Nel Ruijgrok (2010) refere-se a um caso muito específico para tratar dos limiares entre jornalismo e ativismo: a cobertura de guerras e grandes

conflitos. Quando o profissional “perde” a virtude da distância e envolve-se pessoalmente em determinadas situações, estaria praticando um jornalismo ativista, escreve a autora.

Um exemplo aconteceu durante a cobertura dos atentados de 11 de setembro de 2001, nos Estados Unidos, quando diversos repórteres choraram em frente às câmeras enquanto estavam ao vivo. Comentando sobre o caso, o jornalista do canal WFLA Mike Hennessy declarou ser, em primeiro lugar, um americano, e depois um jornalista. Nesta situação, o envolvimento dos profissionais com o acontecimento não parece propriamente um empecilho à ética jornalística, já que está mais ligada à demonstração de emoções do que a uma defesa explícita de determinada causa. Por outro lado, sentimentos de patriotismo exacerbado¹¹¹ podem ser prejudiciais ao jornalismo à medida que florescem comportamentos morais que reduzem a complexidade de um fato. É o caso da cobertura de conflitos, escreve Ruigrok (2010), como a Guerra da Bósnia, Guerra de Kosovo e os atentados de 11 de setembro, nos Estados Unidos, exemplos que proliferaram narrativas reducionistas do “bem” contra o “mal”.

Além dos valores-base do jornalismo, a ética do cuidado também reflete sobre novas possibilidades para uma relação com as audiências. Caminada (2015), por exemplo, considera relevante o aporte teórico dessa corrente para sustentar a necessidade de maior abertura ao diálogo por parte dos profissionais. Linda Steiner e Chad Okrush (2006) têm posição semelhante quando inferem que o cuidado implica sensibilidade para ouvir as demandas do público. Mas não se trata de noticiar qualquer história: o cuidado também possui um sentido político, esclarecem os autores, e deve estar voltado, majoritariamente, às preocupações de grupos socialmente vulneráveis e marginalizados.

Nesse sentido, a ética do cuidado também baliza decisões sobre quais fontes e quais histórias valem a pena serem escritas. Este é o ponto crucial da corrente, esclarecem Steiner e Okrush (2006): o cuidado por si só não é estranho ao jornalista – durante sua graduação, ele é ensinado a respeitar valores deontológicos, por exemplo. A questão “não é se jornalistas podem ou devem cuidar, mas sobre o que ou quem jornalistas

¹¹¹ Stephen Ward (2010) propõe um discurso patriótico “moderado” para o jornalismo a fim de evitar extremismos que podem comprometer a qualidade de uma cobertura. Essa teoria normativa concebe o patriotismo como algo mais abrangente: trata-se de promover uma cultura cívica, de uma lealdade ao “bem comum” e, em última instância, à humanidade.

devem cuidar” (STEINER; OKRUSH, 2006, p. 104, tradução nossa¹¹²). Sendo assim, é preciso relacionar o cuidado a um conteúdo, para que ele não recaia apenas na abstração. Isto nos leva à terceira dimensão que a ética do cuidado interfere no jornalismo, a saber, sua finalidade. Para Christians (2014, p. 21), a corrente desloca a missão de fiscalizador das práticas jornalísticas para um papel de “facilitador da vida civil”, no sentido de que “a vida pública, que está para além dos governos e dos negócios, requer uma atenção especial”.

Essa compreensão está amparada especialmente na perspectiva privilegiada que a ética do cuidado concede às relações pessoais. Ao mesmo tempo em que isto seria uma vantagem – pois atenta para demandas de atores sociais específicos –, é também alvo de crítica: os vínculos emocionais criados com o outro aconteceriam apenas em pequenos grupos, o que poderia acarretar uma ética do particular (CAMPONEZ, 2014), com riscos de cair em um “provincianismo” (ESS, 2009). Uma saída possível é abordar a ética do cuidado a partir das virtudes, concedendo-a um *télos* e admitindo que a corrente, por si só, não é suficiente para ser aplicada a todos os dilemas – é preciso complementá-la.

Steiner e Okrush (2006) partem dessa perspectiva, pois entendem que o cuidado, quando ocorre apenas no nível de relações pessoais, não constitui um valor moral. Como escrevem os autores, essa virtude não substitui outros deveres e direitos dos jornalistas. O interesse maior em adotar a ética do cuidado no jornalismo parece estar centrado na dissolução do mito do jornalista que está distante de outras pessoas. Nesse sentido, essa ética procura validar e mesmo estimular o profissional para que ele aja como gostaria de agir enquanto cidadão, no sentido de “cuidar” do outro para enxergá-lo menos como fonte e mais como um ser humano.

Por outro lado, o cuidado não é garantia de uma apuração respeitosa com o outro, uma vez que é questionável o limite do que pode ser considerado como uma “humanização” no jornalismo. Steiner e Okrush (2006) citam que a cobertura de parte da mídia norte-americana sobre as vítimas do Iraque na guerra contra os Estados Unidos sinaliza um esforço para humanizá-las – ou, por outro lado, também pode objetificar essas pessoas. Ou seja, o cuidado em si, neste caso, não é um problema, mas o modo como ele se desdobra pode tonar uma cobertura

¹¹² No original: “(...) the question is not whether journalists may or should care, but about what or whom journalists should care”.

sensacionalista. Adelmo Genro Filho (2012) já tratava dessa questão ao inferir que o foco único na singularidade do acontecimento acarreta desvios éticos, pois ignora as relações que o fato mantém com o seu entorno particular e universal. A privacidade também é outro valor que pode ser colocado em xeque pela ética do cuidado, especialmente em coberturas de catástrofe, exemplificam Steiner e Okrush (2006), quando jornalistas lidam com sobreviventes e precisam entrevistá-los. Para além da informação factual necessária àquele momento, o modo como o profissional se relaciona com essa fonte, antes e após a entrevista, deve respeitar questões sensíveis – o trauma recente da vítima e a sua vida íntima não podem ser expostos em nome de um “cuidado” para “humanizar” a notícia¹¹³.

Ure e Parselis (2010) consideram que os atos de jornalismo realizados por cidadãos tendem a enfatizar a ética do cuidado, justamente porque os valores morais destas práticas são fundamentadas a partir de uma regra mais geral – portanto, que não é deontológica –, de convivência e conexão com o outro, o que lembra, para os autores, as netiquetas da internet. Sendo assim,

(...) o horizonte ético do cidadão produtor e distribuidor de notícias consiste em aproximar-se do outro com o interesse de quem está disposto a se envolver com sua situação. Diante do outro, sou capaz de compreendê-lo em sua totalidade. Deixo de objetivá-lo e classificá-lo para alcançar a sua humanidade (URE; PARSELIS, 2010, p. 27, tradução nossa¹¹⁴).

Para os pesquisadores argentinos, essa aproximação dos não-jornalistas com a ética do cuidado em suas práticas denotaria que eles estão mais interessados em humanizar a sociedade do que em

¹¹³ Um projeto da Escola de Jornalismo da Universidade de Columbia reúne material sobre jornalistas que lidam com traumas emocionais - seus e de outros - ao cobrir zonas de conflito e tragédias: <http://bit.ly/2r1sYon>. Acesso em: 19 mai 2017.

¹¹⁴ No original: “(...) el horizonte ético del ciudadano productor y distribuidor de noticias consiste en acercarse al otro con el interés de quien está dispuesto a involucrarse con su situación. Hecho presente al otro, soy capaz de comprenderlo en su totalidad. Dejo de objetivarlo y clasificarlo para acceder a su humanidad”.

democratizá-la. Não nos parece que estas duas perspectivas são excludentes – o que ocorre, a nosso ver, é que por não estar inserido em uma instituição, e por se constituir em atos individuais ou de pequenos grupos organizados, as práticas destes cidadãos tendem a buscar soluções para conflitos hiperlocais. Esse viés valoriza a conexão com pessoas próximas e não se contrapõe a um desejo de democratizar a sociedade.

Por outro lado, a crítica de Ure e Parselis (2010) pode ser entendida como um reforço ao que Ess (2009) já apontava em relação à ética do cuidado: ela privilegia situações particulares, de modo que dificilmente poderia ser aplicada em níveis macro. Nesse sentido, Camponez (2014, p. 114) escreve que é necessário tornar o conceito de cuidado e vulnerabilidade como centrais para um “viver em comum, por contraposição à noção de autonomia”. Entender a ética do cuidado em um contexto mais amplo implica ouvir o leitor, atentar para críticas, selecionar pautas relevantes a grupos sociais marginalizados e “sem voz”, e reforçar o compromisso do jornalismo como um serviço público.

Ao conceber uma orientação comunitarista para a ética do cuidado, Camponez (2014) nos auxilia a pensá-la também como uma virtude, tal qual Steiner e Okrush (2006). Por essa perspectiva, temos a orientação para uma finalidade, um *télos* – ou seja, ela não está centrada em uma ética dos princípios, como é a deontologia. Podemos dizer, então, que a ética do cuidado é “análoga” à ética das virtudes, de modo que ambas coexistem.

No primeiro capítulo, entendemos o jornalismo como uma prática social que se define antes pelo seu processo do que por quem o executa. O conceito homônimo de “prática social”, fundamentado pelo filósofo neorristotélico Alasdair MacIntyre (2001) e aplicada ao jornalismo por Sandra Borden (2007), complementa essa definição ao inferir que há virtudes específicas para a prática jornalística.

Em uma linha teórica consonante a estes dois autores, Nick Couldry (2010, 2013) também resgata a ética das virtudes a fim de englobar valores-base para não-jornalistas que praticam atos de jornalismo. O pesquisador pressupõe que a mídia é uma questão de importância central para todos os cidadãos, sejam eles produtores, consumidores ou um híbrido entre os dois. É necessário, argumenta Couldry (idem), construirmos uma ética de mídia aberta, o que inclui a ética jornalística – que o pesquisador entende como aquela codificada e confinada a instituições –, mas também formas de jornalismo que não estão relacionadas a contextos institucionais. Essa concepção mais ampla subjaz o pressuposto inicial de que qualquer pessoa, profissional

ou não, pode se envolver em alguma produção midiática – Couldry (2010) afirma, por exemplo, que estar no ambiente digital também é uma responsabilidade ética. Isto implicaria “abrir” o debate sobre uma ética de mídia para além de discussões internas daqueles que lidam com ela profissionalmente.

Couldry (2010, 2013) entende que uma abordagem neoaristotélica fornece ferramentas para desenvolver um consenso sobre como avaliar a mídia – ou seja, fundamentar parâmetros éticos para qualquer pessoa que está envolvido em práticas jornalísticas. O autor prefere essa abordagem em detrimento da deontologia por considerar que a questão do dever-ser – ou seja, a preocupação se algo é correto ou não – é secundária à pergunta-chave para a ética das virtudes, que indaga sobre o que é uma boa vida. Couldry (idem) ainda se mostra cético em relação à possibilidade de buscarmos na deontologia kantiana regras morais sistematizadas para a prática midiática que todos, profissionais e não-profissionais, concordariam. Nesse sentido, a tradição da ética teleológica em Aristóteles pode sinalizar princípios gerais mais abertos a diversos atores. Embora Couldry não mencione, essa escolha parece fundamentada na metaética da pluralidade: ela está orientada para um *télos* específico – o florescimento humano – e entende que é possível falarmos em valores minimamente consensuais – universalmente reconhecidos, portanto –, mas concede uma diversidade de interpretações para formular quais virtudes são necessárias a uma prática social.

Uma virtude neoaristotélica, logo, toma como referência quais disposições estáveis contribuem para o “florescimento humano”, ou seja, para a boa vida, individual e em conjunto. Embora não especifique quais seriam as características de uma “vida valiosa”, Couldry retoma o conceito de “prática”, de MacIntyre (2001), para sinalizar que existem virtudes específicas para determinadas práticas – lembrando que a ideia proposta pelo filósofo infere que diferentes virtudes são necessárias para diferentes atividades, o que exige padrões de excelência ética para concretizá-las com sucesso.

Couldry (idem) trata brevemente de três virtudes básicas para a prática jornalística – precisão (acurácia), cuidado e sinceridade. São elas, e não os valores deontológicos, que fundamentariam uma perspectiva normativa da profissão. Desse modo, pode-se perceber o enquadramento metaético da pluralidade, no sentido de que é possível derivar valores morais a partir das virtudes. A sinceridade, por exemplo, seria o horizonte para conceitos como objetividade ou verdade, o que

gera diferentes interpretações, em diferentes contextos, mas orientados para um fim comum: a boa vida em conjunto.

Cabe salientar, por essa perspectiva, que estamos tratando virtudes como disposições gerais que qualquer ser humano pode cultivar. Os valores deontológicos, a nosso ver, parecem derivados da virtude, como no exemplo citado anteriormente. Para efeito de comparação, o filósofo francês André Comte-Sponville (1999) toma as virtudes como sinônimo de valores morais, mas que estão em ação, sendo vivenciadas. A pesquisadora Ana Paula Pedro (2014) entende que a ideia de virtude está mais próxima do conceito de “bem”, ou seja, de algo que possui uma qualidade objetiva. O valor, por sua vez, é relacional: bens e virtudes podem ser valorados, apreciados, interpretados. Portanto, eles se transformam em um valor à medida que passam uma subjetividade humana.

Entendemos que a virtude posta em prática já se torna um valor moral. Em nossa análise, os dois conceitos serão distinguidos inicialmente. No entanto, uma vez que os sujeitos da pesquisa refletiram sobre dilemas nas entrevistas, as virtudes deslocaram-se da abstração para o movimento concreto – nesse processo, são valoradas. Em suma, trataremos virtudes e valores morais como sinônimos, atentando para o fato de que a última “deriva” da primeira.

A ética das virtudes, portanto, foca no desenvolvimento do julgamento moral (ESS, 2009), mas com menos ênfase no indivíduo, e sim no *télos*, na finalidade última que uma ação deve estar orientada para a vida em conjunto com o outro. A partir dessa perspectiva, Nick Couldry (2010, 2013) sinaliza alguns caminhos possíveis para se pensar uma ética virtuosa que inclua jornalistas e não-jornalistas. Seu argumento central entende que a mídia é uma preocupação de todos nós, de modo que discussões éticas a seu respeito não podem estar confinadas apenas aos profissionais que nela trabalham.

Para Couldry (2010), consumidores e produtores se tornam “parte de um mesmo *continuum*” que “experimenta” a mídia. Não significa que ambos carregam as mesmas responsabilidades, já que o último grupo está inserido em um contexto institucional, de organizações midiáticas. A ideia permanece sendo buscar respostas para questões mais amplas, que não estão preocupadas em valorar comportamentos como certos ou errados, mas em fundamentar quais disposições precisam ser alcançadas para uma boa vida. Exemplos como

a controvérsia do cartum dinamarquês que satirizava Maomé¹¹⁵ demonstram para Couldry (2013) que uma ética voltada à mídia e ao jornalismo deve estar menos focada na deontologia – pois seria difícil encontrar consensos comuns a diferentes culturas, de contextos políticos e religiosos diversos –, e mais concentrada no aspecto teleológico das virtudes. Nesse sentido, a abordagem ética de Couldry questiona qual é o melhor tipo de pessoa que podemos nos tornar, e como a mídia e o jornalismo podem contribuir para esse florescimento.

Propositalmente ampla, visando unificar preocupações comuns a jornalistas e não-jornalistas praticantes de atos de jornalismo, a ética de Couldry parece ser um ponto de partida para pensarmos as relações entre esses dois grupos. Por outro lado, o autor deixa lacunas em relação ao conteúdo do que seria uma “boa vida”, ou ainda sobre quais critérios as práticas jornalísticas devem ser pensadas para visar essa perspectiva. Como lembra Christofletti (2012), uma abordagem virtuosa do jornalismo não necessariamente se opõe à deontologia. Desse modo, é possível fundamentarmos um *télos* e, ainda assim, pensarmos em normas – que podem ser cobradas ao menos para jornalistas profissionais, cujo compromisso com os valores deontológicos da profissão sustentam a sua credibilidade perante as audiências.

Essa aproximação é feita por Stephen Ward (2015, p. 5), que entende a ética como “os aspectos normativos mais sérios de nossa existência”, o que inclui direitos e deveres básicos, responsabilidade e a busca pelas virtudes. Tomando o mesmo ponto de partida de Couldry (2010, 2013) – a possibilidade de fundamentarmos uma ética para todos que estão envolvidos com a mídia –, Ward propõe princípios para unificar diversas práticas de jornalismo, mas com critérios claros que evitem a relativização da atividade. Trataremos deste tema a seguir.

3.1 O TÉLOS DA ÉTICA RADICAL DE MÍDIA

Em *Radical media ethics* (2015), Stephen Ward traça parâmetros que contribuem para uma ética global e inclusiva, no sentido

¹¹⁵ Couldry refere-se (2013) a uma série de 12 cartuns publicada em 2005 pelo jornal dinamarquês *Jyllands-Posten* com sátiras a Maomé. No ano seguinte, a revista francesa *Charlie Hebdo* republicou as imagens como uma manifestação a favor da liberdade de expressão. Em reação às publicações do *Jyllands-Posten*, um muçulmano invadiu a casa do chargista Kurt Westergaard em 2010 e o ameaçou com um machado.

de abranger diversas formas de jornalismo. Essas ideias já eram esboçadas em trabalhos anteriores do autor, especialmente aqueles escritos em conjunto com o pesquisador Herman Wasserman.

Em 2010, a dupla incentivou uma maior “abertura” da ética jornalística, não tanto no sentido do seu conteúdo, mas das discussões que formulam os códigos deontológicos. Como vimos, essa ideia já era destacada por Bertrand (1999), Kovach e Rosenstiel (2007), sendo posteriormente retomada por outros pesquisadores, como Couldry (2010) e Christofolletti (2014). O argumento central sinaliza para a necessidade de abordar a ética jornalística de forma mais aberta à participação da sociedade. Ward e Wasserman (2010) partem do pressuposto de que a ética jornalística é “fechada”, uma vez que é formulada por e para profissionais, mesmo em tópicos sobre a relação com as audiências. Mas há pequenas aberturas, esclarecem os autores: alguns jornais adotam editores “públicos”, outros contratam *ombudsman*, um número limitado de leitores pode fazer parte de conselhos da organização jornalística. No entanto, a dupla questiona até que ponto essas participações que deveriam fiscalizar jornais são efetivas, e se elas realmente se configuram com uma inclusão do público às práticas do jornalismo.

Uma abertura da ética jornalística às audiências implica tratá-las não apenas como consumidoras, mas cidadãs que podem também atuar no jornalismo. A questão que paira é entender como esse diálogo aconteceria entre profissionais e não-profissionais, além da necessidade de fundamentar critérios para um consenso entre os dois grupos.

Quatro anos após a publicação dessas primeiras ideias, Ward e Wasserman (2014) preencheram algumas das lacunas na construção de uma ética aberta em novo artigo. A ideia de escuta (*listening*) é apresentada pelos autores como uma alternativa para orientar as discussões entre jornalistas e não-jornalistas. Derivada da ética do cuidado, essa noção enfatiza a responsabilidade com o outro e assenta na metaética da pluralidade, pois não busca criar consensos “à força” entre grupos, embora tampouco desenvolva diálogos sem conflitos de diferentes pontos de vista. Alguns exemplos citados por Ward e Wasserman (2014) de iniciativas que promovem uma “ética da escuta” incluem o site GroundUp¹¹⁶, projeto de jornalismo comunitário que divulga notícias sobre pequenas cidades da África do Sul, com ênfase em coberturas de saúde, educação e direitos das mulheres e imigrantes, e

¹¹⁶ Disponível em: <http://bit.ly/2r5qfbu>. Acesso em: 21 mai 2017.

a rede internacional Global Voices¹¹⁷, uma ONG que conta com mais de 1400 blogueiros e jornalistas para cobrir temas relativos aos direitos humanos nos cinco continentes.

Outra ideia importante que complementa a ética aberta é a abordagem do diálogo. Mais uma vez, os autores direcionam suas críticas à ética fechada, pois entendem que a deontologia de Kant, ao focar apenas no indivíduo, promove uma ética monológica. Desse modo, “a validade e aplicação de um conteúdo moral – por exemplo, as implicações para uma política social – não é dialógica, baseada em um processo público” (WARD; WASSERMAN, 2014, p. 843, tradução nossa¹¹⁸). Um processo verdadeiramente dialógico está preocupado com o conteúdo do que as pessoas dizem e ampara-se no respeito com o outro – e não apenas na tolerância – como uma capacidade para promover o florescimento humano. Ao preocupar-se com grupos marginalizados, “sem voz”, a abordagem dialógica e da escuta inserem a ética no domínio político, o que leva em consideração questões de poder, desigualdade e falhas na democracia.

Essas ideias servem de base para o conceito de “ética radical de mídia”, cunhado por Ward na obra homônima de 2015. Antes de prosseguirmos, cabe salientar que Ward (2015) trata, ao longo de seu livro, de “ética de mídia” como sinônimo de “ética jornalística”. O autor ressalta que o primeiro termo é mais amplo, mas utiliza ambos intercaladamente como uma variação estilística.

O sentido de “radical” proposto pelo autor é filosófico: significa alterar o fundamento das ideias que sustentam a ética jornalística até então. Quatro pressupostos balizam essas modificações: 1) alterações tecnológicas, econômicas e sociais implicam mudanças éticas na mídia; 2) os princípios da ética jornalística são demasiadamente abstratos; 3) novas formas de jornalismo não necessariamente seguem valores morais “clássicos”; 4) a atual ética de mídia é incompleta, pois foi criada para profissionais jornalistas organizados em redações, excluindo blogueiros ou cidadãos que praticam atos de jornalismo. Podemos observar, especialmente a partir do último ponto, que o argumento de Ward (2015) é semelhante à preocupação de Couldry (2010, 2013) e sua teoria

¹¹⁷ Disponível em: <http://bit.ly/2r5yiFc>. Acesso em: 21 mai 2017.

¹¹⁸ No original: “the validity and application of moral content, e.g. its implications for social policy, is not a dialogic, public-based process”.

neoaristotélica das virtudes, no que toca à mídia como uma questão central, que importa a todos nós.

A ética radical de mídia implica alguns pressupostos. Novamente, partimos da metaética da pluralidade para fundamentar essa ideia, denominada por Ward (2015) como “pluralismo igualitário”. Por esse viés, a construção de uma ética radical de mídia rejeita o extremo relativismo, por considerar que há valores objetivamente válidos, e também se opõe à ideia de que existe apenas um único princípio universal correto. Como escreve o autor, “ética é uma forma de compreensão onde há interpretações melhores e piores, ainda que os resultados estejam abertos à contestação” (WARD, 2015, p. 83).

Nesse sentido, o pluralismo igualitário aceita que há valores que precisam ser priorizados, tanto em situações específicas como em princípios gerais – o que não significa que eles deixam de entrar em conflito. Através de uma visada baseada no holismo, que considera as partes para compreender o todo, busca-se integrar essa pluralidade de valores, levando em consideração que conceitos éticos – a exemplo da objetividade – são multidimensionais.

Uma segunda consequência na adoção da ética radical de mídia é entendê-la como uma forma de ativismo. A tarefa da ética, portanto, não está apenas em prescrever normas ou descrever dilemas morais, mas articular propostas para conceber um mundo melhor. Enquanto ativismo, a ética não pode ser estática, mas aberta a mudanças e intervenções (WARD, 2015), com vistas a um *télos* para a humanidade. Discutiremos adiante como conceber um conteúdo para essa finalidade.

Tendo em vista o fundamento da “pluralidade igualitária”, semelhante ao pluralismo ético (ESS, 2009), é possível encontrar princípios que podem ser compartilhados e aplicados por diferentes pessoas envolvidas em práticas de jornalismo? Semelhante à abordagem de Couldry (2010), que busca fundamentar valores “mínimos”, Ward (2015) desenha o que chama de “ética integrada” a fim de identificar níveis de interpretação para valores comuns, com o objetivo de encontrar uma “unidade nas diferenças”.

O primeiro nível é o mais abstrato de todos e visa unificar jornalistas de diferentes contextos na concordância de princípios comuns. Já o segundo refere-se a “interpretações robustas de significados mínimos” (WARD, 2015, p. 164, tradução nossa¹¹⁹), o que inclui responsabilidade social e verdade, por exemplo. As máximas

¹¹⁹ No original: “(...) robust interpretations of the minimal meanings”.

codificadas em manuais de redação, por exemplo, referentes a situações e dilemas específicos, configuram-se como o terceiro nível.

Um exemplo de aplicação é a objetividade. Se a considerarmos como um dos princípios básicos, ela se desdobraria nas três partes citadas. Em seu nível mais abstrato, a ideia de um jornalista objetivo refere-se a reportar fatos com a maior precisão possível – uma resposta que Ward considera praticamente consensual. A objetividade, no entanto, não é suficiente para algumas práticas jornalísticas: algumas postulam versões mais ativas do jornalista, outras a renegam, ao passo que uma terceira considera-a válida, mas também sinaliza para um jornalismo de causas. Há, portanto, diferentes valorações sobre o conceito, mas essa pluralidade ocorre no segundo e terceiro nível das interpretações, para Ward (2015).

Em outro caso, o autor traz dois exemplos hipotéticos para observar como a ideia de responsabilidade social ocorre em diferentes contextos. Nos Estados Unidos, está mais ligado ao papel de fiscalizar poderes e proteger os direitos individuais de cidadãos. Já na África do Sul, uma mídia que age com responsabilidade social fortalece a construção de um regime democrático – trata-se de uma visão menos alicerçada nos valores individuais liberais do modelo norte-americano. Essas diferenças estão, inclusive, refletidas nos documentos normativos destes países, como observamos nos estudos comparativos de códigos. Mas, assim como o resultado dessas pesquisas, a questão que emerge no exemplo de Ward (2015) aponta para uma relativa semelhança entre os valores-base dos dois países, com diferenças na ênfase ou orientação dessas ideias. Ou seja, a responsabilidade social no contexto dos Estados Unidos não se opõe ao da África do Sul, e vice-versa. São especificidades inseridas em tradições culturais locais – o que, na teoria de Ward, traduz-se para diferenças no nível das interpretações robustas –, mas que compartilham de “significados mínimos”. A ideia de responsabilidade social nos dois países, portanto, é sustentada por princípios como liberdade, dignidade e igualdade.

Mas nem todas as interpretações podem ser validadas, infere Ward (2015), com o risco de cairmos no relativismo. Ainda no exemplo da responsabilidade, o autor entende que no contexto chinês, a censura às mídias, “defendida como uma necessidade para a solidariedade social” (WARD, 2015, p. 163, tradução nossa¹²⁰), não é uma interpretação válida do princípio da liberdade. Ou seja, o autor

¹²⁰ No original: “(...) defended as a necessary for social solidarity”.

estabelece um critério: são válidas as interpretações de princípios gerais que promovem a democracia. Este é o argumento que o autor utiliza para compreender diferentes formas de jornalismo:

Acredito que uma ética integrada precisa encontrar um meio-termo entre a visão cômoda de que valorizamos todos os tipos de jornalismo, e a visão intolerante, de que apenas uma forma de jornalismo, como, por exemplo, o relato objetivo e profissional, é amiga da democracia. A visão cômoda é baseada na ideia de que cada forma de jornalismo tem suas vantagens (e fraquezas), e cada uma estimula diferentes formas do discurso democrático. Entretanto, ainda que tolerante, essa visão é implausível, como afirmado, porque podemos pensar facilmente em formas de jornalismo que não contribuem para a democracia e, de fato, trabalham contra ela, como o jornalismo de causas para grupos racistas. A visão intolerante, por outro lado, minimiza a necessidade do público para mais do que o relato direto - para o diálogo, questionamento e defesa de posições (WARD, 2015, pp. 174-175, tradução nossa¹²¹).

Através do horizonte democrático, Ward (2015) consegue estabelecer um critério mínimo para validar diferentes formas de jornalismo. Nesse contexto, o pesquisador identifica seis necessidades do público que devem ser cumpridas pela prática jornalística: informação em profundidade, explicação, diferentes perspectivas sobre o acontecimento, defesa dos direitos humanos, participação e diálogo

¹²¹ No original: “I believe an integrative ethics needs to find a middle ground between the accommodating view that we value all types of journalism and the intolerant view that only one form of journalism, i.e., professional objective reporting, is democracy’s friend. The accommodating view is based on the idea that each form of journalism has its strengths (and weaknesses), and each stimulates different forms of democratic discourse. However, while tolerant, this view is implausible as stated because we can easily think of forms of journalism that do not contribute to democracy and in fact may work against it, such as advocacy journalism for racist groups. The intolerant view, on the other hand, underplays the need of the public for more than straight reporting – for dialogue, questioning, and advocacy of positions”.

com o público. Aqui, voltamos às ideias anteriormente esboçadas em Ward e Wasserman (2010, 2014) a respeito de uma ética aberta, que promove a “escuta”. Ward (2015) mostra-se reticente a respeito da “celebração” feita sobre a maior participação de cidadãos através de novas mídias. Ela não necessariamente contribui para a democracia, infere o autor, pois a mera “interatividade” entre usuários não nos diz sobre a qualidade das informações que estão circulando para discussão.

É necessário, portanto, fixar o princípio geral de uma “democracia dialógica” para unificar diferentes formas de jornalismo. Através desse padrão, Ward (2015) reconhece como válidos o relato, o jornalismo de investigação, o explicativo e o participatório, excluindo os mesmos quando propagam informações imprecisas ou desrespeitosas a outros pontos de vista.

De forma mais concreta, Ward (2015) sintetiza melhor suas ideias quando promove uma finalidade-última para o jornalismo. O autor não chega a citar a ideia de *télos*, mas inspira-se na tradição aristotélica – cujo fim é a *eudaimonia* –, para conceber um objetivo ético final ao jornalismo: o florescimento humano global. A democracia dialógica, portanto, está contida no objetivo do florescer, cuja implicação considera que “todos os humanos são agentes morais igualmente valiosos de uma única humanidade, e todos merecem uma vida plena e florescente” (WARD, 2015, p. 200, tradução nossa¹²²).

No entanto, o florescimento, enquanto um exercício que converge diferentes virtudes para níveis elevados, é variável – “poucas pessoas florescem plenamente”, escreve Ward (2015, p. 201, tradução nossa¹²³) – e depende de condições sociais e políticas. Essa ressalva é importante porque não perde de vista o projeto de sociedade em que estamos inseridos, permeado por disputas de poder – ou seja, as condições para o florescimento perpassam conflitos. Para Adelmo Genro Filho (2012, p. 232), por exemplo, um projeto de humanidade só é possível de ser concretizado quando são removidas “barreiras políticas e sociais”, além da necessidade de que “cada indivíduo tenha acesso à imediaticidade do todo no qual está inserido” – daí o papel do jornalismo em ressaltar a singularidade dos fatos.

¹²² No original: “(...) all humans are equally valuable moral agents of a single humanity, and all deserve a full and flourishing life”.

¹²³ No original: “(...) few people flourish fully”.

Mas o ato de florescer não ocorre por si só, pois depende de disposições que partem do próprio indivíduo – as virtudes, que são cultivadas pelo hábito e podem ser adquiridas através da educação, por exemplo. Ou seja, o florescimento humano não é algo que está “dado”, mas uma construção dependente de inúmeros fatores. Karam (2014, p. 26) ressalta um ponto semelhante ao criticar a leitura de Desmond Fischer sobre o direito de comunicar, a partir de suas observações a respeito do relatório MacBride¹²⁴:

(...) ao falar em ‘pleno potencial’ da humanidade, Fisher parece entender que a humanidade possui uma essência e que esta, além de *boa*, vai ser encontrada *naturalmente*, desde que cada indivíduo não tenha amarras a prendê-lo. Contudo, não é possível defender a definição apriorística de destino e essência humanos. O homem é um ser que pode ou não se realizar como humanidade, e *humanidade* é, também, um *valor* construído. Nesse sentido, como a humanidade é movimento, não é possível dizer que ela um dia estará ontologicamente construída e epistemologicamente compreendida, pois isso seria, de certa forma, negar o próprio movimento e a noção de práxis.

Mencionamos que o florescimento depende das disposições virtuosas do indivíduo. Mas há um componente ético que não deve ser ignorado, uma vez que as virtudes podem ser corrompidas, no sentido de cultivar hábitos que promovem o ódio, por exemplo. Desse modo, é preciso ressaltar que o florescimento não diz respeito à realização de interesses individuais, mas à ideia de desenvolver virtudes para uma boa vida em conjunto. Essa ideia de Ward (2015) é próxima de MacIntyre (2001), como tratamos no primeiro capítulo, mas porque o conceito de prática também não prescinde de virtudes – e estas, ainda, podem ser

¹²⁴ Estudo publicado em 1980 pela UNESCO, resultado de uma comissão internacional presidida por Sean MacBride. O documento discutiu problemas éticos da comunicação em diversos países, desenvolvendo tópicos a respeito da interferência de governos em notícias, o direito social à informação e fundamentos para a promoção de uma cultura de paz.

desviadas para fins próprios. No caso do jornalismo, é possível praticá-lo através de um comportamento virtuoso, mas com a finalidade de angariar prêmios, dinheiro e reconhecimento, por exemplo (BORDEN, 2007).

Em relação ao conteúdo do florescimento humano, Ward (2015) traz um programa específico sobre como o jornalismo pode contribuir para esse fim, o que ocorre através da promoção de quatro níveis de “bens primários”¹²⁵ relativos à dignidade humana.

Os bens individuais incluem dois subgrupos: bens emocionais e físicos. Em suma, trata-se de desenvolver as capacidades do indivíduo, o que se dá pela promoção da saúde física e mental – a erradicação da fome, por exemplo, ou o desenvolvimento intelectual para o pensamento crítico. Nestas condições, infere Ward (2015), nos tornamos agentes morais dignos e capazes de formar um senso de justiça. Para que o indivíduo obtenha essa autonomia e possa deliberar juízos, são necessárias informações contextualizadas sobre política, sociedade e economia. Nesse sentido, o jornalismo pode contribuir ressaltando o dever da sociedade em fornecer proteção e saúde para os cidadãos. Outra especificidade proposta por Ward (idem) é o monitoramento da eficácia de sistemas educacionais no desenvolvimento do pensamento crítico. Conduzir investigações sobre histórias de grupos que têm sua dignidade física, racional e moral negada também contribuem para ressaltar a importância da promoção dos bens individuais, o que pode ser feito ainda através de comparações globais, entre diferentes culturas, sobre desigualdades étnicas, de classe e gênero. Resumimos a proposta de Ward (idem) a seguir:

¹²⁵ Segundo Ward (2015), o termo é assim chamado porque se refere a bens básicos que permitem a busca por outros bens mais específicos. A respeito do conceito de “bem”, lembramos a definição de Pedro (2014, pp. 491-492), tratada anteriormente: “o bem apenas possui determinadas qualidades objetivas e reais que podem satisfazer as necessidades do sujeito sendo, portanto, apetecível para este. Mas, nesta altura, o bem ainda não é um valor. O bem só se transformará em valor enquanto satisfizer a condição de apreciação subjetiva (...)”.

Quadro 3 – resumo dos bens individuais no jornalismo.

Objetivo	Aplicação na prática jornalística
Promover formas de participação na sociedade.	<p>Monitorar o poder econômico e seus efeitos na democracia.</p> <p>Informar sobre a qualidade de vida social.</p> <p>Mediar demandas de diversas classes e grupos religiosos, culturais e étnicos dentre vários países.</p> <p>Avaliar o próprio impacto da mídia. Estimular uma literatura midiática.</p> <p>Comparar bens sociais globalmente. Trazer novas perspectivas para a resolução de problemas sociais.</p>

Fonte: Ward (2015).

Com o desenvolvimento dos bens individuais que conferem ao indivíduo uma capacidade moral minimamente crítica para o raciocínio, surgem demandas por bens sociais. Estes se referem às prerrogativas para a participação dos cidadãos na sociedade, a fim de conquistarem uma dignidade social – o que diz respeito tanto a relações pessoais, como amizade e respeito, até fundamentos necessários para uma associação política, como liberdade. O jornalismo pode contribuir para promover bens sociais quando fiscaliza abusos de poder e seus efeitos para a democracia. Outra forma é cobrir aspectos da vida social, como avanços tecnológicos. Bens sociais também são evidenciados nas relações entre diversos grupos culturais, de contextos diferentes – ao jornalismo, cabe promover a tolerância e o diálogo. Um ponto interessante de Ward (2015) diz respeito à autocrítica: práticas jornalísticas também podem avaliar os impactos da mídia no cotidiano e auxiliar no desenvolvimento de uma alfabetização midiática, para a leitura crítica dos cidadãos. Por fim, Ward (idem) sugere novamente comparações globais entre países para avaliar seus níveis de bens sociais, o que pode sugerir novas abordagens para enfrentar desigualdades.

Quadro 4 – resumo dos bens sociais no jornalismo.

Objetivo	Aplicação na prática jornalística
Promover formas de participação na sociedade.	Monitorar o poder econômico e seus efeitos na democracia. Informar sobre a qualidade de vida social. Mediar demandas de diversas classes e grupos religiosos, culturais e étnicos dentre vários países. Avaliar o próprio impacto da mídia. Estimular uma literatura midiática. Comparar bens sociais globalmente. Trazer novas perspectivas para a resolução de problemas sociais.

Fonte: Ward (2015).

Mais específicos do que os bens sociais, os bens políticos referem-se exclusivamente às liberdades básicas necessárias para a participação na vida pública. Elas são exercidas por todos? O jornalismo deve estar atento a essas questões. Fiscalizar o funcionamento e o senso de justiça de instituições é um modo de promover esse bem, assim como encorajar a participação dos cidadãos em debates públicos. Nesse sentido, Ward infere que o jornalista podem tomar partido ao lado da sociedade, no sentido de envolver suas audiências em questões sociais básicas. Um último ponto que reforça esse bem é o cuidado na representação de grupos: o jornalismo deve evitar estereótipos, mas apresentar diversidades culturais.

Quadro 5 – resumo dos bens políticos no jornalismo.

Objetivo	Aplicação na prática jornalística
Promover a participação em uma democracia dialógica.	Criticar estruturas. Avaliar como princípios de justiça são incorporados em instituições e processos políticos. Monitorar liberdades básicas. Monitorar a participação cidadã no espaço público. Informar sobre representações políticas diversas.

Fonte: Ward (2015).

Para Ward (2015), os bens éticos são aqueles que advêm da relação entre pessoas e instituições éticas. O autor entende que não podemos conceber uma sociedade formada apenas por sujeitos egoístas, motivadas por seus próprios interesses. Neste caso, o jornalismo pode justamente promover histórias de indivíduos que contribuem para uma sociedade mais justa. Outra forma de enfatizar bens éticos é enfatizar pautas pela perspectiva do bem público. Ward (idem) ainda infere que o

sistema de mídia deve agir como um espaço deliberativo para a troca de opiniões entre cidadãos, mas respeitosamente.

Quadro 6 – resumo dos bens éticos no jornalismo.

Objetivo	Aplicação na prática jornalística
Auxiliar diretamente no florescimento ético do cidadão.	Manter a perspectiva do bem público como o horizonte da informação. Destacar grupos e indivíduos que reforçam o bem público. Apoiar o diálogo o público através de espaços deliberativos.

Fonte: Ward (2015).

Através do conteúdo adicionado ao florescimento humano nos quatro bens específicos, percebemos que Ward parte de temas amplos para sustentar a necessidade de uma mudança no jornalismo: ele deve ser global. Nesse sentido, o jornalista “firma” um contrato “multissociedade”, não restrito a um público específico, mas ao globo. Esse novo escopo para o jornalismo aproxima-o de temas amplos, que dizem respeito ao futuro da sociedade¹²⁶ – um deslocamento semelhante àquele identificado por Hans Jonas, que retoma o conceito de responsabilidade humana. Desse modo, ganham projeção assuntos como mudanças climáticas, segurança internacional, privacidade, dentre outros.

Os três últimos princípios da Declaração da UNESCO guardam algumas semelhanças com a ética de Ward (2015), devido à sua amplitude. Uma exceção é o artigo VIII, quando sustenta ser necessário manter valores universais do humanismo, ao mesmo tempo em que é preciso respeitar cada cultura – o que parece entrar em contradição, sem maiores explicações no documento. Como vimos, esse impasse entre relativismo e universalismo pode ser resolvido por meio da metaética do pluralismo ou, mais especificamente no caso de Ward (2015), pela pluralidade igualitária. Já o nono e décimo princípios ressaltam o compromisso do profissional com valores humanitários, repudiando a violência e promovendo a democratização através de uma nova ordem

¹²⁶ Em *Ética de la comunicación y nuevos retos sociales*, o pesquisador Hugo Aznar (2005) também sustenta a importância de pautas mais amplas para o jornalismo, citando como preocupações atuais a questão imigratória, catástrofes, racismo, xenofobia, violência contra a mulher e terrorismo.

mundial. Daniel Cornu (1994, p. 103) traz uma crítica a respeito destes tópicos:

Esta pretensão de ultrapassar o campo específico da informação para abarcar um vasto programa político e cosmopolítico percorre os três últimos princípios da Declaração da UNESCO, a propósito dos quais se impõe uma reserva análoga. Não que seja incompatível ser jornalista e favorável à democracia, à melhoria da compreensão entre os homens, à luta contra a fome, à paz, à aproximação entre os povos, ao desarmamento nuclear... Mas estes ideais perfeitamente estimáveis nada têm que esteja muito especificamente ligado à função de informar. Procedem mais geralmente de uma visão que seria a de um cidadão do mundo. Como tal, um jornalista pode certamente ligar-se a ela, desde que no exercício da sua profissão não esqueça os princípios de liberdade e de verdade que o orientam e cuja substância é lembrada pela própria Declaração.

A ética radical de mídia corrobora as críticas de Cornu, ao mesmo tempo que se opõe. Ela concorda no sentido de que Ward (2015), de fato, sustenta que jornalistas são, hoje, agentes morais globais – o que parece ressaltar o seu papel de cidadão. A princípio, essa constatação não se opõe ao papel do profissional, pois busca qualificá-lo. Ser um “agente global” é estar atento para a violação de direitos humanos em todo o globo e denunciar estes casos, para citarmos um exemplo concreto. Desse modo, o horizonte democrático que serve como critério para validar ou não diferentes formas de jornalismo não são ideais descolados da “função de informar”, como preconiza Cornu. A democracia dialógica tampouco poderia estar longe de conceitos como liberdade e verdade, como infere o pesquisador suíço. Pelo contrário: ela, a democracia, é justamente o fundamento para os valores morais de liberdade e verdade na prática jornalística.

Na obra *On human rights* (2008), que mencionamos brevemente no segundo capítulo da dissertação, o filósofo norte-americano James Griffin busca fundamentar um conteúdo substantivado para o conceito de direitos humanos (DHs). A despeito de criações

como a Organização das Nações Unidas, há, segundo o autor, um “vácuo” conceitual que não explica o significado do termo “humano”.

Interessa-nos, aqui, uma crítica feita por Griffin a Aristóteles. Ambos compartilham a ética teleológica, orientada para o fim, como escreve o filósofo norte-americano: “[o aspecto teleológico] é um pouco como a ética de Aristóteles: os únicos valores utilizados na derivação de princípios morais são os fins da vida humana, porém há mais [valores] que se estabelecem nessa derivação além dos fins”¹²⁷ (GRIFFIN, 2008, p. 73, tradução nossa). No caso do filósofo grego, o *télos* orienta-se para o florescimento humano. Griffin (2008), no entanto, entende que a busca por uma “vida valiosa” não é uma tarefa que compete ao domínio dos direitos humanos. O seu objetivo não poderia ser o florescimento, porque ignora um conceito caro ao norte-americano: as praticidades, que moldam o conteúdo dos DHs¹²⁸. Ou seja, o filósofo defende uma ética baseada naquilo que é possível ser feito dentro das condições práticas da natureza humana: aos direitos humanos, caberia fundamentar um conteúdo que assegurasse a pessoalidade¹²⁹ do agente moral. Nessas condições, ele estaria livre para perseguir a sua própria concepção de vida valiosa.

A crítica de Griffin (2008) ocorre em outro domínio de discussão, os direitos humanos. Mas podemos pensar alguns de seus argumentos para Ward (2015): seria possível exigirmos do jornalismo

¹²⁷ No original: “[...] somewhat in the way that Aristotle's ethics is: the only values used in the derivation of moral principles are the ends of human life, but more enters the derivation than simply these ends”.

¹²⁸ Nickel (2014) considera que o conceito de praticidade não foi suficientemente desenvolvido por Griffin e surpreende-se que o autor as toma como universais, devido à grande quantidade de recursos necessária para mobilizá-las.

¹²⁹ O objetivo dos direitos humanos, para Griffin (2008), é proteger a agência normativa do sujeito – conceito que se desdobra em praticidades e pessoalidade (*personhood*). Esta última é constituída por autonomia, liberdade e mínimo provisório. Note-se que Griffin não menciona as virtudes, por entender que não é papel dos DHs promover a felicidade e o florescimento da vida. Isto porque, segundo o autor, o florescer ocorre somente sob condições elevadas – um alto grau de “riqueza social”, por exemplo. Essa ideia contradiz a proposta dos DHs, que devem garantir apenas um “mínimo provisório”. Sendo assim, ao ultrapassar esse grau, o florescimento da vida não é mais uma questão de direito humano.

um *télos* orientado ao florescimento humano? Como se referiu Cornu (1994) ao mencionar a Declaração da UNESCO, não estaríamos tratando de uma ética demasiadamente ampla, que ignora as “praticidades”? Este parece ser o ponto fraco e forte na ética radical de Ward (2015). Parece-nos que ela se apresenta como propositalmente ampla, com o intuito de abarcar diversas manifestações de jornalismo – inclusive aquelas realizadas por não-jornalistas. No entanto, Ward (idem) não perde de vista um critério que evite igualar todas essas formas como válidas, mesmo que amplo e por vezes vago – o horizonte democrático. Ainda assim, é um norte que serve-nos para repudiar ao menos algumas práticas jornalísticas.

Apesar de fundamentar uma ética que é global, Ward (2015) consegue moldar algumas “tarefas” para o jornalismo, deixando-a menos vaga. Portanto, cabe a essa prática promover quatro tipos de bens: sociais, políticos, individuais e éticos. Muitas destes tópicos não são novidades, como a fiscalização de poderes econômicos, remetendo ao papel clássico do jornalismo cão-de-guarda. Por outro lado, há uma ênfase em pautas que concernem à proteção de direitos humanos. A virtude do cuidado, por exemplo, não é mencionada por Ward (idem), mas o pesquisador considera relevante ouvir o público e conectar-se a ele – não no sentido mercadológico, da interação como um fim estratégico e comercial –, mas enquanto uma forma de promover a democracia dialógica.

O florescimento humano, de fato, pode se constituir como uma tarefa árdua para o jornalismo. No entanto, esta não nos parece uma objeção que invalide a teoria ética de Ward (2015). Primeiramente, porque é a partir deste *télos* que o autor fundamenta um conteúdo para a ética radical – a saber, os quatro bens. Estes, por sua vez, norteiam as práticas do jornalismo. Ward (idem) não é vago, mas propositivo: sua teoria objetiva ações específicas que redimensionam as pautas do jornalismo, sua apuração, preocupações éticas com o público, e assim por diante. Ademais, é o próprio autor quem admite que o florescimento “pleno” é dificilmente alcançado. Mas é um horizonte possível, que serve como impulso para o cultivo das virtudes.

Ward (2015) parte de preocupações semelhantes às de Nick Couldry (2010, 2013): ambos consideram que a mídia é uma questão central nos dias de hoje. O pressuposto é o de que a circulação de informações, notícias, relatos e reportagens tem o potencial de contribuir para uma sociedade melhor, para um florescimento. Apesar de conceber um *télos* para a sua ética – ou seja, deixando de orientá-la por um princípio geral deontológico –, o autor não menciona o conceito de

virtude, embora tampouco apresente alguma divergência em relação a ela. Ward (2015, p. 211, tradução nossa¹³⁰) define sua ética como um misto entre as perspectivas libertárias e comunalistas:

Jornalismo, de uma perspectiva ética, não é apenas sobre liberdades e direitos; a saber, ajudar pessoas a buscarem seus bens. Tampouco é apenas apoiar a solidariedade comunal, justiça ou estruturas ‘harmoniosas’. É sobre uma busca constante por combinar o racional e o sensato, a busca pelos bens e as estruturas que permitem e detêm tal busca. Jornalismo não é sobre liberdade de expressão, nem alguma liberdade particular ou direito básico; ele está preocupado com uma família de direitos e valores, o que inclui igualdade e justiça. A ética jornalística não é nem libertária, nem comunitária; é ambas. Ela busca apoiar o bom no correto e o correto no bom. Ela pode auxiliar sociedades a lidarem com a tarefa difícil e precária de encontrar meios para equilibrar esses ideais éticos. Nessa visão, a justiça é um tipo de liberdade, ou uma condição de liberdade. Essa tarefa dupla define o significado contemporâneo de uma ‘imprensa livre e responsável’.

Neste sentido, entendemos que a ética de Ward (2015) avança nos fundamentos apresentados por Nick Couldry (2010, 2013) a respeito de uma integração entre jornalistas e não-jornalistas por meio das

¹³⁰ No original: “journalism, from an ethical perspective, is not only about freedoms and rights; that is, helping people to seek their goods. Nor is it just about supporting communal solidarity, justice, or ‘harmonious’ structures. It is about constantly seeking to combine the rational and reasonable, the pursuit of the goods and the just structures that allow and restrain such a pursuit. Journalism is neither about free speech nor any particular freedom or basic right; it is concerned with a family of rights and values, which include equality and justice. Journalism ethics is neither libertarian nor communitarian; it is both. It seeks to support the good in the right and the right in the good. It should help societies deal with the precarious and difficult task of finding ways to balance these ethical ideals. In this view, justice is a sort of freedom, or it is a condition of freedom. This dual task defines the contemporary meaning of ‘a free and responsible press’” (WARD, 2015, p. 211).

virtudes. Como já ressaltamos anteriormente, uma abordagem virtuosa do jornalismo não necessariamente exclui o seu dever-ser (CHRISTOFOLETTI, 2013). Ward (2015), por exemplo, concebe ao jornalismo um *télos* que, assim como Couldry (2010, 2013) e Borden (2007) – esta, a partir do filósofo MacIntyre (2001) – está voltado ao florescimento humano. Ao mesmo tempo, ressalta um caráter normativo para a sua ética, o que implica em quatro bens específicos que se ligam às práticas jornalísticas. A ética radical de mídia também é propositalmente ampla, pois sinaliza para princípios que serão interpretados em diferentes contextos. No entanto, Ward (2015) adverte que nem todas as interpretações são válidas, mas aquelas que contribuem para a democracia. Desse modo, algumas atividades jornalísticas – incluindo os atos de jornalismo efetuados por não-jornalistas – perpassam por um critério mínimo, o que é consonante ao pensamento de MacIntyre (2001), que exige padrões éticos para a performance de uma prática social.

Portanto, a partir de Ward (2015) e Couldry (2010, 2013), entendemos que é possível tratar de uma ética para não-jornalistas dispostos a praticarem atos de jornalismo. A questão que se impõe agora é de ordem prática: como essa aproximação é feita, dadas as supostas diferenças que existem entre uma ética jornalística e uma ética “geral”, “pessoal”? Um primeiro passo nessa direção é identificar alguns dos valores morais que norteiam a conduta dos não-jornalistas, pensando, também, quais contribuições essas práticas trazem ao jornalismo. O capítulo seguinte desenvolve a parte empírica da pesquisa e busca levantar dados para responder as questões esboçadas ao longo de nossas discussões.

4 VALORES MORAIS NOS COLETIVOS CARRANCA E MÍDIA INDEPENDENTE COLETIVA

Após buscarmos fundamentos teóricos que nos permitem discutir uma aproximação entre a ética jornalística e a ética de não-jornalistas, apresentamos, neste capítulo, os resultados de nossa pesquisa de campo. Antes de chegarmos à análise das categorias, discutiremos a metodologia da pesquisa e a escolha do objeto empírico.

4.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Uma pesquisa que tem como objeto de estudo a ética possui seus desafios particulares, como qualquer outro tema. Corre-se o risco, por exemplo, de gerar pesquisas excessivamente normativas, calcadas no dever-ser, e que não necessariamente explicam o jornalismo em si, como adverte a pesquisadora Gislene Silva (2009). Outra questão é a metodologia. Para o professor Juan Carlos Suárez Villegas (2013), um caminho possível que permite a análise da informação pelo viés da ética é o conhecimento deontológico acerca dos fundamentos práticos, complementado por princípios teleológicos, relativos à finalidade das ações. Seu esboço para uma “metodologia” da ética leva em consideração alguns pontos, como reconstituir, na medida do possível, o processo produtivo da notícia; identificar a regra infringida; analisar o caso de acordo com a jurisdição e a deontologia vigentes; propor uma resolução.

No entanto, como analisar uma ética relativa a “atos de jornalismo” que não são praticados por jornalistas e tampouco estão submetidos a uma ética jornalística? Uma metodologia estritamente deontológica não parece a melhor saída, já que esta compete a grupos profissionais.

Em primeiro lugar, entendemos, nesta dissertação, que qualquer trabalho sobre ética é minimamente normativo. Não existe um terreno mágico da neutralidade, como diz Ward (2015), quando se fala em ética, já que parte-se sempre de um enunciado moral para analisar outro enunciado moral. Nesse sentido, a subjetividade do pesquisador é assumida já de antemão.

Para analisarmos um objeto de pesquisa que situa-se entre o jornalismo e aquilo que “parece” jornalismo, entre uma ética que sequer está formalizada – a do não-jornalista – e outra existente, mas que não está aplicada aos participantes da pesquisa – a ética deontológica do jornalismo –, decidimos que a melhor saída seria deixar os sujeitos

falarem por si. A ética, enquanto uma reflexão, é aquilo se produz quando diferentes valores morais estão em conflitos e precisam ser justificados. Nesse sentido, deixar que os participantes da pesquisa comentem o que os leva a praticarem atos de jornalismo, com base em quê e com qual finalidade parece ser um caminho viável para entendermos minimamente alguns dos valores-base que sustentam as decisões destes sujeitos. Desse modo, a deontologia será utilizada aqui menos como uma dimensão analítica – no sentido de justificar ou não as ações dos não-jornalistas – e mais como um horizonte possível para entendermos **como os valores morais dos sujeitos se aproximam ou não dos jornalistas.**

A entrevista em profundidade é uma técnica qualitativa que não está necessariamente preocupada com quantificações¹³¹. Trata-se, segundo Jorge Duarte (2006, p. 62), de “um recurso metodológico que busca, com base em teorias e pressupostos definidos pelo investigador, recolher respostas a partir da experiência subjetiva de uma fonte, selecionada por deter informações que se deseja conhecer”. Este autor considera que pesquisas que utilizam entrevistas em profundidade não testam necessariamente hipóteses, mas pressupostos. Ou seja, o resultado que buscaremos aqui é validado a partir das conexões que realizarmos com nosso construto teórico. Não significa que eles podem ser “testados” e quantificados por números e porcentagens, por exemplo. Ao final desta análise, nosso objetivo é produzir uma reflexão, cujo teor, por sua vez, não deixa de ser ético, no sentido de mobilizar os valores morais do próprio pesquisador.

O universo de não-jornalistas que estão envolvidos em produções de jornalismo é vasto e heterogêneo. Para delimitarmos esse corpus, estabelecemos critérios em consonância com alguns fundamentos teóricos já trabalhados inicialmente. São eles:

¹³¹ Algumas pesquisas recentes em jornalismo, como as de Wilkins (2010), Coleman e Wilkins (2002, 2004) e Plaisance (2014) se valem da psicologia cognitiva para avaliar o nível de desenvolvimento moral dos profissionais quando tomam decisões. Coleman e Wilkins (2002, 2004), por exemplo, aplicam um teste chamado DIT - *Defining Issues Test* -, criado pelo psicólogo James Rest que, por sua vez, tomou como inspiração a psicologia moral de Piaget e Kohlberg. Tendo em vista a nossa preocupação em obter respostas qualitativas, e não quantitativas, optamos apenas pela entrevista em profundidade como metodologia, pois se trata de um procedimento que nos remete mais a reflexões do que conclusões (DUARTE, 2006).

a) iniciativas próprias de não-jornalistas: no primeiro capítulo, aprofundamos uma discussão sobre a coexistência entre jornalistas e não-jornalistas. Estes últimos podem colaborar com veículos e enviar materiais, por exemplo. Pesquisas desse gênero normalmente trabalham questões relativas ao “jornalismo colaborativo” ou “participativo”. Nessa dissertação, o interesse de pesquisa recai sobre iniciativas de não-jornalistas que produzem as suas próprias informações. A escolha é feita porque pressupomos que essa construção nasce, em parte, como uma insatisfação a outras coberturas jornalísticas. Portanto, entendemos que este parece ser um local privilegiado para percebermos diferentes “embates” de valores morais de atores que buscam, em certa medida, desvencilhar-se do jornalismo praticado em grandes redações.

b) coletivos de não-jornalistas: pesquisas como as de Oliveira (2013) entrevistam indivíduos não-jornalistas e reconstruem a sua trajetória de vida, com interesse específico nas motivações sociais dos sujeitos. Buscamos, aqui, cidadãos organizados em grupos que já possuem uma intenção prévia de praticar atos de jornalismo. Ou seja, os valores morais mobilizados por esses não-jornalistas frente a algum acontecimento com potencial jornalístico não resultam de comportamentos espontâneos, como um cidadão que se depara acidentalmente com a situação. Outro motivo supõe que os grupos perpassam tensões internas dentre seus próprios valores, o que pode enriquecer a análise e torná-la mais plural.

c) conteúdo jornalístico próprio e atualizado: foram excluídos coletivos artísticos ou culturais, que estão mais ligados à divulgação de eventos, bem como grupos que não produziam o seu próprio conteúdo, mas apenas replicavam materiais de outras fontes.

A partir de três critérios principais, iniciamos um levantamento prévio de coletivos. É importante demarcarmos que não nos preocupamos em fazer uma pesquisa exaustiva de grupos nas cinco regiões do país, uma vez que os resultados dessa dissertação não estão pautados por um critério de representatividade. Como escreve Duarte (2006), a amostra das entrevistas está mais ligada à qualidade e significação dos entrevistados em fornecer informações que auxiliam a pensar o problema de pesquisa, do que a estatísticas. É importante salientarmos, portanto, que os resultados da dissertação não podem ser generalizados – enfatizaremos esse aspecto nas considerações finais.

Nosso mapeamento inicial chegou a 25 coletivos, através de suas páginas no Facebook (APÊNDICE A). Cinco deles não responderam ao contato que fizemos para saber se não-jornalistas faziam parte da organização. Outros grupos não eram atualizados com

um mínimo de frequência (ou seja, ao menos uma vez por mês), ou mesmo que já se desligaram, embora mantivessem suas redes ativas. Estes também foram excluídos da nossa seleção final para o objeto empírico.

Encontramos poucos coletivos sem a presença de, pelo menos, um profissional jornalista. Inicialmente, pensávamos que isso seria um empecilho à pesquisa, afinal, nosso objetivo é entender os valores morais presentes na conduta de não-jornalistas. Por outro lado, esse aspecto acaba se tornando uma nova variável na análise: como os valores deontológicos de jornalistas tensionam os valores morais dos que não são profissionais?

O levantamento final chegou a três coletivos que atenderam todos os critérios estipulados: Carranca (RJ), O Mal Educado (SP) e Mídia Independente Coletiva (RJ). Utilizamos ainda dois critérios definitivos: o maior número possível de não-jornalistas, tendo em vista a diversidade de entrevistas para a análise, e a sua estrutura. Além de páginas no Facebook, os três grupos possuem sites próprios, por exemplo. Sintetizamos a seguir os dados dos grupos:

Quadro 7 – dados do coletivo Carranca.

Coletivo	Carranca (RJ)
Início de atuação	Setembro/2009
Presença de jornalistas	Sim
Presença de não-jornalistas	Sim (advogados, bióloga, artista plástico, designers, fotojornalistas, publicitária, produtor cultural, professor de filosofia, tradutor).
Atualização de conteúdos	Frequente (ao menos uma vez por mês)
Temática	Política local e nacional
Site	coletivocarranca.cc/
Como eles se descrevem (descrição no Facebook)	Coletivo de produtores de conteúdo independente”.

Fonte: elaboração própria.

Quadro 8 – dados do coletivo Mídia Independente Coletiva.

Coletivo	Mídia Independente Coletiva (RJ)
Início de atuação	Junho/2013
Presença de jornalistas	Sim
Presença de não-jornalistas	Sim (três jornalistas, três cineastas, um bacharel em Filosofia, um sanitarista, um estudante, um biólogo, um geógrafo, quatro sem formação).
Atualização de conteúdos	Frequente (ao menos uma vez por mês)
Temática	Movimentos sociais, política local e nacional
Site	Midiacoletiva.org
Como eles se descrevem (descrição no Facebook)	“Reunião de cidadãos, jornalistas e documentaristas para divulgação da realidade coletiva. Em busca do fato, da justiça social e do bem comum”.

Fonte: elaboração própria

Quadro 9 – dados do coletivo O Mal Educado.

Coletivo	O Mal Educado (SP)
Início de atuação	Outubro/2015
Presença de jornalistas	Não
Presença de não-jornalistas	Sim (estudantes secundaristas)
Atualização de conteúdos	Frequente (ao menos uma vez por mês)
Temática	Ocupação de escolas
Site	gremiolivre.wordpress.com
Como eles se descrevem	“O coletivo “O Mal-Educado” busca registrar, divulgar e fortalecer experiências de luta e organização vividas por alunos de diferentes escolas”.

Fonte: elaboração própria.

Os primeiros contatos com os coletivos Mídia Independente Coletiva (MIC) e O Mal Educado aconteceram em junho de 2016, através de uma troca de mensagens para responder ao pesquisador quantos não-jornalistas existiam no grupo. Carranca possuía essa informação explicitada em seu site. O segundo contato com os grupos aconteceu em fevereiro e março, quando o convite para a pesquisa foi feito. Neste momento, descartamos a participação do coletivo O Mal Educado, que não respondeu mais ao pesquisador. MIC e Carranca, por sua vez, aceitaram participar.

A página da Mídia Independente Coletiva é criada no dia 23 de junho de 2013, ainda no calor dos protestos de junho que assolaram o país naquele ano. Em junho de 2017, contava com 125.924 curtidas. São três os membros iniciais do coletivo, dois cineastas e um fotógrafo – no momento, o grupo está entre 15 pessoas, incluindo colaboradores de outros estados. Deste número, três são jornalistas. No mesmo ano, MIC inaugurou o site Mídia Coletiva em conjunto com os coletivos Mariachi¹³² e Rádio Mutirão¹³³. De conteúdo diverso, a página é dividida em nove editorias: Brasil, América Latina, Internacional, Política, Movimentos Sociais, Elite Global, Meio Ambiente, Cultura e Entrevistas.

Figura 1 – reprodução do site midiacoletiva.org.



Fonte: midiacoletiva.org.

O coletivo Carranca, por sua vez, é formado a partir de uma dissidência dos seus participantes com a Mídia Ninja. Fundado em setembro de 2013 por dez pessoas das mais diversas profissões – jornalistas, cineastas, artista plástico, fotógrafos, escritores –, a página do grupo possui, em junho de 2017, 10.211 curtidas. Carranca inaugura seu site em maio de 2014, às vésperas da Copa do Mundo.

¹³² Disponível em: <http://bit.ly/2rRUEgJ>. Acesso em: 2 jun 2017.

¹³³ Disponível em: <http://bit.ly/2rEDCBP>. Acesso em: 2 jun 2017.

Figura 2: reprodução do site carranca.cc.



Fonte: carranca.cc.

4.1.1 A pesquisa de campo e os sujeitos entrevistados

Com o aceite dos coletivos, viajamos para o Rio de Janeiro no dia 17/05 e permanecemos até 21/05. Durante este período, foram realizadas sete entrevistas. A última foi feita por Skype com um participante do Carranca que reside atualmente em outro estado. Nesse sentido, é válido destacarmos que todas as entrevistas poderiam ter sido feitas virtualmente com algum aplicativo de mensagem. Insistimos para que fossem presenciais não só porque o resultado tende a demonstrar uma riqueza de informações mais variada, mas também porque o tema em si – a ética e a moral – costuma inibir sujeitos que participam de uma entrevista. Portanto, o contato presencial foi fundamental para deixar os entrevistados à vontade, a fim de que tratassem de um tema delicado que envolvia reflexões autocríticas.

Os sujeitos entrevistados são apresentaram-se para a pesquisa voluntariamente. Todos assinaram um Termo de Consentimento (ver Apêndice B) em que eram informados sobre o tema da dissertação, além dos objetivos do pesquisador. Este projeto de pesquisa também tramitou no Comitê de Ética da Universidade Federal de Santa Catarina e foi aprovado.

Todas as entrevistas foram gravadas sob autorização dos participantes e encontram-se transcritas no Apêndice D. A opção pelo anonimato foi aberta aos entrevistados, mas somente um sujeito optou por ocultar seu nome. No decorrer da análise dos dados, observamos que a identidade dos participantes não era um fator definitivo para o trabalho. Portanto, mesmo com o consentimento dos entrevistados,

nossa opção foi por ocultar todos os seus nomes, com o objetivo de evitar qualquer constrangimento para os sujeitos – aspecto a ser considerado devido ao próprio tema da pesquisa, que envolve juízos morais sobre si e sobre outros.

Nesse sentido, identificaremos os participantes da seguinte forma: **S1C**, **S2C**, **S3C** e **S4C** como os sujeitos que são membros do coletivo Carranca; **S1M**, **S2M**, **S4M** e **S4M** como os sujeitos que integram a Mídia Independente Coletiva. Os números estão ordenados de acordo com a própria ordem das entrevistas. Ao longo da análise, vamos nos referir aos sujeitos como “participantes da pesquisa”, “jornalista” ou “não-jornalista”.

Para esta análise, a informação mais relevante a respeito de cada um é a sua formação. Todos os quatro participantes da MIC são não-jornalistas – são estudantes, cineastas, fotógrafos. Já no caso de Carranca, há dois jornalistas: S1C e S3C. S2C e S4C possuem graduação em outras áreas.

S1M e S2M foram os dois primeiros participantes da pesquisa. Esta foi a única entrevista em que mais de uma pessoa esteve presente, por opção dos sujeitos – porém, ela não foi realizada em dupla, mas individualmente. O encontro aconteceu no dia 17 de maio, no Largo do Machado, uma praça situada entre os bairros Catete, Flamengo e Laranjeiras. A entrevista com S1M e S2M durou 70 e 75 minutos, respectivamente.

S1M nasceu no Acre, tem 40 anos, formado em Cinema e é um dos cofundadores da MIC. Inicialmente, era responsável por gerenciar as redes sociais do grupo e também auxiliar na direção dos vídeos. Atualmente, faz parte do “conselho gestor” da Mídia Independente Coletiva – aspecto que detalharemos na análise – e também realiza transmissões ao vivo.

S2M tem 47 anos e é natural do Rio de Janeiro. Já estudou Administração e Teatro, mas não completou os cursos. Sua primeira “militância cultural”, como chama, foi participar de uma trupe de teatro amadora. S2M ingressou na MIC a convite de S1M; ambos já se conheciam. No coletivo, participou de transmissões ao vivo, mas prefere cuidar da parte logística no Facebook, além de escrever textos para o midia coletiva.org.

S1C foi a segunda entrevistada, na tarde do dia 18/05, em um café na Cinelândia. A conversa foi a mais longa de todas e durou cerca de 5h40min. S1C tem 49 anos, é jornalista, advogada, com pós-graduação em Arqueologia Brasileira, Comunicação e Imagem e atualmente é mestranda em Sociologia Jurídica. É natural do Rio de

Janeiro. Com 30 anos de carreira, já atuou em diversas emissoras do Rio e tem experiência em marketing político. É uma das cofundadoras do coletivo Carranca, tendo participado anteriormente da Mídia Ninja.

Na manhã do dia 19 de maio, entrevistamos **S3M** na Faculdade Nacional de Direito, unidade da UFRJ no centro da cidade. S3M nasceu em Três Rios (RJ), tem 23 anos e antes de cursar Direito já foi estudante de Odontologia e Filosofia. Ingressou na MIC ao final de 2016, quando conheceu um dos membros durante uma tentativa de remoção de indígenas em uma ocupação na Aldeia Maracanã. Desde então, escreve matérias e realiza transmissões ao vivo. A entrevista com S3M totalizou 65 minutos.

Ainda na mesma manhã, conversamos com **S2C**, que nos recebeu em seu apartamento. Este foi o único caso em que um entrevistado pediu para manter seu nome em anonimato. Por esse motivo, não daremos informações pessoais que possam identificá-lo. Para os fins do trabalho, é apenas relevante salientarmos que S2C não possui formação em jornalismo, é um dos primeiros membros do coletivo Carranca e também fez parte da Mídia Ninja. Sua entrevista durou 115 minutos.

Na tarde do dia 19 de maio, o entrevistado foi **S3C**. O encontro aconteceu em uma praça no bairro de Botafogo. É natural de Curitiba, tem 28 anos e formação em Jornalismo. Assim como S1C e S2C, ingressou na Mídia Ninja em junho de 2013. No entanto, ao contrário dos dois, S3C somente entrou para o coletivo Carranca em 2014. No site, costuma escrever matérias e fotografar. A entrevista durou 73 minutos.

S4M foi a penúltima entrevistada na tarde do dia 20, em uma cantina no bairro de Laranjeiras. A entrevistada colabora com frequência pela MIC, embora não seja um membro fixo do coletivo. Nasceu em Niterói, tem 41 anos e é formada em Publicidade, embora nunca tenha exercido a profissão. Atua como fotógrafa e marceneira. Na MIC, escreve textos e cede imagens. No total, sua entrevista chegou a 99 minutos.

A última entrevista, com duração de 76 minutos, aconteceu por Skype com **S4C**, de 35 anos. Natural de Diadema, é formado em Ciências Sociais, com mestrado em Antropologia. Em 2013, mudou-se para o Rio de Janeiro, onde trabalhou no Complexo da Maré em um projeto sobre educação em saúde. Conheceu os integrantes do Carranca durante os protestos de junho e começou a colaborar com o grupo desde então.

O contato inicial com MIC e Carranca foi mediado, respectivamente, por S2M e S1C. Ambos repassaram a mensagem para os outros membros dos coletivos e quem estivesse disponível era contatado. As entrevistas em profundidade eram semiabertas e seguiram um roteiro, disponível no Apêndice C. As questões buscaram responder desde perguntas mais estruturais, acerca do funcionamento do coletivo, até aspectos relativos à prática jornalística dos entrevistados, erros cometidos e reflexões sobre valores morais. O roteiro serviu apenas como uma base para o pesquisador; diversas perguntas surgiram no decorrer da entrevista e foram feitas no momento. No total, o volume de material coletado originou 15h20min de gravações e cerca de 220 páginas de transcrição, disponíveis em CD anexo à dissertação (APÊNDICE C).

A partir das respostas obtidas, categorizamos os resultados em três eixos de análise. Em todos eles, conseguimos perceber a formação dos valores morais dos participantes. Portanto, esta é uma divisão temática e que inicia em ordem cronológica, discutindo o **contexto de formação** dos coletivos. Neste tópico, são abordadas as motivações dos entrevistados para exercer suas práticas nos coletivos, e também a definição que eles próprios fundamentam para essas ações. Essa primeira categoria nos fornece alguns caminhos para pensarmos a finalidade-última de MIC e Carranca (o *télos*), além de incentivar aos participantes que reflitam sobre o significado do próprio jornalismo.

A segunda categoria discute as **rotinas produtivas** dos coletivos. Aqui, entrevistados justificam a linha editorial que norteia suas condutas. Também são debatidas as relações entre jornalistas e não-jornalistas dos grupos, incluindo as tensões entre os valores morais dos atores.

Por fim, **dilemas morais** são abordados na terceira categoria de análise. Os participantes refletem sobre dilemas morais em transmissões ao vivo, relação com fontes e erros cometidos. Este eixo ainda incluiu um rápido exercício com os participantes. Eles foram apresentados ao Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros - foi levada uma versão impressa para eles; no caso de S4C, o link foi disponibilizado via Skype. Detalhamos as impressões que os entrevistados tiveram sobre o documento e como eles enxergam as suas próprias práticas a partir dele.

A análise é encerrada no último subcapítulo, que retoma a discussão dos resultados em consonância com o referencial teórico trabalhado até então.

4.2 CONTEXTO DE FORMAÇÃO

4.2.1 Motivação dos entrevistados

Quando questionados sobre os motivos que levaram os sujeitos a constituírem seus coletivos, todos citaram algum aspecto anterior relacionado ao ativismo, seja em casos mais pontuais, seja como uma marca da sua própria trajetória de vida. S2M diz que sempre foi um ativista independente, e cita algumas de suas atuações voltadas à militância cultural, quando realizava apresentações com um teatro amador. S4C faz parte desde 2010 do coletivo Fórum sobre Medicalização da Educação e Sociedade, projeto de pesquisadores que debate as relações entre indústria farmacêutica e políticas públicas de saúde. S2C comenta que um de seus primeiros envolvimento políticos foi no Diretório Central de Estudantes, quando cursava a faculdade.

No entanto, o acontecimento que unificou esses sujeitos foram as chamadas “jornadas de junho”, em 2013 – uma série de protestos que assolou o país, não apenas pelo volume de manifestantes, mas também por uma intensa repressão da polícia aos que saíam às ruas. Nesse sentido, a necessidade de maior segurança foi aspecto crucial para que os sujeitos se organizassem em grupos. É o que relata S1M, quando explica que foi preciso criar uma “marca” para diluir o nome dos sujeitos envolvidos em postagens de redes sociais, cujo teor denunciava atos de violência de policiais contra manifestantes durante a desocupação da Aldeia Maracanã, em março de 2013¹³⁴ – o evento foi uma espécie de prelúdio para o que aconteceu em junho. A partir dessa ideia, S1M, junto de Yussef Kalume e Diogo da Fonseca, fundaram a Mídia Independente Coletiva.

Três dos oito entrevistados relatam que passaram a frequentar as manifestações por mera curiosidade ou indignação política. O último caso se aplica a S2C (2017, informação verbal): “eu tava vendo todos aqueles casos de corrupção aqui. (...) e aí falei: ‘não, vou pegar essa câmera e vou filmar. Vou pelo menos registrar isso, independente se eu

¹³⁴ Trata-se de uma aldeia situada no bairro Maracanã (Rio de Janeiro), na antiga sede do Museu do Índio, habitada por famílias de indígenas. Em 2013, o governo do Estado deu ordem para a desocupação do prédio, ação motivada supostamente pela “modernização” do entorno do Estádio do Maracanã para as obras da Copa do Mundo de 2014.

concordo ou não. Acho importante estar lá”. Já S1C relata que recebia depoimentos de amigos que participavam dos protestos e denunciavam o alto teor de repressão policial, o que não parecia condizer com o discurso sobre o vandalismo dos manifestantes propagado no canal GloboNews, que o participante acompanhava. “Poxa, eles não tão entendendo nada. Tudo é ‘vândalo’, ‘baderna’. Virou um mantra (...). E aí eu fiquei indignada e resolvi ir à rua para poder me pôr como uma voluntária, uma janela, para mostrar o que eu tava vendo” (S1C, 2017, informação verbal).

S3C, por sua vez, pretendia ingressar em junho de 2013 no mestrado com algum projeto sobre quadrinhos e narrativas visuais – especificamente, a respeito dos usos simbólicos da máscara de Guy Fawkes popularizada pela *graphic novel V de Vingança*, de Alan Moore, e utilizada principalmente pelo grupo *Anonymous*. Suas primeiras incursões nas jornadas foram com o objetivo de observar esse aspecto nos manifestantes. “Só que aí as coisas começaram a ficar cada vez mais loucas aqui, no Rio, e no Brasil todo. Então isso foi deixado de lado para um ativismo político um pouco mais ativo, por assim dizer” (S3C, 2017, informação verbal).

Esse aspecto conflui com o contexto relatado por S1C e S2C: são pessoas que participaram das jornadas inicialmente sozinhas – antes como cidadãos do que propriamente como jornalistas, no caso de S3C e S1C. Contudo, assim como no caso da MIC, a necessidade por maior segurança tornou-se proeminente, e os três decidiram buscar auxílio em outros coletivos ou indivíduos. Para além dessa questão, há uma questão logística: S1C relatava ter dificuldades para acessar a internet enquanto participava dos protestos. Desse modo, estar junto de outros jornalistas, ou pessoas organizadas em algum coletivo, poderia facilitar a disseminação de informações em tempo quase real sobre o que estava acontecia. Foi nesse momento que S1C, S2C e S3C conhecem a Mídia Ninja – do qual os três ouviram falar, à época, devido ao destaque que o coletivo teve nas coberturas.

É interessante retomarmos aqui os discursos dos entrevistados acerca dos ninjas, uma vez que é a partir dessa experiência que os “carrancas” fundamentam suas práticas. Ou seja, quando se referem à Mídia Ninja, os sujeitos não deixam de valorar acerca do que consideram moralmente correto ou não em um coletivo de jornalismo. Nesse sentido, pode-se dizer que o Carranca nasce precisamente como uma oposição – inclusive ética – a eles. Como reflete S1C (2017, informação verbal), coletivos “vão fundar suas próprias éticas para se diferenciar um do outro”.

S1C, S2C e S3C se conhecem durante as reuniões do Mídia Ninja, em julho. São considerados parte da “primeira geração” do coletivo. Enquanto ninjas, participaram de coberturas de manifestações: fotografaram, transmitiram ao vivo, escreveram textos e operavam na “base” – ou seja, aglutinavam informações enviadas pelos que estavam na rua.

As primeiras tensões surgem porque havia um controle por parte da Mídia Ninja sobre o que era publicado ou não na página do coletivo no Facebook. Quem discute a questão é S1C, citando, por exemplo, que nem todas as fotos que tirava e enviava para o e-mail dos ninjas saía como publicação. A partir de então, foi sugerido que cada membro divulgasse seu material nos perfis pessoais, agregando, ao final do post, a *hashtag* #mídianinja para facilitar o rastreamento do conteúdo pelo coletivo. Isso incluía também o crédito do que era veiculado: fotos, textos, vídeos, todos eram assinados como “Mídia Ninja”. S1C (2017, transcrição verbal) comenta que achou essa decisão “um absurdo”, tanto pela sua formação como arqueóloga, como por ser jornalista da “velha guarda”, argumentando que era uma inibição à própria memória construída naquele momento.

Uma das justificativas para a assinatura coletiva era porque se tratava de uma estratégia para preservar o nome de jornalistas que trabalhavam em grandes veículos e estavam envolvidos com a Ninja. Havia ainda aqueles não possuíam vínculo com o mercado, mas que “enxergavam nisso [a assinatura] um prestígio” (S1C, 2017, transcrição verbal), o que sinaliza para certo orgulho que alguns membros sentem de estar associados ao coletivo e, portanto, não se importarem com a falta de créditos individuais. Ao contrário destes, S1C foi um dos primeiros sujeitos que questionou a decisão e passou a ter suas fotos e textos creditados. S3C também comenta que suas imagens estão assinadas.

O fato de não publicarem todos os materiais postados com a *hashtag* #mídianinja, sem maiores critérios explícitos, produziu algumas das inquietações em S1C, S2C e S3C acerca de um possível “controle editorial”. Uma segunda variável nessa equação foi a recusa do “núcleo duro”¹³⁵ da Mídia Ninja em criar uma página específica para o coletivo no Rio de Janeiro, sugestão mencionada S1C (2017) para dar

¹³⁵ S1C utiliza o termo “núcleo duro” para fazer menção aos membros do Mídia Ninja ligados à rede Fora do Eixo, especialmente de São Paulo. Um dos nomes mais conhecidos é o de Pablo Capilé.

continuidade à cobertura local das manifestações no estado, que tiveram prosseguimento em julho – em São Paulo, ao contrário, os protestos de rua arrefeceram naquele mês e em agosto.

Por fim, a insatisfação dos carrancas também estava refletida na forma de trabalho na Mídia Ninja. S1C (2017, informação verbal) apelidou as suas produções de “post-reportagem”: pequenos textos, com um ou dois parágrafos, seguido de foto – “geralmente muito bonita, com um tratamento fantástico” – ou vídeo “muito impactante” – “falando tecnicamente, sensacionalista, porque eram vídeos fortes”.

A falta de um maior aprofundamento nas coberturas ao vivo foi apontado pelos quatro entrevistados do Carranca como um motivo para sair da Mídia Ninja e fundar o novo coletivo. Ou seja, os não-jornalistas também sentiram essa necessidade, como atesta S2C (2017, informação verbal): “no início, não tinha nada. Era só praticamente transmissão e a arte que eles faziam. Eles tinham o filtro deles. Eu fazia a base aqui de transmissão. A gente não era estrutura, a gente era a mais-valia lá, entendeu?”. S4C (2017, informação verbal):, que é formado em Ciências Sociais, complementa: “a gente não é como a Mídia Ninja, que estava mais na exposição dos fatos – ‘ó, olha que absurdo, estão despejando as pessoas’. A gente tenta contextualizar historicamente e trazer os dados da construção”.

Outro ponto relevante é a limitação das pautas, aspecto observado pelo jornalista S3C: “protesto vai e vem, mas a análise do que tá acontecendo é um pouquinho mais perene” (S3C, 2017, informação verbal). S1C (2017, informação verbal) resume essa tensão por mais espaço e diversidade de práticas:

a gente queria ter visões mais aprofundadas do que estava acontecendo. A gente não queria que a cobertura da manifestação fosse um bando de foto mostrando bomba explodindo ou alguém com a cara sangrando (...). Uma coisa que nós, primeira geração da Mídia Ninja, perguntávamos pro núcleo duro de São Paulo era ‘o quê que a gente vai ser e fazer depois da rua?’. Porque se a rua acabar, acabou. A gente só posta isso, ninguém reflete, ninguém entrevista alguém, ninguém faz um artigo mais aprofundado, ninguém faz um vídeo, um mini-doc, trazendo alguma outra coisa que não seja o ato, do factual, da revolução, entendeu? E eles diziam que não era pra gente se preocupar com isso, que ‘isso a gente vê depois’.

As discussões para a construção do Carranca iniciaram quando seus membros ainda participavam da Mídia Ninja, durante os meses de agosto e setembro. Dois fatores aceleraram esse processo, a partir do momento em que os futuros carrancas questionaram a imparcialidade dos ninjas. Ao final de julho, passou a circular uma foto de Pablo Capilé, um dos líderes do “núcleo duro” da Mídia Ninja, com José Dirceu, ex-ministro dos governos Lula e Dilma, filiado ao Partido dos Trabalhadores. A imagem viralizou e surgiram discussões sobre uma possível ligação do partido com a rede Fora do Eixo, um dos braços do coletivo. S4M (2017, informação verbal), que colabora com a MIC, participou de apenas uma reunião da Mídia Ninja para conhecer o grupo, mas teve impressões semelhantes: “você não via eles citando o nome do [ex-governador Sérgio] Cabral [PMDB] ou do [ex-prefeito] Eduardo Paes ou da [ex-presidenta] Dilma [Rousseff] [PT]. Ninguém. Eles só ficavam meio que batendo na PM [Polícia Militar], e isso começou a incomodar, a ficar estranho”.

Uma segunda tensão ocorreu em outubro e é sinalizada como o momento em que todos os dez membros fundadores do Carranca estão desvinculados da Mídia Ninja, uma vez que cada um saiu em tempos diferentes – a página inicial do coletivo, por exemplo, foi criada em setembro, quando alguns ainda faziam parte dos ninjas. S2C relata que se tratou da cobertura do leilão de Libra, no 21 daquele mês. A ação do governo foi rejeitada por sindicatos, ONGs e grupos sociais, que chegaram a escrever uma carta para a então presidente Dilma Rousseff solicitando o cancelamento do leilão. Quando dois ninjas – S3C e outro sujeito, dois futuros carrancas – propuseram realizar uma transmissão ao vivo dos protestos, receberam uma negativa do “núcleo duro” do coletivo, sem maiores detalhes. S2C explica que ambos chegaram a entrar no *Twitcasting* – aplicativo que permite a realização das *lives* –, mas foram repreendidos: “os caras ligaram desesperados – ‘o que vocês estão fazendo?’” (S2C, 2017, informação verbal).

Por conta dos dois últimos casos, S1C (2017, informação verbal) sinaliza um problema ético nas práticas dos ninjas:

o grande problema deles é a não-transparência, porque se desde o início a gente soubesse (...) a que eles vieram... mas eles vêm forjados de um movimento social. Na verdade, eles têm sua legitimidade – porque qualquer personagem social tem a sua legitimidade –, mas eles foram

desonestos socialmente, politicamente e jornalisticamente com o público deles, com os voluntários.

Devido a essa série de discussões – a recusa de materiais sem justificativa, o impedimento para trabalhar em determinadas pautas, ligações partidárias e a falta de profundidade e as limitações temáticas –, dez ex-ninjas decidiram formar o coletivo Carranca. Nesse sentido, S2C (2017, informação verbal) entende que a criação é até mesmo um contraponto para o monopólio de informação que poderia se estabelecer dentro da esfera dos coletivos: “(...) apesar de eles não admitirem, eles [Mídia Ninja] queriam ser uma nova Rede Globo. Acho que foi importante [a formação do Carranca e de outros coletivos] pra dar essa mensagem do tipo ‘olha, não vai ser igual foi antes’”.

As motivações dos sujeitos que estão envolvidos com o coletivo Carranca, portanto, giram em torno não apenas de um passado ativista nas suas trajetórias de vida. O trabalho de Oliveira, que discutimos no segundo capítulo, aborda bem essa questão, trazendo análises sociológicas sobre o percurso pessoal de cidadãos engajados em atos de jornalismo. Mas, no caso dos carrancas, para além da necessidade de resolver conflitos locais – um dos padrões identificados na tese de Oliveira (2013) –, o que move, ao menos em parte, a criação do coletivo gira em torno de uma certa liberdade outrora limitada ao Mídia Ninja. Seria redutor afirmar que todo o projeto do coletivo Carranca nasce em oposição aos ninjas, mas é possível inferir que a fundamentação moral – no sentido dos valores que mobilizarão as práticas destes sujeitos – está, de fato, ancorada na rejeição dos valores expressos por estes. O mais latente de todos parece ser a partidarização da Mídia Ninja, o que chega a interferir diretamente no seu conteúdo. Nesse sentido, jornalistas e não-jornalistas do Carranca celebram a independência partidária, ainda que, como analisaremos adiante, não concordem plenamente com o termo “jornalismo independente”.

Outra discussão de fundo aponta para a tensão entre “atos de jornalismo” e “jornalismo”. Carrancas não desejam “apenas” filmar, “apenas” fotografar, “apenas” escrever um ou dois parágrafos de texto. Discutimos este aspecto no primeiro capítulo, quando inferimos que um ato de jornalismo é uma narrativa fragmentada, dispersa, no sentido de que tende a conformar-se ao testemunho (ALLAN, 2013). Para John Peters (2009), testemunhar é movimentar-se por “peças, partes e detalhes circunstanciais, não em histórias com começos, meios e fins”. Nesse sentido, a preocupação expressa pelos membros do coletivo

Carranca em ater-se somente às coberturas ao vivo soa como um elogio à virtude da distância, que Fidalgo (1997) já sublinhava – a tomada distante do sujeito diante do acontecimento, não no sentido da neutralidade, mas da melhor possibilidade de ver o “todo”.

Esse cuidado é salientado também pelos não-jornalistas. É o caso de S4C (2017, informações verbais, grifos nossos), que destaca a necessidade de ir além do testemunho em três passagens de sua entrevista: “o desafio do Carranca, no final das contas, era ser essa coisa que tá na ponta, no chão mesmo da discussão, junto com uma **análise mais apurada dos fatos**”; “acho que o grande diferencial do Carranca é isso: conseguir dar uma **densidade** para questões que são corriqueiras”; “[para o conteúdo entrar no site] não bastava simplesmente falar assim: ‘está acontecendo isso, Estado fascista!’. Tinha que ter uma **busca**, pelo menos do histórico daquele evento, e de algumas **explicações**”. Os destaques em negrito apontam para a necessidade de produzir um jornalismo com maior apuração e cuidados éticos.

Podemos concluir, por ora, que as motivações dos sujeitos membros do Carranca estão enraizadas especialmente na necessidade de oferecer uma boa apuração em meio aos coletivos de sua época. Alguns pontos dessa discussão serão retomados adiante, inclusive em referências à Mídia Ninja. Estamos nos atendo, até então, no aspecto que motiva o início das práticas destes sujeitos.

4.2.2 Definição das práticas

No roteiro de perguntas formulado para a pesquisa de campo, uma das questões indagava os entrevistados a respeito de suas práticas. Há diversas nomenclaturas para um “jornalismo às bordas”, seja praticado fora de redações, seja realizado por não-profissionais. Como já apresentado, o termo que adotado neste trabalho é atos de jornalismo por entendermos que ele abarca diversas práticas, ao mesmo tempo em que foca no seu aspecto jornalístico e demarca diferenças pontuais.

Foram citados alguns dos termos mais comuns aos entrevistados: midiativismo, midialivrisimo, jornalismo independente, jornalismo livre ou, simplesmente, jornalismo. A intenção da pergunta era provocar reflexões nos participantes a respeito do que eles produzem. Por que midiativismo e não jornalismo, ou vice-versa? Qual é a diferença entre as duas ideias?

Para S3M (2017, informação verbal), a MIC faz jornalismo alternativo, em uma “perspectiva mais crítica”. O termo “alternativo”, neste caso, refere-se ao conteúdo: “a Globo vai tocar numa pauta; a

gente vai tocar talvez na mesma pauta, mas sob outro ponto de vista”. S2M (2017, informação verbal), seu companheiro de coletivo, cita a noção de midiativismo, cuja função de “contraprova” “dá voz, empodera e também cria um contrapeso de uma possível informação que esteja manipulada”. S2M, no entanto, é reticente em caracterizar a MIC através dessa ideia, por considerar que seria pretensioso de sua parte.

S1M (2017, informação verbal), por outro lado, é enfático ao considerar a MIC um exemplo midiativista, termo que resume como “um processo político de intervenção na comunicação social. (...) O que a gente tenta é ocupar os meios de produção de mídia”, conclui. Ao refletir sobre essa noção, S1M infere que a finalidade das práticas do seu coletivo é democratizar a notícia e a comunicação social.

Para S3C (2017, informação verbal), do Carranca, o termo jornalismo independente deve ser colocado entre aspas – “acho mais honesto e neutro, na medida do possível (...) É independente de quê? De quem? Não faz sentido, falta sempre um sujeito”. S3C considera que a noção mais adequada para caracterizar seu coletivo seria jornalismo alternativo – no sentido de contrapor grandes veículos – ou apenas jornalismo tradicional, por serem noções genéricas.

S1C (2017, informação verbal) concorda com a crítica de seu companheiro de grupo a respeito do termo “independente”: ela utiliza essa noção para descrever o Carranca, mas entre aspas. Para a jornalista, “midialivrisimo” reserva questionamentos semelhantes – livre do quê ou de quem? “E a outra é presa? Imprensa, por sua essência, não deveria ser livre?”. S1C complementa que o coletivo possui independência financeira – não há patrocínio externo – e institucional – pois não está vinculado a partidos.

O termo “midiativismo” foi citado frequentemente nas entrevistas, mesmo pelos sujeitos que não concordavam com ele. Discutiu-se, nesse sentido, algumas das diferenças entre essa prática e o jornalismo. As respostas foram embasadas, dentre outros aspectos, na ética.

S1M (2017, informação verbal), por exemplo, entende que a ideia de midiativismo engloba outras linguagens: “a gente usa elementos do jornalismo e do cinema, mas o que a gente faz é defender o ponto de vista das camadas populares, das pessoas que estão nas favelas, da luta no campo, dos indígenas”. Ao inferir esse argumento – de que o jornalismo estaria, de certa forma, “contido” nas práticas midiativistas –, questionamos o entrevistado se estes dois universos contrapõe-se, no que ele discordou. No entanto, ele demarca algumas diferenças:

eu acho que o jornalismo ainda tá preso a certas normas (...) Esse modelo, esse modo de representação institucional, eu acho que ele é limitador. A gente tem que ter margem de espaço. A gente tem que ter maleabilidade inclusive para **defendermos o processo ético**, a necessidade de estarmos ao lado daqueles que estão sendo incapacitados de contar a sua história de uma maneira popular e democrática. Então eu acho que o que diferencia é isso: nós podemos ser mais contundentes.

(...) Nós fazemos parte da luta popular. A gente não está alheio a ela. Eu não sei se os jornalistas podem ter essa... Pelo menos o jornalismo que a gente imagina, que é o jornalismo de redação, ele pode estar... Não sei se existe essa capacidade ou interesse (S1M, 2017, informação verbal, grifos nossos).

Para S1C (2017, informação verbal), o midiativismo é mais uma questão de contexto: “eu entrei na rua como jornalista, fiz jornalismo o tempo todo, mas acabei sendo ativista – porque eu estava, de fato, me contrapondo ao tão propagado discurso hegemônico. Dentro desse contexto, acabei sendo uma militante de uma causa”.

Quando questionada se jornalismo e ativismo atuam em planos distintos, S1C (2017, informação verbal, grifos nossos) observa:

eu acho que têm momentos muito sutis em que eles podem ser duas almas no mesmo corpinho, porque eu acho que **a essência do jornalismo está nisso** – na independência, na liberdade –, o que acaba sendo um ativismo. O jornalismo corporativo perverte isso a favor de interesses que não são os mesmos que seriam da ética jornalística. E aí você, pra poder alcançar uma pretensa ética jornalística, **você tem que ser um ativista**. Isso parece uma contradição louca.

Anteriormente, observamos uma resistência histórica de jornalistas na incorporação das audiências para o processo de produção da notícia – blogueiros, por exemplo, eram entendidos como disseminadores de mentiras. Este argumento moral também perpassa a trajetória de profissionalização do jornalismo, em que são fortalecidos

valores morais perante a sociedade que distinguem o jornalista de um amador. Ou seja, a ética desempenha um importante papel no interior de grupos profissionais – afinal, é a sua deontologia específica que o diferencia de outros atores.

Nas declarações acima, podemos observar, em ambos os entrevistados, que o reforço da ética é, também, um modo de legitimar as práticas dos coletivos. O teor das duas respostas é semelhante: S1C assume que o aspecto ativista de seu jornalismo está comprometido com o valor da liberdade; S1M não cita a última palavra, mas supõe que MIC pode ser mais “contudente”, ao contrário do jornalismo de redações. É curioso observarmos que, nestes dois casos, o ativismo aplicado ao jornalismo é entendido mais como um resgate de valores clássicos à profissão do que, propriamente, como a afirmação de novos valores.

Esse papel desempenhado pelo ativismo parece ter como pano de fundo o cruzamento do *ethos* romântico do jornalismo com a ética hacker, aspecto que Träsel (2013) identificou ao analisar um grupo de jornalistas que trabalhavam com dados. Em nossos entrevistados, isto transparece por diversos momentos:

“eu falo que a gente é um pouco médico: deu um lance e **a gente tem que sair**, tentar resolver e externar essa indignação” (S1M, 2017, informação verbal, grifos nossos);

“dá uma zoada na nossa cabeça, essa coisa de ativismo, de botar nossa vida toda de **pernas pro ar**” (S4M, 2017, informação verbal, grifos nossos);

“a gente atua de uma maneira quase **artesanal, com muita força de vontade**, muito esforço, muito suor” (S1M, 2017, informação verbal, grifos nossos);

“fiquei na casa dele **virando a madrugada**, escrevendo o texto e publicando a primeira matéria” (S3M, 2017, informação verbal, grifos nossos),

“a gente tá absolutamente **abduzido** por aquela coisa toda” (S1C, 2017, informação verbal);

“foi o que realmente tomou a minha vida (...) É **vício**, entendeu?” (S2C, 2017, informação verbal, grifo nosso);

“lutar por uma causa é uma coisa que é muito mais, digamos, uma vontade, uma **necessidade**” (S4M, 2017, informação verbal, grifo nosso);

“2014 foi um ano de intenso trabalho, de **virar noite** fazendo coisas” (S4C, 2017, informação verbal, grifos nossos);

“agora a gente tá um pouco suave, mas no início eram 12 horas dentro do computador – e aí você fica tão **imerso** nessa situação que

você já está ali absorvido, permeado” (S2M, 2017, informação verbal, grifo nosso).

Há pelo menos dois sentidos aqui. O primeiro diz respeito à dedicação a uma causa – o ativismo – e entende que o jornalismo está ligado a uma missão particular, o que resgata seu valor romântico (LAGO apud TRÄSEL, 2013). Nesse sentido, o cidadão que pratica atos de jornalismo sente a necessidade de estar presente nos acontecimentos e resolver pautas emergenciais. Essa mobilização é sustentada pelo valor da paixão, comum à ética hacker, no sentido de que o trabalho ativista é prazeroso e viciante, embora exaustivo. A intensa dedicação a uma atividade, que culmina em hackers e cidadãos que passam noites programando ou escrevendo matérias, respectivamente, não está ligado a uma ética protestante do trabalho, mas a uma atitude de contestação a essa lógica (HIMANEN, 2002). Isto porque os membros dos coletivos e, em especial, os não-jornalistas, utilizam seu tempo livre para exercer aquilo que lhes interessa e os satisfaz – por esse viés, o trabalho é algo a ser celebrado como um exercício criativo, sem ter o dinheiro como meta final.

Este último ponto é discutido por S4M, que colabora com a MIC de forma independente. Para o entrevistado, o ativismo não pode estar associado a um trabalho, pois perderia o seu sentido original: “midiativista que tá começando a ganhar apoio financeiro virou jornalista” (S4M, 2017, informação verbal). O participante justifica sua afirmação ao citar práticas de coletivos e grupos financiados por fundações como exemplos de casos em que há “desvios éticos” pela sobreposição do dinheiro a valores morais:

teve uma galera que se deslumbrou, que começa a ter mais *views*. É a galera que não mora sozinha ainda, que não paga as contas (...) e começaram: ‘ah, então sou jornalista, então vou fazer isso’. Lógico, você está aparecendo, tá bombando. Teve muito deslumbre, muita questão ‘egoica’ (...) “Ah, já que não tenho uma profissão, não me formei ainda, por que não ganhar um dinheiro?”. Porque se eu quiser ganhar dinheiro, eu entro para o jornal. Eu trabalhei lá em 2001, fui estagiária e *trainee* do jornal *O Globo*. Saí horrorizada. Fiquei cinco anos sem fotografar achando que eu não gostava de fotografia – até eu entender que era a mídia que eu via ali. Eles manipulavam até jornal de bairros, entende? Até matéria de comida eles

distorciam a informação. De verdade: criam, inventam um mundo fantástico. Então, eu tenho essa experiência que eu até falei para as pessoas: “cara, se vocês quiserem, então, ganhar dinheiro, então assuma que você é jornalista. Não tem problema nenhum, mas não venha me dizer que você é midiativista”. É isso que eu tô tentando separar: o joio do trigo.

(...) Dinheiro também é uma forma de abafar. Você tira a pessoa de combate. Aquilo ali virou burocrático. Seu discurso fica mais frouxo. Não pode falar mal do cara, o cara pode estar numa fundação da vida, sei lá. Então você começa a ficar com o rabo preso (S4M, 2017, informações verbais).

A exemplo dos sujeitos citados anteriormente, o participante também atribui um alto valor para a independência. Em um âmbito mais específico, S4M refere-se à Mídia Ninja, por exemplo, não como uma mídia independente ou midiativista, mas como uma “mídia alternativa corporativa”, devido às suas ligações partidárias.

Anteriormente, S4M mencionou que o midiativista que ganha dinheiro tornava-se um jornalista. Questionamos, então, se a formação em jornalismo poderia contribuir para algum coletivo que não tivesse fins lucrativos. A resposta do sujeito (2017, informação verbal) foi afirmativa, mencionando “técnicas que vêm de um jornalismo corporativo e que podem vir a somar”, como o uso do *lead* e a formatação para um texto mais enxuto. “Isso aí são coisas que o pessoal que não é jornalista não sabe, e que o jornalista pode estar ajudando nesse sentido. Mas depende muito do caráter dele” (S4M, 2017, informação verbal).

As críticas apresentadas pelo participante da pesquisa não negam o jornalismo em si, mas aquele subordinado ao lucro, com alta interferência no seu conteúdo – o que, para S4M, é quase um sinônimo de qualquer prática realizada em redações ou, de forma mais restrita, em determinados coletivos. Nesse sentido, estamos tratando de um embate de valores morais que ocorre não necessariamente entre a prática jornalística e o ativismo, mas entre o último e o lucro. Essa disputa parece mais clara em duas de suas falas. Quando busca trazer uma definição sobre o que é o ativismo, S4M (2017, informação verbal, grifos nossos) considera que é “você ver uma injustiça, alguma coisa errada, e você **ter valores**, você se posicionar em relação àquilo (...)”.

Em outro momento, comenta sobre a possibilidade de um jornalista ético trabalhar dentro de uma redação:

às vezes, o repórter vai na rua, só apura. Chega o dia seguinte, ele pega o jornal impresso: ‘cara, não foi nada disso que eu apurei’. E ele continua ali, todo dia vendo que ele está apurando uma coisa e está saindo outra. Esse cara não se incomodar me deixa com a orelha em pé, entende? Esse cara não tá entendendo que tá acontecendo isso? Eu sei porque eu vivi lá dentro, eu trabalhei lá dentro, e eu vi que era exatamente assim.

Há, portanto, uma tensão expressa por S4M que orbita entre o profissional que segue preceitos éticos do que é considerado um bom jornalismo, e a sua negligência com filtros editoriais que modificam o conteúdo de suas matérias. A prática ativista, por outro lado, também deve estar atenta para a interferência do lucro, como salientou o participante.

O posicionamento de S4M sinaliza para a corrupção que as instituições podem causar nas virtudes, aspecto que concerne às leituras de MacIntyre (2001), retrabalhadas por Borden (2007) no âmbito do jornalismo. Ou seja, o sujeito reconhece que há qualidades na prática jornalística – ainda que seus apontamentos restrinjam-se às técnicas –, embora se mostre cética quanto à possibilidade de um jornalismo “eticamente correto” cujo fim vise o lucro.

Para MacIntyre (2001), uma prática está subordinada a padrões éticos de excelência que podem ser alcançados pelo cultivo das virtudes. Ela está abrigada por instituições – entendidas aqui como estruturas sociais que vão do Estado a organizações jornalísticas – que contêm “bens externos”. Estes podem corromper o comportamento do sujeito, no sentido de oferecer “recompensas” que desviam o sentido original de uma prática, voltado ao bem de uma comunidade, ao florescimento humano. A crítica de S4M, no entanto, está situada menos no âmbito individual do jornalista – ainda que ressalte a sua complacência com o filtro editorial de uma empresa –, e mais voltada à finalidade do jornalismo. Essa percepção também aparece na fala de S2M (2017, informação verbal), membro da MIC: “a gente não tá buscando essa mídia *glamourosa*, cheia de prêmios. (...) A gente busca realmente um ideal. A gente é inocente e tem essa coisa, ainda, de tentar informar ao máximo”.

Borden (2007) explica que é o *télos* de uma atividade que determina suas práticas. Daí podermos falar em um jornalismo orientado para o lucro máximo, para a produção de conhecimento, e assim por diante. Uma das corrupções às virtudes é a prática jornalística orientada pela fama, por exemplo, o que transpareceu na citação de S2M.

Destacamos neste ponto que a ética é utilizada não apenas por jornalistas como uma forma de validar as suas práticas, mas também por não-jornalistas. Evidentemente, ninguém argumentará a favor de sua atividade considerando-a antiética. O que nos parece interessante observar é que mesmo quando as falas dos entrevistados criam um discurso que tende a negar a ética jornalística, os valores construídos pelos sujeitos estão próximos daquilo que, de fato, um jornalismo virtuoso praticaria. S1C (2017) sublinha essa questão quando enfatiza que é necessário tornar-se ativista para ser, plenamente, jornalista – o que pode soar contraditório, como ela mesma observa.

4.3 ROTINAS PRODUTIVAS

A questão que se impõe, agora, é entender qual seria o conteúdo desse ativismo. Nesta categoria, serão abordadas as rotinas de funcionamento dos coletivos. A partir das respostas, podemos refletir tanto sobre aspectos mais práticos, que dizem respeito aos tensionamentos morais entre jornalistas e não-jornalistas, quanto às fundamentações dos coletivos – qual *télos* orienta suas ações.

4.3.1 Linha editorial e política

À época da entrevista realizada com os sujeitos participantes, em maio de 2017, Mídia Independente Coletiva era formada por 15 pessoas. Há também um “conselho gestor”, do qual fazem parte S1M, S2M e um jornalista do coletivo. Este subgrupo possui certa autonomia para tomar decisões que demandam agilidade.

As reuniões da Mídia Independente Coletiva são fechadas aos membros e ocorrem quinzenalmente, salvo quando há pautas urgentes a serem discutidas. O grupo costuma se comunicar por Skype ou, com menos frequência, pessoalmente. A horizontalidade da MIC foi ressaltada pelos três membros – S1M, S2M e S3M; S4M costuma colaborar e não participa das rotinas do coletivo –, no sentido de que a escolha das pautas é dinâmica e aberta. No início de sua formação, ainda em 2013, S2M (2017, informação verbal) lembra que as discussões costumavam perdurar mais tempo. “Hoje, com mais experiência, a gente

já tem uma leitura do outro. Não tem tanta resistência. Só se for uma coisa muito extrema – uma coisa que beneficie o [Jair] Bolsonaro [deputado do PSC], por exemplo”.

Quando questionado sobre o que diferencia a prática da MIC em relação aos grandes jornais de circulação, S3M (2017, informação verbal) sinaliza para a criação de uma narrativa alternativa compromissada “com o povo”, buscando ir “além do que a ideologia tá tentando esconder, e trazer à tona numa linguagem o mais simples possível”. Já S1M (2017, informações verbais) enfatiza que o coletivo não segue uma linha editorial, por considerar “uma ideia limitadora, pelo conceito de comunicação social que nós queremos imprimir”. No entanto, reitera que há uma “linha política”, “baseado nessa ideia de horizontalidade, sem especificação, nem dogmas, mas na ideia de um farol (...) as quais os membros do coletivo tentam seguir. E isso é possivelmente passível de ser adaptado, em razão das necessidades. Nós falamos disso abertamente, não somos isentos”. O participante da pesquisa vai além e busca resumir uma concepção política que parece nortear as ideias do coletivo:

fundamentalmente, é considerar que nós vivemos uma farsa democrática. O devido processo legal é algo que não existe no Brasil. (...) Mesmo o direito de votar, ele também pode ser considerado uma farsa eleitoral, porque estão presos a estruturas partidárias que são construídas a partir de um processo financeiro, né? Se você tem um milhão, se você tem cinco milhões, você monta um partido. (...) E, a partir disso, toda a farsa da sociedade civil. Aí, como se segura isso? Por meio da opressão (S1M, 2017, informação verbal).

S2M (2017, informação verbal) também cita a democracia como uma meta final para a MIC, com atenção para grupos socialmente vulneráveis. Quando indagado sobre o objetivo do coletivo, respondeu: “democratizar sempre. Mídia, cinema, direitos (...), o direito à vida. As comunidades e favelas não são democratizadas. Elas ainda sofrem o ranço frio, sangrento da opressão da ditadura militar que migrou para esses guetos, para essas comunidades sem voz”.

Algumas dessas ações podem ser exemplificadas no surgimento de novos coletivos inspirados, em parte, por aqueles provenientes de junho de 2013, como a própria MIC. Nesse sentido, S1M chama a atenção para a importância de uma educação voltada à leitura

crítica do jornalismo. Algumas ações já foram realizadas pelos membros da Mídia Independente Coletiva no formato de oficinas em escolas públicas. Quando questionado sobre o conteúdo que é repassado, S1M informa que são ensinados desde conhecimentos técnicos de edição a processos de formação de um coletivo independente. Trata, ainda, de exemplos sobre “desconstrução das notícias” – o cineasta cita a página Caneta Desmanipuladora¹³⁶ como inspiração. “Educomunicação é levarmos àquela pessoa que é agredida lá na comunidade do Rato Molhado a possibilidade de fazer a sua própria imprensa, sua comunicação. E nós servimos de exemplo pra isso. Acho importante repassarmos o nosso conhecimento”, resume (S1M, 2017, informação verbal).

A descrença em sistemas eleitorais mencionada anteriormente por S1M também está relacionada ao ritmo de atuação da MIC. Partidos são “lentos”, “pesados”, “não têm capacidade de articulação”, comenta S1M (2017, informação verbal). Daí a necessidade que o coletivo sente em realizar reuniões emergenciais para pautas de última hora – assassinatos de moradores de favela, camponeses, indígenas. Essa agilidade está também sustentada pelo *ethos* romântico que transpareceu no discurso dos entrevistados – de S2M (2017), especialmente, no sentido de inculcar uma missão para suas ações.

O coletivo Carranca, por sua vez, é formado com o intuito de colocar em prática o que seus membros não conseguiram enquanto estavam no Mídia Ninja. Inicialmente, uma das tensões internas do grupo foi definir se eram um coletivo de jornalismo ou um movimento social, como explica S3M (2017, informação verbal, grifos nossos):

algumas pessoas queriam que o Carranca fosse um movimento político, e eu não acho que é função de um movimento informar. **É informar, mas sobre o próprio movimento político, e não sobre as coisas que estão acontecendo.** A gente tá promovendo um serviço que não é feito pela mídia tradicional – a gente tá informando. Essa confusão talvez seja um pouco pleonástica, especialmente no Mídia Ninja.

¹³⁶ Página do Facebook que “reescreve” manchetes e critica posicionamentos editoriais de veículos brasileiros. Disponível em: <http://bit.ly/2qGCFJP>. Acesso em: 29 mai 2017.

O jornalista S3C diz que nunca se viu como parte de um movimento social, mas de um coletivo de jornalismo. S4C, não-jornalista, divide a impressão com seu colega: “sempre achei que a gente era mídia alternativa, mas eu acho que o entendimento de vários que estavam lá era de midiativismo. De chegar e produzir a denúncia com os movimentos sociais” (S4C, 2017, informação verbal).

Essa diferença diz respeito ao grau de independência almejado pelos Carrancas, um desejo oriundo da experiência ninja. S1C, que recusa a alcunha de movimento político para seu coletivo, exemplifica essa questão:

a gente não é propaganda de ato. A gente pode até fazer, como resultante do nosso trabalho, um tipo de conscientização. (...) Mas a gente não é um grupo estritamente de mobilização. Coisa que, na minha leitura profissional, na minha bagagem, eu faço a interpretação de que muitos grupos de midiativismo se tornaram. **Até por uma incapacidade de serem mais próximos de linguagens jornalísticas nas suas variantes.** De uma maneira amadora, portanto – mais mobilização, contestação e raiva, posta de uma maneira impulsiva, pouco aprofundada, pouco ou nada analisada e simplesmente relatando aquele fato, que é uma coisa à qual a gente não se presta. (...) E a gente recebe, sempre, alguém salvador: ‘ah, porque tem aqui um vídeo de um negócio que está acontecendo’. A gente não simplesmente pega aquilo porque tem um monte de gente levando bomba e julga. A gente tem apuração. A gente vai procurar saber. Coisa que na Mídia Ninja não tinha (S1C, 2017, informação verbal).

Essa preocupação transparece também na linha editorial adotada pelo coletivo. Ao longo de várias discussões, alguns acordos comuns foram firmados entre o grupo. Membros que decidissem participar de campanhas eleitorais, por exemplo, estariam temporariamente afastados ou evitariam postar sobre política. Conteúdos de outros coletivos eram replicados com pouca ou nenhuma frequência, priorizando os materiais originais do Carranca. Por fim, como já esboçado anteriormente, há uma preocupação do grupo em manter alguma proximidade com as regras deontológicas jornalísticas – especialmente devido à experiência

anterior de seus membros com a Mídia Ninja, no sentido de estimular uma maior apuração. Mas, ao mesmo tempo, o coletivo buscou experimentar linguagens, como lembra S1C (2017, informação verbal): “a gente teve vários debates para saber, por exemplo, se poderíamos falar em primeira pessoa. Mesmo que buscássemos trazer elementos que se confundiam com o que são as regras do bom jornalismo, a gente também queria essa liberdade da crônica ou do relato pessoal”.

A prerrogativa dos Carrancas em priorizar um conteúdo satisfatório para todos os membros, em detrimento de uma organização dinâmica, acabou, como cita S1C, “engessando” o coletivo. As reuniões dos grupos – fechadas, assim como as da MIC – ocorriam virtualmente, em geral. No começo, as discussões eram travadas via grupos de Facebook; após, o coletivo decidiu adotar, por questões de segurança, uma plataforma online chamada *Freedcamp*¹³⁷, com funções semelhantes às da rede social.

Na tentativa de manter a maior horizontalidade possível, aliado ao compromisso com a qualidade do que seria veiculado, os carrancas estipularam que todo o material disponibilizado em seu site deveria receber, no mínimo, dois votos favoráveis de membros do coletivo antes de ser postado. O critério gerou atritos, uma vez que as respostas demoravam a chegar e o *timing* de algumas matérias, por vezes, era prejudicado. Por conta desse atraso, algumas coisas deixaram de ser publicadas, lembram S1C e S2C.

A lentidão do processo fez com que os carrancas descartassem a votação mínima. Outro fator que contribuiu para essa decisão foi o arrefecimento das discussões de pauta no *Freedcamp*. “O que acontecia, às vezes, é que a S1C postava: ‘a gente tem essa matéria aqui’. E ninguém falava nada em uma, duas semanas”, lembra S2C (2017, informação verbal). O participante da pesquisa atribui o descompromisso pela falta de tempo dos membros e também porque a plataforma era virtual, o que poderia deixar de aproximar as pessoas. Para S3C, esse desinteresse é normal entre não-jornalistas: “depois de um tempo, isso começa a encher o saco, entendeu? Daí tem que ler o texto do cara... Eu não tenho problema porque eu sou jornalista e faço isso todo o dia, mas, assim, pra quem não é, isso é muito chato”.

Com o abandono do sistema de votações, o critério para subir matérias ao site passou a ser totalmente subjetivo, baseado, principalmente, na própria relação de confiança entre os membros. No

¹³⁷ Disponível em: <https://freedcamp.com/>. Acesso em 29 mai 2017.

entanto, essa adoção “começou a mostrar, ao longo do tempo, que esses olhares tinham divergências sobre o que era uma coisa que **poderia ser um problema ou não**, sobre o que é a nossa linguagem ou não, nossa personalidade ou não” (S1C, 2017, informação verbal, grifos nossos). Tal decisão acirrou as tensões internas do coletivo, especialmente na colisão entre valores morais e deontológicos, conforme trataremos na próxima subcategoria e, após, nos exemplos de dilemas morais.

4.3.2 Relações entre jornalistas e não-jornalistas

Neste tópico, serão abordadas as relações dos membros dos coletivos com os jornalistas – tanto os profissionais que fazem parte da Mídia Independente Coletiva e Carranca, como também de grandes veículos ou grupos similares aos nossos objetos de estudo.

S3M é um dos integrantes mais recentes da MIC. Ingressou em dezembro de 2016, quando conheceu um dos jornalistas do coletivo durante uma agressão a indígenas na Aldeia Maracanã. Naquele mesmo dia, já escreveu sua primeira matéria a respeito do caso. S3M (2017, informações verbais) esclarece que recebeu orientações, “até porque eu não sou jornalista, ele é”. As “diretrizes”, como o próprio denomina, se referem à linha política da MIC: evitar fotos de bandeiras de organizações e movimentos sociais “ideologizados por partidos, seja de esquerda ou de direita”.

Em outro exemplo, também cobrindo ocupações indígenas na Aldeia Maracanã, S3M comenta que publicou sua matéria e, em seguida, recebeu uma ligação de França.

tem um problema: a foto do cara [indígena] que você colocou. **A gente não cobre essa galera**, porque ele já cometeu um erro lá na Aldeia Maracanã. E aí os indígenas da ocupação, na tentativa de retomada, têm uma divergência ideológica. E a gente tá do lado da galera que tá mais independente. Então não vamos veicular esse cara (S3M, 2017, informação verbal, grifos nossos).

S1M comenta que os membros mais antigos, que estão há quase quatro anos no coletivo, possuem experiência suficiente para orientar suas próprias pautas. Essas práticas, eventualmente, são feita em

colaboração com outros grupos – S1M cita apoio que já recebeu de S1C, além de materiais fotográficos cedidos por S3C, ambos do Carranca.

Nesse sentido, coletivos tendem a atuar em conjunto em determinadas pautas, como a prisão de ativistas na Copa de 2014. Algumas divergências ocorrem, como exemplifica o cineasta no processo de ocupação da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, em 2013 – o Ocupa Câmara. Diversos ativistas conseguiram entrar no local escondidos. Um deles decide abrir um *streaming* – em seguida, cancelado, após uma discussão entre os sujeitos que estavam no local. “Se tivesse uma transmissão ao vivo, ia acabar comprometendo o processo. (...) Tinham ativistas que queriam que tivesse ao vivo o tempo todo. Tem uma galera que **gosta de aparecer** também” (S1M, 2017, informação verbal, grifos nossos).

Quando questionado sobre as relações entre a MIC e jornalistas de outros veículos, S1M comenta que elas são amistosas com os profissionais que cobrem conflitos de rua – “geralmente, vivem explorados pelos caras da redação”. Sua percepção é semelhante à de S4M discutida na primeira categoria, pois S1M (2017, informação verbal) também identifica uma corrupção de valores pelo lucro: “eles estão limitados pelo poder das redações, pelo interesse financeiro. E eles admitem isso. O cara fala ‘eu tô aqui pra ganhar o meu dinheiro, mas isso é uma vergonha. Eu sinto vergonha do que está sendo feito’” (S1M, 2017, informação verbal).

No caso do coletivo Carranca, as tensões entre jornalistas e não-jornalistas transpareceram mais claramente no discurso dos entrevistados. S2C (2017, informação verbal, grifos nossos) explica que as discussões tornaram-se mais proeminentes quando o sistema de votação para aprovar uma matéria caiu e todos passaram a ser editores:

como era um grupo muito heterogêneo, as pessoas divergiam. (...) E ainda tinha a S1C, que era jornalista, discutindo com cara que não era jornalista. Então ela tinha toda uma coisa da **ética jornalística**, o que devo falar, o que não devo falar, tenho que checar isso. Aí você fala com um cara que acha que não deve fazer isso. Aí f..., entendeu? Aí é briga.

S2C pontua que duas das maiores preocupações no Carranca estavam relacionados à checagem de informações e ao estilo do texto. S4C também cita o último ponto dizendo que costumava escrever

artigos longos, posteriormente editados em duas ou três partes. O não-jornalista menciona que já trabalhou em conjunto com S1C – este realizando entrevistas, enquanto que o primeiro buscava dados via Lei de Acesso à Informação e cruzava informações. A prática já era costumeira para S2C – no outro coletivo do qual faz parte, o Fórum sobre Medicalização da Educação e Sociedade, o não-jornalista extraía dados científicos para um público leigo.

No entanto, em outro momento da conversa, S4C (2017, informação verbal) explica que sua maior preocupação era construir uma boa argumentação para o texto:

Não é que eu discordava, mas eu não achava que fosse tão importante essa coisa de precisar da materialidade dos fatos. Tipo assim: ‘eu ouvi alguém falando isso’, ‘você tem certeza? Gravou? Filmou? Tem foto?’. Essa parte eu, como antropólogo, não tinha tanto fetiche. Apesar de mexer com dados e fazer extração, não era essa a minha grande pegada. Eu achava que o mais importante era um bom argumento para pensar a situação do que ter os dados que corroboravam para entendê-la.

A declaração de S4C é interessante à medida que se percebe, em outras de suas respostas, que o cientista social também está preocupado em veicular um material de melhor qualidade do que aquele propagado por outros coletivos – notoriamente, a experiência do Mídia Ninja sendo a mais citada pelos carrancas. Nesse sentido, pode-se inferir que S4C, ao dar menos importância para o papel das fontes, provas e testemunhas, não está, necessariamente, contrapondo-se à verdade, afinal, ele valorizou em outros momentos uma prática jornalística contextualizada e checada. Este parece ser um caso em que a ética para não-jornalistas pode ser pensada menos pela via deontológica, e mais teleológica, das virtudes (COULDRY, 2010, 2013), pois é precisamente o dever-ser, a obrigatoriedade de seguir determinadas técnicas que o cientista social coloca em segundo plano. Mas um princípio geral parece mantido – o cultivo da verdade –, já que a preferência de S4C por um “bom argumento” tem em vista o convencimento do leitor, ainda que foque menos na “materialidade dos fatos”, no singular¹³⁸.

¹³⁸ Por esse viés, os atos de jornalismo praticados por S4C tendem a contemplar mais o particular e o universal dos fatos. Adelmo Genro Filho escreve que, ao

Portanto, embora compartilhem de uma ideia comum, orientada para o “bom jornalismo” – aquele que não foi possível ser praticado enquanto estavam na Mídia Ninja –, os não-jornalistas do Carranca reconhecem que existe um dever-ser específico para o jornalista, o que é perceptível na fala seguinte, de S2C (2017, informação verbal, grifos nossos):

é que o trabalho de jornalista dá trabalho, entendeu, **não é uma coisa assim do tipo que você escreve e posta lá o que você acha**. Eu não sou jornalista, mas eu sei disso. Então acho que tinha um pouco, sim, esse conflito de você chegar e querer falar o que tá no seu coração – mas, na verdade, você precisava olhar o texto, ver o que tinha nele, o quê que era incongruente, e o quê que precisava ser revisado.

Essa percepção também parte dos jornalistas em relação às pessoas que não têm formação em jornalismo. S1C, por exemplo, traz essa perspectiva quando comenta sobre as colaborações que o Carranca recebe do público externo. Era frequente o material enviado por uma publicitária e ativista em direitos humanos, que cobria conflitos indígenas na Amazônia. O participante da pesquisa lembra que passou uma madrugada em contato com a colaboradora para identificar o nome de um cacique fotografado e acrescentar à legenda da imagem: “(...) isso é uma coisa que nem todo mundo do grupo tinha, esse tipo de preocupação. (...) porque nem todos têm formação em jornalismo. Não têm esse olhar de apuro, de detalhes de informação” (S1C, 2017, informação verbal).

Os contornos que demarcam uma deontologia própria do jornalismo são reforçados quando se questiona aos entrevistados a respeito das transmissões em *streaming* – ponto que será retomado na análise da categoria seguinte. S4C diz que não gostava da prática “porque tinha essa coisa de ficar falando”, e comenta que só participou duas vezes de um ao vivo. A justificativa salientada pelo cientista social é a crítica feita por S3C, ao se referir à popularização das transmissões em junho de 2013 durante os protestos:

jornalista, não cabe produzir uma tese sociológica, por exemplo, mas conectar os diferentes entornos de um acontecimento a partir de sua singularidade, que está relacionada à particularidade do contexto e aos valores universais.

(...) eu não gosto porque, bem, eu sou jornalista, e as pessoas que faziam, no geral não tinham essa formação, e não tinham o que ficar falando. É que nem rádio: você não pode “deixar silêncio” – só que as pessoas não “deixavam silêncio” falando um monte de baboseira. Então eu ficava meio irritado (S3C, 2017, informação verbal).

Nas respostas colhidas durante as entrevistas, podemos perceber que as motivações dos sujeitos estão fundamentadas em uma finalidade-última para as suas práticas. No caso da MIC, a democracia é citada mais de uma vez – seja em tom de crítica (a democracia que não chega a todos), seja como algo a ser alcançado (a democratização da notícia). O discurso dos carrancas, por sua vez, está mais pautado pelo objetivo de opor-se a um monopólio dentro dos próprios coletivos – trata-se de uma referência direta à projeção que Mídia Ninja recebia em 2013, e que é contestada pelos sujeitos entrevistados. Nesse sentido, o objetivo se assemelha à MIC, pois concerne à democratização da comunicação.

As tensões entre jornalistas e não-jornalistas existem e ocorrem no âmbito da ética. Considerando o material analisado, essa disputa está mais evidente no Carranca. É possível supor que os atritos existem com maior frequência porque os membros do coletivo reiteram em diversos momentos que prezam por um alto padrão de qualidade – o que é alcançado seguindo regras deontológicas do jornalismo, como a checagem da informação. Já na Mídia Independente Coletiva, as tensões giram mais em torno de uma prática que vise contrapor o discurso de grandes veículos – o que também é objetivo de Carranca, mas com menos destaque nas falas dos entrevistados. Um aspecto curioso a ser considerado na MIC é que os membros repudiam a ideia de uma linha editorial e falam em uma “linha política”. Um dos sujeitos participantes da pesquisa relata a orientação que recebeu de um jornalista do grupo para não fotografar atores sociais ou bandeiras ligadas a movimentos partidários. Nesse sentido, Mídia Independente Coletiva – cujos discursos de seus membros ressaltam valores democráticos – possuem uma cobertura específica focada em grupos autônomos. Esse aspecto será retomado adiante.

4.4 DILEMAS MORAIS

4.4.1 Transmissões ao vivo

A prática do *streaming* é comum entre os cidadãos que participam de coletivos, especialmente aqueles que têm como foco a cobertura de protestos e manifestações. Nos casos analisados, ela está mais presente nas rotinas da MIC do que no Carranca, embora o último também realizasse transmissões, esporadicamente.

Para S2M, o *streaming* é o aspecto mais interessante da MIC. Quando questionado sobre o porquê, respondeu: “veracidade. Ela tem o fervor, não tem corte. Essa imagem *glamourosa*, menos real, mais onírica, talvez, eu acho que está morrendo. As pessoas querem ver a coisa mais contundente”. A ênfase no real através do ao vivo foi criticada pela professora Sylvia Moretzsohn (2014, p. 171), em referência às transmissões popularizadas em 2013:

a defesa de uma transmissão sem edições, ‘no fluxo’, se baseia na ilusão de que não haveria filtros, quando o primeiro filtro, elementar, está no próprio lugar de onde se documenta qualquer cena. Quando a mídia tradicional atua desse jeito, recebe violentas críticas por espetacularizar os acontecimentos. Não caberia a mesma crítica agora, especialmente quando certos grupos mascarados produzem imagens impactantes em suas performances pirotécnicas?

No entanto, cabe salientar que o limite entre sensacionalismo e informação é uma preocupação discutida pelos entrevistados. A crítica de Moretzsohn (2014) é semelhante à de S4M (2017, informação verbal), que também identifica uma espetacularização em torno das imagens: “os vídeos e fotos tinham fogo, com milhares de curtidas, compartilhamentos. E não era isso – só que ficou ‘só isso’. O midiativismo, e a gente também, começou a ficar com uma coisa sensacionalista. E eu: ‘não é só isso o que importa! Por que que as pessoas estão na rua? O que está acontecendo?’”. Essa tensão fica ainda mais evidente no relato de S4C (2017, informação verbal, grifos nossos) sobre as reuniões do Carranca, quando jornalistas questionavam o tipo de cobertura que deveria ser realizado:

vira e mexe, você tinha, realmente, jornalistas do grupo que ficavam tentando entender: ‘afinal, que p... é essa desses anarquistas e black blocs?’ (...). E ficava nessa discussão, sobre como as pessoas que estavam fazendo essa cobertura iriam agir. (...) As votações aconteciam nesses momentos de tensões muito éticas: **‘e aí, vou filmar ou não vou filmar a pessoa quebrando? A gente vai publicar ou não vai publicar, sei lá, porque eu acho que aquela pessoa é um P2, eu vou tirar foto e vou mostrar achando que é P2?’**, sabe? (...) Aí você tinha pessoas que eram mais da ponta do movimento, que não eram nem jornalistas, e defendiam essa ação direta, essa proposta de derrubar os símbolos do capitalismo. Aí eles ficavam lá cagando as regras [sic] dos textos. **E você tinha os jornalistas, que estavam lá tentando falar: ‘não, não é esse o nosso papel. Nosso papel é registrar o que está acontecendo na rua, e não falar se essa ação é boa, legítima ou não’.**

No caso da MIC, a preocupação a respeito do que deve ou não ser filmado tem como principal critério a segurança dos manifestantes, aspecto ressaltado por todos os entrevistados do coletivo. S3M, por exemplo, enfatiza que seu compromisso inicial é com o sujeito que participa de protestos, e depois com uma boa foto. S1M faz a mesma ressalva, considerando que filmar um cidadão que incendeia uma lixeira, por exemplo, apenas por motivos estéticos, é uma prática proibida no coletivo, principalmente se ele puder ser reconhecido posteriormente por policiais que acessarem a transmissão.

Essa decisão é fruto das experiências anteriores da MIC, conforme atestam S1M e S2M. No início, a ideia era filmar o máximo possível: “tinha uma coisa mais espetaculosa, de ver as pessoas reagindo. Porque isso tem uma emoção, realmente, representativa. Mas as pessoas foram perseguidas, foram presas” (S2M, 2017, informação verbal). O entrevistado explica que não colocar o cidadão em risco, ao filmá-lo sem máscara, por exemplo, tornou-se um “código de ética dentro do midiativismo” (idem).

Nesse sentido, S1M (2017, informações verbais) explica que há um dilema ético entre “filmar tudo” – “a resistência popular deve ser realçada”, diz – e evitar certas práticas – “se eu filmar [uma pessoa que

pode ser identificada], estou fazendo uma covardia, contribuindo para que mais violência ocorra”. Quando questionamos qual seria o limiar entre essas duas posições, considerando que não existem regras rígidas que se aplicam a todas situações, o entrevistado reflete:

não existe nada pré-moldado. Acho que a ideia da regra é muito mais **a ideia de uma ética, do compromisso que você tem com o que é verdadeiramente humano, o que é verdadeiramente democrático**. É isso. O que seria verdadeiramente revolucionário na ideia de processo de ocupação e **democratização da mídia** (S1M, 2017, informação verbal, grifos nossos).

Nesta fala, S1M resgata o *télos* que fundamenta as práticas da MIC – o discurso sobre uma democracia possível. A posição de S1M é interessante à medida que se percebe uma orientação que permeia Mídia Independente Coletiva: existem princípios gerais que norteiam algumas das condutas dos membros, com certas especificidades – a segurança dos manifestantes, que recém citamos. Participar desses processos também requer valores, como a coragem, mencionada por S3M, necessária para aqueles que desejam filmar ao vivo na “linha de frente” dos protestos, próximo a policiais.

As práticas da MIC, a despeito da última diretriz sobre não mostrar indivíduos que possam ser identificados, parecem alicerçadas menos na deontologia do que em uma ética teleológica. Esse aspecto é realçado inclusive quando S1M explica que um dever-ser específico para cada dilema enfrentado nas coberturas ao vivo não é possível e que, portanto, a ideia de uma regra “é muito mais a ideia de uma ética”. Tal posição pode culminar em uma série de éticas pessoais, mas o entrevistado estabelece um limite – o compromisso com aquilo que é humano. Essa finalidade é citada também em outro momento:

na Greve Geral [paralisação que ocorreu no dia 28 de abril], nós ficamos ao vivo o dia inteiro, desde às 4h30 da manhã, (...) para cobrir coisas (...) muito além da ideia partidária, mas o que estava acontecendo mesmo. Da tiazinha que tomou tiro de bala de borracha porque estava fazendo bloqueio no aeroporto, esse tipo de coisa. Então esse compromisso com o ser humano (...) e esse

rechaço que nós temos ao processo corporativo, institucional, **ele naturalmente nos leva a um compromisso humanista**. A proximidade com o ser, isso difere [de outros veículos] (S1M, 2017, informação verbal, grifos nossos).

Nesse sentido, ainda que um “compromisso humanista” como *télos* soe por vezes vago ou mesmo amplo, podemos entender, pela fala do entrevistado, que essa finalidade se reflete na defesa de grupos socialmente vulneráveis por meio do cuidado com o outro. Esse aspecto também é realçado no exemplo que tratamos a seguir.

4.4.2 Relações com fontes

Para além das transmissões ao vivo, uma segunda situação nos permite refletir sobre a abordagem do cuidado com o outro presente na prática da MIC. Em 1º de abril, o coletivo lançou a videorreportagem “Um trem para Austin”,¹³⁹ produzida por S4M, S1M e S2M, com edição de um membro de outro coletivo.

A matéria conta a história de Matheus Ervandre, jovem, negro e morador do bairro Austin, em Nova Iguaçu, região metropolitana do Rio de Janeiro. O rapaz foi baleado com um tiro à queima-roupa por um policial militar, dentro de um vagão de trem, no dia 27 de janeiro de 2017. Estava acompanhado de sua namorada e um amigo – ela, por sua vez, carregava consigo um entorpecente e um cigarro de maconha. Sem motivo aparente, os três foram abordados por policiais entre as estações São Cristóvão e Central do Brasil, e tiveram as drogas apreendidas. Os demais passageiros foram liberados do vagão na estação seguinte, assim como Matheus e seu colega. No entanto, apenas o último deixou o local; Matheus quis permanecer com a namorada, que estava grávida. Ela foi levada até o final do vagão e permaneceu de costas, apenas ouvindo o que se passava. Nesse momento, Matheus foi agredido pelos policiais e, em seguida, executado.

S4M comenta que soube da morte do jovem quando leu um texto do advogado Rodrigo Mondego destacando que a repercussão do assassinato teria sido maior se ocorresse em um metrô, na Zona Sul do

¹³⁹ Disponível em: <http://bit.ly/2qPXIot>. Acesso em: 31 mai 2017.

Rio de Janeiro, com um casal de pessoas brancas. Pela falta de explicações que justificassem a abordagem – em depoimento, os policiais disseram que Matheus e sua namorada eram considerados “suspeitos”¹⁴⁰ –, S4M entende tratar-se de um caso de racismo.

Figura 3 – captura de tela da videorreportagem “Um trem para Austin”.



Fonte: <http://bit.ly/2qPXIot>. Acesso em: 31 mai 2017.

Para a confecção da matéria, foram entrevistados Gilmara Benedicto e Claudio Paredes, pais de Matheus, e os advogados Rodrigo Mondego e Mariana Rodrigues. Nesse sentido, algumas decisões foram tomadas sobre a montagem final do vídeo. Os integrantes da MIC optaram por ocultar, por exemplo, que Mondego também trabalha no gabinete do deputado Wasih Damous (PT-RJ): “a gente está aqui para contar a história da Gilmara; não estamos fazendo campanha para partido nenhum” (S4M, 2017, informação verbal). Na reportagem, o profissional é identificado com “advogado do caso Matheus”.

Outra edição foi realizada a partir de uma percepção dos membros do coletivo sobre Gilmara. Durante a entrevista, e em um contato posterior, S4M menciona que a mãe do jovem não identificou qualquer resquício de racismo na abordagem dos policiais:

¹⁴⁰ A informação é dita pelo advogado Rodrigo Mondego durante a videorreportagem.

você via uma mágoa da mãe (...) que, de alguma maneira, culpava a menina [namorada de Matheus] pela morte. E a gente tem que fazer todo um **trabalho psicológico** com ela. Não foi a menina que levou ele para o ‘mau caminho’, entende? (...) Quer dizer, ele teria grandes chances de morrer simplesmente pelo fato de ser preto, independente de estar no tráfico ou não (S4M, 2017, informação verbal, grifos nossos).

Os integrantes da MIC decidiram, portanto, suprimir algumas falas de Gilmara. Como salientam, a abordagem do caso precisou ser sensível aos próprios pais da vítima, para que não ficassem chocados quando assistissem o material. Era preciso apontar a problemática do racismo, mas de modo brando: “[a ideia era] mostrar o lado da vítima, quem ele era, para não ter essa criminalização. Tinha que tirar qualquer menção negativa à namorada no discurso da mãe e do pai, porque não era a namorada o problema” (S4M, 2017, informação verbal).

Quando menciona que foi preciso um “trabalho psicológico” com a mãe de Matheus, S4M se refere aos momentos pós-entrevista. É nessa hora que o midiativista está presente, diz: “não é fazer o vídeo e partiu, deixou. (...) Eu tinha combinado com ela [de encontrá-la no feriado do Dia das Mães] e vou lá, conversar, ficar um pouco. É o meu ativismo. Não vou fazer mais vídeos agora com a Gilmara, mas você também um trabalho de S4M, pessoa, cidadã” (S4M, 2017, informação verbal). A posição de S4M fica mais clara quando, em um momento anterior da entrevista, a colaboradora da MIC menciona que não conseguia fotografar protestos devido à intensa repressão policial: “é uma questão ética minha: eu não consigo exercer o fotojornalismo em situações de violência. É um *paparazzi* do mal, entende? (...) Eu tô ali, com a câmera, mas **eu sou uma pessoa**. Eu não tinha que estar fotografando. Eu tinha que estar ali impedindo” (idem, grifos nossos).

S2M, que participou da videoreportagem, se refere ao caso comentando que o midiativismo tem “certa liberdade” para atuar. Nesse sentido, as ações de S4M, especialmente no caso de Gilmara, parecem estar próximas de uma ética do cuidado. O relacionamento com a fonte estreita-se para além da matéria e cria um vínculo que não tem como finalidade obter a atenção de uma audiência, por exemplo, mas o cuidado com o próximo. Esta ética também preconiza a atenção para grupos socialmente vulneráveis, o que é o caso do documento “Um trem

para Austin”, que busca desvelar o racismo institucional da polícia militar contra jovens negros e periféricos.

Uma das críticas feitas contra essa corrente ética diz respeito a sua ênfase excessiva nas relações pessoais, o que pode tender para uma compreensão restrita dos juízos morais. No caso do jornalismo, esse destaque pode, em última instância, nos fazer perder de vista o horizonte do princípio da contradição. Tendo em vista a problemática, questionamos os entrevistados se eles consideram importante entrevistar fontes oficiais – ou seja, para além dos grupos sociais que normalmente são as suas fontes.

S3C, do Carranca, lembrou um caso em que esteve em dúvida se publicava ou não a matéria que denunciava uma escola estadual do Rio de Janeiro por falsear dados no seu sistema de educação sobre entradas, faltas e chegadas de funcionários. O objetivo era justificar uma futura terceirização dos serviços no colégio. S3C comenta que obteve uma planilha com essas informações, mas preferiu não publicá-la na matéria – o texto, contudo, apresenta o teor da denúncia. No entanto, o jornalista relata ter ficado em dúvida se postaria a matéria sem falar com alguém da escola, já que tentou entrar em contato com o diretor, mas não conseguiu retorno – o mesmo aconteceu com a secretaria regional de educação. “Então eu liguei pra SEEDUC [Secretaria Estadual de Educação] e eles me mandaram uma nota mequetrefe do tipo ‘a SEEDUC informa que está avaliando a situação internamente’. Aí eu falei ‘tendo isso, consigo colocar no ar, já que eu falei com o superior hierárquico dessa pessoa’” (S3C, 2017, informação verbal).

S3C menciona que o retorno dessas fontes oficiais para mídias alternativas é baixo, o que não justifica deixar de entrar em contato com elas: “eu acho que é mais honesto você colocar, mesmo que seja diante de gente que você não gosta, do que fazer de conta que eles não existem. É importante que você dê. O mais importante é sempre a pessoa desfavorecida, ela é que deve ser o seu foco – mas é sempre bom ter o lado oficial da coisa” (S3C, 2017, informação verbal).

Por outro lado, S1M (2017, informação verbal) infere que não há necessidade de entrevistar fontes oficiais – citamos como exemplos policiais e políticos, quando realizamos a pergunta – “porque as mídias corporativas já estão aí para fazer isso”. O participante da pesquisa detalha que Mídia Independente Coletiva não tem a prática de linkar materiais de veículos tradicionais no site do coletivo e tampouco são compartilhadas publicações dos jornais na página do Facebook. “O coletivo Mariachi faz isso: compartilha *O Globo* para contestá-los – mas compartilha. Nós não. Somos contrários a esse processo” (idem). S3M,

seu companheiro de coletivo, também não lembrou de nenhuma fonte oficial entrevistada, mas refletiu que eventualmente seria interessante considerá-las para evidenciar uma contradição: “talvez seja até uma autocrítica que a gente deva fazer (...) de colocar aquilo em uma perspectiva do povo, e em uma perspectiva que o Estado fala que é”.

SIC, por sua vez, diz que o coletivo não tem problemas em linkar para materiais externos ao site, mesmo que seja da grande imprensa. Em relação às entrevistas com fontes oficiais, SIC (2017, informação verbal, grifos nossos) comenta que elas acabam se tornando um diferencial em meio aos demais coletivos:

naquele momento que a gente entrou com o site, aquilo foi um *boom*. (...) Ninguém fazia aquilo. E isso criou uma marca que todo mundo sabia, e que quando queria saber mais, era lá que ia conseguir encontrar uma informação diferenciada. (...) Tipo: advogada ativista fulana de tal diz que vão ter pelo menos mais oito prisões, e eu confirmo isso junto de outro colega com uma fonte da Polícia Federal. **Ninguém confirma com a Polícia Federal**. As pessoas botam um *post* dizendo, desesperadas, ‘ah, vão ter mais oito’. Todo mundo se desespera, e aí é um *post* que viraliza. A gente, não. A gente grava entrevistas – nem que seja por *whastapp*, por áudio.

Ignorar a checagem da informação com fontes oficiais é uma prática que, por vezes, pode facilitar o erro jornalístico, mesmo que esteja em consonância com determinada linha política – no caso da MIC, a cobertura restrita a grupos autônomos justificaria “não dar voz” a policiais, no entendimento de seus membros. Ainda no relacionamento com as fontes, detalharemos algumas das autocríticas feitas pelos coletivos.

4.4.2.1 Erros cometidos

No dia 6 de fevereiro de 2014, uma manifestação no centro do Rio de Janeiro terminou em tragédia. Foi o dia em que o cinegrafista Santiago Andrade faleceu, atingido por um rojão enquanto cobria o protesto pela Rede Bandeirantes. Com base nos registros de câmeras de vigilância próximas ao local, dois manifestantes respondem pelos crimes de explosão e homicídio doloso triplamente qualificado.

S1M menciona esse caso quando é perguntado sobre algum erro significativo que a Mídia Independente Coletiva cometeu. À época, MIC consultou peritos e argumentou contra as provas apresentadas que incriminavam os dois jovens acusados. “Chegou ao ponto que nós quase perdemos a nossa credibilidade” (S1M, 2017, informação verbal).

Figura 4 – post da MIC sobre Santiago Andrade.

 **Mídia Independente Coletiva-MIC**
10 de fevereiro de 2014 · 🌐

O Cinegrafista Santiago de Andrade da Rede Bandeirantes teve a morte cerebral decretada. A Mídia Independente Coletiva - MIC presta sua solidariedade a família e cobra uma apuração verdadeiramente investigativa, que o processo não seja conduzido e manipulado por editoriais irresponsáveis e por um advogado que apresentou uma tese insustentável, que em verdade só ofende os ativistas e o Presidente da Comissão dos Direitos Humanos da ALERJ. Seriedade total nesse caso é o que exigimos.

Foto/reprodução da internet/arquivo de Santiago de Andrade



Fonte: <http://bit.ly/2u67uWK>. Acesso em: 31 mai 2017.

Dez dias depois, o coletivo lançou uma nota admitindo o erro de apuração. Questionamos S1M (2017, informação verbal) se ele atribuiu essa errata à descrença de MIC sobre consultar fontes oficiais:

nunca parei pra pensar nisso. Talvez sim. O fato é que as versões oficiais eram tão “fasescas” (sic) que a gente não acreditou que aquela versão oficial pudesse ser verdadeira. E nós buscamos apoio de peritos e tal, mas talvez a gente tivesse que ter entrevistado alguém mais de dentro da cancha, ter algum contato dentro da polícia, esse tipo de coisa – o que hoje em dia a gente até tenta ter.

Respondendo a mesma pergunta – sobre algum erro que já lembra de ter cometido durante sua prática –, S2M menciona que já compartilhou pela página da Mídia Independente Coletiva um vídeo antigo, quando pensava se tratar de uma transmissão ao vivo. O integrante preferiu lançar a errata nos comentários e não apagar a postagem. “É mais interessante pro público. (...) Você mantém a sua integridade ali. Porque se você apaga, você tá ocultando. E a nossa ideia não é ocultar” (S2M, 2017, informação verbal). Este último ponto permite observarmos uma breve aproximação com a ética de blogueiros, que atribui alto valor para a transparência com o leitor.

Em outro exemplo, S1C lembra de uma matéria escrita por dois não-jornalistas que deixou de ser publicada no site do Carranca. A pauta era sobre a morte de Gleise Nana, uma manifestante conhecida por denunciar publicamente agressões da Polícia Militar. Pelas redes sociais, corriam histórias de que o incêndio no apartamento de Nana fora criminoso, uma vez que a vítima estava sendo vigiada e perseguida por PMs. Mas essa era a explicação mais simples, lembra S1C. “E a gente nessa nossa ‘postura carranca’ de ‘não, ele [o redator da matéria] não vai dizer que ela foi morta pela PM. A gente vai ter que saber que história é essa’” (S1C, 2017, informação verbal).

Segundo S1C, o texto era bem escrito e estava dentro dos padrões jornalístico. Contudo, carecia de dados: tinha apenas uma foto do apartamento incendiado, sem entrevistas com delegado, Polícia Militar, o advogado de Gleise Nana ou os familiares. O teor da matéria, no entanto, apontava para um crime feito pela PM. “Ele não entendia por que ainda faltava coisa, se ele não conseguiu nada com as fontes”, diz S1C, citando que tanto o advogado como os familiares da vítima não quiseram se pronunciar. “Tecnicamente, não tá falando nada. É um projeto de notícia. Não é um relato da sua crônica sobre como foi tomar bomba na sua manifestação de ontem, que você achou que a polícia foi muito violenta” (S1C, 2017, informação verbal). Esse exemplo expõe,

novamente, as relações entre os jornalistas e não-jornalistas do Carranca. Há uma interferência direta dos primeiros sobre os últimos, especialmente porque o coletivo preza por uma alta qualidade na produção de suas matérias.

Outro erro cometido pelo Carranca está próximo daquele mencionado por S2M, ao compartilhar um vídeo antigo como se fosse atual no Facebook. S1C menciona que apurar os fatos “é uma preocupação que as redes sociais não têm”, o que se torna um trabalho necessário para esses coletivos. A jornalista lembra que o coletivo postou no Facebook uma arte sobre a morte de uma senhora, que teria sido intoxicada por gás em uma estação de metrô, após uma manifestação. Os carrancas tinham uma fonte no hospital em que a vítima estava internada, garantindo que ela faleceu. “Só que vários advogados ativistas, gente de ONG e manifestantes foram lá na porta. Alguns desses advogados tentaram apurar lá dentro e retornaram que, oficialmente, tinha sido um engano por conta de um nome, talvez homônimo. Só que isso levou horas” (S1C, 2017, informação verbal). O coletivo chegou a informar sobre a morte em sua página no Facebook, mas excluiu a publicação em seguida – porque não se tratava de um texto que poderia ser editado, mas de uma arte. Após, publicou a errata.

O caso demonstra, mais uma vez, a relação com fontes. S1C (2017, informação verbal) explica que foi contrária à publicação da arte, que já estava pronta: “eu falei: ‘a informação veio que ela morreu, mas a gente não tem uma informação oficial do hospital’”. S2C também relembra a história e menciona que a jornalista pediu para que a arte fosse excluída logo quando postaram. Para S1C, o fervor do episódio não está necessariamente relacionado à ânsia pelo furo jornalístico, mas por noticiar uma informação grave que outros jornais não dariam tanta atenção – o que parece consolidar, novamente, o imaginário do jornalismo visto como uma missão pelos integrantes dos coletivos.

4.4.3 Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros

A última categoria de análise não se trata exatamente de um dilema moral, mas de um exercício. Apresentamos aos entrevistados a última versão do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, de 2007, com o objetivo de estimular reflexões sobre as práticas jornalísticas, o conteúdo do documento e a sua adequação ou não no contexto dos coletivos.

Uma das primeiras questões que chamou a atenção dos entrevistados foi a defesa do diploma, presente no artigo 7º, inciso VII –

o Código foi formulado antes que a exigência deixasse de ser obrigatória, em 2009. S1C questiona quem é, hoje, um jornalista, e sugere, assim como S3M, da MIC, que esse ponto deveria ser revisto em uma futura atualização do documento. Para S1C, se a lógica vigente entende que todos são profissionais do jornalismo, então o código, em tese, deveria ser aplicado a cada cidadão. S3M (2017, informação verbal), por sua vez, pontua que a obrigatoriedade do diploma é “uma defesa corporativa que não faz o menor sentido”, argumento que S2M (2017) também concorda.

Outras questões foram unânimes entre os entrevistados: o sigilo da fonte, por exemplo, é considerado de suma importância por todos, inclusive para as suas próprias práticas no coletivo. A menção que o documento faz à liberdade de expressão também foi destacada – para S2M, por exemplo, como algo “óbvio”; S1C, por sua vez, coloca que a luta por essa liberdade ocorre com mais ênfase entre midiativistas do que em jornalistas de redação.

Em geral, o documento foi considerado demasiadamente amplo e vago em diversos pontos. S2M foi irônico ao considerar que o Código “é perfeito, como a Constituição” (S2M, 2017, informação verbal), assim como S2C (2017, informação verbal), que o resumiu a um “conto de fadas maravilhoso”. Uma exceção foi S3C, que elogiou a amplitude do documento por entender que normatizações não dão conta de situações específicas da prática jornalística. S1M, por sua vez, critica a falta de fundamentação em alguns pontos, como a defesa pela soberania nacional, presente no artigo 12, inciso VII. “Concordo, em tese (...), mas que soberania é essa? Isso tem que ser discutido” (S1M, 2017, informação verbal).

A isenção também foi um ponto discutido pelos participantes. S2M, por exemplo, desconsidera a existência da imparcialidade no jornalismo. S2C comenta que negar um comportamento isento no coletivo não é uma contradição com o dever à verdade. O entrevistado (2017, informação verbal, grifos nossos) articula melhor essa ideia quando menciona um exemplo:

eu acho que o grande problema do jornalismo brasileiro, de forma geral, é o discurso da isenção (...). O Mídia Ninja, por exemplo, é contra. **Só que eles fazem uma coisa que eu acho ruim também: se não existe isenção, a gente vai ser parcial. (...) Acho que você precisa reconhecer, porque isso faz parte da verdade, e o**

compromisso do jornalista é com a verdade, né. Então a verdade é: eu sou S2C, eu sou de esquerda, tenho pontos de vista específicos e isso vai transparecer no meu trabalho. Acho importante esse fato. Mas não quer dizer que eu, S2C, vou produzir matérias de esquerda defendendo pessoas de esquerda, e achando que a esquerda é a única solução. (...) Então eu acho que o grande problema da coisa da isenção é essa, porque incentiva a desonestidade.

Ao observar os incisos II e III do artigo 6º, sobre divulgação de fatos e informações de interesse público, S3C também critica um comportamento da chamada “mídia alternativa”: a dificuldade para apurar opiniões divergentes. Sylvia Moretzsohn (2014, p. 171) também tratou do tema, questionando a parcialidade dos coletivos como resposta à parcialidade de grandes jornais:

o ideário dos midiativistas condena a falaciosa defesa da imparcialidade da grande imprensa para sustentar uma proposta de ‘múltiplas parcialidades’: se a mídia instituída distorce, oculta, engana e até mesmo mente, então estaríamos autorizados a fazer o mesmo em sentido contrário – embora o façamos, como sempre, em nome da verdade. O resultado mais provável é que o público ficaria diante da opção de escolher entre uma incomensurável variedade de mentiras, embora o compromisso básico do jornalismo seja com o esclarecimento: sempre se estará diante de uma disputa de diferentes interpretações de um mesmo fato, mas o respeito aos fatos é essencial. Em suma, uma coisa é assumir de que lado se está, outra é ignorar o papel de mediador que todo jornalista precisa exercer. É uma questão ética fundamental, que não pode ser ignorada sob qualquer hipótese.

A questão da checagem, citada por Sylvia e que aparece no artigo 4º do Código, também foi destacada por S1C (2017, informação verbal): “generalizadamente, midiativista que não é jornalista não está subordinado a uma preocupação sobre fontes. (...) Ele é levado [a agir]

por impulso, porque aquilo ali é uma aberração e ele acha que tem que ser divulgado. (...) Eles não apuram, simplesmente replicam”.

Por outro lado, a questão da contradição foi apontada por S4C (2017, informação verbal) como uma autocrítica, ao mencionar as coberturas ao vivo realizadas pelo Carranca:

apesar da gente ir lá, conversar com os oficiais, comandantes, a gente nunca conseguiu ter esse contraditório nas narrativas. Acho que elas sempre foram muito mais pautadas dentro dessa visão de que éramos poucos e **tínhamos que dar voz aos oprimidos**, não aos opressores.

S1C discute um ponto semelhante quando comenta o artigo 12 do Código, sobre ouvir o máximo possível de perspectivas antes de divulgar um fato: “às vezes, a gente tenta falar com PM ou instituição para ter uma informação específica. Às vezes, a gente nem precisa porque a nota oficial já foi dada pela Globo. Então, a gente dá outra perspectiva”(S1C, 2017, informação verbal).

As transmissões via *streaming* também são criticadas por S4C a partir de outro aspecto: o sensacionalismo. “Acho que era uma ponte muito tênue (...) com o que as pessoas acham que é importante ser mostrado. Então às vezes começavam a deprender muito mais coisa porque estava uma mídia lá gravando. Tem certo ‘espetaculismo’ (sic), uma coisa de tornar um espetáculo a cobertura” (S4C, 2017, informação verbal).

S3M (2017, informação verbal), da MIC, ressalta a questão estética quando observou o artigo 7º, inciso V, sobre evitar incitação à violência, crimes e intolerância: “isso aqui talvez eu esteja de acordo (...). Eles alegam que você filmar um ato violento – violência objetiva –, galera queimando barricada, seria uma maneira de... sei lá, registrar isso seria algo de incitação à violência”. O mesmo inciso é comentado por S1C (2017, informação verbal): “alguns midiativistas fazem isso, eu acho, no seguinte sentido: existem algumas páginas que são consideradas mídias independentes e que vangloriam, por exemplo, uma manifestação que quebrou a p... toda e botou fogo no carro da polícia”.

O uso de câmeras escondidas, citado no artigo 11º, inciso III, foi enaltecido por S1M – “todos os meios necessários para a produção da notícia, desde que eles não prejudiquem (...) a pessoa” (S1M, 2017, informação verbal). S3M, seu companheiro de coletivo, comenta que já realizou filmagens escondido, “mas era dentro do interesse público”

(S3M, 2017, informação verbal). Um dos pontos do inciso também ressalta a proibição no uso de identidades falsas. S4C comenta que vários membros do Carranca não eram jornalistas e, portanto, não utilizavam crachá. Nesse sentido, “vira e mexe você consegue coisas de gente que não sabia que estava sendo num contexto de jornalismo” (S4C, 2017, informação verbal), diz, em tom crítico.

Quando questionados se o código poderia se aplicar ao coletivo do qual faziam parte, ou ainda se concordavam com o teor do documento, as respostas foram quase todas afirmativas. S2M identifica pontos em comum, como o sigilo de fontes, mas considera que o código, em sua maior parte, não é aplicável à MIC. S2C (2017, informações verbais, grifos nossos) analisa que, através do documento, é possível considerar o jornalista um “**ativista de profissão**” – “o fato de você divulgar uma informação oculta já é um ato político”. No entanto, o carranca observa que o caráter normativo do documento pode ser um “caminho para a censura, talvez”, embora ressalte que são necessários parâmetros mínimos para a prática jornalística. A defesa dos direitos humanos, em sua opinião, é o ponto essencial do jornalismo.

À exceção do artigo que defende o exercício do jornalismo apenas por profissionais, S3M está de acordo com o código, “principalmente a parte da ética. Eu vejo que as mídias alternativas **talvez tenham mais compromisso com isso** do que as mídias corporativas tradicionais. Não acrescentaria nada (...), só ampliaria o debate [sobre] para que serve o diploma” (S3M, 2017, informação verbal, grifos nossos). S1M também concorda com o teor geral do documento e S3C, do mesmo modo, considera que o código poderia ser aplicado às práticas do Carranca.

4.5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Durante as respostas dos entrevistados, esboçamos algumas análises breves. Neste subcapítulo, sistematizaremos as discussões a partir de nosso referencial teórico, tendo em vista 1) os valores morais mobilizados por não-jornalistas em atos de jornalismo; 2) uma ética que contemple não-jornalistas. É necessário pontuar que o intuito dos debates acerca dos resultados não visa comparar qualitativamente os dois coletivos, mas observar a pluralidade em ambos para pensarmos os pontos anteriormente elencados.

Inicialmente, podemos inferir que a “paixão” e a defesa por uma causa oriundos do ativismo transparecem nos discursos sobre as práticas dos coletivos analisados. Há períodos de intensa dedicação a

eles, embora a rotina esteja naturalmente limitada pelo tempo disponível de cada membro. As constantes “reuniões emergenciais” da MIC, por exemplo, sinalizam uma mobilização constante dos integrantes para resolverem conflitos, o que subjaz à ideia do jornalismo como um “missão” (TRÄSEL, 2013).

Ainda sobre as práticas da Mídia Independente Coletiva, foi observado que a ética do cuidado está presente nas práticas do coletivo. Isto ocorre tanto na escolha das pautas a serem trabalhadas – a cobertura de grupos socialmente vulneráveis, majoritariamente –, como na intervenção direta dos membros sobre as fontes. O exemplo de S4M sobre Gilmara evidencia uma preocupação que supera a relação jornalista-fonte. S1M, S2M e S3M também salientaram em diversos momentos suas preocupações com manifestantes, seja pela sua segurança física, seja porque poderiam ser identificados e criminalizados por alguma outra filmagem. Os três disseram que saem de sua posição como “mídiaativista” e conversam com manifestantes, sugerindo a adoção de máscaras, por exemplo. Pode-se argumentar que esse cuidado é antes uma questão política e tática do que propriamente ética ou aplicada ao jornalismo – no entanto, defendemos a última opção primeiramente porque ética e política não são dissociadas, e segundo por conta de uma preocupação dos integrantes da MIC que eles próprios filmassem, sem intenção, o rosto dos participantes de protestos; seria através do material deles, portanto, que os sujeitos poderiam ser criminalizados.

As preocupações expressas pelos membros da MIC estão próximas daquelas que os pesquisadores Mariano Ure e Martín Parselis (2010) esboçam para o que chamam de “jornalismo cidadão”: muitos dos que realizam essa prática estão interessados em humanizar a sociedade, o que nos leva a ações movidas por princípios gerais, e não específicos, de uma profissão. Nesse sentido, o próprio cuidado, por exemplo, é uma ética que não está alicerçada na deontologia – embora não a negue –, mas, sim, contemplada pela ética das virtudes, como vimos no capítulo anterior – não significa dizer que ela não pode ser aplicada aos valores morais do jornalismo, mas que a virtude do cuidado é cultivada com a finalidade de alcançar o *télos* do florescimento, em detrimento da “obediência” a uma lei moral e deontológica.

Outro exemplo nos leva a pensar essa relação, quando S3M infere que é preciso ter “coragem” para ser mídiaativista e cobrir protestos, estando na linha de frente das manifestações, próximo à polícia. A coragem, por si, não é um valor deontológico da prática jornalística, mas uma virtude – no entanto, a última desdobra-se em

valores morais, que podem coincidir com a deontologia. Joseph Pulitzer (2009), por exemplo, diz que o jornalista experiente desenvolve uma “coragem moral”, no sentido de tomar decisões – enquanto editor, por exemplo – que contrariam a opinião pública. O entrevistado possivelmente se referia à coragem no seu aspecto mais físico, o que Pulitzer (idem, p. 15) também cita – “expor o corpo sem temor aos ferimentos e à morte”. No entanto, esta não seria dispensável ao jornalismo, a nosso ver: de fato, é preciso ter coragem para enfrentar, enquanto um cidadão sem crachá de jornalista, a violência policial, a fim de obter algum flagrante, por exemplo. Sandra Borden (2007) também infere que a coragem, ao lado da justiça e da honestidade, são virtudes necessárias para uma boa relação entre jornalistas e fontes.

A coragem moral também é uma virtude presente nos discursos dos integrantes de Carranca, embora eles não a tenham dito nominalmente. É possível perceber esse aspecto na discussão que os entrevistados realizam entre proclamarem-se um coletivo de jornalismo ou um movimento social. A escolha da primeira opção ocorre quando os integrantes afirmam que a isenção não é possível, mas a parcialidade tampouco é uma resposta. Nesse sentido, a fala de S2C (2017, informação verbal), um não-jornalista, expressa a coragem moral da profissão ao inferir que é preciso “contrariar ideologias”: “acho complicado você querer ser um blog de notícia de esquerda ou direita, porque aí você entra na coisa do *real politik*, e eu acho que o jornalismo não pode ser isso”.

Também foi possível observar alguns “embates” entre valores morais quando, por exemplo, S4M explica que é preciso “sair” da sua personagem fotógrafa e resgatar os seus valores como “cidadã”. Ser ativista é “ter valores”, diz o participante, o que sugere, inclusive, uma ética própria do ativismo. Desse modo, a discussão clássica do jornalismo sobre valores morais pessoais do jornalista-cidadão e valores morais deontológicos do jornalista-profissional, de certa forma, também perpassa o contexto do “mediativismo”. No entanto, isso ocorre de forma mais fluida e transparente, como é a ênfase na relação com as fontes preconizada pela ética do cuidado.

Por outro lado, os valores morais do cidadão também podem implicar erros em um ato de jornalismo. Esse aspecto foi realçado principalmente por jornalistas, o que sugere uma atualização das “disputas éticas” entre profissionais e não-jornalistas, como atestamos no primeiro capítulo, mas dessa vez aplicada ao contexto dos coletivos. Em diversas passagens, S1C e S3C, do Carranca, mencionaram que

práticas como checagem de informações e consulta a fontes oficiais são ignoradas.

Justamente por conta dessa expertise, Carranca fundamenta-se menos em um ativismo e mais como uma prática jornalística tradicional, ao nascer em uma espécie de “oposição” ao monopólio da Mídia Ninja e suas práticas limitadoras. A ideia do jornalismo como uma prática social, a partir da base teórica do filósofo Alasdair MacIntyre (2001), parece encontrar esforços nos carrancas, uma vez que há exigências altas para conteúdos com qualidade – o que, por vezes, engessou o próprio grupo. Portanto, o coletivo nasce a partir de uma tensão entre deixar de ser um ato de jornalismo – pois Mídia Ninja, àquela época, limitava-se a transmissões ao vivo e “post-reportagens”, como menciona S1C1. Dentre as características que elencamos para os atos, entendemos que, neste contexto anterior, eles se configuram justamente porque são apenas uma “parte” da narrativa, focadas no testemunho e sem maiores cuidados éticos em relação ao próprio conteúdo do que era filmado – este último ponto é dito por S1C, em entrevista.

Essa transição não é feita sem percalços. Podemos considerar, portanto, que Carranca está próximo de uma deontologia do jornalismo, aspecto um tanto previsível se considerarmos que dois jornalistas profissionais do coletivo foram entrevistados. Por outro lado, é interessante observarmos que os não-jornalistas do grupo não apenas reconhecem valores básicos da profissão, como a fala anterior de S2C atesta – o que pode ser fruto de discussões internas com os profissionais –, como também reconhecem a especificidade deontológica da profissão. Talvez não tenha sido à toa que Carranca “engessou”, pois, conforme diz S2C, ser jornalista “dá trabalho; (...) não é uma coisa que você escreve e posta o que acha”. Precisamente por terem noção dessa dimensão, e discutirem exaustivamente o que deveria ir ao ar ou não, os conflitos entre os membros tornam-se mais acirrados. Há, portanto, um embate entre valores deontológicos realçados por jornalistas alguns não-jornalistas, e valores morais pessoais de membros que possuem outras profissões. Um exemplo está na entrevista de S4C (2017, informações verbais), quando o antropólogo explica que “não tinha tanto fetiche” pela “materialidade dos fatos” – ou seja, dados que comprovassem o argumento de uma matéria. A preferência de S4C residia em construir textos mais reflexivos, embora ele não discordasse dessa prática. Este parece ser um caso em que a metaética da pluralidade nos auxilia a pensar uma diversidade de práticas jornalísticas que não perdem do horizonte valores comuns entre jornalistas e não-jornalistas.

Nos dois coletivos, foi possível também identificar um alto valor atribuído à independência o que, no caso da MIC, transforma-se em uma “linha política” que visa cobrir lutas de grupos autônomos, sem vínculos partidários. Apesar de ter uma clara orientação para a democracia, esta não parece ser a mesma esboçada por Ward (2015). No caso do teórico norte-americano, as únicas práticas de jornalismo que não têm espaço em um ambiente democrático são aquelas que promovem ódio contra grupos sociais minoritários – atos de jornalismo que estimulam o racismo e a xenofobia, por exemplo. Para a MIC, há orientações em relação à proibição de coberturas de grupos partidários e que não são autônomos. No entanto, em “Um trem para Austin”, uma das fontes trabalhava diretamente no gabinete de um deputado – o que não foi nomeado no vídeo. Ou seja, a restrição não é um impeditivo para a participação desses atores ligados a partidos no grupo – a diferença é que o último aspecto não será destacado.

Nesse sentido, MIC pratica uma espécie de jornalismo de “nicho”, pois cobre lutas específicas. Por outro lado, ela também está amparada em valores universais, como a democracia e o compromisso humanitário com o outro, o que apontam para o *télos* do florescimento humano. No contexto das falas de seus integrantes, podemos considerar que a Mídia Independente Coletiva pratica atos de jornalismo ligados a uma finalidade teleológica e que, portanto, está baseada nas virtudes, e não no dever-ser. Seria a “ética da motivação” que Ure e Parselis (2010) citam como um caminho possível para pensarmos em valores possíveis a não-jornalistas – uma ética mais geral, portanto. A dupla de pesquisadores entende que a ideia de um “dever-ser” soa como imposição à liberdade de expressão, para estes atores, o que foi comprovado em algumas falas de S1M e S2M – que consideram a ideia de uma “linha editorial” algo próximo da censura – e também de S2C, do coletivo Carranca, que ficou dividido sobre o código de ética dos jornalistas, considerando que é preciso criar parâmetros, mas não excessivamente normativos.

Uma das possibilidades para a maior abertura das discussões sobre uma ética para não-jornalistas envolve a educação (CHRISTOFOLETTI, 2014). Nesse sentido, é interessante destacarmos que os próprios não-jornalistas já realizam oficinas, como informou S1M, com conteúdos que perpassam desde conhecimentos sobre edição, a lógica estrutural de funcionamento do coletivo e uma leitura crítica da mídia. No Brasil, algumas outras iniciativas também realizam trabalhos do gênero, como a ONG internacional WITNESS, que disponibiliza materiais para ativistas que cobrem direitos humanos e situações de

violência. O site da organização reúne guias¹⁴¹ que incluem cuidados éticos – como obter consentimento de imagem, por exemplo, ou como conduzir adequadamente entrevistas – e técnicos – dicas de filmagem. Essa discussão tende a aumentar conforme cada vez mais pessoas passam a atuar ativamente, de algum modo, com conteúdos relacionados ao jornalismo.

As possibilidades para a construção de uma ética entre jornalistas e não-jornalistas parecem mais promissoras por uma aproximação teleológica – mas isso, no entanto, não pode inibir normas mínimas da deontologia. Nestes casos, corre-se o risco de que erros aconteçam com maior frequência. O princípio da contradição, caro ao jornalismo, é um dos que costumam ser esquecidos, normalmente às custas da defesa por uma causa. Nesse sentido, foi interessante percebermos que alguns discursos dos entrevistados renegavam valores do jornalismo, pois associavam a palavra apenas a veículos tradicionais – o que, normalmente, é sinônimo de manipulação, para os participantes da pesquisa. Essa rejeição foi explícita quando questionamos como cada um definia suas práticas. Apenas um não-jornalista – S3M, da MIC – fez referência ao jornalismo, considerando que exercia “jornalismo crítico”, além de S1C, que é profissional. Os outros, por sua vez, traziam ideias como midiativismo ou mídia alternativa – no entanto, quando indagados acerca dos valores que balizavam essas práticas, existia uma coincidência entre alguns valores enunciados pelos entrevistados e valores deontológicos do jornalismo. Ou seja: verdade, defesa dos direitos humanos, respeito às fontes, sigilo. Isto não significa que todas as práticas dos não-jornalistas coincidem com as dos jornalistas, mas que os primeiros fundamentam valores próprios, na tentativa de se distanciar do jornalismo dito hegemônico, e reforçam, desse modo, valores clássicos do jornalismo. Não à toa, S1C diz que “para alcançar a ética jornalística, você tem que ser ativista”, e S3M, ao analisar o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, conclua que “as mídias alternativas talvez tenham mais compromisso com isso [a ética] do que as mídias corporativas tradicionais”.

De forma geral, pode-se observar que há um fundamento em comum nas práticas dos dois coletivos, normalmente orientados e motivados por ideias como a democratização da comunicação e a cobertura de grupos socialmente vulneráveis. A ética jornalística mostra-se algo difícil de ser implementada para não-profissionais, ao

¹⁴¹ Disponível em: <http://bit.ly/2aIQ9KV>. Acesso em: 2 jun 2017.

menos em uma abordagem vertical, de cima para baixo, pois tende a ser vista como um cerceamento à liberdade de expressão. Nesse sentido, se quisermos discutir questões importantes para a prática de um jornalismo virtuoso, como a necessidade de evidenciar as contradições de um fato, talvez uma abordagem que permita refletir sobre o que melhor contribui para a democracia e para a nossa sociedade soe mais promissora. Essa questão, inclusive, não deixa de passar por ensinamentos nas escolas acerca das possibilidades tanto de uma leitura crítica da mídia, como do agir ativo daqueles que pretendem praticar atos de jornalismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Refletir sobre a ética em uma atividade é, além de um tormento pessoal, um exercício de afastamento de uma prática imediata, de complexificação da moral profissional e de inscrição da profissão na contemporaneidade, com as previsíveis complicações de tal tentativa (KARAM, 2014, p. 77).

Neste trabalho, buscamos sinalizar alguns caminhos a fim de compreendermos uma ética possível para não-jornalistas que praticam atos de jornalismo. Não significa que estes atores deveriam estar subordinados a uma deontologia, o que compete somente a grupos profissionais. Mas, uma vez que cidadãos organizados em coletivos passam a praticar atos de jornalismo com uma frequência maior do que há duas ou três décadas atrás – aspecto facilitado, em parte, por tecnologias que simplificam o processo de distribuição da informação –, questões éticas tornam-se proeminentes acerca de como pensar essas ações: elas se configuram como jornalismo? Há sentido em “cobrar” responsabilidades de quem não é um jornalista? Qualquer prática é válida por si mesma por ser uma expressão de liberdade?

Partimos de alguns pressupostos que visaram responder minimamente a essas complexas questões, para balizarmos um critério mínimo que nos permitiria entender um objeto de estudo situado às bordas do jornalismo. Entendemos que o jornalismo é uma prática social, no sentido de que a sua definição se dá antes pelo processo jornalístico do que por quem o exerce. Esta assunção contraria, em alguma medida, o próprio processo de profissionalização da atividade, que se fundamenta na identidade do jornalista como um sujeito ético e desmoraliza atores externos. Não significa que estamos sendo contrários à ética como um aspecto crucial do jornalismo – pelo contrário. O que entendemos é que a prática jornalística é um processo aberto, no sentido de que ela independe do estatuto profissional de quem participa dela.

É possível que pareça contraditório inferirmos que o jornalismo se define por sua ética – pois partimos dessa constatação ao entendê-lo como uma prática social virtuosa. A defesa da ética jornalística como a variável que “separa” jornalistas e não-jornalistas pode servir de argumento moral apenas para deslegitimar as ações do segundo grupo.

Buscamos não partir desse ponto de vista em nossa análise. A ideia, aqui, é inferir que enquanto uma prática social, no sentido do conceito trabalhado por Alasdair MacIntyre (2001), o jornalismo está necessariamente subordinado a um padrão de exigência ética para ser plenamente realizado. E, de fato, a educação formal em universidades, o ensino da ética e de técnicas específicas da área tende a reforçar que jornalistas estão mais próximos de cultivar as virtudes para uma prática social jornalística – a despeito de inúmeras críticas direcionadas aos profissionais.

No entanto, essa constatação deve ser vista com cautela. Dizer que jornalistas tendem a ser “mais éticos” significa apenas inferir que eles possuem um compromisso que é próprio de qualquer profissão – um dever-ser. Ou seja, estes profissionais não são “mais éticos” em um sentido amplo do termo; eles tendem a estarem mais próximos de uma ética jornalística, que possui valores específicos e, portanto, deontológicos. Por outro lado, é verdade que estes valores não deixam de ser morais e, portanto, não estão apartados da sociedade, de relações de poder, de classes, raça, gênero, aspectos subjetivos, psicológicos, e assim por diante. Mas é preciso, ainda assim, superar a ideia de que a ética do jornalista é a ética do cidadão, aspecto já amplamente discutido. Ela não deixa de ser a ética do sujeito, evidentemente, mas isso não o inibe de compromissos próprios com a sua profissão.

Nesse sentido, se tratamos anteriormente de uma “expansão” da prática jornalística para além do sujeito profissional, e se defendemos a ética como uma variável que compete exclusivamente à profissão, como poderíamos refletir sobre uma “abertura” dessa própria ética? Reiteramos, ao longo da dissertação, que não se trata de “cobrarmos” os mesmos compromissos deontológicos de um jornalista com um não-profissional e tampouco rejeitar essas formas como “antiéticas” ou não-jornalísticas. Isso acaba, inclusive, dificultando um parâmetro para avaliar os valores morais dos não-jornalistas: devemos compará-los com os deontológicos? Já não estaríamos assumindo, por esse viés, que o “correto” seria que tais valores fossem como os de jornalistas?

Esta foi uma das dificuldades da dissertação. Nesse sentido, o caminho que encontramos tanto para fundamentar essas práticas, como para refletir sobre elas, foi a ética das virtudes. Mas é necessário sustentar que essa escolha não se opõe à deontologia e aos deveres – trata-se menos de uma diferença de conteúdo e mais de forma; é mais sobre encontrar um *télos* em comum, ou alguns valores mínimos, do que a obediência a normas específicas. A ética radical de mídia, proposta por Stephen Ward, também é conceito central deste trabalho, pois toma

como inspiração a ideia de uma ética “compartilhada” por jornalistas e não-jornalistas, tendo como finalidade-última o florescimento humano, em alusão à tradição aristotélica.

Em nossa análise, conseguimos identificar alguns valores morais comuns a jornalistas e não-jornalistas. Aliás, a participação dos primeiros não estava prevista no *corpus* da pesquisa; contudo, entrevistá-los enriqueceu a análise e possibilitou observarmos as diferentes relações estabelecidas entre os dois grupos de atores. Neste sentido, pelas respostas dos entrevistados do coletivo Carranca, foi possível perceber algumas tensões das práticas oriundas dos profissionais. Um exemplo é a discussão sobre a pauta da morte de Gleise Nana, que não foi postado no site do grupo. O jornalista S1C considerou o material, que foi apurado por não-jornalistas, um “projeto de notícia”. Os sujeitos que participaram deste processo, por sua vez, não entendiam, segundo S1C, o que estava errado com sua investigação, que não tinha fontes ou dados concretos para aferir que a manifestante Gleise Nana fora assassinada pela polícia. Essa tensão também parece perpassar o desejo de S1C em ultrapassar a prática do ato de jornalismo – ou seja, do mero testemunho, que prescinde de uma apuração mais rigorosa. S3C, o outro jornalista do grupo, também parece se incomodar com práticas de outros coletivos formados por não-jornalistas, como a falta de checagem das informações e as transmissões ao vivo de protestos por pessoas que não sabiam o que falar durante as longas horas de cobertura.

Por outro lado, não-jornalistas demonstram reconhecer, em certos momentos, as normas deontológicas do jornalismo e nem sempre se opõe a elas. Se em alguns casos, as entrevistas com fontes oficiais são negadas porque dariam “voz ao opressor”, como sinalizam S1M e S2M, por outro, S3M salienta que ouvir a ouvir fontes “do Estado” pode destacar uma contradição social. O último aspecto também é corroborado por S2C, que se mostra contrário à ideia de neutralidade e isenção, mas discorda que essa tomada de posição signifique ser parcial, no sentido de “defender” apenas um lado da história.

O papel desempenhado por jornalistas dentro de coletivos, e os discursos de não-jornalistas a respeito desses profissionais, sinalizaram para um entendimento de que há competências específicas destes sujeitos. É o caso de S2C, quando diz que ser jornalista “dá trabalho”. Por outro lado, este mesmo reconhecimento de valores deontológicos do jornalismo por não-jornalistas também é colocado em segundo plano – como S4C, por exemplo, que diz preferir construir um texto argumentativo do que ater-se à “materialidade dos fatos” –, o que pode

indicar a metaética da pluralidade como um caminho viável para compreendermos a construção de uma ética “comum” a estes atores. Ou seja: admite-se que há um compromisso final do valor deontológico – no caso do exemplo de S4C, estar atrelado à “materialidade dos fatos” significa buscar fontes que comprovem uma informação, o que remete à ideia de verdade –, mas que esse *télos* também pode ser alcançado por outros meios. Portanto, a ética das virtudes, fundamentada na metaética da pluralidade é um sinal possível para essa construção, o que parece ser reforçado quando não-jornalistas, como S2C e S1M, se referem a ideia de um código de ética como algo, por vezes, associado à censura ou engessado a normas.

A diversidade de respostas dos sujeitos é um aspecto positivo e negativo do trabalho. É falho, pois demonstra as limitações de uma entrevista em profundidade, que não consegue identificar padrões de comportamento e números quantitativos. Nesse sentido, os resultados da dissertação devem ser relativizados e apontados apenas como indícios possíveis.

Por outro lado, é também positivo, pois ainda que com apenas oito entrevistados, nos pareceu possível captar uma relativa complexidade de ideias entre os sujeitos, inclusive dos que participavam do mesmo coletivo. É o caso de alguns ex-membros do Carranca, não-jornalistas, que debatiam valores com os profissionais – a tensão entre elogiar ou não a atuação de black blocs ao invés de apenas fotografá-los, o que poderia, supostamente, incitar a violência, na opinião do último grupo. Por outro lado, outros não-jornalistas do coletivo alinhavam-se aos jornalistas, ao menos em certos aspectos, como é o caso de S2C, favorável à checagem de informações, e S4C, que critica o tom sensacionalista de transmissões de protestos, por vezes prezando excessivamente apenas seu teor estético. Essa aproximação com valores deontológicos corrobora nosso entendimento de que um pluralismo ético é viável, mas também sugere que determinados não-jornalistas, de fato, estão dispostos a seguir regras deontológicas do jornalismo.

Já os membros da MIC demonstraram em suas respostas – especialmente nas de S1M e S2M – um entendimento algo “romântico” acerca do jornalismo: uma atividade artesanal, marcadamente ativista, em que o sujeito está “disponível” 24h para a notícia e precisa resolver conflitos urgentemente. Por outro lado, essa visão não coaduna com uma prática básica do jornalismo, que é o princípio da contradição – alguns casos relatados pelos integrantes sugerem a descrença em fontes oficiais, por exemplo, e um foco específico em coberturas políticas. A nosso ver, isso não torna a prática de MIC “antiética” – trata-se apenas

de uma discordância com valores deontológicos. Desse modo, está mais próximo de um ato de jornalismo do que do jornalismo em si, que exige certos padrões de conduta. Ambos, no entanto, são práticas sociais válidas e que poderiam existir em conjunto dentro de uma ética radical, por exemplo.

Discutimos no segundo capítulo da dissertação que os valores deontológicos do jornalismo também são morais, no sentido de que são frutos de seu tempo. É a ética, precisamente, quem interroga sobre estas mudanças. Há uma constelação de valores presentes nas práticas jornalísticas, embora, pela comparação de diferentes códigos normativos, como salientamos, existem valores-base comuns. Essa constatação, que parte de um documento de caráter deontológico, pode nos levar a refletir sobre uma ética de cunho mais amplo. Uma ética que consiga construir um *télos* em comum para jornalistas e não-jornalistas, tal qual o programa delineado por Stephen Ward (2015). Essa construção, evidentemente, não ocorre de uma hora para outra; trata-se, inclusive, de uma transformação ambiciosa que perpassa aspectos culturais, no sentido de sociedade orientada para um “bem comum”, como propaga a ética das virtudes. Nesse sentido, ações mais pontuais são uma alternativa pragmática, mas que podem ser eficientes a longo prazo: a educação em escolas é uma possibilidade não somente para a leitura crítica da mídia, mas aos usos responsáveis de quem deseja praticar um ato de jornalismo.

Portanto, respondendo ao objetivo geral da dissertação, que buscou construir uma reflexão acerca das possibilidades para uma ética do não-jornalista, podemos inferir que a ética teleológica parece ser um caminho mais palpável para que estes atores orientem suas ações a um *télos* comum. Não apenas porque se trata de uma ética menos “engessada” do que a deontológica, no sentido de que esta cobra deveres do indivíduo, o que é visto como um cerceamento à liberdade de expressão dos não-jornalistas, como S1M, S2C e S2M. Mas também porque as discordâncias observadas entre as práticas destes atores em relação aos jornalistas ocorrem em aspectos mais específicos, de modo que poderíamos, de fato, tratar de uma ética que unisse profissionais e não-jornalistas a partir de um norte que aponte para o florescimento humano. Membros da MIC, por exemplo, buscam cobrir grupos socialmente vulneráveis, o que nos remete à ética do cuidado aplicada ao jornalismo. Por vezes, também saem de seu papel de “mediativista” e aproximam-se das fontes buscando cuidá-las – como o caso de S4M durante as filmagens do documentário “Um trem para Austin”, ou de S1M e S3M, que intervêm em manifestantes feridos ou que possam ser

identificados e, conseqüentemente, criminalizados por alguma filmagem. Este compromisso com um *télos* em comum também transparece nas referências de S1M e S2M em relação ao compromisso humanitário de suas práticas, o que remonta à própria ideia de florescimento. Nesse sentido, as discordâncias se dão menos nas finalidades-últimas das ações e mais em casos pontuais, que competem ao dever-ser profissional – ignorar fontes que permitam o contraditório, por exemplo.

No caso do coletivo Carranca, a ideia de um jornalismo virtuoso é aplicável à medida que o coletivo exige para si padrões éticos de qualidade como uma forma de praticarem aquilo que não conseguiram enquanto estavam na Mídia Ninja. Esta é basicamente a tensão que buscamos evidenciar no primeiro capítulo entre atos de jornalismo e jornalismo. É possível sugerir que o papel desempenhado pela jornalista S1C na construção do grupo tenha um significado à parte nessa “transição” de um ato de jornalismo para um jornalismo virtuoso, no sentido de “impor” padrões deontológicos por meio de discussões internas. Por outro lado, as respostas de S2C e S4C também apontam para uma insatisfação nas práticas jornalísticas de Mídia Ninja, de modo que o conflito com os valores morais deste último grupo são anteriores à própria constituição do Carranca. Portanto, é possível inferir que os dois não-jornalistas reconhecem por si os valores deontológicos do jornalismo, a despeito do papel que jornalistas desempenham no grupo.

Finalizamos a dissertação trazendo algumas considerações a respeito do trabalho. Como já dito, uma de suas lacunas, e talvez a mais significativa, é a questão metodológica. Deve-se levar em consideração que o baixo número do *corpus* não nos permite generalizar respostas e tampouco torná-las representativas, ainda que estejamos tratando de um universo muito específico – os não-jornalistas que fazem parte de coletivos nomeadamente “mediativistas”. Do mesmo modo, a própria metodologia também é criticável em relação aos resultados alcançados. Entrevistados normalmente tendem a responder aquilo que o pesquisador pode desejar ouvir – o que pode se tornar ainda mais proeminente em um tema como a ética, em que os respondentes podem se sentir tentados a não parecer “imorais”. Por outro lado, podemos afirmar que muitas das respostas mais interessantes foram ditas quase ao final das entrevistas, quando os sujeitos já estavam mais à vontade.

Neste sentido, um desdobramento esperado a partir da dissertação é a realização de pesquisas do tipo em um nível mais amplo, com maior número de coletivos ou mesmo de não-jornalistas que colaboram com veículos. A questão metodológica também pode ser

retrabalhada para melhor captar, na medida do possível, reflexões éticas dos sujeitos.

Um dos desafios desta pesquisa foi a tentativa de não reduzi-la somente a um trabalho descritivo – ainda que a descrição e organização das informações dos entrevistados constituam boa parte de nossa análise e sejam, inclusive, fonte principal de nossas reflexões. Tentamos buscar em autores como Christofolletti (2014), Ward (2015) e Couldry (2010, 2013) a sinalização de alguns caminhos possíveis para pensarmos uma ética “expandida” do jornalismo. O tema, no entanto, ainda é insipiente e carece de maiores debates acadêmicos.

Desse modo, esperamos contribuir para uma maior abertura nas discussões sobre o tema, conscientes de que a ideia de uma ética radical de mídia pode soar, por vezes, demasiadamente irreal ou impraticável para jornalistas e não-jornalistas. Contudo, o cerne da ética aponta justamente para um projeto de humanidade possível, que sempre se move e não admite estagnar-se no tempo. A saída pode parecer fácil, mas o papel da ética, ainda que intrinsecamente normativo, reside mais no dilema do que na afirmação.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Leonel; BARSOTTI, Adriana. Jornalismo amador: proposta para definir as práticas jornalísticas exercidas pelo público em ambientes interativos. **Pauta Geral - Estudos em Jornalismo**, v. 1, p. 46-61, 2014.

ANDERSON, Chris; BELL, Emily; SHIRKY, Clay. Jornalismo Pós-Industrial: adaptação aos novos tempos. **Revista de Jornalismo ESPM**, abril-junho de 2013, pp. 30-89.

ALLAN, Stuart. **Citizen witnessing**: revisioning journalism in time of crisis. Cambridge: Polity, 2013.

APPIAH, Kwame Anthony. **O código de honra**: como ocorrem as revoluções morais. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

ARANGUREN, José Luis. **Ética**. 8ª ed. Madri: Alianza Editorial, 1995.

ASSIS, Evandro de. Seleção de conteúdos no jornalismo participativo: desafios e potencialidades na experiência do Coletivo Blumenau. **Anais do 14º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor)**, Palhoça (Unisul), 2016.

AZNAR, Hugo. **Ética de la comunicación y nuevos retos sociales**: códigos y recomendaciones para los médios. Barcelona: Paidós, 2005.

BAZZICHELLI, Tatiana. **Networking**: the net as artwork. Digital Aesthetics Research Center: Aarhus University, 2008.

BAUMAN, Zygmunt; BIGO, Didier; ESTEVES, Paulo; GUILD, Elspeth; JABRI, Vivienne; LYON, David; WAKER, R. B. J. Após Snowden: repensando o impacto da vigilância. **Revista Eco-Pós**, v. 18, n. 2, 2015.

BENTES, Ivana. “Nós somos a rede social” (prefácio). In: MALINI e ANTOUN. **A internet e a rua**. ciberativismo e mobilização nas redes sociais. Porto Alegre: Sulina, 2013.

BERGER, Christa; TAVARES, Frederico. **Leituras do cotidiano e as interseções entre o jornalismo e as ciências sociais**. Contemporanea (UFBA. Online), v. 12, pp. 8-26, 2014.

BERGER, Christa. **Campos em confronto: a terra e o texto**. 2ª Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. 35ª ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

BERNIER, Marc-François. **Éthique et deontologie du journalisme**. Saint-Nicolas (Québec): Les Presses de l'Université Laval, 2004.

BERTRAND, Claude-Jean. **A deontologia das mídias**. Bauru: EDUSC, 1999.

BITTENCOURT, Maria Clara Aquino. A midiaticização do ativismo nas coberturas do G1 e do Mídia Ninja. **Comunicação, Mídia e Consumo** (São Paulo. Impresso), v. 11, p. 85-103, 2014.

BORDEN, Sandra. **Journalism as practice**: MacIntyre, virtue ethics and the press. Hampshire: Ashgate Publishing Limited, 2007.

BRAGA, José Luiz. **A sociedade enfrenta sua mídia**: dispositivos sociais de crítica midiática. São Paulo: Paulus, 2006.

CAMINADA, Thiago. **Erro jornalístico nos comentários das redes sociais**: interações entre leitores e veículos. Dissertação de mestrado. Florianópolis: UFSC, 2015.

CAMPONEZ, Carlos. **Fundamentos de deontologia do jornalismo** : a auto-regulação frustrada dos jornalistas portugueses (1974-2007). Tese de doutoramento em Letras. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2009.

CAMPONEZ, Carlos. Entre verdade e respeito - por uma ética do cuidado no jornalismo. **Comunicação e Sociedade**, v. 25, pp. 110-123, 2014.

CARLSON, Matt. Introduction. The many boundaries of journalism. In: CARLSON, M.; LEWIS, S. **Boundaries of journalism: professionalism, practices and participation**. New York: Routledge, 2015.

CARVALHO, Diego. **Jornalismo de multidão: a resistência da rede Indymedia**. Dissertação de mestrado. São Leopoldo: UNISINOS, 2011.

CARVALHO, Guilherme; BRONOSKY, Marcelo. Jornalismo alternativo no Brasil: do impresso ao digital. **Revista Pauta Geral - Estudos em Jornalismo**, Ponta Grossa, v. 4, n. 1, pp. 21-39, 2017.

CAZZAMATTA, Regina. Uma análise comparada dos códigos de ética jornalística nos países da América do Sul. **Estudos em Jornalismo e Mídia** (UFSC), v. 12, n. 1, p. 186-201, 2015.

CENITE, Mark; DETENBER, Benjamin; KOH, Andy; LIM, Alvin; SOON, Ng. Doing the right thing online: a survey of bloggers' ethical beliefs and practices. **New Media & Society**, v. 11, n. 4, p. 575-597, 2009.

CHRISTIANS, Clifford. Ética empresarial e códigos de deontologia. In: BERTRAND, Claude-Jean. **O arsenal da democracia: sistemas de responsabilização da mídia**. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

CHRISTIANS, Clifford. The ethics of universal being. In: WARD, Stephen; WASSERMAN, Herman (eds.). **Media ethics beyond borders: a global perspective**. New York/London: Routledge, 2010.

CHRISTIANS, Clifford. Panorâmica da ética dos media no plano internacional. **Comunicação e Sociedade**, vol. 25, pp. 16-33, 2014.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. **A medida do olhar: objetividade e autoria na reportagem**. Tese de doutorado. São Paulo: USP, 2004.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. **Ética no jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2008.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. Ética hacker e deontologia jornalística em redes sociais. **Anais do 9º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo** (SBPJor), Rio de Janeiro (UFRJ - ECO), 2011a.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. O caso do Brasil: valores, códigos de ética e novos regramentos para o jornalismo nas redes sociais. **Cuadernos de Información** - Facultad de Comunicaciones (Impresa), v. 29, pp. 25-34, 2011b.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. Para uma abordagem virtuosa do jornalismo. **Em Questão** (UFRGS), v. 18, pp. 93-107, 2012.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. Preocupações éticas no jornalismo feito por não-jornalistas. **Comunicação e Sociedade**, v. 25, p. 267/278-277/288, 2014.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. Comissões de ética dos jornalistas: atuação, visibilidade e efetividade. **E-Compós** (Brasília), v. 18, p. 1-15, 2015a.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. Privacidade: o que podemos esperar quando não podemos mais esperar? In: CHRISTOFOLETTI, Rogério (org.). **Questões para um jornalismo em crise**. Florianópolis: Insular, 2015b.

CHRISTOFOLETTI, Rogério; TERNES, Marianne. Ética jornalística na primeira década do século XXI: um mapeamento de ocorrências. **Comunicação, Mídia e Consumo** (São Paulo), v. 9, n. 24, p. 75-94, 2012.

CHRISTOFOLETTI, Rogério; TRICHES, Guilherme. Interesse público no jornalismo: uma justificativa moral codificada. **Revista FAMECOS** (Online), v. 21, pp. 484-503, 2014.

CHRISTOFOLETTI, Rogério; FERREIRA, Isadora Mafra. Valores de base em códigos deontológicos do jornalismo em cinco continentes. In: VILLEGAS, Juan Carlos; BERENQUER, Alba Zurbano; HADDACH, Othman Saadí (orgs.). **Libro de Actas de 2ª International Conference on Media Ethics**. 1ed., Sevilha - Espanha: Universidad de Sevilha, 2013, v. 1, p. 345-360.

CODE, Lorraine. Toward a 'responsibilist' epistemology. **Philosophy and Phenomenological Research**, v. 45, n. 1, 1984.

COLEMAN, Renita; WILKINS, Lee. Searching for the ethical journalist: an exploratory study of the ethical development of news workers. **Journal of Mass Media Ethics**, v. 17, n. 3, p. 209-255, 2002.

COLEMAN, Renita; WILKINS, Lee. The moral development of journalists: a comparison with other professions and a model for predicting high quality ethical reasoning. **Journalism & Mass Communication Quarterly**, v. 81, n. 3, p. 511-527, 2004.

COLEMAN, E. Gabriella. **Coding freedom: the ethics and aesthetics of hacking**. Woodstock: Princeton University Press, 2013.

COMTE-SPONVILLE, André. **Pequeno tratado das grandes virtudes**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

CONTELLI, Daniela. **Discutindo a proposta contemporânea de uma teoria das virtudes intelectuais como teoria do conhecimento**. Dissertação (Mestrado em Filosofia). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2013.

CORNU, Daniel. **Jornalismo e verdade: para uma ética da informação**. Tradução de Armando Pereira da Silva. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

CORNU, Daniel. Da deontologia do jornalismo à ética da informação. In: PEIXINHO; CAMPONEZ; VARGUES; FIGUEIRA (orgs.). **20 anos de jornalismo contra a indiferença**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2015.

CORTINA, Adela. **Ética sem moral**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

CORTINA, Adela; MARTÍNEZ, Emilio. **Ética**. 3ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

COMPARATO, Fábio Konder. **Ética: direito, moral e religião no mundo moderno**. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

COSTA E SILVA, Elsa. A (não) regulação da blogosfera: a ética da discussão online. **Comunicação e Sociedade**, v. 25, p. 236/252-251/266, 2014.

COULDRY, Nick. Media ethics: towards a framework for media producers and media consumers. In: WARD, Stephen; WASSERMAN, Herman (eds.). **Media ethics beyond borders: a global perspective**. New York/London: Routledge, 2010.

COULDRY, Nick. Why media ethics still matters. In: WARD, Stephen (ed.). **Global media ethics: problems and perspectives**. Chichester: Wiley-Blackwell, 2013.

COUTINHO, Iluska; GOUVÊA, Allan; CARDOSO, Caio. A história da ética como objeto de estudo em Jornalismo. In: **9o. Encontro Nacional de História da Mídia**, 2013, Ouro Preto. Anais do 9o. Encontro Nacional de História da Mídia. Porto Alegre: Alcar, 2013. v. 1. p. 116-130.

CUPANI, Alberto. **Filosofia da tecnologia: um convite**. 2ª ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2013.

DÖRR, Konstantin; HOLLNBUCHNER, Katharina. Ethical challenges of algorithmic journalism. **Digital Journalism**, v. 5, n. 4, p. 404-419, 2016.

DAMASCENO, Leandro. **No lado bizarro da estrada: o gonzo em narrativas jornalísticas brasileiras contemporâneas**. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2012.

DEOLINDO, Jacqueline; LOVISOLO, Hugo. Encontros e desencontros da ética jornalística: resultados de uma pesquisa de campo. In: **Anais do XXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, Natal, 2008.

DEUZE, Mark. What Is Journalism?, **Journalism** 6(4), pp. 442-464, 2005.

DEUZE, Mark; WITSCHGE, Tamara. Além do jornalismo. **Leituras do Jornalismo**, 2(4), 2015.

DOMINGO, David; LE CAM, Florence. Journalism beyond the boundaries: the collective construction of news narratives. In: CARLSON, M.; LEWIS, S. **Boundaries of journalism:**

professionalism, practices and participation. New York: Routledge, 2015.

DOWNING, John. **Mídia radical**: rebeldia nas comunicações e movimentos sociais. São Paulo: Senac, 2002.

DUARTE, Jorge. Entrevista em profundidade. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2006.

DURKHEIM, Émile. **Educação e sociologia**. Lisboa: Edições 70, 2007.

ESS, Charles. **Digital media ethics**. Polity Press: Cambridge, 2009.

FENAJ. **Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros**. [S.I.], 2007. Disponível em: <http://bit.ly/2onJlXi>. Acesso em: 17 abr 2017.

FERREIRA, Sérgio. A formação ética dos jornalistas: relato de experiência docente. In: **Anais do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, Rio de Janeiro, 2015.

FIDALGO, António. A distância como virtude. Considerações sobre ética da comunicação. **Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação (BOCC)**, 1997.

FIDALGO, Joaquim. **O jornalista em construção**. Porto: Porto Editora, 2008.

FIDALGO, Joaquim. O jornalismo online segundo o modelo de Otto Groth. **Pauta Geral**. Ano 11, no. 6, 2004, p.259-276.

FIDALGO, Joaquim. Journalism is changing - and what about journalism ethics? **IAMCR 2013 Conference**, Ethics of Society and Ethics of Communication Working Group. Dublin - Ireland, 25-29 de junho, 2013.

FOLETTTO, Leonardo. Simetria e *assemblage* para estudar o jornalismo: Teoria Ator-Rede como guia teórico-metodológico. In: **Anais do 14º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor)**, Palhoça (Unisul), 2016.

FOLETTTO, Leonardo; ARAÚJO, Willian. Actor-network theory, journalism and hacker culture: for beyond the black boxes of digital artifacts in the journalism process. In: **International Conference on Integrated Journalism Education, Research and Innovation**, Barcelona, 2015.

FOLETTTO, Leonardo. Hackear o jornalismo: pistas para entender o jornalismo no século XXI. **Leituras do Jornalismo**, v. 2, p. 64-84, 2014.

FRÖHLICH, Romy; QUIRING, Oliver; ENGESSER, Sven. Between idiosyncratic self-interests and professional standards: a contribution to the understanding of participatory journalism in Web 2.0. Results from an online survey in Germany. **Journalism**, 13(8), pp. 1041-1063, 2012.

FRIEND, Cecilia; SINGER, Jana. **Online journalism ethics: traditions and transitions**. London: M. E. Sharpe, 2007.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo**. Série Jornalismo a Rigor. V. 6. Florianópolis: Insular, 2012.

GILLMOR, Dan. **Nós, os media**. Lisboa: Editorial Presença, 2004.

GRIFFIN, James. **On human rights**. Oxford: Oxford University Press, 2008.

GOMES, Wilson. Internet, censura e liberdade. In: PAIVA, Raquel (org.). **Ética, cidadania e imprensa**. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

GROTH, Otto. **O poder cultural desconhecido: fundamentos da ciência dos jornais (periodística)**. Tradução de Liriam Sponholz. Petrópolis: Vozes, 2011.

GUERRA, Josenildo. A “desreificação” como fenômeno ético: uma releitura da tese de Berger e Luckmann sobre a construção social da realidade. **Tomó** (UFS), São Cristóvão, n. 4, pp. 29-53, 2001.

GUERREIRO NETO, Guilherme. Sobre as fronteiras do jornalismo, ou quando Otto Groth encontra a Mídia NINJA. In: **XXXVII Congresso**

Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2014, Foz do Iguaçu, PR. Comunicação: guerra e paz, 2014.

HAFEZ, Kai. Journalism ethics revisited: a comparison of ethics codes in Europe, North Africa, the Middle East, and Muslim Asia. **Political Communication**, v. 19, n. 2, p. 225-250, 2002.

HAMELINK, Cees J. **The ethics of cyberspace**. SAGE Publications: London, 2000.

HEINDERYCKX, François. Journalism ethics in the age of para-journalism. In: CARPENTIER, N.; PRUULMANN-VENGERFELDT, P.; KILBORN, R.; OLSSAN, T.; NIEMINEN, H.; SUNDIN, E.; NORDENSTRENG, K. **Communicative approaches to politics and ethics in Europe**. Tartu University Press, 2009.

HIMANEN, Pekka. **La ética del hacker y el espíritu de la era de la información**. Tradução de Ferran Meler Ortí. Barcelona: Destino, 2002.

HOLT, Kristoffer; KARLSSON, Michael. “Random acts of journalism?”: how citizen journalists tell the news in Sweden. **New Media & Society**, v. 17, n. 11, 2014.

HOME, Stewart. **Assalto à cultura: utopia subversão guerrilha na (anti)arte do século XX**. São Paulo: Conrad, 1999.

HOME, Stewart. **Manifestos neoístas: greve da arte**. São Paulo: Conrad, 2004.

JONAS, Hans. **El principio de responsabilidad: ensayo de una ética para la civilización tecnológica**. Barcelona: Herder Editorial S. L., 1995.

KARAM, Francisco. Retórica, Grécia e Roma antigas: vestígios da futura linguagem jornalística. **Alceu: Revista de Comunicação, Cultura e Política**, v. 10, n. 19, pp. 109-117, 2009.

KARAM, Francisco José Castilhos. **A ética jornalística e o interesse público**. São Paulo: Summus, 2004.

KARAM, Francisco José Castilhos. **Jornalismo, ética e liberdade**. 4. ed. São Paulo: Summus, 2014.

KARAM, Francisco José Castilhos. Empresas jornalísticas - a hipocrisia como critério de noticiabilidade. 13/04/2015. **Observatório da Ética Jornalística** (objETHOS). Disponível em: <http://bit.ly/2pbkomJ>. Acesso em: 17 abr 2017.

KARAM, Francisco José Castilhos; CHRISTOFOLETTI, Rogério. Fundamentos jornalísticos para novos cenários éticos da informação. In: SILVA, Gislene; KUNSCH, Dimas; BERGER, Christa; ALBUQUERQUE, A. (orgs.). **Jornalismo Contemporâneo: figuras, impasses e perspectivas**. Edufba/Compós, Salvador/Brasília, 2011.

KARATZOGIANNI, Athina; GAK, Martin. Hackear ou ser hackeado: o quase-totalitarismo das redes de segurança globais. **Rumores**, v. 10, n. 20, 2016.

KEEN, Andrew. **O culto do amador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **The elements of journalism: what newspeople should know and the public should expect**. New York: Three Rivers Press, 2007.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa**. São Paulo: Página aberta, 1991.

KUHN, Martin. Interactivity and prioritizing the human: a code of blogging ethics. **Journal of Mass Media Ethics**, v. 22, n. 1, p. 18-36, 2007.

LAITILA, Tiina. **Journalists codes of ethics in Europe**. European Journal of Communication, v. 10, n. 4, p. 527-544, 1995.

LEVY, Steven. **Hackers: heroes of the computer revolution**. New York: Delta, 1994.

LISBOA, Sílvia. **Jornalismo e a credibilidade percebida pelo leitor: independência, imparcialidade, honestidade, objetividade e coerência**. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: UFRGS, 2012.

LISBOA, Silvia; BENETTI, Marcia. O jornalismo como crença verdadeira justificada. **Brazilian Journalism Research** (Online), v. 11, pp. 10-29, 2015.

LOVISOLO, Hugo; DEOLINDO, Jacqueline. Ética jornalística no Brasil: o ideal, o real e os desvios no percurso. **Anuário Internacional de Comunicação Lusófona**, v. 1, p. 145-156, 2008.

MACINTYRE, Alasdair. **Historia de la etica**. Barcelona: Paidós, 1976.

MACINTYRE, Alasdair. **Depois da virtude**: um estudo em teoria moral. Bauru: Edusc, 2001.

MALINI, Fábio; ANTOUN, Henrique. **A internet e a rua**: ciberativismo e mobilização nas redes sociais. Porto Alegre: Sulina, 2013.

MARTINO, Luís Mauro Sá. A ética como discurso estratégico no campo jornalístico. **Líbero** (FACASPER), v. 13, p. 31-38, 2010.

MAZETTI, Henrique Moreira. **Ativismo de mídia**: arte, política e tecnologias digitais. 2008. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação, Rio de Janeiro, 2008.

MEDITSCH, Eduardo. **O conhecimento do jornalismo**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1992. 100 p.

MEDITSCH, Eduardo. O jornalismo é uma forma de conhecimento? **Biblioteca on-line de Ciências da Comunicação**. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 1997. Disponível em: <<http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/mediajornalismo/artic le/viewFile/1084/5273>>. Acesso em: 12 out. 2016.

MEDITSCH, Eduardo. Profissão derrotada, ciência não legitimada: é preciso entender a institucionalização do campo. **Brazilian Journalism Research** (BJR), vol. 6(1), pp. 97-113, 2010.

MELLO, Felipe. **Ética e encantamento na preparação do jornalista**: contribuições da Paideia. Dissertação de mestrado. São Paulo: Faculdade Cásper Líbero, 2012.

MORAN, Richard. Getting told and being believed. In: LACKEY, J.; SOSA, E. (orgs.). **Epistemology of testimony**. New York: Oxford, pp. 272-306, 2006.

MORETZSOHN, Sylvia. **Jornalismo em tempo real: o fetiche da velocidade**. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

MORETZSOHN, Sylvia. **Pensando contra os fatos**. Jornalismo e cotidiano: do senso comum ao senso crítico. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

MORETZSOHN, Sylvia. O 'jornalismo cidadão' e o mito da tecnologia redentora. **Brazilian Journalism Research** (Online), v. 10, p. 248-271, 2014.

MORETZSOHN, Sylvia. As sombras de junho. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 163-175, maio 2014.

MORETZSOHN, Sylvia. **A militância e as responsabilidades do jornalismo**. Observatório da Imprensa (São Paulo), v. 16, p. 1-7, 2013. Disponível em: <<http://bit.ly/2e7mrVj>>. Acesso em 16 abr 2015.

MORTENSEN, Tara, KESHELASHVILI, Ana; WEIR, Tom. Who we are: A study of types of citizen journalists. **Digital Journalism**, 3(4), pp. 1-20, 2015.

MORTENSEN, Tara. Comparing the ethics of citizen photojournalists and professional photojournalists: a cooerintational study. **Journal of Mass Media Ethics**, v. 29, n. 1, 2014.

NEVEU, Erik. As notícias sem jornalistas: uma ameaça real ou uma história de terror? **Brazilian Journalism Research** (BJR), vol. 6(1), pp. 29-53, 2010.

NICKEL, James. Griffin on Human Rights to liberty. In: CRISP, Roger. (ed.). **Griffin on Human Rights**. Oxford: Oxford University Press, 2014.

NICOLETTI, Janara. **A normatização do uso de redes sociais por jornalistas**. Dissertação de mestrado. Florianópolis: UFSC, 2012.

OLIVEIRA, Sheila Borges de. **O repórter-amador**: uma análise das disposições sociais motivadoras das práticas jornalísticas do cidadão comum. Tese de doutorado. Recife: UFPE, 2013.

ORTELLADO, Pablo *et al.* **Vinte centavos**: a luta contra o aumento. 1. ed. São Paulo: Veneta, 2013.

ORTELLADO, Pablo; RYOKI, André. **Estamos vencendo**: resistência global no Brasil. São Paulo: Conrad, 2004.

PASCUAL, Andrés Sánchez. Introducción. In: JONAS, Hans. **El principio de responsabilidad**: ensayo de una ética para la civilización tecnológica. Barcelona: Herder Editorial S. L., 1995.

PATRÍCIO, Edgard. Ética e transformações no jornalismo - a persistência de antigos dilemas frente à inserção tecnológica. **Contemporânea** (UFBA), v. 14, n. 02, p. 253-268, 2016.

PAUL, Dairan. Criatividade e resistência em Luther Blissett: o nome múltiplo como tática antimidiática. **Lugar Comum** (UFRJ), n. 43, p. 97-115, 2014.

PEDRO, Ana Paula. Ética, moral, axiologia e valores: confusões e ambiguidades em torno de um conceito comum. **Kriterion**, n. 130, pp. 483-498, 2014.

PETERS, John Durham. An afterword: torching red on sweaty faces. In: FROSCH, Paul; PINCHEVSKI, Amit. (eds). **Media witnessing**: testimony in the age of mass communication. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2009.

PLAISANCE, Patrick. **Ética na comunicação**: princípios para uma prática responsável. Porto Alegre: Penso, 2011.

PLAISANCE, Patrick. Virtue in the media: the moral psychology of U.S. exemplars in News and Public Relations. **Journalism & Mass Communication Quarterly**, v. 91, n. 2, p. 308-325, 2014.

POPESCU, Victor. Bloggers, journalists and epistemic responsibility. A particular type of self-regulation in the Romanian online media. **II**

International Conference on Media Ethics, School of Communication, University of Seville. 3-5 April, 2013.

PULITZER, Joseph. **A escola de jornalismo: a opinião pública**. Série Jornalismo a Rigor, v. 3. Florianópolis: Insular, 2009.

RADOJKOVIC, Miroljub. Citizen journalism: a new form of communication or a new global risk. In: SURCULIJA, J (ed.). **Sloboda Izrazavanja na Internetu/Freedom of Expression on the Internet**. Belgrade: Center for Internet Development, 2010.

RAWLS, John. **Uma teoria da justiça**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

RAMONET, Ignacio. **A explosão do jornalismo: das mídias de massa à massa de mídias**. São Paulo: Publisher, 2012.

RECUERO, Raquel; BASTOS, Marcos Toledo; ZAGO, Gabriela. Narrativa e violência: a cobertura do Outono Brasileiro no Twitter. **Matrizes** (Online), v. 2, p. 191-217, 2014.

REGINATO, Gisele Dotto. **As finalidades do jornalismo: o que dizem veículos, jornalistas e leitores**. Tese de doutorado. Porto Alegre: UFRGS, 2016.

RUELLAN, Denis; ADGHIRNI, Zélia. O jornalismo como invenção permanente: novas práticas, novos atores. In: **IX Colóquio Brasil-França de Ciências da Comunicação**. Intercom: Curitiba, 2009.

RUBLESCKI, Anelise. A crise de identidade do Jornalismo na nova ecologia midiática. In: RUBLESCKI, Anelise; BARICHELLO, Eugenia (orgs.). **Ecologia da Mídia**. 1ª ed. Santa Maria: Facos-UFSM, 2013, v. 1, p. 111-127.

RUSSELL, Lauren. Shielding the media: in an age of bloggers, tweeters and leakers, will Congress succeed in defining the term “Journalist” and in passing a long-sought Federal Shield Act? **Oregon Law Review**, Vol. 93, 193, 2014.

RUIGROK, Nel. From journalism of activism towards journalism of accountability. **International Communication Gazette**, v. 72, n. 1, pp. 85-90, 2010.

S1C [pseudônimo]. **Entrevista III**. [mai 2017]. Entrevistador: Dairan Paul. Rio de Janeiro, 2017. 1 arquivo .mp3 (338 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no CD anexo à dissertação.

S2C [pseudônimo]. **Entrevista V**. [mai 2017]. Entrevistador: Dairan Paul. Rio de Janeiro, 2017. 1 arquivo .mp3 (118 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no CD anexo à dissertação.

S3C [pseudônimo]. **Entrevista VI**. [mai 2017]. Entrevistador: Dairan Paul. Rio de Janeiro, 2017. 1 arquivo .mp3 (73 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no CD anexo à dissertação.

S4C [pseudônimo]. **Entrevista VIII**. [mai 2017]. Entrevistador: Dairan Paul. Rio de Janeiro, 2017. 1 arquivo .mp3 (76 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no CD anexo à dissertação.

S1M [pseudônimo]. **Entrevista I**. [mai 2017]. Entrevistador: Dairan Paul. Rio de Janeiro, 2017. 1 arquivo .mp3 (69 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no CD anexo à dissertação.

S2M [pseudônimo]. **Entrevista II**. [mai 2017]. Entrevistador: Dairan Paul. Rio de Janeiro, 2017. 1 arquivo .mp3 (75 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no CD anexo à dissertação.

S3M [pseudônimo]. **Entrevista IV**. [mai 2017]. Entrevistador: Dairan Paul. Rio de Janeiro, 2017. 1 arquivo .mp3 (65 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no CD anexo à dissertação.

S4M [pseudônimo]. **Entrevista VII**. [mai 2017]. Entrevistador: Dairan Paul. Rio de Janeiro, 2017. 1 arquivo .mp3 (98 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no CD anexo à dissertação.

SANTOS, Marcelo de Franceschi. As licenças Creative Commons e suas potencialidades para a circulação do jornalismo digital. **Estudos em Jornalismo e Mídia** (UFSC), v. 9, n. 1, 2012.

SCOTT, Brett. **Como os yuppies hackearam o ethos hacker original** [online], 2015. Tradução de Pedro Belasco. Disponível em: <http://bit.ly/2pwNAnM>. Acesso em: 29 abr 2017.

SILVA, Gislene. De que campo do jornalismo estamos falando? **MATRIZES**, v. 3, n. 1, ago./dez., 2009.

SIMÕES, Antonio; SILVA, Fernando Firmino da; AZEVEDO, Arão de; BARBOSA, Keliane; CARVALHO, Deise. Drones no jornalismo: implicações éticas e de mobilidade. **Âncora**: revista latino-americana de Jornalismo (João Pessoa), v. 3, n. 2, p. 125-140, 2016.

SINGER, Jane. Out of bounds: professional norms as boundary makers. In: CARLSON, M.; LEWIS, S. **Boundaries of journalism**: professionalism, practices and participation. New York: Routledge, 2015.

SINGER, Jane. Sem medo do futuro: ética do jornalismo, inovação e um apelo à flexibilidade. **Comunicação e Sociedade**, v. 25, p. 49/67-66/82, 2014.

SINGER, Jane *et al* (orgs). **Participatory journalism**: guarding open gates at online newspapers. Wiley-Blackwell, 2011.

SPONHOLZ, Liriam. **Jornalismo, conhecimento e objetividade**: além do espelho e das construções. Série Jornalismo a Rigor. V. 4. Florianópolis: Insular, 2009.

STEARNS, Josh. **Acts of journalism**: defining Press Freedom in the digital age. FreePress, 2013.

STEINER, Linda; OKRUSCH, Chad. Care as a virtue for journalists. **Journal of Mass Media Ethics**, v. 21, n. 2&3, pp. 102-122, 2006.

SUÁREZ VILLEGAS, Juan Carlos. ¿Existe un método de análisis de la ética periodística? In: **Simposio Internacional sobre Política Científica en Comunicación**, v. 3, pp. 807-820, 2013.

TAUBERT, Eric. **So, you're still using the phrase citizen-journalism**. Dailycrowdsource.com, 14 de maio de 2012. Disponível em: <<http://bit.ly/2eSkcDJ>>. Acesso em 17 out 2016.

TAVARES, Frederico. **Entre a realidade jornalística e a realidade social**: o jornalismo como forma de acesso ao cotidiano. E-Compós (Brasília), v. 15, pp. 1-16, 2012.

TRÄSEL, Marcelo. **Entrevistando planilhas**: estudo das crenças e do ethos de um grupo de profissionais de jornalismo guiado por dados no Brasil. Porto Alegre: UFRGS, 2014.

TUGENDHAT, Ernst. **Lições sobre ética**. 4ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

URE, Mariano; PARSELIS, Martín. Una ética autorregulada para el periodismo ciudadano. **Global Media Journal México**, v. 7, n. 13, p. 19-32, 2010.

VIEIRA, Lívia. **Parâmetros éticos para uma política de correção de erros no jornalismo online**. Dissertação de mestrado. Florianópolis: UFSC, 2014.

WAHL-JORGENSEN, Karin. Resisting epistemologies of UGC? In: CARLSON, M.; LEWIS, S. **Boundaries of journalism**: professionalism, practices and participation. New York: Routledge, 2015.

WAISBORD, Silvio. **Reinventing professionalism**: journalism and news in global perspective. Cambridge: Polity Press, 2013.

WARD, Stephen. A theory of patriotism for journalism. In: WARD, Stephen; WASSERMAN, Herman (eds.). **Media ethics beyond borders**: a global perspective. New York/London: Routledge, 2010.

WARD, Stephen. **Radical media ethics**: a global approach. Chichester: Wiley-Blackwell, 2015.

WARD, Stephen; WASSERMAN, Herman. Towards an open ethics: implications of new media platforms for Global Ethics Discourse. **Journal of Mass Media Ethics**: exploring questions of Media Morality, v. 25, n. 4, pp. 275-292, 2010.

WARD, Stephen; WASSERMAN, Herman. Open ethics: towards a global media ethics of listening. **Journalism Studies**, v. 16, n. 6, pp. 834-849, 2014.

WHITE, Aidan. **To tell you the truth**: the ethical journalism initiative. Brussels: International Federation of Journalists, 2008. Disponível em: <http://bit.ly/1SFFjU5>. Acesso em: 29 abr 2017.

WHITEHOUSE, Ginny. Newsgathering and privacy: expanding ethics codes to reflect change in the digital media age. **Journal of Mass Media Ethics**, n. 25, p. 310-327, 2010.

APÊNDICE A – Mapeamento inicial dos coletivos

Coletivo	UF	Amadores	Profissionais	Material	Atualização	Temática	Site	Rede Social	Formação
Carranca	RJ	Sim	Sim	Texto/ Vídeo	Frequente	Geral, política, movimentos sociais	coletivocarranca.cc	bit.ly/1T27zmc (FB)	Jornalistas, advogados, bióloga, artista plástico, designers, fotojornalistas, publicitária, produtor cultural, professor de filosofia, tradutor.
Vinhetado	RJ	Sim	Não	Vídeo	Frequente	Manifestações e ocupações		bit.ly/1pEpy6N (FB), bit.ly/1Rv9fk7 (YT)	Não informaram
Jornal O Prego	GO	Não	Sim	Texto/ Vídeo	Rara	Ocupações	jornaloprego.blogs pot.com.br	bit.ly/23D6zvA (FB)	
Tatu	RJ	Sim	Sim	Texto/ Vídeo	Rara	Manifestações		bit.ly/21O5Xgz (FB)	Dois cineastas.
Molotov	SP	Sim	Sim	Vídeo	Frequente	Manifestações		bit.ly/25RpHV1	Não

					ente	e ocupações		(FB)	informaram.
MIRA	SP	Sim	Sim	Vídeo	Frequente	Manifestações		bit.ly/1MLuiNa (FB)	Um jornalista, um fotógrafo, um audiovisual.
Guerrilha (GRR)	RJ	Não informaram	Sim	Texto/Vídeo	Frequente	Minorias	guerrilhagr.com.br/	bit.ly/1eztpvu (FB), bit.ly/1SWK7VW (YT)	
Vaidapé	SP	Sim	Sim	Texto/Vídeo	Frequente	Direitos Humanos	vaidape.com.br	bit.ly/1YINsPD (FB), bit.ly/1TIOndP (YT). Possuem revista impressa.	Jornalistas, Designers, Comunicadores e Cientistas Sociais.
ReVira-Lata	SP	Não	Sim	Vídeo	Esporádica	Cidade e movimentos sociais		bit.ly/25RA8sb (YT), https://www.facebook.com/coletivoreviralata/?fref=ts	Jornalistas e radialistas
Alma Preta	SP	Sim	Sim	Texto/Vídeo	Frequente	Minorias raciais	almapreta.com	bit.ly/1WkK4Gv (FB), bit.ly/1RLII5C (YT)	Três jornalistas e um estudante de design. Recebem colaborações de outras áreas.

Quebrada	SE	Sim	Sim	Vídeo	Rara	Ocupações		bit.ly/1Mnb4To (YT)	Poetas, ativistas, historiadores, sociólogos, jornalistas.
Desneurizador	GO	Não	Não (estudantes antes)	Texto/Vídeo	Frequente	Ocupações de escolas de Goiás		bit.ly/1SLBvyI (FB). Possuem revistas online.	Apenas estudantes de jornalismo.
COMA Livre	GO	Não	Não (estudantes antes)	Vídeo	Rara	Movimentos sociais		bit.ly/1Q5cIUz (FB), bit.ly/1Nn4Bmf (YT)	Dois estudantes de jornalismo.
Megafonia	SP	Não responderam	Não responderam	Texto/Vídeo	Frequente	Geral, política, movimentos sociais	megafonia.info	bit.ly/1SxnHr9 (FB), bit.ly/1Se1Afy (YT)	
O Badernista	SP	Não responderam	Não responderam	Áudio	Frequente	Política		bit.ly/1TPJhg7 (Soundcloud), bit.ly/1Wqpwyf (FB)	
O Mal Educado	SP	Não	Não (estudantes antes)	Texto	Frequente	Ocupação de escolas	gremiolivre.wordpress.com	bit.ly/1TPKwvE (FB). Possuem revistas online.	Estudantes secundaristas e militantes.
Mídia	RJ	Não	Não	Texto/	Rara	Manifestações,	midianegra.noblog	bit.ly/1oVmfHF	

Negra		responderam	responderam	Vídeo		ocupações	s.org	(FB), bit.ly/1N7dBkQ (Vimeo)	
Rio na Rua	RJ	Não responderam	Sim	Texto/ Vídeo	Frequente	Manifestações	rionarua.org	bit.ly/1RSqGi6 (FB), bit.ly/1WqxOef (YT)	A página é administrada por comunicadores e funciona a partir da colaboração de leitores e das pessoas presentes nos atos e manifestações na cidade. Todas as informações são checadas e recheçadas antes das postagens.
Correio do Rio	RJ	Não responderam	Não responderam	Texto/ Vídeo	Frequente	Manifestações	correiodorio.16mb.com	bit.ly/22sIOAH (FB)	
Mídia Independente Coletiva	RJ	Sim	Sim	Texto/ Vídeo	Frequente	Manifestações	midia coletiva.org	bit.ly/1rQrgCY (FB)	Dois jornalistas, três cineastas, um bacharel em Filosofia, um sanitário, um

									estudante, um biólogo, quatro sem formação.
ATONA	PE	Não responderam	Não responderam	Texto/Vídeo	Frequente	Cidade, manifestações, movimentos sociais	atonamidia.com	bit.ly/23FnsT6 (FB)	
Subversos	AM	Sim	Não	Texto	Frequente	Cidade, movimentos sociais	subversosjornal.blogspot.com	bit.ly/1SgaxoH (FB)	Formado em História
Desentopecendo a Razão	SP	Sim	Sim	Texto/Vídeo	Frequente	Legalização da maconha, manifestações		bit.ly/1Tz6ZZt (FB)	Quatro jornalistas, um neurobiólogo, um artista de teatro, uma poeta, uma antropóloga, uma advogada doutoranda em sociologia, um formado em cinema, um cientista social.

APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário, da pesquisa “Valores éticos em atos de jornalismo: uma análise a partir de três coletivos de amadores”, sob responsabilidade do mestrando Dairan Mathias Paul e do orientador prof. Dr. Rogério Christofolletti).

Após ser esclarecido(a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento. Este documento está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. Em caso de recusa, você não será penalizado(a) de forma alguma.

A presente pesquisa tem o objetivo de compreender aspectos éticos e morais de cidadãos engajados no que chamamos de “atos de jornalismo”, ou seja, práticas sociais de cunho jornalístico feitas por não-jornalistas. Ela é parte da dissertação a ser apresentada pelo pesquisador como pré-requisito à conclusão do curso de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

O procedimento a ser adotado pelo pesquisador inclui a realização de entrevistas individuais com membros de coletivos formados por jornalistas e não-jornalistas. A duração será de aproximadamente uma hora, em local privado. A entrevista será registrada em áudio, com o único objetivo de permitir a análise posterior de seu conteúdo por parte do pesquisador. Ela não será exibida a terceiros ou tornada pública em nenhuma hipótese. Os dados colhidos, portanto, serão usados exclusivamente para fins acadêmicos e científicos.

Na entrevista, o pesquisador questionará temas que envolvem a ética jornalística e os processos de tomada de decisões durante a apuração jornalística. Os riscos aos quais você estará exposto são reduzidos, mas existem. Você pode se sentir desconfortável caso algum tema que lhe seja sensível venha a ser debatido, por exemplo. Para garantir sua segurança e integridade, manteremos a sua identidade

preservada de forma anônima, e no texto da dissertação, iremos utilizar formas como “o sujeito X”, “o participante Y”.

Dentre os benefícios da pesquisa, propomos discutir o papel social do jornalismo e a sua ética. Essa entrevista é uma oportunidade para que você e os demais membros do coletivo reflitam sobre métodos e procedimentos jornalísticos que adotam. Outro benefício da pesquisa é discutir no âmbito acadêmico a importância de novas experiências exercidas não apenas por profissionais, mas também por não-jornalistas no ecossistema midiático.

Salientamos que o participante da pesquisa não terá benefício direto, tampouco compensação financeira. No entanto, quaisquer despesas decorrentes da sua participação na pesquisa serão ressarcidas pelo pesquisador. Os resultados serão inteiramente compartilhados com você, em formato PDF, tão logo a dissertação seja apresentada à banca examinadora e a versão final entregue à universidade. Os dados colhidos pelo pesquisador serão arquivados digitalmente por um período de cinco anos após o término da pesquisa.

Antes, durante e após a realização da pesquisa você pode entrar em contato com o pesquisador pelo e-mail e pelo telefone informados abaixo. Da mesma forma, a qualquer momento você pode retirar seu consentimento sem que isso acarrete prejuízo ou pena. Caso você considere algum procedimento da pesquisa irregular ou ilegal, a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) possui um canal para denúncias, acessível em <http://ouvidoria.ufsc.br/>.

Esta pesquisa observa a Resolução 510/2016, sobre pesquisas com seres humanos. Você receberá uma cópia do termo assinada pelo pesquisador responsável.

CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO

Eu, _____,
RG _____, CPF _____ abaixo assinado,
concordo em participar do presente estudo como participante. Fui devidamente informado e esclarecido sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que

posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.

Local e data: _____

Nome: _____

Assinatura do Participante: _____

Telefone para contato: _____

Pesquisador responsável: Dairan Mathias Paul

Telefone para contato: (55) 997049577

E-mail para contato: dairanpaul@gmail.com

Orientador responsável: Prof. Dr. Rogério Christofolletti

E-mail para contato: rogerio.christofolletti@ufsc.br

CEP (Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos), responsável pela autorização da pesquisa: Campus Universitário Reitor João David Ferreira Lima - Prédio Reitoria II, R. Desembargador Vitor Lima, no 222, sala 401 - Trindade, Florianópolis – Santa Catarina – Brasil. CEP: 88040-400. Telefone: (48) 3721-6094. E-mail: cep.propesq@contato.ufsc.br.

APÊNDICE C – Roteiro-base para as entrevistas

Roteiro para entrevistas com não-jornalistas:

Eixo A: rotinas do coletivo

1. Nome completo, idade, cidade de origem e formação.
2. Você já teve alguma experiência prévia envolvendo jornalismo antes de entrar no coletivo? Teve alguma experiência posterior, em outro veículo?
3. Como você entrou ingressou no seu coletivo?
4. Por que você entrou? Qual foi a sua motivação?
5. Qual função você exerce, ou já exerceu, no coletivo?
6. Você participa das escolhas de pauta do coletivo? As reuniões são abertas ou fechadas?
7. Você trabalha em conjunto com os jornalistas do seu coletivo? Já fez matérias sozinho?
8. Como é a sua relação de trabalho com os jornalistas do coletivo? Você já discordou de alguma prática de um jornalista do coletivo?

Eixo B: valores do coletivo

9. Como você define o seu coletivo? O que ele faz?
10. Como você enxerga a importância do seu trabalho?
11. Em quais aspectos você considera que o seu coletivo se diferencia de outros veículos, como grandes jornais?
12. Em quais pontos você concorda ou discorda do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros? Há algum tópico não mencionado no documento que você considera relevante?
13. Você considera que esse código se aplicaria ao seu coletivo?

Eixo C: casos específicos

14. Como você se prepara para cobrir uma manifestação? Há discussões sobre o que deve ou não ser filmado?
15. Durante uma cobertura ao vivo, você já ficou em dúvida se deveria filmar ou não alguma cena específica?
16. Você considera importante entrevistar fontes oficiais, como políticos, ou pessoas ligadas a instituições, como a polícia?

17. O coletivo já precisou corrigir algum erro veiculado em alguma matéria ou transmissão ao vivo?
18. O coletivo já recusou algum texto (de colaboradores externos ou do próprio núcleo) por discordar do seu conteúdo?
19. Como você avalia o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros? Estes valores poderiam ser aplicados ao seu coletivo? O que te chamou atenção no Código e o que faltou nele?

Roteiro para entrevistas com jornalistas:

Eixo A: rotinas do coletivo

1. Nome completo, idade, cidade de origem e formação.
2. Quais foram as suas experiências prévias envolvendo jornalismo antes de entrar no coletivo?
3. Como você entrou ingressou no seu coletivo?
4. Por que você entrou? Qual foi a sua motivação?
5. Qual função você exerce, ou já exerceu, no coletivo?
6. Você participa das escolhas de pauta do coletivo? As reuniões são abertas ou fechadas?
7. Você trabalha em conjunto com os não-jornalistas do seu coletivo? Já fez matérias sem a presença de nenhum deles?
8. Como é a sua relação de trabalho com os não-jornalistas do coletivo? Você já discordou de alguma prática de um não-jornalista do coletivo?

Eixo B: valores do coletivo

9. Como você define o seu coletivo? O que ele faz?
10. Como você enxerga a importância do seu trabalho?
11. Em quais aspectos você considera que o seu coletivo se diferencia de outros veículos, como grandes jornais?
12. Em quais pontos você concorda ou discorda do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros? Há algum tópico não mencionado no documento que você considera relevante?
13. Você considera que esse código se aplicaria ao seu coletivo?

Eixo C: casos específicos

14. Como você se prepara para cobrir uma manifestação? Há discussões sobre o que deve ou não ser filmado?

15. Durante uma cobertura ao vivo, você já ficou em dúvida se deveria filmar ou não alguma cena específica?
16. Você considera importante entrevistar fontes oficiais, como políticos, ou pessoas ligadas a instituições, como a polícia?
17. O coletivo já precisou corrigir algum erro veiculado em alguma matéria ou transmissão ao vivo?
18. O coletivo já recusou algum texto (de colaboradores externos ou do próprio núcleo) por discordar do seu conteúdo?
19. Como você avalia o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros? Estes valores poderiam ser aplicados ao seu coletivo? O que te chamou atenção no Código e o que faltou nele?

APÊNDICE D – Transcrições das entrevistas

Transcrição da entrevista com SC1

Como você entrou no coletivo Carranca?

Em 2013 eu *tava* sentada, normal, fazendo coisa da faculdade no computador, e eu sou viciada em Globo News ligada o dia inteiro. E aí *tava* vendo já há algum tempo, desde março, *tava* muito mexida mesmo, e eu cheguei até a ficar deprimida em março de tanta notícia de coisas, assim, arbitrárias, que estavam me incomodando. Porque aqui no Rio a gente teve em março o episódio da Aldeia Maracanã que foi muito violento, e eu fiquei muito impactada com aquilo. Como é que as pessoas estão protestando e levando bomba na cara? E aquela era uma cena que não era comum! Apesar de eu estar vendo Movimento Passe Livre no sul, em Porto Alegre, São Paulo, esporadicamente Goiás, eu até achava aquela coisa da violência, que tinha umas cenas que apareciam na Globo News, na Globo. Tinha umas cenas que aparecia um pessoal saindo correndo e metendo os dois pés na porta da prefeitura. Eu falava: “Pô, pra quê fazer isso?”.

E quando começou o Aldeia Maracanã, pelo menos – eu não sei como é que foi isso na programação das TVs, mesmo por assinatura, e em outros estados do Brasil, não sei como isso chegou, por exemplo, em Santa Catarina –, mas a gente tinha *flashes* de trechos de quê que estava acontecendo no Aldeia Maracanã. Então as pessoas levando bomba e até o cara do Ministério Público levando porrada de policial, de cassetete, na cabeça; índio subindo na árvore, gente ocupando o prédio do antigo Museu do Índio. E eu achei aquilo uma coisa tão louca! Como é que as pessoas *tão* levando bala? Como é que as pessoas *tão* levando bomba? Um jornalista da Globo que até agora *tá* na Europa, o Pedro Vêdova, ele levou uma bala de borracha aqui, no dia 20 de junho. Na verdade não foi a Aldeia Maracanã, foi 20 de junho.

Foi muito tempo! Ele tem até hoje um furo aqui, que eu vejo! Uma coisa funda, aqui entre as sobancelhas. E aí eu comecei a publicar na minha página, na verdade, coisas que amigos que estavam na rua indo para as manifestações em junho – e muitas voltadas com o foco para a Copa do Mundo. Eu não me envolvi com a coisa da Aldeia Maracanã. Fiquei muito presa, deprimida, chateada com aquilo, lendo notícias. Comecei a curtir páginas, inclusive *Anonymous* Rio, *Anonymous* Brasil, que publicavam muita coisa, mas não me envolvi com nada.

Estava, inclusive, ocupadíssima, fazendo um documentário sobre os BRICS [recente bloco de países emergentes formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul], me deprimindo também, vendo que era só fábrica de consumidores. E aí, entrou junho. Eu comecei a publicar coisas que colegas meus *tavam* na rua e me passavam porque eu era jornalista e eles achavam que eu podia fazer alguma coisa. Em tese eu não podia porque eu não era de veículo nenhum! E tenho conhecimento, eu tenho esse capital de conhecer gente de vários lugares, inclusive na Globo News, por exemplo. E aí começavam a me passar e não tinha essa coisa de WhatsApp, Telegram. Não tinha, assim, de um modo usual. Então a gente mandava por SMS. Aí, mandava um SMS, aí eu respondia fazendo pergunta, mandava de novo... Aí teve uma que me deu uma ideia, e eu falei: “posso publicar o que você *tá* me falando na minha página?”. “Posso” [sic]. Aí eu comecei a publicar reproduzindo: “Olha, essa é uma conversa que *tá* acontecendo por SMS”, e eu digitava mesmo. A pessoa falou – sem identificar, eu colocava “a pessoa falou a tantas horas isso, eu perguntei aquilo, ela respondeu aquele outro”. E aí eu ia editando, e as pessoas começaram a comentar como se estivessem acompanhando uma reportagem ao vivo por um *post* de Facebook.

Aí eu me dei conta dessa linguagem, mas foi um *insight* assim, só, na hora. Também não pensei “ah, agora eu vou fazer isso”, não, eu não pensei nada. Foi tudo muito instintivo. E aí, conforme eu ia vendo as coisas na Globo News, e aí começando a ficar mais presa com as coisas que eu *tava* vendo acontecendo em, por exemplo, São Paulo, que eles passavam ao vivo, eu comecei a publicar inclusive críticas ao que eu *tava* vendo na televisão, porque era completamente diferente do que eu *tava* vendo na internet.

Por mensagem, pela internet?

Por mensagem e pela internet. Aí eu tomei uma decisão. Na verdade, a culpa, entre aspas, dessa decisão, é da Leilane Neubarth e do Alckmin e sua polícia paulista. Porque ela narrava ao vivo uma coisa que *tava* acontecendo, que eu *tava* vendo que as pessoas estavam paradas ali – sei lá se era Avenida Paulista ou perto do [Viaduto do] Chá, não sei exatamente –, e um corpo de policiais, vindo uma fila de policiais andando com a arma apontada, de bala de borracha, e de repente começando a atirar em todo mundo.

E aí vai começar também a história do Coletivo. Eu vou pra rua só no dia 20. Isso que eu te falei da Leilane Neubarth, da polícia batendo e eu vendo os vídeos na internet, os depoimentos e o que a TV *tava*

mostrando, que era completamente um discurso antagônico. E eu comecei a postar, inclusive, críticas ao jornalismo corporativo, digamos assim.

Da Globo News?

Da Globo News, etc., dizendo: “Poxa, eles não *tão* entendendo nada!”. Essas pessoas estão só criminalizando, falando coisas. Tudo é “vândalo, vândalo, vandalismo, vandalismo, baderna, baderneiro”. Virou um mantra. A polícia batendo em todo mundo, uma violência absurda, e a primeira coisa que me veio na cabeça era: eu que tinha, aleatoriamente, nos meses anteriores, visto só como realmente de fato cenas de violência que poderiam ser episódios que iam se desfazer – por conta dos Movimentos do Passe Livre em outras capitais, de repente, quando eu vi aquilo em junho, eu falei: “não, agora estão tirando o direito das pessoas se manifestarem”.

E aí eu fiquei indignada e resolvi ir para a rua para poder me por como uma voluntária, uma janela, uma jornalista, pretensiosamente seria uma janela para mostrar o que eu *tava* vendo, que poderia, eventualmente, imaginava eu, se contrapor a essa... tentar esclarecer qual era essa versão. Pelo menos eu ia dar a minha.

Só que o meu pai *tava* doente, internado nesses dias – isso foi dia 13 de junho quando eu tomei essa decisão –, e eu só consegui no dia 20, que seria e foi a grande manifestação. E eu fui, sozinha, sem ninguém. Aí eu soube, eu vi pelas redes sociais, pelo Facebook, que tinha um lugar específico, de ponto de encontro, que é o IFCS [Instituto de Filosofia e Ciências Sociais] – que é a Universidade Federal, vinculado à Universidade Federal do Rio de Janeiro, só que de Ciências Sociais e Filosofia, e fica aqui no Centro, numa parte histórica. E aí eu soube que ia ter um ponto de encontro ali, fui, comprei cartolina, cheguei lá e até encontrei um sobrinho que me falou “tem umas tintas ali!”. Aí eu entrei, pintei meu cartaz e fui no meio da multidão. E achei que eu ia conseguir postar coisas ao longo. Pequenos *postzinhos*, ou *videozinhos* ou *fotinhos*, só que ficou tudo sem internet. Foi avassalador, porque eram muitos helicópteros em cima da nossa cabeça, com farol... Uma multidão impressionante, impressionante, que pegava desde antes da Candelária, que é uma igreja que tem aqui perto da Baía, aqui, de Guanabara, até praticamente a prefeitura, que fica perto do Maracanã. Então era praticamente uma esteira de seis quilômetros de gente. Tô falando sem dados técnicos, assim, tamanho. Tô aqui chutando para você. E aí, quando a multidão se aproximou da prefeitura, começaram a

apagar as luzes e a atacar com bomba e spray de pimenta. Foi a primeira vez que eu senti o que era isso, foi horroroso. Eu até tinha levado lenço, que eu sou viciada em lenço, tinha levado vinagre porque eu vi na internet um tutorial do que que tinha que levar para poder me proteger; algodão... Me lembro que o meu vidro de vinagre saiu andando na multidão assim, se perdeu.

E acabei indo parar numa galerinha de uns meninos que me ajudaram por causa da coisa do gás, do spray. Fui parar de volta no IFCS. Que meio que instintivamente alguns alunos, que eram de vários movimentos ali, voltaram para a mesma faculdade.

Sorte de repórter: ficamos cerca de 400 pessoas reféns, entre aspas, dentro do IFCS, com a Globo News com o helicóptero em cima dizendo que a gente, porque a gente *tava* cercado, foi uma noite violentíssima, o Centro do Rio de Janeiro inteiro atacado pela polícia, inclusive com episódios de bala de verdade – atacando não só a Universidade Federal de Direito, que é um outro prédio, como o Bob's, como aquele outro restaurante amarelinho que tem ali.

Aqui na Cinelândia é a principal praça política do Rio de Janeiro. Então, o que aconteceu: eu, àquele dia, decidi que eu não tinha mais como ir para a rua sozinha. E que eu precisava procurar um grupo de amigos jornalistas, que quisessem ir junto. Tipo assim: marcar uns três...

Até por questão de segurança.

Por segurança! Foi por segurança que eu pensei nisso. E aí eu pensei: “vamos marcar com uns três, de repente um deles que fotografe”. Eu até tinha câmera fotográfica, mas eu tinha receio de ser assaltada. E aí cheguei a falar com vários amigos. Tentamos marcar mas não dava certo porque se perdia do lugar que marcou... Enfim, não deu certo.

Aí eu comece a catar na internet se havia alguma galerinha fazendo isso. E aí eu vi uma matéria naquele site, Observatório da Imprensa, que citava uma matéria do *New York Times*, que citava uma iniciativa em São Paulo, de um grupo que estava cobrindo as manifestações em São Paulo, e que *tava* sendo super sucesso, inclusive com transmissão ao vivo, e que eles estavam inclusive aceitando voluntários para poder aumentar o grupo. Aí tinha um e-mail. Aí pensei: “vou mandar um e-mail para esse lugar aí para ver se eles têm alguma coisa no Rio”.

Aí eu mandei e em menos de dez minutos eu recebi de volta uma ficha muito bem estruturada: por que nome você quer ser identificado? Que tipo de ajuda você acha que pode dar? Que tipo de colaboração

profissional, ou de suporte ou de apoio, tipo: eu posso ceder energia elétrica, eu posso ceder um carro, eu posso dar carona ou alguém pode dormir na minha casa, ou eu posso fornecer comida... Enfim, de que maneira você quer colaborar, com que estruturas – eles davam várias opções inclusive, com trechos para você preencher. E aí mandei de volta e, em questão de horas, marcaram uma reunião comigo pro dia seguinte, que era um sábado, 28 de junho, aqui em Botafogo.

E aí eu estava entrando e fazendo parte da primeira geração da Mídia Ninja no Rio de Janeiro. E eu não sabia o que era Mídia Ninja. Sabia que tinha o nome na matéria, mas eu não sabia nada! Pra mim era isso que tô te dizendo: eu *tava* atrás de companhia. E fui. Cheguei lá, eram cerca de 10, 15 pessoas num apartamento. Uma pessoa liderou um pouco a reunião, se apresentando como da ONG [Organização Não-Governamental] Fora do Eixo, que eu nunca tinha ouvido falar – que seria como se fosse a incubadora do projeto da Mídia Ninja, que eles *tavam* trabalhando voluntariamente, fazendo transmissão ao vivo de celular, postando fotografias. E aí eles passaram, assim, uma rodinha, pedindo para cada um contar quem eu sou, o que é que eu faço, como é que eu posso colaborar, e o porquê que eu tô aqui. Até quando chegou na minha vez...

Aí a gente *tava* naquela reunião até quando eu me apresentei, falando resumidamente quem eu era e tal, o rapaz que era o que comandava a reunião – que depois eu decorei quem ele era porque passei, digamos, a trabalhar também com ele, que era o Rafael Vilela, que tem o apelido de “Pira”, que é do sul, e eu acho até que de Florianópolis, um excelente fotógrafo. E que era, digamos assim, no *staff* da ONG Fora do Eixo ele era do Ministério, entendeu? Mas ele era um coordenador de um setor, digamos assim, da Mídia Ninja, que cuidava só de fotografia. Não tinha esse nome, não era setor de fotografia. Eles davam um nome ou outro. Sei lá: imagens e representações e narrativas, sei lá. Tem um nome pós-moderno.

E aí, quando eu falo até um pouco da minha história, ele até fala: “ah, então você tem que *colar* com o Felipe Carioca – que eu também não sabia quem era – que faz transmissão ao vivo! Porque se você foi repórter, você vai fazer isso tranquila”. Eu falei: “Ah, que ótimo! Adorei!”. Aí eu já *tava* até empolgada, né! “Vou virar repórter de celular, gente! Que maravilha!”. Só que eu fiquei frustrada no dia seguinte porque eu descobri que meu celular era plataforma Windows e não permitia a instalação do *twitcast*, que era a plataforma de transmissão do *streaming*. Então eu só descobri isso logo em seguida, nos dias seguintes. E aí eu também não tinha dinheiro para comprar

outro celular, então o que eu inventei: eu inventei um negócio que, na época, eu mesma apelidei de “*post-reportagem*”.

Eu fazia pequenos textos, às vezes com *fotinho*, às vezes com videozinho de até um minuto, às vezes só textinho, ou com alguns breves relatos ou com pequenas entrevistas. Então, tipo: entrevistei um PM [PoliciaI Militar], acabei de conversar com ele sobre isso e aquilo. Eu não dava nomes nem de PM nem de manifestante – a não ser que a pessoa quisesse se identificar, e aí a pessoa dizia: “Eu sou *sei lá o quê*”, então tá. Se a pessoa quisesse botar a *fotinho*, OK, se não quisesse, OK. E se eu fosse pegar *fotinho*, assim, de um grupo que não necessariamente uma pessoa que eu tivesse conversado com ela e tal, eu evitava mostrar rostos. Então eu pegava mais o conglomerado da gente, a coisa do fenômeno da multidão mesmo, aquele grupo, e não necessariamente o rosto de alguém. Até porque não que já houvesse uma criminalização ali, naquele momento. Não havia também tanto uma coisa de “ah, eu preciso tomar cuidado”. Eu não tinha, ainda, esse tipo de preocupação, mas porque eu achava mesmo – aí é uma coisa minha, da minha trajetória, da minha escola, que é: ninguém dá entrevista sem autorização, ninguém usa material de ninguém sem autorização. Então eu não vou publicar a imagem de ninguém sem autorização. Então, por essa formação que eu tenho, técnica, e que sempre foi praxe, a gente saía em televisão com um monte de folhinha de autorização de uso de imagem e voz, eu não tinha isso na rua! Podia ter feito, mas não cabia. Como é que no meio do caos você vai pedir: “ah, então assina aqui para mim?”. E assina para quê? Para que veículo? Para a minha página do Facebook? Então, seria subverter, inclusive, a lógica do Facebook. Então, pelo que as pessoas entender dessa, entre aspas, liberdade de tudo, que é subversiva e que infringe regras legais de direitos autorais. Para mim é isso. Essa coisa de “ah, tá no Youtube, ah tá não sei aonde, tá liberado”. Não, meu amor, não tá! Não tá liberado, entendeu?

Então, isso é um problema na rede, isso é um problema... Não sei te qualificar se entre jornalistas, mas entre midiativistas que, digamos assim – vamos usar esse termo para poder... – que não tem uma formação técnica – eu nem sei te dizer se as faculdades, hoje, dão esse tipo de orientação. Porque essa, por exemplo, é uma orientação que eu aprendi na prática, na minha experiência profissional de televisão porque televisão lidava com imagem e voz, direito de imagem. Então, assim, hoje em dia eu nem sei se isso é uma regra que se aprende na faculdade. Porque, quando eu estudei, as grandes regras eram do jornalismo impresso. Então era o depoimento em *off*, era a preservação da fonte nos casos correspondentes e tal.

E isso é uma baderna na rede social, isso é uma baderna na internet. O próprio Carranca, que é o nosso coletivo Carranca, a gente sofreu agora por um colega, digamos assim, midiativista, que ele achou nossa vinheta de vídeo de encerramento com um áudio muito legal. Então ele pegou o áudio e botou na vinheta da produtora dele! E ele acha que esse é o reconhecimento do valor e da qualidade do nosso trabalho. “Que o áudio é muito bacana, então vou usar também!”. E aí como o áudio que a gente usou é um áudio de direito livre, não pertence à gente, a gente não roubou de ninguém, é uma coisa de domínio público – que é um grito –, aí ele acha que porque é de domínio público, a gente pegou, ele também pode pegar. Mas ele tá na mesma esfera de audiência, digamos assim, e de público de contato e etc., e foi deliberadamente no nosso Youtube, baixou e colocou esse áudio na vinheta dele, entendeu?

Então, assim, isso para mim é antiético! [...] E sequer comentou! E quando conhecidos em comum foram conversar com ele para colocar que isso *tava* uma situação delicada, para ele repensar – vira quase um pedido de compreensão e de favor – e ele deu essa resposta, que foi tipo: “Não, mas é que eu acho legal! E não tem nada a ver, não é de autoria deles!”, enfim.

E é de um outro coletivo de multimídia?

É. Mas a vinheta não é do Coletivo. A vinheta é do trabalho pessoal dele. Enfim. E vou te dizer que até umas pessoas do próprio midiativismo do próprio Carranca acham que “não tem problema! Isso é bacana! É um reconhecimento!”, e que essa coisa da rede, da internet – usa-se muito um apelido que ficou muito famoso com o dialeto, o glossário da própria equipe Fora do Eixo, porque eles têm todo um vocabulário próprio, que era o hackear. O “hackear o capitalismo”: “Vamos hackear!”. Então, é um hackear para cá, hackear para lá sem respeito nenhum à fonte. Não botam nem a fonte. Dependendo de determinadas situações não botam qual é a fonte de referência...

Tá se referindo a quem exatamente? Ao Mídia Ninja?

No caso do termo hackear eu me referi à Mídia Ninja e à ONG dela, a Fora do Eixo à coisa do glossário. E essa coisa de não fazer referência a determinadas fontes, isso é meio generalizado. Não é assim, tipo, grupo tal... Não no Carranca! O Carranca não entra essa bagunça, não! Tanto é que qualquer coisa que esteja publicada no Carranca que não seja produção dos colaboradores que são fixos, seja fundadores ou

os que estão ali realmente atuantes e tal – que já fazem parte de um grupo, que você tem aquilo com grupo de discussão online, etc. e tal. Sempre “ah, fulano, sei lá de onde viu uma foto na rede”: sempre a gente vai lá no *inbox*, pergunta se pode usar. Aí a pessoa: “ah, mas tá público!”. A gente fala: “Não, tá público, mas a gente quer te dar ciência que a gente tá querendo usar na matéria tal” ou “vimos que está público e a gente colocou na matéria tal. Você tem alguma objeção a isso?”. Às vezes até por ordem de urgência a gente até publicava, mas o pedido *tava* lá. Quando a pessoa respondia a gente falava: “Ó, a gente publicou, tem alguma objeção?”. Nunca tivemos. E tivemos até retorno de algumas pessoas surpresas porque a gente foi consultá-las.

Tipo assim: “Nossa, que educação!”. Educação... Entendeu? E aí, voltando então a 2013. Então eu entrei no que foi a chamada primeira geração da Mídia Ninja no Rio de Janeiro, estreei no dia seguinte, inclusive com o SC3, que você vai conversar amanhã – é dessa primeira geração também o SC1, que você também vai conversar – e nós três somos dissidentes da Mídia Ninja, fundando o Coletivo Carranca.

Então você conheceu os dois ali, na hora do Mídia Ninja?

Nessa primeira reunião, inclusive. Estavam lá também. Sendo que no dia seguinte, que foi a final da Copa das Confederações, foi uma cobertura que foi o “Pira”, que é esse Rafael Vilela, fotógrafo da Mídia Ninja de São Paulo, que é o de Florianópolis, eu acho... E o SC3, daquela turma que *tava* naquela reunião. Dos que seguiram com a gente, assim, pelo menos que ficaram depois, do Carranca, eu posso citar esses dois. Eu e ele. Claro que outras pessoas que estavam ali seguiram também, mas foram Mídia Ninja por um tempo, depois seguiram suas vidas em outros coletivos ou fazendo outras coisas.

E aí a gente foi no dia seguinte, foi uma cobertura muito violenta. Aquele ato foi muito violento àquele dia, porque era próximo ao Maracanã e *tava* com muito exército. Foi a primeira vez que eu vi *blackbloc*. Apesar de ter visto quebradeira antes, porque no dia 20 de junho, que foi a grande manifestação que eu acabei refém, entre aspas, no IFCS, a quebradeira não era *blackbloc*. Não tinha *blackbloc* na rua, eu não vi isso. Eu fui ver *blackbloc* no dia 29 de junho, que foi a final da Copa das Confederações.

E eu *tava* bem na linha de frente, do lado desse povo. Assim, pertinho, encostada na mureta do Rio Maracanã. Polícia lá, a gente aqui, a uma distância de, sei lá, uns 300 metros, até que o pau começou a cantar e foi muito violento. Alguns prédios, até alguns moradores

abriram as portas para manifestantes entrarem para se abrigar. E eles jogavam bomba aleatoriamente. Nunca souberam, nunca tiveram mira. A polícia não tem mira. E as pessoas assistindo o jogo da final da Copa em casa. Nas coberturas, tem vídeo da época de bomba caindo, assim, na cobertura, com os caras fazendo churrasco, entendeu? Entrando pela janela de quarto, sala... Foi uma coisa muito violenta.

Mas aí naquele dia eu *tava* me sentindo mais segura, apesar de não ter sido a minha primeira noite de violência, porque eu *tava* com conhecidos já. Mesmo que eu nunca tivesse os visto na vida, mas eu sabia que o SC3 era o SC3 quando ele cruzava por mim, eu sabia que o Pira era o Pira, e eram as duas pessoas que eu conhecia. Então fizemos essa noite de cobertura e eu voltei para casa muito satisfeita porque eu pensei: “Poxa, agora pelo menos eu tenho pessoas que a gente vai estar junto fazendo isso”, e, de fato, o Pira foi embora. No dia seguinte, se não me engano, para o Egito, para cobrir a Praça Tahrir, que eles fizeram ao vivo da Mídia Ninja cobrindo ao vivo as manifestações no Cairo. Foi até uma brilhante cobertura nesse sentido. Fez tudo em inglês pelo Twitter porque a grande mídia social lá era Twitter, não era Facebook. E a gente ficou aqui sozinho, entre aspas. Ou seja: Quem ficou aqui dominando a cobertura de tudo que estava acontecendo era essa equipe do Rio de Janeiro. Não tinha ninguém de São Paulo.

Os dias foram se passando, uma manifestação atrás da outra, às vezes mais de uma por dia. Foi muito catalisador o nosso encontro, da gente se falar várias vezes por dia e já se adicionar por telefone. E aí o SC2, que entende muito de tecnologia, falou do WhatsApp, falou da gente começar a pensar maneiras de comunicação, aí eu falei para ele: “Olha, em televisão – que era a minha experiência de televisão –, não existe esse negócio de a gente ir pra rua”, porque essa é uma diferença que a gente teve, por exemplo, no dia 4 de julho, que a gente chama de primeira noite de bombas no Leblon.

Leblon é o bairro *top*, classe média-altíssima do Rio de Janeiro, onde morava o Sérgio Cabral. E por conta de uma manifestação que estava acontecendo na porta, na rua do Sérgio Cabral, deu um bombardeio do cão, né, polícia botando todo mundo pra fora da rua, e aquela coisa toda, numa violência que se estendeu até o Arpoador. Depois se você olhar isso no mapa ou se você pegar um ônibus para dar um *rolê*, assim, para você ver, isso foi pela praia, com bomba na areia, entendeu? Foi de noite. E a mesma coisa: desligava a luz do quarteirão, a gente era atacado no escuro, conforme a polícia ia conseguindo avançar quarteirão a quarteirão... E eu com meu *post-reportagem*!

E a gente reclamou, inclusive, muito nesse início com eles. Em alguns momentos a gente falava: “Mas vem cá, por que que o meu negócio não subiu?”, porque a gente ficava feito um louco mandando pelos meios que eles disseram: “ah, manda por email!” ou manda por não sei o quê. A gente não sabia quem era que ficava sentado onde, quem era o editor, digamos assim. Quem era esse lugar, essa pessoa ou essas pessoas que...

Vocês mandavam para o perfil do Mídia Ninja *inbox*?

Para um e-mail que eles tinham. “Midianinja@gmail”, se não me engano, e poderia também mandar por *inbox* dependendo. Mas como as fotos, por exemplo, eram muito pesadas, eles preferiam que mandasse concentradamente tudo por e-mail. E era muito ruim porque os sinais de internet na rua eram péssimos, entendeu? Então, do tempo que você fazia ao tempo de você subir – tido mundo tinha *wi-fi* na própria câmera e tal, ou estava com o celular com internet – então, assim, dava para mandar com um *gap* de pouco tempo, mas ainda assim tinha um *gap*. E quando a gente chegava em casa ou no dia seguinte a gente abria a página do Mídia Ninja, cadê aquilo tudo que a gente cobriu?

Eles não upavam as fotos?

Nem tudo! A maioria não! E aí eu fiquei pouquíssimos dias – porque foi tudo tão intenso que, sei lá se em dois dias que eu percebi isso –, eu não *upava* na minha página para poder não descaracterizar o ineditismo – isso só eu pensando –, falei: “Não vou subir na minha página porque vou mandar para eles! Depois eu compartilho [com] eles!” – eles, “nós”, né? E aí quando eu comecei a ver e outros: “Pô, não subiu a minha foto, não subiu não sei o quê”, aí, pô, dava um trabalho danado. A gente tava ali para isso!

Aí eles deram uma sugestão. Eles, Fora do Eixo. Faz o seguinte: posta na página de vocês com a *hashtag* Mídia Ninja porque a gente vai então monitorar pela *hashtag* Mídia Ninja, e o que a gente achar que tá pertinente, com qualidade de imagem ou que a informação é relevante, a gente joga para a nossa página, faz uma postagem na nossa página. E tá, tudo bem. E na época...

Isso quem falou foi o...

Foi o próprio Pira. E aí ele fala: “posta a *hashtag* que a gente rastreia pela *hashtag*. Assim vocês ficam mais liberados de já publicar na velocidade de vocês o que vocês quiserem, não ficam na frustração de que não publicou em lugar nenhum e virou notícia velha, não serve para nada, e por ali a gente vai rastreando. Dá menos trabalho também do que mandar por e-mail”. “Ah, então tá ótimo!”. E ainda era um conceito como se usar a *hashtag* Mídia Ninja fosse uma concessão. Isso é muito psicológico, muito subjetivo. Isso não foi dito como uma concessão nem era uma regra do inconsciente coletivo de que qualquer um podia usar qualquer *hashtag*. Não havia isso ainda porque era tudo muito recente. As pessoas nem tinham essa prática ainda de usar as *hashtags* de uma maneira, mas as *hashtags* estavam sendo divulgadas: #mudabrasil, #changebrasil, #vemprarua... E aí eles mandaram: “Não, bota Mídia Ninja!”. Que aí vocês vão usando a *hashtag* Mídia Ninja, a gente rastreia, era uma maneira de assinar, e no meu entendimento, pelo menos, apesar de isso não estar em manual nenhum, nem em nenhuma ata de reunião, era como se fosse uma concessão. “Ah, a gente pode usar a *hashtag* Mídia Ninja, e isso ao mesmo tempo assina o trabalho que a gente tá fazendo, e eles têm como uma ferramenta de banco de dados”.

Apaziguou os corações porque todo mundo pode começar a publicar nas suas próprias páginas achando que eles iam puxar por lá. Continuou do mesmo jeito: algumas coisas puxavam, algumas coisas não puxavam. Algumas coisas, no meu caso por exemplo, que eu era a única do grupo que escrevia – então muita coisa que eu escrevia muitas vezes eles pediam para juntar com outras informações: “Olha, a gente tá aqui pensando em juntar essa sua informação com outra, tudo bem? Que que foi aquilo mesmo?”, aí eu explicava, aí eles pegavam meu texto, dava aquela adaptada só para juntar com o outro parágrafo...

E isso passou a valer para os seus *posts* também, não foi só para as fotos? Você publicou só na sua página...

Sim, o meu *post* eu publicava na minha página.

Achei que você publicava no Mídia Ninja direto.

Não, ninguém publicava na Mídia Ninja direto. A gente não tinha nem senha da página. A gente não sabia nem onde era essa sala que operava isso. *Tava* todo mundo naquela coisa do “somos nós contra eles! O povo conta o Estado!”, entendeu? “Estamos todos aqui numa ação anárquica coletiva para poder fazer a informação chegar”. A

informação que a grande mídia está dizendo que é o contrário. E a gente tá vendo agora! O que a gente tá vendo agora é a violência policial, é a criminalização. Bom, enfim. Então, postávamos nas nossas páginas pessoais e eles eventualmente puxavam as fotos para lá. Tanto é que quando algum fotógrafo que não era do QG Mídia Ninja “núcleo duro” São Paulo, digamos assim, pra fazer essa distinção, quando publicava a foto de alguém daqui, a gente até comentava entre si: “Pô, a foto do fulano!”. Tipo, primeira página, né?! Porque não publicava nunca.

Então, na prática, e essa é uma leitura que eu posso fazer hoje, independentemente das razões editoriais deles – que na verdade nunca nos foram postas de uma maneira, entre aspas, mais formal, claro, nada era formal ali, mas no sentido de [que] todo mundo tinha um sentido meio instintivo do que que eram os conteúdos que a gente tinha que mandar.

Na verdade, eles tinham uma tentativa que eles conseguiam fazer, que era de dar na página do Facebook da Mídia Ninja um contexto de editoria nacional. Então, eles na verdade não tinham só o Rio de Janeiro. Eles tinham Rio de Janeiro, São Paulo, Goiânia, Minas Gerais, o sul, o norte, o nordeste, a Alemanha. *Tava* tendo manifestação no mundo inteiro! E o gigante acordou.

Então, eles davam esse painel. E as publicações eram notoriamente uma foto, geralmente muito bonita, com tratamento fantástico, ou um vídeo, normalmente muito impactante – falando tecnicamente sensacionalista porque eram vídeos muito fortes – e um ou dois parágrafos, às vezes uma linha. Não tinha muito acompanhando essa foto... Não tinha uma coisa de uma matéria mais completa, não era uma reportagem completa no sentido de você ouvir pelo menos três fontes... Não. Eram *flashes*. Eram *flashes*, da mesma maneira que, de certa forma, o meu *post-reportagem* era.

Só que raciocinando do ponto de vista da redação, entre aspas, dessa página da Mídia Ninja, que eu não sei como é que ela era administrada, a linguagem era essa: um ou dois parágrafos, uma coisa muito curtinha, às vezes uma linha só ou uma frase-piada ou uma pergunta provocativa e a imagem. Seja em movimento, seja em *still*. Então, e a gente publicando com as *hashtags*, eventualmente eles levavam ou não, eventualmente perguntavam mais dados sobre aquele texto que eu tinha feito ou não, juntavam com várias outras coisas. E uma coisa que era regra deles é que o crédito era Mídia Ninja. O crédito de qualquer coisa: foto... a postagem era Mídia Ninja.

A postagem era: “Foto: Mídia Ninja; texto: Mídia Ninja; reportagem: Mídia Ninja”. E eu que sou velha guarda achei aquilo um absurdo.

Como é que fica a questão dos direitos autorais?

É.

Você achou um absurdo pelo ponto de vista jornalístico...

Claro! E histórico. Esse acervo nunca vai ser personalizado. Se um dia alguém quiser estudar esse acervo, quem era essa pessoa que *tava* fazendo isso? Tudo bem que de um ponto de vista que era muito o discurso, o próprio Pira falava isso, o Rafael Vilela, ele falava isso do ponto de vista pessoal, em que ele dizia que ele mesmo ignorava os créditos no nome dele porque ele tinha entendido que tudo era uma construção coletiva. A foto dele, apesar de ter sido o clique dele, o olhar dele, nunca aquele resultado pode se explicar sozinho. Tem uma filosofia. Eu não era de filosofia nenhuma. Eu quero meu crédito. Porque se a gente for parar para pensar assim, a gente vai num homem de Neanderthal. Né? Não vai parar nunca de olhar para trás, porque eu sou o resultado do mundo.

E aí, desde o início eu falei: “Eu faço questão de ter meu crédito”. Qualquer coisa que vocês usarem é meu. Aí eles ficaram meio ressabiados, de um olhar para o outro... Nessa altura eu já conhecia o Felipe Carioca – Felipe Peçanha ou Felipe Carioca, como é o apelido dele – e me lembro que na hora eles ficaram meio assim, demoraram uns três segundos e falaram: “Não, tudo bem”. E eu passei a ser, acho que a primeira pessoa a ter crédito na página da Mídia Ninja. Porque eu bati esse pé quando ninguém pensava nisso.

Eu não posso te assegurar porque eu teria que fazer uma pesquisa para poder você ter isso de uma maneira cabal, mas eu posso te dizer que eu acho que, provavelmente, eu fui a primeira pessoa a ter crédito. Porque nunca ninguém tinha tocado nesse assunto – você pode checar isso com o S3C, talvez, qual era a visão dele –, e havia até um certo orgulho de ter o seu conteúdo, a sua produção vinculada àquela marca. Então: Foto Mídia Ninja, e o cara sabendo que ele era da Mídia Ninja, e o cara sabendo que a foto dele era uma foto Mídia Ninja, aquilo me passa essa impressão, sempre me passou, que tinha um certo orgulho nisso. E também uma justificativa de fundo de que haveria uma segurança para esse autor, [de que ele não teria] problemas caso

eventualmente ele fosse empregado numa outra empresa como aconteceu muito.

Tinham jornalistas de outras empresas, ou que trabalhavam para agências ou que trabalhavam como *freela* pro G1, ou para O Globo, ou para a Folha, e às vezes eles estavam naquela noite, contratados para fazer para um veículo corporativo da grande imprensa, mas eles faziam uma outra foto com uma outra linguagem da mesma coisa só para mandar para a Mídia Ninja. Então esses se valiam desse sigilo ou desse pseudônimo, dessa máscara, para poder ter esse tipo de proteção de mercado. Mas havia os que não tinham necessariamente esse vínculo de mercado e que enxergavam nisso um prestígio.

E você acha que no caso da proteção de mercado estaria justificado fazer isso?

Eu acho que sim, porque desde o início houve um embate muito grande entre o que era essa nova mídia. Aliás, eu acho que existe um embate já dessas nomenclaturas. Mídia Livre: Livre do quê? Independente: Independente em que sentido? Enfim, midiativista. Mas aí você é midiativista ou você é mídia? Como é que essas coisas se encontram... E aí foram questões éticas que foram muito levantadas na época, porque, por exemplo, teve uma vez que...

Em relação aos direitos autorais da questão ética, você diz.

Não, não. Aí eu já vou falar, já ia entrar um parênteses de outra abordagem, que é entre o ativismo e o mídia. Porque “ah, então”, alguém falava assim: “Vai ter um ônibus que vai levar um bando de manifestantes, eu não sei para aonde, e aí você vai no ônibus junto com os caras que vão descer”. Só que eles iam fazer, digamos, esses manifestantes, que por acaso alguém teve a informação, um ato que poderia de fato ter complicações. Vamos supor que fosse num território em que ali não era só PM, era Polícia Federal. E de repente todo mundo podia ser preso! E você não *tava* ali com credencial de nada. Você não era O Globo, que poderia te proteger.

Então, eu mesma cheguei a falar assim para um colega uma vez, um fotógrafo: “Olha, a hora que você entrar dentro daquele ônibus, você é uma manifestante. Você vai ter que ver direitinho, não pelo ponto de vista do seu trabalho, mas porque se der algum problema você não vai conseguir se livrar dessa coisa dúbia”. E dependendo da maneira como o, entre aspas, midiativista se envolve, na verdade, com a cena das lutas,

isso se confunde. Isso se confunde mesmo. Não que não seja útil. Até para a produção do conteúdo que você tá gerando, seja uma foto, seja um vídeo, seja um *streaming*, seja um texto ou apenas a sua observação naquele dia. Que isso até acontecia: tinha gente que ia com a máquina no pescoço e falava: “Hoje eu não quero fotografar, eu só quero ir”. E ficava andando e sentindo aquilo.

E, enfim, mas aí voltando à coisa do crédito: Então tinha essa questão do crédito, que eu refletia muito sobre isso – tanto é que a Mídia Ninja faz parte do acervo do MASP [Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand]. E também se você for lá olhar, não tem nenhuma foto que não seja do núcleo duro da Mídia Ninja. Não tem do SC3, não tem do Leonardo Carrato, não tem de um monte de gente.

Porém, assinado pelo Mídia Ninja.

Assinado como Mídia Ninja. Não são fotos deles, nem que eles possam querer se vangloriar, tipo: “Porra [sic], tem uma foto minha que não está com meu nome mas está no MASP!”. Não. Eles não podem porque entraram as fotos do Pira, e sei lá se tem mais alguém. Essa é uma coisa a ser investigada lá se fosse o caso. Mas as fotos que eu vi, falando, mostrando a exposição que houve na época, que lançou essa coisa de ter um acervo da Mídia Ninja dentro do MASP com as cenas das manifestações, nenhuma foto era de conhecido meu. Conhecido assim: que não era do núcleo duro, Fora do Eixo, Mídia Ninja. Então, assim, a gente chegou a propor a eles de fazer...

Eu vou até te fazer um parênteses: o SC2, por exemplo, é um cara – não sei se o SC3 tanto, mas o SC2 por exemplo é um cara que acha que a gente tem que, em algumas situações, tentar desvincular nossa história dessa história. Que parece que a gente fica contando a história da Mídia Ninja. Eu, particularmente, acho que não tem como não contar porque eu fui Mídia Ninja. E o Carranca só existe porque a gente era Mídia Ninja. Na verdade a gente já era Carranca, só que era com a marca Mídia Ninja.

Tanto é que quando a gente constroi o Coletivo Carranca, que eu vou te explicar agora como é que dá esse racha, a gente na verdade começa a fazer tudo que eles não deixaram a gente fazer – porque a gente queria fazer. A gente pediu para eles: “Ah, então já que vocês não aproveitam, já que também não tão pegando nas nossas páginas, fica aquela negócio lá só com *hashtag*, então será que a gente não pode abrir uma página no Facebook, “Mídia Ninja RJ”? Porque fica uma coisa que nem um telejornalismo ou o jornalismo impresso, que você tem a

editoria Rio, a editoria São Paulo, o caderno isso, o caderno aquilo, e aí a gente abre um Ninja RJ. E eles não aceitaram. Só um disse que tudo bem e os outros três disseram que não.

Depois, pensando sobre isso, eu interpretei da seguinte maneira: Claro, você tira o ranking de curtidas da página principal. E na época, julho, agosto, foram meses muito fortes no Rio de Janeiro, e São Paulo *tava* minguando. O pessoal do Passe Livre já tinha ido fazer reunião com Dilma, já tinha tomado chá, e já não *tava* mais aí. E falou: “Não, a gente só queria o negócio das passagens, agora que resolveu, se virem aí!”.

Mas eles não chegaram a apresentar uma justificativa do porquê [de] não pulverizar as páginas, só falaram que não?

Na verdade, eles acharam que não porque já tinha tido um problema uma vez num... Sei lá aonde, no nordeste – eu não sei qual estado que parece que abriram na cara dura sem nem pedir, um grupo lá abriu. E aí eles ficam sem controle do que tá sendo dito lá, e eles não sabem nem se de repente é alguém da oposição aos princípios.

E aí, a gente começou a perceber. Primeiro: a gente produzia e a coisa não era publicada; segunda barreira: a gente produzia, publicava na nossa página com a hashtag Mídia Ninja, não necessariamente a gente era publicado lá. Aí a gente vem com a terceira: a gente pede pra abrir a página RJ, não. E a gente começou a perceber, porque em julho, com São Paulo que arrefeceu, e o Rio de Janeiro que continuou bombando muito forte, com as manifestações muito frequentes e muito violentas, e o fenômeno dos Black blocs se tornando uma marca, tanto em termos de criminalização pela grande imprensa quanto de fato nos próprios atos, passaram a ser personagens relevantes e visíveis, né, porque aí você via quem era Black bloc, eles tinham uniforme [...] Aí eles passaram a vir pro Rio de Janeiro a partir de julho, os de São Paulo, passaram a vir.

E aí, bom, a gente teve algumas reuniões, que não foram muitas, mas a gente teve algumas reuniões nesse apartamento, inclusive alguns membros que foram entrando depois, ao longo desses meses de junho e julho aí, principalmente julho, e aí a gente começou a perceber, que aquele discurso de horizontalidade não existia, porque no fundo, no fundo, eles eram o dono da bola, o dono do brinquedo. A gente tinha que pedir autorização, a gente dependia deles pra... autorização, tipo isso, ‘podemos abrir a página?’

Como se tivesse um chefe de redação de um veículo tradicional, nos mesmos moldes?

Um chefe de redação. Não é? Uma loucura! Então não era uma construção coletiva nesse sentido, em que as pessoas debatiam e chegavam numa conclusão, em que a maioria acha isso, a minoria acha aquilo e chegamos a um ponto. A gente mencionava a coisa e eles diziam não. E às vezes... e esse controle editorial que se realizava no fato de a gente não ter sequer a senha da página do Facebook, e não saber o quê que era publicado ou não, sob quais critérios, não só o que a gente produzia, como o que era produzido no resto do Brasil, não que a gente tivesse tempo e interesse de ficar tomando conta de como seria isso, mas a gente não tinha controle... não tinha controle nem acesso, nem eles nunca abriram qualquer possibilidade. Uma vez a gente quis fazer uma reunião da gente aqui do Rio, e não tinha onde sentar, e a gente era umas dez pessoas, a gente chegou a falar ‘pô, então vamos pedir a chave daquele apartamento’, que aí lá a gente consegue conversar com privacidade. Aí a gente chegou a pedir a chave, enrolaram ‘ah, a chave tá não sei aonde’, nunca tivemos a chave do apartamento, entendeu. Então, enfim. Por conta dessas pequenas percepções, que foram num momento muito curto porque foi tudo muito intenso, a gente tá falando aí de praticamente um mês, porque estamos chegando aí no final de julho praticamente, aí quando chega no dia 19 de julho tem a entrevista que eles pautam com o prefeito Eduardo Paes, que é um episódio à parte, a gente não sabia dessa pauta, a gente foi chamado no dia, a gente tava fazendo outra coisa...

Quem sabia era só o núcleo duro da Mídia Ninja?

As perguntas foram feitas por lá, eu não segui nenhum roteiro. E apareceu inclusive uma menina que se identificou como da revista Piauí, disseram que era da revista Piauí, e aí quando ela chegou pra encontrar a gente, ela disse que ‘não, eu sou Mídia Ninja’, e a gente ficou meio assim, ‘como assim Mídia Ninja?’. Até por uma questão de segurança, a gente ficava... ‘como assim, que pessoa é essa que apareceu aqui?’. Mas como a gente sabia que foi o Bruno Torturra e o Felipe Carioca que tinham mencionado que ela ia aparecer, e que ela tava com as perguntas, eles até me procuraram mais cedo pra eu participar de um Skype, pra gente pensar um roteiro de perguntas, mas eu falei ‘cara, eu tô indo pra OAB, porque vai ter agora uma audiência pública que me interessa’... e eu sou livre né. Mas aí ‘ah, porque era importante’... E aí

como disseram que ia essa menina da revista Piauí, um outro que era de uma ONG, que eu não vou me lembrar exatamente o nome agora, não sei se era não sei o que lá de redes... coletivo de redes, não sei... Eu achei que fosse ser uma coletiva. Uma coletiva com a possibilidade dessa coisa alternativa, e que talvez tivesse apenas esse perfil, mais de esquerda, mais contracultura...

Com outros coletivos, além do Mídia Ninja?

Se havia?

Não. Você entendeu que seria uma coletiva com outros...

É, porque ia estar a revista Piauí, e a tal não sei lá o que de redes, então eu pensei vai ver que é uma coisa contracultura, entre aspas, que eles estão navegando nisso, aí pintou, tá marcado e a gente vai. E por isso, fomos. Até o SC2 foi. Mas assim, as perguntas foram feitas por lá, havia até recomendações ‘ah, pergunta assim, pergunta assado, faz isso, faz aquilo...’ eu não segui o roteiro, não concordei, aí eu falei pra menina da Piauí, eu falei ‘olha, faz aí você o que você quiser, conduz você, e se eu achar, eu interfiro com alguma pergunta, faço uma intervenção...’. Aí fiz umas duas intervenções lá, perguntei porque que apagava as luzes, ele jurou que não mandava apagar as luzes, que não autorizou a apagar as luzes, e perguntei sobre, ele tinha dado uma coletiva pra Folha de São Paulo, se eu não me engano, sobre a vinda do Papa, em que ele diz que seria uma ótima oportunidade dos políticos corruptos se confessarem, e aí eu perguntei se ele ia se confessar. Foram as perguntas que eu fiz, e o resto foi ela, com aquele guia enorme, e a entrevista teve uma repercussão ruim, junto ao público do Mídia Ninja...

Ela se apresentou lá como da revista Piauí ou da Mídia Ninja, no fim das contas?

Pra gente, inclusive na portaria, ela falou ‘não, eu trabalho pra Piauí, mas eu to aqui de Mídia Ninja’.

E ali na hora de fazer as perguntas ela dizia que era de qual veículo?

Mídia Ninja. E aí eu fiquei muito indignada com aquela situação porque quando eu me dei conta na armadilha que a gente tinha

caído, porque não era uma coletiva. E eu saí de lá aborrecida, tive um telefonema duro com um deles, dizendo que eu não era palhaça, que eu tinha anos de carreira, entendeu, que eu não tava na rua de voluntária pra passar por esse tipo de coisa, que eu não sabia em que termos aquilo tinha sido negociado, mas que eu nunca poderia imaginar a Mídia Ninja entrevistando o Eduardo Paes no gabinete, que você não entrevista uma pessoa que tá por debaixo da carne seca, quem tava por cima da carne seca era a gente, dentro do quartel general do cara com assessoria, com gente da assessoria dele gravando a gente, ainda mais numa época complicada que a gente, só de chegar lá tinha passar pela portaria e entregar a identidade. E a gente não sabia qual era da situação política, em que termos de segurança a gente tava trabalhando.

(...) se a Mídia Ninja tem um mérito – eles não têm o mérito de ter inventado o mídia ativismo ou de ter inventado a mídia independente porque isso já existe no mundo há muito tempo – mas eles têm o mérito de popularizar o streaming no Brasil. E de trazer, usando a linguagem que ficou na moda, esse novo paradigma. Tanto é que ‘ninja’ virou adjetivo, qualquer cidadão com um celularzinho na mão era ninja. Tinha gente, advogados ativistas que me conheciam, tinha um, por exemplo, que só me chamava de ninja e ele sabia meu nome. Mas mesmo desconhecidos ‘ah, tão lá, chama aquele ninja ali’. A própria Mídia Ninja tinha uma política de... eles faziam o que a gente chamava de reuniões messiânicas, assim, porque eram reuniões que aconteciam dentro da UFRJ, e que juntavam 200 pessoas, porque todo mundo queria ser Mídia Ninja, e eles faziam um discurso lá, com aquele glossário né, uma coisa muito negriana, muito da multidão, do fluxo, da multiplicidade, das subjetividades... E todo mundo podia ser ninja, todo mundo era ninja, Mídia Ninja era essa coisa coletiva, essa filosofia, então ‘mandem seus materiais pra cá que a gente vai não sei o que’, então era essa vazão que batia na mesma porta... e que eles incorporavam como propriedade, a realidade é essa. E aí, nessas reuniões pra captação de militância, digamos assim, muita gente nova foi entrando, a partir de julho, pessoas que a gente não conhecia, e algumas que foram ficando muito próximas a gente até passou ter um contato mais direto, de poder trabalhar junto numa noite, numa semana, e aí de repente vem a história do Eduardo Paes, que foi esse episódio que eu te contei.

E os mídiativistas passar a ser, desde a Mídia Ninja, e isso se proliferando, né, e virando um bando de ninja anônimo, uma forma de produção de prova, e de garantia de direitos ou de tentativa de inibição de uma violação de direitos. Inibição essa que nem sempre era eficaz,

porque às vezes a violência do policial se dava apesar das câmeras na frente. Mas se conseguiu muito disso, então, essa é uma coisa muito importante nesse momento aí. Que até fez com que evoluísse depois, pra uma coisa até que pós-manifestações muitos desses grupos, coletivos de mídia ativismo, passaram a fazer muito material sobre... favela. As pautas migraram pra onde essa defesa de direitos é necessária. Então, tem um monte de advogado ativista voluntário de direitos humanos, atuando voluntariamente. E isso é uma derivação de 2013, por exemplo, tanto no exercício do direito, quanto no exercício desse novo modo de fazer conteúdo. Ao ponto de terem que aprender que tinha que preservar o Metadados, e que não podia simplesmente editar e salvar de outra maneira, não sei o que, senão não vale como prova. E, ao ponto de, você ter produção de provas no ato da detenção na delegacia. Então você tinha que ter uma velocidade de comunicação que interferia no próprio conteúdo que tava sendo produzido, você não tá mais produzindo, entre aspas, “jornalismo” – e depois eu te explico porque que eu to dizendo entre aspas – porque você está produzindo um fenômeno social. Tá imbricado isso. Você não tá só produzindo uma coisa que você vai levar burocraticamente pra sua redação e alguém vai fazer alguma coisa com isso. E isso produzido, à maioria das vezes, por não jornalistas. Material esse, inclusive, muitas vezes da mesma forma arbitrária que acontece nas redes sociais e na internet, usando o material dos mídia ativistas, em publicações na televisão, em telejornais corporativos, e que eles botavam tarja na marca, na mídia, sem pedir autorização. Alguns têm processo contra essas emissoras, SBT, Record, Globo... entendeu. E aí vem aquela alegação também do outro lado ‘ah, mas tá no Youtube...’. Mas não pediu autorização e ainda tampou a marca do coletivo, seja ele qual for. Então, em nome da coisa de produção de notícia, ‘ah, menos de três minutos, é porque é interesse público, é porque é’... enfim.

Então você vê que essa coisa do crédito, essa coisa da propriedade, essa coisa do modo de fazer, ela se barafunda, ela vira uma coisa complexa, tanto do ponto de vista se você olhar pra grande imprensa naquele momento, quanto se você olhar pro ponto de vista dessa nova mídia que vai surgindo e como que ela se modela, porque a partir, por exemplo, do modelo de produção, de publicação da Mídia Ninja, as outras mídias corporativas, que eu não vou saber se todas elas era de fato independentes ou se tinham vínculos partidários ou sei lá quais, assim como se descobriu depois que a Mídia Ninja tem, porque elas passaram a fazer o mesmo padrão lá, fotinho, videozinho, textinho. Uma coisa que a gente, primeira geração da Mídia Ninja, perguntava pro

núcleo duro de São Paulo era ‘o quê que a gente vai ser depois da rua?’ ou ‘o quê que a gente vai fazer depois da rua?’. Porque se a rua acabar, acabou. A gente só posta isso, ninguém reflete, ninguém entrevista alguém, ninguém faz um artigo mais aprofundado, ninguém faz um vídeo, um mini-doc, trazendo alguma outra coisa que não seja o ato, do factual, da revolução, entendeu? E eles diziam que não era pra gente se preocupar com isso, que ‘isso a gente vê depois’. Então essas indignações, ou essas estranhezas, ou essas faltas que a gente tinha, se acumularam de tal ordem que quando eles vêm no dia 19 de julho, e dia 22 o Papa vem, e eles vêm dizendo ‘vimos para ficar pra cobrir o Papa’, na verdade essa vinda dele é uma interferência, mesmo que não dita, direta na nossa autonomia, enquanto grupo no Rio de Janeiro. Porque, tudo bem, eles ocuparam o apartamento deles em Botafogo que a gente não tinha acesso, mas eles construíram naquela chegada deles uma coisa tipo assim ‘não, que a gente vai fazer, vai fazer o streaming...’ então, o que fosse que a gente fizesse, a gente ia fazer pra servir a quem? Quem é que ia subir aquilo? Ia ser aproveitado, não ia ser aproveitado? Se vai ser uma operação especial, como eles disseram pra ter mais colaboradores, pra ter inclusive gente de base, porque eles absorveram um tipo de operação com base que a gente implantou, com o mesmo padrão operacional porque a gente ensinou, eu ensinei, eu falei ‘vamos fazer assim’. Tinha uma página que chamava webrealidade, que tinha só streaming de vários lugares, então você abria o site webrealidade e quem tivesse ao vivo, era plugado ali automaticamente. Então o que acontece é que quando eles vêm pra cobertura do Papa, eles desestruturaram a gente. Eles não desautorizam, mas eles desmobilizam, porque a gente passa a não ter a mesma autonomia de organização, não era mais a gente que decidia.

E aí, teve uma reunião em um desses dias, acho que até que foi dia 24 porque teria sido praticamente a primeira reunião que teve após a detenção dos ninjas... Teve essa reunião de centenas de pessoas, aí mesmo com a detenção dos ninjas, o negócio virou... Tinha gente saindo pela janela do contêiner, porque era num contêiner onde fica uma área anexa da escola de comunicação dentro do campus da UFRJ, e enfim. Era um momento de ápice, de glória, porque... e já tinha sido inclusive dias antes, porque teve um episódio Bruno Teles, um manifestante que tinha sido acusado de jogar bomba de coquetel molotov na polícia, foi arrastado inconsciente, foi uma coisa horrorosa, teve um Jornal Nacional inteiro dizendo que era um vândalo em flagrante, e conseguiu-se num mutirão, a gente conseguiu um monte de imagem de um monte de gente e fez um vídeo – tem gente que diz que foi a Mídia Ninja, mas não foi.

Foi um mutirão e por acaso a Mídia Ninja foi e fez um vídeo com vários pedaços, tinha gente que nem era mídia ativista, nem era nada disso, que colaborou. Tipo um conhecido meu que era dono de uma produtora, que era muito próximo desse menino porque a esposa dele era professora do menino, que conseguiu uma boa parte dos vídeos, que era de um rapaz que era morador de ficava em frente ao Palácio Guanabara, então conseguiram provar que tinha P2 infiltrado, dar o rosto dos caras, e mostrar que um homem saía da multidão dos manifestantes e entrava pra dentro do Palácio Guanabara... E aí teve um dia seguinte do Jornal Nacional, que a gente estava nessa reunião do dia seguinte da detenção dos ninjas, etc., que foi um Jornal Nacional praticamente de pedido de desculpas dizendo que não era, que o cara não era um vândalo, que tinha sido outra coisa, que descobriram. Então foram dois dias de glória porque a Mídia Ninja, conceitualmente falando, tinha derrubado o capital, né. O Bonner teve que se desculpar, teve que dizer... Então, aquele dia 23 foi uma reunião muito relevante, nesse sentido, e a gente tava sentado no meio da multidão ali, a gente que era mesmo os dez, a gente nunca ficava perto deles que falavam, até porque quando houve a primeira reunião que teve essa multidão com eles falando, e discursando, e tinha uma coisa que os discursos eram iguais, a gente começou a perceber que cada reunião era a mesma coisa... E a gente percebeu que não era uma coisa de uma reunião, era um chamamento, e a gente não ficava perto deles, a gente se misturava pro fundo da sala.

Dessas reuniões?

Dessas reuniões. Só alguns colegas que faziam streaming que ficavam fazendo streaming deslocadamente fazendo o ao vivo da reunião, o resto, fotógrafo, eu, ficava tudo assim... no cantinho sentado no chão. E a gente começou a receber, naquela noite, uma matéria de uma denúncia, que era uma foto do Pablo Capilé com o Zé Dirceu, falando de uma provável ligação da ONG Fora do Eixo com o PT. A gente desconhecia isso. Eu até tinha tido uma informação no dia 11 de julho que foi o dia que eu atravessei a porta do hospital em frente ao Palácio Laranjeira fugindo das bombas. Horas antes de sair de casa, eu recebi o telefonema de uma amiga que trabalhava com marketing político comigo, que ela falou ‘Eu tô vendo você botando hashtag Mídia Ninja, você sabe com quem você tá se metendo? Esses caras fizeram a campanha do Haddad, esses caras trabalharam pra uma parte do marketing digital do Eduardo Paes em 2012’, eu falei ‘mas não é possível...’, e ela ‘então vamos marcar uma praia’. Só que eu tava tão

envolvida com aquilo tudo, e as coisas eram tão rápidas, que esse telefonema foi no dia 11, e eu tô falando do dia 23, entendeu. E aí no dia 23, nessa reunião a gente começou a receber essa matéria. Era uma matéria de um site da Tribuna da Imprensa, e aí, um jornal tradicional. E aí alguém, que não era nós dez, alguém uma pessoa da multidão ali falou ‘oh, eu recebi aqui, virou um viral. Tô vendo aqui uma matéria falando isso...’. Aí o Pablo Capilé deu uma desconversada, ele é um cara muito inteligente, conseguiu sair daquela situação, disse que eles tinham muitas relações institucionais porque eles tinham todo um trabalho que era a parte de produção de festivais de música que eles faziam, que eles eventualmente poderiam ter estado num evento, que fazer uma foto dessa era uma coisa banal, o que realmente é verdade. Mas a gente ficou se entreolhando, nós dez, tipo ‘o quê que é isso?’, entendeu. Não que a gente tivesse ali – a gente não era oposição a ninguém, a gente não tava ali, pelo menos essa é uma posição que eu tenho, eu posso falar por mim, mas pelo o que eu ouvi de vários colegas a impressão que tinha é que os outros compartilhavam da mesma posição – a gente não tava ali pra derrubar o governo x, a gente não tava ali pra derrubar o Cabral, a gente não tava ali pra derrubar a Dilma. A gente tava ali pra cobrar que trabalhassem direito, honestamente e etc. Era muito utópico, né. [...] Só que tinha toda aquela situação política que tinha uma turma, que isso era muito escondido entre os manifestantes, que não podia ter partido, que não podia ter bandeira, teve até um certo fascismo nisso, né, de gente com bandeira e alguns arrancando bandeira. A gente não era isso mas, a gente tava ali só cobrindo, a gente tentava se preservar dentro de uma perspectiva que nós somos mídia, nós não somos manifestantes, nós estamos aqui pra mostrar o que está acontecendo. Isso era uma coisa que em vários momentos era muito debatido, porque a gente percebia que tinha um limiar que se confundia, e houve situações que a gente dizia assim ‘ah, mas a gente vai se posicionar’ então a gente não é mais mídia, então a gente vai passar a ser manifestante?

A gente chegou falar isso com o pessoal do núcleo duro de São Paulo umas duas vezes pelo menos e em algumas pautas que surgiram que eles trouxeram e a gente achou que não era pertinente. Como, por exemplo, uma que eles sugeriram que ‘ah, entra no ônibus e vai junto’. E era uma situação de risco. Tanto é que, a situação era tão de risco, na época, por n motivos, que eu, por exemplo, me atualizei na sindicalização, que eu tava inadimplente, paguei os atrasados pra pegar uma nova carteirinha válida, renovei a minha da Federação Internacional, que custa em euro, pra poder ter aquela coisa vermelha, enorme, linda, dando carteirada na cara de PM, pra poder ter como

entrar nos lugares, porque eu passava três barreiras de polícia pra entrar na ALERJ pra poder cobrir uma CPI. Porque ele me perguntava ‘cadê o crachá?’ ‘Não, eu sou freelancer, eu vendo matéria’. ‘Não, então você não é jornalista’. Assim como disseram que advogado na rua era manifestante. Policial te disse isso: ‘Não, aqui na rua vocês são manifestantes, advogado é só na delegacia’. E isso é quebra de prerrogativa, isso é critério da OAB, não pode ter quebra de prerrogativa, advogado é advogado em qualquer circunstância pra defender um direito. Então havia essa questão estética, filosófica, política, conceitual, desses personagens, tanto dos advogados quanto dos mídias, em conflito com essa luta de forças aí que era o Estado e o que era a população, e isso esbarrava na hora de você discutir uma situação como essa, tipo, ‘então você entra lá no ônibus e vai junto com esse povo que quer fazer sei lá o que pra você ir cobrindo bastidores’, como assim?! Eu sei lá o que essas pessoas vão fazer?

Esse debate, por exemplo, de ter a carteira pra poder acessar essas áreas, essa discussão era mais forte entre os ninjas que eram jornalistas ou os que eram não-jornalistas também discutiam sobre isso?

Discutiam, porque tentava se autoprogramar nessa escala de quem é que vai ficar na base, quem é que vai fazer isso, quem é que vai fazer aquilo. A gente tinha esse debate com relação a essa identificação institucionalizada se você era ou não era jornalista, por uma questão de segurança. Porque apesar de a gente entender que todo mundo tem direito ao acesso à informação, e que nem o diploma, a gente debatia tudo isso, ‘mas o diploma nem é obrigatório. Se o diploma não é obrigatório pelo STF, com voto do Gilmar Mendes, por quê que questionam se você é ou não é jornalista?’ Não é nem uma questão de você transferir, se quiser, transfira para: estamos numa era digital, produção 2.0.

Seria uma questão lógica, nesse caso...

É uma questão lógica. E você cobrir um ato de rua, ou um determinado evento, dentro de uma instituição pública como a Câmara dos Vereadores, que tem áreas específicas para imprensa institucional e pra população, e você estar em qualquer uma dessas situações, você não precisava estar no lugar da imprensa institucional, mas você podia estar nas bancadas do auditório reservadas para a população, e tá ali fazendo

o seu trabalho intelectual de estar absorvendo informação pra poder transmitir, ou publicar, ou fotografar, ou o que seja. Só que havia, sim, um processo de censura, havia, sim, um processo de repressão, tanto sobre jornalistas profissionais, entre aspas profissionais – porque esse debate aconteceu muito, tem até um programa de rádio que a gente encontra o Mídia Ninja. Início de julho, fomos eu, S2C e uma menina, que é a cineasta, dar entrevista pra uma rádio, junto com um jornalista de TV, e ele diz que o nosso trabalho não é profissional. Aí a cineasta pergunta ‘por quê que não é profissional? Defina profissional’

Isso ao vivo?

Ao vivo, na rádio. ‘Não, profissional é... Poxa, eu sou jornalista, tem uma câmera do lado, eu não vou interferir no trabalho dele, ele tem um trabalho cinematográfico, as nossas informações se complementam, vai ter um editor que vai fazer não sei o que...’ E a gente debateu isso, porque é uma forma – é isso que eu chamo da questão estética – é a sociologia do trabalho, quer dizer, é uma coisa de estrutura de administração, de um modo operandi de como você produz. [...] Aí ela falou, eu sou documentarista. Porque que você, na rua, não como uma Mídia Ninja, mas como documentarista, sozinha com o meu celular, ou com a minha câmera modelo que seja, fazendo a minha transmissão, ou fazendo a minha gravação off-line, então eu sou profissional porque eu sou cineasta? Mas aí eu não sou profissional porque eu sou Mídia Ninja? Aí eu me lembro que eu comentei, por exemplo, da burocratização das redações, como que isso perde a informação, ela vai se filtrando e se desqualificando, e burocratizando mesmo, porque o jornalista tem expediente, jornalista tem rendição, o cinegrafista não vai ser o mesmo. E por mais que isso entre numa máquina, que alguém tá, um editor tá controlando essa produção, era diferente, porque a gente comia o mesmo assunto o dia inteiro, e se a manifestação começasse às duas da tarde e fosse até às duas horas da manhã, provavelmente era a mesma equipe que tava ali, entendeu? Com a cara cheia de leite de magnésio por causa do spray de pimenta e todo cagado, suado de... enfim, e se choveu, choveu.

Esses dez que eu tô falando, davam entrevista porque a Mídia Ninja de São Paulo núcleo duro dizia ‘olha, procuraram a gente, vai lá e dá entrevista, vai lá e dá palestra... você pode?’ ‘Ah, posso’. Então era uma coisa institucionalizada. Só que depois foram entrando outros, porque com a nossa, com o início da nossa saída, ela se dá a partir dessa

denúncia que a gente recebe, disso tudo que vai construindo nesse grupo umas insatisfações ou questionamentos, por esses fatores que são vários, que são intrínsecos desse modo de produção, editorialmente, politicamente...

...até eticamente, não?

eticamente, a gente vai questionando isso. A gente vai tentando mudar, a gente vai tentando ver, a gente vai também esbarrando com eles, sem perceber antes, e aí de repente percebe outra coisa. E aí quando chega lá, MJM, já depois do Paes, MJM, e aí detenção dos dois ninjas, e aí essa reunião, que começa a viralizar na hora da reunião essa informação dessa foto do Capilé com o... Aí surges também denúncias, não sei porque tudo ao mesmo tempo, não sei porque, surge naquela mesma semana denúncias de que teriam sido... qual é a expressão... violadas não, que teriam sido prejudicadas, lesadas, pela Fora do Eixo, por n motivos...

Então surgiu uma cineasta, uma moça que era de música, surgiu não sei o que... Tudo foi naquela semana. E ainda surgiu uma página oito do Globo falando 'Mídia Ninja procura financiamento', página oito País, assim, óbvio que criminalizante. O jornalista estava na reunião essa do dia 23 sem se identificar, ele foi lá assim. A gente, por acaso, tinha dado uma entrevista e tinha tirado foto pra revistinha do Globo uma semana antes, ou duas semanas antes, foi por causa do 'bum' que teve com a história do casamento da Dona Baratinha, e em vez de sair uma matéria fofa na revista do Globo, saiu uma página oito falando desse aspecto 'procuram financiamento' e falando prováveis coisas esquisitas no financiamento da ONG Fora do Eixo, com relações de editais de cultura, um monte de coisa e a gente não sabia. E ainda por cima um box na matéria, especificamente os três nomes destacados, além do que vinha na matéria grande, que era Capilé, e etc., que era eu, S3C e S2C. E aí me puseram, devem ter catado no LinkedIn, me puseram como professora da Estácio de Sá, de documentários televisivos, que foi um freela que eu fiz em um semestre...

Mas essa experiência, da qual eu tenho muito orgulho, apesar de tudo isso, tá no meuattes que eu fui do Mídia Ninja, tá na minha pesquisa isso, eu uso toda essa experiência como a minha pesquisa de campo. Tudo bem, a minha parte empírica é toda isso, não só do ponto de vista do mídia ativismo como fenômeno social, político, etc. E eu não sou da tese que eles não são legítimos porque eles são desonestos. Porque o grande problema deles é a desonestidade, é a não-

transparência. Porque se desde o início a gente soubesse, a gente teria se voluntariado a esse grupo sabendo a que eles vieram, mas eles vêm forçados de um movimento social, que na verdade, eles têm sua legitimidade porque qualquer personagem social tem a sua legitimidade, mesmo o mais vilão dos ditadores ele tem sua legitimidade, entre aspas. Mas eles foram desonestos com o público deles, eles foram desonestos com os voluntários deles, eles foram desonestos socialmente, politicamente, jornalisticamente, entendeu?

Você se refere à partidarização?

Sim, sim. No momento em que você vive um grande questionamento sobre tudo, sobre representatividade, sobre ética e legalidade e etc., e aí de repente você tá dentro do covil. Ou dentro do QG que ajuda a pensar, ou a conter, ou a controlar, ou a dominar... Eu tô falando de conceitos sociais aqui, não tô nem falando de... como palavras que possam ser consideradas uma gíria. Eu to falando de controle social e dominação. Sobre biopolítica. E nesse sentido eles têm legitimidade, mas eu fui pato, né.

E, OK, reconhecido que eu fui o pato, mas que o que eu estava fazendo era extremamente importante – e tanto eu quanto outros dessa primeira geração entendemos isso de forma que a gente entendeu que não podia deixar de continuar fazendo o que estava fazendo, e que a gente queria botar em prática as coisas que a gente queria botar o tempo todo e nunca nos foi permitido, foram questionamentos que foram surgindo, a gente queria ser publicado! A gente queria ter visões mais aprofundadas do que estava acontecendo! A gente não queria que a cobertura da manifestação fosse um bando de foto mostrando bomba explodindo ou alguém com a cara sangrando, ou a foto de um policial com alguém dizendo: “Olha só, aqui o policial é dez!” que espancou um advogado... Então, assim, ou que forjou a prova, *não sei o quê*.

E aí, com linguagens – e aí eu vou falar deontologicamente, do ponto de vista do jornalismo – sem regras, tanto éticas quanto técnicas de emitir uma determinada informação, uma determinada acusação. Algumas eram OK, porque era pública e notória a imagem que você estava vendo do policial, sem identificação. Mas algumas outras eu parava às vezes para olhar um determinado texto, que para o público em geral passava despercebido, e para muita gente da academia, embevecida com o que estava acontecendo, passa até hoje despercebido – porque acham que é uma revolução na comunicação e não questionam, entendeu?

Enquanto o que a gente questionava era uma imparcialidade absoluta do ponto de vista crítico! A gente não tá aqui para derrubar A, B ou C. A gente tá aqui para dizer que o fulano é muito bonitinho, que o fulano é de esquerda, mas que o fulano tá errado! Nisso aqui, nisso aqui e nisso aqui! Então, se eu tiver que criticar o Marcelo Freixo, que é corrente pop, ativista, bonitinho, hair, Woodstock, com essas novas pautas que estão infiltrando pela cultura, e que estão rachando a sociedade a meu ver – que são pautas velhas e estão sendo reconstruídas... E eu não quero dizer que elas não sejam necessárias, mas elas estão sendo construídas de uma maneira sectarista reativando um racismo, reativando rixas de gênero – um feminismo radical, com um questionamento que até é importante, mas que traz algumas coisas que, a meu ver, meu feminismo é outro. Meu feminismo foi brigar em casa porque minha família era toda machista, entendeu? Foi romper com modelos de casamento, foram outras coisas. Ser filha de uma mulher separada nos anos 70. É claro que é meu contexto histórico. Mas eu, por exemplo, observo, e isso é muito alimentado por essa mídia que corre nessa esteira – a Mídia Ninja traz isso como uma marca. Se você entrar na página deles hoje, eles têm os seus columnistas que eles estão lançando agora, tem um mês, entendeu?

E é tudo sem aprofundamento nenhum. Tem aquela cara de que parece que tá falando de droga, ou que parece que tá falando de racismo, ou que tá falando de igualdade, ou que tá falando de direitos, mas é um discurso pop que mistura uma subfilosofia com uma Assembleia de Deus e é messiânico. Para um público tanto de uma juventude carente, historicamente, de um Brasil pós-Ditadura civil-militar até hoje, inoperante e sem formação, porque o Brasil não tem – quem tem é raridade. E dentro de uma perspectiva também de outros apelos.

Por exemplo: eu enxerguei muito durante as manifestações, de uma galera ativista, manifestantes, não midiativistas ou advogados, manifestantes, que era a memética de um *videogame*. Era uma energia de estar na guerra! Com inspirações políticas, alguns até pegando livro do [Mikhail] Bakunin para ler porque ser anarquista era a parada! O outro querendo se dizer Maoísta, então ele deve ter ido estudar quem foi Mao-Tsé Tung, mas isso não é uma formação escolar. O Brasil não tem essa formação. E eram pessoas de 18, 20 e poucos anos de idade, e que tem tesão em ir na hora do bombardeio! Mesmo que na hora do bombardeio elas façam coisas bacanas – como eu conheço uma menina que acorda morador de rua para ele não se ferrar e levar uma bomba na cara à toa. E que tem um posicionamento público ativista e com falas que são importante, mas, enfim. É muito complexa essa cena toda. E

isso vai se reproduzir nessa mídia, e a gente, nesse racha que a gente cria o Coletivo Carranca, essa transposição para a criação do Coletivo Carranca, ele se dá... A gente consegue fazer uma transposição do Rio São Francisco, aí uma migração relativamente suave. Primeiro que foi um caos para achar um nome. A gente teve várias reuniões e um monte de nomes, porque a gente achava, procurava na internet e já tinha alguma coisa que não ia dar certo. Coletivo Carranca, por acaso, foi o último dos nomes que a gente viu: “Ah!”, *não sei quê* e coisa e tal. E a gente queria uma coisa brasileira, queria fugir daquela coisa do anacronismo, porque muita gente ficou muito presa também a essa coisa: “Ah, porque é legal isso das letras!”.

Então, o que a gente conseguiu construir ao longo de agosto, setembro, foi que cada um no seu tempo foi se desvinculando. Tanto é que teve gente que em setembro ainda estava como voluntário para a Mídia Ninja. Inclusive trabalhando com várias outras pessoas em reuniões imensas, por subdivisões de grupo de trabalho, uma outra perspectiva de distribuição das tarefas. Cheguei a ouvir relatos assim: “Gente, é uma outra coisa! Um monte de gente que a gente não conhece. E os caras mandam em tudo”. É aquela mesma historinha, mesma conversa, mesmo vocabulário. E não muda nada porque o resultado final é a mesma coisa.

Então, assim: Houve uma migração entre esses dez, cada um ao seu tempo, e cada um com a sua razão do porquê naquele momento. Eu me afastei naquele momento, a reunião, última, no apartamento de Botafogo, foi dia 29 de julho.

E aí, em setembro a gente cria uma página de Facebook que não era ainda o nome de Coletivo Carranca, e que ainda não tinha essa coisa dos dez primeiros fundadores. Foram três inicialmente ali, que a gente monta para começar a botar coisa ali e pensar esteticamente dentro da página de curtir do Facebook, como é que a gente ia usar aqueles espaços. Tanto é que a gente não divulgou. Ela ficou uma página que só a gente...

Foram três o quê?

Três membros desses, que foram da dissidência, co-fundadores do Carranca. A gente abriu uma página de Facebook só para começar a fazer experiências. Com outro nome qualquer. Não tinha ainda o nome Carranca. E a gente então, depois que juntou os dez de uma maneira mais consistente, conseguiu implementar quais eram algumas... A gente teve várias reuniões, várias reuniões para poder pensar criativamente o

quê que esteticamente e editorialmente a gente queria ser, e de que maneira a gente queria tratar essas pautas com as quais a gente teve contato. Não só a rua em si. Não só o ato da rua em si. Mas os movimentos sociais e o questionamento dos problemas brasileiros, digamos, para falar *grosso modo*. E sabendo que éramos dez, sabendo que éramos sem patrocínio, sabendo que era com dinheiro do bolso de cada um, sabendo que era no tempo livre.

E aí a gente tinha, então, inicialmente, pessoas de várias linguagens: a gente tinha cineasta, a gente tinha designer, a gente tinha jornalista, a gente tinha fotógrafo com formação em outra coisa – um dos nossos grandes fotógrafos, que era mais de um, tinha mestrado em Economia, *sei lá o quê* internacional, Relações Internacionais em Cambridge. Era uma outra coisa a parada dele, mas ele queria ser fotógrafo, ele largou essa droga toda, então também era uma coisa pessoal.

Tinha muito disso: Era tudo muito construído. Dessa força, dessa energia que foi isso tudo que a gente viveu. Então era um chamamento pessoal a continuar fazendo aquele trabalho voluntário, misturado com o que era pessoal de cada um. Ou seja: Desse sentido não é uma relação profissional. Nesse sentido é um trabalho voluntário com uma relação... Eu não sei dizer qual é a palavra correta, que não é religiosa porque não é religião, mas é como se fosse uma relação pessoal. Ela não é institucional, ela não é um emprego, ela não é... É afetiva, pode-se dizer. E política e cidadã. E isso era a motivação da construção desse jornalismo. E esse jornalismo, a gente entendeu que ele tinha que ser um modelo diferente. Que era o que a gente queria construir ao tempo todo em vários momentos e não conseguiu por conta das coisas que eu já te expliquei. Então, a gente queria ensaio fotográfico – que podia ser de mais de um fotógrafo, mesmo que fosse da mesma cena –, a gente queria vídeo – mesmo que fosse da mesma cena, linguagem documental, artística, publicitária, o que fosse. A gente queria textos mais longos – na contramão da internet do mundo –, até porque tinham dois que escreviam: era eu e outro sujeito que escrevíamos mais, apesar de outros também escreverem. E uma coisa que eu falava, até por esse meu histórico que eu te passei, eu falava: “A gente é o diário dos navegantes. Nós somos essa memória”. Então, mesmo que a gente nunca mais tenha ato de rua para cobrir, o que a gente cobriu ou o que a gente vai estar cobrindo ainda, não vai ter em lugar nenhum igual.

Então a gente teve vários debates para saber, por exemplo, se a gente podia falar em primeira pessoa! Porque isso não é uma questão deontológica, mas naquele papel, mesmo que a gente buscasse trazer

elementos que se confundiam com o que são as regras do bom jornalismo, a gente também queria essa liberdade da crônica ou do relato pessoal. E isso foi muito confuso para algumas pessoas em vários momentos, porque a gente tinha uma regra inicial, por exemplo, que para subir... Tinha uma redação virtual que era um grupo no Facebook, fechado – que depois, por conta das perseguições, das prisões da Copa, por segurança a gente desfez tudo isso e abriu o site. Então o Facebook nosso, que existe desde a origem, em setembro... E aí, não me lembro se foi 30 de setembro, foi a nossa primeira cobertura ao vivo, com todo mundo na rua e foi um ato importante, e a gente ganhou audiência. E foi quando, até, os Mídia Ninjas souberam que a gente existia.

Que ato que era?

Foi um ato de professores. Se não me engano, foi dia 30 de setembro ou 30 de outubro, agora tô na dúvida. Eles até quiseram fazer uma social, de compartilhar algumas coisas que a gente fazia. Chegaram até a compartilhar coisas que eles não cobriram – cobriram tortamente porque eles, obviamente, não poderiam fazer do jeito que a gente fazia. E eles foram criticados. E aí eu vou te dar um exemplo de como que foi o leilão de Libra, da venda de blocos do pré-sal, que foi o leilão aqui no Rio de Janeiro, num bairro da zona oeste, na Barra da Tijuca. E eles fizeram fotos assim, tipo: Um monte de menina de bunda para cima, deitada na areia com a Força Nacional atrás. Só para ter uma foto, entendeu? E fizeram isso, só. E falando do Leilão de Libra e aquela linguagem: uma foto e um trequinho.

E a gente fez uma puta [sic] matéria, criticando, e a gente estava ao vivo. E um menino que estava ao vivo, inclusive que foi um dos fundadores, que foi o último a sair naquele dia junto com o fotógrafo e migrar de vez para o Carranca... Mas fazia[m] parte já, esses dois dessa migração lenta. Ele migra ao vivo. Porque alguma coisa acontece, que eu não vou saber te dizer – eu teria que te passar o contato dele se você quiser abordá-lo sobre isso. Ele é jornalista. Eu sei que ele fica puto [sic] ao vivo e começa a dizer: “Olha, eu era Mídia Ninja, agora eu sou Coletivo Carranca”. É um negócio assim. E muda, inclusive, o nomezinho do chat, o nome da transmissão: Carranca, entendeu? Foi um negócio, assim, muito louco.

Depois que a gente já está estabilizado, forte, a gente entra forte com essa manifestação que eu te falei, que foi o primeiro dia de transmissão. Ia ter uma CPI, que eu acho que era do aumento dos salários dos professores, eu acho que foi essa votação aqui na Câmara

que teve esse dia de manifestação, que teve essa cobertura nossa – digamos, a nossa estreia. Apesar dessa experiência anterior que eu te falei, que foi meio offline. E aí a gente começa a publicar todo dia! Às vezes mais de uma vez por dia.

Vocês estavam pelo site já ou era só na página?

Só na página. Mas a gente lança coisas que nenhum outro grupo fazia – que foram as discussões que a gente teve, de reunião de criação desse processo, do que que a gente queria fazer. Então a gente lança o álbum de fotos. Então, quando a gente assume que o único ao vivo factual era o *streaming* ou o Twitter – que o Twitter seria, tipo assim: “Porra [sic], tá acontecendo um negócio superimportante e ninguém vai ter tempo de falar nada, mas tem uma informação que cabe em 140 caracteres, então bota no Twitter”.

E que a página seria uma página que traria uma nova forma de, por linguagens diferenciadas, leitura de mesmos fatos ou outros fatos, e tudo mais ou menos dentro do mesmo conceito editorial. A gente fala de quê? A gente fala de movimentos sociais, *lato sensu*. A gente fala de injustiça. A gente fala de opressão estatal. A gente fala de marketing político e de manipulação da mídia. A gente fala da grande mídia. A gente fala da direita, a gente fala da esquerda, a gente fala do governo, a gente fala da eleição, a gente fala do menino que morreu na favela.

E a gente não vai fazer nenhum tipo de concessão, tipo: “Ah, divulga aí que vai ter o *não sei quê*”. A gente não divulga. A gente não é propaganda de ato. A gente até podia dizer, no final de uma matéria que fala do ato de ontem, que vai ter um outro ato de hoje: “Olha aqui o link do evento do ato”, mas a gente não fazia um *post* fazendo chamada de ato. A gente não é um grupo de mobilização política. A gente pode até fazer, como resultante do nosso trabalho, um tipo de mobilização, ou de conscientização, ou de informação. Mas a gente não é um grupo estritamente de mobilização. Coisa que, na minha leitura profissional, na minha bagagem, eu faço a interpretação de que muitos grupos de midiativismo se tornaram. Até por uma incapacidade de serem mais próximos de linguagens jornalísticas nas suas variantes, de uma maneira amadora portanto, nesse sentido, mais mobilização e contestação e raiva – posta de uma maneira impulsiva e pouco aprofundada, ou pouco analisada, ou nada analisada e simplesmente relatado aquele fato, que é uma coisa à qual a gente não se presta.

E a gente recebe, sempre, alguém salvador: “Ah, porque tem aqui um vídeo de um negócio que está acontecendo!”. A gente não

simplesmente pega aquilo porque tem um monte de gente levando bomba e julga. A gente vai procurar saber. A gente tem apuração. A gente vai procurar saber: Coisa que na Mídia Ninja não tinha. E se você tá no *streaming*, você tá fazendo apuração ao vivo. Se aquela pessoa que está falando com você está falando uma mentira, ou tá falando bobagem, ou tá dando uma informação, mesmo que ingenuamente, errada... Ou se você tá dando voz a um discurso – para usar aqui estereótipos: Ou um discurso burro, ou um discurso iletrado, ou um discurso equivocados, ou um discurso que é bem construído porque a pessoa tem um discurso construído mesmo que não seja letrada, ou um discurso construído por interesses outros e aquela pessoa tá ali e você não sabe o porquê, e aí ela tá te falando aquilo, você não teve como apurar antes. Porque o *backstage* é online. É on-time. No Carranca, a única coisa ao vivo era o *streaming*. A única coisa que se prestava a um factual era o Twitter. O resto era: OK, levamos bomba, a gente podia estar até... Vamos supor que eu estou na base e tem cinco pessoas do Carranca na rua cobrindo uma manifestação, e você tinha nisso advogado, jornalista, antropólogo, designer, fotógrafo, economista, comerciante, entendeu? Visões de mundo, com idades diferentes, formações diferentes, construindo um conteúdo de revista, uma linguagem de revista, que passam por uma revisão, e que passam por uma aprovação coletiva de um mínimo de pessoas do grupo. Que não eram pessoas que tinham um *status* superior porque elas são isso ou aquilo. A gente tinha por número de votos: a matéria só vai subir se tiver, no mínimo, duas aprovações – foi um primeiro critério, por exemplo, que a gente adotou. E era muito confuso. Muita coisa não foi ao ar, e a gente tinha altas brigas, porque as pessoas estavam, às vezes, ocupadas e o negócio, se não fosse ao ar naquele dia, ia perder o sentido, e as pessoas só respondiam dois dias depois, e ainda vinha alguém dizendo que era melhor mudar o terceiro parágrafo e fazer não sei como...

Depois que já estava publicado?

Não, e a gente não publicava!

Vocês esperavam a resposta, então.

Esperava realmente. Esperava. A gente tentava fazer, realmente, um modelo coletivo, dentro de uma proporcionalidade possível – até para ter velocidade, de modo que a gente não simplesmente tivesse a surpresa, apesar de a gente se gostar e achar uma coisa muito legal, e ter

confiança um no outro, mas de não ter o problema de, de repente, subir uma coisa que pudesse ser um erro grave. Como, sei lá, anunciar a morte de alguém que não houve. Que não foi apurada, sei lá. “Porque viu publicado, porque tá em rede, tá viralizando! Fulana morreu de bomba dentro do metrô!”. Aí, deu, vai fazer uma arte, entendeu?, que uma senhora morreu, uma professora morreu dentro do metrô? Mas quem disse? Cadê o corpo? Tá em que hospital?

E no caso, por exemplo, das coberturas que eram ao vivo, ou do que era mais factual no Twitter, ou o que era transmitido? Quando você não tem como ter essas discussões. Existia, digamos, alguma discussão anterior, uma orientação sobre como vocês vão cobrir isso ao vivo?

O Augusto, que era o jornalista que fazia, ele se intitula anarquista – posso estar enganada, aí você teria que falar com ele – mas, assim, ele se apresentava pelo menos para a gente como uma pessoa de princípios anarquistas, e era uma pessoa de uma cultura geral muito grande, que tinha um poder de improviso excelente. Então ele era um cara que, se você pusesse ele ao vivo quatro horas, ele ficava falando quatro horas! Agora, havia situações fora do controle. Porque, se você tá ao vivo, independe se você tem uma pessoa que segura bem, porque ela vai entrevistar alguém do lado, e aí para um manifestante do lado e começa a falar coisas, e às vezes eles achavam que porque você era, entre aspas, um midiativista, que foi o título que a gente ganhou... Eu fui para a rua como jornalista, disseram para mim que eu era midiativista!

Então, assim, como a gente era midiativista para esse público e para esse meio que a gente se inseriu, achavam que a gente era porta-voz de um movimento. Tinha gente que parava na frente do celular ao vivo, falava assim: “Olha, avisa que o fulano sumiu, e estavam procurando por ele aqui. Avisa que é para ele vir para cá!”. Umas coisas absolutamente... Sabe? O que essa pessoa tá fazendo aí falando isso, gente?! Isso aqui não é portarrecaado. E a gente não tá aqui para ficar mandando chamar o fulano, que tem que sair de não sei aonde para ir não sei aonde! Quer informar que tem gente detida, quer informar que está acontecendo *sei lá o quê*, quer informar até que o Choque tá cercado a Cinelândia e que já viram quatro caveirões e quatro negócios daquele supersônico, sei lá o quê que fazia som, que eu não sei o nome daquele carro e mais o de mangueira d’água para poder sair em cima das pessoas, e que iam cercar tudo por ali? OK. Aí é uma manifestação que faz parte do cenário.

Mas a gente não se propunha a ser uma assessoria de imprensa, nem um marketing. A gente se propunha a ser um testemunho, com uma tentativa de um formato revista, jornalístico, às vezes na primeira pessoa, às vezes não. Às vezes era puro jornalismo, às vezes era crônica, às vezes era ensaio fotográfico, às vezes era um minidocumentário, às vezes era um vídeo-arte, às vezes era uma aquarela. Às vezes era tudo isso junto de um episódio só, às vezes só tinha um desenho sobre determinado fato, ou uma série de desenhos. Às vezes só tinha texto com foto.

E a gente se propôs a não ser um reproduzidor das outras mídias. Nem das ditas independentes. Nós não replicamos ninguém por uma série de motivos. Primeiro que você vira uma bolha em si mesmo. Então a gente falava: “A gente quer ser produtor de conteúdo original na nossa linguagem. Se vocês quiserem replicar, repliquem”. Tinha gente que ficava chateada com isso. Que achava...

Dentro do coletivo ou dos outros?

Não, dos outros coletivos. Eu já cheguei a ouvir de colegas – que a gente não era inimigo, mas a gente não era concorrente, entre outras, mas eu cheguei a ouvir, de uma maneira *light*, crítica, na boa, que as mídias deviam se unir e se compartilhar. Então a gente, por exemplo, até usaria, como usamos, um vídeo, por exemplo da A Nova Democracia, que nem é uma mídia nascida em 2013. Ela já era um jornal maoísta, comunista, sei lá, socialista, que existia há mais de 12 anos, que se populariza com 2013, mas dentro de um contexto de um artigo nosso. A gente usava muito hiperlink até para a grande imprensa. E até para mídias governistas ou para mídias reacionárias ou de direita. Mas porque no nosso produto a gente estava fazendo ou uma crítica ou um comentário, ou refletindo num determinado artigo sobre questões [em] que aquilo ali era uma informação relevante. Então, a gente até buscou informações, por exemplo: O que será que a polícia vai dizer sobre determinada coisa? A gente até chegou, em algumas matérias, [a] mandar e-mail para assessoria. E recebia uma resposta absolutamente nada, conforme o artigo da lei *não sei das quantas*. E a gente dizia isso.

Usava na matéria?

Usava na matéria. Mas 90 e poucos por cento a gente não recorreu a isso porque essas instituições tinham já o seu discurso publicizado pela grande imprensa. Não dava o destaque, a gente dava o contraponto. A

gente podia até mencionar que a polícia tá fazendo *não sei quê* ou que a imprensa tá falando *não sei quê lá*, saiu lá no ato *não sei das quantas*, e a gente dava a perspectiva do outro lado. Era uma outra perspectiva. Não é imparcialidade. Não existe imparcialidade. Isso é um mito que se busca. Até no bom jornalismo, no mais sequinho possível. Mas a gente entendia que a gente tinha um ponto de vista, a gente estava dentro da cena.

Isso me parece muito a ideia de transparência com o próprio leitor também. De deixar às claras.

Claro. Isso tá no site, inclusive. A gente diz isso. Inclusive numa outra página que a gente coloca lá que a gente nunca conseguiu desenvolver uma outra para pedir dinheiro ou para por patrocínio, a gente nunca pediu, mas a gente dizia lá: Se você quer mandar o seu material, isso não quer dizer que ele vá ser publicado. A gente aceita sua colaboração financeira, se você quiser fazer procura a gente, manda uma mensagem, um e-mail – mas a gente não aceita de político, de partido, de igreja, de nenhuma organização de terceiro setor, que seja, que seja vinculada a grandes corporações. Você arranjar dinheiro limpo já é difícil, imagina? A gente estava querendo marketing.

Até porque, dentro desse campo social, desse campo de produção, a gente não tinha como competir com aqueles que se diziam tão mídia independente quanto nós, e que conseguiram sair na frente com outros princípios, com outra linha editorial e com outra meta, provavelmente, ou outros pensamentos éticos – e aí éticos *lato sensu* mesmo; não tô dizendo que é certo ou errado – em que eles conseguiram fechar patrocínio com a Ford Foundation, em que eles conseguiram fechar com a Open Society, e que tem uma lista de patrocinadores do Brasil e do exterior imensa. E você olha isso na página da [Agência] Pública, na página da Ponte Jornalismo, na página da Mídia Ninja, da Jornalistas Livres, que é a marca nova da Mídia Ninja, que eles abrem em 2015 para competir com os outros, os azuis, dos patos lá do MBL [Movimento Brasil Livre]. Que a Mídia Ninja estava tão queimada que eles criam na véspera da manifestação, entre aspas, vermelha, de 13 de março de 2015, eles inventam a Jornalistas Livres. E em menos de três meses tem uma rede de quase 50 mil pessoas. Ninguém cria uma rede de 50 mil pessoas se não tiver uma rede pré-constituída.

Estavam na Carta Capital, estavam na [Brasil] 247, estavam n’O Cafezinho, entendeu? O que eu tô falando deixa de ser fofoca quando você estuda a grade da rede ou quando você analisa esses conteúdos de

postagem. Do próprio lançamento do Jornalistas Livres, no lançamento era hashtag Mídia Ninja, hashtag Jornalistas Livres efusivamente na página do [Pablo] Capilé, na página do [Felipe] Carioca, da mesma maneira que eles foram na campanha de 2014. Eles tiraram foto no palanque com Lula! Se o Carranca tivesse produzindo no palanque do Lula, cobrindo no palanque do Lula – pode até ser, porque essa é uma liberdade que a gente sempre deu para todo mundo –, você pode até ser fã do Lula e tirar foto com ele, mas você não vai fazer matéria sorrindo, botando uma foto sua com o Lula numa campanha.

Se você quer fazer campanha política – isso tudo era um código de ética que a gente tinha entre nós, informal. A gente até tentou montar um regulamento, até porque a gente pensou em se institucionalizar, porque se a gente vai pedir dinheiro tem que ter um CNPJ! A gente nunca conseguiu construir isso. Mas a gente começou. Então a gente tinha algumas regras que eram acordos verbais em reuniões longas que a gente fazia, aquelas de sete horas de Skype. Então, o cara quer fazer campanha política, o cara é do PT, ele pode. Eles pode publicar na página dele do Facebook o que ele quiser. Mas aí ele, nesse tempo, vai dar um tempo de publicar no Carranca ou vai publicar outras coisas. Mas ele não vai publicar nada que seja qualquer possibilidade de ser uma escada à campanha de alguém. A gente não faz publicação que seja escada de campanha para lado nenhum. Mas a gente também tem ensaio de fotos do MBL. Assim como a gente também teve ensaio de foto dos vermelhos. Quando teve o golpe, a gente também teve ensaio de fotos do Lula aqui com a Jandira, com o Lindbergh [Farias] e essa canalhada toda aqui no centro do Rio. E nós conseguimos fazer matérias, por exemplo, a partir de fontes que a gente tinha de informações, até em outros nichos de pauta, como, por exemplo, o meio ambiente, que a gente conseguiu ajudar a parar a construção de uma rodovia no Amazonas. Que acabou virando audiência pública, que acabou virando um escândalo e duas semanas depois estava no Fantástico. Mas, assim, foi a gente que conseguiu parar, porque a gente conseguiu publicar o relatório que o cara do Ibama, que não estava conseguindo lá fazer o negócio vazou e passou para a gente.

A mesma coisa com a mudança de legislação de licenciamento ambiental na área de arqueologia, que afetava também Funai [Fundação Nacional do Índio], IBAMA [Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis], IPHAN [Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional], uma série de coisas em 2015, que a gente também conseguiu vazamento desses dados, e a gente também fez isso ao ponto de provocar uma audiência pública no Ministério Público

Federal, que foi aqui no Rio, do cara que era um promotor do Ministério Público vir cumprimentar a gente, e a gente “não é nada”.

E foram ações que a gente conseguiu – que se você quiser chamar isso de midiativismo –, mas que seria também de um jornalismo investigativo – e que, a meu ver, são aqueles [aos quais] o jornalismo deveria se dispor: Que é para fazer as informações que: OK, existe a perfumaria, mas existem aquelas que são feitas para incomodar, para denunciar e para trazer à tona o que ninguém vai dar porque grandes corporações cumprem o seu papel histórico das elites, do poder institucionalizado e do Estado. A Globo só foi falar de Belo Monte agora que os índios já estão embriagados e as meninas já estão prostituídas! E a cidade de Altamira já é uma realidade daquele jeito. E a gente denuncia isso há quatro anos. Tinha colega nossa em Aler do Chão, correspondente.

Existiam discussões no Carranca entre jornalistas e não-jornalistas, no sentido dos primeiros trazerem alguma orientação para os outros?

Sim, o tempo todo. Eu, por exemplo, como jornalista, nunca deixei de falar o quê que podia ou não podia, ou propor formatos ou modos de fazer que eram uma coisa quase instintiva da minha parte.

Para os outros.

Para os outros que não tinham essa experiência, mesmo jornalistas. Então, por exemplo: o SC3 é um jornalista de 20 mais novo. O SC2 não é jornalista. Então ele não tinha noção de várias coisas. A parada dele é estética, e ele fazia vídeos também. E o negócio dele é tecnologia, então às vezes ele até escrevia sobre tecnologia – que a gente falava em tecnologia era sempre essa questão da liberdade da internet, e esse mundão aí, Snowden, WikiLeaks e Pirate Bay, é a onda dele. Então, esses universos desse capitalismo tardio. Digamos que nós fôssemos um pouco esse reflexo. Ali, na tentativa de uma compreensão de mundo das coisas que estavam à nossa possibilidade de trabalhar.

E é claro que a gente trabalhou tropeçando em um monte de pauta que a gente não conseguiu fazer porque a gente não tinha braço – mas que seria absolutamente cabível. A gente chegou, inclusive, a achar que seria interessante a gente ter uma coluna, uma área do nosso site – que a gente abre o site por uma questão de segurança e também de estética. Porque a gente começou, apesar de a gente ter inovado em várias coisas

dentro da própria linguagem da página do Facebook, como eu te falei que a gente começou a abrir um álbum de fotos, e botar vídeos, e botar várias coisas e tal, a gente começou a ser copiado: Inclusive pela Mídia Ninja, pelo Mariachi, vários outros foram copiando a gente. Aí tem colegas até que falam: “Ah, você fala ‘copiar’. Fica até parecendo uma coisa que as pessoas... Pejorativamente, como se estivesse...”. Não, mas é verdade! A gente fez primeiro, depois os caras começaram a fazer.

Não é nenhuma novidade, a gente não tá lançando nada no mundo, não estamos inventando a roda, mas ninguém daquele núcleo produtor com aquele público e etc. e etc., digamos, desse movimento social que somos nós dentro da comunicação, ninguém fazia isso. Então passaram a copiar a gente. Passaram a fazer artigos, passaram a fazer entrevistas, passaram a dar crédito, passaram a assumir que tinha colunista. A Mídia Ninja assume agora. Mas outros passaram a assumir antes. Fulaninho do Mariachi, entendeu? Tanto é que MIC, se não me engano, é uma soma do Mariachi com um outro, não é? Que tem o site Mídia Coletiva? Então.

É uma proposta que se tentou, a partir do Silnei, que era o fundador do Mariachi, que se afastou de tudo um pouco, ele era um entusiasta que achava que a gente deveria juntar todas as mídias ditas independentes que não fossem a Mídia Ninja e montar um portal só. Eu fui contra. Eu fui uma que fui contra. Mas fui a todas as reuniões, cheguei a conseguir auditório do Sindicato dos Jornalistas para que acontecesse a reunião, incentivei que isso acontecesse, mas...

Já estava como Carranca na época.

Já como Carranca. E teve outros grupos que eu vi numa reunião que também não concordaram com essa coisa de ter um portal só porque operacionalmente ia ser o caos. Cada um editorialmente pensa de um jeito. De repente aparece um maluco de um outro lado dizendo que tem que matar PM porque é tudo bandido e mata pobre, e eu vou dizer que eu acho legal matar PM? Não é [a] esse tipo de linguagem que eu me disponho. Então, eu falo eu – e aí nesse sentido eu falo pelo Carranca, sim, porque o Carranca não faz isso. Nenhum de nós. A gente tinha muito cuidado com isso. Muito cuidado em, não só eticamente, mas também por se preservar de não ter processo. De não cometer nenhum crime de calúnia, de difamação. Ainda mais não tendo um CNPJ para escorar, porque iria em cima de quem? Do próprio autor? Do grupo inteiro? A gente botou cara dos colaboradores no site – quem quis botar a cara, quem não quis tem um desenhinho, outra coisa.

Então, tudo isso é claro lá no nosso “quem somos”. Em um momento do site a gente fala que quem quiser pode colaborar por pseudônimo. Então, assim, existe uma transparência muito grande que a gente fez questão de colocar para o público, e entre nós uma maneira que trazia toda aquelas faltas que a gente tinha, no tempo que a gente estava enquanto marca Mídia Ninja, que foram as experiências que a gente viu que: A gente sentia falta de um monte de coisa e não conseguia fazer, ou coisas que eram *modus operandi* da Mídia Ninja que a gente não concordava, e linguagens que a gente sentia falta, que cada um ao seu modo queria se expressar e não conseguia, e a gente meio que juntou isso e fez essa miscelânea de linguagens, de multiplataformas dentro de um portal.

Nós construímos o portal, nós escrevemos o portal, nós fizemos o portal, nós alimentamos o portal. Convidamos um TI [profissional da Tecnologia da Informação] que entrou como voluntário também, como um Carranca, só que aí a função dele era TI. E vários projetos que a gente chegou a pensar dentro dessa perspectiva, por exemplo, a gente chegou a pensar em fazer projetos que existem enquanto projetos mas ficam adormecidos porque a gente não teve capacidade financeira e de tempo para realizar, mas que faz parte da nossa linguagem, da nossa estética, que é: A gente quer escrever um livro, a gente quer produzir um documentário, a gente queria reformular inclusive o site para trazer outras possibilidades. Inclusive de ter um espaço no site em que a gente poderia botar até como destaque coisas que são até da grande imprensa. Em contraste com a maneira como a gente tá tratando determinados assuntos. Enfim, ideias. E a gente teve vários colaboradores que a gente conseguiu, digamos, abre aspas, “arrebanhar” para serem colaboradores esporádicos que não faziam parte do nosso núcleo editorial – e isso também foi uma coisa que a gente fez questão de deixar transparente, que nós temos um núcleo editorial. Nós podemos dizer não para determinadas coisas. Não é qualquer coisa que é publicada. E que as coisas só passam a partir desse crivo.

Uma das minhas perguntas era justamente a respeito das colaborações externas. Nem todas são publicadas. Aí tem o critério do núcleo editorial. Ele é constituído por quem?

Pois é. Inicialmente, eram os dez fundadores. E a gente, quando montou o site, convidou várias outras pessoas que eram de cada um de nós, pessoas que eram fontes na rede, que a gente achava que eram pessoas bacanas, e que tinham qualidades técnicas, competências que

eram afins com a produção que a gente estava fazendo de conteúdos. Então, a gente começou a chamar algumas pessoas. Nisso vem um jornalista de São Paulo, vem um outro jornalista e fotógrafo também de São Paulo, vem uma jornalista de Recife, uma outra, que não é jornalista, do Irã – que eu não sei se ela é socióloga, antropóloga ou algo dessa linha. Enfim, a gente começa a chamar. O Frechette, artista plástico, que a gente usava algumas coisas com a autorização dele enquanto a gente era só a página, mas aí a gente assumiu. E a gente convidou essas pessoas assumindo essas pessoas como Carrancas. Esse era o convite. Deles serem colaboradores. A maioria desses convidados...

Isso foi logo no primeiro ano de criação?

Foi, porque o site entra no ar no dia 29 de maio. Antes da Copa de 2014.

Achei que tinha sido no final de 2013 ainda.

Não, a gente estreia com a página – não me lembro se eu te falei se era 30 de setembro ou 30 de outubro, aquela grande estreia.

O site demorou um pouco então?

Demorou. Porque, primeiro que a gente tinha que fazer mesmo. Segundo, que tem a morte do Santiago Andrade no meio disso – que foi um baque para todo mundo. Para os movimentos sociais, a gente percebe uma coisa estatal mais forte pressionando contra os coletivos, os advogados e os midiativistas. Alguns de nós absolutamente e acidentalmente vamos parar inclusive em inquérito policial, porque inquérito policial conseguiu por causa de um policial infiltrado puxar uma lista de Telegram que tinha um monte de ativista, gente de mídia, jornalistas de grande imprensa, colaboradores e advogados. Que era aquela rede de pessoas que se comunicavam exatamente por conta daquelas ações que eu te falei: Alguém foi detido, tem que conseguir a prova, tem que *não sei quê*. Eles configuraram isso como uma organização criminosa.

Então eles usaram uma imagem de página, tipo um monte de *Telegramzinho* [sic] com os números e os nomes. Então, por exemplo, eu tô lá, o outro fotógrafo tá lá, aquele Augusto que eu falei tá lá. Então, assim, a gente não foi investigado mas a gente tá lá.

Não viramos processo. Mas eu não sei em que nível, se essas coisas fossem evoluindo, em que nível saía arrebanhando um monte de boi de piranha, porque teve um monte. Teve pesquisador da Fiocruz [Fundação Oswaldo Cruz] que estava fazendo e que foi parar em Bangu. E pesquisador da Fiocruz mesmo. O cara não era por acaso um cara que era pesquisador da Fiocruz e que estava de manifestante porque ele acreditava naquilo. Não, o cara estava na rua fazendo a pesquisa de campo. E que foi para Bangu. E numa prisão arbitraríssima [sic] que foi numa escadaria aqui da Câmara, simplesmente a polícia cercou uma multidão que estava ali e foram quase 200 pessoas. Bangu.

Vocês estavam ali fazendo alguma cobertura?

Nesse dia a gente estava, mas a gente, por acaso, na hora do ato da prisão, a gente não estava na escadaria, então não tinha ninguém. E eu nesse dia estava de base. Foi no dia 15 de outubro. Foi a manifestação dos professores, dia dos professores. Foi violentíssimo. Professores massacrados a cassetete dentro da Câmara, fora. E foi até um dia bizarro em termos, porque uma parcela tinha aquela imagem dos *blackblocs* como umas figuras do mal, os violentos, os baderneiros, e eles salvaram os professores dos ataques porque as bombas caíam da cúpula de cima. Eram jogadas para baixo. E eles defenderam os professores. E vários professores depois surgiram nas redes sociais postando agradecimentos. Alguns fizeram camisetas: “Blackprof”.

Então, como a gente percebeu que havia uma perseguição estatal no sentido de que podia nos atingir – mesmo que a gente não estivesse cometendo nenhum crime, porque o que a gente estava fazendo não era crime, que a gente estava exercendo os direitos fundamentais de liberdade de expressão, de liberdade de manifestação, de busca de acesso à informação –, mas a gente não sabia em que nível de arbitrariedade isso podia chegar.

Então a gente fecha a página do grupo, que era a nossa redação virtual no Facebook, a gente mantém a página, que era a mesma, mas só para poder ser uma divulgação do site. E o site passa a ser o nosso depósito principal. E aí, em função muito depois da morte do Santiago Andrade, a proximidade que a gente começou a ver da Copa, e o aumento de uma série de situações que foram acontecendo no país inteiro, que a gente falou: “Não, vamos abrir o site” – que a gente já falava de abrir site desde o início, mas a gente ficava tão ocupado com as coisas que estavam acontecendo, e com a rua, e com as matérias que tinha que produzir, que a gente ficou muito demandado

operacionalmente pelas publicações e não tinha tempo de se dedicar a outra coisa.

Então, como deu uma certa arrefecida, a gente aproveitou para usar aquele espaço de tempo para fazer o site. Aí a gente fez o site: foi uma trabalhadeira porque a gente transferiu todo o material, desde a “primeirinha” publicação offline, desde essa, a gente botou todas elas. Todas elas no site. E teve o processo de criação do site, de pensar como é que a gente ia fazer tudo isso. Na verdade foram, fundamentalmente, cinco pessoas fazendo o site: SC2 nas habilidades dele, o TI, eu, o Augusto – que foi o tal que mudou de repente ao vivo lá, e o Leonardo Carrato que era economista e que era fotógrafo. E os demais não estavam mais colaborando tanto, tinham meio que se afastado um pouco, mas deram uma colaborada, tipo assim: “Não, lista o que é seu, pega quais são os links das tuas matérias para a gente jogar para dentro do site e tal”. Então, assim, teve uma colaboração esparsa. Mas foram fundamentalmente cinco pessoas nessa tarefa.

Então, assim, teve uma colaboração esparsa. Mas foram fundamentalmente cinco pessoas nessa tarefa. E aí a gente estreia até antes do site da Mídia Ninja. Na verdade de todos os, todos os coletivos da época... É... A gente, dos nascidos em 2013, a gente é o primeiro que tem site. Então acaba assim que por uma situação é, de marco assim, né, em termos de características de produção e de coisas, a gente de novo entra na frente inovando, né, porque a gente inovou um pouco na linguagem, do início do que a gente fazia, aí a gente vem com a coisa do site, de ter o site, o da Mídia Ninja se não me engano veio uma semana depois ou dez dias depois. Eles têm um atraso aí de produção e eles se associam à tal da *Oximity* que eu nunca entendi o quê que era...

Esta é uma plataforma colaborativa de hospedagem de site.

Parece que eles têm uma coisa que cadastra quem acessa. Então eles fazem um banco de dados que eu não sei como é que é isso. E... E aí, enfim. Aí o nosso trabalho se dá dentro dessas características que eu te falei, é... A gente passa a ter novas discussões ao longo do tempo, a gente busca também novas plataformas mais seguras pra trabalhar, pra ter a nossa redação virtual, né... É... Que fossem espaços pouco conhecidos, que a gente pudesse ter discussões em grupo e que pudesse ser um depósito também de rascunhos, de dados, né... E aí a gente avisava, né, por esses canais, tipo, a gente foi um dos primeiros a usar o *Telegram*.

E a gente também só tinha necessidade de uma segurança extrema em algumas pautas. E não era porque a gente tava fazendo aquela atividade, era porque a informação, às vezes, que a gente lidava, poderia, se vazada, por uma forma tecnológica frágil, prejudicar alguém. Então, como a gente entendeu que a gente tava numa situação de arbitrariedade é... Que infringia o nosso direito constitucional de sigilo da fonte e também um sigilo da fonte que eu não sei se em algum momento poderia ser questionado por quem não era jornalista, caso acontecesse algum episódio, que nunca aconteceu, né, a gente num... Num tem é... Nenhum episódio de nenhum tipo de processo, de, nem que a gente tenha que ter processado alguém é... Nem que a gente tenha tomado processo é... Então... E as matérias da gente acabaram sendo até referenciais, por exemplo, uma pesquisa nossa da Universidade do Porto, que é d'uma carioca, que tá fazendo doutorado lá é... Uma das primeiras análises dela, que eu não sei como é que vai tratar isso no resultado dela, mas ela divulgou isso e eu usei isso até num artigo meu, é... Ela fez uma análise de determinados pontos de rede, do que era, a princípio, uma nova mídia que ela tava identificando, com alguns equívocos a meu ver, que ela identificava até a *Carta Capital* como uma nova mídia, e... E ela não fez esse tipo de diferenciação. *Nova Democracia* que já existia antes ou *Mídia Ninja* porque já existia antes ou porque era de alguma forma vinculado a outros interesses, ela não tem esse tipo de critério na pesquisa dela. A onda dela é outra. Então, mas, ela traz alguns dados, que ela consegue por meio de gráficos, fazer análises em que, por exemplo, o *Carranca* aparece como uma página onde tem um maior tempo de navegação.

Então isso poderia sugerir esse vínculo maior como uma possibilidade de referência de maior credibilidade e de aprofundamento nos conteúdos. Ela vai elencando e dando os nomes que ela interpreta, né. Outros ela canaliza como nós, em rede, apenas para reprodução e viralização daquilo que é produzido por determinadas páginas. Aí ela enxerga quais são as páginas de maior influência naquele período naquela rede. *Carranca* tava dentro. *Carranca*, *Ninja*, *Mariachi*, *Nova Democracia*, *Rio na Rua*. Esse tipo de análise já existe e tá publicado, ela até tem página de Facebook. Então ela tenta fazer nessa pesquisa dela o que seriam as novas mídias no Rio de Janeiro. Só que eu sei que a pesquisa dela deu uma guinada para uma outra coisa que eu não entendi ainda qual é o objetivo dela. E como o doutorado tem um período maior... Ela chegou a entrevistar a gente, veio ao Brasil, entrevistou pessoalmente porque ela quer inclusive acompanhar, a partir do fenômeno do surgimento dessas novas mídias, o que aconteceu com

elas. Se morreram, se pararam, se conseguiram seguir como, como os membros se comportaram. Ela tava, pelo menos naquele momento, com alguns interesses nesse sentido. Então ela tinha algumas leituras, assim. Uma ela publicou, com alguns dados, pra poder divulgar a pesquisa. Outros, que está em andamento. E outros tá lá guardando os dados dela.

Então assim, resumidamente, o Carranca seguiu essa linha editorial, o que para alguns colegas, em vários momentos, isso se acabou se tornando até, segundo a expressão que foi usada por várias pessoas, uma maneira que inicialmente a gente encontrou aquele caminho, mas por outro lado algumas coisas "engessaram" o Carranca, do ponto de vista produtivo.

Como assim?

Por exemplo, aquela coisa de você ter que ter duas curtidas pra subir a matéria. Então chegou um determinado momento em que ficou liberado. Ah, então tá bom. Se não for nada assim que você mesmo ache que tá dizendo algo que possa trazer algum tipo de coisa, que você não considere que seja conveniente compartilhar com a gente, pra gente dar uma olhada, ver se de repente não é melhor não falar isso, ou tirar essa tinta, né, diminuir um pouco o tom. Ou o contrário...

Esse feedback passou a ter depois da publicação, no caso?

Às vezes, quando a gente tipo "ah, esquece duas pessoas curtindo", vamos começar a subir, e cada um de nós vai ter que ter o senso crítico de compartilhar com o grupo quando achar que o negócio é conveniente, é mais seguro que outras pessoas deem uma olhada. Então cada um passou a ter esse critério particular. Só que isso também começou a mostrar, ao longo do tempo, que esses olhares tinham divergências sobre o que era uma coisa que poderia ser um problema ou não, ou sobre o que é uma coisa que é a nossa linguagem ou não, sobre o que é a nossa personalidade ou não. E que era daquele indivíduo.

Lembra de algum exemplo?

Tem um colega nosso que fazia vídeos, um cineasta, os melhores vídeos do Carranca eram deles. Ele fez coisas primorosas, assim. Até teve um dos vídeos que eu fiz com ele. Foi o único negócio que a gente fez chamada de ato, porque foi um ato do 31 de outubro de 2014, que já tinha tido as prisões da Copa, e as pessoas já tinham sido

libertadas, e tava tendo essa perseguição que eu mencionei, e que a gente tava percebendo e que a gente sai do Facebook, etc. Então se cria, começa a surgir, e a gente é convidado a participar como Carranca, de um movimento que seria uma manifestação, que foi belíssima - foi o ato mais bonito que eu já participei da minha vida, de todos os que eu fui - contra a censura. Contra a censura de uma nova ordem, porque não é uma censura oficial, mas é uma nova ordem por um terrorismo velado. E que foi o Grito da Liberdade o nome desse ato. Tem vídeos disso, tão no nosso Youtube. E a gente faz um vídeo chamada, que é um vídeo artístico. Tem um outro vídeo, que ele faz com bombinhas que vão escrevendo coisas, que é uma animação que ele faz com cápsulas de bombinha. E tem outros que ele faz como por exemplo do dia 15 de outubro que teve essas prisões arbitrárias que ele flagra PM com arma letal, e ele discute com PM e fala "pô cara, abaixa essa arma" e porradaria comendo. E ele faz um gráfico em arte, mostrando aonde tavam os manifestantes, em que rua, aonde tavam os blocos dos PMs, e como isso andou, e como isso tava se movimentando. Então ele, por exemplo, é um cara que já quis fazer vídeos que... como eu posso te dar um exemplo... com uma linguagem um pouco mais incisiva, ou aguerrida, menos cuidadosa com que um jornalista faria. Ou até com que um documentarista faria. Mais opinativa e sem ser aquele opinativo que perpassa uma crítica que você, enquanto leitor ou espectador daquela informação, você mesmo conclui aquilo porque tá tão notório que as coisas tão vindo que independe do quanto você construiu. Então eu não me lembro de um vídeo exatamente que não teria sido publicado, ou de uma matéria que ele escreveu...

Ah, teve uma matéria que não foi publicada, dele e de outra pessoa. Tem uma história de uma moça manifestante - eu não a conheci -, mas parece ter sido uma manifestante, uma ativista de rua não sei se absolutamente independente, se ela apareceu na multidão ou se era vinculada a algum partido, movimento social ou ONG. É dada como uma manifestante, não sei a origem dela. Que ela teria sido morta por policiais num incêndio criminoso na casa dela. Ela morreu em decorrência desse incêndio. E a rede social inteira começou a dizer que polícia assassina matou a Gleise Nana. E a gente nessa nossa postura carranca de "não, ele não vai dizer que ela foi morta pela PM", a gente vai ter que saber que história é essa. Aí se descobriu que ela se dizia perseguida, que ela uma vez apanhou da polícia, perseguida mesmo, como se tivesse sendo vigiada. Teve muitos relatos desse tipo em 2013, muita gente dizendo que tinha carro na porta, sendo perseguido por um carro preto, advogados inclusive ameaçados de morte, sequestrados,

professor da UFRJ de sociologia mandado calar a boca. Então a gente ficou com aquele receio e aí óbvio, pegando isso como mais um exemplo pra outra pergunta que você fez antes, até que ponto jornalistas interferem na produção de não-jornalistas, esse é um momento. Tipo assim não, peraí, essa matéria tá tendenciosa.

O que era a matéria?

Era texto com uma foto do apartamento incendiado. O texto bem escrito, não exatamente dentro dos padrões do que seria um texto tradicional, careta, jornalístico, mas que não trazia a versão da PM, não trazia nenhuma entrevista com delegado, não tinha uma fala do advogado dela, a família não queria falar, aí quando se conseguiu um advogado que a gente ficou insistindo que tinha que ter alguém, um perito, alguém pra falar do que aconteceu, porque poderia ter sido um incêndio na caixa da energia do prédio, sei lá - ela morava inclusive num prédio antigo. A filha dela, de 12 anos, ficou inclusive muito queimada - ela não morreu. Então há, e aqui usando um jargão jornalístico, há a lenda de que Gleise Nana morreu nesse crime que teria sido feito por policiais, em decorrência de uma perseguição que ela já relatava. Eu achei que a gente não tinha dados suficientemente consistentes pra gente publicar uma matéria afirmando isso. E a discussão foi tanta entre eu, um outro jornalista e o que escreveu essa matéria... Eles achavam que “porra, mas eu fui lá”. Fisicamente, eu tinha dispendido tempo, energia, criatividade, processo intelectual, etc, pra fazer aquela coisa toda. E ele não entendia porque ainda faltava coisa, se ele não conseguiu nada com o delegado, e se ele não conseguiu o advogado e se a família não queria falar. Então ele cumpriu o papel dele. Um dos nossos jornalistas achava que dava pra dizer diferente. Eu também achava que se desse uma amenizada num determinado trecho, numa frase que eu não me lembro, talvez também desse, mas ainda insistia que achava que tinha que ouvir alguém.

Não tinha nenhuma fonte a matéria, era só basicamente a foto e o relato?

Exatamente. Da lenda e do que apurou - que tava lá, que o prédio pegou fogo só no apartamento dela, que existia a possibilidade de que alguém no prédio disse que havia o negócio na caixa de energia no prédio talvez com algum problema. Mas que havia essa coisa por trás, da possibilidade de ter sido um crime, homicídio, de fato. E a família

com medo não quis falar. Que a gente não conseguiu contato com delegado, nem advogado.

É quase um conceito de não-notícia.

Não é? Tecnicamente não tá falando nada. Ela é um projeto de notícia. É um ponto de partida de um trabalho para uma notícia. Ainda mais uma notícia com um teor desse. Ela não é um relato da sua crônica sobre como foi tomar bomba na sua manifestação de ontem, que você achou que a polícia foi muito violenta. Por mais parcial que seja o relato do seu olhar sobre determinado ato de rua, aquilo ali vai tá na primeira pessoa, vai ter uma foto, um ensaio de fotos, passa por uma crônica, por um artigo, eventualmente com alguns até alguns relatos do que ouviu, que alguns manifestantes falaram, ou que gente reclamou de sei lá o quê, que black blocs colocaram as PMs pra correr.

Eventualmente com alguns relatos do que ouviu, que alguns manifestantes falavam, ou que gente reclamou de não sei o quê, que a PM colocou os black blocs pra correr. Você pode fazer isso. Mas você não pode, no caso de um homicídio, se foi, colocar uma matéria que não tá completa. Nesse sentido, por exemplo, havia esse tipo de interferência sim, de quem era jornalista sobre quem não era, dentro desses debates que a gente fazia internamente e que aborreceu muita gente em várias circunstâncias.

Nesse episódio em específico, essa reivindicação partiu só dos jornalistas ou dos outros integrantes também?

Só dos jornalistas.

E como acabou a história?

Ah, depois um dos que escreveu a matéria deu um tempo, parou de participar de uma maneira efetiva. Mas ele ainda assim, muito raramente... durante a Copa, ele viu um negócio de prostituição e fez uma foto de longe, escreveu um relato pra gente fazer uma postagem. Porque acontecia muito isso: às vezes, a pessoa pegava a informação na rua, batia a foto no celular, tinha a informação do que ela viu, mas não tinha como escrever, ou não sabia escrever, ou não era a dela escrever. E ela mandava para alguém do grupo empacotar aquilo de alguma maneira, transformar aquilo em produto.

Geralmente por jornalistas?

Geralmente por jornalistas, ou por algum outro não-jornalista, mas que estava a fim, e podia, e a gente palpitava. Tinha coisa feita a 10 mãos, mesmo que saísse crédito de 3. E a gente também optou por algumas situações que fossem mais institucionais, que era melhor não dar crédito, quem assina a matéria é Carranca, quando não tem nenhum autor, por qualquer razão, ou porque a pessoa acha que se assume no portal vai ter problemas com chefe, por exemplo. Aí às vezes acontece de outro dizer então ok, "eu assino como eu, até porque eu ajudei você a fazer isso aqui", ou ela entrega a coisa toda tão pronta, e ninguém participou de nada, e aí a gente coloca Carranca. Mas isso acontece pouco, mas aconteceu.

E como eram as reuniões de pauta de vocês?

Algumas eram ad aeternum, porque a gente não tinha mão de obra suficiente pra realizar várias delas. Você tinha algumas pessoas com muito mais tempo disponível do que outras. Isso também foi problema em vários momentos, porque teve momentos, por exemplo, que eu fiquei sozinha, ou que ficou só eu e SC4, só eu e SC3.

E aí você pegava pautas que não eram sugeridas por ti, originalmente?

Aconteceu várias vezes. Não era num sentido de delegação, autoritário. Eu via um negócio que poderia dar uma puta pauta - eu, ou outro jornalista ou não-jornalista. E aí a pessoa conseguiu juntar alguns elementos, que seja um link da Folha, junto com um vídeo de sei lá o quê, uma foto, e um parágrafo sobre o que ela pensou que poderia ser. Só que a pessoa não vai ter tempo de juntar isso. Aí ela fala "pô, será que alguém quer?", etc. Às vezes, alguém podia, ou alguéms, mais de um. E às vezes ninguém pegava. Ou por desinteresse, ou por falta de tempo. Então a gente tem um arsenal de pautas mortas, algumas até atemporais, que poderiam ser reativadas a qualquer momento. Teve uma época que teve uma pauta, que até fui eu que comeci a puxar. Tinha saído um relatório sobre maconha, de não sei que ONG, que essa ONG fez uma campanha badalada - acho que a Anistia Internacional, não sei. E eles tinham muitos materiais. Eles tinham esse relatório internacional, mais um relatório no Brasil, mais um vídeo de animação lindo que eles fizeram. Aí eu jornalisticamente já começo a raciocinar que o negócio

vai dar uma matéria bonita, né, e com conteúdo, teria quem entrevistar. Então mesmo que não tivesse como entrevistar ninguém, qualquer um que pegasse aquelas informações ali ia matar a pau. Mas eu... Teve uma época, logo a seguir das prisões da Copa, muita gente se afastou com medo pelo que tava acontecendo. Teve uma época que fiquei sozinha, por alguns meses. Não fiquei todo o tempo da existência do Carranca, mas acho que teve um momento ali em 2014 que fiquei 3 meses, só eu.

Dessa formação inicial, quem permanece no Carranca?

Da formação dos originais, digamos assim, dos fundadores, dos 10 primeiros, todos continuam com seu nome no site. Só teve um que saiu porque ele participou da fundação, mas só fez uma colaboração com uma foto e nunca mais fez nada. E depois porque ele tinha envolvimento pessoais dele, que já eram anteriores, com o PT, e veio aquela coisa de 2014 da polarização muito forte. E ele tava muito exposto. A gente conversou com ele e... a gente não tirou simplesmente o perfil dele. Mas a gente conversou que naquele momento ele não tinha mais como colaborar. Primeiro porque ele nunca colaborou com nada. A gente viveu várias outras situações, outras reuniões, e ele só dizia que "ah, eu não concordo com um monte de coisa". Tá, mas o que você acha que tem que ser? Ele também não processava isso de uma maneira propositiva, que a gente pudesse pensar "ah, tá, então vamos fazer isso". Porque o coletivo - até tem uma coisa de bacana nisso -, a gente nunca... Claro que de repente algumas propostas podem ter morrido no meio do caminho porque não tinham maioria. Mas a gente não tinha uma coisa muito "ah, não" e aí a coisa morria simplesmente porque um não quis. Morria porque não crescia, não tomava a paixão dos outros, entendeu. A gente era muito parceiro, e era muito criativo.

A gente tinha reuniões de criação. Não eram reuniões de pauta, só. Então a gente discutia pauta, mas a gente discutia também como fazer isso, né, e como fazer o Carranca ser além daquilo ali, e como processar inclusive essa memória desse período de uma maneira que ao mesmo tempo a gente não fosse só isso. Quer dizer, a gente foi aquilo ali muito forte - "aquilo ali" que eu digo é uma relação com os movimentos sociais, de rua, a partir de 2013, manifestações, etc -, depois a gente passou a ter uma coisa que foi migrando pra outras questões sociais, favelas. E que são pautas que são muito agendadas, que depois você começa a perceber, né, que você começa a ser muito agendado por ONG, por algumas correntes de micropoderes, que você começa a identificar.

E a gente sempre foi, aí, a gente foi reduzindo. Chegou um momento de ter só eu SC3, chegou um momento de ter só eu e SC4 - que inclusive eu convido o SC4 na Copa. Ele era um colaborador eventual, até quando a gente ainda era só a página no Facebook. E quando eu vi o quanto que ele escrevia, eu fiquei alucinada. E era uma demanda que a gente tinha, porque era só eu e outro jornalista que escrevíamos, assim, deliberadamente. E escrever dá um trabalho danado. Não que tirar uma foto não dê. Mas o cara vai ao ato, tira a foto, trata a foto e te manda. Você tem que acompanhar o ato e escrever. Então, às vezes era um trabalho de 24h, 48h, e aí eu não fazia mais nada. Teve entrevistas que eu fiz, que eu fiquei dedicada três dias. Quem paga as minhas contas? E a gente tá absolutamente abduzido por aquela coisa toda. E cada um com sua vida. E eu ainda tinha minhas questões familiares, pessoais, e ainda tinha a faculdade, entendeu? Eu tive muita dificuldade pra administrar isso. O período que eu fiquei sozinha, sozinha, fiquei com tudo isso, e com a faculdade. Sei nem como não fiquei reprovada. Aí eu chamei o SC4, se ele não quer participar de maneira mais efetiva, que vai ter o site. E aí ele topa. Passa a ser um colaborador, diferentemente de outros, que toparam ser colaboradores quando a gente abre o site - tanto que se você for lá, vai ver umas 30 carinhas; tem gente que participou uma vez, duas vezes, dez vezes. A maioria deles ali, desses colaboradores que não são os dez fundadores, tem uma autorização que era tipo assim: "eu não quero função de ficar botando publicação no site, não. Eu vou publicar na minha página e se você quiser fica à vontade". Era uma autorização aberta. E isso não era um, foram vários. E aí o que acontece: você pega a postagem do cara, e o cara escreveu, mas aquilo não tá pronto pra ir em um site. Aí tem que entrar a cabeça de edição. E aí o que ele escreveu é excelente dentro do contexto daquele dia ou daquela semana. Vamos supor que seja uma coisa sobre discurso de ódio. Mas aí não dá pra ir só aquele picotico. E o que ele fez foi sensacional, entendeu. Então como você incrementar isso? De repente, você vai ter que procurar imagem. Aí vira função. Porque nada não pode ter imagem. Aí começa aquela função de procurar imagem, a imagem tem que ter autorização ou direitos liberados. Então dá-lhe Flickr, dá-lhe pesquisa, entendeu. E a gente tem um padrão estético diferenciado, que a gente sempre procurou ter. A gente sempre procurou ter. A gente não bota simplesmente qualquer imagem só porque a informação tá preciosa. A gente tem um padrão estético que a gente quer ter um tratamento estético diferente. Então tem que ser uma imagem bonita. Ou a gente tem que ter um meme com uma arte trabalhada. Então, digamos que no nosso apuro, que foi construído

coletivamente, a gente conseguiu dar conta dessa ambição durante muito tempo. A gente dava conta dessa produção sofisticada. E chegou um momento em que foram diminuindo as pessoas, a mão-de-obra foi ficando rara, e a gente não tinha mais como dar conta. Eu, por exemplo, não sei fazer determinada arte. Eu sei mexer no PainBrush. Eu nem sei mexer com outras coisas. O SC2 fez padrão de arte pra fonte de letra. A gente tem padrão pra fonte de letra, cor, a gente tem todo um padrão estético pra vídeo, foto, meme. E ele é muito cioso disso, porque o SC2 é um cara de ponta. Ele tinha discussões com outro ex-membro, que sempre foi muito criativo, queria ser muito livre pra fazer um monte de coisas. Então ele, uma vez, porque o logotipo do Carranca tinha uma linha em volta do quadradinho, com um fundo preto, que sempre tinha uma estética, que vinha uma imagem tratada, e que aqui tinha uma frase bombástica. Isso era, por exemplo, um padrão de meme, que a gente criou esse recurso até quando a gente não tinha tempo de produzir determinadas coisas - mas aí alguém falou um negócio absurdo e a gente tinha que botar a cara do fulano e aquela frase. Só isso.

E aí uma vez ele resolveu fazer uma arte, em que ele transgrediu esse padrão pré-definido e botou a linha um pouco mais, com uma diferença milimétrica pra borda, e tirou o carranquinha daqui do meio embaixo e botou mais pra esquerda, ou botou em cima, não me lembro. Foi o caos. E a única coisa que o SC2, por exemplo, que era a grande vazão artística, criativa e produtiva de conteúdo dele, ele até escrevia algumas coisas, mas a grande profusão da criação era isso. Aí de repente vai o outro lá, que fazia outras coisas, mas que se sente na liberdade de um processo criativo - e fez uma arte belíssima, inclusive -, só que aí transgrediu aquele padrão. Então esse é um exemplo, só pra você sentir, que às vezes tinham discussões que eram de processos criativos, não necessariamente de conteúdo. E que isso foi em várias coisas, né. E que quando foi rareando a mão-de-obra, eu, por exemplo, não sabia fazer uma arte. Eu ia catando foto no Flickr, ou ficava catando ajuda.

Então a gente teve muitas dificuldades como essa. E algumas dessas dificuldades se refletiram em alguns discursos dos fundadores originais, que se misturavam como justificativas para "ah, não tô muito a fim, não quero mais desse jeito", e que se misturavam com justificativas de um engessamento que a gente mesmo teria criado, né, em vários momentos, inclusive, eu fui muito culpada por alguns colegas. Porque como eu ficava sozinha, e fiquei muito mais tempo disponível o tempo todo, como se eu estivesse exigindo isso. E eu sempre era muito ortodoxa, e eu falava assim: "mas não foi o que a gente combinou? A

gente não disse que ia ser assim? Não é essa a regra que a gente tá seguindo?". "Pô, mas fica um negócio cheio de regra?". "Pô, cara, então vamos dizer que não tem regra. Eu não vou ficar que nem uma babaca aqui tentando seguir as regras". Só que eu tô tentando seguir as regras sozinha, e aí quando eu falo alguma coisa, eu que sou a chata, entendeu? Sou a velha coroca da turma que tem que ser desse jeito que a gente combinou, e que se for menos a gente vai perder o padrão de qualidade, ou o nosso diferencial? Porque ninguém encostou a gente em termos estéticos, ninguém conseguiu, naquele momento, hoje se você olhar o site de um ou de outro você pode não enxergar, talvez, um olhar de fora. Tô aqui especulando. Mas naquele momento que a gente entrou com o site, aquilo foi um boom. Em termos de linguagem, de estética, de possibilidade de diagramação, e de tratar os temas que todo mundo tratava daquela forma que a gente tava tratando. Ninguém fazia aquilo. E isso criou uma marca que todo mundo sabia, e que quando queria saber mais, era lá que ia conseguir encontrar uma informação diferenciada. Ou porque ia ter um texto a mais, ou porque ia ter uma entrevista exclusiva, que só a gente ia ter conseguido, dando uma informação foda. Tipo: advogada ativista fulana de tal diz que vão ter pelo menos mais 8 prisões e eu confirmo isso junto com outro colega com uma fonte da polícia federal. Ninguém confirma com a polícia federal. As pessoas botam um post dizendo, desesperadas, "ah, vão ter mais oito". Entendeu? Todo mundo se desespera, e aí é um post que viraliza. A gente não. A gente grava entrevistas - nem que seja por whatsapp, por áudio. Todas as entrevistas são gravadas na maior parte, mesmo que seja em vídeo. Quando é uma situação muito complexa, como um tema como esse, em que ela tem uma informação que ela soube porque é advogada, e que ela poderia ser uma das presas, e que pelo menos 8 pessoas tavam numa lista. Eu lá sei se ela tá inventando aquilo? Então a gente discutia entre nós, e determinadas situações como essa, que eu tô te dando como exemplo, a gente foi atrás de outras fontes, que é fonte dentro do sigilo da fonte. Mas que eu cito. Confirmada por um agente da polícia federal. Assim como da polícia civil. Tem um artigo meu, uma matéria minha, que eu falo sobre o cadastro de manifestantes. Existe uma coisa padrão das delegacias que é o prontuário físico. Qualquer pessoa que chega na delegacia e que foi autuada por qualquer razão, vão fazer um prontuário, uma ficha. Vão puxar os dados se ela tem antecedente, etc. Começaram a fazer isso nas delegacias, na época das manifestações, de uma maneira que qualquer um que eles pegassem, por qualquer coisa, que levasse na delegacia, eles começavam a fazer arquições, a questionar o cara que foi levado sob

pressão. Sem advogado. E com perguntas meio fora do quadro. Tipo: se você pertence a algum partido, quem é o líder. E passou a ser uma ordem dentro da chefia da polícia civil que qualquer um que arrebanhado em manifestação, mesmo que a alegação fosse desacatado, que constasse no prontuário físico que ele estava em manifestação. Do ponto de vista do direito, você criminaliza um direito fundamental, que é o direito de manifestação. Do ponto de vista de busca no sistema da polícia civil, você poderia chamar de gestão, porque facilita. Você bota lá no sistema deles de busca "manifestação" e vai aparecer um monte de crimes relacionados, ou de prováveis autuações ou crimes, enfim, seja lá o andamento que deu, vinculado a manifestações. E com isso eles podiam fazer um mapeamento cruzando dados, informações. Isso foi chamado de "cadastro de manifestantes". E isso foi confirmado a mim por uma fonte da polícia civil. Nem a grande imprensa deu isso, nenhuma outra mídia independente deu isso. Só tem isso no Carranca. E agora, em teses até de outras pessoas, porque até teve uma advogada ativista que usa isso porque ela viveu isso como testemunha em delegacia, e ela sabia dessa matéria, e ia utilizar como referência porque ela fez um mestrado só sobre advogados ativistas. E então, com os relatos que ela tinha pra dar, dos dados dela, sobre tortura psicológica nas delegacias e outras coisas assim.

Então esses são alguns exemplos de que na prática a gente tinha, e que tanto do ponto de vista jornalístico - deontologicamente falando - quando do ponto de vista do processo de produção, criativo, houve vários embates. Mas também foram embates criativos, que pervertem no bom sentido o tradicional, o velho, no sentido do conhecido de como as coisas funcionam em redações tradicionais, mesmo que seja de revista de vanguarda.

Em relação à prática jornalística de grandes redações, como você acha que o Carranca se diferencia delas? Não apenas na estrutura, mas em questão de conteúdo também.

É diferente primeiro porque a gente tem um núcleo editorial declarado, é público, tá no site. Qualquer um que manda colaboração a gente fala "a gente vai submeter para avaliação do núcleo editorial". A gente explica pra pessoa entender que não é uma arrogância, uma soberba, uma desculpa se de repente o negócio for ruim. E às vezes não é, às vezes não é adequado à nossa linha editorial. Ou aquilo que a gente acredita como princípio. Por exemplo, a gente não divulga alguma coisa que seja simplesmente, vamos supor, uma manifestação, naqueles

tempos, que a gente não soubesse a origem. E às vezes a gente não tem tempo de fazer. Às vezes não é porque é bom ou ruim, é porque a gente não teve braço pra fazer. E a gente ficou triste porque não pôde publicar. E assim, você vai catar nos dez dedos erros de português. A gente é muito criterioso, tudo passa por revisão. E a gente tem outras pautas que não são só as manifestações de rua, como eu te falei. A gente fala de política, meio ambiente, a gente fala de um monte de coisa. Não só de conjuntura nacional. Vários outros problemas fazem parte da realidade nacional, e internacional, e desse capitalismo tardio, dessa humanidade que tá desse jeito. Tem toda essa crítica.

Tem crítica também à Mídia Ninja, mas a gente não abre. Não tem um post sobre a Mídia Ninja, por exemplo. Não existe isso. A gente tem um post, por exemplo, sobre um determinado tipo de manifestação, ou evento, que a gente sabe que é uma linha dessa esquerda que o pessoal tá chamando de "esquerda ciranda". Porque o pessoal faz ato contra o golpe dançando ciranda - e é de verdade, eles dançam. Mas são posicionamentos críticos a um encaminhamento de uma pretensa linha de esquerda frente o crescimento da direita. A gente não faz simplesmente um texto do tipo "vamos fazer pra meter o pau nos caras". Até porque a gente não tá nem aí pra isso. Eles existem porque eles são desse contexto que, por acaso, a gente vai querer fazer uma reflexão disso aí.

Em termos de modus operandi, tem várias coisas que são completamente diferentes do tradicional. Exemplos objetivos: há uma decisão coletiva o máximo possível que se busca naquilo que é pauta, naquilo que, mesmo depois que a gente mudou e que ganhou aquela autonomia maior que eu te falei, que cada um pode subir o que quiser... Mas é claro que esse "cada um pode subir o que quiser", essas pessoas já estavam meio que treinadas, já sabendo que pauta que não cabe. Então é quase que, quando entra uma pessoa pra ser um Carranca novo, você tem que treinar essa pessoa, com "quem somos nós", o que a gente faz, o que a gente não faz, qual é a nossa linha editorial. Tanto é que teve um participante há pouco tempo, que não era jornalista, e dentro desse princípio que a gente chegou a botar pra ficar uma coisa mais prática de editar e subir, mas tinham determinadas coisas que a gente fazia questão e dizia "olha, de qualquer maneira, bota...". E a gente acabou adotando isso. Mesmo que eu quisesse publicar alguma coisa, a não ser que eu achasse que era uma coisa absolutamente ingênua, eu subia direto e avisava "gente, subi uma matéria tal", e botava o link no nosso canal coletivo. Quando eu achava que era alguma coisa que de repente merecesse a olhada de alguém, eu falava "gente, olha só, tô fazendo isso

aqui pra subir, já tá tudo pronto. Dão uma olhada aí e vê o que vocês acham". Às vezes ninguém respondia, eu achava que tava ok e subia. Às vezes eu achava que era importante mesmo alguém olhar pra dizer o que achasse. E aí às vezes vinha um ok e eu subia só com um ok. Então não era uma coisa mais obrigatória, mas com a qual eu contava.

E, por exemplo, a gente teve um colaborador recente que chegou até a ir pro núcleo editorial porque com o afastamento que eram da fundação - que hoje, da fundação, ativos só tem eu e o SC2, os demais se afastaram e não tão em grupo nenhum. Dois até tentaram abrir um coletivo juntos, fizeram um trabalho específico e acho que o projeto deles não avançou mais do que o documentário que eles chegaram a fazer.

Esses outros não estão mais envolvidos em nada relativo ao Carranca, então?

Muita gente se afastou mesmo por questões pessoais - essas questões perpassam tanto questões de vida íntima, família, casamento, filho que nasceu, quanto o arrefecimento das manifestações. Muita gente ficou meio órfão mesmo de uma causa, perdidos, sem saber do que falar ou como colaborar. Fazer o que agora que era o objeto. E outros em conjunção com essas ou não outras coisas, com o próprio *modus operandi* por essas dificuldades em alguns momentos que a gente encontrou, e que a gente tentou modificar e poder fazer a coisa mais fluida, mais leve. Para que as pessoas tivessem uma liberdade maior de publicação, e de se pautar. O problema é que como a gente lida com temas muito complicados, qualquer tema corre esse risco. Até uma entrevista com a Anitta pode ser uma tragédia de gerar um processo ou ser antiética. Mas a gente lidava de fato com temas que perpassavam análises políticas ou pessoais, ou críticas pessoais, ou críticas a políticas públicas, e que a gente tava lidando com coisas grandes, com o Estado. Então eram pautas que realmente não dava pra você fazer uma crítica jocosa, irresponsável. Então por isso que a gente sempre teve muito esse cuidado. E na maioria dos momentos a chata era eu, mas não era só eu, tinham outros, mas aí outros se afastaram por essas questões que eu falei.

E aí temos objetivos, o *modus operandi*. A gente sempre procurou pautar, mesmo que partisse individualmente, mas compartilhando essa ideia com todo mundo. Participava desse compartilhando, dessa decisão, desse processo criativo, quem quisesse. Era tudo disponibilizado numa plataforma virtual, que a gente usou

várias plataformas diferentes pra isso. Inicialmente uma página de grupo fechada no Facebook, depois outras plataformas fora, em que a gente tinha senha e entrava, e ali tinha uma estrutura, como um aplicativo, e a gente usava aquilo como um depositário de informações. Um banco de dados, com possibilidade de chat.

Vocês já chegaram a fazer alguma reunião aberta ao público?

Não, nunca.

Elas geralmente eram presenciais ou por Skype?

Tinha de tudo. Presencial, por Skype ou mista. A gente tentou muito fazer várias reuniões, conseguimos fazer várias, mas muito menos do que a gente queria. A gente queria ter semanalmente, mas a gente não conseguia. A gente tentou quinzenalmente, ficava difícil. A gente tentou mensalmente. Então a gente tentou várias periodicidades, porque a gente tinha uma demanda muito grande, a gente publicava muita coisa e tudo foi ficando cada vez mais difícil por N motivos. Ou porque tinha muita coisa pra publicar e muito trabalho pra fazer, ou porque a vida tava sequestrando a gente pra outros lados, ou porque tudo foi diminuindo um pouco. Então assim, desde uma proposição de pauta, até a execução dessa pauta, até o quanto que esse material, seja ele um vídeo, um texto, um ensaio fotográfico, ou um conjunto disso, pra se publicar um conjunto disso, sobre determinada matéria, sobre determinado conteúdo, a gente sempre compartilhou isso coletivamente. E era aberto a qualquer um dar opinião e dizer que era uma merda. E era um exercício das vaidades pessoais que a gente teve que aprender e que foi muito construtivo. Pra mim, por exemplo, que tenho uma experiência de redação nos moldes tradicionais, de décadas passadas, eu já vi material meu ser dilacerado no ar. Eu já perdi amiga que me deu entrevista porque falaram dela de um jeito que acabou com a imagem da mulher e ela nunca mais quis saber de mim, e acho que a culpa era minha, e eu nem tava lá, porque me exportaram pra São Paulo fazer outra coisa e quando fui saber já tinha ido ao ar.

Esse tipo de coisa que existe numa editoria tradicional, em que você é repórter e você não tem domínio sobre a edição final, na maioria das vezes, isso não existia no Carranca. Porque tudo era disponibilizado pra todo mundo, transparentemente, e era automático que todos estavam convidados a participar com possibilidade de poder interferir na palavra do texto.

Todos eram editores?

Todos eram editores. Mesmo que a ideia fosse a minha, o texto é meu, se alguém chegasse e dissesse que no terceiro parágrafo, etc, etc, fazia parte do nosso processo de construção que eu devesse aceitar ouvir aquela crítica ou aquela sugestão, mesmo que eu debatesse com aquele que me deu a sugestão e dissesse olha, eu acho que não, eu acho que eu tenho que manter isso aqui porque quando eu apurei isso aqui eu entendi isso assim e assim, ou porque por uma questão de estilo de texto eu quero usar esse apostro dessa maneira, então se eu tiver que explicar isso aí no meio eu vou perder o ritmo do meu texto. Então eu não acho que isso vai fazer falta do meu leitor, por uma questão de estilo eu prefiro preservar. E como fui eu que escrevi, se você não se importa, eu prefiro não mexer nisso.

E essas observações eram feitas por não-jornalistas, inclusive?

Inclusive.

Essas discussões, esses debates acerca do conteúdo acerca do texto, eram feitas com frequência?

Em todas as matérias. Até que a gente decide que, porque muita gente tava se sentindo decepcionado - todos nós, de alguma maneira -, esses retornos demoravam, por n motivos.

Então quando a gente libera essa coisa de “não, só sobe se tiverem dois sim”, de qualquer um, mas tinham que ser dois além do autor, portanto três, então quando a gente tira essa regra e diz "ok, então a não ser que cada um, e aí a gente vai ter que confiar no nosso senso crítico, a gente já se conhece, a gente já trabalha esse tempo juntos, a gente já sabe ao que veio, o que a gente pretende", então se cada um achar, numa produção pessoal, que dá pra subir direto, ok. Se achar que é importante ouvir, a gente disponibilizar de qualquer jeito pras pessoas responderem até o deadline que a pessoa achar. Se não der pra publicar agora que eu tô vendo o Sérgio Cabral se suicidando na Cinelândia, eu vou postar que o Sérgio Cabral tá se suicidando na Cinelândia e vou avisar "gente, acabei de postar o Sérgio Cabral se suicidando na Cinelândia". Agora se eu disse "gente, olha, o Sérgio Cabral avisou que vai fazer um harakiri baiano às 4 da tarde. Vamos cobrir?" Eu vou,

porque eu vou fazer a gravação e registrar assim mesmo. Se ninguém respondesse, eu iria lá, mas poderia acontecer de alguém responder. E se ninguém respondesse, e eu fosse lá, e o Sérgio Cabral, de verdade, fosse ele, e ele fizesse o harakiri baiano, e eu com a câmera na frente dele, eu iria publicar. E ia continuar avisando feito uma louca: "gente, olha, agora o Sérgio Cabral se matou", entendeu? Então a gente criou níveis de risco que perpassam por uma relação de confiança e de conhecimento do outro, e de conhecimento do grupo, e dessas formas de você avaliar dentro dessa perspectiva de tudo o que a gente já sabia, do que a gente trabalhava, das pautas, dos conteúdos, do cenário político em torno do que a gente representava, ou em torno do que as nossas pautas representavam ou do que nossos possíveis personagens ou entrevistados representavam, a gente procura ter esse tipo de noção, de cuidado, e de criar escalas que eram absolutamente subjetivas, pessoais, do quê que passou a ser uma coisa que dava pra subir direto ou uma coisa que era bom ouvir o colega, seja ele qual fosse.

Você lembra de alguma situação em que vocês acabaram reportando um erro e tiveram que corrigir depois, ou algo do gênero?

Olha, no início, assim que a gente lançou a página do Facebook, teve um meme que a gente tinha feito, e que por acaso era um resgate de um exemplo que eu comecei a te dar lá no início da nossa conversa, que foi um meme sobre a morte de uma senhora no metrô. Seria uma professora que teria morrido por intoxicação do gás.

Ela morreu no metrô?

Pois é, ficou tudo dúbio. Ela estava no metrô, o metrô ficou enfiado de gás, ela teria tido uma intoxicação, passou mal, ou teve uma queda de pressão, ou algo, e foi levada pro hospital público. E aí nas redes sociais a notícia era que ela tinha morrido. E aí a gente tinha uma pessoa, que era uma fonte nossa, que tinha uma médica no hospital que essa pessoa teria ido, que era prima dela e era uma pessoa realmente de confiança, e disse pra gente que a pessoa morreu. Só que vários advogados, advogados ativistas, gente de ONG, manifestantes, foram na porta do hospital. E alguns desses advogados tentaram apurar lá dentro, e apuraram, e retornaram que oficialmente tinha sido um engano por causa de um nome, talvez homônimo, um caso parecido. Houve um

equivoco e não era a tal pessoa que tinham pensado. Só que isso levou horas.

Então vocês deram na página?

Mas tiramos em dez minutos, entendeu?

Vocês chegaram a fazer errata? Tiraram do ar?

A gente tirou do ar e fez uma errata. Mas tiramos aquela e fizemos uma outra. A gente não permaneceu com aquela, porque a gente ficou com receio daquilo viralizar por caminhos que a gente não tem domínio.

Facebook tem esse problema, né? O que é diferente de um site, por exemplo.

Diferente de um site ou de uma plataforma física, um jornal, impresso.

Talvez na época em 2013, ainda não existia a opção de editar os posts do Facebook também.

Provável. E não tinha como, porque era uma arte. E a gente ficou com a arte parada. Porque como era uma notícia que era muito rápida, a gente fez um textinho pequeno - a gente tinha o nome completo da senhora, a idade, professora, não sei o quê. A gente tinha vários dados. Só que o que tava pra se confirmar era a morte. E a fonte nossa do hospital disse que ela morreu, entendeu? Só que aí a gente, conversando entre nós, a informação veio até pra mim, e falei: "gente, a mulher morreu. A médica lá que a fulana tá falando disse que a mulher morreu. Ela olhou no prontuário". E aí a arte ficou pronta, esperando a "coisa", eu falei "a mulher morreu", quem tava pra publicar, publicou - que não era eu, mas foi ali no calor da conversa em grupo. E aí nessa que publicou, eu falei "não, calma, gente", e aí eu fiquei desesperada. "Não, calma, gente, a informação veio". "Ué, mas ela não morreu?". Aí eu falei "não, a informação veio que ela morreu, mas a gente não tem uma informação oficial. Vai que, sei lá, vão querer esconder essa informação. E aí? são os médicos de plantão que vão levar a conta disso? Calma, a gente precisa...". Só que aí, no calor desse debate que ficou "não, mas se ela morreu", eu falei "não, ela morreu, eu acredito",

só que tem uma galera do lado de fora que tá confirmando ainda e a gente não tem nenhum relato oficial do hospital público. Aí, lá pras tantas, nessa coisa que a gente tava discutindo, a gente tinha uma audiência incrível, começou um monte de gente a curtir, a compartilhar. Um jornalista, que eu até conheço, velho de guerra, ainda botou assim no comentário: "de que fonte vocês têm isso?". E aí a gente "não, apaga, apaga e vamos fazer uma errata", dizendo que a gente teve uma informação, que a gente quer ratificar essa apuração pra poder confirmar se essa fonte é fidedigna e que a gente volta a falar sobre o caso que tá sendo anunciado da pretensa morte da manifestante, professora, não sei o quê, que tá viralizando. Aí a gente fez essa errata. Então, assim, foram os dez minutos mais tensos do mundo. E aí eu comecei a receber inbox de amigo jornalista querendo saber. E aí eu tive que corrigir. E aí falando com outro advogado voluntário, porque eu vi que ele tinha compartilhado e o negócio tava começando a rodar. E foi nossa sorte também, porque a gente apagou quando ainda não tinha alcançado 50 pessoas - não tinha nem 10, sei lá. E aí eu pedi pra ele, eu avisei a ele, na verdade: "olha, eu vi que você compartilhou, mas foi no meio de um problema de processo de apuração de procução, então ignora essa informação, por favor. A gente ainda não tem a informação oficial e sem querer foi publicada". E ele "não, tudo bem". Então a gente conseguiu reverter a situação e foi de fato acidental, porque foi no calor da publicação. Porque o post tava parado, pronto, na página do computador de um de nós, só pra clicar o publicar. Quando eu falei a informação "gente, a mulher morreu", o cara "pum", entendeu? Então assim, é também o risco da velocidade da mídia, dessa mídia específica. Acabou que os advogados que estavam na porta e o pessoal de ONG falou que a informação oficial aqui é de que era um engano.

Então, no final das contas, era outra pessoa.

Não, não existia, era outra pessoa. Pode ter morrido alguém, mas não foi ela. E aí ficou essa informação oficial com outra fonte que tinha lá dentro e eu não tinha como dizer o contrário. Então a gente assumiu a informação que ficou como oficial. Depois a gente até, não me lembro, a gente colocou uma suíte atualizando dizendo que não era mesmo e ponto final, acabou o assunto.

Mas foi o único episódio, que inclusive nos serviu como aprendizado desse risco, da gente ficar tão, é..., ansioso, não sei se seria a palavra, por ter, naquele momento, uma informação... não é um ansioso pelo furo, mas um ansioso que acaba se confundindo com o

furo, mas por aquela informação que muito provavelmente ninguém vai dar, e que seria uma informação gravíssima, de uma professora no tal dia, que foi um dia tão violento, e que era uma senhora e que foi vítima de gás, daquela repressão que a gente tava tanto ecoando e que tava sendo violentíssima. Então essa é uma preocupação que as redes sociais não têm. Muita gente compartilhou que a mulher morreu e pra muita gente a mulher morreu, entendeu? Quem não leu uma atualização disso acha até hoje que a mulher morreu. Assim como Gleise Nana morreu pela mão da polícia, na fé de muita gente. Eu não sei. Eu te digo, eu não sei. Não tô dizendo que eu duvido, só tô dizendo que eu não sei. Então se eu não sei, eu não tenho o que dizer. Alguém tem que saber.

Voltando um pouco, quantos são hoje os membros do Carranca?

Então, a gente tem ainda, na nossa página consta lá, eu acredito que umas 30 pessoas. Porque a gente abriu perfis. Tem os 10. Além dos 10, quando a gente abre o site, a gente convida os colaboradores, que poderiam ser colaboradores eventuais. E a maioria deles foram colaboradores que não queriam se envolver de participar em reunião, de ficar na função que dá trabalho, de ter que postar a própria matéria, de editar. Ou até de se ocupar de fazer isso pra matéria dos outros. Esse processo de edição, que é muito trabalhoso, é uma das funções mais trabalhosas que têm, até pelo volume. Porque a gente tinha vários colaboradores que não faziam isso, então a gente tinha que fazer.

Então a gente tinha muito conteúdo por ser trabalhado ou revisado, ou simplesmente editado pra ir ao ar - "simplesmente", aí, é até uma palavra que não cabe porque dá um trabalho danado. Você botar crédito num ensaio fotográfico, com uma legenda, é um inferno.

Uma correspondente nossa na Amazônia mandava ensaios fotográficos belíssimos, com textos bem construídos, pouco tinha que mexer no texto dela, fazia praticamente uma revisão de português, mas pouco tinha que mexer. Ela era uma ativista de direitos humanos, mas era publicitária e tinha capacitação técnica com pouquíssimos erros nessas coisas. Mas eu fiquei uma vez quatro horas com ela, na madrugada, pra ela me dizer quem era o cacique que tava na foto, porque o Carranca não posta só foto de dois índios, ele quer saber quem é aquele cacique que tá brigando pela demarcação das terras no Urubu. E ela citava até o cara no texto dela. Então era importante ter esse tipo de detalhamento, de referência. E isso é uma coisa que nem todo mundo do grupo tinha, esse tipo de preocupação. Nem todo mundo tem.

Primeiro porque nem todos têm formação em jornalismo e não têm esse olhar desse apuro de detalhes de informação, que às vezes é uma informação que não é... "ah, mas tá no texto". Não, mas a imagem é uma informação. Às vezes, a pessoa não vai ler o textão. Ela só vai ver a imagem - a maioria só vai ver a imagem. Então se ela olhar aquela foto, e a legenda for uma informação que já possa ser relevante, é importante a gente passar essa informação já relevante na legenda, contando que a gente sabe que as pessoas não lêem. E contando que a gente sabe que a gente tem um público diferenciado que vai na gente porque sabe que vai ter o que ler, na contramão do que é a leitura na internet, e que vai olhar foto, ver legenda, vai ler o texto e juntar o lé com cré. Então a gente tem que pensar em todas essas possibilidades. E esse apuro na hora de você fechar esse processo de dizer assim "essa matéria tá pronta", né, mesmo que você poste faltando... postei, publiquei, mas agora eu vou começar a fazer as legendas porque eu sei que eu vou levar quatro horas construindo as legendas. Mesmo que você publique e ainda vá fazer um detalhe ou outro como, por exemplo, a gente também gostava de fazer remissão a matérias anteriores, que por acaso tivessem a ver com aquele assunto. Então no final da matéria a gente botava outros links - "sobre isso também você poder ler, etc". Ou os hiperlinks, pra fazer hipertexto. E aí vinham pulando aquele nosso texto com hiperlinks ou palavras ou trechos de frases que podiam ser ligados até com a grande imprensa, ou com outros blogs, ou outras páginas, ou veículos, ou Youtube externos que se a pessoa quisesse se aprofundar ou saber o que era aquilo, ela teria como publicar ali. Ou tipo um documento que a gente conseguiu, então a gente depositava esse documento no nosso banco de dados do nosso site e aquilo virava uma hipermídia pra pessoa se ela quisesse ver como foi a decisão judicial que a gente conseguiu e o cara pode clicar ali - decisão da sentença disso, não sei quê, a gente tem a foto da sentença, do trecho, do dispositivo da sentença.

Vocês não tinham nenhum problema em linkar remetendo para outros jornais, então?

Não, quando era relevante. Se, por exemplo, eu tô falando, e a gente citava, inclusive, se a fonte é o Estado de S. Paulo, a fonte é O Estado de S. Paulo. A matéria não seria necessariamente sobre o Estado de S. Paulo. A matéria seria sobre o assunto, o Estado de S. Paulo tem uma exclusiva sobre aquele assunto, ou a notícia surgiu porque o Estado de S. Paulo publicou primeiro. E aí a gente vai desenvolver um artigo que seja até crítico ou até de opinião, ou de outra coisa que parta

daquele dado, a gente mencionava. Assim como raras vezes a gente replicou a grande imprensa. Eu te falei que a gente prima pela produção original. Mas em determinadas situações raras a gente pegou a grande imprensa - não O Globo, não outros da nossa imprensa mais tradicional -, mas a gente chegou, uma vez, a replicar uma entrevista inteira da Eliane Brum, que ela fez com uma promotora de Altamira, e só ela tinha aquela entrevista com aquela mulher.

No El País?

El País.

Quando você fala de republicar, se refere a compartilhar no Facebook?

Não, não. No site. Copiar o texto inteiro. Facebook era só chamada. E também tinha padrão, que a gente foi elaborando. Como eram as hashtags, a edição, visualmente mesmo do post. O título é em caixa alta. Pode ser um textinho construído, chamando para "leia mais", ou "veja a entrevista completa", com o link. Ou abre aspas com trechinhos que podem ter o parêntese com reticências, pra você entender que houve edição, como um fichamento, em que você reduziu um trecho da matéria e aí vem o saiba mais, o leia mais. E abaixo disso é que vem as hashtags, e elas têm um padrão também. A gente não faz quilos de hashtags - no máximo duas linhas. Já aconteceu de ter mais, mas aí é porque realmente é quando era uma coisa muito grande, ou uma matéria muito complexa. Tipo, se você fala de Belo Monte, você tem muita coisa pra puxar ali - Belo Monte, política energética, o governo federal Dilma, ministério - que vai ser interessante pra você correr nessas esteiras.

Nesses textos que vocês replicavam, copiavam ele na íntegra e...

Copiava na íntegra e botava a fonte El País, com o El País hiperlinkado pra matéria original, e mandava pro editor. No caso, eu mandei um e-mail pra Eliane Brum - ela nunca respondeu -, mas eu mandei um e-mail dizendo que a gente tinha replicado o link da matéria e qualquer objeção era pra ela entrar em contato. Mas é um episódio raro. Mas é porque a gente tinha uma coleção de matérias que tratavam do assunto, falavam de Munduruku, falavam de demarcação, falava da

FUNAI, falava do pedido de demissão da presidente da FUNAI, ou era apenas um ensaio fotográfico, falava de política ambiental em várias matérias, coisas que esses coletivos de 2013, ninguém falava.

Isso me leva pra nossa próxima pergunta. Retornando algumas discussões que a gente já fez, como você classificaria o Carranca, nessa miríade de termos - desde o midialivrismo até, simplesmente, o jornalismo?

Olha, eu não consigo rotular em uma coisa só. Porque é aquela história: mídia independente. Mas qual o conceito de independência? No caso do Carranca, ele é independente porque não tem patrocínio externo. Então, do ponto de vista financeiro, ele não tem vínculo nenhum. E isso, no bom português, a gente não tem rabo preso com ninguém. Mas dinheiro não é tudo. A gente poderia ter outros interesses, mas a gente também não tem nenhum vínculo institucional com ninguém. Os membros ou se autointitulam anarquistas ou de esquerda generalizadamente. Não tem ninguém de direita. Não que a gente saiba ou tenha percebido. Então a gente não tem vínculo institucional com partido. E é de bom tom, a gente sempre achou, e a gente tinha isso como uma regra falada em reuniões, que se alguém quisesse participar de campanha, ficasse à vontade, seja como cabo eleitoral, seja como candidato, mas que ia se afastar do Carranca nesse período. E se o cara fosse candidato, vamos supor, ninguém ali tinha pretensão, mas a gente falava isso, vai que alguém entrava numa... ok, vai se afastar porque vai se candidatar e se ganhar também vai ficar afastado porque ganhou. Então existe essa questão da independência também do ponto de vista institucional. A gente não tem nenhum vínculo com partido, ou empresa, nem com um candidato ou somos amigos de um grupo que é preso a determinados canais que de repente a gente não pode falar mal porque senão a gente vai ficar mal com os fulanos. Não, a gente não essa de "vamos ficar mal" com fulano nenhum, entendeu? Porque se em algum momento a gente tiver, por exemplo, até que fazer algum artigo de opinião que seja crítico ao próprio movimento de rua, a gente faz. A gente também não vai partir do princípio - que a própria grande imprensa faz muito - que é aquela de ser um tribunal de inquisição, de de repente querer denegrir a imagem de alguém, trazendo coisas pra dizer que aquela pessoa não presta, ou que ela é traíra. A gente não fez isso nem com a Mídia Ninja. Não precisa. Mas se a gente precisasse fazer alguma crítica, a gente faria.

Mídia livre: livre do quê? Livre de quê? E a outra é presa? Ela não seria livre? Imprensa, por sua essência, por sua função, ela não deveria ser? Então que novidade é essa que tão querendo inventar a roda, o fogo e o comércio agora que só quem faz essa nova mídia aí que a gente tá tentando traçar aqui um nome quer se apropriar de uma coisa que... Porque na verdade esses debates ideológicos, essas disputas aí ficam muito nesses slogans, nessa... Que tem discursos construídos muito bons, que tem razões, que tem estudos de caso a dar com o pau, mas que na hora do ativismo disso em redes sociais, ou numa publicação de uma mídia dessas num blog de alguém, raramente ele vai se aprofundar em todos os aspectos, porque acaba que muitos desses ativistas, que são aguerridos naquela causa específica Esse "livre"... ele também é discutível porque mesmo um ativista - eu não tô falando do Carranca, tudo isso que eu tô falando é genérico - que vai ter o seu blog, o seu coletivo, seja um coletivo que trata de um tema específico. Ele é a partir de uma perspectiva que tá tratando aquilo ali, e vão ser poucos que vão trazer materiais de conteúdo - eu não li todos, não tô aqui fazendo um discurso acadêmico sobre isso - mas eu posso falar assim, vulgarmente, que vão ser poucos que vão trazer uma análise crítica que possam ofender as suas próprias, ou ferir as suas próprias bandeiras.

Você não estaria falando do princípio da contradição, que é próprio do jornalismo?

Aham. Tô. Então o "livre" é também discutível. Que liberdade é essa que você tá falando? E o ativista, pra falar de midiativismo, ele configura por essa ação que foi muito premente nas ruas de 2013, e que de fato acaba se transformando de fato num ativismo prático a partir do momento que você diz que ele subverte a posição da mídia enquanto uma ferramenta de poder, né, ele deixa de ser aquela mídia vertical e que te diz a palavra do Estado, dos grupos de interesse das classes dominantes, e ela passa a ser apropriada pela população de uma forma inédita, que é uma das grandes armas de 2013. Apropriada pela população em outros estratos, a partir de 2013, de uma maneira maravilhosa, porque hoje você tem coletivos nas favelas fazendo jornalismo. E aí quem quiser que vá lá estudar que tipo de jornalismo eles fazem. Mas eles se propõem a fazer notícia, eles se propõem a divulgar informações. E de que maneira também que eles podem ou não ser imbricados de uma maneira dificultosa em relação e esses outros conceitos de livre e de independente é também outra questão. Mas eles se propõem a fazer notícia. E isso se populariza também com 2013. Já

existia antes, mas se populariza com 2013. Então todo esse movimento, com essa pauta, que eu não sei te dizer se ela brota de uma coisa plantada até pela própria Mídia Ninja, por ser uma corrente do PT que já tinha como pauta enquanto partido mesmo e enquanto outros conglomerados de terceiro setor vinculados àquela corrente política da pauta da democratização da mídia, eu não sei se isso, por exemplo, é uma coisa plantada em 2013, convenientemente a popularização do streaming, ou se ela é de fato, se algum jornalista escreveu isso em algum lugar falando do fenômeno, e aí o termo se popularizou... eu não consegui achar essa origem. Mas eu sei que ninguém sabia o que era isso. Isso era restrito a alguns grupos. E hoje qualquer um fala de democratização da mídia. Mal ou bem, qualquer um que está enfiado em qualquer circunstância de uma mobilização social diferenciada, de um ativismo. Então o midiativismo, ele é, nesse sentido, mesmo eu que entrei na rua como jornalista, e fiz jornalismo o tempo todo, eu acabo, por uma questão de contexto, eu acabei sendo ativista. Porque eu estava de fato me contraponto, como voluntária, ao tão propagado discurso hegemônico, ou à contrahegemonia, porque eu entendi a importância do meu trabalho era ser aquela janela para colocar o que eu tava vendo. E dentro desse contexto, eu acabei sendo uma militante de uma causa que acaba encontrando essas esferas de democratização da mídia, essa esfera do quem sabe ser uma jornalista livre, ou independente, ou ativista.

Parece que você não está colocando jornalismo e ativismo em planos distintos a ponto de uma coisa contradizer a outra, na verdade.

Não, não contradiz, mas podem andar paralelos. Eu acho que têm momentos muitos sutis em que eles podem ser a mesma alma no corpinho, duas almas no mesmo corpinho, porque eu acho que a essência do jornalismo tá nisso - na independência, na liberdade, que acaba sendo um ativismo porque o jornalismo corporativo perverte isso a favor de interesses que não são os interesses que seriam da ética jornalística. E aí você, pra poder alcançar uma pretensão ética jornalística, você tem que ser um ativista. Isso parece uma contradição louca.

E aí você apanha da polícia. E aí você tem que dizer que você é institucionalizado, que você tem sindicato ou então proteger aqueles que não são e que tão fazendo a mesma coisa, de alguma forma. Às vezes eu entrava num lugar que passava por três barreiras até a assessoria de imprensa, mostrando a carteira, falando "não, mas eu tô com dois

fotógrafos e um assistente", pra poder subir com mais três que não tinham carteira de nada. Mas que iam fotografar, iam transmitir, e que tavam no seu exercício pleno da sua identidade cidadã, né. Essa distância entre o que é o exercício da cidadania e o que é o exercício do jornalismo, ela só vai se diferenciar, na minha visão, só vai distinguir esses dois universos pelas suas práxis.

Daí a oposição entre jornalismo e ativismo.

A polarização também dentro do jornalismo, inclusive com esses questionamentos éticos. E muito arrefecido isso porque os jornalistas da grande imprensa eram expulsos das manifestações. E porque quando Santiago Andrade é morto, dizem que é um atentado à liberdade de imprensa, que vem das manifestações, dos movimentos sociais, como se houvesse uma trajetória que a física pudesse explicar que um rojão saindo daqui atingiu o cinegrafista numa outra posição completamente improvável - porque parece que ele não estava nem na direção do rojão. E atingiu o Santiago Andrade, que estava sem equipamento. Só que aí ninguém questiona por que os cinegrafistas da Band morrem equipamento, entendeu? Então ninguém questiona a complexidade. Uma visão etnocêntrica e preconceituosa, fechada, ensimesmada e que não consegue fazer uma leitura do social, mesmo que ele tenha implicações políticas, mesmo que você diga que a Mídia Ninja é vinculada na época ao governo, e depois numa linha PT, e ainda mais nesse cenário que a gente tem hoje, com todas as delações e Lava-Jatos da vida. Parece que descobriram a corrupção agora, ou os mensalões da vida, em 2005... Então, assim, e eu conheço colegas que sobrevivem dentro da grande imprensa porque precisam pagar o pão e a escola das crianças, mas que têm a sua posição, que não podem se mexer porque não podem propagar o que pensam porque dependem do salário pra viver, e da sustentabilidade, ainda mais numa era de desemprego, e de fim desses empregos.

Eu acho que, por exemplo, esse tipo de... eu chamo, até nos artigos que ando escrevendo, de mídia independente entre aspas.

O independente entre aspas ou tudo?

Não, tudo, mídia independente. Eu prefiro porque eu acho que o termo livre não agarra muita coisa, não aglutina muitos conceitos dentro da liberdade, assim como eu acho que nenhum deles aglutina sozinho muita coisa. Mas eu acabei optando pelo independente pra não colar

pela coisa ativista porque eu achava importante também - isso nos meus artigos -, e nisso eu botei todo o rol dessas mídias, quando eu analiso essas cenas. Eu acho que acaba sendo ativismo por tudo aquilo que eu te falei, mas eu acho que a independência ainda traz duas vertentes que são o dinheiro e o vínculo institucional que vão te reproduzir um pouco mais a que você veio, ou a que interesses você serve, seja econômico, seja político, seja institucionalizado, porque políticos todos são, ou o dinheiro que você recebe explicitamente. Mas são termos ambíguos. Eu, quando apresento o Carranca, eu apresento como mídia independente. Acaba que às vezes eu cito o midiativismo, ou mídia ativista, porque ficou corriqueiro e acaba saindo espontaneamente. E eu acho que tem alguns que são midiativistas, entendeu? Eu acho que algumas pessoas que se comportam...

Que são midiativistas em oposição à...?

Ah, ao sistema, à Rede Globo...

Não, o termo. São midiativistas porque não são o quê?

É mais porque é ativista usando a mídia como uma ferramenta dessa militância, do que mídia. E esses grupos, eles, dentro dessa coisa que ainda tá muito assim uma névoa, que parece que então surgiu esse movimento, esse fenômeno social desses grupos, dessas pessoas, parece que é tudo uma coisa só, mas não é. É um complexo heterogêneo, com conceitos e valores éticos, formações técnicas e acadêmicas completamente diferentes, não só entre os grupos, os coletivos, como dentro dos próprios coletivos. Porque aí acaba sendo uma posição pessoal de como o cara se enxerga.

Então eu não sei, eu acho que acaba que esses termos acabam virando quase um jargão dentro desses núcleos, e até pra outros de fora que se referem a eles, seu trabalho vai ter que se referir de alguma maneira a isso, vai ter que tentar a encontrar... Eu acho que isso é uma coisa que tá em formação, tá se autodescobrindo, um processo que se descobre e que se constrói ao mesmo tempo. E que talvez, eu nem sei te dizer de todos esses grupos se eles vão ter vida longa, porque assim, eu me interesso de manter o Carranca por n motivos, que não se prendem mais a 2013. Me interessa porque eu acho que é uma forma de ativismo em direitos humanos - aí eu acho que sim, né - não de um ativismo em mídia. É um espaço para eu exercer o meu jornalismo pessoal, e não

corporativo. Um jornalismo que eu acredito, e aí sim com liberdade de fazer...

Pelo que você falou antes, isso perpassa muito a questão de não ter o filtro do editor, talvez. Esse jornalismo possível, fora das redações.

Sim, fora das redações. Sem um chefe, arbitrariamente - claro que dentro de preceitos técnicos e às vezes até políticos do patrão. Sem esse formato, que eu acho que é um formato, por conta de todo o contexto histórico, não só o Carranca, mas outros, por conta da grande mídia, por conta também da Mídia Ninja, que ficou queimada entre esses outros ativistas e manifestantes, midiativistas, etc, queimado com uns, mas outros acharam que lá, então, lá era o canal, que lá ia ser melhor pra eles. Então teve gente que colou lá. Enfim, são demandas pessoais. Mas, na verdade, essa construção, ela não é só uma disputa de poder porque eu também tenho a mídia. Não é só mais você, dono do poder, que tem a prerrogativa de dizer o que está acontecendo, como eu devo pensar ou acreditar em determinada coisa. Essa não-aceitação da verticalidade, né. Não é só isso. Mas você também não tem mais essa prerrogativa de ser quem me fornece uma visão da realidade, mas é a minha nova prerrogativa de qualquer possibilidade de mídia como propagação de informação, de conteúdo, de ideias, eu também impor no mundo quais são essas ideologias que partem de indivíduos e de grupos, de várias naturezas sociais diferentes. E com isso, nesse embate de classes, e eu não quero que isso seja de maneira nenhuma interpretada como uma coisa como se a gente tivesse lidando com uma guerra de classes, classes de uma outra ordem, de disputa de poder, porque você não tem duas, você tem várias, e até dentro da mesma você tem várias, todo mundo tentando trepar um em cima do outro, pra usar o exemplo de tudo o que a gente tá falando aqui. Você tem a Mídia Ninja que parecia que era uma representação popular contra os grandes conglomerados de comunicação e problemas do poder instituído do governo e o cacete. E aí de repente você vê que é um extrato acima dos demais que achavam que tavam fazendo a mesma coisa. Um processo de dominação. Enquanto você continua tendo aqui as mídias tradicionais em cima de todo mundo. Então você tem camadas arqueológicas nisso, sabe. Então, assim, e provavelmente isso pode acontecer de ter numa favela que tem três veículos de comunicação diferentes, não sei, entendeu. E que podem ter problemas outros, de vinculação à organização criminosa. Não tô dizendo que isso existe. Eu tô aqui

especulando hipóteses políticas neoliberais, né. E que vão se fundar na busca e na luta dessas posições, na verdade, vão fundar suas próprias éticas para se diferenciar do outro. O que eu falei aqui o tempo todo do Carranca, o Carranca é diferente. O Carranca não queria ser assim, queria ser de outro jeito. Lá não tinha crédito, aqui tem crédito. São construções éticas que ninguém para pra raciocinar que são. Isso é feito automaticamente. Ainda mais naquele turbilhão de coisas que a gente tava vivendo, imagina. Eram emoções e necessidades se encontrando naquelas pessoas, e vamos fazer isso aqui, num processo coletivo, criativo, numa potência que se realiza naqueles conteúdos, naquelas formas de produzir aqueles conteúdos, que querem quebrar o que está estabelecido. Em tudo. Até no modo de fazer. Passa pela ética, passa pela práxis, passa pelo resultado. Pode ser que alcance o público.

Eu vou te mostrar agora o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros e gostaria que você apontasse o que concorda, discorda e se acha que ele é aplicável às práticas do Carranca.

Artigo 1 já tá dizendo o que a gente faz. A gente briga por isso.

Então assim, o artigo primeiro... O grande debate está exatamente que o jornalismo seja isso. Por isso que, em parte, essas novas mídias surgem. O direito de informar, de ser informado, de acesso à informação, o direito fundamental de acesso do cidadão à informação. Quer dizer, aquilo que não foi encontrado nas mídias corporativas naquele momento de 2013 como uma reprodução da realidade que as pessoas estavam enxergando, elas foram construir.

Esse artigo segundo, mais uma vez, é um problema do que a gente viveu, em geral. E eu mesma sendo jornalista com carteirinha e aquilo tudo que eu te contei, como o acesso à informação relevante ao interesse público é um direito fundamental e os jornalistas não podem ser impedidos por nenhum tipo de interesse. E esse impedimento, ele existe no acesso às fontes diretas, em alguns casos houve, como no caso da CPI da Câmara. E aqui tem uma contradição: "os jornalistas não podem" (caput 2)... eu acho que cabe uma reflexão, hoje, de quem é jornalista.

Esse código é de 2007.

Pois é, a partir dessa definição que não fica clara diante da realidade que hoje a gente não precisa ser formado pra ser jornalista, segundo Gilmar Mendes, artigo 3 (cita), então ok, midiativista tem que

ser subordinado ao código de ética? A reflexão aqui é: se você não tem mais a obrigatoriedade do diploma pra exercício do jornalismo, quem é o jornalista? Que apropriação é essa - mercado? - que diz quem é jornalista? Essa definição tá tendo que ser talvez revista. Assim como no caso dos advogados, você tem o bacharel em direito, que é aquele que se forma em direito, mas ele não é advogado enquanto não se forma na OAB - ele só pode advogar se formar na OAB. Você cria uma distinção: quem não faz a prova da OAB pode exercer várias profissões com o direito - você pode ser juiz, delegado, exercer vários cargos públicos que tem a ver com o direito, pode ser consultor informalmente. O que eu quero dizer é que, no Direito, você pode exercer a advocacia a partir de um critério que é a maldita prova da OAB, que cria uma maçonaria. No caso do jornalismo, mesmo que você diga que o mercado, apesar da decisão do STF de não exigir mais o diploma, continuou absorvendo pessoas com diploma, dando preferência - eu não tenho dados, mas me parece que não houve essa renúncia do tipo "não, agora não precisa ser jornalista, então qualquer um, só porque eu acho legal, vai ser jornalista aqui". Eu não vejo muito isso no mercado. Se não é mais obrigatório ser formado pra ser jornalista, o que é jornalista? E se esse código de ética é dos jornalistas - que a gente não sabe quem é -, vem o artigo terceiro que diz (cita). Então a gente tem aqui vários buracos, porque você tem quem é o jornalista e como é que você considera um exercício profissional. Que foi um pouco aquele debate que eu te comentei quando a gente fez uma entrevista de rádio como Mídia Ninja e o jornalista disse que o que a gente fazia não era profissional. Você ser profissional é o que? Requer que pré-requisitos pra dizer que é profissional ou que é amador? É o diploma? Não é mais. É você exercer sob que regras? Isso não é mais claro. E se a gente for pensar que qualquer pessoa que exerce a profissão de jornalista sem diploma por uma práxis com aparência de jornalismo, por ser uma atividade de natureza social, tem que estar presente nesse código de ética, então todo cidadão vai ter que se subordinar a esse código de ética, porque todo cidadão, hoje, é um potencial produtor de conteúdo de jornalismo, mesmo que ele não esteja vinculado nem a um coletivo. Ele pode simplesmente querer todo o dia não a postagem boba de uma rede social, mas ele pode ter um blog, pode ter a própria plataforma dele no Facebook e ser uma pessoa que produz coisas, produz informações.

Artigo 4: compromisso com a verdade no relato dos fatos é a grande crise que polemiza essa questão da grande imprensa, que ela não falaria a verdade, e que gera a própria vitória, entre aspás, do boom do midiativismo, da mídia independente.

"Deve pautar seu trabalho na precisa apuração (...)": isso não existe no midiativismo generalizado. Midiativismo, generalizadamente, é midiativista que não é jornalista ou que não está subordinado a uma preocupação sobre as fontes, quando ele é levado por impulso - porque aquilo ali é uma aberração e ele acha que tem que ser divulgado - olha só, que absurdo o que o secretário de segurança falou, que espancaram a mulher na rua - eles não apuram. Eles simplesmente replicam. Esse é um caso especificamente que o Carranca não publica sem apurar de alguma maneira, nem que seja olhando outras fontes que já apuraram o que a gente tá tentando falar.

O cinco... Eu acho que qualquer midiativista que não seja jornalista segue, que é resguardar o sigilo da fonte. No caso daqueles que são midiativistas com menos referência em jornalismo e tal, erram em várias coisas, tecnicamente falando, acabam protegendo a fonte por instinto, quase.

Aqui nesse artigo seis, tem algumas coisas. Por exemplo, "oporse ao arbítrio, ao autoritarismo e à opressão" acaba que seja jornalista, midiativista, acho que todos eles, os coletivos, acabam de alguma maneira tendo isso como que como uma bandeira, e não apenas por causa do jornalismo, mas acabam tendo isso como bandeira. Defender princípios da declaração dos direitos humanos acabam também porque direitos humanos entrou em moda, né, e virou a causa de um monte de coisa desse período.

Divulgar os fatos e informações do interesse público, aparentemente também. Lutar pela liberdade de expressão é bandeira. Mais pra quem está na banda dos midiativistas do que pra quem está preso numa redação, porque esse cara que está na redação fica engessado. Ele acaba tendo que passar por cima de uma pancada de coisas desse código mesmo, mas disso aqui com certeza, da verdade, né. Defender o livre exercício da profissão a gente volta àquela discussão de quem é o profissional. A mídia independente não é reconhecida por todos, nem institucionalmente ela é. Se eu quisesse entrar na Câmara como Mídia Ninja, não iam deixar eu entrar.

Inciso V: cai no mesmo pré-requisito: a gente tem que entender o que é o exercício profissional e quem é jornalista. Mas a gente valoriza, honra e dignifica o que a gente faz.

Inciso VII: quem é funcionário numa redação sofre isso. Quem trabalha de maneira independente, na verdade, tá com esse discurso. A gente expõe a corrupção, quer colocar isso pra fora. Você pode ter na Globo um jornalista que sabe de um monte de coisa, tem um monte de

informação, mas de repente não passa, ou não pede demissão porque não tem como.

Inciso VIII: isso aqui é um problema, pra todo mundo. A honra e a imagem principalmente, mais do que a intimidade e a privacidade, são problemas, tanto pra mídia corporativa como pra independente. A honra e a imagem são inclusive eu acho que o cerne do problema de ter acabado com a obrigatoriedade do diploma, eu acho. Primeiro porque você deixa de ter uma formação. Eu, particularmente, defendo a formação. Mas também sou a favor que seja exercido por outras pessoas. Mas acho importante ter essa soma, entendeu? A grande questão é que o argumento, por exemplo, do Gilmar Mendes quando ele derruba a obrigatoriedade, é que o exercício da profissão do jornalismo não coloca a vida de ninguém em risco. E eu não concordo. Eu acho que põe em risco, sim. Você pode acabar, por uma informação mal apurada, ou venenosa, acabar com a reputação de uma pessoa. Essa pessoa pode se matar. Acabar com a reputação de uma empresa, e a empresa falir. Tem aquele caso clássico da Escola-Base. Eu não defendo o Lula, mas tentam o tempo todo acabar com a imagem dele e de qualquer pessoa vinculada a qualquer coisa que apareça na esteira do PT. Eu acho que eles fizeram os crimes mesmo, mas é denegrir a imagem. E no caso da mídia independente, as redes sociais, elas são fascistas nesse sentido, porque se aparece alguma informação, alguma notícia ou boato, as pessoas simplesmente replicam e divulgam aquilo, sem ninguém apurar nada. Porque há um problema da apuração. No midiativismo tem esse problema direto. Então fazer alguma coisa que possa parecer que você está denegrindo a imagem da pessoa, mesmo que seja um posicionamento crítico, isso acontece muito.

IX: já te contei a história. E até mesmo no Carranca, uma vez, o colaborador saiu naquela coisa que eu falei, fica mais livre cada um pra publicar direto, mas uma coisa que a gente falava que era sempre importante alguém ver era vídeo, que é muito pesado pra fazer upload. Então se der merda depois que for publicado, você não tem a facilidade da edição de um textinho. Vídeo é vídeo. Aí você tem que tirar ele. Então ele editou um vídeo uma vez usando materiais, misturando as gravações que ele fez aqui com secretário de segurança e umas blitzes que fizeram, extremamente racistas, que a gente chamou de apartheid cariocas, que eram os ônibus da Zona Norte que viriam para a praia, tiraram todos os negros de dentro. Então teve um fim de semana de sol que fizeram essas blitz pra tirar os meninos negros e quem não tivesse identidade, tivesse de chinelo, bermuda, cara de pivete. Então ele juntou a gravação que ele fez com o material do documento especial que é da

Rede Manchete que foi postado no YouTube. É um programa que ficou muito popular, chamado Os Pobres Vão à Praia. Mostrava o discurso do pessoal que era frequentador do bairro com os farofeiros, os pobres, que iam pra praia, jogavam areia, faziam bagunça. Então tinham depoimentos muito preconceituosos. E aí ele pegou aquele material e editou com o que ele gravou agora. Aí o que ocorreu: ocorreu que ele pegou material de YouTube, que tem propriedade, sem pedir autorização, editou com um material que ele tinha gravado agora, fazendo uma edição com alguns equívocos, e não técnicos, de qualidade corte, mas de conteúdo, vinculando o que era a matéria do documento especial com o que era agora. Sem identificar que era documento especial, só ficava claro o que era agora. Sem autorização. Quando eu vi no ar, me deu um ataque. Entrei no grupo e falei várias coisas. Tem esse problema, não pediu autorização, isso é propriedade particular. E ainda por cima ele botou um crédito imenso com o nome dele no final - o autor dessa edição. E nossos vídeos não têm esse crédito do jeito que ele botou. Uma letra enorme dizendo as funções, em cima da imagem, sem contar que esteticamente completamente fora do padrão. Saiu do ar e ele postou na página dele. E essa prática de não usar autorização é geral, mas não no Carranca.

Midiativismo com relação ao XI também é quase bandeira, porque vira pauta. A pauta do midiativismo é essa coisa cidadã.

XII: complicado, porque o único sindicato, no caso dos midiativistas, genericamente falando, o único que reconheceu foi esse que já acabou a gestão deles. E que os jornalistas, entre aspas, profissionais, entraram em combate. Então assim, Fenaj e sindicatos em geral não reconhecem o midiativista. E os jornalistas aqui, digamos, os tradicionais, eles não dão nem bola.

XIII: no caso das mídias independentes, se acontecesse um caso desses, ia ser uma desmoralização nas redes sociais, mesmo sem apurar se realmente houve o assédio. Só por ouvir a palavra da pretensa vítima. Ainda mais se ela tiver credibilidade. Aí o cara tá ferrado.

Artigo 7.

I: mesmo do ponto de vista da mídia independente, nunca ouvi falar que talvez trabalhar voluntariamente contribuísse pra precarização do trabalho, até porque ninguém nunca discutiu isso. Na verdade, trabalha em condições precárias, mas a gente não precariza.

Esse número II é uma piada (cita). Nem a grande imprensa faz isso, e nem a maior parte da mídia independente. Ou não tem conhecimento, ou não tem estrutura, ou não faz mesmo porque tá "embalado" ali.

IV: o midiativismo não costuma fazer não. Acho que a grande mídia também não.

V: alguns midiativistas fazem isso, eu acho, no seguinte sentido: existem algumas páginas que são consideradas mídias independentes que elas vangloriam, por exemplo, uma manifestação que quebrou a porra toda e botou fogo no carro da polícia. Entendeu? Herois. Porque tá todo mundo ali na filosofia contra o sistema e vão quebrar a porra toda. Não tá chamando pro "vamos quebrar tudo", mas é como se exaltasse como uma coisa... No caso do Carranca, por exemplo, a gente mostra, assim como a grande imprensa, foto de coisa quebrada, queimada, a gente, quando menciona esse tipo de quebradeira, a gente procura colocar dentro de uma perspectiva que a gente entende que é uma revolta legítima e que as vidraças de banco pelo menos têm seguro. Isso é uma forma de mídia, de comunicação, de revolta, de passar uma mensagem contra o sistema, que é típico da mensagem dos black blocs. Mas a gente não diz "ah, que do caralho que quebrou a vidraça". A gente até pode dizer tipo "o que é quebrar vidraças perto do que tão fazendo não sei o quê".

VI: é o cerne de vários problemas, da própria mídia corporativa.

VII: bom, o Gilmar Mendes já fez isso.

Art. 8: no caso do Carranca, por exemplo, quando mais de um participa, a gente coloca o nome do outro e do outro. A não ser que seja só uma sugestão, como esquecer uma vírgula, aí não. A gente sempre foi muito cuidadoso em relação a isso porque imagina pegar um processo? Pagar como?

Art. 9: tem que avisar a Globo, né?

Art. 11: é uma piada. Tem milhões de programas de televisão que fazem tudo o que não pode. De caráter mórbido, com câmera escondida, etc.

Art. 12, I: não ouvem todas as partes que deveriam ouvir. Nem a grande mídia, nem a mídia independente. No caso do Carranca, como te falei, às vezes a gente tenta falar com PM ou instituição pra ter uma informação específica. Às vezes a gente nem procura porque a nota oficial já foi dada pelo Globo. Então a gente dá outra perspectiva.

Vocês chegam a fazer menção à nota?

Às vezes sim. Às vezes, quando tem mais cara de opinião, não necessariamente.

IV: grande mídia não faz isso. E a mídia independente não tem publicidade.

Tudo isso aqui é desrespeitado pela grande mídia, tudo. E um colega acaba não salvando o outro por medo de perder o emprego.

Transcrição da entrevista com SC2.

Como foi teu ingresso no coletivo, no Carranca?

Bom, a SC1 já deve ter te contado a história, né? Tipo, é bem parecido com a história dela... Na verdade, no início de junho de 2013, posso estar enganado com as datas, mas acho que foi início de junho sim, tiveram os primeiros protestos contra os políticos, o governo. Então assim, eu vendo todos aqueles casos de corrupção aqui, eu tava indignado mesmo né, não que eu não fosse indignado com isso antes né, mas assim, quando começou, quando teve o protesto, eu disse assim: Pô, a galera... aconteceu alguma coisa, entendeu... A galera acordou né. Tipo “o gigante acordou”. E aí eu saí pra rua. Eu trabalho com design, com vídeo, com coisa audiovisual, eu tinha equipamento profissional de filmagem, agora não tão profissional, mas na época era, e aí falei: não, vou pegar essa câmera e vou filmar, vou pelo menos registrar isso. Independente se eu concordo, ou não, eu acho que é importante eu estar lá.

Você foi por conta própria, então?

Por conta própria. E aí eu lembro que, eu acho que eu não fui no primeiro protesto, mas fui no segundo e, foi na Presidente Vargas... E aí teve toda aquela coisa da polícia chegando assim né, foi muito assustador pra mim. Esse foi um dia que foi muito marcante pra mim, até hoje, de tudo que eu fiz para... em termos de ativismo assim, foi o dia mais marcante. Primeiro porque eu não tava preparado pra aquilo né, eu sabia, eu fui criado aqui, eu sei que a polícia é violenta né, e tipo... Mas eu não achei que a coisa fosse pra um caminho, do jeito que foi assim, sabe? Então eu tava filmando lá, e aí tinham uns moleques de rua assim, tipo na frente, todos os protestos que eu fui, pelo menos, sempre tem uma molecada de rua, acho que na época nem tinha, nem se falava em Black bloc ainda. Assim, tinha na internet, o pessoal falava... Mas ali não lembro de ter visto nenhum Black bloc. Tinha a galera protestando, o pessoal de movimento, os movimentos que já existem, Sem Teto e Sindicato e tinha um pessoal também que tava lá, tipo... E tinha também a molecada que ficava, a molecada na verdade eram os Black blocs, a molecada ficava ali na frente, e aí de repente eu ouvi uma pedrinha voando assim do povo, e chegou na polícia, e aí fodeu... Aí os caras pegaram a 12 lá com bala de borracha e começou a atirar, eu tenho isso inclusive gravado num vídeo no Youtube... E aí os caras

começaram a jogar gás, spray de pimenta, bomba de efeito moral... Assim, tudo o que você pode imaginar, o kit inteiro... E eu tava do lado, assim, tipo assim, a polícia tava caminhando pra cá, o povo pra lá e eu tava aqui com a galera filmando assim, um grupo de pessoas filmando. E tinha uma policial do lado, ela pegou um negócio, assim, e jogou bem assim na nossa cara... E aí assim, eu nunca tinha respirado gás lacrimogênio, ou... Então foi tudo ao mesmo tempo assim, sabe? Eu fiquei cego assim de repente e não conseguia respirar e de repente alguém apareceu com leite de magnésio, jogou na minha cara, não sei o que, fiquei com a cara toda branca [...] Beleza. Aí aconteceu isso e dispersou a galera né. Só que quando dispersou a galera, porque essa galera, esses policiais que chegaram era policial normal, polícia... não era o Choque ainda, era Polícia Militar, tava com escudo lá, mas era polícia militar. Depois que dispersou a galera, eles apagaram a luz da Presidente Vargas... a gente fez uma entrevista depois com o prefeito e ele negou que foi a prefeitura que apagou, mas né, tipo, quem que fez isso? Deus né... que foi lá e apagou só a Presidente Vargas, tá tudo aceso menos as luzes da rua... E eu vi aquilo. Eu cheguei tentar filmar mas a minha câmera ela não tem um ISO muito bom então ficou tudo meio escuro assim, mas foi muito esquisito você ver a Avenida Presidente Vargas, não sei se você já foi na Presidente Vargas... É uma avenida tipo, é tipo a Paulista... um pouco mais larga assim sabe, tudo apagado e aquela galera *bum bum* tão chegando assim, sacou. E eu meio atordoado, o efeito já tinha passado, mas eu ainda tava meio "caralho, que porra é essa né..." E aí eu filmei lá de qualquer jeito, do jeito que eu podia. E aí eu voltei pra casa né, minha esposa me viu - na época não era minha esposa, quer dizer, a gente já morava junto né, mas a gente não era casado legalmente assim - eu cheguei aqui e a minha esposa ficou assustada assim tipo... Porque a gente aqui, a gente não é do, a gente não mora na favela, a gente tá acostumado com essa violência né... Claramente tem uma diferença social aí que faz com que a gente não veja isso né. Então eu cheguei em casa e ela disse: não, você tem que ir - aí pra ela assim, na cabeça dela, eu precisava estar num grupo que ia me proteger... Isso não existe, entendeu. Mas na cabeça dela isso era o que... E ela tinha ouvido falar do Mídia Ninja, né, alguém tinha falado pra ela do Mídia Ninja, eles marcaram uma reunião num apartamento ali na UFRJ. Tem um campus aqui da UFRJ na Urca, e do outro lado tinha esse apartamento que eu acho que era da faculdade, mas o Mídia Ninja tinha conseguido o lugar pra meio que montar uma base. Acho que a jornalista, uma das coordenadoras do curso de Comunicação, ela tinha contato com eles lá... E aí foi ela lá que montou pra eles o, a casa

coletiva né, sei lá, apartamento coletivo... E aí eu fui lá nessa reunião, conversei com o Rafael - não sei se você já ouviu falar nele também, que é o fotógrafo... Aí eu conversei com o Pira por email assim né, porque a primeira coisa que eu fiz, pelo menos, foi entender em que aspecto ideológico o cara tá, pra não entrar numa...

Só pra constar, então, você foi pra lá por recomendação da sua esposa, na verdade. Não conhecia ninguém do grupo?

Não, não conhecia nada... Por isso que eu mandei e-mail pra eles, falei “quero ir, mas quero entender o quê que é, entendeu? Eu tenho esse, esse posicionamento né...” E aí eu conversei com ele, eu achei, assim, geralmente eu não sou um cara muito, eu me considero de esquerda, mas eu não sou marxista nem nada assim... Não sou contra o mercado, não fico falando, não faço discurso anticapitalista assim, não acho que o capitalismo, nem o socialismo, são as causas de todos os males do mundo assim né... Aí tentei passar isso pra ele de alguma forma. Falei ‘olha, é assim que eu vejo o mundo, assim, mas eu quero ajudar também, porque né... tipo, nesse ??? eu acabou ficando mais à esquerda mesmo, não tem jeito... E aí eu fui lá e tava a SC1.

Você não conhecia ela antes?

Não. A SC1, eu, estavam os originais né, Carranca, tava o Luís [...] O Antônio chegou depois. Bom, tinha uma galerinha lá, o Mário, bom tinha uma galera lá que eu tenho até uma foto que até saiu no jornal, se eu olhar a foto eu vou lembrar de todo mundo que foi, quem é realmente, quem foi do Carranca, ou quem é do Carranca. Mas assim, que eu me lembre mesmo é eu e a SC1 assim né. Bom, aí a gente começou... o que aconteceu, eles mandaram o Pira aqui e o Pira veio só introduzir o que eles chamam de tecnologia deles assim. A gente tem isso aqui que a gente usa, tem essa planilha aqui na internet pra gente usa pra trocar coisa... e é isso que a gente faz, entendeu. E aí a gente começou, a gente começou a trabalhar pra eles, praticamente, que aí o Pira voltou pra São Paulo, eles não tinham uma estrutura deles aqui, tinha essa casa coletiva mas é uma outra, é mais ligado com o Fora do Eixo, é uma outra parada mais cultu... de show, música, é outro negócio... E aí a gente começou, a gente cobriu, junho inteiro foi a gente que cobriu sozinho, eu, a SC1, tinha o Rafael também que era... Quem mais... O Antônio a gente conheceu na rua, o Antônio foi uma figura muito importante assim de transmissão pro Carranca, pro Mídia Ninja e

pro Carranca também, mas ele não faz parte da primeira leva de pessoas que começou filmando sozinha, a gente achou ele, fez: pô, vem cá, vamos conversar... [...] Aí a gente começou a cobrir os eventos, o negócio da Dona Baratinha - não sei se você sabe... A gente montou uma estrutura assim: tipo, ficavam umas pessoas na base, como eu assim tinha uma questão com a minha esposa, àquela época começou a ficar com medo, então eu vou ficar aqui na base operando, tipo falando com você e essa coisa, e a galera na rua...

A base, no caso, era no apartamento que você mencionou antes?

Não, não. A base era nos apartamentos de casa, podia ser lá, eles cederam o apartamento, mas por uma questão de conveniência mesmo, eu fiquei em casa, tipo falando com dois celulares, falando com todo mundo... Eu, basicamente, eu era a base assim, sacou? E a SC1 de vez em quando entrava, né... A base não era só pra falar com o pessoal na rua né, pra montar, de repente montar uma matéria, uma coisa assim, mandar material pro Mídia Ninja, que foi inclusive o nosso objeto de rompimento nosso com eles assim... Porque, o material, eles falavam, eles tinham um discurso de horizontalidade orgânica blá blá blá, mas na prática isso não acontecia assim, entendeu... Eles eram os editores do conteúdo, e eles editavam de um jeito que a gente, tipo, eu não quero, eu não escrevi isso, eu não quero tá com o meu nome lá falando isso, entendeu... Sem contar assim, várias reclamações que você já deve ter escutado de apropriação deles, de pegar trabalho das outras pessoas e não colocar o nome. O nosso trabalho mesmo assim - tinha o Carrato também, que era o fotógrafo, não sei se você ouviu falar nele também - o Carrato, Leonardo Carrato, cara, ele é um fotógrafo foda assim... tipo, que ainda não apareceu, entendeu. Os caras fizeram um livro com, do Mídia Ninja, com as fotos dele sem perguntar pra ele, aí depois ele foi reclamar e botaram o nome dele, sei lá, tipo, primeiro botaram Mídia Ninja e depois o nome dele, entendeu...

Eles fazem assinatura coletiva e apagam individual, né...

É... Então assim, a gente, antes de surgir esse papo de PT e Fora do Eixo - mais frente eu vou te dar minha visão disso aí, eles... já tinha essa prática assim, sabe. Então a gente ficou insatisfeito, a gente não queria sair porque a gente sabia que o Mídia Ninja explodiu quando a gente... os protestos aqui do Rio [...] A gente não pode cair na ilusão de

achar que a gente foi, só a gente foi, o que fez eles explodirem, eles já têm uma máquina de divulgação lá né e já tão na mídia [...] provavelmente eles não iam crescer se a gente não tivesse feito a cobertura aqui no Rio, isso eu tenho certeza. Mas, não foi só isso né, tinha uma coisa por trás ali. 'Uma coisa por trás', tinham várias coisas por trás ali, enfim.

E aí, a gente foi indo, foi indo, foi empurrando com a barriga a história de ficar com eles e cobrir tal coisa, também pra gente acho que era um pouco, talvez fosse um pouco conveniente porque a gente não tinha que produzir a nossa própria estrutura né... Mas aí aconteceu um negócio que foi meio ruim, assim... Quando teve o leilão de libras, né, em 2014 ou 2013, sei lá... Foi 2014, foi antes da eleição, eu acho... Foi antes da eleição. E aí o pessoal da Petrobras, os sindicatos estavam protestando, ninguém tava feliz com isso, independente se era pros Estados Unidos ou não, tavam vendendo pra China, pra todo mundo, e o pessoal não tava gostando. E aí a gente falou: Tá rolando isso aqui né, o Antônio é muito ligado ao sindicato dos petroleiros, não sei exatamente por que, talvez alguém da família dele, mas ele sempre sabia essas informações de antemão. Aí falou com o Carioca, com o Carioca ou o com Pira, não sei, falou oh: a gente tem isso aqui, vamos cobrir? A gente tinha a conta deles do TweetCaster, então assim, por uma educação [...] a gente quer cobrir isso aqui, pode... Aí o Carioca disse: não, isso aí a gente não vai cobrir, não. Aí, por que não? "Isso aí a gente ta vendo aqui mas acho que a gente não vai cobrir não". Aí o Antônio, que não é tão calmo quanto eu assim, ficou puto... ficou puto, falou que não, que porra é essa, aí falou com o Carrato, ele e o Carrato ficavam mais na rua né, e aí o Carrato: não, vamos cobrir sim, vamos... E aí foram os dois pra rua, sozinhos, não tinha nenhuma mídia, nenhuma mídia na época não tinha, nem Mariachi na época, não tinha um coletivo lá, e a gente foi cobrir sozinho no canal dos caras, e os caras ligaram desesperados: o que vocês estão fazendo... Não, a gente ta cobrindo cara, que porra é essa?

Ele não deu nenhuma justificativa?

Olha, aí teria que falar com o Antônio... acho que a SC1 lembra melhor que eu, porque ela remoi isso muito mais que eu, assim... Mas assim, o que definiu que, assim, não queremos mais fazer parte do Mídia Ninja foi essa história, entendeu. A gente já tava pensando num coletivo... Teve uma questão do nome que demorou tipo meses pra gente chegar num nome, porque tudo era coletivamente, decidido

coletivamente, a gente saiu do Mídia Ninja mas continuou com a coisa do coletivo né... E eram umas pessoas assim, era um grupo heterogêneo, que eu acho que é uma coisa, é uma herança de 2013 né, pessoas que pensavam completamente, inclusive teve um, o Rafael, que é da tecnologia, de T.I, ele não chegou a participar da nossa saída, ele saiu, aliás, ele saiu do Mídia Ninja antes, porque ele é um cara de direita assim, ele é um cara que acredita no liberalismo whatever, entendeu, tipo... Então ele não topava. Então, assim, era um grupo realmente heterogêneo. Um trabalhava na Globosat, entendeu... E esse que trabalhava na Globosat era o mais revoltado da vida assim, sacou. Falei assim: Pô brother, mas você trabalha... "Mas... foda-se, a gente tem liberdade lá" Falei tá bom, então tudo bem... E realmente, assim, todo mundo lá na Globosat sabia o que o Mario fazia... [...] Bom, aí foi isso. Aí a gente, a gente ficou meses brigando e decidindo como é que ia ser... E a gente definiu o nome como Coletivo Carranca, se eu não me engano foi uma ideia até do Mario, assim, foi uma ideia que surgiu na noite, a gente tava lá, lá na casa do Carrato bebendo e tentando definir o que... e tipo, saiu esse nome. E aí, a partir daí, a gente tinha que definir como é que a gente ia postar as nossas coisas né, então inicialmente a gente... antes a gente queria, a gente queria fazer tipo Mídia Ninja 2 RJ, que foi inclusive é um canal que eu criei no TweetCaster, que os caras pegaram depois, que ficou muito famoso aqui no Rio, sacou, aí eu cheguei e falei assim: Pô, vamos botar Mídia Ninja 2 RJ... Aí a gente chegou na conclusão que, pô, pega ninja, sabe, tá querendo, tá fazendo propaganda pros caras assim, entendeu, porque é um, eles falam que um meme, que é um fenômeno... Porra nenhuma, é uma coisa de marketing mesmo deles e pegou. E a gente estaria extrapolando isso aí né. Então não, vamos criar um nome nosso. Então a gente criou uma página no Facebook, eu fiz a identidade gráfica aos pouquinhos né, fiz o logo do Coletivo Carranca e aí a gente começou, a gente tinha um grupo, a gente tinha o Coletivo Carranca página e tinha um grupo no Facebook também. Era tudo no Facebook. Tudo começou no Facebook na verdade, né. E aí a gente foi, e aí a gente foi, a gente continuou cobrindo só que com o nosso, com a nossa tecnologia, entendeu. Obviamente a gente teve que começar do zero... Exatamente. E tem outro, acho que tem outro agravante assim, pra gente, em termos de público, que assim... O Mariachi surgiu assim, do nada, nas ruas também, só que o Mariachi ele é muito mais filma e posta, entendeu. Filma e posta e já, eles não têm uma, o *approach* deles não é jornalístico assim, eles não checam, hoje em dia talvez mais, mas na época eles não checam nada, eles vão lá e filmam e falam: oh, foi isso que aconteceu... E os caras assim, tem que

respeitar porque é uma abordagem que funcionou. Eles já cometeram alguns erros assim, mas assim, no geral, o coletivo deles meio que deu certo. O nosso não, o nosso, como tinha a SC1 que é mais velha, assim, um jornalismo mais tradicional, então tem que checar a fonte, tem que, tem que passar por todo o caminho lá pra você postar uma coisa antes. Só que ali, a gente tá tentando inventar a roda, porque a gente não queria ter um conselho editorial, mas também não queria postar qualquer coisa, entendeu...

Nesse primeiro momento do Carranca, você estavam entre quantas pessoas?

Cara, eu acho que, eu lembro de ter contado, acho que eram umas dez pessoas, assim, mais ou menos. Posso tá enganado, teria que dar uma checada, mas acho que era mais ou menos dez pessoas. E aí, é um grupo que cresceu, diminuiu, e entrou gente e saiu também. Eu agora não to, só to cuidando a parte operacional do site do Carranca que nem ta funcionando direito, não sei se você notou isso...

Nós estamos *offline*, tem alguma coisa corrompida lá. Mas a princípio eu to só na parte operacional agora. Quem tá mesmo agora é a SC1, o SC3, e eu, assim... Tipo, ainda se falando, a gente tá meio que mantendo o site assim, online. Mas a gente não tá participando ativamente, a gente não ta fazendo matéria, tá todo mundo... Então a gente tá meio que mantendo o site, assim. Não tá conseguindo mais produzir conteúdo, também por uma questão assim, é uma coisa que eu até tava conversando outro dia com a SC1, eu acho que mudou de 2013 pra cá o público, mudou assim, a gente... A maior parte do público aqui no Brasil tá muito identificado com a direita, entendeu, então isso é mais um, não era, mas eu acho que agora é mais um empecilho pra fazer o site crescer, assim, sacou. A gente teria que pegar um nicho assim, sei lá, a galera mais esquerda radical... ou a galera, sei lá, que... não sei assim, é difícil... Eu sei que não é legal falar de posicionamento político quando você tá falando de um blog jornalístico, isso inclusive é um debate que a gente teve ao longo de toda nossa existência... Porque todo mundo é basicamente de esquerda, ou anarquista, ou socialista, ou no meu caso liberal socialista, né, sei lá... Mas assim, a verdade é que a esquerda não tá com um score alto agora, sacou... É difícil assim, você produzir conteúdo identificado com... E é engraçado que a galera já tem um radar assim, do tipo: ah, falou de índio, ah, então já é, sabe, já não é tão... a galera não é mais... Então assim, a gente tem várias dificuldades. Primeiro então, assim, a gente queria manter uma qualidade e aí isso,

acho que foi uma questão pra gente né, porque, pra você ganhar público, nem sempre a qualidade é o mais importante, mais é a ação né, e aí depois teve o arrefecimento mesmo dos movimentos e de tudo e... na nossa vida também, teve recessão também então, tipo, a gente não tinha, tinha menos margem pra produzir coisas, assim, ter um retorno assim, sabe. Então, agora a gente tá num momento até que a gente fica pensando, se perguntando, o que que a gente vai fazer, a gente vai abrir um CNPJ, a gente vai fazer uma ONG, a gente só vai ficar mantendo isso né... Na prática a gente só tá mantendo o site e a página no Facebook, a gente saiu do grupo do Facebook porque a gente achou que, na época assim, tinha muita gente sendo monitorada então a gente achou melhor sair pra não ter problemas. A gente montou um grupo do Telegram, que hoje em dia eu já não acho que tão seguro também, mas assim a gente tem um grupo no telegram que é o Carranca Produça e são essas basicamente as plataformas que a gente tem. E aí, de vez em quando, quando pinta alguma coisa, por exemplo, morreu o cara que foi, que era o Presidente - não sei se você ouviu falar dele. O Presidente era um cara que era morador de rua na Cinelândia, mas você via que era um cara que tinha uma escolaridade, fez faculdade de tal coisa, e não sei se teve envolvido com movimento estudantil, mas era um cara que não deu certo na vida e foi morar na rua, sabe. E ele acabou virando um símbolo dos ativistas aqui do Rio, não da Mídia Ninja, mas do pessoal aqui do MIC mesmo, do Mariachi, do Carranca, o pessoal que tava na rua, que não queria que se associar com o Mídia Ninja mas que tava, foi um outro movimento. E aí esse cara morreu, entendeu, aí eu fiz uma arte com a foto dele... Acho que na verdade, vou te falar sinceramente, essa foi a última coisa que eu fiz pro Carranca assim, isso foi ano passado, ou ano retrasado, não sei. Desde então a gente, a parte gráfica tá meio jogada, eu não tenho produzido nada assim. Conteúdo atualmente a gente não tá produzindo nada. Mas eu não sei se você quer falar disso assim, você quer falar dos movimentos de rua, alguma coisa assim ou...

Antes de entrar no Carranca e na Mídia Ninja, você atuou em algum outro coletivo?

Não... Na época da faculdade eu fui do DCE, falando em envolvimento político. Geralmente tem uma coisa que, pelo menos as pessoas que eu conheci, tem alguma coisa que te leva a ser ativista. Você não fala: ah, hoje eu vou ser ativista... Quer dizer, pode ter gente que faz isso, mas não é uma coisa comum né. Então no caso, na faculdade a gente teve um problema, era faculdade particular, e a gente

teve um problema com o dono da faculdade, o cara aumentou a mensalidade em 68% quando não tinha inflação na época, foi na época do Fernando Henrique, tinha acabado, o plano real, tudo dando certo e o cara vai e aumenta a faculdade em 68%, e aí a gente criou um conselho lá, de estudantes e pais lá, e aí a gente acabou resolvendo reabrir o DCE que tava fechado na faculdade, que era uma salinha que tava trancada, lacrada assim, né... E aí deu uma confusão porque o dono... "Aqui é a minha faculdade, vocês não podem usar a sala" Pode sim, tá aqui na lei oh... Os estudantes têm direito de ter um diretório acadêmico e essa era a sala do diretório acadêmico, e é essa sala que a gente vai ficar, e a gente foi lá e botou o pé... Então, no fim das contas não deu certo porque metade do DCE resolveu ganhar desconto da faculdade, metade... enfim. Enfim, aí esse foi o meu primeiro envolvimento político assim. Aí depois pula... Mas eu sempre tive um interesse assim, mesmo quando eu tava na Austrália eu via as coisas lá... Me ofereci pra trabalhar com o Freixo, entendeu... Mas é sempre meio que dá um mergulhinho e sai, dá um mergulho e sai... No Carranca foi o que realmente tomou a minha vida, assim, sacou... É, foi uma coisa que eu até pensei assim: pô, vamos transformar isso numa empresa, num trabalho, numa coisa assim, porque a gente não consegue, virou um vício assim... Começou afetar a minha relação com a minha esposa, assim... A gente tava num processo de ter filho de inseminação, então... Tava atrapalhando assim, sacou. Daí teve uma hora que eu cheguei pra SC1 e falei assim: não posso. Acabou. Não vou mais fazer. Tá aí, tá aí a plataforma, vocês sabem o que fazer... tipo, se vira, entendeu... Não posso envolver. É vício entendeu, tipo, é doença... Não posso ficar perto disso que... Não, e é verdade. Eu lembro que eu tava trabalhando num cliente e a SC1: "por favor, pelo amor de Deus, fodeu...". Eu ia lá, abria o Photoshop, fazia não sei o que e mandava... Era tipo vício mesmo.

Eu ia perguntar o motivo que te fez ingressar no Carranca, mas, pelo que você está respondendo, parece ser uma questão ligada a divergências com a Mídia Ninja. Talvez não só uma questão de filtro editorial, mas também de qualidade também. Você mencionou antes que outros coletivos, como o Mariachi, não eram tão “jornalísticos” e vocês...

É... Eu usei o Mariachi como exemplo, assim... entendeu. A Mídia Ninja também tinha questões, agora não sei, mas na época tinha questões com a qualidade assim também. Não tinham texto. Assim, no início, não tinha nada. Era só tipo transmissão praticamente e arte né,

arte que eles faziam. É o que eu tava falando, eles tinham o filtro deles lá. [...] Eu fazia a base aqui de transmissão. A gente não era estrutura, a gente era mais-valia lá, entendeu...

Mas aí o Carranca nasce com essa ideia de...

É, porque na verdade assim, é uma dissidência. A gente tava insatisfeito com a situação nossa dentro do Mídia Ninja e foi assim: bom, já que a gente vai começar do zero, vamos começar do jeito que a gente quer fazer. Então o jeito que a gente quer fazer é o que, oh... vai ter texto, a gente vai, vai ter fotografia, álbum, a gente vai tomar cuidado com o que a gente vai postar, mas o problema de se tomar cuidado é que foi a grande fonte de conflito dentro do grupo assim. A gente brigou muito, assim. O Carranca... Eu ficava impressionado assim. Porque cada um... se você não tem um grupo de pessoas que decide, que faz o filtro, todo mundo vira o filtro, eu to falando em experiência empírica, tá, não to falando que é assim ou não é, mas assim, com a gente, pelo menos, dá briga e a coisa não sai, entendeu. Assim o grande problema disso é que a coisa não sai, ou sai e fica metade insatisfeita, metade satisfeita, um fica puto com o outro, entendeu. E acho que o grupo foi esvaziando um pouco por causa disso também, porque as pessoas viram que tinha, além da questão da própria vida de cada um, tinha a impossibilidade de você produzir um conteúdo sem ter algum tipo de filtro, assim... algum tipo de editorial, assim sabe.

Como assim? A impossibilidade de ter um filtro...

De produzir. Assim, como era um grupo muito heterogêneo, as pessoas divergiam, o que ia e o que não ia, entendeu... Esse era o motivo de briga. Você tá entendendo? E ainda tinha a SC1, que era jornalista, discutindo com cara que não era jornalista então ela tinha toda uma coisa da ética jornalística, o que devo falar, o que eu não devo falar, tenho que checar isso... Aí você fala com um cara que acha que não deve fazer isso, aí fodeu, entendeu... Aí é briga. Eu lembro até, uma das últimas reuniões que a gente fez com esse grupo ainda original... A única maneira da gente, isso aqui é um experimento que a gente tá fazendo... Então a única maneira da gente seguir, ou a gente vai a fundo na experiência de transformar isso numa plataforma aberta, completamente aberta, e aí todo mundo tem acesso aqui, ou a gente faz a coisa caretinha assim, do tipo: olha, tem quatro pessoas que vão ser os editores, que vai trabalhar, que vai ficar na rua, a gente vai tentar captar

dinheiro pra montar... entendeu? Não é certo e errado, são dois caminhos... Um é mais experimental, tem muita chance de dar errado, e o outro também não é experimental, mas também tem chance de dar errado porque as pessoas continuam desacordando... E aí a galera não quis, todo mundo... É engraçado, né, porque todo mundo quer ter uma opinião, mas quando fala assim: vamos fazer aberto mesmo, aí todo mundo: “Não, não, não...” É igual relacionamento, né, quer trair mas não quer relacionamento aberto... Mas é meio isso assim mesmo, sabe... Você se deflagra com o comportamento das pessoas assim, até meu mesmo, eu não falei isso porque eu gostava, eu também tenho restrições a abrir a plataforma. Mas assim, a gente tava brigando muito. Então ou a gente vai pro relacionamento aberto, ou a gente casa, entendeu. A gente tem que decidir o que a gente quer fazer, não dá pra ficar nessa, entendeu. Então aí acho que nada se decidiu e as pessoas foram saindo por motivo A ou B, entendeu...

Como eram as reuniões de pauta de vocês?

Não tinha reunião de pauta. A gente... Como era uma coisa assim do tipo... No início né, depois foi... Eles foram montando, aí eu já não tava muito perto do Carranca assim, mas as pessoas foram montando grupo de trabalho. Uma galera queu montava um grupo de trabalho, ou individualmente ia atrás da matéria, escrevia a matéria. E aí a gente tinha um grupo que é tipo... Já ouviu falar em Freedcamp? É um grupo, uma plataforma de trabalho, que é tipo um grupo do Facebook só que não é no Facebook, é em outro lugar que é de graça... E aí a gente começou, a gente falou assim: vamos organizar isso, Facebook não é seguro, ok. Então vamos montar nessa plataforma, essa plataforma tinham umas coisas lá, tipo agenda, tinha um bloco lá que a galera ficava comentando... E ali por um tempo, aquela ali foi a plataforma de decisão das matérias... só que não adiantava porque...

Não era presencial, geralmente, era online?

Era online. E esse que era o problema, porque o online faz com que você não tenha o compromisso muito grande... Você já não tá ganhando dinheiro com aquilo, sei lá, você tá trabalhando fodido, tem que entregar [...] entre aquilo que não dá dinheiro e o que dá dinheiro e você precisa entregar... Então o que acontecia às vezes é que a SC1 postava: “a gente tem essa matéria aqui”. E ninguém falava nada, uma semana, duas semanas, ninguém falava nada... O processo foi bem

montado, mas as pessoas não usavam, entendeu... Então a gente acabou... Aí no fim das contas, assim, a gente parou de usar essa plataforma, parou não voluntariamente ou involuntariamente, as pessoas pararam de usar isso e começou tipo: olha gente, vou fazer isso, ta ok? Ok! Como devia ser no Mariachi desde o início, o que a gente não queria fazer, entendeu...

Nesse tempo vocês já tinham o site ou estavam só na página do Facebook ainda?

Quando a gente montou, achou que a gente montou o site junto com essa plataforma de trabalho. A gente chamou um cara que era de um projeto, de uma empresa que eu sempre trabalho de tecnologia, o cara é programador, e o cara montou toda a parte de infraestrutura do site... E aí a gente já tinha o site. Aí realmente, com o site, a gente precisava ter um processo de trabalho, porque não ia funcionar igual no Facebook, entendeu. É diferente assim, sabe, o Facebook é outra coisa assim... Só que aí, isso criou outro problema pra gente, na verdade, porque a gente tinha que administrar [...] porque o site era mais ou menos um suporte do Facebook, a chamada ia pro Facebook, então você tinha que produzir o conteúdo do site e tinha que fazer a chamada no Facebook. Quer dizer, era muito trabalho assim, sabe... Acho que as pessoas, eu, particularmente, comecei entender, falei assim: pô, isso é uma empresa, não dá pra fazer isso sem grana, sem nada, só com o amor. Quer dizer, dá pra fazer, só que aí você vai morrer de fome, entendeu. Foi legal que teve uma galera que começou a seguir a gente... A gente cresceu, agora no momento a gente deve ter 10 mil seguidores no Facebook, que não é muita coisa assim. O Mariachi já deve ter 200 mil, Mídia Ninja deve ter um milhão (risos). Mas assim, a gente sempre falou: não, isso não é o importante pra gente, o importante pra gente era fazer do jeito que a gente queria fazer, enfim. Você tava falando do processo né. Então era assim, o processo ele sempre foi muito orgânico, assim, sempre mudou ao longo do tempo, e ultimamente, assim, o que ficou foi isso assim: a gente faz uma matéria e a SC1 manda lá no grupo do Telegram [...] tem que produzir isso aqui, quem falou ok, ok, e vai. Quem não falou... "Mas você viu lá, não deu opinião porque não queria".

Vocês tinham um sistema de votos para aprovar uma matéria, não?

Então... Isso aí, a gente criou vários sistemas de... Vários não. Esse foi o que perdurou mais assim, né... Tipo, acho que três votavam, e se votassem três ia... Mas sempre dava confusão isso, na real, na prática, porque votava três e aí chegava, principalmente o Mário, o Mário, esse cara que eu to falando que era da Globosat, é o cara mais, depois eu fui descobrir que ele arranjava confusão com todo mundo que morava com ele... Não era só... Era ele assim, sacou. Mas ele sempre tinha uma coisa pra falar assim, sabe... Tipo "ah, não acho, acho que podia falar isso, que tem essa questão, entendeu..."

Só pra constar, o Mário não tá mais no Carranca...?

Não... Só quem ta no Carranca sou eu, a SC1 e o SC3. O SC3 ficou muito tempo no Mídia Ninja. Ele demorou até... Porque o Mídia Ninja... É engraçado, porque a gente foi a primeira geração, entendeu, mas assim, várias, as outras gerações acontecia a mesma coisa que a gente, entrava lá, ficava puto e saia, entrava lá, ficava puto e saia... O SC3 é muito gente boa, ele foi um cara que ficou três gerações lá no Mídia Ninja, e no fim das contas ele foi embora e veio pro [Carranca]... A gente sempre trocou ideia assim [...] Mesmo quando ele tava, muitas pessoas que tavam no Mídia Ninja, ele, a Dani Fi, não sei se você já ouviu falar nela, ela, até hoje, ela faz umas coisas pro Mídia Ninja assim... E a própria galera, o Pira também, que eu pessoalmente não tinha nada contra ele assim...

E tem a coisa da mágoa, assim. Porque assim, a gente veio do Mídia Ninja, não tem como negar isso, entendeu. Então o coletivo Carranca existe por causa disso, entendeu. Mariachi existe por causa disso também, entendeu. O Mariachi também era, era uma galera que era do Mídia Ninja, dissidência... O MIC também, era do Mídia Ninja, a galera da dissidência virou outro coletivo. Então a gente não pode... Mas como a gente foi os primeiros assim, e a gente talvez seja mais velho e seja mais difícil pra gente ser adaptável assim, a gente ficou mais sentido com isso, entendeu. E a gente é... não filho, mas a gente veio deles de uma certa forma, a gente aprendeu com eles... Não sei se eu respondi sua pergunta...

No Coletivo Carranca, quais funções tu já exerceu ou continua exercendo?

Quando começou o Carranca eu era base, não tinha ainda, a coisa do site demorou pra sair né, então... Era mais base, produzir post,

tratar foto, tira uma foto de celular, manda pra mim, eu trato no Photoshop fica um pouquinho melhor... transmissão, já cheguei e transmitir também.

Você chegou a ir pras ruas transmitir também?

É, tanto pro Mídia Ninja [...] Quando teve a coisa da Câmara dos Vereadores que a galera invadiu, não sei se você lembra disso, invadiram a Câmara de Vereadores aqui do Rio e eu era do Mídia Ninja nessa época, eu era única pessoa do Mídia Ninja lá nessa época. E eu tava com uma bateria, tava já preparado pra se... Porque na verdade a minha ideia era chegar alguém e eu vou pra casa, entendeu. Só que a galera não chegava e eu falei assim: oh, vou entrar, vou entrar e entrei. Comecei a transmitir lá, ainda não tinha nenhuma violência. Tava ocupado, mas tava aberta a Câmara de Vereadores. Aí eu entrei lá na parte do Parlamento mesmo, que aí foi quando começou a dar problema assim, sacou. Aí eu lembro, acho que isso foi, na verdade eu to misturando as coisa. Foram dois evento assim, sacou, esse foi depois. Teve um evento que eu fui que a galera, quando eu falei que era Mídia Ninja, a galera foi me empurrando pra sala onde tava tendo a coletiva de imprensa. Só pra você entender, a galera ocupou o corredor inteiro ali dos vereadores, no final do corredor tinha uma sala onde estavam os vereadores aquartelados ali, escondidos, e dando uma coletiva de imprensa. Aí a galera ficou me empurrando assim, e eu entrei na coletiva de imprensa dos caras. Aí eu via lá, tipo 500 mil pessoas, uma coisa até inebriante, caralho que poder né... Muita gente assistindo. [...] Mas aí assim, quando começou o Coletivo Carranca eu cheguei a transmitir também algumas vezes, mas pouca coisa. Geralmente, chegava o Antônio e 'segura aí'. Eu fiquei mais na parte mesmo de ficar no computador e enfim. E a SC1 finalmente começou a produzir texto, que ela queria assim... E aí a gente começou a tentar ajustar... 'teu texto tá muito grande, precisa diminuir um pouco, o público não é um público que consegue ler muita coisa né...' Na verdade assim, é um público que se você botar um parágrafo já é complicado, entendeu... Mas assim, já que quer colocar texto, estão vamos tentar enxugar um pouco...

Como era a relação dos não-jornalistas com os jornalistas, no sentido de que vocês eventualmente discordavam de alguma prática deles, ou tinham conflitos?

Tá. O que acontece... Como era uma coisa meio de vanguarda, assim, os mais jovens, acho que a única pessoa ali que, tipo assim, vestia a camisa do jornalismo mesmo, era a SC1, entendeu. Porque a SC1, ela trabalhou, ela já foi coordenadora de canal da Globosat, então assim, é uma pessoa que tem experiência, que tem uma carga jornalística, trabalhou na Manchete, tem uma carga jornalística muito grande. Os outros, tipo, o SC3 talvez porque ele é mais caxias, assim... Você não conheceu ele ainda, você vai ver que ele é todo, anda com caderninho... É todo, todo organizadinho pra ser jornalista. Mas ele também não, ele tava aprendendo assim, ainda tá aprendendo... O Augusto não, o Augusto ele era formado em jornalismo, ele tava desempregado, ele fazia outras coisas assim, ele tem uma formação de jornalista, mas acho que pra ele não era uma questão assim, ter ou não ter... Aí tinha outro cara também, o Otávio. O Otávio é mais ou menos da minha idade e da SC1. O Otávio é editor de uma publicação. Mas como ali era uma coisa muito de movimento, ninguém queria ter conselho editorial, um discurso lá... Que eu discordava, eu acho que desde o início acho que a gente devia, se a gente tivesse tido... Talvez o Carranca tivesse sido outra coisa, entendeu. Mas como era muita briga, muito conflito, acabou não consolidando. Mas eu acho que a única pessoa que vestia a camisa do jornalismo, era a SC1, das práticas e tal coisa. O Otávio também, de checar a informação... Acho que o Augusto sabia, mas nem sempre fazia o que ele sabia que tinha que fazer, entendeu... De jornalista mesmo que eu me lembre... O SC3 sim, o SC3 também checa... Acho que o maior problema que a gente tinha era checar a informação, entendeu, e fazer um texto que era palatável pro nosso público. Então acho que essa foi a grande dificuldade. Mas não era, não foi um conflito que chegou a destruir completamente o Carranca. Acho que todo mundo criou um envolvimento emocional, então queria fazer a coisa funcionar de alguma maneira.

E eventualmente os que não eram jornalistas escreviam textos também para o site?

Sim, o Mário, que tinha muita coisa pra falar, ele escrevia e isso também era motivo de briga porque...

Os jornalistas chegavam a contestar alguma coisa?

Sim, sim. Acho que quem não era jornalista que escrevi mais, eu cheguei escrever poucas vezes assim, duas vezes no máximo e... Mas

o processo era muito moroso porque eu, apesar de não ser jornalista, passava pra SC1 primeiro, eu tinha um respeito assim: olha, você é jornalista, você olha, você vê o que você acha... E a SC1 faz o pente fino assim mesmo, quando ela olha... A SC1 podia ser professora que ela ia dar super certo. Então demorava muito, dois dias pra provar um texto meu... Melhor não fazer isso... Não dá certo. Mais acho que mais nesse sentido mesmo. Agora, o Mario não, o Mario acho que tinha uma coisa meio de, ele não checava... tinha erro de português, erro de concordância... Não que, o Mario não é um cara burro, assim, analfabeto. Ele é um cara até bem letrado, fez... não sei se ele fez faculdade de comunicação o cara, pra te falar a verdade eu to na dúvida assim, ele fez alguma faculdade, não sei se... Acho que foi Rádio e TV. [...] Mas ele não usava, eu não lembro de ele usar nenhum processo jornalístico assim, talvez ele tenha usado no final, assim de checar tal coisa... Mas é que o trabalho de jornalista dá trabalho, entendeu, não é uma coisa assim do tipo que você escreve e posta lá o que você acha. Eu não sou jornalista, mas eu sei disso. Então acho que tinha um pouco, sim, esse conflito de você chegar e querer falar o que tá no seu coração, mas na verdade você precisava olhar o texto... ver o que tinha nele, o que que era incongruente, e o que que precisava ser revisado. Teve até um caso, assim, quando a gente tava no Mídia Ninja, a gente postou, e nem era um texto, era uma coisinha pequenininha assim, a gente postou, fez um post que alguém falou pra gente, alguma das fontes falou que o cara tava morto, aí tinha uma foto do hospital, aí a SC1 do outro lado falou assim: Não cara, não, não... "Tira isso agora", e eu tava despreocupado achando que tava tudo bem né. Aí eu tirei assim, e a gente descobriu que foi um boato aquilo, ninguém morreu nem nada... Acho que foi um mendigo que entrou lá e tal... levou uma pedrada. Não aconteceu nada, assim. Acho que a pessoa que tinha morrido, assim, nem existia, sacou... Mas foi bom assim porque foi, a SC1 fala até assim, que internet é rastilho de pólvora assim... Você posta cinco segundos e... foi o que aconteceu. A gente postou, ficou dez segundos online assim, eu tirei mas tipo já tava, já foi compartilhado e a gente fez um comunicado lá... Eu lembro que no Carranca teve duas situações que eu tive que fazer uma arte dizendo 'Não aconteceu, não é isso, tá aqui o link...?'

Como o processo de publicação era muito complexo, ia e voltava muitas vezes e acabava indo com problemas, entendeu. Mas isso não aconteceu muitas vezes não, aconteceu algumas vezes assim, tipo, que eu me lembre de ter feito arte foram duas ou três vezes no máximo assim, em não sei quantos anos. Mas tinham problemas sim, e eu acho

que tema a ver com não entender, não fazer a prática jornalística tradicional.

Vocês chegavam a discutir o que deveria ser filmado em uma transmissão ao vivo? Existia alguma diretriz?

Não. A gente só, a única coisa que a gente [...] inclusive acho que tá no site assim, de uma certa forma, que a gente tá mais *leaning to the left*. A gente é mais de esquerda mesmo, entendeu, então a gente não vai postar uma parada falando bem do Bolsonaro, isso não vai acontecer, entendeu. Mas era uma coisa meio que nas entrelinhas assim, sabe. E a gente não atraía esse público. Era mais uma questão ideológica, assim, do que editorial mesmo. E acho também que com o tempo, como o grupo reduziu muito, ficou mais fácil discutir assim, se fosse uma coisa muito bizarra. Mas acho que não aconteceu, e também o grupo ficou mais adulto, assim. Adulto até no sentido de temperamento mesmo, né, porque tipo, tem eu, a SC1, o SC2 ele não é tão adulto assim, mas ele é um cara centrado... Aí o SC4 é um cara mais velho, não é um cara descompensado assim, aí a SC1 também, um pessoal que era mais envolvido com movimento social, eles são obrigados a ter uma responsabilidade assim né. Então eu acho que, talvez por isso, tenha ficado mais fácil as discussões assim, entendeu. E acho que, posso falar uma coisa, você é jornalista né... O SC4, a Raquel Dip, o pessoal de movimento social parece que é mais fácil de conversar assim, de ponderar. A galera que vem de comunicação, não to falando de jornalista especificamente, mas a galera que vem de tipo sei lá, um era produtor... Parece que era mais difícil assim, porque acho que na cabeça deles, a coisa ideológica muito formada, então você tem que ter uma opinião muito definida. Então tem que ser muito daquele jeito assim... então essas discussões eram cansativas. Eu confesso que eu enchi o saco. Um dos motivos de eu ter saído foi isso. Cara, eu perco muito tempo com essa parada.

Você está falando dos tempos de Mídia Ninja?

Não, não, do tempo já do Carranca, de discutir como é que vai sair uma matéria assim. Às vezes uma matéria levava cinco horas de discussão no Facebook assim... caralho, não precisa disso.

Essas discussões eram em relação ao formato?

Era tudo, era formato, era como era escrito, era ideologia...

Você consegue lembrar de algum exemplo...?

Tinha que achar o chat, mas...

... ou só dizer os temas que vocês discutiam.

Tá, to tentando lembrar aqui assim. É porque, na verdade, fica mais forte a briga né, do que o assunto dela (risos). Teve uma discussão, que o Mario falou assim: O Mídia Ninja tá lá produzindo e a gente tá aqui... Tipo uns comparativos assim, coisa de relação mesmo, sabe, igual casal assim, sacou. E aí começava com uma discussão assim do tipo... Ah tá, o Mario volta muito nos termos aqui, de discussão, mas é que ele realmente ele era barraqueiro, ele é barraqueiro, eu gosto dele, eu me relaciono com ele, mas eu tenho essa informação assim. Era coisa do tipo: o texto tá com esse problema e aí a pessoa não, a pessoa não via isso muito bem. Levava pro pessoal e criava um discurso pragmático pra justificar uma questão emocional, assim do tipo, eu to chateado, mas eu vou criar um discurso cheio de flores falando assim que você tá, sei lá, acompanhando a mídia tradicional, por isso que você tá falando assim, você é capitalista... Sabe? Um papo assim... Tipo assim, nada a ver, pra poder justificar uma coisa assim, sabe.

Como você acha que as práticas do Carranca se diferenciam de grandes veículos de jornalismo?

Tá. Bom, eu acho que, isso é uma informação que eu tenho de gente que trabalha em jornal, a gente não tem conselho editorial, por exemplo, a gente não tem uma regra editorial, portanto, as pautas elas não são pautadas, se é que você me entende, elas são pautas. E acho que a mídia tradicional, especialmente a mídia brasileira, acho que lá fora tem isso, mas é um pouco menos, acho que existe um pouco mais liberdade, a nossa mídia, por ser mais conservadora, os jornais, eles pautam os jornalistas, e decidem basicamente o que vai e o que não vai sair. É aquilo que você tava falando, isso aqui não pode porque tá mexendo com fulano. Não tô nem falando de direita e esquerda não, que eu acho que na época que o Lula era presidente devia ter do tipo "não vou falar disso não porque...". Então, eu acho que basicamente é isso assim, sacou. E a gente não tem a mesma infraestrutura da mídia tradicional, não tem dinheiro, em outras palavras, então isso vai afetar

também na maneira como a gente produz o nosso conteúdo, né. Não só a qualidade estética, mas a, não diria a qualidade, mas o teor mesmo do conteúdo não é o mesmo. A gente fez matéria falando de índio, de conflito indígena, que é uma matéria que só sai no Jornal Nacional quando morre alguém, ou morre a aldeia inteira. E geralmente é meio que, não justificando, mas é tipo, pô, abrandando assim, porque a realidade desses lugares não é o que a gente vê, que o agronegócio gosta de mostrar pra gente. Então acho que essa liberdade que a gente tem pra abordar esses temas, eu acho que seria, não só a gente mas outros coletivos que fazem trabalhos da mesma natureza, acho que seria isso basicamente, você poder... Inclusive a razão desses coletivos terem aparecido é você falar de coisas que a mídia tradicional não fala, não quer falar.

Como você definiria as práticas do Carranca?

O Carranca... É complicado né, porque os clichês existem por uma razão né, então, assim, eu diria que o... eu não conseguiria definir pra você numa frase [...] Mas eu diria que é um coletivo de pessoas que querem expor determinadas coisas que sabem que não vão ser expostas numa mídia enviesada igual à nossa. A gente não tem, por exemplo, eu sei que se alguém ouvir isso vai dizer "não, porque é Estados Unidos, é capitalista..." Mas os Estados Unidos eles têm uma variedade de opiniões, sim... Desde o cara de extrema direita e tem o cara mais de esquerda, às vezes até é uma coisa ruim, porque ele... eu tava vendo outro dia na CNN que diz que várias pessoas que falaram mal do Trump eram contratadas. Eles contrataram, era um professor e tal coisa, mas tava ganhando dinheiro pra falar ali na CNN. Mas, de qualquer forma, pelo menos, tem uma... Aqui não, aqui parece que tá tudo num tubo só e todo mundo, é quase como se um editor ligasse pro outro e falasse "e aí o que você vai escrever aí? ah, beleza então vou escrever aqui também" [...] Então acho que o desejo de quase todas as pessoas que estão envolvidas, direta e indiretamente com esse tipo de coisa, é quebrar mesmo esse oligopólio de informação. A gente perde muito com isso assim... Acho que [...] 2013 aconteceu, eu acho não né, existem estudos que comprovam isso né, 2013 aconteceu porque aconteceu uma coisa inesperada pra mídia tradicional que é a internet né... E nem precisa ser coletivo nem nada assim, tem gente que individualmente pegava e postava coisa. Agora, tem um lado ruim também agora que é a pós-verdade, *fakenews*, mas eu, todo mundo fala "muito ruim, agora tem *fakenews* e polarização", eu não vejo como uma coisa ruim assim. Não

vejo como uma coisa ruim e também não vejo como uma coisa boa... acho que é uma coisa, uma realidade. Não, na verdade eu vejo como uma coisa um pouquinho boa assim, porque, primeiro assim, falando da polarização. As pessoas finalmente hoje estão se posicionando, e isso é uma coisa, pode ser que, que é uma coisa que já aconteceu em outros países, em outros países talvez as pessoas tenham aprendido lidar com isso melhor que a gente, mas a gente precisava ter alguma coisa pra se posicionar. Então isso eu acho que é bom, de certa forma né. E em relação a coisa de ter *fakenews*, eu acho ruim isso, óbvio, você ter que ficar checando, minha sogra posta *fakenews* o tempo inteiro... Falei assim "Oh, você faz o seguinte, você pega esses dois sites aqui ifarçaseboatos.org e aí tem esse aqui da folha também, aí antes de você postar, você olha isso tudo aqui, aí você posta, aí você vai ter certeza que você não vai postar besteira". Então assim... Mas você tem ferramentas pra você poder evitar isso. Então acho que é um processo de maturidade mesmo, e acho bom que as pessoas tenham esse poder. Tem gente que não acha isso bom, mas eu acho bom assim, isso que aconteceu. Acho que a mídia tradicional tá com muito medo disso, não todo mundo. Eu conheço gente que trabalha na Globo, e que faz parte da parte de Direção, não direção, diretor mesmo, executivo, e a galera não admite, acha que, reconhece que a internet é muito importante, mas a televisão ainda é... É mentira! A televisão acabou. A televisão já acabou. A gente tá vendo é tipo uma estrela no céu que já morreu há milhões de anos, e que t'ís ali ainda... Mas, tudo vai migrar pra internet, de uma forma ou de outra, entendeu. Então essas mídias tradicionais elas estão, com razão, preocupadas com isso né. E tem várias coisas que você vê, as leis que querem mudar pra, acabar com, taxar... Netflix. É meio que pra manter esses monopólios. Esses monopólios eles estão reagindo.

Como você enxerga a importância do trabalho exercido pelo Carranca?

Olha, eu acho assim, vou tentar falar com um olhar meio de sociólogo. Eu não acho que foi bom ou ruim, eu acho que foi importante. Que nem eu tava falando do *fakenews* e pós-verdade, essas coisas da internet. Eu acho que faz parte de um processo de amadurecimento nosso, mas da sociedade de uma forma geral, de entender que essas coisas existem, né. Você tem internet que agora é uma comunicação bidirecional, entendeu, as pessoas se falam do mundo inteiro e... Tô falando igual um deslumbradinho de internet. Não, mas assim, é porque realmente eu não acho que é bom nem ruim, é mais bom

do que ruim, assim, sabe, porque ao menos você tem como um canal qualquer, entendeu. Tudo bem que é difícil, não é só postar um vídeo no Youtube que vai resolver o problema, mas você tem essa possibilidade né. E tudo pode acontecer, né. A internet realmente tem fenômenos, coisas que acontecem que ninguém sabe explicar o porquê. Então assim, em relação ao Carranca, eu acho que foi importante pra não se criar outros monopólios, entendeu. Porque eu acho que o Mídia Ninja...

Inclusive em termos de coletivos, você está dizendo...

É, sim, sim. Porque eu acho que o Mídia Ninja queria se propor, apesar de eles não admitirem isso, eles queriam ser uma nova Rede Globo... Eles podem usar um outro termo bonito, falar que é orgânico, horizontal, que todo mundo... blá blá blá, mas na verdade tinha branding, tinha conselho editorial, tinha ligação com o governo, quer dizer, isso são elementos de uma TV tradicional, entendeu, de uma TV, ou de um canal, ou de uma organização de comunicação tradicional... Mídia né. Mídia-mídia. Então assim, eu acho que foi importante pra dar essa mensagem do tipo "olha, não vai ser igual foi antes". Ou, se for, pelo menos a gente vai tentar que não seja. Eu acho que teve esse papel, não só do coletivo Carranca, mas dos outros coletivos também, de quebrar essa percepção de que ia ter um núcleo de informação que ia ser simplesmente a oposição da Rede Globo. Vai ter oposição à Rede Globo, mas não vai ser uma galera falando, cantando musiquinha junto de mão dada, falando "eu odeio a Rede Globo", entendeu. Vai ser uma galera... Vai ser uma galera, entendeu, tipo, cada um pensando diferente, e como isso vai ser ainda a gente, eu acho que ainda tá em construção, sacou. Eu acho que pode até ser que o Carranca acabe, o Mariachi acabe... Não, vai acabar né, tipo daqui alguns anos [...] a não ser que alguém resolva comprar o Carranca, a VIACOM compre o Carranca e aí, que eu também acho que a gente não vai vender pra eles, mas assim, entendeu, eu acho que foi importante, inclusive era um discurso deles, do Mídia Ninja, que a gente absorveu na verdade. Não, se é orgânico vamos fazer orgânico de verdade, que é com todo mundo, todo mundo dando opinião mais ou menos do jeito que quer. Não deu certo em vários aspectos, mas eu acho que a experiência foi importante, assim.

Eu gostaria agora que você olhasse o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros e observasse pontos em que concorda e discorda dele. Pode tentar pensar também nas práticas do próprio Carranca a partir do documento.

[...] É, esse primeiro aqui... *"a divulgação da informação precisa e correta é dever dos meios de comunicação e deve ser cumprida independentemente da linha política"*... essa aqui já não acontece né. Pelo menos não, talvez declaradamente isso aconteça, mas eu não vejo isso acontecer na prática. [...] É, esse segundo aqui... eu acho que... *"se pautar pela veracidade dos fatos"*, veracidade pode ser, mas fidelidade também acho complicado. Liberdade... Isso aqui foi produzido por quem?

Pela FENAJ, pela Federação Nacional dos Jornalistas.

"Direito e pressuposto do exercício do jornalismo, implica compromisso com a responsabilidade social inerente à profissão", caraca, tá difícil isso aqui, heim. É, esse aqui eu também vou ter que marcar aqui... porque eu acho que nem sempre...

"A prestação de informações pelas organizações públicas e privadas, incluindo as não governamentais, deve ser considerada uma obrigação social", porra, isso aqui, tá difícil ler isso aqui, cara... Eu nunca li nenhum código de jornalismo, mas eu tô vendo esse aqui, pô, os caras. Não, isso aqui é o que deveria ser, assim né...

Isso aqui eu diria assim, isso aqui das empresas tradicionais, isso aqui da gente, eu vou marcar porque eu acho que a gente não faz isso aqui, a gente não faz nada independente da nossa linha política, a gente não faz discurso de isenção, eu pelo menos não faço, eu não acredito nisso assim. Eu acho que você deve procurar, tem que ter um compromisso com a verdade [...] isso aqui eu acho que a gente faz... *"produção e a divulgação [...] pela veracidade dos fatos"* também, isso eu acho que a gente faz...

"prestação de informações pelas organizações públicas e privadas, incluindo as não governamentais, deve ser considerada uma obrigação social" a gente faz também, a princípio... É, não, a princípio não, a gente faz isso. [...] *"... divulgação da informação, a aplicação de censura e a indução à autocensura são delitos contra a sociedade, devendo ser denunciadas à comissão de ética competente, garantido..."* Mas é censura de quem? Do próprio jornal?

Do trabalho do jornalista...

Tá, isso aqui eles não fazem. Isso aqui a gente, isso aqui eu vou botar um meio aqui, porque eu acho que quando você tem um tipo de

conselho editorial, e agora mais pro final a gente começou a pautar mais as matérias, eu acho que tem algum tipo de censura... Do tipo, não diria censura, mas ponderação né, e pode ser um caminho pra censura né... [...] Eu tenho dúvidas se a gente realmente não... que tem coisa que a gente não publicou. Eu lembro de coisas que por motivos alheios à questão da liberdade pessoal, mas assim, do tipo de responsabilidade, vou voltar nesse item, a gente tem que ser responsável... [...]

"Da conduta profissional do jornalista"... *"O exercício da profissão de jornalista é uma atividade de natureza social, estando sempre [...] ao Código de Ética"* isso aqui né, isso aqui nada a ver, eles não fazem isso, eles estão subordinados à empresa. Não, talvez alguns jornalistas façam isso né, mas... Não, têm vários jornalistas que fazem isso, mas assim, na maioria das vezes o cara tem que fazer o que o editor fala pra fazer e ponto final.

"O compromisso fundamental do jornalista é com a verdade no relato dos fatos, deve pautar seu trabalho na precisa apuração dos acontecimentos e na sua correta divulgação"... É, mas isso é do indivíduo né. Tem gente que vai isso, mas chega lá, mexem em tudo...

"É direito do jornalista resguardar o sigilo da fonte" isso eu acho que é princípio, que todo mundo faz, né. Não sei se você conhece o caso de alguém com uma fonte que tenha sido... Mas acho que, tá até na Constituição isso...

"É dever do jornalista opor-se ao arbútrio, ao autoritarismo e à opressão, bem como..." isso aqui não. *"Divulgar os fatos e as informações de interesse público"*, às vezes sim, às vezes não, não vou nem marcar, mas às vezes sim.

"Lutar pela liberdade de pensamento e de expressão" não, eles não fazem isso, eu acho.

"Defender o livre exercício da profissão" não, eles não fazem isso.

"Valorizar, honrar e dignificar a profissão" bom, se eles não fazem nada disso, isso aqui também eles não fazem (risos).

"Não colocar em risco a integridade das fontes e dos profissionais com quem trabalha" isso aqui eu não poderia dizer né, que eu não sou fonte, então não sei se eles protegem ou não.

"Combater e denunciar todas as formas de..." não, eles não fazem isso. Eu lembrei de uma coisa, quando a gente tava no Mídia Ninja, O Globo veio entrevistar a gente pro caderno cultura. E foi ótima a conversa, a menina supertranquila, e tal coisa, aí a gente terminou a entrevista, tirou foto da gente... Aí a gente foi até, porque a gente tava no apartamento, a gente saiu do apartamento e foi lá pro campus da

UFRJ que tem um gramado, a gente tirou uma foto no gramado lá... Aí, saiu no caderno de poder. [...] Aí ela ligou pra gente, pedindo desculpas, falando que o editor chefe queria usar... Então isso aqui já não posso dizer que protege nada, só protege o rabinho deles.

"Combater e denunciar todas as formas de corrupção, em especial quando exercidas com o objetivo de controlar a informação" é, isso aqui vou ter que riscar também... Pô, tá difícil, cara.

"Respeitar o direito à intimidade, à privacidade, à honra e à imagem do cidadão", não fazem isso. Especialmente... Talvez algumas pessoas, né. *"... autoral e intelectual do jornalista em todas as suas formas"*, acabei de citar um exemplo que eles não fazem isso.

"Defender os princípios constitucionais e legais, base do estado democrático de direito", não. Acho até que eles manipularam o debate do Lula com o Collor, então tipo, isso aqui já morreu né.

"Defender os direitos do cidadão, contribuindo para [Podia até fazer um vídeo aqui, pegar todos os casos que a imprensa fez e... ia dar trabalho (risos)] a promoção das garantias individuais e coletivas, em especial as das crianças, adolescentes, mulheres, idosos, negros e minorias", não.

"Respeitar as entidades representativas e democráticas da categoria", não né? *"Denunciar as práticas de assédio moral no trabalho às autoridades..."*, não. É porque assim, eu não sou jornalista, mas eu tenho muitos amigos jornalistas, e é uma história mais bizarra que a outra, assim. Até no O Dia, que era um jornal mais tranquilinho... Teve umas histórias aí que... Caralho, fala sério!

"Combater a prática de perseguição ou discriminação...", porra, não... eu nem vou ler o resto porque eles fazem isso né.

"... não pode: aceitar ou oferecer trabalho remunerado em desacordo com o piso salarial, a carga horária...", é, esse aqui já cagou né, *"...nem contribuir ativa ou passivamente para a precarização das condições de trabalho"*, não né. Ativamente eu não sei, mas passivamente com certeza. [...] Isso aqui é foda, eu vou te falar porque. Porque se você não pode contribuir ativa ou passivamente, porra, você mora num país que todos os jornais fazem isso, aí você vai procurar emprego. Você tá contribuindo passivamente, mas não tem nada que você possa fazer porque você precisa pagar as contas, entendeu. Então esse aqui, eu achei meio... Vou até marcar aqui, achei meio sacanagem.

"Submeter-se a diretrizes contrárias à precisa apuração dos acontecimentos e à correta divulgação da informação", é, não.

"Impedir a manifestação de opiniões divergentes ou o livre debate de ideias", aham, tá bom.

"*Expôr pessoas ameaçadas, exploradas...*", porra, faz isso toda hora. É engraçado isso aqui, heim (risos).

"*Usar o jornalismo para incitar a violência, a intolerância...*", pô, direto. Vou nem falar a Globo não, mas têm uns outros aí que tipo...

"*Realizar cobertura jornalística para o meio de comunicação em que trabalha sobre organizações públicas, privadas ou não-governamentais, da qual seja assessor, empregado, prestador de serviço ou proprietário...*", é, isso aí eu não sei dizer, é difícil. Mas eu sei que na Globo tem muita gente que, tem produtor, e trabalha lá ao mesmo tempo... Não vou marcar não porque eu não tenho certeza.

"*Permitir o exercício da profissão por pessoas não habilitadas*", isso é escroto também né.

Esse Código foi formulado antes da queda do diploma do jornalismo.

Caiu né... Entendi. Mas isso também já não rolava, não. Porque eu sei que eles contratavam até o mendigo ali, se pagava dez reais pra fazer uma matéria pra mim, escrevia tudo errado...

"*Assumir a responsabilidade por publicações, imagens e textos de cuja produção não tenha participado*", isso aqui também não porque, você pega qualquer revista, tem um monte de matéria que não é assinada, que não fala nada, ninguém sabe nada... "*Valer-se da condição de jornalista para obter vantagens pessoais*", pô, direto.

"... *responsabilidade profissional do jornalista*". Até a gente mesmo, vou te falar, já vi gente falando assim 'deixa eu entrar aí porque eu sou jornalista...'. Mas é uma distorção da lei em geral né. Porque a verdade deveria ser uma coisa... deveria ser um direito só do jornalista, de todo mundo.

"*O jornalista é responsável por toda a informação que divulga, desde que seu trabalho não tenha sido alterado por terceiros, caso...*", é, isso rola né, o cara assina, já mudaram o texto inteiro.

"*A presunção de inocência é um dos...*", não, acho que não. Eles não falam isso veladamente, mas o Lula aí que não deixa mentir, né. Não que eu seja fã do Lula assim, mas pô...

"*A opinião manifestada em meios de informação deve ser exercida com responsabilidade*", não, isso nem sempre é verdade.

"*O jornalista não pode divulgar informações: visando o interesse pessoal ou buscando vantagem econômica*" isso aqui, direto...

"*De caráter mórbido, sensacionalista...*", pô, isso aqui... Quem que escreveu isso aqui? (risos)

"Obtidas de maneira inadequada, por exemplo, com o uso de identidades falsas, câmeras escondidas ou microfones ocultos, salvo em casos de incontestável interesse..." isso aqui não rola mesmo, porque se o cara fizer isso aqui, ele vai preso né, isso aqui eu sei que não rola.

"...ressalvadas as especificidades da assessoria de imprensa, ouvir sempre, antes da divulgação dos fatos, o maior número de pessoas e instituições envolvidas em uma cobertura jornalística, principalmente aquelas que são objeto de acusações não suficientemente demonstradas ou verificadas", não. Eu acho até que eles pesquisam bastante. Mas acho que quando o cara quer fazer uma matéria, o cara tem um posicionamento político, aí esse que é o meu problema com a questão da isenção, entendeu. Porque assim, você pode até procurar, fazer uma matéria sobre os indígenas, você pode até procurar a associação de fazendeiros, mas você vai sempre ter uma tendência a procurar os movimentos sociais e tal coisa. Então eu acho que é complicado mesmo. Não é nem uma questão de ser o culpado ou o inocente, eu acho que as mídias, elas são tradicionais, elas fazem um discurso de isenção, que isso que é a parte desonesta né, mas elas são tradicionais. Então elas sempre vão procurar uma coisinha que, um defende mais o ponto de vista delas.

"Buscar provas que fundamentem as informações de interesse público", eu vou marcar um 'x' porque às vezes sim, às vezes não, é só porque eu acho que não é sempre que acontece, então.

"Tratar com respeito todas as pessoas mencionadas..." não, isso aqui não.

"Informar claramente à sociedade quando suas matérias tiverem caráter publicitário ou decorrerem de patrocínios ou promoções", não, eles não fazem isso. Às vezes eles fazem, mas às vezes... né, a gente sabe.

"Rejeitar alterações nas imagens captadas que deturpem a realidade, sempre informando ao público o eventual uso de recursos de fotomontagem, edição de imagem, reconstituição...", cara... isso aqui, não dá pra saber né. Eu acho que não, mas eu não vou marca não porque aí pode ser um pouco leviano da minha parte, mas eu acho que eles alteram sim, e não falam nada, sacou.

"Promover a retificação das informações que se revelem falsas ou inexatas e defender o direito de resposta às pessoas..." não voluntariamente né, eles fazem isso às vezes com processozinho na cabeça... É, vou falar não aqui, porque...

"Defender a soberania nacional em seus aspectos...", não.

"Preservar a língua e a cultura do Brasil...", não.

"Manter relações de respeito e solidariedade no ambiente de trabalho", não. Eu nem trabalho em jornal tá, mas isso aí eu já escutei...

"Prestar solidariedade aos colegas que sofrem perseguição ou agressão em consequência de sua atividade profissional", isso vocês fazem! (risos) isso aqui vocês fazem, pode ser um reça ou um [...] É uma crítica que eu faço, os jornalistas são bem corporativistas. E eu já vi isso... O Luís, que é fotógrafo, nesse dia que a gente tava lá na Câmara, que a gente tava preso pela polícia, ele ficou do lado da galera da mídia tradicional, eu lembro disso claramente, o cara da Folha falando 'vocês são um bando de merda...' e o Luís ficou do lado dele...

"Cláusula de consciência é um direito do jornalista, podendo o profissional se recusar a executar quaisquer tarefas em desacordo com os princípios deste Código...", não né. Se o cara desrespeita isso tudo aqui e continua trabalhando, isso não acontece.

"Esta disposição não pode ser usada como argumento, motivo ou desculpa para que o jornalista deixe de ouvir pessoas com opiniões divergentes das suas", poxa...

Essa parte do código especificamente é extremamente problemática porque é uma contradição em termos, na verdade. E ela não tem uma utilidade muito prática.

As pessoas não fazem isso, né. As pessoas escutam o que elas querem... enfim. Eu já te falei disso antes, o que eu acho disso. Eu acho que o grande problema do jornalismo brasileiro, assim, de forma geral, é o discurso de isenção, que eu acho que deve ter surgido durante a ditadura militar, não é que eu ache [...] Por exemplo, o Mídia Ninja é contra o discurso de isenção. Só que eles fazem uma coisa que eu acho ruim também. Que é assim: então, se não existe isenção, a gente vai ser parcial. Não é isso, só porque eu sou contra o discurso de isenção, eu não tô defendendo que você tem que ser parcial. Acho que você precisa reconhecer, porque isso faz parte da verdade, o compromisso do jornalista é com a verdade né, então a verdade é, eu sou SC2, eu sou de esquerda, mais de esquerda, eu tenho pontos de vista específicos, então isso vai transparecer no meu trabalho. Eu acho importante esse fato, esse elemento é importante. Mas não quer dizer que eu SC2 vou produzir matérias de esquerda defendendo pessoas de esquerda, e achando que a esquerda é a única solução. Talvez tenha alguém que acredite nisso, eu não acredito nisso. Então eu acho que é o grande problema da coisa da isenção é essa, porque isso incentiva a desonestidade, na verdade, porque você vai de alguma forma transparecer aquilo no seu trabalho.

Dizer que não... é complicado. Eu acho... Na época do achismo, então eu acho isso. [...]

"... não deve: acumular funções jornalísticas ou obrigar outro profissional a fazê-lo, quando isso implicar substituição ou supressão de cargos na mesma empresa..." [...] "Ameaçar, intimidar ou praticar assédio moral e/ou sexual...", porra, isso aqui direto "... denunciar tais práticas..." pô, denuncia não. Teve o negócio lá da menina da Globo, nem é do jornalismo, que foi assediada pelo José Maia... Aí imediatamente eu mandei mensagem pra minha amiga que é figurinista também. E aí... e ela fala 'cara, tem uma galera aqui na Globo, surreal, dizendo que ela dava condição pro cara...' Aí depois apareceu uma história que ela tinha um caso com o cara, tal coisa. Mas assim, parece que a questão do machismo dele não era importante, importante era se o cara tinha um caso com ela... Tipo, foda-se! O cara meteu a mão na boceta dela [...] é, podia ser casado com ela, foda-se! Mas enfim, isso eu também sei que acontece.

"Criar empecilho à legítima...", é isso a gente sabe que na Globo já teve um caso inclusive, notório que, na década de 80 ou 70, que tentaram fazer uma greve, e a Globo demitiu a galera toda. Você sabe dessa história? Então... Tudo bem que não era só jornalista, mas tinha jornalista também e era uma empresa de comunicação. "As transgressões ao presente Código de Ética serão apuradas, apreciadas e julgadas...", é isso não acontece. Eu acho que não acontece, porque eu nunca vi ninguém ser recriminado porque publicou... Pelo contrário não, mas assim, nunca vi ninguém deixar de ser jornalista por causa disso.

"Serão constituídos por membros da...", isso aqui eu não sei... nem sim nem não, né. "... terão mandatos". "A Comissão Nacional de Ética será responsável pela elaboração de seu regimento interno e, ouvidos os sindicatos...", não sei, não vou responder porque eu não sei.

"Julgar..."

É, tem essa parte mais técnica...

"Os jornalistas que descumprirem o presente Código de Ética estão sujeitos às penalidades...", essa aqui não acontece.

"Os não filiados aos sindicatos de jornalistas estão sujeitos às penalidades de observação", ah isso é verdade, essa aqui acontece mesmo... "impedimento temporário e impedimento definitivo de ingresso... decisão"... "... exercício da representação de modo abusivo, temerário, de má-fé, com notória intenção de prejudicar...", caramba, até o Ministério Público no meio...

"Qualquer modificação neste Código só poderá ser feita em congresso nacional de jornalistas mediante proposta subscrita por, no mínimo, dez delegações representantes...", é isso aqui eu não vou saber.

Você acha que algum aspecto do Código contraria o trabalho do Carranca?

É... eu acho que essa parte que só jornalistas podem... Essencialmente eu acho que é isso aí né. Mas assim, do jeito que tá escrito é lindo, isso é um conto de fadas maravilhoso, tirando essa parte de que... Eu acho que têm algumas coisas assim, do tipo que o jornalista tem que ser isso ou aquilo para... Isso pode ser um caminho pra censura, talvez... Mas você precisa de algum parâmetro, então... enfim. Aí fala que o jornalista tem que defender os direitos humanos e tal coisa, então assim, acho que essencialmente é isso que é o mais importante na profissão, no jornalismo em si. Isso é uma coisa que a gente brigava muito no Carranca porque... eu brigava assim, porque algumas pessoas queriam que o Carranca fosse um movimento político. Então eu falei assim 'como movimento político, a gente tinha que se organizar de uma outra forma'. Porque eu não acho que é função do movimento político, informar. É informar, mas sobre o próprio movimento político, não informar sobre coisas que estão acontecendo, entendeu. Então a gente tá promovendo um serviço assim pras pessoas, tá informando as pessoas, é um serviço que a gente não acha que é feito pela mídia tradicional, então acho que a gente precisa fazer isso, entendeu. Então essa confusão, talvez do movimento político com a coisa talvez seja um pouco pleonástico, especialmente no Mídia Ninja. Eu acho que todas as pessoas têm posicionamento político, por isso que eu sou contra o Escola Sem Partido, ou coisas assim, mas eu acho que o mais importante disso tudo é você trazer informação mais verossímil possível pras pessoas, pro público né. Então isso pra mim é, como leigo, é a coisa mais importante do jornalista, porque é realmente importante você saber o que está acontecendo. E aí, ao mesmo tempo, você tem outro veículo que não fala, ou fala o contrário do que está acontecendo, então é importante você ter uma discordância ali.

Essa parte de diferenciar o Carranca, o movimento político do jornalismo, essa diferença seria não só na questão da estrutura, mas mesmo na escolha das pautas?

É, eu acho que sim. Isso é uma opinião pessoal minha. Embora muita gente tenha concordado comigo nas reuniões, eu acho que a maioria acha que o Carranca é um movimento social mesmo, entendeu. Porque eu acho que assim, só o fato de você informar, uma coisa que não é informada, divulgar a verdade, não precisa ser a verdade, mas a informação, a verdade acho que já é meio pautada assim... O fato de você divulgar uma informação que não é divulgada, já é um ato político. Então você não precisa ter a pauta política, ela já tá ali dentro do que você faz. Inclusive esse código aqui, se você for analisar ele, o jornalista já um ser ativista de profissão. Agora, o que eu não gosto é, e aí eu concordo com algumas pessoas que alguns blogs, é você querer que seja um blog de esquerda, ou um blog de direita, ou uma coisa que tenha muito definido assim... porque às vezes você divulga uma notícia, tipo o leilão de libras, não era uma notícia favorável à esquerda, que o governo era de esquerda, né, a gente tava dando uma notícia desfavorável ao governo, mas era uma informação importante, uma informação importante pras pessoas que trabalham na Petrobras, importante pra população que de uma certa forma... A Petrobras é uma empresa pública, então... as pessoas precisam saber. Nós somos, em teoria, sócios da Petrobras, então eu acho importante. É esse que é o meu problema em ser movimento social. Eu não acho que, eu nunca quis pelo menos que o Carranca fosse movimento... Se você olhar, tem algumas coisas ali que tem um viés, mas de... porque as matérias são, especialmente as matérias que falam dos indígenas né, são escritas por pessoas que estão envolvidas no movimento indígena.

Tem a questão da transparência com o leitor.

É... Exatamente. Mas eu acho que é importante ter a informação. Eu não tô falando que também assim, eu não sou radical... "A mídia é fascista", entendeu. Eu acho que, em algumas ocasiões, até o Globo mesmo, tiveram matérias onde você tinha realmente uma isenção jornalística, mas você tinha a divulgação de alguma coisa que era importante. Mas aí acho que talvez porque não fosse de encontro à linha política do jornal, entendeu. Por exemplo, na questão de Belo Monte, apareceu no Globo porque eles eram contra o governo. Mas foi importante porque a gente ficou sabendo de alguma coisa que realmente acontece... A perseguição dos índios naquela região. Mas assim, se o Globo pauta uma coisa, tipo eu não vou mostrar isso, ele também tá agindo, de uma certa forma, fazendo um ativismo político do lado deles. Então assim, acho que pra mim são os pilares de como eu vejo o

jornalismo. Que é a informação em primeiro lugar, o mais verossímil possível, e acho que não vestir a camisa da isenção, você procurar ser fiel a informação, mas não fingir que você não tem um posicionamento político [...] e na mesma linha de não defender a isenção, não ser movimento político, não ter essa confusão de que aquele veículo é um movimento político. Porque aí você se compromete com o discurso e aí eu acho que, jornalisticamente, é complicado você estar atrelado a um discurso. E aí minha crítica vai pra Carta Capital, a Carta Capital eu acho que apesar de ter sido governista, entre aspas, teve muita coisa legal, mas talvez pelo fato de eu ser de esquerda, de eu me identificar, eu aceite mais esse tipo de informação. Mas tiveram matérias deles que foram de viés político-partidário mesmo, eles realmente recebiam dinheiro, não dinheiro do governo, mas eles eram patrocinados, tinha anúncio da Caixa, da Petrobras... eles era ajudados. Não é um segredo, nem nada, eles não fizeram nada de ilegal mas tava ali. Então eu acho que eles fizeram de uma certa forma o papel da Veja do PT. E tem os outros também né, agora a 247 divulgou uma notícia que era falsa... Tem o Viomundo... Cafezinho... O Cafezinho, só pra você ter uma noção, eu tenho um problema grave com o PT, especialmente do Rio de Janeiro. Na época que o Freixo foi candidato, há duas eleições atrás, quando ele foi candidato a prefeito, o Cafezinho foi o primeiro a divulgar a notícia que ele era associado com a milícia. Tinha um vereador que era da comunidade nordestina, e o cara tinha alguma ligação com a polícia, que era miliciano, e aí pronto, 'o PSOL é um partido da milícia'. E aí o Cafezinho, que é um site claramente... Tijolaço, e aí se uniram com os outros blogs que não queriam, que é tipo um do César Maia, que nem é do PT, também divulgou essa informação... O Diário do Rio, que também não é do PT mas é partidário do César Maia... A Carta Capital não divulgou isso, mas assim, foi a galera do PT que fez isso, aí isso que eu acho complicado, você querer ser um blog de notícia de esquerda, ou direita. Porque aí você vai entrar na coisa do *real politic* né, e eu acho que jornalismo não pode ser *real politik*, não é esse o lance do jornalismo, não é isso que me atrai no jornalismo.

Transcrição da entrevista com SC3.

Antes de entrar no Carranca, você já atuou em algum outro coletivo?

Vamos lá. Depois que eu me formei, obviamente sem contar estágio, jornais, ... de esportes, assessoria de imprensa, etc., eu fiquei um pouco mais na vida acadêmica, fiz pós em Comunicação e Imagem, e fechei 2012... fechei a pós, daí começou 2013 daí eu tava vendo o que eu poderia pensar de, um possível mestrado, e como quase tudo que eu e tinha feito, até então, tinha a ver com quadrinhos e com narrativas visuais, mais especificamente quadrinhos, eu comecei a pesquisar a leitura que o pessoal tinha aqui da máscara do V de Vingança pra comparar com o quadrinho original, que é um pouquinho diferente, pelo menos em 2013. Só que daí as coisas começaram a ficar cada vez mais loucas aqui no Rio, e no Brasil todo, então assim, isso foi deixado meio de lado, por uma... dá pra dizer assim, por um ativismo político um pouco mais ativo, por assim dizer. Daí então assim, antes do Carranca, foi o Mídia Ninja. Na verdade, todo mundo que você entrevistou, SC1, SC2, etc., foi do Mídia Ninja.

Estamos falando do mês de junho?

É, na verdade o Mídia Ninja foi um pouquinho depois, foi julho. Em junho, aqui, quando tiveram os grandes protestos, eles não estavam muito.

Você participou desses primeiros protestos em junho?

Eu tava participando desde antes, desde março.

E você ia nos protestos para...

...pra cobrir. Mas mais como se fosse um acadêmico 'ah, eu tô curioso com isso, quero ver o quê que é', não muito diferente do que você tá fazendo... Não, nem isso, era mais curiosidade mesmo, não é muito diferente do que você tá fazendo. Eu falava com o pessoal 'o quê que essa porra dessa máscara significa pra vocês?' Eu tinha lido o quadrinho, eu sei mais ou menos a história do quadrinho, que contexto ele foi feito.... Então assim, era no mínimo engraçado ver como é que as pessoas liam isso naquela época. Tanto que eles nem chamavam a

máscara, eles nem sabiam que era do V de Vingança, sabiam que era máscara da... o nome tá... meio que fugiu.

Fawkes?

Não, não, ninguém sabia que era Fawkes. Guy Fawkes. ‘Ãh? Ãh? Fawkes quem?’ A máscara da... Não, não é máscara da vitória.... Eu não lembro agora, depois eu te mando, mas era outro nome. Durante março, até.... Essa máscara começou a bombar, e no dia 17 de junho, que foi o dia grande, dia dos 100 mil aqui na Rio Branco, que o pessoal invadiu lá a ALERJ, essa máscara tava sendo vendida por 20 reais. E em março tava sendo vendida por cinco, ninguém tipo ‘tchum’ pra ela. Então assim, inflacionou legal. Acho que o pessoal fez até matéria sobre isso aqui, no Extra... não lembro.

Quando você esteve no Mídia Ninja, você era parte da primeira geração, certo?

Sim, sim, sim, todo mundo. É, todo mundo lá.

Quando foi o momento que você saiu e entrou no Carranca?

Eu sabia que eles tavam criando, mas assim, um dos maiores problemas do Mídia Ninja, do jeito que eles colocaram aqui, eles colocaram de um jeito que é extremamente horizontalizado e democrático e... Só que na verdade não era, existia muita briga política por trás e pouca transparência. Mas principalmente, tinha uma página do Mídia Ninja que era controlada pelo pessoal de São Paulo, então assim, não é muito diferente a lógica de você conseguir colocar o seu material ali, de um grande jornal, entendeu. Então assim, era quem não tinha acesso à internet rápido, e conseguia fazer as coisas com muita rapidez, ou [...] sabia quem é tava mexendo na plataforma na hora, não tinha seu material subido, você ia pra lá meio que à toa. Só que eu, como eu tinha como mandar as fotos praticamente em tempo real, as minhas coisas subiam toda hora. Então assim, tinha essa questão de produção, que era tudo muito filtrado por eles, o que era extremamente irônico pelo que eles se vendiam né, tanto que o pessoal até queria criar uma página ‘Ninja Rio’, e eles não deixaram, porque isso seria, pelo menos na minha cabeça, algo natural, e eles não deixaram... Então assim, o pessoal foi saindo. O pessoal saiu assim mais depois do leilão do campo de libra, quando o pessoal não queria que o pessoal cobrisse isso. Sei lá,

talvez porque se tenha que criticar pessoas que vocês estão a favor? Daí o pessoal foi saindo, e eu fui diminuindo a presença cada vez mais.

Tu chegava conversar com SC1 e SC2 sobre essas tensões?

Sim, com a SC1 sim. O SC2 não. Mas eu não participei da gênese. Eu sabia que tava rolando, mas como eu ainda tava lá, tipo, de um jeito ou de outro, eu não sou uma pessoa de fazer cortes muito bruscos... é uma coisa sempre ‘sim, não, talvez...’, aí eu vou sumindo ou não.

SC1 também comentou comigo que um dos fatores que fez sair da Mídia Ninja foi por questão dos direitos autorais que geralmente era assinado “Mídia Ninja” e que o indivíduo em si às vezes não era creditado.

Sim, não, o que foi acordado, até no Mídia Ninja mesmo, é que quem não era do núcleo orgânico, até certo ponto, do Mídia Ninja né, o pessoal do Fora do Eixo.... Iam assinar suas coisas, pelo menos foto. Então assim, minhas fotos eram todas assinadas, tão lá. Tem que fazer arqueologia lá, passar aquela porra lá no Facebook, mas vai tá lá meu nome. Óbvio que eles podem editar e tirar, mas na época tava... Isso foi acordado. Mas texto, texto eu não lembro, eu só fazia foto, nunca fiz *streaming* nem nada do tipo.

Era uma opção sua?

Não... eu tava me interessando por fotojornalismo na época, então assim, eu falei ‘é por aí que eu quero fazer, é por aí que eu quero dividir’, entendeu... Voluntariar meu tempo pra isso.

E você pode especificar quando entrou para o Carranca?

Eu não lembro! Assim, especificar o momento... eu não lembro. Eu acho que foi [...]

Não tanto pela data, mas o motivo, o processo.

Eu tava... Eu lembro do dia que eu coloquei a primeira coisa. Foi... dia dos namorados? Acho que foi isso. Foi dia dos namorados de

2014, eu acho. [...] Copa, acho que era algo assim. A primeira vez que eu coloquei, que eu fiz as coisas lá no Carranca.

Um tempão depois, não?

Sim, um tempão depois. Até lá eu tava trabalhando, eu tava fazendo outras coisas, eu trabalhei em assessoria, bem normal e acompanhando o que tava rolando, depois que o Santiago morreu em janeiro de 2014, eu acho que é isso, diminui um pouco as coisas aqui. Olha que demorou pra esfriar. Então assim...

Pelo que entendi no Mídia Ninja, foi arrefecendo com o tempo, então?

Foi arrefecendo, não foi um corte tipo ‘olha, não gosto disso, seus merda, vão tomar no cu, estou indo pra casa’, não, eu nunca fiz isso, deveria, alguns momentos eu deveria, mas não fiz. Talvez hoje eu fizesse.

O momento de entrar no Carranca foi um convite deles ou... Não, foi muito natural porque eu já conhecia todo mundo. Não teve muito mistério, não, foi uma coisa muito orgânica.

E no Carranca, quais funções você já exerceu ou continua exercendo?

Aí é muito mais tudo, texto, foto, vídeo, edição, edição do site.

Diferente do Mídia Ninja que era mais voltado pra fotografia.

É, só foto, só foto, assim. Sempre fui muito pragmático, então assim ‘seu papel é foto?’, então vai ser foto. Coisa, ética protestante do trabalho, tipo, ‘ah não, o trabalho vai ser esse...’, é uma coisa muito certinha. Não deveria, mas pelo menos ali, era assim. No Carranca foi muito mais fazendo de tudo.

Streaming também?

Streaming não. Eu nunca quis fazer muito streaming porque a gente queria fugir disso, entendeu. É uma proposta que a SC1 falou, e eu concordo, até porque eu nunca fui muito fã de streaming, eu acho muito... Não, eu entendo a importância no contexto de 2013, eu acho

que é isso que vai ser lembrado daqui, sei lá, 50 anos, dessa época: as pessoas faziam transmissão ao vivo. Mas eu não gosto porque no geral, bem, eu sou jornalista, então no geral as pessoas que faziam não tinham a formação de jornalista e não tinham o que ficar falando. É que nem rádio assim, você não pode deixar silêncio, né, só que assim, as pessoas não deixavam silêncio falando um monte de baboseira. Então assim, eu ficava meio irritado. Então assim, como se, sei lá, você é especialista em que, me diz? Qual a sua especialidade... Assim ‘ah, eu gosto muito de quadrinho, sei tudo sobre quadrinho’, sei lá, me diz?

Eu sei muito sobre quadrinhos.

Você sabe muito sobre quadrinhos? Então imagina eu vendo o streaming de alguém que não faz a menor ideia do que ele tá falando durante, sei lá, uma transmissão de duas hora, você começa a ficar irritado. É mais ou menos essa lógica.

E isso no caso, isso não seria exclusividade da Mídia Ninja...

Não, óbvio que não, tinha vários outros, tinha vários outros. Mas a gente sempre tentou fazer uma coisa um pouquinho mais analítica, um pouquinho mais... Porque senão... protesto vai e vem. Mas a análise do que tá acontecendo, é um pouquinho mais perene, um pouquinho.

SC1 comentou comigo, em relação à Mídia Ninja, que ela ficou pouco com a parte de texto, e estava um pouco de saco cheio de fazer o que ela chamava de post-reportagem, que era basicamente uma reportagem de um parágrafo. Nesse sentido, a parte do Mídia Ninja era mais voltado pra imagética, pra foto, somente com um textinho acompanhando. Quais foram as diferenças quando você entrou pro Carranca, quando vocês montaram, digamos entre aspas, uma filosofia, que vocês queriam se diferenciar desses outros coletivos, da Mídia Ninja, dessas outras práticas anteriores?

Isso que você falou de eles terem uma linguagem visual, acho que o que vai ficar deles assim, pra história, alguma coisa do tipo... Vai ser mais isso. Essa questão, essa questão do streaming, não necessariamente colado com eles mas a questão da imagem, né. E, no Carranca, era uma coisa muito mais... como é que eu posso dizer... Não

tinha tanto isso de ‘ah, qual é a identidade visual/identidade textual de texto?’, era cada um fazendo o que achava que era mais correto fazer desde que seja transparente e que os outros estejam sabendo.

Transparente em relação ao leitor?

Transparente... Acho que não sei, boa pergunta. Acho que transparente com relação aos outros colegas do Carranca. Nunca percebi assim, no Carranca, uma criação ou uma procura de uma identidade visual, de texto. Isso é uma coisa que demanda muito trabalho e, assim, ninguém ali vivia daquilo, entendeu? Ninguém continua vivendo do Carranca. Isso é uma coisa que é tempo integral pra você pensar nisso até sair do papel. E o pessoal do Mídia Ninja tinha essa possibilidade. Não é muito diferente do que um grande jornal faz. A gente não, todo mundo trabalha... Todo mundo tem seus afazeres fora do Carranca... Então assim, é uma coisa muito mais orgânica, no sentido verdadeiro, do que um Mídia Ninja da vida. Não desmerecendo, obviamente...

Pode detalhar um pouco pra mim como era o processo de escolha de pauta de vocês, rituais de pauta de vocês?

Acho que não tinha muito isso não. O que a gente discutia eram mais questões interna de organização do tipo ah, como é que a gente vai fazer pra financiar a porra do site, Como é que a gente vai fazer pra manter o servidor no ar, custa 160 reais por mês... Eu nem lembro assim se tinham instruções assim de pauta, porque era uma coisa...

Cada um chegava com uma pauta?

É, era uma coisa muito assim, ‘ah eu vou escrever sobre isso, você pode me ajudar com isso? Eu vou escrever, você pode subir isso pra mim?’ Era mais ou menos assim, não tinha muito de discussão de pauta, não. Se tivesse [...] talvez se tivesse começado, se a gente tivesse começado com site, assim, eu não sei... Mas nunca teve.

Aliás, quando você entrou já tinha o site ou era só a página?

Acho que já tinha o site. Acho que já tinha.

Quando você entrou, só tinha a SC1 de jornalista?

Só tinha a SC1.

E vocês dois chegavam a trabalhar em conjunto, tipo escrevendo matérias e tudo mais, com as pessoas que não eram jornalistas?

Não, cada um fazia o seu... Cada um fazia o seu, era muito ‘Cara, se vira. Qualquer coisa, se você tiver dificuldade pra subir, avisa que a gente sobe, sobre no site’. Eu nem lembro de ‘ah, vamos fazer pauta eu e você. Investigar e fazer’, nunca teve, que eu lembre.

Vocês implantaram um sistema de votação antes de aprovar uma matéria, certo?

Sim, sim, sim. Teve isso.

... e depois vocês desistiram. Você pode falar disso aí?

Era no Freedcamp. Assim, é um site que várias pessoas podem colaborar, em projetos... E eu gosto, só que assim: acho que funcionou depois de um tempo, só que assim, quando é uma coisa muito assim, muito orgânica, e as pessoas não tão 100% naquilo, as pessoas têm que trabalhar... Isso depois de um tempo isso começa a encher o saco, entendeu. Daí tem que ler o texto do cara... Eu não tenho problema porque eu sou jornalista e eu faço isso todo o dia, mas assim, pra quem não é, isso é muito chato. Assim, acho que durou o tempo que eu achei que fosse durar, deve ter durado isso aí uns seis meses, eu acho. Foi até bastante, na verdade. Acho que pra jornalista isso funcionaria bem, só jornalista, que tem o interesse de mover aquilo. Se não é jornalista eu acho meio difícil.

Essa era uma das perguntas que eu ia fazer agora, na verdade. Se existiam tensões, digamos, entre os jornalistas e os não-jornalistas no Carranca em relação à prática, por exemplo...

Não.

...se o os não-jornalistas, digamos, eles discordavam de alguma prática jornalística que vocês faziam, achavam desnecessário...

Nunca, nunca, nem lembro de ter tido essa discussão. Não lembro de ter tido essa discussão em momento algum, de jeito nenhum. Acho que nunca teve esse tipo de discussão. Acho que não teve mesmo.

Como você definiria o trabalho do Carranca?

Eu não gosto de termos como jornalismo independente, eu coloco sempre entre aspas, acho que o mais honesto, e o mais neutro, na medida do possível, na academia a gente sabe que não tem nada de neutro, mas... Acho que jornalismo alternativo acho que é o mais próximo a isso. E o outro é jornalismo tradicional. Acho que são mais neutro, genérico e sem sal possível, mas acho que é o melhor pra colocar. Jornalismo independente? Independente de quê? De quem? Não faz sentido, falta sempre um sujeito... Não faz muito sentido pra mim.

E aí seria o alternativo em relação aos grandes veículos.

Aos grandes veículos, é, é meio que um contrapõe ao outro.

Como você acha que o Carranca se diferencia de outros jornais, em relação ao conteúdo?

Eu acho que, principalmente em relação à autonomia da pessoa, do jornalista, da pessoa que faz parte do coletivo, ou da mídia alternativa. Você meio que tem que saber ou ter alguma impressão do quê que você quer fazer e se aquilo vai funcionar ou não vai funcionar. Meu irmão trabalha no G1, por exemplo, então assim, por mais que ele tenha autonomia de propor a pauta, se ele chegar com uma pauta muito quente ou muito complicada, é possível que cortem certas coisas dele. Na mídia alternativa, pelo menos no Carranca, não tem muito disso, se você colocar que o presidente Lula gosta de cagar na rua, você vai colocar que ele cagou na rua e aí os problemas jurídicos vão ser seus. Então assim, eu acho que é mais uma autonomia do jornalista e da equipe. Principalmente do jornalista, do indivíduo que tá escrevendo e produzindo conteúdo. Que assim, por mais pra, nem falar de G1, meu colega que trabalha no UOL, ele tem muito mais autonomia que o pessoal do G1, por exemplo, mas, ainda assim, se chegasse, dependendo de que conteúdo for, se chegar no aquário, alguém pode limar. Se você já trabalhou em redação você deve saber como é que é. Acho que é isso. Acho que pra simplificar acho que é autonomia do jornalista.

Você lembra de ter passado por algum dilema nas práticas do Carranca? De ficar em dúvida se deveria ter filmado certa cena, escrito algo?

Não... Teve uma situação só, que eu acho que eu fiz, eticamente, o que era necessário, mas ainda assim era uma situação complicada. Que foi, acho que ano passado, que eu fiz uma matéria de denúncia, foi umas das poucas matérias de denúncia que a gente fez, de manipulação de dados, de funcionários numa escola municipal aqui do Rio. Eu não lembro exatamente qual era... Do que eu recebi, as informações, e depois fui apurar, eu vi lá que realmente tinha uma coisa muito estranha, todos os dados dos funcionários, eles tiravam férias no mesmo dia, e saíam no mesmo dia, várias outras coisas estranhas assim nas planilhas de funcionários, pra justificar a contratação de terceirizados aqui no Rio, que a gente sabia que na época que tava rolando muito. E, qual que é a questão? A gente, no caso eu né, eu tentei ligar, sei lá, umas dez vezes pro diretor da escola, ele não atendeu, aparentemente porque tava faltando luz na escola, alguma coisa assim. Então assim, eu falei ‘eu coloco ou eu não coloco no ar isso? Ah, o diretor X está fazendo isso’. Eu tenho as provas, no caso, eu tenho as planilhas, que eu não coloquei na matéria, mas eu coloco que é o teor da denúncia. Mas eu mantive as planilhas por fora. Mas, o quê que eu fiz então, falei ‘não, eu não posso colocar a denúncia sem tentar falar com alguém da escola ou da SEDUC’, que é a secretaria de educação. Então assim, como eu não conseguia falar com a escola, eu tentei ligar pra regional, ninguém me atendeu na regional. Eu liguei pra SEDUC, aí eles me mandaram uma nota mequetrefe tipo “A SEDUC informa que está avaliando a situação internamente...” Aí eu falei ‘tendo isso, eu consigo colocar no ar, já que eu falei com o superior hierárquico dessa pessoa’ Só que aí depois é maior... depois que a gente publicou e colocou em página de Facebook de educação aqui do Rio, isso aí começou a dar o maior caô, e o professor, o diretor, ele até veio falar comigo, queria me levar pra delegacia. Daí eu falei ‘cara, você até pode, mas eu não sei exatamente qual seria o motivo, porque eu falei com a SEDUC, eu tentei falar com vocês, eu tenho a prova no celular, eu tenho os registros telefônicos mostrando que eu tentei ligar pros números que me deram daquela escola, né... eu não tô cagando regra’. Daí assim, eu consegui conversar com ele assim, nem falei pra ele não fazer isso, porque assim, não tenho muito a temer nesse sentido. Mas, essa foi a única situação assim que eu tive que... ‘tá, não, eu vou fazer um esforço a mais e tentar falar, com quem eu falo então?’ Vou tentar falar com quem eu não

queria falar, que é a SEDUC, porque eu sabia eles iam dar uma nota de merda, mas já é o suficiente pra poder colocar isso, entendeu. Eu nem fiz suíte depois, nem sei o quê que acabou acontecendo, porque eu comecei a trabalhar em outro lugar então eu deixei pra lá. Mas foi a única situação que eu lembro comigo, né, pelo menos, que teve essa, tipo ‘peraí, vamos ver o quê que vai fazer’

Eu ia justamente questionar se você considera importante entrevistar fontes oficiais.

Assim, eu não gosto porque, no geral, ainda mais com mídia alternativa, eles vão mandar um foda-se e vão mandar uma nota qualquer, uma nota de merda qualquer, tipo... Falar com eles e nada é a mesma coisa, a única diferença é que se você pelo menos falar com eles, você pode colocar na matéria, eles foram notificados mas não responderam. Então você tem uma salvaguarda... Eu liguei pra eles, tá aqui, tá aqui na matéria. Eu acho que é só assim, porque assim, ter esperança que eles respondam, a não ser que você tenha ótimos contatos lá dentro, acho difícilimo.

É porque o argumento eu vejo com frequência o argumento de “não vamos dar voz para as autoridades porque elas já aparecem nos jornais”. Você concorda com isso?

Não, não, assim, muitos deles reclamam de que eles não são muito bem quistos, mas, nessas horas eu acho que é importante você, mesmo que seja pra você receber uma nota de merda, é importante você se apresentar e perguntar “vocês podem comentar sobre o fato de que a Polícia Militar matou mais um jovem negro na comunidade XYZ?”. Eles vão saber, óbvio que vai ficar tipo no, o setor de inteligência deles vai querer saber que porra é essa, mas assim, eu acho que é mais honesto você se colocar, mesmo que seja se colocar diante de gente que você não gosta, do que fazer de conta que eles não existem... e sei lá, eu nunca fui muito fã desse tipo de abordagem, não.

Você quer dizer de privilegiar as fontes policiais...?

Não, de não privilegiar, nem falar com as fontes oficiais.

De ignorar como se elas não existissem.

É. Não, elas existem... É importante que você dê. Mas o mais importante é sempre a pessoa mais desfavorecida, ela que deve ser o seu foco, mas sempre é bom ter o lado oficial da coisa.

Você lembra de alguma correção ou errata que teve que fazer no Carranca?

Não, não. Não lembro. Eu até pensei, até sugeri pro professor, esse professor que eu falei da escola, diretor né, no caso, eu até sugeri pra ele se ele queria me explicar a situação... Mas ele deixou pra lá. Então assim, pra mim deixou claro que a denúncia talvez tivesse um pé de verdade, até porque tinham provas. Então assim, ficou elas por elas.

Vocês têm alguma seção no site pra receber colaborações externas?

Tem, mas acho que ninguém nunca fez.

Eu ia perguntar se vocês chegaram recusar alguma colaboração, baseada em que critério.

Olha, eu acho que teve uma pessoa que sugeriu fazer uma colaboração, mas eu lembro qual foi o contexto, quem era... Acho que isso não existe na mídia alternativa aqui. Pessoas que assim, aleatoriamente 'Ah, não, quero trabalhar com vocês...' Nunca vi, nunca vi, com a gente nunca teve.

Quando entrevistei SC2, um dos pontos de discussão foi a relação do Carranca entre se rum coletivo de jornalismo ou um movimento social. Como você vê essa questão?

É, mas... Como é que você define movimento social? Eu nunca me vi como de movimento social, sempre um coletivo de jornalismo, ou de conteúdo, nunca de movimento social. Movimento social você tem que ter uma perspectiva que é militante, é outra lógica que se tem que levar. Pode ter jornalismo dentro? Pode, mas assim, vai ser um jornalismo diferente do que a gente faz.

Você acha que a militância contradiz o jornalismo? Ou as duas coisas podem andar paralelas?

Eu acho que pode andar paralela, mas assim, é um caminho assim, bem estranho... Eu tenho me aproximado, por exemplo, do pessoal da CAB, da FARJ, Federação Anarquista, Coordenação Anarquista Brasileira, então assim. O meu know-how, que eu poderia dar pra eles, é de jornalismo, de diagramação, coisas do tipo. Não sei se caso eu faça alguma coisa com eles, a perspectiva de jornalismo vai ser muito diferente de um Carranca da vida... Tem como fazer? Tem como fazer! Mas você tem que ter o norte, qual que é o norte militante da Coordenação Anarquista Brasileira? ‘XYZ’, então esse é o seu norte. Quais são seus princípios editoriais? Né... É um pouquinho diferente do Carranca que não tinha muito isso de princípios editoriais ou um norte que tá em cima de todo mundo... É, eu nunca percebi isso lá. Eram pessoas que queria produzir conteúdo jornalístico, de forma independente, e principalmente de uma forma que a gente achasse que era transparente com as pessoas. Assim, acho que tem como acontecer isso mas, são perspectivas diferentes, jeitos diferentes de olhar pro jornalismo. Tá cheio de exemplo aí, de imprensa militante, que faz trabalho razoável. Até certo ponto o Mídia Ninja não deixa de ser muito diferente disso. Então assim, mas aí você tem que saber no que você tá se metendo. Quando a gente entrou, a gente não sabia. Se a gente soubesse... Aí é outro papo.

Até porque é um fenômeno bem novo.

Ah, sim, sim, sim... Tinha sido acabado de lançar. Realmente, bem novo.

Agora eu queria que você observasse o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, dizendo os pontos que concorda, discorda e o que se aplicaria ao Carranca.

Claro. Eu vou ler aqui e vou pensando alto enquanto falo.

“O Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros tem como base o direito fundamental do cidadão à informação, que abrange seu o direito de informar, de ser informado e de ter acesso à informação”, isso é, acho que todo mundo concorda com isso.

“Como o acesso à informação de relevante interesse público é um direito fundamental, os jornalistas não podem admitir que ele seja impedido por nenhum tipo de interesse, razão por que I - a divulgação da informação precisa e correta é dever dos meios de comunicação e deve ser cumprida independentemente de linha política de seus

proprietários e/ou diretores ou da natureza econômica de sua empresa ...”, começa complicado aí né.

Então, é um código. Tem esse caráter bem normativo mesmo.

Sim. Não, é porque assim, quando você começa a pensar assim, pensar alto o que tá escrito aqui, é assim, um pouco, aquela coisa meio utópica né, que a gente sabe que não, no mundo real dificilmente acontece, né. Deixa eu ver o que mais...

É, aham... *“A produção e a divulgação da informação devem se pautar pela veracidade dos fatos e ter por finalidade o interesse público”*, que o diga a Globo e tantos outros, né. Eu até tava vendo o negócio do Lula ontem, muito engraçado, eles falando que o Lula tem como história o binarismo político, né, de ser ‘nós contra os outros... eu falei ‘Ah? Como assim?! Eles nunca leram A carta ao povo brasileiro, que é a coisa mais conciliadora possível? Meu deus do céu... né. Eu ri muito quando vi isso.

“A liberdade de imprensa, direito e pressuposto do exercício do jornalismo, implica compromisso com a responsabilidade social inerente à profissão” aham, bonito... Bonito, não tem muito o que falar.

“A prestação de informações pelas organizações públicas e privadas, incluindo as não governamentais, deve ser uma obrigação social”, eu não sabia disso... obrigação social. Eu queria saber o que significa obrigação social. Se você souber, depois me manda, porque... Não sei exatamente o que é uma obrigação social. Gente... que estranho, eu nunca tinha prestado atenção nessa... Eu até vou anotar isso aqui.

“A obstrução direta ou indireta à livre divulgação da informação, a aplicação de censura e a indução à autocensura são delitos contra a sociedade, devendo ser denunciadas à comissão de ética competente, garantido o sigilo do denunciante”, acho que eu nunca, perái... Isso acontece toda hora. Porra... como é que faz com jornalista independente, com o código de ética? Fico pensando alto aqui... Porque assim, eu não faço parte de nenhum, eu não trabalho pra ninguém, entendeu. É tipo, como é que leva isso pro Comitê de ética? Que tipo de apoio ou repercussão/consequência pode levar pra um jornalista de mídia independente. Porque assim, eu já vi jornalista de mídia, eu até falei independente, esqueci que eu não gosto desse termo... Jornalista da mídia alternativa, ele apontava na rua pros manifestantes quem era da mídia tradicional, por mais que ele tivesse sem crachá, pra ele apanhar. Então assim... não é todo mundo legalzinho só porque é da mídia alternativa.

“Da conduta profissional” agora que vai ser divertido.

“O exercício da profissão de jornalista é uma atividade de natureza social, estando sempre subordinado ao presente Código de Ética.”, ok.

“O compromisso fundamental do jornalista é com a verdade no relato dos fatos, razão pela qual ele deve pautar seu trabalho pela precisa apuração dos acontecimentos e na sua correta divulgação.” O que é correta divulgação? Eu não faço a menor ideia. Texto, vídeo, áudio...? Não sei o que significa isso. ‘Correta divulgação’, isso deveria ser colocado aqui... Sei lá, é muito amplo.

“É direito do jornalista resguardar o sigilo da fonte”, acho que esse deve ser o mais famoso de todos. Eu nem sabia que era o artigo 6º, achava que era o 5º, enfim. Não, desculpa, nem achava que era artigo 5º, eu pensava que era outro. *“...resguarda o sigilo da fonte”*, ok, acho que esse ninguém discorda.

“É dever do jornalista: opor-se ao arbítrio...”, é, ok. *“... ao autoritarismo e à opressão, bem como defender os princípios expressos na Declaração Universal dos Direitos Humanos”*, seria bonito se isso acontecesse, né.

“Divulgar os fatos e as informações de interesse público; lutar pela liberdade de pensamento e de expressão”, é isso é, tem muita gente da Mídia Alternativa que assim.. têm sérios problemas em ouvir outras pessoas com opiniões muito divergentes. Existe uma bolha hoje... Não sei exatamente como que ela foi criada mas, mas ninguém mais dialoga com ninguém, quer dizer, tô exagerando, mas... A impressão que eu tenho é que ninguém mais consegue conversar com alguém que tem ideias muito diferentes.

Inclusive dentro das mídias alternativas?

Inclusive dentro das mídias alternativas. Porque assim, se você for pensar, tecnicamente falando, um jornal livre do tipo, que é do MBL, não deixa de ser uma mídia alternativa.

Sim, se pensar critérios do quê que é alternativo...

É, exatamente. É até irônico, eu peguei esse exemplo do jornal livre, existe os Jornalistas Livres, que é meio o que o... Depois que o Mídia Ninja começou a ficar queimado, eles resolveram pegar um monte de jornalistas e criar um coletivo de jornalistas, que se chamou

Jornalistas Livres, eles dizem que não tem nada a ver com o Mídia Ninja, mas todo mundo ali se conhece.

“Lutar pela liberdade de pensamento e de expressão”, ok, é o que eu acabei de falar.

“Defender o livre exercício da profissão”, entra no que eu acabei de comentar também, do cara lá que apontava pros Black blocs... ‘Ah, aquele cara ali é do G1 da Rede Globo pra eles irem lá bater nele... Pois é.

“Valorizar, honrar e dignificar a profissão”, não sei o que isso significa.

“Não colocar em risco a integridade das fontes e dos profissionais com quem trabalha”, entra com aquele cara babaca lá que eu falei.

“Combater e denunciar todas as formas de corrupção, em especial quando exercidas com o objetivo de controlar a informação”, muito bonito, fico feliz com que esteja aqui.

“Respeitar o direito à intimidade, à privacidade, à honra e à imagem do cidadão”, isso é até engraçado de ler isso, porque no geral é exatamente... Ainda mais nessa época de bolha, hoje o direito a intimidade e honra, seja lá o que for isso, acho que o pessoal caga regra. Acho que isso nem existe mais, que diga o Catraca Livre e suas coisas.

“Respeitar o direito autoral...”, tá isso não existe, *“...e intelectual do jornalista em todas as suas formas”*.

“Defender os princípios constitucionais e legais, base do estado democrático de direito”, ok.

“Defender os direitos do cidadão, contribuindo para a promoção das garantias individuais e coletivas, em especial as das crianças, dos adolescentes, das mulheres, dos idosos, dos negros e das minorias”, que bonito também, que bom que está aqui... Que eu acho que é só aqui que está.

“Respeitar as entidades representativas e democráticas da categoria”, eu acho importante, se bem que quase ninguém de mídia alternativa aqui faz parte de sindicato ou de luta sindical. Quase sempre é jornalistas de serviço público, pelo menos aqui no Rio, não sei como é que é lá onde você mora. Mas aqui é quase sempre da EBC, TV Brasil. Eu, tecnicamente, acho que ainda sou sindicalizado, mas não pago há muito tempo. Agora que eu tô com um pouco mais de dinheiro eu deveria pagar.

“Denunciar as práticas de assédio moral no trabalho às autoridades e, quando for o caso, à comissão de ética”, é, eu já vi bastante isso acontecer em jornal grande, mas em mídia alternativa

nunca vi isso acontecer, na verdade nunca vi mídia alternativa pautando nada em comissão de ética e coisa do tipo, até poderia, mas nunca vi. Nem sei porque não existe essa, porque que ninguém nunca fez isso, tá cheio de coisa estranha. Eu deveria por exemplo ter feito isso do cara que apontada... Nunca me passou pela cabeça.

“*Combater a prática de perseguição ou discriminação...*”, ok, tá aqui, é bonito, ok.

“*Artigo. 7º O jornalista não pode: aceitar ou oferecer trabalho remunerado em desacordo com o piso salarial...*”, tá, isso não existe.

“*Submeter-se a diretrizes contrárias à precisa apuração dos acontecimentos e à correta divulgação da informação*”, é, isso é uma coisa bonita.

“*Impedir a manifestação de opiniões divergentes ou o livre debate de ideias*”, nunca vi esse problema na mídia alternativa.

“*Expor pessoas ameaçadas, exploradas ou sob risco de vida...*”, acho que isso nunca teve problema, não lembro.

“*Usar o jornalismo para incitar a violência, a intolerância...*” vou mostrar isso pro cara lá do Democracia, depois mandar ele pro Comitê de Ética.

“*Realizar cobertura jornalística para o meio de comunicação em que trabalha sobre organizações públicas... nem utilizar o referido veículo para defender os interesses dessas instituições ou de autoridades a elas relacionadas*”, ah, ok.

“*Permitir o exercício da profissão por pessoas não-habilitadas*”, é, isso caiu.

“*Assumir a responsabilidade por publicações, imagens e textos de cuja produção não tenha participado*”, é, acho justo. Isso nunca aconteceu comigo e com ninguém que eu tenha visto na mídia alternativa.

“*Valer-se da condição de jornalista para obter vantagens pessoais*”, não lembro também.

Esse artigo nove dá uma tese inteira. “*A presunção de inocência é um dos fundamentos da atividade jornalística*”, no Brasil de hoje, acho que tanto pra político, quanto pra gente pobre e preta, a presunção de inocência não existe, a presunção é de culpado e acabou. Na mídia alternativa não tem tanto isso, é muito ligado, mídia alternativa, pelo menos aqui, aos direitos humanos. Mas como tem tido muita, uma emergência muito grande de grupos com o S Jornal Livre, o MBL e outros mais conservadores, mas eu nunca vi eles na rua, né. Isso é pra você pensar depois, mas eu nunca vi esses caras na rua, fazendo matéria na rua, e protesto, nunca vi, nunca procurei também, mas nunca vi.

“O jornalista não pode divulgar informações visando o interesse pessoal ou buscando vantagem econômica”, ok.

“De caráter mórbido, sensacionalista ou contrário aos valores humanos...”, é, entra o que a gente acabou de brincar aqui, *“...especialmente em cobertura de crimes e acidentes”*, é. Em especial na mídia tradicional, dependendo de qual ela for, foda-se. É só ligar na Band News, Band News não, Bandeirantes, às sete da noite que você vai ver lá o Datena só fazendo isso.

“Obtidas de maneira inadequada, por exemplo, com o uso de identidades falsas, câmeras escondidas ou microfones ocultos, salvo em casos de incontestável interesse público”, é isso realmente. Eu conheço gente que foi do Fantástico, Fantástico não, do grupo de investigação do Jornal Nacional, tipo Eduardo Faustini, essa galera aí, e esse é o único caso que eu lembre, o pessoal grava sem autorização, mandando foda-se mesmo, mas eu nunca vi isso na mídia alternativa. Mas é outro nível de jornalismo, é nível assim muito hardcore que tá mexendo com um perigo latente. Acho que eu concordo com isso aqui que ta aqui.

“O jornalista deve... assessoria de imprensa”?, peraí, aham, aham.

“Buscar provas que fundamentem as informações de interesse público”, ok.

“Defender a soberania nacional”? tá ok.

“Preservar a língua e a cultura do Brasil, respeitando a diversidade e as identidades culturais”, ok.

“Manter relações de respeito e solidariedade no ambiente de trabalho...” ok.

“Das relações profissionais...consciência”, ok, eu nunca vi isso acontecendo. Aham, Aham... Eu nunca vi, eu gostaria muito de conhecer algum jornalista que tenha usado cláusula de consciência pra não fazer alguma coisa.

“O jornalista não deve acumular funções jornalísticas ou obrigar outro profissional a fazê-lo...”, até ri, né. *“...quando vier a exercer mais de uma função o jornalista deve receber a remuneração correspondente”*, é só rindo.

“Ameaçar, intimidar ou praticar assédio moral e/ou sexual contra outro profissional...”, ok.

“Criar empecilho à legítima e democrática organização da categoria”, que bonito, que bonito.

“Da aplicação do Código de Ética e disposições finais” aham... acho que acabou.

Tem algum ponto do Código que não foi mencionado e você acharia importante destacar?

Algum ponto?

É, uma prática específica, que não está codificada.

Boa pergunta, boa pergunta. Dá uma semana pra pensar e me lembra disso. [...] É, não, de cabeça não. Esse tipo de coisa eu tenho que ficar pensando, mastigando durante algum tempo.

Porque na verdade o Código tem o caráter bem amplo. Ele não detalha muito bem como isso se daria na prática, em relação a algumas questões.

Algo me disse que isso é até bom pra falar a verdade. Acho que é bom deixar ele o mais amplo possível, até certo ponto, e ir adicionando coisas muito parcamente, dependendo da situação. Aí eu não sei como funciona a edição desse tipo de coisa. Se a cada 20 anos, seis jornalistas escolhidos pela mãe vento, são escolhidos... eu não sei como funciona isso, quem escreveu isso...

Foi a Federação Nacional de Jornalistas.

Sim, a FENAJ, eu sei, eu tenho até carteirinha, mas quem lá dentro escreve isso... eu não faço a menor ideia.

Só para arrematar a discussão, você acha que o Código de Ética poderia ser aplicado ao Carranca? Ou tem algo nele que contraria as práticas do coletivo?

Não, não. Poderia, poderia. Completamente. 100% eu acho, pra falar a verdade. Eu acho que tudo que tem aí todo mundo concorda, à primeira vista, concorda. Acho que a gente nunca [...] rompeu ou quebrou qualquer artigo ou inciso aí, que eu lembre. Até onde eu pude perceber, todo mundo ali tem consciência limpa no nosso trabalho. [...] Então assim, a gente tem a consciência limpa, eticamente falando. O único momento mais, foi esse momento que eu comentei da denúncia da escola, mas que eu tive que resolver e, que eu resolvi, que é falar com a SEDUC, já me foi o suficiente pra dormir de cabeça erguida, que eu não fiz nada de errado. Tinha que falar com alguém, eu falei, então tá lá.

Agora não vai dar pra ver porque acho que tá nas páginas que estão fora do ar, mas... acho que tem como achar no cache, não sei, não sei... Se você precisar, você me avisa que, se vacilar, eu tenha ela em documento.

Transcrição da entrevista com SC4

Como você ingressou no Carranca?

Em 2013 eu me mudei para o Rio [de Janeiro]. Acho que eu mudei para o Rio em abril de 2013 – foi logo depois de março. E eu cheguei lá no contexto das... Tava no começo já das manifestações. Eu acho que eu fui em maio, na verdade. Porque eu peguei o processo em São Paulo, e depois eu me mudei para o Rio e peguei o processo no Rio. E eu sempre trabalhei com movimento social, sou ativista de alguns, e a gente usava, sempre, muito Facebook para divulgar informações, notas e coisas que não estavam na grande mídia. Então, sempre tive essa estratégia.

Quando eu fui para o Rio de Janeiro, eu fui para trabalhar num projeto de educação em saúde, promoção em saúde, no Complexo da Maré. Principalmente na Nova Holanda e Parque União. Aí, eu morava no Parque União, fazia essa discussão, esse *link*, e quando estourou essa discussão dos movimentos de rua – dos movimentos mesmo, de junho, que ocorreu em várias frentes, eu comecei a escrever textos a respeito de políticas – porque eu trabalhei sempre muito com políticas públicas, então eu tinha uma análise mais do chão da realidade, de como que funciona, quem fala com quem, como que tem esse jogo de relações. Aí eu tinha um amigo em comum, que era um jornalista de São Paulo com quem eu já tinha trabalhado uma época, que me fez a ponte com a SC1.

Aí ela me convidou para participar do Carranca – que já era Carranca. Eles tinham acabado de se formar, só Facebook, tava nesse processo. Então eu devo ter entrado em setembro, outubro, porque eu era colaborador, e depois eu comecei já ativamente, junto com a equipe da edição, a participar junto com outras arenas de discussão.

E durante os protestos de junho de 2013, você chegou a ir neles por conta própria, para cobrir, para fazer alguma coisa, filmar, etc.?

Sim. Eu ia, acompanhava, postava coisa no meu Facebook, e tinha uma rede de Whatsapp que as pessoas ficavam perguntando. Eu fiz o meu mestrado na UFMG [Universidade Federal de Minas Gerais] e morei em Belo Horizonte um ano e meio também, então eu tinha rede nessas três cidades: tanto em São Paulo, Rio de Janeiro, que eu estava, e Belo Horizonte. Então já tinha esse circuito de troca de informação.

Mas você ia então autonomamente, não estava vinculado necessariamente a nenhum outro coletivo antes, nada?

Não, no começo eu não estava, não.

Você mencionou que já participava de outros movimentos ligados a ativismo. Quais eram?

Eu terminei meu mestrado em 2009, aí em 2010 eu entrei num grupo que chama Fórum sobre Medicalização da Sociedade, que a gente faz levantamentos de dados sobre relação entre indústria farmacêutica e políticas públicas, entre mercado de saúde e políticas de saúde. Então a gente faz dossiês, escreve manifestos. Então tinha essa prática de ficar escrevendo coletivamente, usando Facebook para gerenciar esses dados. Então tem uma página lá que eu sou um dos administradores, do Facebook, deve ter umas 100 mil pessoas – enfim, eu não sou muito bom com esses dados de marketing do movimento. Mas junto com isso também eu já participava de movimentos.

Eu participava dele [o Coletivo], a gente fazia muita busca ativa de dados, essa discussão de mineração de dados, que aí o pessoal fala de jornalismo de dados, e também essa discussão da transposição dos dados científicos para um público leigo. Então eu trabalhava com esse pessoal, que é formado por pesquisadores, professores universitários... Chama Fórum sobre Medicalização e Educação da Sociedade.

A gente é ativo até hoje, [com] umas metodologias de trabalho. Mas aí, 2012, 2013, a gente tava experimentando essas ferramentas do Facebook e da internet para conseguir mobilizar a atenção.

Jornalistas faziam parte desse projeto?

Não, eram só pesquisadores. Porque esse movimento que eu faço parte desde 2010, a cada dois anos a gente faz um seminário internacional. Aí, nesses seminários internacionais, de vez em quando a gente tem contato com assessoria de imprensa. Aí eu conheci vários assessores de imprensa, principalmente ligados aos Conselhos Regionais de Psicologia, de Farmácia. Mas aí são pontuais. Com eles eu não tenho uma dinâmica muito de trabalho – trabalho junto. Eu [faço] mais o papel do entrevistado.

Falando especificamente do momento em que você entrou no Carranca, qual foi a sua motivação para entrar no Coletivo?

Principalmente do meu ponto de vista, acho que tinha uma indefinição do quadro do que estava acontecendo, muito desejo, e um problema muito grande entre as pessoas que estavam teorizando a respeito com a realidade que estava acontecendo nas ruas. Então, acho que eu fui nessa coisa, por ser antropólogo mesmo, de estar lá, relatando o que estava acontecendo, sem grandes teorizações, e para – um pouco – problematizar.

Teve duas grandes vertentes que surgiram em 2013. De um lado, você tem os cientistas políticos e sociólogos que vão ficar falando que 2013 foi quando abre a porta para a extrema direita, esses movimentos reacionários, totalitários, nacionalistas; e você tem outra vertente que romantiza: fica falando que foi o momento dos anarquistas, autonomia, de que todo mundo decide, as assembleias abertas: e eu via uma tensão entre os dois.

Os dois modelos estavam postos e os dois modelos estavam operando lá, então foi um pouco isso que eu queria...E foi pra isso que eu tava sempre na rua também acompanhando, e acompanhando os ativistas para entender um pouco também. Isso também tinha a ver porque o trabalho que eu tinha na Maré era relacionado com o engajamento cidadão, com a questão da promoção de saúde. Então, para mim, tinha esse outro interesse, que era meu trabalho mesmo. Eu queria entender o que leva as pessoas a irem para a rua defender seus direitos. É um pouco mais com essa inquietação: afinal, o que faz as pessoas descerem lá da baixada fluminense, pegar um trânsito dos infernos e participar das manifestações. Acho que tinha essa inquietação também.

Como era o seu trabalho na Maré?

Esse trabalho na Maré era um trabalho, de um projeto de pesquisa de um antropólogo lá dos Estados Unidos, de Berkeley. Tinha esse outro fator que estava envolvido também: que esse projeto que eu estava envolvido era: usando mídias sociais e celulares como forma de engajamento da promoção à saúde. Então era usando aplicativos de celulares e de câmera para tentar equacionar e resolver a questão da dengue. Então, para mapear foco... Então, você tinha essa coisa do *crowdsourcing*, dessa coisa dos dados coletivos, da produção de dados, colaborativo. Então era um pouco isso, que eu estava envolvido nessas discussões. Aí nesse meio [surgiram] as manifestações de junho. Então, meio que “encavalou” [sic] junto. Eu esqueci de falar, porque um dos determinantes que me fizeram entrar mesmo no Coletivo Carranca foi porque eu tava na Maré no dia que teve a Operação Militar em junho –

em que foram mortas, oficialmente, 11, 12 pessoas, não lembro ao certo, um comandante do BOPE [Boletim de Operações Especiais].

E desde então a Maré começou um declínio de segurança pública. Eu tava lá dentro e eu consegui fazer um paralelo porque eu morava dentro da comunidade. Então, você tinha as pessoas que estavam fora da comunidade, presas, tinha muitos “ONGueiros”. E eu tava lá dentro na ocupação da Maré pelas Forças Armadas, então era um ator-chave também informante do que acontecia lá dentro, com internet. Então acho que você tem essa vantagem, porque de alguma forma a Maré ficou durante um bom tempo com se fosse uma Palestina. Você tinha um cerco que as pessoas ficavam meio que restringidas [sic] do direito de ir ou vir, e você tinha eu – uma pessoa oriental, que não era da comunidade, que conseguia fazer esse fluxo, para consegui mapear também os processos que precisavam ser mapeados.

No Coletivo Carranca, especificamente, quais funções você já chegou a exercer ou continua exercendo?

Eu saí do Carranca, do corpo editorial, que eu era colaborador, porque foi assim: eu era colaborador, aí depois eu subi para essa discussão, eu subi para o conselho editorial. Do conselho editorial, então, o que a gente fazia era analisar os textos e aprovar, propor pautas para discutir. Eu acho que essas mídias todas, coletivas, elas pecam porque você não tem o corpo editorial fixo – essa questão do dinheiro, tempo, trabalho é sempre uma questão – eu acho que a gente tinha muita ideia para propor, mas pouca ação para a gente conseguir fazer. Mas eu fiz desde textos, ir acompanhar, conversar com pessoas-chave para possibilitar entrevistas e dados, fiz vídeos também, gravei coisas na rua mesmo. No Coletivo Carranca não tem essa coisa de ficar... Os documentos, pelo menos os vídeos quase nunca foram autorais, mas eu colocava com nome lá, enfim. Isso, e o que mais que eu fiz...

Você chegou a escrever textos também?

Sim, escrevi muito texto. O texto era o básico, né? A gente escrevia muito texto, aí também a gente fazia tradução de coisas do cenário internacional – que era interessante para entender esses movimentos. Foto menos, vídeo muito porque eu tinha uma GoPro, então essa coisa da da GoPro foi muito mais fácil para depois editar, só que eu poderia ter feito muito mais, só que era tipo um contraturno, um *hobby* mais do que uma profissão. Então não tinha tanto tempo assim. É que teria que

pegar o banco de dados lá, mas eu devo ter feito uns 30. Eu fiquei uns seis meses, devo ter feito uns 30 textos. Eu fiz texto para caraca eu lembro, porque eram textos maiores, menores, mas...

E atualmente você ainda está no Carranca fixamente?

Eu tô como colaborador. Então, assim, de vez em quando me pedem alguma coisa, ou eles rastreiam alguma coisa que eu publico no Facebook e pedem.

Qual foi o momento em que você participou mais ativamente do Carranca?

Foi 2013 e foi 2014. 2014 foi um ano, assim, de intenso trabalho. De virar noite fazendo coisas.

Durante os trabalhos do Coletivo Carranca, você chegou, por exemplo, a discordar de alguma prática de algum jornalista do grupo, seja por uma questão de pauta ou de apuração?

Deixa eu pensar... Se eu cheguei a discordar... Tem uma coisa que é muito diferente do tipo de trabalho que eu faço, principalmente da minha formação de antropólogo, que um trabalho de um jornalista. Para mim, as coisas não falam por si. Você precisa contextualizar. Nem todos, mas uma ou outra pessoa. Mas eu acho que não era nem jornalista. Era uns ou outros ativistas que estavam lá – tinham esse desejo de expor, sabe? É quase como se fosse uma prática que beirava o sensacionalismo.

Então, essa coisa de mostrar, tirar fotos que fossem extremamente representativas de violências assim, mas sem contextualizar. Então, é uma coisa que eu acho que eu acabei também incorporando nessa linguagem. E depois que quando eu saí um pouco assim, que eu começo a refletir sobre coisas que, de repente, eu não acharia que fosse importante. Essa coisa de policial batendo nas outras pessoas, dos momentos onde caem as bombas de gás lacrimogêneo, que no calor do momento eram necessários para ficar mapeados. Mas aquilo, por si só, não diz muito. Porque eu acho que se tem um contexto lá de violência que é sistemática, e a violência verbal é tão forte quanto aquela que é efetiva, de agressão física. Então, eu acho que tinha essas coisas assim, que eu não conseguia... Que eu em tese discordava e não discordava. Era discussão sempre do tamanho dos textos e do linguajar porque, imagina,

eu escrevia uns textos enormes e o pessoal vinha cortando, mas acho que a gente foi adequando juntos, a ponto de fazer parte um, parte dois, parte 3 dos textos.

Não é que eu discordava, eu não achava que fosse tão importante, nessa coisa de precisar da materialidade dos fatos. Tipo assim: “eu ouvi alguém falando isso”, “você tem certeza? Gravou? Filmou? Tem foto?”. Essa parte eu, como antropólogo, não tinha tanto esse fetiche. Apesar de mexer com dados, fazer extração de dados, não era essa a minha grande pegada. Eu achava que importante era mais um bom argumento para pensar a situação do que ter os dados que corroboravam para entender a situação, entendeu?

Como vocês se preparavam para cobrir uma manifestação? Existiam discussões sobre o que deveria ser filmado ou não? Fotografado ou não?

Isso, acho que só depois que acabaram as manifestações é que começaram a ter essas discussões. Porque o que a gente viu é que, principalmente depois do inquérito dos 23 no Rio de Janeiro, a gente descobriu que o material que a gente produzia era utilizado pelo próprio Ministério Público para a acusação. Então a gente filmava a cara das pessoas, a fala das pessoas, o momento em que a pessoa vai e atira as coisas, coquetel molotov, que você consegue cruzar com o momento que ele tá falando, andando sem máscara, vestido de roupa, então você acabava tendo essa fragilidade.

O que a gente discutia muito era sempre ter uma pessoa que ficasse no computador buscando, filtrando informações, e a gente tinha um grupo, que era no Telegram, no WhatsApp, dos ativistas e das pessoas que estavam internamente, no Coletivo Carranca. Então, um acompanhando o Twitter de casa, outro que estava na rua, vários que estavam na rua, cada um mandando informações do que estava acontecendo. Então você tinha os fotógrafos, tinha as pessoas que eram só a cobertura impressa, para fazer depois uma grande cobertura. Então, funcionava muito mais nessa divisão por bases – que a gente discutia anteriormente mas não era uma divisão obrigatória: quem podia estar lá fazendo isso, quem pode ficar fazendo aqui.

Durante alguma das coberturas ao vivo, você chegou, por exemplo, a ficar em dúvida se deveria filmar ou não alguma cena específica?

Não. Porque, assim, a gente dividia: tinha o grupo que fazia o *streaming* e tinha o grupo que fazia o texto, tirava foto. Eu fiz *streaming* duas vezes só, mas eu achava o *streaming* um saco porque tinha essa coisa de ficar falando, sabe? Era uma estética que eu não sei operacionalizar. Acho que no Carranca quem fazia isso muito era o Augusto, que era jornalista mesmo, o SC3 fez alguma vez ou outra vez, e eu ficava muito mais tirando foto para alimentar o Twitter do Carranca e o Facebook com a descrição do momento, a chamada do momento. Aí, nesse processo sim, tinha uma seleção mais prévia do que poderia fazer.

Mas é isso. Nesses processos todos você tem essa necessidade de marcar um oponente. Então a gente tirava muito mais foto do aparato militar, de contenção. Muito mais essas coisas do que os ativistas fazendo ações. Pelo menos a minha, o que eu cobria mais.

Como você entende que o trabalho do Carranca se diferencia dos grandes jornais, não apenas na rotina, mas no conteúdo?

O desafio do Carranca, no final das contas, era de ser essa coisa que tá na ponta, no chão mesmo da discussão, junto com uma análise mais apurada dos fatos. Porque, assim, eu tinha experiência em políticas públicas de longa data, então eu sabia operacionalizar legislações, a SC1 que era jornalista, já casca dura, e tava fazendo direito; aí você tinha o SC3, que tinha uma infiltração grande nas comunidades, nas pautas que os jornalistas estavam fofocando entre eles.

Cada um era meio que também um infiltrado em várias frentes, porque você tinha os coletivos dos jornalistas que estavam brigando com os midiativistas: se tem essa discussão muito marcada no Rio de Janeiro, que não tava tão marcada em São Paulo – que eu participei também das discussões em São Paulo – mas acho que principalmente por conta do sindicato do Rio de Janeiro ser mais combativo e estar naquela redoma que [são] as Organizações Marinho – tentando ser englobada e englobando.

Tinha os coletivos dos jornalistas oficiais, com carteirinha de jornalista, que tinha que incluir os gringos, os estrangeiros que estavam fazendo a cobertura daqueles pré-Copa que estavam acontecendo em 2013, tentando entender tudo aquilo, e várias outras pressões. Eu acho que o que diferencia a gente é essa discussão: a gente não é simplesmente – aí não vou falar mal dos coletivos, tentando deixar um pouco mais... caracterizado –, a gente não é que nem a Mídia Ninja e a MIC, que estavam mais na exposição dos fatos. “Ó, está tendo, olha que absurdo, estão despejando as pessoas!”. A gente tenta contextualizar

historicamente e trazer os dados da construção. O quê que isso legalmente pode, pra justamente questionar esse aparato status, que é legal, que é sempre muito perverso, e não é tão técnico.

Muito é uma decisão política, de quem pode e quem não pode. Então a gente sempre tentou fazer isso. Por isso que sempre tinha essas equipes grandes, com as pessoas para pensar a mesma coisa por vários pontos de vista. Eu não sei até que ponto isso conseguiu, né?, e a gente tinha um apelo estético que tentou levar até o fim, durante muito tempo, depois a gente “largou mão” – que tinha uma direção de arte – então a gente tinha a padronização dos memes, dos gráficos, tinha essa unidade na tentativa de fazer o material. Esse é um grande diferencial que a gente não vê nos outros.

Nos outros coletivos, no caso.

Nos outros coletivos. É um primor pelo conteúdo escrito e o conteúdo estético.

Como você define o Carranca? Porque eu conversei antes com SC1 e parecia existir uma tensão entre ser movimento social e ser coletivo de jornalismo.

Mas é isso, essa tensão. Se a gente é midiativista ou se a gente era uma mídia alternativa. Eu sempre achei que a gente era mídia alternativa, mas eu acho que o entendimento de vários que estavam lá era de midiativismo. De chegar lá e produzir a denúncia, ou produzir a denúncia com os movimentos sociais. Que eu acho que é um pouco isso que 2013 fez a gente experimentar. Se a gente ia junto no momento em que as pessoas estavam produzindo as denúncias para filmar, a gente [ia] com acessório para produzir a materialidade da denúncia. Essa discussão toda que 2013 teve de fazer protesto em frente de casamento e ter uma pessoa cobrindo – que foi o casamento da dona Baratinha lá –, de fazer performance e cobrir as performances.

A gente tava nisso, mas ao mesmo tempo a gente tava totalmente fora dessa materialidade. Junto com os movimentos sociais, mas pautando as discussões que eles estavam fazendo, entendeu? O sistema de ônibus, aí vai e traz os documentos, o que tá faltando... A questão da Maré, que não tinha ninguém falando direito a respeito, a gente tava pautando, na verdade, os artifícios legais que estavam sendo utilizados para dar a legalidade do Estado para romper com preceitos constitucionais. A gente meio que tava tentando, mas a gente sempre

ficou nisso. Eu acho que no final das contas a gente é mídia mesmo, enfim, mídia alternativa, que seja, mas é mídia. Pode ser mídia subfinanciada, mas acho que era uma mídia mesmo. Não tinha muita diferença no formato da grande mídia, a não ser que você tenha umas pautas que são já direcionadas.

Mas as pautas, elas existem, os processos são parecidos também, entendeu? Não tem muita diferença no ponto de vista lógico do processo de trabalho – entre a gente ir fazer uma cobertura de uma manifestação de rua do MPL [Movimento Passe Livre], de cobrir a coletiva lá que o Rafucko deu na porta da delegacia, entendeu? Com essa coisa que eles vão lá cobrir a coletiva de imprensa da JBS, acompanhar, sei lá, a manifestação da elite branca paulistana. Acho que essas coisas são parecidas, mas a gente sempre tentou era uma certa isenção das posições – que acho que a gente nunca conseguiu, que é uma tensão interna. Essa coisa de achar que tem que carregar caneta contra o Estado, outros que acham que tem que ser o mais isento possível. Então, é uma discussão muito acirrada – que acho que tava dentro da organização do processo de trabalho interno do Carranca mesmo: que era tentar trazer a pluralidade desses pontos de vista e fazer acontecer.

Essa isenção, essa imparcialidade dentro de algumas visões do Carranca, ela era necessariamente atrelada aos jornalistas do grupo ou os não-jornalistas também consideravam isso?

Boa pergunta. Acho que tinha muito mais a ver com o processo de pertencimento a 2013. Eu cresci na divisa de São Bernardo, Diadema e São Paulo. Eu cresci vendo o movimento sindicalista, não participei diretamente mas participava, de qualquer forma, das discussões da fundação do PT, eu tava lá nesse bojo. Então já de longa data eu estava ligado com o povão. Então 2013 vem com o movimento renovado, mas eu já participava do Movimento Passe Livre – eu já fui em várias manifestações direta e indiretamente, porque você está lá em São Paulo, eles são uma figura importante há muito tempo. Então eu já tava lá e, meio que, para mim, já tava dado. Essa discussão, de participar, mas acho que teve pessoas que 2013 foi o acesso à luta política. Que acho que é por isso que teve esse *boom* do midiativismo.

Pessoas que não sabiam como lidar com essa informação e estavam fazendo mídia, e ao mesmo tempo estavam na rua exigindo direitos. Eu, como já era um analisador, eu tava mais tranquilo já desse processo – claro que tranquilo entre aspas. Eu tava lá, mas eu não tinha certeza se isso ia mudar a estrutura política ou não, e tinha pessoas que

estavam lá, isso não tem a ver se era jornalista ou não. No nosso grupo você tinha jornalistas que estavam lá totalmente na ponta, defendendo quebrar banco: “Não vou filmar quebrar banco mas tô falando para as pessoas quebrarem banco”. As pessoas já, totalmente no legalismo, aí eles ficavam sempre nesse jogo do compromisso ético, etc. e tal, mas isso não dependia de ser jornalista ou não. Acho que tinha muito mais a ver com engajamento da luta proposta.

Você pode detalhar um pouco mais sobre como era essa tensão, esse compromisso ético que você falou agora no último ponto?

É importante pensar que esses coletivos todos, o Carranca, os outros, eles travam discussões pelas mídias, pelas redes sociais. Então você tinha a tentativa de fazer grupos no Facebook para discutir ou você tinha no grupo de WhatsApp, grupos de Telegram, e-mail. E, vira e mexe, quando você tava fazendo essas pautas, você tinha um momento meio que de refletir sobre o que a gente fez a cobertura, pautado entre o material que a gente produzia e a versão da imprensa grande. E, vira e mexe, você tinha, realmente, jornalista do grupo que ficavam tentando entender: “Afinal, que porra [sic] é essa desses anarquistas e desses *blackblocs*?”. Então você tinha uma discussão muito grande: Se deveria filmar e registrar o momento que se quebra as coisas, se deveria enunciar o momento de articulação – porque esse quebra-quebra, os *blackblocs* não saíam quebrando as coisas, tipo, “deu na cabeça”. Eles tinham uma negociação interna, de escolher. E que era um pouco essa tensão, e ficava nessa discussão: como que as pessoas que estavam fazendo essa cobertura iriam agir.

Porque é isso: a câmera é uma, as pessoas são umas, e você pode ter uma polaridade de olhares. Entre um olhar o momento em que as pessoas estão lá, pichando, e eu só olhar e registrar o momento depois que o picho foi feito, que a vidraça [foi] quebrada, eram decisões individuais, políticas. Isso, vira e mexe, era pautado dentro do grupo. Aí você tinha pessoas que eram mais da ponta do movimento, que não eram nem jornalistas, que estavam defendendo essa ação direta, essa proposta de derrubar os símbolos do capitalismo, aí eles ficavam lá cagando as regras [sic] dos textos, etc. e tal, e você tinha lá os jornalistas que estavam lá tentando falar: “Não, não é esse o nosso papel! Nosso papel é registrar o que está acontecendo na rua, e não falar se essa ação é boa, legítima ou não. Era só de registrar”.

O problema é que esse registro também veio com uma coisa meio de acusação: “Vou filmar a pessoa quebrando”. Principalmente as

peças que não estavam mascaradas – que isso, no começo, era muito comum. E eu acho que aí a gente via essa discussão interna, até porque vários materiais que a gente produziu, eu acho que não foram nem publicados por causa dessa tensão, porque você tinha uma rotação às vezes, do que você vai fazer com os materiais. Eu lembro que algumas vezes a gente teve essa discussão e não foi para a frente.

E aí vocês deixavam de publicar uma ou outra coisa.

É. Que normalmente eram vídeos, fotos, não textos em si. O texto é mais fácil de você contornar, agora, o vídeo e a foto... Teve algumas matérias que eu lembro que a gente até, algumas fotos que borrou o rosto, mas acho que eu fiz isso uma ou outra vez, que foi quando a gente usou fotos que não eram tão públicas assim.

Eu ia perguntar como é que eram as escolhas de pauta do Carranca. Se vocês faziam reuniões, como é que elas eram decididas.

Então, isso sempre foi uma grande confusão dentro do Carranca, porque eu acho que era aquela dificuldade de operacionalizar. Porque eu entrei já no final de 2013, setembro, outubro, que eu entro no corpo editorial. Até então eu mandava os textos e as pessoas demandavam: “Nossa, o que tá acontecendo aí na Maré?”, “o que tá acontecendo com essa política?”, e eu escrevia os textos. O que acontece é que eu entro no momento em que tá declinando, esses movimentos. Então você ainda tem uma ou outra coisa, mas elas não chegam a ser tão expressivas assim. Então, aquela pauta que era dada – que esses coletivos todos estão na rua, registrando a rua, você começa a ter que criar essas pautas. Então você tem desde as pessoas que estão ativamente junto com os ativistas, registrando o que eles fazem e as discussões que eles estão travando... Que eu acho que o MIC fez isso muito bem durante um bom tempo – que não importava se a manifestação fosse grande ou pequena, eles estavam lá para ficar registrando o que estava sendo posto.

E o Carranca tomou outra direção: de monitorar ainda esses movimentos, mas a gente deixou de fazer durante um bom tempo o *streaming* porque não tinha pessoal, mas também porque a gente achou que perdeu um pouco de sentido ficar falando: “Olha, acabou de quebrar uma vidraça! Ó, a polícia acabou de jogar bomba na gente”. E pra decidir pautas. Eu não lembro, a gente começou no Facebook, aí depois foi para outra plataforma de trabalho colaborativo, que foi colocando as pautas e ver se alguém queria pegar essas pautas. E escrever sobre. E era

isso. As votações elas aconteciam só nesses momentos de tensões muito éticas: “E aí, vou filmar ou não vou filmar a pessoa quebrando? A gente vai publicar ou não vai publicar, sei lá, porque eu acho que aquela pessoa é um P2, eu vou tirar foto e vou mostrar achando que é P2”, sabe?

Aí a gente tinha votação. Essas das pautas era muito mais no sentido de quem é que topava. Porque você não tinha um corpo de muita mão para trabalhar nas coisas, então era assim: “Tô com uma ideia de escrever sobre isso”, aí eu ia te falar “escreve aí”. Aí passava mais no crivo da editoração, da edição dos termos e tal. Não tinha muito essa coisa de “agora todos vamos trabalhar nessa pauta”. Então, aí, acho que foi principalmente essa transição de 2014 para 2015 que as pautas foram ficando mais esparsas e saindo do eixo do Rio de Janeiro.

Vocês tinham um sistema de votação antes de subir uma matéria, não?

A gente tinha lá a matéria – como os textos normalmente não são tão grandes, a gente colocava ou no Facebook e as pessoas davam curtir, ou a gente mandava pelo Telegram mesmo, e falavam “Topo, topo”. A gente não chegou a usar o modo invisível do Wordpress, mas era assim, entendeu? A questão era que você tinha um corpo provavelmente de sete pessoas, sete oito pessoas no corpo editorial, mas você tinha duas pessoas que davam o OK. Mas as pessoas não estavam acompanhando, não tinha essa aderência que a gente imagina que fosse ter dos temas, depois a gente começou a fazer publicações mais densas, nem sempre dava a repercussão que a gente imaginava, mas tinha lá. A gente gente fazia esse procedimento: de mandar o texto, duas pessoas tinham que dar o aval e propor correções. Teve uma época que ficava eu, SC1 e SC3 trabalhando diretamente nas publicações. Era, pelo menos, a gente que se validava. Então o que a gente tendia como corpo editorial foi perdendo o sentido.

Você escrevia os textos sozinho ou publicava com outras pessoas?

Teve de tudo. Porque já escrevi com outras pessoas. SC1 ficava muito nessa função de juntar... Porque depois o que acontecia: como que virava rotina? Eu ia lá cobrir uma manifestação. Tirava foto, aí às vezes as fotos já eram publicadas com *link* de transmissão ao vivo de outros coletivos ou de outros colaboradores – porque a gente tinha colaboradores que não participavam do grupo editorial mas estavam na

rua fazendo. Um caso clássico foi o da final da Copa. Final da Copa teve uma concentração... Rapaz, não lembro se foi no final da Copa. Foi um desses grandes jogos da Copa, que a gente ficou lá na Praça e a gente foi cercado pelos policiais. Ninguém entrava, ninguém saía.

Então eu ficava mandando algumas informações pelo Telegram, aí SC1 replicava, subia um texto. Aí depois de um certo tempo que ela pegava tanto das informações que eu dava, assim como dos outros que ela ficava vendo, monitorando os outros Twitters, os colaboradores ou até os outros coletivos, ela fazia um texto referenciando os *links*, mostrando as atualizações e postava. Então ela colocava o nome dela e eu como colaborador, um dos informantes. Aí no final desse período, quando você sai dessa cobertura, aí você faz um texto – aí você faz pro Telegram mesmo. Aí você só fala no áudio, o pessoal transcreve, juntava, aglutinava, e saía um textão do final sobre a nossa cobertura, o ponto de vista do coletivo. Colocando as tensões, os questionamentos, aí fecha o pacote e vai. Então, aí esse é um texto que vai.

Eu também fiz vários textos que eram anônimos, porque era do contexto da Maré, então não podia falar nome, não podia me expor também, então eu já fiz textos anônimos, e já fiz textos em várias mãos. Eu e SC1, a gente já produziu vários textos juntos, que um pouco ela foi lá e entrevista, aí eu vou buscando as informações do âmbito legal e vou vasculhar os dados nos Portais da Transparência da vida. Então, a gente fez várias coisas conjuntas.

Então você fazia a parte de mineração de dados que já tava acostumado anteriormente.

Sim, sim, e correlacionar. Nas campanhas, cruzar os dados, quem que recebeu de quem, por quê, essas coisas bem simples, a gente fazia constantemente pra conseguir buscar informações. Mapear os processos de licitação, de quanto que vai em cada coisa, e a gente usava muito a Lei de Acesso à informação. Então, também a gente não era tão... Acho que de todos os coletivos, assim, tirando o Artigo 19, a gente era o que mais usava a Lei de Acesso à Informação. Porque Artigo 19 só mexe com isso.

Vocês achavam relevante entrevistar fontes oficiais para as matérias também?

Então, dependia do tipo de matéria. Era sempre usando assessoria. Porque não tem como você interpelar um policial, a não ser que ele

esteja lá altamente no anonimato. Mas tem muita fofoca. A gente nunca conseguiu, via de regra, entrevistar esses atores nesses processos. No calor das manifestações acho que eu nunca vi. Não lembro de ter entrevistado, não. Mas, assim, na Maré a gente tentou falar com o pessoal do Exército e não conseguiu, mas aí o Exército mesmo dava uma entrevista na rádio comunitária local, então a gente gravava esses áudios para salvar e produzir a matéria com a versão oficial dos fatos. Mas não tinha muito essa coisas de querer fazer o trabalho que a gente fazia com os ativistas – de entrevistar com as fontes oficiais. A gente pegava as fontes oficiais, oficiais mesmo, não com os oficiais diretamente. A gente usava o que era público ou o que eles falavam em instâncias públicas.

Vocês chegavam a receber colaborações externas, que não fossem só do grupo do Carranca?

A gente recebia muito.

Alguma delas foi recusada por discordarem do conteúdo?

O grande barato desse modelo que eu falei, que a gente autorreferenciava, é que às vezes as pautas morriam, porque tinha muita gente que mandava uns textos, só que eram uns textos literalmente difíceis, que tem que trabalhar, ser reescrito. Porque você teve um *boom* de ativistas de Facebook, que escreviam aqueles textões, e às vezes eles montavam: “Ah, acho que tem que publicar isso”, e a gente – não é nem que recusava, meio que deixava morrer. Nem pautava. Eram muito mais buscas ativas dos próprios membros do corpo editorial. Que aí a gente olhava e falava: “Ah, esse vale a pena”. Então, pegava relatos que estavam no Facebook e eram abertos, a gente pegava no Facebook e inseria lá com a autorização da pessoa. Isso nunca teve.

Mas uma coisa que a gente fez de diferente em relação aos outros coletivos, pensando nas colaborações – e isso não durou muito tempo –, que a gente começou a fazer entrevistas com os ativistas que surgiram nesse 2013. Que que seria ativista de 2013 tem um espectro amplo. A gente sempre fazia, realmente, por internet, por e-mail ou pela caixinha do Facebook.

Você lembra de algum momento em que teve que corrigir algum erro veiculado, seja numa transmissão ou em algum texto? Você já chegou a apagar algum conteúdo, por exemplo?

Apagar conteúdo? Não lembro. Não lembro. A gente teve que corrigir muitos, mas apagar eu não lembro. Porque a gente tava num contexto de guerra da informação, então várias vezes falava “está acontecendo isso”, e as pessoas falavam “não, não é isso”. O caso clássico que teve foi com... Que como eu sou antropólogo, eu monitorava muito a questão do licenciamento ambiental, e teve várias mudanças no final do primeiro mandato da Dilma, e a gente tava monitorando, e teve um vídeo que a Isabeli Teixeira estava falando que era necessário mudar a política do licenciamento ambiental, e isso circulou a internet entre os pesquisadores da área, um vídeo. Aí a gente descobriu, publicou esse vídeo e tal, fez o maior sucesso essa matéria, e a gente descobriu só depois que o vídeo era de 2012. A gente publicou em 2015, sabe? E aí a gente teve que fazer depois a nota falando que esse vídeo era antigo, mas que circulou depois, que a gente tinha dado com se fosse um vídeo novo. Isso a gente vive fazendo. Daí a gente fazia as atualizações na própria matéria mesmo. Aí não tinha essa coisa de apagar conteúdo. Não lembro. Realmente não lembro.

Então vocês geralmente atualizavam ela e só publicavam a errata ali.

É, com os erros, com as alterações, e deixava lá. Isso quando era de informações. Claro que depois, vira e mexe inha um lá que a gente via que tinha um erro de digitação, uma formatação errada, a gente alterava isso sem deixar posto.

Como você enxerga a importância do trabalho do Carranca?

Acho que o grande diferencial do Carranca é isso: conseguir dar uma densidade para questões que são corriqueiras. Então, a gente ia nas manifestações, no começo estava muito mais pautado por essa coisa da violência do Estado – porque até as pautas que estavam colocadas em 2013, elas eram confusas e amplas, não estava muito claro o que que as pessoas estavam exigindo, mas a gente começou a dar densidade nessas coisas. Brigas internas que tinham das facções, como estava articulada com o Rio de Janeiro, como estava articulada com a política nacional, e como estava articulada com o mercado de gás lacrimogêneo internacional e com esse processo do Haiti.

Então, acho que a gente conseguia fazer esses grandes panoramas. Inclusive as mudanças das políticas de licenciamento ambiental,

territorial. A gente cobriu a Vila Autódromo, tentou entender como aquilo foi se formando, num governo do Eduardo Paes, a gente acompanhou essas mudanças que teve no licenciamento ambiental. E aí, não sei como é que os outros enxergam esse processo, mas a gente acaba criando um campo de retroalimentação – porque uma vez que você começa a pautar essas discussões nessa densidade, as pessoas também vão trazendo informações. Porque a gente recebia muita denúncia anônima, documentos secretos que a gente ia publicizando. Então a gente conseguiu, nesse ponto, ser um vetor importante dessas informações.

Vocês viraram uma referência no contexto.

Isso, dessa produção específica. Na produção de rua do Rio de Janeiro, acho que 2015 a gente já deixou de ser muito importante. Tinha essa referência um pouco, mas não era uma referência que o pessoal falavam: “Nossa, tem que chamar o pessoal do Carranca [para] fazer a cobertura”. Outros coletivos chamavam pra estar junto, mas a gente nunca foi muito dessa... Que acho que esse é o perfil das pessoas que foram ficando mais. Então, você tinha lá, porque os midiativistas, vários deles eram autônomos, faziam *streaming*, e a gente sempre teve um pouco dessa dificuldade de conseguir aglutinar com esses outros coletivos. Porque acho que o perfil desses coletivos que surgem em 2013 no Rio de Janeiro são muito amplos. Não tem uma orientação única, até de entendimento. Se internamente no Carranca já era difícil de conseguir ter uma cara, um discurso muito coeso sobre os processos da produção de textos, de imagem, aí quando a gente foi com os outros coletivos ficava meio difícil. Então a gente foi meio que se separando de algumas práticas.

Quais práticas, exatamente?

A gente deixou de fazer *streaming*, de replicar a notícia sem ser nosso conteúdo – isso era uma prática antiga, mas ficou mais reforçada –, de só publicar fato pelo fato, tipo: “Ah, aconteceu aqui uma grande intervenção. O pessoal tá matando todo mundo aqui”. Quer dizer, a gente ia, tentava analisar a fundo esses fatos, que a gente deixava muito separado o que era conteúdo de Twitter, o que era conteúdo de Facebook e o que era conteúdo de site – para chegar no site tinha que ser umas coisas mais elaboradas e pesquisadas. Não bastava simplesmente falar assim: “Está acontecendo isso, Estado fascista!”. Tinha que ter uma

busca, pelo menos do histórico daquele evento e de algumas explicações.

Eu gostaria agora que você comentasse sobre o Código de Ética dos jornalistas brasileiros. Você pode observar quais pontos concorda, discorda e como as práticas do Carranca se relacionam com ele?

Então, acho que aqui nessa discussão do dever do jornalista... Essa discussão: respeitar o direito à intimidade, à privacidade, à honra e à imagem do cidadão, eu acho que isso aqui é uma grande celeuma. Que era o debate, inclusive, que estava pautando a discussão que eu coloquei. Porque, de fato, o entendimento – acho que até na época que se tinha essa coisa: se você está na rua, num lugar público, você... Enfim, você tá na rua, que é um lugar público. Que direito de privacidade você teria nesse contexto?

A gente tá falando de cobrir as pessoas quebrando vidraça, essas coisas. Então a gente tinha essa discussão que nunca conseguiu equacionar. E pensar também que esses deveres dos jornalistas no contexto dessa rede de mídia que não era a mídia formal, que era a mídia que estava fazendo junto na rua, ela sempre estava muito pautada por inimigos comuns. Então, assim, ou era a grande mídia que não cobria direito, para trazer uma outra versão, ou era o Estado que estava descumprindo direitos de liberdade de expressão. Então, acho que tinha sempre isso.

Tem aqui propondo um dever, eu acho que a gente tinha uma coisa muito mais como obrigação, então isso virava uma prática às vezes chata, de querer sempre ficar nesse denunciamento. E, às vezes, nessa tática de denúncia, a gente acabava infringindo essa liberdade de direito ao sigilo das pessoas. Que acho que é uma tensão que percorreu, pelo menos, o trabalho quando a gente ia direto coletar os dados. Principalmente quando é manifestação e as coisas são mais instantâneas. Você não consegue ter uma reflexão.

É, esse aqui, o artigo 7º, ele todo é problemático se a gente pensar nesses grupos. Porque grande parte deles não era de jornalistas, mas você tinha um ou outro jornalista: e nesse ponto, os jornalistas estavam lá trabalhando e exigindo trabalho de jornalista de pessoas que não eram jornalistas. Você também tinha um ou outro lá que – não sei, enfim, eu não consigo indicar nomes corretos, mas acho que essa discussão também se essa prática do midiativismo incitava ou não a violência, não tenho certeza. Porque acho que era uma ponte muito tênue, no limite da

pessoa que tá fazendo *streaming*, jornalista, com o que as pessoas acham que é importante para ser mostrado. Então, às vezes as pessoas começavam a deprender muito mais coisa porque estava uma mídia lá gravando, então tem uma coisa, um certo espetaculismo [sic], uma coisa de tornar um espetáculo a cobertura também.

E essa coisa a gente nunca conseguiu muito, acho que também muito por conta dessa cobertura, apesar de a gente sempre ir lá, conversar com os oficiais, com os comandantes dessas coisas assim, a gente nunca conseguiu ter esse contraditório nas narrativas. Acho que as narrativas sempre foram muito mais pautados dentro dessa visão de que éramos poucos, éramos oprimidos, a gente tinha que dar voz aos oprimidos, não aos opressores.

Eu acho que nesse artigo 11, acho que a gente tem um pouco, mas acho que isso é uma questão do jornalismo mesmo. E esse artigo todo, então, não sei. Porque até que momento a gente *super* pegou coisas que eram meio que... Que assim, um pouco até do modo que a gente atua. Como a gente não anda com crachá, vira e mexe você consegue coisas de gente que não sabia que estava sendo num contexto de jornalismo. Muitas das vezes a gente acaba usando essa coisa de sensacionalismo: cobertura de crimes e acidentes. Eu acho a gente é super sensacionalista nesse ponto, que acho que é um pouco é a estética que é até pedida quando você está falando desses coletivos. Não consigo pensar muito além, não. Para chamar atenção. Acho que é um problema grande. Esse daqui é para a gente pensar só o contexto do midiativismo, não da mídia em geral.

Eu acho até engraçado essa coisa: rejeitar alterações nas imagens captadas que deturpem a realidade. A gente passou isso, assim, muita foto-montagem. Inclusive nos processos, não foto-montagem explícita, mas a inserção de imagens e momentos discursivos específicos que davam um caráter mais de crime. “Ah, você tá vendo? Eles estão quebrando, eles se organizam, eles querem detonar o metrô”.

Mas acho que é um pouco isso mesmo. Acho que o que salta aos olhos é essa dificuldade mesmo de lidar com o direito ao anonimato das pessoas, ao sigilo delas que a gente não consegue, e esses coletivos que surgem nesse contexto, eles têm uma coisa muito do sensacionalismo mesmo. Porque esse *front* de batalha é muito da imagem. Então, se não tiver bomba, não tiver ferido, não tiver gás lacrimogêneo, não tiver quebrado alguma vidraça, você acha que não foi tão interessante, entendeu? Que a gente até ouvia. Tanto que foi os comentários que se fizeram depois de 2015: das pessoas que tinham saudade de gás lacrimogêneo, etc. e tal.

Quando você falou anteriormente da questão do contraditório, se referia ao Carranca ou à prática de outros coletivos?

Acho que até no Carranca também, porque acho que o fluxo da informação – como a gente era poucos –, a gente não conseguia todas as frentes, a gente nunca conseguiu, de repente, ter uma coisa que, de repente, seria importante: pegar a produção que a gente fez e ir lá conversar com assessoria de imprensa ou com o Comandante, perguntar: “E aí, você achou que isso foi bom? O que vocês estão pensando?”, sabe? A gente não conseguiu. Isso a gente nunca fez.

E também porque acho que o contexto de 2013 gerou até essa própria ascensão das assessorias de imprensa desses órgãos. A Polícia Militar do Rio de Janeiro tinha Twitter, e daí ficava falando, comentando. A gente usava esses *tweets* na informação nossa, deixava lá. Mas nunca teve uma entrevista profunda sobre alguém que está lá na linha de frente organizando o cordão de contenção de manifestação. E a gente tem vários personagens importantes que estavam lá, que eram comandantes que estavam na cabeça dessas operações – para entender por que é que jogou, se tem um procedimento, assim: ouvir deles diretamente, para além da grande imprensa que sempre fez isso. Porque acho que o contraditório meio que estava dado, sabe? Acho que a gente operava muito nisso. Aí a grande imprensa vai fazer a cobertura do ponto de vista das instituições e das polícias e a gente vai fazer dos movimentos sociais e dessas pessoas que estão sofrendo o cerceamento da liberdade de manifestação e de expressão.

Então, às vezes, por exemplo, não falar com essas fontes era também uma tomada de posição consciente por parte de vocês, pelo que entendi. É isso?

Sim, sim. Com certeza. Acho que tinha isso mesmo. Que já eram muitas coisas para você cobrir. Aí acho que tinha esse entendimento que de repente não valeria a pena ficar indo para produzir material, entrevista, áudio.

Transcrição da entrevista com SM1

Como e por que você ingressou no seu coletivo?

A principal motivação foi que as pessoas estavam nas ruas, estavam sendo agredidas. Esse processo no Rio de Janeiro não é oriundo do movimento Passe Livre, exclusivamente. A base disso tudo mesmo são as questões do Maracanã relativas ao processo de gentrificação da cidade, a destruição da Aldeia Maracanã, que era o grande ponto de encontro da esquerda verdadeira, dos movimentos autonomistas no Rio de Janeiro. E o Estado, sabendo disso, montou um processo de destruição na Aldeia Maracanã, de desarticulação política, de divisão dos índios e tudo o mais. E a gente vendo tudo aquilo acontecendo, indo pra grande mídia, pra grande imprensa aqui no Rio de Janeiro – aqui os dois grandes jornais são o Globo e O Dia, sendo que O Dia é menor e a Rede Globo que comanda tudo, comanda o oligopólio das empresas de comunicação –, então saía tudo errado. A partir dessa nossa indignação, nós decidimos colocar aquilo nas redes sociais. E posteriormente, em virtude da necessidade de segurança, nós vimos que nós tínhamos que criar uma “marca”, que tirasse principalmente nossos nomes. A partir da ideia da marca que se criou o coletivo.

Qual função você exerce, ou já exerceu, no coletivo?

Então, originalmente eu era o responsável por essa parte de jornalismo nas redes sociais. Além disso, sou o responsável pela realização dos vídeos. Fazia isso com o apoio de outro membro do coletivo, que fazia a edição. Mas a direção dos vídeos eu tinha que fazer, porque eu tava em contato com os outros coletivos, com os ativistas, com as coisas que aconteciam, tinha essa noção. Com a entrada de um membro jornalista, isso aí nos idos de 2013, aí essa coisa começou a ser mais dividida. Hoje em dia a MIC tem um conselho gestor. Tem 15 pessoas no coletivo, mas tem três pessoas que fazem parte desse conselho gestor. Sou eu, o SM2 e este outro membro jornalista. Ele serve pra... porque nós somos a favor de não ter efetivamente uma linha editorial. A ideia de uma linha editorial é uma ideia limitadora pelo conceito de comunicação social que nós queremos imprimir. Por isso que a gente fala que a gente faz um midiativismo. A gente não faz – a gente usa de elementos do jornalismo, usa de elementos do cinema, mas o que a gente faz é defender o ponto de vista das camadas populares, das pessoas que estão nas favelas, da luta no campo, dos indígenas,

fundamentalmente, dos integrantes da Aldeia Maracanã que fazem parte da MIC também e tem representação na MIC. Então esse conselho gestor mais ou menos gere a linha política do coletivo. Mas o conselho gestor não é fixo, ele pode mudar – por exemplo, pode ser convocada uma reunião e o conselho gestor ser destituído e ser feito um novo conselho gestor. Ele é uma tentativa de horizontalidade da coisa. Nós somos por essência contrários à ideia de verticalidade, mas a gente sabe que precisa muitas vezes de autonomia pra tomar certas decisões ou até tecnicamente fazer alguma coisa em algum projeto, e aí é necessário ter esse conselho gestor.

Então não tem uma linha editorial definida, mas uma linha política para centralizar pelo menos algumas decisões?

Exatamente. É baseado na ideia do autonomismo, no apoio das comunidades autônomas dentro do estado do RJ, e com o crescimento do coletivo o apoio desses processos também no campo. A gente teve as reportagens feitas junto aos indígenas no Mato Grosso do Sul, na área de fronteira com os guarani-kaiowá – hoje está tendo praticamente uma guerra promovida pelo Estado e pelas corporações contra esses indígenas. Nós estivemos lá e nós estivemos também na Liga dos Camponeses Pobres também, no Vale do Jequitinhonha, numa área fronteira na beira do Rio São Francisco, entre a Bahia, Minas Gerais e o Rio de Janeiro. Então a Liga dos Camponeses Pobres tá lá – é uma dissidência autônoma do MST que nós apoiamos também. Então, baseado nessa ideia de horizontalidade, não especificação nem dogmas, mas na verdade a ideia de um farol. Essa linha política como se fosse um farol ao qual os membros do coletivo tentam seguir. E isso é possivelmente passível de ser adaptado, em razão das necessidades. E nós falamos disso abertamente. Nós não falamos que somos isentos.

Daqueles 15 membros, quantos são jornalistas e quantos não são?

Tem três jornalistas. A maioria é não-jornalista. Tem um gestor ambiental, um geógrafo, que é o representante da Aldeia Maracanã – indígena e geógrafo –, tem um jornalista. Mas de 15, tem três jornalistas, efetivamente.

Essas pessoas eram conhecidas de vocês? Como elas se aproximaram?

A maior parte delas foram pessoas que se aproximaram pós-jornadas de junho. Eu e o SM2 não, mas outros sim. Inclusive tem uma galera mais nova também.

Você participa das escolhas de pauta do coletivo? As reuniões são abertas ou fechadas?

As pautas são abertas, totalmente abertas. As pessoas podem levantar uma pauta, e a partir do momento que essa pauta começa a interagir, gerar trabalho dentro do processo do coletivo, ela começa aí sim a ser discutida. Então é discutido pauta por pauta, geralmente com o coletivo inteiro. O conselho gestor não se mete muito nisso, não. Porque, por exemplo, se alguém puxa uma pauta que as pessoas consideram que não seja adequada ao processo, ou que seja emergencial, como, por exemplo, coisas que estavam acontecendo no Complexo do Alemão, que a galera do coletivo Papo Reto precisou de apoio – a gente teve que apoiar a galera do Papo Reto porque eles estão sofrendo violência do Estado, uma guerra civil promovida pelo Estado dentro do Complexo do Alemão. Eles chamam de uma “guerra de baixa intensidade”; é uma guerra contra o povo. Então lá tem um coletivo de mídia que precisou de apoio. De cara, já foram membros nossos do coletivo lá apoiar. Posteriormente, o coletivo, informalmente, da maneira que há, usando os canais – Telegram e tudo o mais, as fontes de comunicação que a gente tem –, o coletivo todo falou que nós temos que definir isso como prioridade. Foi definido como prioridade. Foi feita a cobertura do Complexo do Alemão e principalmente o apoio à cobertura que o coletivo Papo Reto estava fazendo no Complexo do Alemão.

As reuniões de pauta são abertas para outras pessoas verem ou são do coletivo?

São fechadas.

Elas acontecem por Skype?

Geralmente usa-se o Skype, mas o ideal é mesmo é que certas reuniões fossem dentro do mar, com todo mundo nadando, pegando onda, porque a gente lida com pautas que são emergenciais.

E elas acontecem mais ou menos com que frequência?

Quinzenalmente. Às vezes antes. Depende da situação política, da emergência da pauta. Se o cenário político é muito caótico, ou é muito contundente – eu não gosto nem do termo caótico, porque eu acho que as insurreições são necessárias, nunca deixaram de acontecer. O Brasil é um país que parece (...) O Brasil pacífico é uma mentira. Mas é fundamental que hoje em dia tenha esse processo da Internet, das mídias independentes, da comunicação social mais espalhada – a coisa tá espalhada pelo Brasil. Então é fundamental que a insurreição aconteça e que nós estejamos lá pra fazer parte desse processo. Nossa pauta é a pauta das comunidades negras e pobres que tão sendo destroçadas nas favelas do Rio de Janeiro, é a pauta dos camponeses pobres que tiveram 30 líderes assassinados nos últimos 8 anos, inclusive sobre a vigência do governo Dilma. A gente tem que ter uma urgência e necessidade de adaptação muito maiores do que qualquer outra organização política ligada ao ativismo. Os partidos são totalmente... eles são lentos, são pesados, eles não têm capacidade de articulação. A gente tem que ser o contrário disso.

Você trabalha em conjunto com os jornalistas do seu coletivo? Já fez matérias sozinho?

Geralmente não. Sozinho sem jornalista, várias. Eu não trabalho muito sozinho – a gente sempre trabalha em dupla. Geralmente é dupla, Jedi sempre anda em dois. Mas geralmente dupla ou trio.

Há alguma orientação dos jornalistas do coletivo no trabalho de vocês, que não são jornalistas?

Não, não tem. Acho que as pessoas já têm experiência e vivência durante quase quatro anos de um processo de luta contra as forças que dominam o país – e que, na verdade, são certamente as empresas de comunicação, e o seu oligopólio tá aí. Essa experiência já é suficiente pra conseguirmos levantar uma pauta sem nenhum tipo de outra orientação. E quando necessário a gente também tem a humildade de pedir, lógico. Nós já tivemos apoio inclusive de jornalistas de outros coletivos também, como o jornalista SC1, que você está entrevistando também – o processo do Carranca é totalmente diferente do da MIC, é outra coisa. Mas muitas vezes tem pautas que tão muito aproximadas ou questões que tão sendo resolvidas, como a prisão dos integrantes do Ocupa Câmara, de 2013, que os coletivos têm que atuar juntos e, lógico,

aí precisa... Um dos jornalistas da MIC, por exemplo, já é veterano, tem 60 e tantos anos, foi assessor de comunicação da época do brizolismo. Então é um cara que já traz um *know how* de experiência que nos favorece nesse sentido. Mas não, não precisa ter [orientação].

E quando você menciona sobre atuar junto com os outros coletivos, como funciona essa atuação?

Por exemplo: durante o processo da desocupação da galera do Oi – TELERJ. Tava lá o S3C, do coletivo Carranca, fotografando. Eu estava lá filmando e fazendo textos. A gente tava cobrindo um processo que era de interesse público, da população, que eram as coisas que aconteceram com os integrantes da desocupação pós-desocupação, porque eles ficaram zanzando pela cidade do Rio de Janeiro. Então muitas vezes ocorreram esse tipo de colaboração. Quando é um processo político mais complexo, como por exemplo a prisão dos ativistas na Copa, aí a galera do midiativismo, por meio dos seus canais de comunicação, se reúne. Várias vezes isso aconteceu. Tiveram reuniões gerais pra definir para onde nós vamos, para defender nossos companheiros que são presos políticos e tudo o mais. E às vezes a gente orientações de coletivos que tão cuidando de pautas específicas. E aí a gente tem que fazer essa interação com o coletivo, tem que fazer essa parceria. Por exemplo, o caso do Rafael Braga: tem o Comitê pela Liberdade do Rafael Braga. Então eles tão há três anos já lutando por isso. Eles se especializaram nesse assunto. Então quando vai alguém da MIC fazer pauta com eles, a gente têm eles como referência. Isso rola.

Como é a sua relação de trabalho com os jornalistas do coletivo? Você já discordou de alguma prática de um jornalista do coletivo?

Dentro da MIC, não. O nosso jornalista tem uma visão muito... é um cara que trabalhou nos grandes jornais e tal, trabalhou no Dia, trabalhou no Globo, trabalhou na imprensa escrita tradicional chamada “secular”, “hegemônica”, em todos os canais. Mas é um cara totalmente anarquista hoje em dia. Então é uma interação que rola, que funciona bem.

Tivemos discussões com outros jornalistas durante... principalmente os jornalistas que fazem cobertura dos conflitos, muito na época da morte do Santiago Andrade. Porque causou muita comoção, a Rede Globo fez toda aquela campanha, junto com a Bandeirantes e as

outras mídias, contrária aos ativistas e tudo o mais, e nós estávamos muito ligados aos ativistas... Então isso deu muita rusga nas ruas e muita discussão. Mas eu vou te falar, a relação é boa até com esses. Com a galera que tá na redação, não é uma relação muito boa, não.

Mas com a galera que cobre conflito, que tá na rua e geralmente são explorados, vivem explorados pelos caras da redação também, até com eles a relação hoje em dia é uma boa relação, sim. E já houve inclusive colaboração, apesar das seis grandes famílias da comunicação brasileira serem contundentemente vetadas na linha do tempo da MIC. Não pode ter nada delas lá. Se tiver que pegar uma pauta que eles puxaram originalmente, tem que sentar alguém e reescrever, retrabalhar, colocar a nossa visão em cima disso. Não se compartilha coisa... Coletivo Mariachi faz isso, compartilha O Globo contestando O Globo, mas compartilha O Globo. A gente não faz. Somos contrários a esse processo.

Qual foi a colaboração que você mencionou antes com a mídia tradicional?

Têm várias. Posso citar em Niterói, que teve o caso do Sossego, o despejo dos caiçaras da praia do Sossego. Foi uma vitória do movimento popular, inclusive. E durante esse processos, a galera que tava cobrindo pro Globo, a galera fez uma cobertura digna. E durante esse processo a gente trabalhou em conjunto, indo visitar os caiçaras, entrevistar, filmar, inclusive um dos fotógrafos deles repassou imagens pra gente publicar – imagens que ele não tinha vendido pro Globo. Ele era um dos fotógrafos que não trabalha diretamente com o Globo, mas com as agências, com o Brasil Press e tal. E aí ele mandou as fotos pro Globo que ele achou que tinha que mandar e deixou com a gente outras. Então rola isso, isso acontece. Mas geralmente com quem cobre direitos humanos, com quem cobre conflitos. E mesmo assim geralmente a posição deles é recuada. Eles estão limitados pelo poder das redações, pelo interesse financeiro. E eles admitem isso. O cara fala “eu to aqui pra ganhar o meu dinheiro, mas isso é uma vergonha”, entendeu?

Já falaram isso pra vocês durante as coberturas?

Já, várias vezes. “Eu sinto vergonha do que está sendo feito”. Nesse nível. O cenário no Rio é muito... aqui é meio caixa de ressonância mesmo, isso acontece. Então o cenário está o tempo todo

quente – vem um marasmo, mas daqui a pouco acontece outra coisa. E aí rola, rola essas interações, essas conversas.

Como você define o seu coletivo? O que ele faz?

Bom, existe uma discussão, por exemplo, de teóricos – o Marcelo Castañeda tem uma pesquisa contundente nessa área. Ele usa o termo midiativismo, ele considera que o termo correto é esse, não é midialivrisimo. Midiativismo é um processo político de intervenção na comunicação social. Eu acredito que a gente faz isso. O que a gente tenta é ocupar os meios de produção de mídia. Então, por meio dos meios de ocupação dos meios de produção de mídia, nós tentamos democratizá-la. Então a gente não faz jornalismo, a gente não faz cinema, a gente não faz documentário. A gente faz tudo isso e – isso, hoje em dia, o termo usado pra se definir, pelo menos alguns pesquisadores renegam, mas o Rafael Moreira e o Marcelo Castañeda consideram, eles usam o termo midiativismo. Então ocupação dos meios de produção de mídia para o processo de democratização da notícia e da comunicação social de um modo geral. Eu faço isso. A gente faz isso.

Eu não entendi muito bem a diferença que você considera entre midiativismo e o jornalismo propriamente dito. Pode falar um pouco mais?

Eu acho que o jornalismo ainda tá preso a certas normas. Eu acho que os processos oriundos da academia, como o cinema tradicional e o jornalismo, eles estão presos a um modelo de representação institucional limitador. A gente tem que ter margem de espaço. A gente tem que ter maleabilidade, inclusive para defendermos o processo ético, a necessidade de estarmos ao lado daqueles que estão sendo incapacitados de contar a sua história de uma maneira popular e democrática. Então eu acho que o que diferencia é isso, nós podermos ser mais contundentes, nós sermos efetivamente adeptos a uma tática de defesa de mídia, como tem ativistas que são adeptos de uma tática de defesa da população na rua, e usam aquela roupa preta, e se autoproclamam adeptos da tática black block, ou bloco preto. Nós somos adeptos da tática do processo de democratização interventiva da mídia. Eu acho que se nós ficarmos só no jornalismo, ou só no cinema, ou só no documentário, ou só em algum tipo de especificação, a gente se perde. A gente perde essa essência.

Então a ideia do midiativismo não necessariamente contradiz o jornalismo, mas engloba outras coisas além dele. É isso?

É, isso. Eu acho que a ideia é essa. É isso que nós queremos chegar. Tá longe disso ainda. Eu acho que o Indymedia, o Centro de Mídia Independente (CMI) original, o Brad... não sei se tu já viu o filme que conta a história de como o CMI foi montado em Seattle. E conta a história do Brad Will, que morreu assassinato na revolta de Ohaka, tomou um tiro de fuzil no peito e tal. Mas esse filme conta toda essa essência da luta por esse processo de dar voz a quem não tem voz, e de intervenção direta da comunicação daqueles que o jornalismo considera como pessoas comuns, eu acho que isso já tá no processo do Indymedia original, e acabou... isso foi herdado nas mídias independentes no mundo inteiro, não só aqui não. Nós fazemos parte da luta popular. A gente não tá alheio a ela. Eu não sei se os jornalistas podem ter essa... Pelo menos o jornalismo que a gente imagina que é o jornalismo de redação, ele pode tá, ele estaria, não sei se existe essa capacidade ou interesse.

Como você enxerga a importância do seu trabalho?

A MIC é um coletivo médio em número de seguidores, pequeno pra médio em número de atuantes. Mas, mais do que isso, [a importância] foi a MIC ter inspirado o surgimento de novos coletivos, fundamentalmente nas comunidades populares. O mais importante é a educomunicação. A educomunicação é levarmos aquela pessoa que é agredida lá na comunidade do Rato Molhado a possibilidade dele fazer a sua própria imprensa, ele fazer a sua própria comunicação, e nós servimos de exemplo pra isso. Acho importante nós repassarmos o nosso conhecimento. Meu sonho era que tivesse um coletivo de mídia em cada esquina.

Vocês já chegaram a dar oficina em escolas?

Já, durante o processo de ocupação dos secundaristas nós fizemos isso várias vezes. E direto temos dados oficinas. Existe um projeto embrionário nosso na comunidade do Arará que a gente pretende mais a frente criar uma escola de mídia lá. Acho que é uma tendência natural, esses coletivos que surgiram em 2013, que conseguiram se enraizar, a tendência é essa, que todos eles se tornem escolas de mídia,

de midiativismo. E aí ensinar o que eu sei de filmar, de tudo, e fundamentalmente empoderar as pessoas.

E qual que era o conteúdo das oficinas, das aulas?

O processo, a base dessas oficinas, é o processo de formação de uma imprensa independente, de como se dá a notícia de uma forma independente, como se construir uma narrativa, inclusive usando dos modelos narrativos clássicos para, conhecendo eles, desconstruí-los, fazer a desconstrução deles. A oficina começou com isso: o homem na África, há milhares de ano, se reúne em torno da fogueira... Começa daí, mano. Pra contar uma história. A partir da construção dos meios de narrativa clássica, a gente começa a desconstruir eles. Então é isso o que a gente tenta fazer nas oficinas. É passar esse conhecimento, além do conhecimento técnico de edição, filmagem, fotografia que tem.

E como é a desconstrução das notícias?

Tem um grupo, um coletivo de midiativismo que eu me amarro neles, adoro essa galera. É chamado Caneta Desmanipuladora. Eu acho que é meio isso.

Em que aspectos você considera que a MIC se diferencia de outros veículos de jornalismo? Dos grandes jornais, por exemplo.

Olha, certamente estrutura. A gente atua de uma maneira quase artesanal. Com muito mais força de vontade e muito esforço, muito suor. Sem recursos financeiros, sem aporte financeiro nenhuma. Inclusive, já recebemos aportes e recusamos, porque não eram dentro do nosso processo de linha política, de financiamento por meio de fundações. Mas fundações de megacorporações, por exemplo, a Fundação Ford - a gente não quer dinheiro da Fundação Ford.

Por achar que poderia interferir no conteúdo?

Não, porque... Interferir no conteúdo eles não vão. Eles não fazem isso com a Pública, por exemplo. A Pública é totalmente livre no conteúdo deles. O jornalismo que eles fazem é sério. Mas esses caras estão fazendo isso, eles estão financiando a esquerda, como fantoches. Eles financiam a esquerda, a direita, o caralho. Eles dão dinheiro para

todo mundo, porque eles querem estar dando as cartas. A nossa análise política em relação [a isso] é essa.

E em relação ao conteúdo, como você acha que a MIC se diferencia dos outros veículos?

Fundamentalmente, é em considerar que nós vivemos uma farsa democrática. O devido processo legal é algo que não existe no Brasil. Nós não vivemos em uma democracia, nós... Mesmo o direito de votar, ele também pode ser considerado uma farsa eleitoral, porque estão presos a estruturas partidárias que são construídas a partir de um processo financeiro, né? Se você tem um milhão, se você tem cinco milhões, você monta um partido. E você não tem dinheiro nenhum e só vontade – e tem inclusive representação em outros estados, mas não tem essa grana para efetivar –, como é que você vai montar um partido? O Partido Pirata tá aí até agora, tentando as assinaturas e não consegue, por exemplo. Então a farsa democrática passa pelo processo da farsa eleitoral. E, a partir disso, toda a farsa da sociedade civil. E aí, fundamentalmente, no processo de... como se segura isso? Por meio da opressão. Como é que se mantém essa tranquilidade aqui da Zona Sul? Com cinco, seis, sete, oito pessoas, dez, quinze sendo assassinadas pelo Estado, pela Polícia Militar, fundamentalmente, mas pelas outras polícias, também, nas comunidades do Rio de Janeiro. Ou [com] os Guarani Kaiowá sendo assassinados na fronteira, para a manutenção do agronegócio. E a Liga dos Camponeses Pobres, no Vale do Jequitinhonha... É isso.

Em relação às matérias de vocês, como você acha que elas se diferenciam dos veículos?

São mais dinâmicos. São processos mais dinâmicos. É um processo menos preso ao formalismo de uma instituição. Muitas vezes é falho, isso falha. Tem que se reconhecer, tem que ter a autocrítica. Mas essa autonomia é importante e deve ser preservada. Nossas reportagens, elas - e muito, muito, muito o poder do audiovisual, o conteúdo muito forte de vídeos. É um conteúdo que se fortificou a partir do processo da criação do site, o conteúdo escrito. Mas ainda o próprio conteúdo escrito é fortalecido pela ideia dos vídeos e das transmissões ao vivo. Por exemplo, na Greve Geral: desde as 4h30 da manhã, nós ficamos ao vivo o dia inteiro, naquele dia, praticamente. Tanto a Mídia Independente Popular, quanto a Mídia Independente Coletiva, e outros coletivos

também tiveram, para cobrir as coisas que aconteceram na Greve Geral, muito além da ideia partidária, mas o que estava acontecendo mesmo. Da tiazinha que tomou tiro de bala de borracha porque estava fazendo bloqueio no aeroporto. Esse tipo de coisa. Então esse compromisso com o ser humano, esse descompromisso - e essa *rechação* - que nós temos ao processo corporativo, institucional, ele naturalmente nos leva a um compromisso humanista. A proximidade com o ser, aí isso difere. Isso acaba sendo... Você lendo a reportagem acho que fica até claro isso.

Quando você disse, ali no começo, que às vezes o processo é falho, você quis dizer em que sentido?

A gente erra muito, dá barriga, dá fora. Erra do ponto de vista de linha política, inclusive. Erramos tecnicamente, na época, por exemplo, do Santiago Andrade, nós passamos quase dez dias, sei lá, uma semana, defendendo a tese de que tinha sido a Polícia Militar que tinha jogado o rojão. Rojão? É um acidente, aqueles jovens não são culpados de nada. Aquilo ali foi uma tragédia provocada pela violência do Estado. Mas o rojão foi acendido por ele. Isso aí já foi até... Na época eles não acreditavam, nós procuramos peritos e o caralho a quatro. E chegou ao ponto que de quase [que] nós perdermos a nossa credibilidade. E aí alguém chegar e falar: “não, não tem mais jeito. É isso, porra. A gente tem que ter... O que aconteceu, aconteceu”. Se, já na época, eu acredito, se em vez de tentar trabalhar as provas e, na verdade, trabalhar o conceito estético-político do que foi a campanha promovida pós-morte do Santiago Andrade, teria sido mais forte o processo de defesa dos jovens. Sem dúvida. Isso se conversou inclusive com os advogados.

Como vocês se preparam para poder cobrir uma manifestação? Vocês chegam a discutir, por exemplo, o que vocês desejam filmar, e o que talvez não deveria ser filmado?

Não devemos jamais filmar nada que seja prejudicial a qualquer manifestante. Isso é uma base.

Por “prejudicial”, você quer dizer...

Por exemplo. Filmar nós temos que filmar tudo, na verdade. Mas nós não devemos levar... Prejudicial no sentido de criminalização de uma manifestação. No sentido de que, por exemplo, um manifestante

faz um ato de defesa necessário, como incendiar uma lixeira. E aí por causa de um motivo estético a pessoa bota o cara incendiando uma lixeira de uma maneira que ele pode ser reconhecido. Isso não pode. A posição que nós devemos tomar é a posição pró-povo.

Quando vocês estão cobrindo uma manifestação, por exemplo, no calor do momento, como é que vocês conseguem se comunicar entre si, o que vocês priorizam para filmar?

A gente tem usado basicamente o Telegram. Não existe meio de comunicação seguro, mas o Telegram é prático. Pelo Telegram a gente consegue - tá todo mundo dentro da manifestação, o cara que tá fazendo o ao vivo, o cara que tá fazendo vídeo, entendeu? O cara que tá lá só anotando ou vendo as coisas que estão acontecendo, muita gente de foto-, vai se comunicando, usando os meios, as ferramentas de comunicação que estão ofertadas aí, que existem.

Durante uma cobertura ao vivo de manifestação e tal, você já ficou em dúvida, em algum momento, se deveria filmar ou não alguma cena?

Já fiquei em dúvida. Várias vezes.

Pode dar exemplos?

Posso dar exemplos. Posso dar um, inclusive, que não... Durante o processo de ocupação da Câmara Municipal, uma fortíssima ativista, respeitada ativista, fez todo um processo de articulação fantástico para que as pessoas conseguissem entrar na câmara, todo mundo entrou praticamente disfarçado. Eu inclusive.

Em 2013?

Em 2013. Quando foi fundado o Ocupa Câmara. E lá dentro, uma pessoa - que na época eu nem sei se já era Carranca ou se ainda estava na Mídia Ninja - abriu o streaming. Um streaming que deu, sei lá, 20 mil pessoas assistindo. Era o Brasil todo vendo aquela porra. E a gente teve que parar. A gente conversou ali e paramos porque estavam os ativistas todos ali dentro, e todos eles fazendo um ato de ação direta, e se tivesse uma transmissão ao vivo ia acabar comprometendo o processo.

Vocês mesmos pararam ou alguém pediu para parar?

A gente mesmo parou.

Vocês discutiram ali e decidiram que seria melhor por questão de...

Discutimdos ali. Inclusive tinham ativistas que queriam que tivesse ao vivo o tempo todo. Tem uma galera que gosta de aparecer também.

E aí o motivo para parar era questão de segurança, mesmo?

Questão de segurança. Quando a PM entrou para tirar a galera, a gente voltou a transmitir.

Algum outro momento também, que você lembra?

Esse é um desses exemplos. Tem vários outros. O tempo todo. Na rua a gente vê isso o tempo todo. É... A gente vê isso o tempo todo, porque nós somos favoráveis à autodefesa, ao conceito de autodefesa. Então a população não tem... Tática Black Bloc, isso aí é... Inventaram esse negócio, essa estética, mas isso aí já existia, as pessoas se autodefendem há muito tempo. Nós sempre fomos favoráveis a isso. E se a gente estiver fazendo uma transmissão ao vivo... Porque o problema é dar no ao vivo. Se eu estou filmando com a câmera, eu vou filmar tudo porque a gente tem nossos meios de guardar isso de uma maneira segura. A gente tem certa margem de segurança em relação a isso. Mas se tá transmitindo ao vivo, você tem que cortar, ou você tem que pegar o celular e virar para o outro lado, porque se não você vai prejudicar uma pessoa que está praticando autodefesa, tá ajudando no processo de autodefesa da população.

E aí, como fazer essa edição ao vivo?

Na hora, você vê: se o cara está jogando uma pedra e ele não está mascarado, ou ele está mascarado de uma maneira que é passível de ser identificado, você pega o telefone e aponta para o outro lado. Tem que ter essa consciência, porque esse cara não tem isenção. Então nós temos que entender que esse rapaz que jogou uma pedra, que arrebentou

a cabeça do PM com uma pedra, esse rapaz tá fazendo isso como uma forma de expressão sociopolítica e, fundamentalmente, como uma forma de autodefesa em relação à violência que está sofrendo pelo Estado. Se eu pegar e filmar ele eu estou fazendo uma covardia, eu estou contribuindo para que mais violência ocorra. Então, não devemos. Agora, eu acho que nós devemos, sim, também mostrar que não é só... a população não é boba, ela só apanha. Não, a resistência popular deve ser realçada, deve ser ressaltada. E a gente procura fazer isso nos nossos vídeos, mas com esse.... Existe uma série de protocolos hoje em dia. Bom, em 2013, quando começaram, as mídias explodiram e tudo o mais, era tudo uma loucura. Tudo ia pro ar, foda-se. E aí um parceiro veio trazer os protocolos de produção de vídeo como prova. Ele é um cara ligado ao Indymedia, ligado à galera que faz comunicação de mídias independentes, de midialivrisimo - nos Estados Unidos eles chamam de midialivrisimo, nós aqui chamamos de mídia ativismo -, ele é ligado ao pessoal que trabalho no Brooklyn, no Bronx, lá. O pessoal que faz o Copwatch, né? Que é a galera que filma os policiais cometendo agressões a pessoas da comunidade negra e da comunidade latina. Então, ele veio trazer como é que se faz e ao longo desses três anos a gente tá fazendo essas oficinas. Eu já fiz mais de uma vez, várias vezes, o S2M também já fez. Vários outros membros ali que participaram do processo de produção do vídeo como prova, defesa dos manifestantes, das pessoas que estão dando suas visões e seu testemunho em relação ao que está acontecendo, e a gente tem que cumprir esse protocolo de segurança. É uma questão bem técnica. Técnica mesmo: que, por exemplo, você... Desde a câmera estar *setada* da maneira certa, para que seja preservado o metadado daquela imagem, da forma como ela foi produzida, se ela tiver que ser produzida como prova, à indumentária de um manifestante adepto a uma tática de defesa que está lá, entendeu? Fazendo e acontecendo, e desprotegido. Muitas vezes eu cheguei e falei: “Mano, tá sem máscara, sem porra nenhuma, tá o Rio de Janeiro te filmando aí, porra”. E dar o toque no cara. Isso é um perigo, porque está muito na margem de os caras dizerem “isso não é jornalismo, isso é apologia da violência, isso é não sei o quê”. Mas porra, eu vou fazer o quê? Vou ficar neutro?

Quando a pessoa está protegida, de modo que não consegue ser identificada, vocês se sentem à vontade para filmar, então?

Se tiver [protegida], sim. Mas mesmo assim é complicado, porque tudo, hoje... a gente vive na sociedade do George Orwell mesmo,

do 1984 mesmo, porque tudo é câmera, né? Tem câmera em tudo quanto é lugar, a gente está sendo filmado aqui por várias câmeras nesse momento. Então às vezes o cara está todo indumentado ali, mas ele vai para algum lugar trocar a indumentária e a câmera pegou. E aí está lá no vídeo da MIC o cara lá. Não está no... Entendeu? Mas por outro lado, também, se a gente não filmar nada a galera vai apanhar, vai resistir, vai tudo e não vai pro ar. Estamos sempre no limiar.

Então o meio termo, seria... talvez...

É, o meio termo...

Por exemplo, você não podem filmar as pessoas identificadas que se autodefendem...

Sim, sendo... usando do processo de autodefesa violento

Mas, ao mesmo tempo, vocês querem mostrar o que está acontecendo...

O que está acontecendo, claro. E mostrar que a população tem direito de resistir, defender a tese da autodefesa. Então tem um documentário que a gente fez, “A revolução não cai do céu”, sobre a resistência dos professores. Tem várias cenas de adeptos da tática tacando rojão na polícia e o caralho a quatro para defender os professores. E a gente selecionou todas que eram passíveis de serem colocadas e não serem...

O critério passa a ser a identificação.

É, o critério seria a identificação, basicamente, o básico no processo de autodefesa - não gosto do termo violento, no processo de auto defesa, seria a identificação, mas tem outras coisas também. Porque o caso de Santiago Andrade, ele é basilar nessa coisa. Porque além de tudo, é uma época nós tínhamos grande popularidade, inclusive as mídias independentes. E a morte do Santiago, aquele azar... Aquela merda acontece um milhão de vezes, aquele rojão acende um milhão de vezes para fazer de novo, para bater na cabeça dele, não bateria. Ia para cima, para baixo, para o lado. Foi um acaso ali. Porque nós tínhamos muita... e aquilo nos prejudicou bastante, né? Do ponto de vista... Não estou falando dos jovens, do que eles fizeram. Mas o que nos prejudicou foi: aquele acaso, aquele trágico acidente provocado pela violência

promovida pela polícia, aquilo causou... é um cuidado que nós temos que ter, sempre. Não colocar as pessoas em risco com nossas câmeras, também. Não colocar movimentos inteiros em risco com nossas câmeras, né? É uma questão ética, moral e difícil, que só dá para se discutir no dia a dia.

Não existe regra, né?

Não existe nada pré-moldado. Acho que a ideia da regra é muito mais a ideia de uma ética, do compromisso que você tem com o que é verdadeiramente humano, o que é verdadeiramente democrático. É isso. O que seria verdadeiramente revolucionário na ideia de processo de ocupação e democratização da mídia, dentro daquilo que eu estava falando antes.

Ainda falando um pouco desse processo de apuração de vocês. Você considera importante entrevistar fontes oficiais, como, por exemplo, políticos ou autoridades?

Raramente a gente usa. Não tem necessidade porque as mídias corporativas já estão aí para fazer isso. Já fazem muito mais esse trabalho. Então, por exemplo, agora a Ponte jornalismo mandou super bem. A menina foi lá, a Luiza Sansão, puta jornalista, muito boa. Foi para lá. Puta midia ativista, né? Ela é jornalista de formação, mas ela é uma midia ativista. Ela foi para lá e filmou o canalha do comandante da PM falando nessa audiência pública lá no Complexo do Alemão. O cara falando e na própria fala dele tem uma contradição. Ele diz que eles, sim, estão ocupando as casas dos moradores para usar como base militar, até que a suposta base de proteção deles seja instalada lá. Ela pegou isso, filmou isso e fez uma puta reportagem pela Ponte, que mostra que na verdade o Estado está ali transigindo o direito mais básico da democracia burguesa, que é o direito à propriedade. Tem a casa, o maluco entra, pá-pum, vira base militar ali e foda-se. E ela fez isso. Então, se for para desconstruir, se for para pegar o cara em uma contradição, no morro... se for para pegar o depoimento desse filho da puta tem que ser para colocá-los na parede. A versão oficial, foda-se, a Globo dá.

A MIC já precisou corrigir algum erro veiculado em matérias ou transmissão ao vivo?

Já, já teve. Em transmissão ao vivo não tivemos esse azar, ainda bem. Mas o caso de Santiago Andrade: depois de dez dias nós tivemos que lançar uma nota com errata, dizendo “olha, as versões que nós apresentamos, mesmo sendo consubstanciadas por um perito, elas não condizem com o que de fato aconteceu, e estamos aguardando a apuração efetiva, que será feita ao longo do processo”. Tivemos que fazer uma errata nesse caso.

Esse erro específico, você acha que tem alguma relação com o que você falou antes, sobre essa, digamos, descrença em relação às fontes oficiais? Ou foi um caso à parte?

Será que nós erramos por causa da descrença nas fontes oficiais? Acho que... Não, não sei. Pô, é uma contradição. Boa pergunta. Sua pergunta é boa. Eu nunca parei para pensar nisso. Interessante. Talvez sim. O fato é que as versões oficiais eram tão *facescas* que a gente não acreditou que aquela versão oficial pudesse ser verdadeira. E aí teve a grande foto, né? Na verdade, a foto do Domingos, que é a foto que ganhou até o prêmio Esso. Pega o rojão. Não é uma foto. É um vídeo. Ele estava fazendo um vídeo e é um frame. Tem o vídeo inteiro do momento que os meninos acendem até a hora que o rojão bate na cabeça. E nós buscamos apoio de peritos e tal, mas talvez a gente tivesse que ter entrevistado alguém mais de dentro da cancha, lá, ter algum contato dentro da polícia. Esse tipo de coisa. Coisa que hoje em dia a gente até tenta ter.

Para ter uma maior abertura, digamos assim...

Para poder saber das coisas que estão acontecendo, também. Tem um grupo de policiais antifascistas, né? Nós somos a favor da completa extinção do modelo de polícia que nós temos no Brasil. Isso aí tem que ser revolucionado e começado do zero. Uma das alternativas é a PEC 51 do Luiz Eduardo Soares. Mas mesmo ela, talvez mesmo ela não seja suficiente. Isso passa pelo fim da guerra às drogas e uma série de outras coisas. Mas, é... foi falta, falta de bom senso e falta de capacidade de articulação na época. Porque pô, foi há três anos e meio atrás.

O coletivo já chegou a recusar algum texto de um colaborador externo, ou do próprio núcleo, por discordar do conteúdo dele?

Já tiveram textos internos, feitos de colaboradores, membros do coletivo, que foram inclusive retirados. Por discordância.

Foi postado e depois retirado?

Foi. E foi retirado e foi explicado, né? Saiu uma nota explicando por que foi retirado. É... Porque o texto não condizia com o processo. Foi durante uma briga que teve entre o Movimento Passe Livre do Rio de Janeiro e os movimentos independentes. E um contundente articulista da MIC, um cara que escreve bem, mas que tem uma visão bem pró-galera independente, pró-galera anarco e tal e a galera comuna, bem de extrema esquerda, ele fez uma crítica ao Movimento Passe Livre que não era... Não é que não fosse condizente com a verdade, era muito condizente com a verdade dele. E nós tiramos. O coletivo decidiu tirar.

Era um texto puramente opinativo?

Era um texto puramente opinativo. Em casos efetivos, jornalísticos, eu não me lembro de nenhum.

Agora eu queria que você observasse o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros e apontasse o que você concorda, discorda e se o documento se aplicaria à MIC.

Permitir o exercício da profissão... Tá aí uma coisa que está no Código de Ética dos Jornalistas, e na verdade é uma defesa corporativa que não faz o menor sentido. Câmeras escondidas ou microfones ocultos é uma outra questão que se faz necessária. Não sabia que isso estava no Código de Ética. Então não pode gravar uma agressão de um policial com uma câmera escondida? Não, isso aqui eu sou contra. Todos os meios necessários para a produção da notícia, desde que eles não prejudiquem, não incorram no prejuízo da pessoa que está sendo explorada, devem se usar câmera oculta sim, se for necessário.

Defender a soberania nacional... deve-se discutir o conceito de soberania nacional. Eu concordo em tese com a ideia de definir uma autonomia, uma soberania nacional. Mas que soberania é essa? Quais são os moldes dessa soberania? Até que ponto os guarani-kaiowá estão previstos nessa soberania? Isso tem que ser discutido.

Criar empecilhos pra comunicação democrática... Isso aqui o oligopólio das seis famílias no Brasil fazem o tempo todo.

Acho que sim, se aplicaria. Talvez o ponto mais polêmico é a soberania - só que aí a gente tem que discutir o que é a soberania.

Transcrição da entrevista com SM2.

Como você ingressou no coletivo Mídia Independente Coletiva?

Eu já era um ativista independente. Já conhecia o SM1 pessoalmente, de amigos em comuns, e ele me convidou. Meu maior foco era a distribuição, não como eles, que ficavam na linha de frente. Estive algumas vezes, sim, mas não contundente como ele, de filmar, tomar tiro, porrada e bomba. Já presenciei isso, mas não tanto como eles. Eu ficava distribuindo, compartilhando, tentando entender essa logística do Facebook, como funcionavam os algoritmos. A gente foi tentando entender essa técnica.

Então, desde criança, eu sempre tinha essa busca por... é meio clichê falar isso, mas por um "mundo melhor", sempre fui meio ativista. Eu acho que a MIC e a midiacoletiva.org, elas têm a pretensão de tentar preservar, não no sentido conservador, a nossa voz - de ter a nossa voz, a nossa representação, de falar, de consumir, de criar, de reproduzir. Não ser extremamente enlatados, como é o grande investimento pesado do Netflix agora, por exemplo. A Mídia Independente Coletiva é uma autodefesa, principalmente, assim como a midiacoletiva.org. De ter uma voz contundente, real, que brota de baixo pra cima.

Quais funções você exerce ou já exerceu no coletivo?

Já exerci várias funções. A gente exerce todas as funções no coletivo. A gente pode ir pra campo, ir pra “batalha”, numa boa, sem medo. A gente foi recentemente, agora... teve um caso de um menino que foi assassinado dentro de um trem, uma história bizarra. E você vendo o depoimento de um dos pais, assim, é real. E eu acho que é um exercício que as pessoas precisam fazer mesmo, e ir visitar a mãe, o pai, dessa criança que foi assassinada de uma forma brutal pela PM. Então o midiativismo tem essa versatilidade, ele pode ir lá na casa dos pais que foram assassinados e pegar depoimento, postar, fazer a matéria e dar 50 mil pessoas que assistem, e como também posso estar aqui conversando com você e chegar aqui o guarda municipal, querer repreender o ambulante e a gente “adentrar”. Eu brinco com a minha esposa e falo que a gente é um pouco médico, né. Tipo: deu um lance e a gente tem que sair e tentar resolver, e externar essa indignação. Porque eu acho que a gente é só um intermediário. A gente não tá buscando essa mídia, tipo assim, glamourosa, digamos, essa mídia cheia de prêmios. Eu até

entendo, até um certo ponto. Tem fatos que realmente são dignos de prêmio, etc e tal. Mas o que acontece é que não necessariamente a gente tem essa busca. A gente busca realmente um ideal, a gente é inocente, a gente tem essa coisa, ainda, de tentar informar ao máximo. E a gente tem conseguido vitórias. As próprias comunidades, que são o grande rabo da serpente do Rio de Janeiro – não desmerecendo as outras histórias, mas o final desse ciclo, dessa plataforma econômica, a galera que mais rala, sofre opressão, violência são da comunidade. Então o midiativismo tem essa coisa específica, essa coisa determinante: tem essa versatilidade de querer informar. Querer informar, acho que é o foco. Não sei como a gente vai informar. Mas a gente vai informar. Não sei se vai ser com um celular, com uma câmera Panasonic, uma DSLR, não importa. O conteúdo é fundamental. Primeiramente, você vê o conteúdo, depois a estética, depois você vê a cor, o áudio, se ficou legal, mas é principalmente o conteúdo, que tá sendo cada vez mais “provado”. A gente tem nossas publicações no MIC e no midiacoletiva.org. Tem que ter conteúdo. Vamos supor um conteúdo sobre a questão do dinheiro surrupiado dos cofres públicos, do Cabral. As pessoas querem saber, querem essa informação. As pessoas querem saber quem é Roberto Marinho, o que Roberto Marinho faz. As pessoas tem que saber, estão na sociedade. Elas têm que ter essa informação verídica, não uma informação falcatrua, como estão sendo feitas durante anos, principalmente por mídias manipuladoras como a Globo, Record, SBT, etc.

Como você participa das escolhas de pauta do coletivo?

As pautas, em si, elas por si só elas brotam também. Então se você realmente acha que aquela sua pauta tem uma força - claro, isso a gente adquiriu com a experiência, porque no começo a gente saía na porrada mesmo. Hoje, com mais experiência, a gente já tem uma leitura mais do outro. Não tem tanta resistência. Só se for uma coisa muito extrema - uma coisa que beneficie o Bolsonaro, por exemplo. Pode estar muito bem camuflado dentro de um texto, de uma reportagem. Às vezes acontece de passar também, a gente não sabe tudo, estamos aprendendo. E aí isso pode criar um mal-estar. Mas atualmente as pautas são bem naturais, funcionam com essa dinâmica que foi criada há três anos e meio. Agora a gente tá um pouco suave, mas no início eram 12 horas dentro do computador. E aí você fica tão imerso nessa situação que você já está ali absorvido, permeado. E com esse processo de amadurecimento, de visualizar mais, acho que a gente colocou uma

câmera panorâmica no que a gente fez. Agora a gente tá meio que vindo de longe, tudo que a gente fez, tudo que criamos. A gente passou por uma boa fase, de enraizar. A gente tá enraizado: é referência, tem credibilidade entre as pessoas. Mas claro que nada é perfeito e a gente também erra, né. A gente não é máquina.

Você trabalha com jornalistas do coletivo? Já fez matérias sozinho?

Já fiz matérias sozinho. A gente criou uma independência autônoma, já pelo projeto do trabalho. Então você vai lá, tem seu celular, tem um take, fica fuçando, você acaba que você mesmo desenvolve o seu trabalho, mas aí une ao coletivo. Digamos que hoje em dia, a gente já esteve mais desconectado. Aquele momento de entender quem é quem, quem é trotskista, quem é bolchevista, quem é anarquista, quem é PSOL. Porque no início tudo é confuso.

Essas diferentes orientações inibiam as colaborações?

Pra mim, sim, porque eu tô envolvendo o meu nome e eu tomo muito cuidado pra não envolver meu nome com partido nenhum.

Como você define o seu coletivo?

O conceito de midiativismo é meio difícil de sustentar agora, penso eu, porque você está mexendo com linguagens narrativas, então pra mim ela empodera quem não tinha o acesso à informação. Ela tira literalmente... a gente literalmente cria um contrapeso à informação que tinha no monopólio.

O midiativismo dá voz e empodera e também cria um contrapeso de uma possível, de uma informação que esteja manipulada de uma forma muito absurda, ou nem tão absurda. Acho que tem essa função de contraprova.

Eu considero que a MIC é midiativista, mas acho que essa é uma linguagem ainda em construção. Concordo com o conceito, mas acho que seria pretensão da minha parte falar já o que é, literalmente. Mas que ela tem seu espaço ali, ela tem.

Como você avalia a importância da MIC?

Cara, a gente derrubou o conceito das Olimpíadas, que era uma coisa extremamente faraônica. A gente conseguiu imagem lá de dentro da arena, do parque olímpico, de uma câmera de cabo cair em cima das pessoas. Como a ciclovía foi alçada pelo mar, pela sua fragilidade. A MIC tem essa força no Rio de Janeiro, quiçá no Brasil, porque eu não tenho esses números.

Qual é o objetivo da MIC?

Democratizar sempre. A mídia, o cinema, os direitos - principalmente os direitos. A democratização do direito à vida. As comunidades não são democratizadas. As favelas não são democratizadas. Elas ainda sofrem o ranço frio, sangrento da opressão da ditadura militar que migrou para esses guetos, para essas comunidades sem voz. E também com os irmãos camponeses e os irmãos indígenas. A democratização tem que estar em todos os sentidos. Não só na mídia. A mídia é o Luke Skywalker entrando naquela nave e a gente tá ali no meio tentando atingir o eixo central da Estrela da Morte. Midiativista é isso.

Em que pontos a MIC se diferencia dos grandes jornais?

A gente pode ter tempo para analisar e chegar e falar “porra, esse cara é um filho da puta”. A gente pode chegar e falar “esse é um canalha”, “esse não vale nada”. Nosso conteúdo não é editado ou condicionado do ponto de vista do opressor. Geralmente a grande mídia tá atrelada ao ponto de vista do opressor - o opressor contando história, como sempre foi. A gente é uma insurgência.

Você já participou de alguma transmissão ao vivo, de cobertura?

Já, várias. Eu gosto pra caramba de entrevista ao vivo. Eu tava comentando que teve um problema, porque teve ontem uma apresentação antológica da Orquestra do Teatro Municipal, ali na Praça XV, e a gente não pode ir por questão de verba. Se fizesse essa transmissão ao vivo no MIC, ia ser universal, vazar o mundo. Porque é uma linguagem musical, que pulveriza mais rápido. E a gente deixou de fazer por causa de verba. A transmissão ao vivo pra mim, hoje, é o que há de mais interessante pra mim na MIC.

Por quê?

Veracidade. Ela tem o fervor. Não tem corte, sacou? A imagem ainda é precária e está ali. E tá o repórter, entre aspas, o midiativista. E a pessoa pode tá filmando uma cena, como já aconteceu, de assassinato. Então tá ali, a veracidade contundente, então acho que as pessoas estão fugindo mais da artificialidade glamourosa, hollywoodiana. Acho que isso cansou. O ser humano tem essa coisa, ele vai inventando. Essa imagem glamourosa, menos real, mais onírica, talvez, eu acho que tá morrendo. As pessoas querem ver a coisa mais contundente. E tem o acesso também, o acesso ao vivo, de que todo mundo pode fazer ao vivo, isso é fantástico. Ou pode fotografar. Acho que o cara que inventou a fotografia deve tá feliz da vida, já que todo mundo pode fotografar hoje em dia. Olha só que maneiro.

Como você se prepara para as coberturas ao vivo? Há discussões sobre o que deve ou não deve ser filmado?

A gente literalmente não pauta o outro. É um pouco contraditório ficar pautando o colega, ou o amigo. A gente discute o pós-filmagem. De falar que tal imagem não tava legal, por uma questão técnica. A gente tenta priorizar o máximo que tem de recurso. Ou uma questão narrativa mesmo. Pode questionar se não achar legal. Mas não que vá censurar o companheiro, ou amigo, ou irmão.

E a questão de não filmar manifestante?

Essa é uma questão de segurança. A filmagem em si, claro, no início a gente falou isso. Tinha uma coisa mais espetaculosa, de ver as pessoas reagindo, etc e tal. Porque isso tem uma emoção, realmente, representativa. Mas as pessoas foram perseguidas, foram presas. Hoje em dia a gente tem precauções na filmagem. Não é, digamos assim, censura, entendeu?

Agora se for a menina que se machucou filmando, que foi agredida pelo guarda municipal, machucou mesmo a perna. Aí no início não queriam filmar ela, o rosto, a face. Mas tomou tanta proporção essa agressão que depois ela mesma se revelou, falou, ela mesma se autodefendeu, se cuidou, com a ajuda dos companheiros. Mas isso é bem relativo.

Ela estava cobrindo o protesto? Por qual coletivo?

Ela tava filmando o manifesto. Ela é da Aldeia Maracanã.

E vocês acabaram filmando o machucado dela?

Tudo filmado. A gente filmou, tava com essa precaução de não filmar o rosto dela, porque era uma denúncia de agressão contra um guarda municipal e poderia ter medo de retaliação. Mas depois ela mesma se expôs. Então isso é meio relativo. Depende da condução da narrativa. O caso do Santiago, quando ele recebeu os rojões, a grande imprensa demorou quase seis horas pra falar alguma coisa, pra se reportar a público.

Tem algum outro exemplo de uma cobertura ao vivo que você se lembra se deveria filmar ou não?

Se for ao vivo, e a filmagem for comprometedora, que pode colocar a pessoa em risco, eu não vou filmar, né. Isso já é, digamos assim, um código de ética dentro do midiativismo, entendeu? Agora isso parece que soa que está ocultando alguém. Não, a questão é que a gente vive num país atualmente de repressão muito forte, dentro de uma arquitetura de opressão. Claro que existe essa arquitetura de golpe, digamos assim, de golpe político, civil. E a gente toma esse cuidado para que não seja também contra você, entendeu? Posso filmar uma pessoa que pode comprometer... mas isso, eu não estou sendo, digamos assim, condizente com o fato. É porque eu vou colocar a pessoa em risco. Não é uma autocensura porque você tem esse álibi. Você não pode filmar essa pessoa porque senão ela vai correr risco de vida.

Você considera importante entrevistar fontes oficiais?

A gente entrevistando pessoas oficiais, a gente tá endossando elas, porque a gente tá pegando uma informação delas, seja uma entrevista, seja um depoimento, uma imagem, até.

A MIC já precisou corrigir algum erro que foi veiculado?

Já. Já postei um vídeo antigo no Facebook da MIC. Parecia uma Live no Facebook - tu entra, acha que é Live, mas tem que tomar cuidado com isso porque nem sempre é.

E você compartilhou na página, então?

Sim. É uma coisa séria que todo mundo tem que tomar cuidado pra não compartilhar, se informar bem. Mas eu fiquei tão chocado com a imagem dos tanques atacando na Live que na hora eu... E aí eu dei a informação errada. Fui xingado. Não apaguei o post. Acho que se eu escrever alguma coisa, de informação errada, chamar a atenção... aí eu fui lá me redimir. Me redimi nos comentários. Eu quis apagar muito. Mas acho que não tem que apagar. Não sou nenhum santo, não. É mais interessante não apagar, pro público.

Por uma questão de verdade, transparência?

Exatamente. Você manter a sua integridade ali. Porque se você apaga, você tá ocultando. E a nossa ideia não é ocultar, né.

Você falou de um erro que foi de compartilhamento. Você lembra de algum outro erro em transmissão ao vivo?

É, ao vivo é foda. E acho que isso é bom, porque se você passar esse calor... porque a gente geralmente tá no ao vivo de adrenalina, né. Então tá muito sujeito ao erro. Mas, com o tempo, a pessoa se torna profissional daquilo que faz. E aí os erros vão diminuindo.

Então você acha que dá pra dizer que, com o tempo, a MIC acabou se profissionalizando?

A gente tem a necessidade de se profissionalizar até por uma questão mercadológica, né. A questão de se profissionalizar é um termo bem ortodoxo, né. Digo em questão de se proteger. Porque, vamos supor, proteger o que a gente conquistou, e avançar, de forma justa. A gente teve essa necessidade de construir uma sede, aqui na Sorocaba, de criar uma redação. De dar um corpo pra isso. Porque até o momento, nosso corpo é virtual. Então é uma questão de segurança também.

O coletivo já chegou a recusar algum texto de colaborador, ou do próprio núcleo, de discordar do conteúdo do texto?

Acontecia no início, da criação da amálgama do grupo, do coletivo. Você teve pessoas que saíram, que chegaram, que já foram. E eu sempre vi isso como positivo. Eu tive uma breve passagem na Mídia

Ninja e eu saí porque rolou um post de uma ativista independente, que tem um ponto de vista bem interessante, bem diferenciado, mas dentro do nosso segmento. Aí eu vi o post dela, nos comentários, e aí eu fui reprimido pelo Capilé. E isso me deixou muito... O comentário negativo, seja qual for... Claro, a gente pede que seja um comentário negativo com educação. Eu acho que ele é construtivo. É difícil você falar pro editor que tão falando mal do jornal dele, entendeu?

Eu queria que você olhasse o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros e apontasse o que concorda ou discorda.

Então, esse código aqui, ele é maravilhoso. É perfeito, como a Constituição. É difícil falar que eu concordo ou discordo. Eu acho que não existe essa coisa de imparcial, que se defende que há uma imparcialidade. Acho que a gente tem uma imparcialidade covarde, acho que é isso o que acontece no atual jornalismo. Tem covardia mesmo em relação à informação. Meu pai mencionava que tinha jabás, coisas de má intenção... é uma indústria, né. Jornalismo é uma indústria. E a informação, na verdade, não é pra ser uma indústria. É igual ao médico, à saúde pública que virou indústria também. Vai corrompendo a verdadeira função.

Sigilo de fonte também é um código comum entre a gente. A grande riqueza da informação é a fonte. Isso é um código sério, mas sabe-se lá se alguém vai entregar alguém, né. Alguns jornalistas que eu conheço falam que o jornalismo anda muito decadente, de fato, dizendo que o jornalismo acabou. Acho que ele sofreu uma intervenção mercadológica. Ocuparam o espaço que eles deixaram e que era a função deles.

A MIC pode ocupar esse espaço?

Parcial. Não 100%. A informação é muito abrangente, ela é infinita e não tem uma linguagem única. O jornalismo não vai acabar. Ele é uma linguagem. Midiativismo é uma linguagem, cinema é uma linguagem. Informação tem que ter (...) (01:34). Não vai acabar, mas está sofrendo um ataque mercadológico por não cumprir a sua verdadeira função.

Você acha que o Código poderia ser aplicado à MIC?

Tem pontos em comum, como fontes. Mas acho que a maioria não. Você absorver... lutar pela liberdade de expressão. Isso é uma coisa óbvia. Muito abrangente. Essa coisa de código, tá sendo construída. Isso tá sendo reconstruído.

Transcrição da entrevista com SM3.

Como foi o seu ingresso na MIC?

Eu participei da Aldeia Maracanã, ocupação que aconteceu. Que não é uma ocupação de fato. Do ponto de vista jurídico é uma retomada daquilo que o Estado uma vez reconheceu por lei. É constitucional aquela terra lá. Mas o Estado tomou, o governo do Rio na verdade. Os indígenas apenas estão tentando recuperar o que é deles. Participei da ocupação do IFCS – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, mas brevemente assim. Não fui protagonista de nenhuma luta. Digamos, não um trabalho de campo, mas fiquei observando como eram as lutas internas.

Comecei a pensar em outras formas de atuação que não só em manifestação, em atos, trabalho de base com movimento social. Mas eu comecei a pensar que eu estaria correndo um risco muito grande por ser um futuro advogado ativista com toda essa onda de criminalização precoce que vem acontecendo. Pensei que eu deveria atuar de uma maneira “mais neutra possível”, né? O midiativista e o jornalista tem uma blindagem do capacete azul minimamente nas manifestações. A câmera, tudo isso te diferencia daquilo que a grande mídia gosta de chamar de “Black block”. E aí eu comecei a filmar os atos, filmei dois atos ou três, tirei fotos, mas eu não publicava nada. Era apenas documentação minha. E um dia um amigo me ligou, eu estava fazendo almoço, e ele falou “ó, tá tendo tentativa de remoção dos indígenas da Aldeia Maracanã”. Aí eu larguei tudo, peguei a câmera e fui correndo. Eu moro no Maracanã, então é muito perto da Aldeia. Aí eu cheguei lá e um indígena já tinha sido hospitalizado. A Secretaria de Ordem Pública do Município – SEOP – agrediu ele. E aí eu comecei a gravar a abordagem totalmente informal, desrespeitosa, ilegal também, dos policiais. Eu considero aquilo, como estudante de direito, uma milícia formal. Aí eu cheguei e comecei a gravar, de repente chegou um cara e começou a dialogar com a guarda e ao mesmo tempo com os indígenas, parecia ser conhecido de todo mundo. Falei, cara esse cara deve ser polícia, deve ser um mais humanizado. Vamos ver. E aí, de repente ele começou a me perguntar coisas. Quem é você cara? E aí comecei a dar nomes falsos, lugares. Porra, não conhecia, né? Depois ele tirou o crachá e falou que era jornalista, e participava da MIC. Falei, “conheço a página de vocês”. E ele “então, eu gostei da sua abordagem. Cê é de algum partido? Cê trabalha pra algum coletivo?”. Falei “não totalmente independente, não me organizo”. Ainda não me organizava na época,

hoje até me organizo. Enfim, mas eu disse não. Aí ele disse: “Cê não tá afim de publicar com a gente?” Aí eu perguntei como funciona e ele me respondeu “trabalha no amor, se pintar um freela a gente vai fazer e vai dividir o dinheiro. Mas não tem um salário, não tem um partido por trás, não tem movimento social. A gente vai cobrir as lutas do povo, pelo povo, ao lado do povo”. Falei “então é o que eu tô fazendo. Só vou me organizar de uma maneira maior” Aí fomos pra casa dele. Não. Passamos antes na PUC e fiz um informe lá na ocupação e fiquei na casa dele virando a madrugada e escrevendo o texto e publicando a primeira matéria.

Já no mesmo dia?

No mesmo dia, na primeira madrugada. Dali pra frente, passou em tempo lá em casa. Porque, por mais que a gente tenha uma ideologia em comum minimamente, tem as divergência é claro. Mas é interessante entender. Até porque eu não sou jornalista, ele é. Mas ele me passou algumas diretrizes. Vou exemplificar com um erro que eu cometi pra você entender como é a atuação. Ele passou a diretriz de não cobrir, necessariamente, quando for tirar foto, bandeiras de organizações, movimentos sociais ideologizados por partidos, seja de esquerda ou de direita. Tentar cobrir de fato as lutas autônomas. Até o que há de autônomo no MST – as ligas camponesas. Esses movimentos dos secundaristas independentes, uma galera anarquistas, até alguns movimentos maoístas a gente acaba cobrindo, apesar das divergências ideológicas. Por aí que foi.

Qual função você exerce ou já exerceu dentro do coletivo?

Eu entrei em dezembro, meu primeiro texto foi em dezembro e desde então eu publiquei mais cobertura de atos. Tem uma matéria que até foi traduzida para o espanhol que é sobre o caso do Eike. Não sei como vocês chamam isso, não sei se é jornalismo mais crítico. Porque não é necessariamente a narrativa formal do que aconteceu com ele, mas como as pessoas, cidadão médio brasileiro, conservador, reagiu. É uma perspectiva mais filosófica, talvez porque eu venho da filosofia. Eu atuo cobrindo atos. Eles me chamam, não eles, mas as pessoas na rua, chamam de falcão. Falcão – meninos do tráfico, sabe? Quem avisa, quem tá na linha de frente, o fogueteiro, essa galera. Eles fazem essa analogia. Quando tem os atos essa galera periférica vem pras ruas e chama de falcão. Então eu faço a linha do falcão, que é frente, ficar com

capacete, máscara, câmera, fotografando e filmando. Aí é o midiativismo, não sei se vocês chamam assim.

Fora da rua eu atuo... compartilho alguma coisa na página, gerencio minimante... essa parte é mais o SM1. Mas, eu acabo escrevendo mais coisa no site, na mídiacoletiva.org que não é necessariamente a MIC, é um outro projeto. Então acabo atuando nos dois. Na MIC como midiativista (falcão, no fronte) e na mídiacoletiva escrevendo sobre os atos que eu cubro, jornalismo mais crítico. E agora a última publicação que eu fiz foi o caso do Rafael Braga que eu tentei dar um parecer jurídico crítico filosófico sobre o caso.

Você pode me explicar a diferença entre a MIC e a mídiacoletiva.org?

A mídia coletiva é o site, tem a página do site. Que é onde mais coletivos... acho que é rádio mutirão, mídia 1508... são outros coletivos de mídia independente e rádio livre que também alimentam o site com artigos, além da própria MIC. Lá é mais a matéria, a MIC ela tem um perfil mais de foto, vídeo e também compartilhar tudo aquilo que é veiculado na mídiacoletiva.org site. Basicamente... A mídiacoletiva seria mais a parte de edição, jornal mesmo. A MIC é só a MIC e a mídiacoletiva tem mais gente publicando lá.

Na matéria do Eike, você disse que partiu de uma visada mais filosófica para compreender o caso. Essa influência vem das suas outras graduações, então? Por que você decidiu escrever desse modo?

Porque eu começava a veicular... É um aparelho ideológico capitalista hegemônico a Globo. Aí a gente tenta traçar uma narrativa alternativa mais fiel a realidade. Não que não seja uma realidade aquilo que eles narram, mas o compromisso deles não é com o povo. A gente sabe o papel das grandes mídias no capitalismo. E aí a gente tenta fazer uma narrativa. Só que eu comecei a pensar que isso era interessante, mas mais gente já faz isso assim. Eu continuo... filmo, fotografo ato e narro o que eu vi para além do que a Globo vai veicular. E essa perspectiva mais crítica foi para... não sei exatamente. Talvez porque eu venha da filosofia. Isso pode ter me influenciado, mas por me incomodar as vezes por ver matérias do tipo “Caetano Veloso estacionou no Leblon”. Até mesmo “Eike Batista usava peruca”... porra, tem tanta coisa pra falar da

prisão dele que tá por trás estruturalmente. E eu sei que não posso deixar esse papel para as grandes mídias, eles recebem pra não fazer isso.

Em relação à rotina do coletivo, como é a escolha de pautas? Você participa das reuniões?

A participa se organiza de uma maneira... que eu tenho minhas críticas, mas tá dando certo. Por mais críticas que eu tenha. Existe um centro, há pouco tempo até, que é um apartamento e lá tem uma galera editando, mas como eu não sou muito frequente lá porque minha rotina é muito corrida, eu acredito que tenha uma rotatividade dessa função, não é sempre a mesma pessoa editando vídeo e foto não. Eu acho que o França tá morando lá e... ele acaba recebendo a galera distribuindo as imagens. Por exemplo, ele me pediu as fotos do dia 28 que eu tirei da Greve Geral. Aí eu mandei, mas eu poderia ter ido lá, enviar... Então acho que a organização é basicamente... tem uma galera que vai pra rua, tem uma galera que edita, tem uma galera que fica alimentando a MIC de três em três horas. É uma coisa mais ou menos assim, mas nunca foi formalizadas as funções, foi acontecendo... E o interessante, talvez seja ressaltar, que a gente não tem... eu não conheço alguns membros do coletivo, nunca vi, nunca conversei não sei nem se existe se é fake...

Aliás, vocês são em quanto no total?

Vou contar rapidinho aqui... Mais de dez, não é todo mundo que está ativamente participando agora. Acho que tem uma galera... eu tô falando aqui dos editores, tem os administradores. Eu no caso, sou editor ainda, não componho a administração do site. Que é a galera mais antiga, como eles colocaram eu sou a nova guarda.

Você não conhece todos?

O França, SM1 e SM2 sim, mas os editores não. Conheci recentemente mais dois que editam... o Mujica, que eu nem sei se ele tá na MIC, acho que ele edita para outro coletivo e aproveita e edita pra mim. Aquela coisa meio de amizade mesmo. É assim que a gente se organiza, não tem uma organização formal. Cada um sabe mais ou menos a linha de publicação respeitando o horário do outro. Por exemplo, se alguém publicou a quinze minutos não vale a pena publicar agora, tem que ter pelo menos uma hora. É dessa forma.

Quantas reuniões de pauta você chegou a fazer?

Eu faltei duas já, mas por conta de horários. Mas tem reunião pra gente definir... pra quando tem um grande ato, por exemplo. A gente precisa definir a linha de ação. Até por questões de segurança. Eu costumo dizer que um midiativista é um manifestante, dois são jornalistas, sozinho você é só mais um. Se tiver algum me cobrindo e eu puder cobrir alguém... é isso.

Quanto a escolha da pauta, por exemplo a matéria do Eike, vocês chegam a discutir?

É muito horizontalizado. A gente passa antes para as pessoas, isso mais no início... até a pauta do Eike eu perguntava mais, hoje em dia eu entendi como... Porque eu não sabia se era interessante se eu deveria publicar algo que não fosse de fato um jornalismo clássico, de informar... ali é uma perspectiva mais crítica, não tem uma notícia ali. Você vai ler e vai pensar sobre, mas não necessariamente vai ter um dado de realidade. Tem uma perspectiva mais poética e filosófica... E aí no início como era uma proposta um pouco nova para nosso site, no início o França ficou meio assim... e ele “cara, não sei. Vamos ver”. Aí eu publique, aí se traduziram, parece que gostaram... Mas não tem uma decisão. Por exemplo, teve o ato do dia 28. O SM1 fez o ao vivo, eu fui tirar foto e filmar e ninguém escreveu nada sobre. Mas eu mandei as fotos, alguém deveria ter escrito. A gente se organiza mais ou menos assim, se não der pra eu escrever eu passo pra alguém e aí fica aquela coisa bem... horizontal, talvez, meio desorganizada, mas a gente se organiza. Boa vontade de todo mundo a gente chega lá.

Em relação ao que você disse do França, como é a relação de trabalho dos não-jornalistas com os jornalistas?

Como assim? Pessoalmente você diz?

A discussão das pautas, por exemplo. Você disse que o França ficou reticente, no começo, em relação a essa matéria do Eike. É porque ela não seria factual?

Então, tinha o fato. E eu meio que ironizei... porque todas as grandes mídias veicularam aquela questão “o Eike usava peruca”. Eu ironizei como foi recebida essa notícia no café da manhã da classe média conservadora brasileira. Então não é factual... depende do que a

gente vai considerar como fato. Talvez seja por isso, ele tem um viés mais clássico. E essa pauta em si, duas ou três pauta, ele tava lá em casa. A gente foi escrevendo ele falando mais ou menos, por isso o nome dele saiu... tipo S3M e Carlos Augusto Lima França. E algumas atuações em campo a gente tá junto. Tava junto. Tava, agora ele tá mais recuado. Ele é mais velho também, cê sabe né? É o paizão da galera. Ele me ensinou muita coisa, ângulo de fotografia... informalmente é claro. E agora atuação não tem muita conjunta. O SMI a primeira bomba eu me perdi, ele foi prum lado eu fui pro outro. Mas é normal, eu tava de capacete mais preparado pra isso. E eu fiquei no frente e ele se recuou um pouco. E depois eu mandei as fotos pra ele.

Você mencionou no começo da conversa as “diretrizes” que o França te passou sobre o caso das bandeiras. Ele fez mais alguma outra recomendação que você lembra?

A Aldeia Maracanã tem um racha. Vou até contar um caso que aconteceu. Eu fui num ato pela defesa da UERJ, que são mais independentes, o DCE até foi, apesar de tudo ele estava em luta, apesar das contradições da instituição. Tinha uma galera da Aldeia Maracanã que eu não conseguia separar na hora quem era índio pelego e quem era índio combativo. E eu filmei o cara e falei um membro da Aldeia Maracanã, ele me ligou, sei lá, quinze minutos depois.

Estava transmitindo ao vivo?

Não. Estava filmando e fotografando para publicar. Publiquei a matéria e ele me ligou: “sua matéria tá excelente! Mandou bem! Mas tem um problema, a foto do cara que você colocou a gente não cobre essa galera. Porque ele é um cara que já cometeu um erro lá na Aldeia Maracanã. E aí os indígenas da ocupação, da tentativa de retomada, eles têm uma divergência ideológica e a gente tá do lado da galera que tá mais independente. Então a gente não vai veicular esse cara”. Falei “foi mal, só apagar”. Aí ele apagou. Com relação a Aldeia Maracanã foi isso. Só dessa narrativa você dá pra entender. A gente tenta cobrir as lutas mais autônomas. Tem alguns movimentos sociais, a maioria dos movimentos, os sindicatos a gente têm menos questões. Não a CUT né, por conta do histórico até de agressão mesmo a jornalistas. Inclusive eu fui salvo pela câmera uma vez, um ato 15 de março, a gente chegou na central e aí eles encerraram o ato, já se despedindo, o carro de som tava lá, mas assim a galera já guardando as bandeiras. E aí respeitando esse

tempo de pacifismo e chame como quiser... o Black bloc depois chegou, mas já no final do ato, e começou a apedrejar a guarda municipal. Nisso, uma galera que informalmente são chamados de bate-paus da CUT, não sei como é a relação no sul de vocês com isso, mas aqui no Rio é assim, e aí eles agrediram, deram um soco na cara de uma outra amiga nossa, a Cátia. Eu tenho ela chorando, não tenho o momento do soco porque o que me salvou foi eu ter colocado a câmera na reta do cara. Tem um companheiro nosso que também tomou um chute e caiu no chão. Então você vê que a gente tenta cobrir aquilo que tem uma autonomia combativa, não uma diretriz de agressão. Porque pra mim parece uma diretriz muito covarde bater em secundarista, bater em mulher que tá lá protestando. Não faz muita diferença do aparelho repressivo do Estado. Mas é essa diretriz, e tentar... movimento social, sindicato mais combativo, atos dos professores...

Você já chegou a discordar de alguma prática dos jornalistas do coletivo achando que deveria ter sido feito de outro modo, diferente daquela visão do jornalismo mais clássico?

Não. Não me incomoda porque tem espaço pra todo mundo. Eu acho se fosse assim: Olha, tu não vai poder publicar essa matéria do Rafael Braga, por exemplo. Porque ela tem um viés mais jurídico, então vai publicar isso no Justificando. Aí eu ficaria mais... Mas o que me incomodava era questão que eu não tinha um avatar para publicação no site. Mas eu entendo as dificuldades de fazer, programação... aí é o SM1 que faz, o SM1 tá enrolado com os projetos dele, o França não sabe fazer. Era só essa questão, eu ter que pedir para os outros publicarem pra mim. Só isso que eu achava chato.

Como você definiria o trabalho da MIC? O que ela faz?

Eu não conheço os termos técnicos. Eu vou falar depois você faz os recortes. O que a MIC tenta fazer é um jornalismo alternativo – cê já viu aquele documentário “Uma noite a mais nas barricadas”, do Brad Will, de mídia independente? Não tem o CMI no Brasil e tem uma inspiração informal mesmo. E a gente tenta veicular... um jornalismo... eu vou chamar de crítico, depois se dá o nome... Mas é uma perspectiva mais crítica. No sentido de a Globo vai tocar numa pauta a gente vai tocar talvez na mesma pauta, mas sob outro ponto de vista.

Como você enxerga a importância do trabalho da MIC?

Recentemente parece que veicularam nossa página em algum grupo fascista e todo mundo conservador começaram a negatar a página e tecer comentário sobre “você são a mídia que bota o povo contra a polícia, você são a mídia que defendem o Black bloc”. Então acho que falando sobre quem não gosta da gente dá pra saber quem a gente é. Qual a pergunta que cê fez mesmo?

Qual a importância do trabalho da MIC?

Eu acho que essa ideia de trazer outra narrativa. A gente entende que a Globo ainda é o grande mecanismo, as grandes mídias. A televisão chega a lugares que a internet não chega, que são as classes trabalhadoras que vão ter mais acesso. Mas existe uma juventude, existe um devir que possivelmente, futuramente, a gente espera, uma ideia de que a internet o facebook, as redes sociais vão conseguir minimamente – não é uma previsão teórica não, a gente espera, faz uma fé –, então nesse sentido a gente acha que é mais pra disputar narrativas e informar. Tentar mostrar que o Black bloc não é aquilo que falam que é, porque que quando é na França é legal e quando é no Brasil é errado? Talvez seja isso, informar e desconstruir, no melhor sentido da palavra. Enfim, é isso criticar aquilo que é feito não para o povo.

Em que aspecto você considera que a MIC diferencia dos grandes jornais e meios tradicionais?

Primeiro que você não tem financiamento. Por exemplo, o França foi roubado uma vez. Levaram a mochila dele com a câmera e a porra toda. E aí ele fez um vídeo, fez um crowdfunding e pediu grana assim pra quem assina. “Olha quem puder ajudar!”. Mas não é uma baioneta no peito que fala: Ó tem que pagar. Não tem assinante, não tem nada disso. Eu acho que se diferencia na proposta também, né? Você denunciar muito mais que velar. Uma proposta muito mais anticapitalista do que capitalista hegemônica. É o papel da ideologia em si, né? Na sociedade capitalista é velar a luta de classes. Então, a gente tenta trazer a tona essa perspectiva de luta, desvelar o que chamam de violência sistêmica. A gente procura além do que a ideologia tá tentando esconder e trazer a tona numa linguagem mais simples possível. Talvez seja essa a grande diferença, tem muitas outras, mas eu acho que essa é a mais importante.

Tem mais alguma diferença que você queira citar?

O financiamento, essas questões de propostas, forma organizacional horizontal também, de não ter uma pauta centralizadora.. cê não vai falar disso porque fulano não... eu acho que isso também tá ligado às formas de financiamento. Mas dá pra ressaltar a organização horizontal ou mais horizontal possível.

Quando eu falei com os outros membros da MIC, eles mencionaram que estavam fazendo projetos em escolas, de oficinas. Você já participou delas?

Não. Eu sei que existem oficinas de vídeos como prova ou foto como prova, mas tem um nome mais técnico pra isso. É o Vitor de outro coletivo, da Rádio Mutirão, eu sei que ele dá. O SM1 também. O SM1 é meu auxiliar de fotografia. Deu merda na câmera, eu falo: “porra SM1, me ajuda aqui!”. Informalmente eu sei que ele me ajuda muito, mas em escolas eu não fui, mas eu sei que esse projeto existe, apesar de não compor.

Antes de cobrir manifestações, vocês se reúnem para discutir alguma questão relativa à cobertura?

Isso foi acontecendo. Foi mais a questão de pró-atividade, quem tava mais afim de... envolve questões de coragem também. Estar se expondo é complicado.

Minimamente o que eu levo, que eu vejo outros coletivos usando também, é um capacete, identidade, máscara de gás – de preferência full-face, pra você não ficar cego – e questões de estar com um celular, deu merda, liga para um companheiro; leite de magnésia... Materialmente falando, isso. E bom senso, cê saber que, porra... tem quarenta homens do Choque e só você, porra... vai lá, não vai filmar de muito perto pra você não tomar um tiro à toa, bota um zoom, não precisa ficar com a câmera na cara da pessoa. A diretriz seria o bom senso.

Além de fotografar tu fazia filmagem também e transmissão ao vivo?

Não, ao vivo eu nunca fiz. Até porque, não vai pegar na gravação agora, cê vai ver meu celular agora, calculadora!

Mas chegou a fazer filmagem?

Tem um vídeo muito interessante até que foi no dia primeiro de fevereiro desse ano, que foi quando queimaram o primeiro ônibus do ano. Isso tem... pra além das ideologias por trás disso, do ponto de vista estético são boas fotos. Mas além que eu vibro com isso da perspectiva ideológica, vou velar isso aqui. Mas a questão estética fica maravilhoso. Esqueci até o que cê perguntou, eu lembrei do ônibus queimando...

Você já ficou em dúvida se deveria filmar ou não alguma cena?

Então, o medo vem. Por exemplo, nesse último ato do dia 28 eu, capacete e máscara, de um segundo pro outro, bomba, chuva de bomba, toda aquela correria, a gente informalmente se dividiu, eu olhei e vi que já tinha midiativista na barricada. Falei, não faz sentido eu ficar e vou cobrir a ação policial. É sempre um problema pra mim. Porque primeiro, nada impede de ele virar para o lado e atirar em mim, isso aí é práxis clássica da polícia, e nada impede da galera da ação direta erra uma pedra e acertar em mim. Isso me dá um certo medo, mas não é algo que vai me impedir de agir. O que me já me impediu foi um ato de uma galera mais combativa, até meio descolada das massas, totalmente na verdade. Que foi semana retrasada ou passada. Depois que queimaram nove ônibus parece que as empresas começaram a contratar capangas, pelo que eu entendi. Isso me preocupou porque você não tá mais no âmbito da formalidade do sistema penal, né? A polícia a prisão, não. Ali meu amigo, se tiver que te matar, se tiver que meter porrada... e eu por acaso foi a vez que eu fiquei com muito medo. Que eu abaixei pra tirar a foto da placa de um ônibus e uma mão bateu nas minhas costas e falou assim: E aí chefe, posso saber porque cê tá tirando foto da placa do meu ônibus? E nesse momento eu fiquei com medo. Aí eu tive que falar não, eu sou jornalista, aqui meu capacete. E ele, a galera se manifestar pacífica tudo bem, mas pô vai meter fogo no meu ônibus. Eu falei, vamos aproveitar e trocar uma ideia, isso eu também eu acho errado e tal, mas a galera também tá revoltada. Mas deixa eu te perguntar, quando queima o ônibus o trabalhador, o motorista, paga? E ele, não, não, o motorista não acontece nada com ele, mas a empresa, não é certo. Daí que eu vi que ele não era nem motorista nem dono da empresa, mas ele era alguma coisa informalmente para garantir a segurança. Vamos chamar de milícia. Então eu tenho mais medo dessas questões, apesar da

polícia me colocar medo, essas seguranças informais. E a MIC tem até um histórico negativo com relação a isso. Em 2013 atiraram munição letal em direção a galera, alguns seguranças aqui do centro do Rio, e essa galera até algumas vezes mandam algumas mensagens de ameaça, e isso a gente nem dá tanta atenção. Talvez seja esse o medo maior.

Você já evitou filmar alguém que poderia ser identificado em protestos?

Identificado é uma diretriz até do França, esqueci de citar no início, mas não é nem do França. Acho que o bom senso do midiativista que tem o compromisso, tem uns caras que se dizem que são midiativista que estão aí pra fazer foto pra vender pra grande jornal. A verdade seja dita. A gente até dá “oi, beleza?”. A galera da ação direta um vez até veio falar comigo: “você anda com esse maluco?”. “Eu não, eu sou da MIC”. Aí o pessoal falou “não, cara, porque ele chegou aqui com o Choque e a gente quer entender que porra é essa. Ele não pode ser nosso amigo e amigo do Choque, entende”. Eu tenho uma fotografia, eu posso te mandar depois, de um cara com uma bandeira anti-fascista, ele tá botando fogo numa barricada e ele tá só com os olhos aparecendo e eu tirei uma foto dele. Mas eu não tiro foto que possa servir de prova futura para incriminar aquele sujeito, isso de forma alguma. O nosso compromisso primeiro é com eles depois com a estética. Não quero tirar um fotão e o cara ser preso por isso, imagina. Não há uma neutralidade, cê tem que tá falando ali, pô cara cobre o rosto, a polícia tá aqui, tem gente tirando foto. A gente fala também, não fica deixando o cara só se ferrar, fala, pô tá dando mole, ou bate foto e avisa que vai pra MIC, quando tirar foto sua pergunta pra onde vai é direito seu não fica intimidado não. Eu sempre faço esse trabalho. Não sei como outra galera atua.

Eu queria até formalizar isso. Fazer oficinas pra galera da ação direta. Falar, “porra... isso aqui vai servir de prova não dá esse mole”. Porque não é que a gente simpatize ou não, existem várias ideologias dentro da MIC. Tem galera mais governista, tem um galera mais autônoma, anarquista... Mas, de tentar né, porque é povo antes de tudo, é estudante que tá ali por detrás da máscara, uma galera trabalhadora, camelo que as vezes fica empolgado e se organiza lá no Black bloc... é muito maneiro, emocionante real, as vezes cê tá no calor do momento cê fala “caralho, vale a pena, se eu tomar uma porrada aqui tá tranquilo”. É isso.

Você já teve algum problema por não ter credencial de jornalista durante as manifestações?

Cara, ainda não. A gente na MIC tem um debate de fazer ou não fazer um crachá, porque é uma faca de dois gumes. Se o cara vê que você vem com um material antifascista, denunciando os abusos de poder da PM e vê o crachazinho da MIC na hora, meu amigo... Alvo. Por outro lado se você tem o crachá, você fala: vai bater em jornalista? Por enquanto eu tô usando a blindagem do capacete azul, bom sou jornalista, vai bater em jornalista? Mas eu sei que se eu tiver numa situação, num lugar menos monitorado vai dar merda.

Vocês não chegaram a nenhuma conclusão em relação ao crachá?

Ainda não, até porque é um investimento, a questão de grana por trás. Eu troquei de câmera agora, inclusive vou pagar esse mês a fatura. E aí não vai dar pra pensar ainda... camisa também eu já propus, mas aí falaram essa mesma questão.

Você considera importante entrevistar fonte oficiais?

Lideranças indígenas talvez, mas ninguém do Estado em si. Talvez seja até uma auto crítica que a gente deva fazer, de tentar, de fazer uma narrativa de filmar aquilo colocar uma perspectiva do povo e a perspectiva que o Estado fala que é.

O coletivo já cometeu algum erro durante transmissões ou na veiculação de alguma matéria?

Já teve membro que foi tirado por questões que não tá ajudando ou não tá ativo. Tem um racha assim... tem um cara lá, eu não lembro nem o nome dele na verdade, porque eu não conheço. Mas o França reclamava que ele tinha uma perspectiva meio que “Lula 2018”, “Volta querida”. A gente tem muitas críticas até por ser companheiros dos povos indígenas, a gente entende que por mais progressista, desenvolvimentista, tenha sido o governo do PT sobretudo do governo Dilma, teve muita matança de indígenas. Então é problemática pra gente que vem com um material sobre resistência dos povos indígenas veicular também matéria de um governo que matou indígena pra caramba. O agronegócio cresceu à beça. Então, tem essa discussão do

coletivo sentar junto e falar isso não dá mais. A gente tenta falar informalmente, pô deu mole ali.

Em relação ao conteúdo, teve algum momento que vocês tiveram que depois retirar uma matéria ou corrigir alguma coisa específica?

No tempo que eu tô lá, não. Até porque eu tô na edição. É horizontal é, mas não dá pra desconsiderar também o tempo de experiência de quem tá lá. Existe essa hierarquia natural do tempo, que os mecanismos que a gente propõe de organização anulam mais próximo do total essa hierarquia. O papel de editor, vou te falar, que a única coisa que eu tive que tirar foi essa foto do índio pelego.

A MIC recebe colaboração externa?

Financiamento?

Não, colaboração de texto, de material.

Tem parceria. A galera é antes de tudo companheira. Tipo, esse vídeo de primeiro de fevereiro, eu fiz as imagens, um companheiro da rádio mutirão disponibilizou o espaço físico pra editar, editou e o França fez a narrativa. Então, ele não era MIC. Depois até acho que ele foi colocado lá pra veicular material. Mas são redes, assim, sabe? É tudo entrelaçado. Deixa eu ver mais quem... Tem o companheiro Pedro Arthur, que ele gerencia a página da ocupação do IFCS, e ele tá sempre alimentando com material sobre essas questões de ocupações universitárias. Mais é isso. Muito de fora não tem. O que aconteceu no dia 28 foi que a gente publicou uma foto dum cara que não era da MIC, aí a gente marcou ele, foi só isso.

Você lembra se receberam algum texto de colaborador externo e ele não foi veiculado porque vocês discordavam do conteúdo dele?

Não. Cara, eu vou falar do lugar de editor. Recentemente eu vi uma pessoa publicando no avatar da Mídia Coletiva, que é um avatar mais genérico, pra essas coisas mesmos. E ela publicou um pouco fora da diretriz, talvez mais poético. Cara, até onde eu sei não. Mas eu não sei se recebe muita coisa, eu acho que os próprios membros do coletivo já

produzem bastante material, então a gente acaba não recebendo muitas coisas até pra colocar nossas impressões. Não desmerecendo a de ninguém, mas como a gente tá mais aglutinado a mais tempo, tentar traçar uma linha.

Eu não entendi esse caso que você mencionou da menina. Você achou estranho que foi publicado?

Não, é que eu nunca tinha visto alguém de fora publicar, tão de fora, ela não faz parte de um coletivo. Aleatoriamente ela..., não... de coletivo sempre publico. Mariachi é um grande companheiro nosso. O Buba Aguiar, inclusive ela e o Mariachi é da MIC até onde eu entendo. Não. Não é da Mídia Coletiva e do Mariachi, essas divisões... Não é um problema. Mas quando é de fora até do meio de participação do coletivo, foi novo pra mim. Então, não é que tenha sido ruim é que não foi dentro da diretriz que eu estou acostumado a ver, mas também é um preconceito moral, de fazer juízo de valor, falar, ah não tá dentro do padrão, logo é ruim... não considero ruim, só considero diferente. Até muito bonito o texto, poético. Mas não é o que habitualmente a gente publica lá.

Gostaria que você olhasse o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros e observasse o que concorda, discorda, e se o documento se aplica às práticas da MIC.

Vou te responder numa perspectiva mais jurídica do que jornalística.

Tá de acordo... de acordo com a gente, mais do que a grande mídia. Tipo isso aqui... *relevante ao interesse público*. “Caetano estacionou no Leblon”, sei lá. Direito fundamental... direito de informar e ser informado... Isso é legal de ter, depois eu vou imprimir e levar na bolsa.

Muito de acordo, até agora não tenho nenhuma ressalva. (...)

Aquilo que eu te falei de não filmar quem tá...

Isso tá mais para o midiativismo do que pra Globo, parece. Isso aqui talvez eu esteja de acordo. Isso aqui poderia criminalizar a gente. Eu tô falando enquanto estudante de direito. Que eles alegam que você filmar um ato violento, violência objetiva, né. Galera queimando barricada, seria uma maneira de... sei lá, registrar isso, seria algo de incitação á violência. Sei lá, mas eu vou comentar depois.

Isso aqui eu fiz já.

O quê?

Filmar escondido. Mas era dentro do interesse público.

Tem alguma coisa do código que você acha que falta ou deveria ter?

Só essa questão do que é do que é o jornalista. Aquele parágrafo que diz que quem não tem diploma não vai poder exercer a profissão. Tirando isso, acho que... pelo o que eu li por alto, tá bem de acordo. Principalmente a parte da ética, né. Eu vejo que as mídias alternativas talvez tenham mais compromisso com isso do que as mídias corporativas tradicionais. Eu não acrescentaria nada, só tiraria aquilo e ampliaria o debate pra que que serve o diploma. Quando ele mesmo diz que o diploma serve muito mais pra quem não tem do que pra quem tem, uma carteirada de saber poder.

Transcrição da entrevista com SM4.

Antes de participar da MIC, você já atuava em algum outro coletivo?

Bom, em na verdade, me envolvi com ativismo e manifestações. Comecei lá na Aldeia Maracanã.

Antes de junho de 2013.

Antes de junho, antes de junho. É ali que começou minha vida ativista, que deu uma bagunçada na minha vida profissional como fotógrafa, e já tô há cinco anos com a vida bem bagunçada – e atualmente eu faço marcenaria também.

E foi lá na Aldeia Maracanã que você conheceu o pessoal da MIC?

Não. Não conheci ninguém lá, não. Tem algumas pessoas que eu convivo até hoje, e que eu conheci na Aldeia Maracanã, mas a Mídia eu conheci mesmo em 2013, nas jornadas de junho ali, Ocupa Cabral, Ocupa Câmara. E aí eu conheci o SM1, o SM2, mas foi mais... no dia 20 de junho ali, nas jornadas de junho, tipo assim, aquela confusão, a Ninja ainda não se conhecia. As pessoas começaram a se conhecer em junho. Teve aquele surgimento da Mídia Ninja – parecia que só tinha a Mídia Ninja como Coletivo. Aí eu marquei um ato do nada, não era ativista, do nada marquei um ato no Museu do Índio. A Kátia, que foi uma fotógrafa que eu conheci na Aldeia Maracanã, marcou um ato em frente ao Copacabana Palace. E aí, o meu ato, como ele bombou – em 12 horas tinha mais de mil confirmações, e na época não tinha essa comoção ainda, de manifestação, de ato, de nada e tal...

Estamos falando de 2012?

2012, é. Setembro de 2012. E aí, como meu ato me chamou muita atenção por ser no Museu do Índio, chamou atenção porque já tinha a história do antigo Museu do Índio que era na Aldeia Maracanã. E aí o pessoal de lá começou a me bombardear, e eu falei: “ó, gente, tipo assim, não tem mais como mudar de lugar, mas a gente pode fazer o ato lá, e a gente vai, não tem problema nenhum de a gente, depois, ir para a Aldeia Maracanã”. Aí eu vi o quanto era totalmente situada na época, não tinha a menor noção do que que tava acontecendo e tal. E aí, quando

eu cheguei na Aldeia Maracanã – eu fui visitar um dia antes desse ato – e aí eu entendi, fiquei profundamente arrependida de não ter marcado lá, que a causa tinha que ser lá.

Mas eu combinei com eles. Eles pegaram um ônibus, levaram uns índios lá para Botafogo, depois foram 40 Guajajaras para lá, lá para o ato em Botafogo. E aí eu conheci a Kátia nessa circunstância assim, de a gente começar a se mobilizar. E aí, em junho de 2013, a gente foi conhecendo as ruas nos perrengues, pessoas com câmera e tal. Os coletivos foram se formando de parceiros que estavam na rua, e que tinham que dar conta pelo volume de situações todo dia, de manifestação, de violência policial – que não dava mais para ficar agindo independente, sozinho, sem ter um coletivo. Ter alguém na base para mandar o material, para alguém sair, levar o cartão e...

Nos primeiros momentos de junho, quando você foi para as ruas, você chegou a fazer transmissões, fotografar, ou foi apenas dar uma olhada?

Olha, eu fiz de tudo um pouco porque eu, na Aldeia Maracanã – aí eu tenho minha posição de midiativista, que é diferente um pouco dos meninos. Eu, já na Aldeia Maracanã, quando eu cheguei com a minha câmera, eu via que eles não precisavam de alguém fotografando ou só registrando aquilo. Tinha uma questão jurídica ali. E eu me juntei com os advogados só de tentar resolver. Chega uma hora que eu parei de levar a câmera, que eu saquei que eu tinha um iPhone, que se desse alguma merda de liminar que caía, que era toda hora, eu fazia uma foto ali dos índios: “ó, a gente tá aqui e tal, postava no Facebook na hora”. Aí, para mim – isso é uma coisa que eu falo sempre – a questão da tecnologia. Para mim ainda é melhor eu estar com um iPhone que é uma coisa pequena: num perrengue, correu e tal, é imediato, é instantâneo, pra fazer um videozinho de 30 segundos, ficar se cutucando, falando e postava no Facebook, tal.

Então, eu saquei que a gente precisava de agilidade de informação. Tinha que ser ao vivo. Que eu não tinha tempo de pegar a câmera, pegar o laptop, jogar ali para dentro, esperar jogar e tal. Então, para as situações de emergência, eu não tinha como ficar com um trambolho de equipamento, e tempo também. E não tô fazendo um documentário, um trabalho artístico, é informação. E aí, quando eu cheguei em junho já estava com essa ideia. Fora que o equipamento é caro, eu sou profissional. Equipamento caríssimo, as lentes caríssimas. Falei: “cara, eu não vou levar o meu equipamento, que é um equipamento que é o

meu ganha-pão para a rua, para tomar uma bala de borracha e quebrar uma lente de seis mil reais, entendeu? Não vou fazer isso mesmo”.

E eu ficava ali, eu ia para entender como ativista, como cidadã, e via tanta gente que já tinha fotografando aquilo que, para mim, tipo assim: “eu sou fotógrafa há 20 e tantos anos, tenho noção de enquadramento, de luz e tudo”. Eu com um iPhone... E você acaba desenvolvendo um instinto de jornalismo, de prever situação, de saber qual o melhor ângulo, qual o melhor momento. É um *timing* que eu tenho, eu desenvolvi. É um instinto. Você já tem, mas você desenvolve ao longo da profissão. Então, eu tava indo para as ruas transmitir. Fiz *live* durante junho, com o *Twitcasting*. E eu ia, e eu tinha essa coisa de fazer o *streaming*, e aí de vez em quando eu fazia uma foto. Ou um videozinho, tudo do celular. Porque na hora eu postava na rede e mostrava o quê que tava acontecendo. Fora o live, mas aí eu sempre tive essa coisa mais sintética. Eu pegava uma foto, postava, chegava em casa, aí eu comecei a escrever textos.

Para acompanhar as fotos?

Para acompanhar as fotos ou, quando chegava em casa, eu sempre postava uma foto durante a manifestação ou um videozinho curto quando o bicho tava pegando, porque eu precisava disso. Eu não sentia necessidade nenhuma de eu estar com a câmera tendo que registrar. Porque muita gente entrou ali na hora e não era fotógrafo, não era jornalista. Tem a fotografia e o vídeo, tem uma coisa que as pessoas se apaixonam quando começam a fazer e tal. Eu já não tinha mais essa paixão, sabe? Aquilo já era minha profissão, já fazia aquilo. Não era nenhuma novidade eu estar gravando, filmando coisas e me emocionando com uma foto e tal. Tipo assim, já era muito “feijão com arroz” para mim, e eu precisava estar ali participando de outra maneira, de repente estar impedindo um policial de bater em alguém ou pensando em rotas de fuga e vendo a situação como uma cidadã e tentando descrever. Tá por fora. Que o fotógrafo, você fica ali, você fica com um outro olhar quando você tá só com a fotografia, preocupado em registrar.

Eu tava preocupada em ver e tinha alguma momento que eu ia fazer um registro. O registro ia surgir, sempre surgia. Todo dia surgia um registro, entendeu? E o que despertou em mim foi também a questão de eu ter que traduzir aquelas imagens. Porque não é fotojornalismo. Tem que ter fogo, né? Daí, os vídeos que tinham fogo, as fotos que tinham fogo: milhares de curtidas, compartilhamentos. E não era isso – só que

aí ficou só *isso, isso, isso, isso*. O midiativismo e a gente também começou a ficar com uma coisa sensacionalista. E eu: “Não é só isso que importa! Por que que essas pessoas estão na rua? Que que tá acontecendo?”.

E eu comecei a escrever explicando o que eu tinha visto: a covardia da polícia, mas tentando justificar – porque [para] os leigos que olham, parece que está tudo maluco! Fica um monte de baderneiro, *blackbloc* e o Estado controlando. As pessoas são formadas para ter uma vida toda condicionadinha, caretinha, que não pode desobedecer, que não pode isso...

E aí parece que é errado as pessoas estarem ali legitimamente lutando. E tomam porrada, e aí não pode ter *blackbloc* – que são cidadãos que estão exercendo a legítima defesa, entende? Fazendo barricada, se defendendo como se a gente tivesse que apanhar calado. E eu comecei a escrever nesse sentido para as pessoas entenderem: “gente, é legítimo lutar pelos seus direitos!”. E se tem um Estado que é violento, a gente tem que olhar para esses meninos não como terroristas, mas como sintoma de uma sociedade que tá gritando desesperadamente por socorro! Sabe, a gente tem que ter uma maturidade de não seguir uma Globo ou um Estado que tem criminalizado todos. A gente tem que entender o que está acontecendo entre a gente!

Então, meu ativismo ficou nesse lugar, e depois, no meio do caminho eu me envolvi com pessoas de situação de violência de Estado em favelas – de perderem parentes e serem vítimas de violência de Estado. E aí comecei a fazer vídeos, mas os vídeos mais de depoimentos, de entrevistas. Aí, realmente, quando eu pego uma câmera, não é numa manifestação. Eu vou, escuto geralmente mães de vítimas de violência falando do caso do extermínio, do genocídio do povo preto. Então, quando eu pego a câmera e vou fazer algum material – nos últimos anos, desde junho de 2013 para cá tem sido com pessoal de favela mais em situações mais amenas, e de tentar fazer uma denúncia.

Durante as jornadas de junho, você chegou a frequentar alguma reunião ou se encontrar com a Mídia Ninja?

Fui numa reunião ridícula. Foi a primeira reunião que eu fui, lá na Eco. E cheguei atrasada. Tava em Niterói trabalhando...

Isso durante junho?

Isso dia... Agora não sei se foi junho ou julho. Eu acho que foi... Eu tenho isso guardado porque eu mandei um e-mail para a Ivana Bentes e o Carioca nesse mesmo dia porque eu fiz uma pergunta que eles não me responderam, foram super arrogantes.

Por e-mail, não na reunião.

Por *inbox*. Eu mandei depois da reunião, que eu fiz uma pergunta, que eu falei justamente isso: porque eu comparei o trabalho do Mídia Ninja, mas, tipo, eu fiz uma crítica, mas eu ainda acreditava neles, assim, mas eu tava incomodada com o midiativismo em geral já. Com a maneira de a gente estar reportando. Por isso que eu acho que pode ter sido julho.

Pós-jornadas.

Pós, é. Mas que estava ali se discutindo e eu questionei eles: “por que que vocês só começam a fazer o *live*, só postam coisas depois das 8h30 da noite, depois que saiu no Jornal Nacional?”. Porque a polícia esperava dar 8, 8h30 para começar o Jornal Nacional, para transmitir ao vivo a porradaria. E eu falei: “Pô, as manifestações começam às cinco horas da tarde!”. Os atos são marcados para as cinco. Das cinco às oito você tem milhares de pessoas ali na rua que poderiam estar sendo entrevistadas para as pessoas que estão em casa entenderem o porquê que aqueles jovens, o porquê que aquelas pessoas estão na rua. E isso nunca é mostrado!

Então por quê que fica três horas que tem coisas acontecendo? Então parece que essas três horas não são nada, e aí só é quando tem a porradaria depois? Aquele antes ali é deslegitimado. É como se parece que eles sacaneiam. Parece Wagner Moura, só sensacionalismo. Comparei com o programa do Wagner Moura porque é sensacionalismo! E aí eles deram uma desculpa de... Nem me lembro o que eles falaram – deram uma desculpa esfarrapada qualquer. E aí eu me lembro... Esse *inbox* posso até te mandar depois – até faço questão de eu mesma ver esse trecho já, que que eu tava pensando ali, que para mim é um problema, mas analisar é bom. E eu mandei pra Ivana Bentes e para o Felipe Peçanha, que é o Carioca – olha, acho que eu não me fiz entender, não tava querendo ofender e tal, longe de mim. Até falei: “Admiro o trabalho de vocês”, e refiz. Fiz um textão explicando, e os dois visualizaram e nunca me responderam. E eu não conhecia eles, nada. Tava querendo entender o que que era isso.

Então você foi na reunião para entender o que estava acontecendo? Por curiosidade?

Para entender. É, mas todo mundo falou que o Mídia Ninja é *foda* [sic] e tal, eles estavam fazendo os *streamings* e tal, mas aí eu comecei a ver que como eles foram muito arrogantes na resposta e depois não me responderam – eu não estava sendo agressiva. Assim, “olha, às vezes eu falo e parece que eu sou agressiva”, até falei isso. Fiz uma história e tal, mas eu tô aqui repetindo porque eu não quis ofender, só quis saber mesmo. Eles não responderam e aí depois eu comecei a sacar da ligação deles com o PT [Partido dos Trabalhadores] mesmo. Não eram independentes, eles estavam ali por um partido. Eles não citavam em nenhum *post* deles eles citavam nome de político nenhum. Eles são situação. Eles estavam com o PT. Hoje eles estão com o PSOL [Partido Socialismo e Liberdade], tem nove colunistas no site do Mídia Ninja hoje que são do PSOL. É [Marcelo] Freixo, é Jean Wyllys, é a Marielly, enfim. Eles se juntam com partidos mas eles não falam mal de ninguém. Você não via eles citando o nome do [Sérgio] Cabral ou do Eduardo Paes ou da Dilma [Rousseff]. Ninguém. Eles só ficavam meio que batendo na PM [Polícia Militar], e isso começou a incomodar, isso começou a ficar estranho. E eles frequentando todos os espaços, eles iam sempre em bando. E aí qualquer reunião que eles iam, eles são muito treinadinhos, eles são muito trabalhados pra isso, eles fazem isso profissionalmente.

Então eles iam [às] reuniões e estavam sempre todos com um celular, se comunicando entre si e passando tudo lá pro Capilé, entende? E eles cooptavam, eles chegavam e sempre dava um jeito de dar uma minada nas reuniões para atingir os objetivos deles, na tentativa de dar uma abafada. E a gente começou a bater neles e a expulsar eles daqui, que eles cooptavam não só com a questão do dinheiro, jovens, não sei o quê, que eles falavam que eram independentes, mas eles eram os únicos que iam para a manifestação com iPhone 5 e MacBook Air. E a gente: “Espera aí, como vocês são independentes, pobrezinhos, coitados e tal se...”. Eles tinham 4G já na época.

Começou a ficar tudo estranho e a gente viu, depois de toda a estrutura do Capilé com [José] Dirceu, com Dilma, com Lula. O cara, Ministério da Cultura, que eles tinham *trocentos* [sic] mil editais, que eles tinham estrutura mesmo, porque não era tudo... do jeito que eles se diziam coitados e tal, e como eles são um exército. Um exército de mídia. Tanto que depois em 2014 eu fui intimada para depor naquele processo lá dos 23 lá, daqui do Rio. Fiquei duas horas e meia lá na

delegacia, lá na cidade da polícia, e aí me mostraram dois álbuns no final da entrevista, de fotos: uma porrada de gente. Mídiavistas, ativistas e tal. Não tinha nenhum do Mídia Ninja. Eu fui lá porque eu estava postando coisas no Facebook. Era o que eu fazia: texto, foto e vídeo, só isso.

Conhecia todo mundo. Tudo bem, sou militante, conhecia basicamente todo mundo que estava ali naqueles álbuns, mas quem mais tinha projeção, quem mais publicava coisas era o Mídia Ninja. E não tinha uma foto de um Mídia Ninja ali. Aí eu falei: “gente, é muito estranho, né”, contra mídiavista, eles se dizem até hoje mídiavistas. Aí eu vi que realmente era uma investigação que estava vindo de cima, provavelmente do PT, e eles, lógico, não seriam investigados. Eles que deram toda essa informação para os caras, entendeu?

Eles vieram para mapear. Eles vieram para organizar os desorganizados. O lema deles: “vamos organizar os desorganizados”, e fazer esse mapeamento, saber quem é quem. Tanto que veio o Gilberto Cardoso, aquele que era o Ministro da Casa Civil... Gilberto Carvalho ou Cardoso, enfim. Quem armou a vinda deles foi a Ivana Bentes e o Pablo Capilé, que estavam lá, que era uma reunião dois meses antes da Copa, com os movimentos sociais, o Ministro da Casa Civil. Dois anos antes, tiro, porrada e bomba no Rio de Janeiro, e dois meses antes o cara resolve vir conversar com os movimentos sociais organizados, ciceroneados pelo Pablo Capilé e a Ivana Bentes, e eu já tava vendo que o cara sabia meu nome. Aí eu falei: “Putá que o pariu [sic]!” e de alguns ativistas aqui do Rio, aí eu falei: “Cara, eles já estão marcando.

Que as pessoas ficam hoje em dia protegendo o PT, eu falei: “gente, a gente foi perseguido no Rio de Janeiro e não foi só pelo PMDB, não! Pelo PT!”. Tipo, vai à merda, sabe? [sic]. Ficar protegendo Lula, Dilma agora. 2013, 2014 a gente foi massacrado não só pelo PMDB do Cabral. Pelo PT do Lula e da Dilma! Anarquistas, graças a Dadá.

Você pode me explicar como foi o seu processo de ingressar na MIC?

Olha, meu processo de ingressar na MIC é uma afinidade... Que eu tenho com o SM1, com o SM2. Mas eu faço parte do coletivo, mas não como eles.

Quando foi a primeira vez que você...

Não tem essa de primeira vez, não tem. Cara, às vezes eu cedo materiais para eles, foto, vídeo, mas muito pouco, assim. Eu não tenho trabalho constante, permanente. Eu tô ali... Sabe, eu não consigo fazer muito parte de coletivo porque coletivo tem essa coisa que – os coletivos geralmente são pessoas mais jovens e que tem um ritmo que eu não consigo. A galera tem 20 e poucos, 30. Eu tô com 41, 42. Dá uma zoada a nossa cabeça, essa coisa de ativismo, de botar nossa vida toda de pernas pro ar. E eu, tipo assim, hoje em dia eu me colo mais com a MIC e o Projetação [conferir grafia], uma galera mais velha, que trabalha e que leva num outro nível de tempo, de *timing*...

Outro ritmo.

Exatamente, outro ritmo. E a MIC, assim, um trabalho – uma coisa que a gente fez foi até agora, mês passado, assim, que foi o vídeo do Matheus, que eu chamei o SM1 para fazer comigo e tal, que eu tive acesso a uma mãe: tinha perdido um filho, no caso o Matheus, a Gilmara e a gente ficou impressionado porque ninguém, nem do ativismo, soube desse assassinato desse rapaz em Janeiro, dentro de um trem. E aí eu falei para o SM1: “vamos lá fazer e tal?”. Então foi o primeiro vídeo oficial que eu fiz com eles. Assim, eu tenho contato com os coletivos sem fazer parte deles, mas eu colaboro. Eu sou mais uma colaboradora.

Como se fosse, digamos, aspas, uma *freela* que cede o material, cede fotos, cede vídeos...

Isso! E que faz parcerias e tal. Mas eu digo: “sou uma membra da MIC?”: Sou, mas eu colaboro e troco... Tipo assim: SM1 hoje em dia, SM2, que são os criadores, os fundadores da MIC, são, assim, meus parceiros de trocar ideia política e são as pessoas que eu tenho mais afinidade. Que tá pensando na mesma linha que eu, dessa questão de coletivo também, de questionar essa questão de financiamento – que a gente vai chegar em alguma momento a esse assunto também. Que eu sou, assim, desde o começo, muito firme nessa minha posição: não entra um puto [sic] em relação a isso.

Você mencionou antes da nossa entrevista sobre o financiamento, e como ele pode influenciar, desestruturar ou até mesmo inverter os valores do midiativismo, do coletivo. Qual é a sua posição sobre isso?

Eu acho que o ativismo – o midiativismo tá dentro do ativismo, mas no ativismo – você luta por uma causa. E você lutar por uma causa é uma coisa que é muito mais, digamos assim, uma vontade, é uma necessidade...

Paixão?

Eu não botaria a palavra paixão, não. Para você ver uma injustiça ou alguma coisa errada, e você ter valores, você se posicionar em relação a aquilo, que é espontâneo. Que é uma espontaneidade o ativismo, que é de você querer fazer alguma diferença no mundo em que você vive, enquanto indivíduo, enquanto cidadão. E você saia do seu lugar, da sua zona de conforto, de cara de paisagem, de passivismo [sic], e você tomar uma atitude.

Ativista para mim é você tomar atitude. Mas que é legítimo, pessoal e intransferível e ideológico de você se mover no mundo, de você estar no mundo e de querer mudar o mundo. Eu não consigo associar com trabalho. Você tem o que você trabalha, o seu ganha-pão, sua profissão – aí o problema é que entra a *profissão de jornalista*: é o que eu falo com vários coletivos. É muito delicado, que a gente tá falando de informação. Como a mídia deturpa, como distorce, Como distorce porque tem grupos de interesse por trás, né – os cabeças, que são as instituições, empresários e tal – que querem manipular a informação.

Então, a partir do momento que entra dinheiro – e vai entrando cada vez mais – você acaba obedecendo quem está pagando! Então se eu quero trabalhar com informação – trabalhar que eu digo, é: gerir essa informação – eu posso estar sendo testemunha, eu posso comunicar isso, mas eu estou comunicando porque tô vendo que isso é um absurdo e que eu quero que as pessoas vejam. Isso é um ativista. Ou um midiativista. A gente tá ali ao vivo mostrando a realidade que está acontecendo e sem distorcer aquela informação, sem ter uma mão por trás.

E por mais que os grupos que são financiados digam que “não, mas a Fundação Ford não influencia nas nossas pautas!”, isso não existe. Uma fundação dá 250 mil dólares, ou 50 mil dólares, e só dá, sem cobrar nenhuma contrapartida? Isso daí é historinha para boi dormir. Isso não existe. É lógico que quem tá bancando tá esperando alguma coisa. Não existe ficar achando que esses milionários, esses grupos todos – são extremamente capitalistas – estão sendo bonzinhos e achando fofinho quem tá na rua do lado do povo e ajudando uma revolução ou uma baderna, que se chame, entendeu?

É delicado. Eu já falei tanto disso, e as pessoas ficam com dificuldade. Todo mundo foi para a rua ali: pessoas que não eram jornalistas – eu era fotógrafa, a Kátia era fotógrafa, o SM1 trabalhava com cinema – teve um monte de gente que já trabalhava com imagem, que ia para a rua ali, e a gente ia registrando. Estávamos vivendo uma situação que até hoje a gente ainda fica entendendo o que que tá acontecendo e tal, e cada vez a gente tá entendendo mais, mas eram cidadãos com legitimidade, estavam mostrando e a gente tem acesso a ferramentas, a redes sociais que a gente pode estar comunicando e tal.

Teve uma galera que se deslumbrou. Que aí começa a ter mais *views* e a galera que não mora sozinha ainda, que não paga as contas – estou falando de gerações. Acho que quem acabou se rendendo é uma galera mais nova que ainda não tinha uma profissão definida, que ainda não tinha um lugar no mercado de trabalho, que não tinha uma casa ainda pra bancar contas.

Acho que a galera mais jovem começou: “Ah, então sou jornalista, então vou fazer isso”. Aí tem um deslumbre. Lógico, você está aparecendo, tá bombando. Teve muito deslumbre, teve muita questão egoica. Que as coisas são: é mídia. É popularidade, sucesso. Então, para continuar fazendo isso... “Ah, então, já que eu não tenho uma profissão, não me formei ainda e tal, por que não ganhar um dinheiro?”. Aí me chamaram de purista. “Ah, mas você não vai ganhar nada com isso?”. Eu falei “não”.

Aí você vê que tem desde o deslumbre até desvios éticos de valor. Então eu falei: “Você tá me chamando de purista porque eu sou honesta? Por que eu não quero ganhar dinheiro?”. Porque se eu quiser ganhar dinheiro eu entro para o jornal. Eu trabalhei lá em 2001, fui estagiária e *trainee* do Jornal O Globo. Saí horrorizada. Fiquei cinco anos sem fotografar achando que eu não gostava de fotografia – até eu entender que era a mídia que eu via ali. Eles manipulavam até jornal de bairros, entende? Até matéria de comida eles distorciam a informação. De verdade: criam, inventam um mundo fantástico. A Globo, O Globo, eles são profissionais e quem tá ali dentro que percebe: “ah, tem que ficar mais bonito, tem que vender!”. E você entra jovem ali, quando você vê, você tá há 40 anos ali dentro – tem gente que está lá até hoje e entra nesse *modus operandi*, entende? Como se fosse natural a informação ser manipulada. E não é.

Então, eu tenho essa experiência que eu até falei para as pessoas: “Cara, se vocês quiserem, então, ganhar dinheiro, então assumam que você é jornalista. Não tem problema nenhum! Mas não venha me dizer

que você é midiativista!”. É isso que eu tô tentando separar: O joio do trigo.

É uma diferença entre midiavista e jornalista.

E jornalista. Então, midiativista tá começando a ganhar apoio financeiro, virou jornalista. Aí você virou o profissional que vai se vender. Ele vai fazer tudo por uma foto, para ela ter mais valor, ou para um texto, pra distorcer, e de acordo com o interesse. Porque não tem jeito: quem vai botar dinheiro aí dentro é porque quer alguma coisa. Não existe essa coisa boazinha da fundação... Não existe nenhuma fundação boazinha. Sou super contra fundação, instituição, porque eles querem manipular – e tem essa coisa também de dar grana. Você tá sempre naquele perrengue. A partir do momento que você ganhou aquele dinheiro, ninguém acomoda! Dinheiro também é uma forma de abafar. Aí a galera meio que acomodou: “Pronto, pronto, agora não preciso correr tanto. A gente vai lá, a gente cobre, tem as imagens e a gente já sabe, e tal, e *não sei quê*”. Você tira a pessoa de combate. Você compra a pessoa com dinheiro. Não que você tá dizendo que você tá fazendo isso, mas a pessoa chegou no final do mês, garantiu, você deixa de ser um ativista – até que você falou de paixão. Agora não, aquilo ali virou burocrático. Não trabalho, eu ganho. Então é também uma forma de... Em alguns casos eles não precisam nem dizer o que eles querem, mas só o dinheiro já cala a boca. Você já não vai naquela pressão por ideologia. Você tá indo porque: “Ah, não! Tá dando dinheiro, a gente tem que fazer por onde”. Só que você vai mais frouxo. Seu discurso fica mais frouxo, você fica meio... Não pode falar mal do cara, o cara pode estar numa fundação *da vida*, sei lá, pode estar criticando aquele grupo ou grupos relacionados a aquele grupo, que você pode perder... Então você começa a ficar com o rabo preso.

Exatamente. O dinheiro te prende o rabo. E o independente, ele não tem o rabo preso, exatamente. A gente sabe muito bem o nosso inimigo. Eu não vou me ligar a ele. Não vou me ligar a grupos capitalistas. Pode me chamar de purista, o que for. É minha ideologia, assim: Eu vou estar fazendo, eu vou ganhar dinheiro com a minha fotografia profissional, fotografo pecinha de teatro, *peçonas* [sic] de teatro, tô fazendo a marcenaria agora para juntar porque o mercado tá estranho. Eu tô amarradona fazendo. A madeira reciclada, que é também o meu jeito de praticar um ativismo: de pegar, reciclar material, de estar fazendo peças com preços mais honestos e não ficar superfaturando, e tô fazendo

trabalho manual com essas coisas, tô me dando prazer também buscando uma nova profissão no meio dessa loucura toda.

O Mídia Ninja, eles podem falar, no máximo, que são uma mídia corporativa alternativa. Ou só mídia alternativa. Mas não é mídia independente, nem midiativista. Pode ser mídia alternativa. Como a TV era considerada uma mídia alternativa, ou um jornal pasquim. Ah, são veículos alternativos ao *status quo*, ao padrão. Mas a gente tá falando de midiativismo, mídia independente, isso é uma coisa. Outra coisa são os que estão se rendendo e tendo que calar a boca. Que o ativismo, ele tem uma pegada, que ela só vale na independência ali. E que, sabe, mesmo assim tem que ter uma *puta* [sic] de uma maturidade emocional, política. Para você estar ali em situações que, por exemplo: Durante a Copa. Eu tava *fodida* [sic] de grana. Eu fiz dois vídeos com celular e com a câmera – que na época já não estava mais tendo porradaria – mas eu fiz dois vídeos, assim, que fizeram por coincidência. Foi cagada, sabe? Sorte mesmo. Uma daquela escada do jogo do Maracanã que estava tremendo, que saiu na BBC de Londres, saiu n’O Globo, saiu em tudo quanto é lugar. Eu fiz um videozinho que a escada, aquela obra de bilhões no Maracanã, fizeram uma estrutura com andaime que as pessoas subiam, e todo mundo com uma cara apavorada. Fiz esse vídeo, foi um escândalo. E aí eu fiz um outro. Que fizeram uma arena na Praia de Copacabana, do Fifa Fun Fest, e quando estava dando jogo eu vi as funcionárias todas rolando a roleta. Eu falei: “Gente, quer faturar, dizer, comprovar para o patrocinador que eles conseguiram encher aqui dentro e tal. Não era pago, mas tinha alguma coisa de esquentar produção. Tem um termo que se fala para você justificar que aquilo estava cheio mesmo e que valeu a pena, que eles iam garantir que teriam tantas pessoas lá dentro visualizando o evento, para prestar conta – prestação de conta.

E esses dois vídeos tiveram 50 mil, 60 mil compartilhamentos. Eu botei direto no Facebook, aí foi *vooff!* [sic]. Aí eu vi. Eu estava sem dinheiro nenhum, todo mundo compartilhando... As mídias brasileiras todas sem pedir autorização para nada. Assim, passando batido. E aí, uma semana depois, duas semanas depois, alguns canais internacionais começaram a entrar em contato comigo pedindo os vídeos educadamente. E eu fiquei tão chocada. Aí eu falei: “Gente!”. Lá fora tem um pouco mais de ética profissional. O jornalista tem uma ética. Eles pedem autorização, queriam me pagar. Daí eu comecei a negar um monte. Aí os dois últimos... Era uma semana que estava cortando luz, telefone e tal lá em casa. Era, tipo, 160 dólares e 200 euros. Eu lembro que o total dava uns 900 reais. E eles iam pagar por *paypal* e tal. Falei: “Cara, eu vou aceitar, que eu preciso pagar as contas hoje! Vão cortar

luz, internet, telefone”. Eu tava toda *fodida* [sic]. Foi o único dinheiro que eu ganhei com ativismo. [Foram] os dois vídeos da Copa. Sites, assim, *coxinhas*... Coxinhas não. Mas, tipo, corretinhos, direitinhos, de Londres ali, ingleses.

E aqui no Brasil ninguém chegou a te pedir autorização para usar?

Não. Nenhuma. E aí, eu nunca – até hoje, as fotos e vídeos o pessoal fala: “Ah, eu posso pegar, e tá lá no site, tá público pode pegar”. Nunca vendi. Já foi capa de livro, de revista. Tem uma foto que eu fiz no Metrô Mangueira, que é um menino tacando um... Ele tá numa bicicleta, e ele tá tacando um pneu numa barricada lá no Metrô Mangueira. Então tem aqueles pneus todos pegando fogo. E ele de bicicleta, com aquele desenho da bicicleta contra a luz do fogo ali, e é uma *puta* [sic] foto também.

Tem uns momentos assim que eu tenho uma sorte. Que aí, isso também, o fotojornalismo, ele tem ou não tem. Eu tenho uma sorte: faço poucas fotos, mas elas cravam, entendeu? E nunca cobrei por essa foto. Ela foi capa de um monte de coisa, de matéria de revista, de livro até, de tese. Nunca, eu nunca quis. Confesso que teve uma vez na Copa ali que ganhei uns 900 reais. Nem lembro quais os dois vídeos que eram, mas que era tanta gente e eu tava tão assim, que eu falei: “Tá bom”. Foi tanta coisa, alguma coisa eu vou tirar disso aqui, mas... Não me senti mal, assim. Não vou viver disso.

É por isso que não pode ligar ativismo com conta, em casa. Sabe? É diferente. Você tem que estar ali, e se acontecer, aconteceu. Se não acontecer, não aconteceu. Daí se você ganha dinheiro com isso, uma pena não estar acontecendo. Mas aí quando você ganha tem que acontecer. Então eu, como não ganho nunca nada com isso, eu vou, quero mais é que dê certo. Tiver bomba, não tiver bomba, as coisas têm que estar acontecendo, mas eu não tô lucrando com isso. Eu não tô ganhando nada com isso em termos de trabalho, que eu precise disso para... Que é capitalismo – que aí você se diz contra capitalismo, mas tá vivendo dele. E o ativismo não pode estar. Eu luto contra o capitalismo. Eu tô a cada dia me descobrindo, assim. Que eu sempre fui uma anarquista. Eu nunca tinha estudado, tô passando a estudar agora, assim, e eu tô me descobrindo uma pessoa 113%... 13 não, porque [risos]... 110% anarquista na minha vida. E tive práticas que tive ao longo da minha vida inteira.

Eu nunca tive carteira assinada, tem impostos que eu não pago – de carro, de coisas assim. Eu não quero dar dinheiro para o governo, não

acredito nesse sistema. Então, tem posturas que eu já tomava muito antes de ter me descoberto uma ativista.

As pessoas me conhecem e sabem que eu sou a chata nesse sentido de: não vai me corromper, não vai me comprar, não venha com essa historinha de partido, de dinheiro ou de discurso. “Eu tenho que votar”: eu sou do “não vote”, e as pessoas ficam apavoradas: “Não, não fala isso! Tem que votar no Lula agora!”. *Foda-se* [sic] o Lula. Tô cagando! [sic], entendeu? Entrou ali, tá tão sujo quanto todo mundo. E é difícil manter uma postura que as pessoas têm uma tendência [de] – na dificuldade, na merda – se vender para sobreviver. Eu entendo! Por isso que é delicado, para mim, falar. Mas não faz isso com ativismo. Não faz isso com ideologia. Não faz isso com uma luta, sabe? É muito delicado a gente já está num lugar tão frágil, e essas cooptações só fragilizam mais ainda.

Tiram a gente de um lugar de estar vendo com mais clareza. Eles chegam ali e você não vê direito. Fica longe dessa merda, sabe? Para a gente poder ter um olhar mais crítico mesmo. Só que as pessoas têm tendência.

Você considera que uma pessoa formada em jornalismo, que atua em coletivo e não tem por finalidade o lucro – você acha que essa formação dela, de quem já atuou em redações, pode, de alguma maneira, contaminar as práticas do coletivo? Como uma questão de valores mesmo.

Depende da pessoa, dos valores dessa pessoa. Porque se essa pessoa for ética, ela faz um jornalismo que pode ser ético e não ganha dinheiro, tá num coletivo, tá se prestando ao papel de estar ali num coletivo sem ganhar dinheiro, sem fins lucrativos, pode acrescentar porque tem questões de construção de texto, de narrativa, de como se escrever, de como objetivar, de como proteger a fonte, o nome... Tem técnicas. O jornalismo, mal ou bem, ele tem técnicas que vêm de um jornalismo corporativo que podem vir a somar, entendeu? Jornalismo que eu digo mais na forma de redigir o texto, mais de formatação.

Mas ali na rua, a apuração, isso é uma coisa mais instintiva, assim. Eu não acho que um jornalista... A não ser que ele chegue falando “não, tem que pedir patrocínio, apoio” de qualquer maneira, entendeu? Mas fora isso, não vejo como sendo ruim. Acho que depende muito da pessoa. Mas se é uma pessoa profissional que tá ali, pode agregar valor, sim, com certeza, de como fechar, como... Tamanho de texto, tem coisas que tem que ser mais curtinhas, como fazer um *lead*, uma chamada – o

que chama atenção –, o que é importante. E aí a minha veia publicitária entra ali: você tem uma situação e você tem que reduzir em três palavras, quatro palavras. E é um *sublead*, um subtítulo ali, de uma frasezinha pequenininha que explique mais ou menos. O título chama atenção, aí você tem uma frasezinha embaixo, e aí você pode ter um textão, mas que aquilo ali tem que estar chamando atenção.

Isso aí são coisas que o pessoal que não é jornalista não sabe, e que o jornalista pode estar ajudando nesse sentido. Mas depende muito do caráter do jornalista. Mas no geral, se for por uma questão simplesmente formal e da coisa em si, só agrega, com certeza.

É que, pelo que entendi, quando você diz o que considera midiativista, e opõe isso em relação ao jornalismo que busca apenas o lucro, me parece ser mais uma oposição entre midiativismo e “jornalismo ruim”, antiético, do que entre midiativismo e um jornalismo eticamente bem feito, com responsabilidade. É isso?

Jornalismo ético, não.

Seria mais uma oposição entre midiativismo e jornalismo ruim, de fato.

Um jornalismo das mídias corporativas, dos grandes jornais. Aí eu tô falando de Folha [de S. Paulo], de Globo, tô falando de Veja. Primeiro lugar que eles não... Você tá falando da ética do jornalismo. O que que seria o jornalismo, a essência: é informar. Você tem fatos, situações, e você informa essa situação. É lógico que no midiativismo ninguém é totalmente imparcial. Claro. Eu tô fazendo meu ativismo e eu tô mostrando o lado do povo, e O Globo tá mostrando lá o lado do PSDB, e é isso. Você toma lados. Só que aí tem a questão da manipulação da informação que essas grandes mídias – pelo alcance, pelo dinheiro, O Globo tá no Brasil e no mundo! Vou citar O Globo assim, porque eu acho que define bem.

Eles estão com um poder de manipular e de criar verdades, falsos fatos, e é muito louco. Porque, tá bom: “Ah, mas o jornalista pode ser jornalista gente boa”. Eu conheço, eu trabalhava lá n’O Globo. Eu conheço todos os fotógrafos de lá. São pessoas boníssimas, não tem nenhum que é fascista, que é filho da puta [sic]. Não são! Só que eles estão ali: “Preciso pagar minha conta”, tem um filho, tem *não sei o quê*. E você entra muito novo ali – as pessoas geralmente entram mais novas – e tá num mercado. As pessoas não questionavam um sistema, esses

valores. Isso veio muito lá de 2013. Acho que o grande legado de 2013 é as pessoas... Hoje em dia, a gente estar aqui numa mesa falando de política. Cinco anos atrás ia estar falando de um filme do Woody Allen ou de novela – que eu não falo – ou, sabe, de futebol, de bobagens, de carnaval, de festinha. E as pessoas ficam numa alienação, e a gente tá pra falar de política hoje. Mas eu vejo que, depois das jornadas de junho, esses jornalistas, esses fotógrafos d'O Globo, eles estão começando a se questionar coisas que eles nunca tinham se questionado.

É lógico que tem pessoas legais ali dentro, só que eles fazem tanto no automático, que isso nunca foi permitido, esse tipo de questionamento – era o chato: aí, é o comunista, é o maluco. Não, não é maluquice, não! Ser comunista, ser anarquista, socialista, pensar contra esse sistema do jeito que ele é e que tá *fodendo* [sic] com o povo cada vez mais – não é à toa que tá tendo uma virada do mundo inteiro do fascismo, porque as pessoas estão perdidas em tudo quanto é lugar.

E nessas situações de tumulto, de confusão, de a esquerda se batendo, é onde o fascismo cresce. E ao longo da história é sempre assim. Então, é lógico que esses meios de comunicação sempre manipularam até os próprios jornalistas – lógico que tem um ou outro que tem... Aquele Diogo Mainardi, tem uns malucos, Olavo de Carvalho, tem uns malucos que são *reação* mesmo, né? Inegável. Mas tem muita gente que não. Então, é delicado. O bom jornalismo... Conheço muito cara que bom fotógrafo, bom jornalista. Só que ele chega: Ele até faz uma matéria. O que que acontece: chega o jornal e você chega na matéria. Você apurou. Levou e fez todas as perguntas aqui. Aí você tem um redator, aí você tem um subeditor, aí você tem um editor. O texto do repórter não é o que vai sair no jornal no dia seguinte! Não é! Ele passa por mais três mãos até sair. E ainda tem um aquário lá n'O Globo que é, tipo, o filé mignon, que eles disfarçam a *porra* [sic] toda.

O jornalista, às vezes, o repórter, vai na rua, nem a culpa é dele. Ele só apura. Aí, *porra* [sic], aí chega todo o dia seguinte que ele pega o jornal impresso: “Cara, não foi nada disso que eu apurei”. E ele continua ali, todo dia vendo que ele está apurando uma coisa e está saindo outra: Esse cara não se incomodar me deixa com a orelha em pé, entende? Esse cara não tá entendendo que tá acontecendo isso? Eu sei porque eu vivi lá dentro, eu trabalhei lá dentro, e eu vi que era exatamente assim. Sabe, até foto minha, de eu mostrar uma situação de manifestação que a Globo queria estar apoiando, aí fiz uma foto aberta que estava vazia. E aí eles *croparam*, para aparecer um grupinho pequenininho que parecia que estava cheio. E aí se manipula nesse sentido. Até a foto se manipula.

Cropando, não de fazer montagem, que aí é muito grosseiro. Mas só um corte, que é ingênuo. Não diz nada, mas... Era uma Cinelândia, sei lá, um lugar vazio, com meia dúzia de gato pingado, e quando eles fecham, você vê uma foto com dez pessoas e pode dizer que aquilo estava lotado.

É muito delicado isso: o bom jornalismo. O bom jornalismo só vai existir dentro de um grupo que seja realmente independente e que esteja realmente voltado também para o povo.

Independente desses filtros editoriais, você quer dizer?

Que não tenham esses filtros, que são ligados a grandes corporações. Eles estão ali trabalhando para o governo, trabalhando para o Itaú, para Bradesco, para prefeituras, para instituições, empresas. Eles não têm nenhum compromisso com a verdade. Eles fabricam verdades e as pessoas acreditam. Com internet, hoje, menos um pouco.

Quarta-feira lá o Lula, lá com o [Sergio] Moro. *Porra* [sic]! Moro se fodeu, O Globo se fodeu, todo mundo se fodeu [sic] que o Lula tava ali, tirou eles de letra. E aí no dia seguinte a Globo já inventando João Saldanha que falou do Caixa 2. E, aí, quando eu vi, no dia seguinte, a Globo já falando uma bomba, tipo: “Porra [sic], não deu certo a parada do triplex. Se fodeu [sic]”. Então, a Globo não tem mais esse poder, porque ficou muito claro que o Lula se saiu muito bem ali, e que a Globo pode continuar inventando o que quiser, e ela não tem mais esse poder de botar o Lula, tirar o Lula, depois bota [Fernando] Collor, tira Collor. Aí Dilma: Tira a Dilma.

Eu acho que, nos tempos atuais, do jeito que está a mídia, midiativismo, informação, como as pessoas estão começando a não buscar só informação através deles – tem outras redes, e aí eu acho que o midiativismo entra muito forte nisso, muito bem nisso –, as pessoas estão começando a ver que não é só ali. Lógico que eu ainda tô falando de uma bolha: Classe média, tem uns coletivos de favela já. A gente tá num começo de um tempo em que as grandes mídias corporativas não podem mais mentir da maneira que elas mentiam antes. Elas estão vendo que não adianta. O caso do Lula para mim vai ser emblemático, histórico. Que assim, pela primeira vez eles não vão conseguir. Vão ter lá os fascistas do lado deles. Mas o povo – petista, lógico, nem conta, mas –, quem tá em cima do muro tende a desacreditar a Globo. Eles vão perder espaço por isso. A realidade não vem mais na telinha da televisão. Ela vem de outros lugares, e as pessoas estão podendo se empoderar no sentido de poder ter um senso crítico, de estar mais democrático. Você tem mais lugares para ver, você tem mais opiniões.

Aí o cidadão vai poder filtrar e entender quem ele acha que está falando a coisa mais certa. Ele pode ter uma escala e fazer comparativo. A gente não tinha. Era dado, era aquilo ali.

E eu acho que esse bom jornalismo, ele tá vindo justamente fora das grandes corporações – quanto melhor esse jornalismo for, quanto mais independente ele for do grande capital. Tem que ser, porque o capital é que tá mandando. “Vamos seguir essa linha, vamos defender esse cara, vamos defender esse grupo”, abafa, não fala de fulano, não fala de ciclano. A mídia, você tem que analisar o que ela tá falando e, principalmente, o que ela não está falando. É isso que se fala muito: “O que ele ocultou? O que ele não está falando?”. E aí são as entrelinhas. Mas eu acho que é uma educação toda que está vindo, que para mim é o legado de 2013 no Brasil. É essa educação política, ou essa consciência política que as pessoas estão tendo, e que não é mais chato. Era muito chato para as pessoas falarem de política. “Ih, lá vem o chato! Ih, é partidário!”, porque era o cara do partido. “Ah, é o cara do PDT, ou do PT e tal”. Hoje, não. Hoje em dia pega mal você não ser minimamente informado do que está acontecendo.

Você já se deparou em alguma situação, fazendo cobertura de rua, de ter ficado em dúvida se deveria filmar ou tirar determinada foto? Pode dar um exemplo de algum desses dilemas?

De rua? Para mim a situação d’O Globo, que foi o que me fez... Quando eu era *trainee* já. Eu fiquei seis meses de estagiária, seis meses de *trainee*, e eu me lembro: saiu uma capa, minha única capa d’O Globo foi dia 6 de setembro, foi no Dia da Independência, dia 7 de setembro de 2001, quatro dias antes [da queda] das Torres Gêmeas. Foi na mesma semana – tanto que essa história foi abafada porque teve as Torres Gêmeas e ninguém mais falou disso. Que foi quando pegou fogo numa favela na Linha Vermelha – tem a Linha Vermelha aqui no Rio, que é uma avenida grande que liga lá para a Zona Norte e tal. Tinha uma favela embaixo, e tinha alguns grupos tentando remover essa favela, não conseguiam. E eu tava voltando da baixada e, no fogo, era um elevador da Linha Vermelha que tinha essa favela embaixo. Tinha um fogo. A favela tava pegando fogo, e o fogo fechou a pista. E, por acaso, o carro d’O Globo que eu estava foi o primeiro a parar. A gente parou o trânsito, não dava mais para passar, que não dava mais para ver nada, e eu tava voltando de uma saída lá na baixada, com equipamento, com tudo em cima, e comecei a fotografar.

E aí eu comecei a ver que a tava derretendo mesmo. A Linha Vermelha derreteu, tava começando a ficar perigoso. Era um elevado, tinha um canal embaixo, e o barranco, onde era a favela aqui embaixo. Pequenininho, pequenininho. E eu comecei a fotografar, e eu liguei para o meu editor, o meu editor: “Vai tirar foto assim, assado. Mostra foto que aparece o quilômetro, para aparecer em que altura, para localizar”. E ele falou de uma frieza. E eu falando com ele, tentando fotografar e vendo as pessoas com criança no colo. Com bujão, jogando o bujão dentro do canal para não explodir, de gás, e o desespero dessas pessoas.

E aí eu falei: “Eu não quero estar aqui fotografando, eu quero atravessar esse canal e ajudar essas pessoas a tirar essas crianças, sabe?”. E eu tava num lugar que eu tinha que estar ali fotografando para a capa de O Globo, porque o editor sabia que todos os fotógrafos iam chegar pelo centro, na direção contrária, e chegar pelos fundos. Só quem tinha acesso a essas imagens da capa era eu. E ele perguntando: “A exclusiva, a exclusiva, a exclusiva!”, e me pressionando que queria a exclusiva. Eu falei: “Cara, tem um cara com uma camerazinha”, sabe a *shot*, na época, “cara, ele não é fotógrafo”. “Você tem certeza?”. Eu falei: “Não! É um cara que eu vi aqui, me mostrou as fotos que ele fez, ficou perguntando, tirando dúvida comigo”. E é exclusiva, ninguém tem essa foto, mas eu vendo aquilo, e aquilo me deu esse nojo, assim.

Aí eu fiquei pensando nesses fotógrafos de guerra. Você tá fotografando crianças sendo metralhadas – e eu discuto muito isso com a Kátia, que é fotojornalista e começou comigo ali, que ela vai, e eu falei: “Kátia, mas eu não consigo! Tem horas ali na linha de frente que eu não quero estar fotografando!”. Eu parei isso também porque eu queria estar ajudando as pessoas a fugirem, ou chutar uma bomba de volta, sabe? Qualquer coisa! Não quero estar registrando. Ou às vezes os policiais batendo numa pessoa?!

Aí, às vezes eu vejo vídeos assim, da situação que tá todo mundo com a câmera. E em vez de estar puxando o policial para parar de bater na pessoa, as pessoas ficam numa coisa frenética de ficar registrando um linchamento! Eu falei: “Cara, não! Você podia estar impedindo que aquele cara apanhasse e você está ali!” – é uma questão ética minha, de que eu não consigo exercer o fotojornalismo em situações de violência.

É um *paparazzi* do mal, entende? A gente parece um *paparazzi*. Que eu tô ali, e eu tô com uma câmera, mas eu sou uma pessoa! Eu não tinha que estar ali fotografando! Eu tinha que estar ali impedindo! “Ah, mas é para denúncia”. Cara, mas, tipo, se você tentar segurar e o cara te der uma porrada também, e você não conseguir enxergar direito com um olho, você tirou uma foto, mas essas situações que, eu, olhando, falei:

“Gente! Vocês estão entendendo o que vocês estão fazendo? Tem uma pessoa apanhando e vocês estão fotografando em vez de apartar a briga ou parar?”. Porque aí fica isso de: “Ah, essa foto aí! *Fotão, fotão, fotão!*”. Oi? Fotão e você estava ali e não fez nada? Isso para mim não é um *fotão!* “Ah, mas mostra a violência do Estado”. Você pode estar ali impedindo aquele policial de estar fazendo aquilo. E alguém mais de longe que pode fotografar. Mas quem tava ali, corpo a corpo, não fez nada!

Aí, essa questão d’O Globo também foi isso: De eu estar vendo uma coisa – eu era muito nova, tinha 25, sei lá, 26 anos – e isso me bateu de uma maneira assim, que eu falei: “Não quero”. Esse dia eu cheguei no jornal, eu me lembro que eu entrei, eu cheguei defumada. Cheiro de fumaça, muita, fiquei horas lá. Demorou a noite inteira para liberar. Eu cheguei [à] redação muito tarde. E aí, todo mundo sacaneando: “Tá defumada!”. Eles brincando com uma situação, e eles não queriam nem saber as coisas que eu tinha passado, as coisas que eu tinha visto daquelas famílias. E as famílias falando que eles tinham uma apreensão de remoção, que foi incêndio criminoso, sabe?

Aí a capa, no dia seguinte, foi, tipo, de um bujão. Aí o Globo tinha que defender a construtora que, provavelmente era patrocinadora do jornal, entende? Aí deram uma versão que era completamente diferente dos moradores ali. Eles estavam sofrendo pressão para serem removidos, para sair, de oferecerem outros lugares. Eles não queriam sair dali! E aí no dia seguinte veio essa matéria que foi um bujão de gás que explodiu. Aí eu tava ali no meio daquelas pessoas e vi que não foi nada disso. Aí ali eu falei: “Cara, foi o auge para mim”.

Aí eu fiquei até o dia 31 ou o dia 1º. Trabalhei até o dia 1º de janeiro de 2002. Foi *revéillon*. Dia 1º ou dia 2. Foi exatamente um ano. Aí eu saí.

Foi a única experiência que você teve com jornal?

Sim. Foi a única. Aprendi muito com os fotógrafos. Tem uns fotógrafos incríveis, fudas [sic]. Tudo que eu sei de fotojornalismo hoje – que eu já fotografava, e lá esse ano me deu termos técnicos. Aprendi pra caralho [sic]! De conviver com aqueles caras. Porque quando eu era estagiária, fiquei seis meses acompanhando a saída, com eles. Saía com eles. A gente vai, para, faz assim, com *flash*, aquela situação. Tava ferrada. Aprendi um monte de técnica que não tinha nada a ver com foto de estúdio – tinha aprendido muita coisa de estúdio.

Coisas de rua, de situação, de agilidade, de foco, de tudo: *flash*, não-*flash*, de usar *flash* o mínimo possível, de velocidade baixa, de disparo, de tudo. Técnicas. Valeu por isso, por alguns fotógrafos que eu gosto muito e que convivo até hoje, pouco, mas nunca cortei relações. E depois, de *trainee*, a outra experiência mais marcante foi essa de eu estar ali no lugar, que depois da manifestação eu trouxe essa referência, dessa experiência da Linha vermelha, de eu estar na manifestação: “Não quero estar aqui registrando. Eu tô sendo testemunha de uma coisa histórica, não quero estar fotografando isso. Eu quero estar vivendo e agindo!”

Você gravou só no começo as manifestações ou chegou a fotografar?

Quando começou, em junho, eu levava muito pouco. As minhas fotos de manifestação, elas são fotos de celular, ou vídeos de celular.

Tava mais filmando ou tirando foto?

Era mais texto. Eu escrevia mais texto, e tive [aquilo de] pegar fotos que resumem uma situação toda. Que aí, isso são anos de experiência, entendeu? De fotografia, de trabalhar com imagem. Então, geralmente, era uma foto ali que eu fazia que era de celular. Eu não precisava de uma *puta* [sic] câmera. Não tava preocupada com qualidade, técnica, definição.

Tinha luz, dava para fazer com o celular, eu tirava boas fotos, fotos bonitas, assim, mas não vai dar para imprimir para fazer alguma coisa – mas eu sempre tava com algum equipamento para fazer uma imagem, fazer uma foto, fazer um texto. Geralmente chegava a escrever um texto muito grande que tinha muita repercussão. Grande que eu digo, assim, para os padrões da época, que ninguém fazia. Texto de 20, 30 linhas. Todo mundo lia, porque ficava chocado que todo mundo via pela Globo News, e a gente mostrando: tinha uns vídeos, tinha os meus textos, uma foto ou outra minha. Então, meu ativismo é meio *sui generis*, assim. Convivo com todo mundo, e fico tranquila porque muita gente faz isso. Tem muita gente fotografando, fazendo vídeo. E não me sinto em falta de não estar fazendo isso, até porque tenho outros lugares que eu posso estar preenchendo, que completam, são complementares, que precisa de tudo um pouco. Mas eu tenho esse meu incômodo particular de estar ali. E eu sempre tive horror de *paparazzi*. Até na redação. Se tivesse que me mandar para fazer, eu não ia fazer. Lá no Globo: “Ah, vai atrás do fulaninho”. Isso eu negaria fazer. Jamais.

As fotos que você mandava para a MIC eram de manifestações pós-junho ou eram de casos mais pontuais?

O pessoal da MIC pegava um *post* meu e falava: “A gente vai compartilhar seu *post*”. Eram coisas que eu já tinha publicado, aí eu via que eles pediam “a gente pode compartilhar seu *post*, seu texto?”. Geralmente tinham coisas mais a ver com texto.

Parte mais textual.

Mais texto. SM1 que sempre falava: “Posso compartilhar? Pô, mandou bem esse texto”. Aí eles tinham uma foto, um vídeo assim. Mas o engraçado é que eu sou fotógrafa, mas o que mais me despertou foi transcrever, sabe? Que só a imagem não tava bastando. Eu comecei a sacar que a imagem – tinha até umas imagens fortes e tal, mas aí você pode ter mil análises. Tava precisando era do depoimento, pessoal. Era quase uma reportagem: eu estive ali, eu vi isso. Eu falava sempre na primeira pessoa: “Eu vi isso, isso, isso, isso e isso”.

E eu acho que as pessoas que eu mais atinjo são burguesas, brancas, que tem um medo de ir para a rua, mas que estão entendendo que tem alguma coisa errada. Então, acho que minha função no ativismo – não preciso falar pra qualquer lado que existe racismo. Eles sabem! Mas eles acham que é importante eu estar fazendo esse trabalho, que eu fico educando a classe média branca. “Gente, vocês são racistas? Vocês não souberam? Se você ficar mantendo os seus privilégios é racismo?”. Eu sei o quanto tem pessoas de 2012, inclusive, para cá, que me agradecem e falam: “Que bom que você tá escrevendo essas coisas, que você tá falando. Eu não sacava que eu era assim”, ou “minha família é assim e eu não sei como me posicionar”. Eu tenho *feedbacks* de muita, muita, muita gente que tinha preguiça de pensar, que não tá tendo mais.

É isso. Eu tô fazendo micropolítica. É pequenininho mesmo! Se cada um fizer a sua parte, vai mudar. Não votar e lavar as mãos: Ah, um partido dentro de um sistema corrupto vá mudar alguma coisa... É cada um ter essa vontade de querer fazer sua parte, de querer mudar um pouquinho. E, sabe, não quero ganhar dinheiro de corporação, não quero atingir 1500 pessoas. Eu tô mudando o meu pedaço. As pessoas estão no meu entorno e eu sei que eu tô fazendo alguma diferença para as pessoas saírem da zona de conforto delas.

A maior parte do material da MIC era texto. Então, você chegou a publicar no site deles, mídia coletiva, alguma coisa lá?

Tem algumas coisas que eu escrevi que eles botaram lá. Deve dar uns dois textos. Eu não sei, tem que perguntar pro SM1.

Não ia para a página do Facebook...

É que essa página é porque tem muito bloqueio no Facebook, e também vai ter um material mais – que aí fica uma cara, que aí você pode botar ali um texto, foto vídeo, ter uma matéria mesmo. Dá de fazer um clima de matéria um pouco mais completa do que o Facebook com *post*. Então, eles pegam as matérias Eu até falei que não precisa nem pedir autorização. Você vê uma coisa minha, maneira, que tenha o que você quer, pode... Tô lá, como administradora, como colaboradora e tal, mas não fico nessa de ter um compromisso, uma responsabilidade. Mas eu não quero uma coleira.

Anarcoindividualista...

É, anarcoindividualista.

Você comentou antes sobre o primeiro vídeo que fez com a MIC, sobre o assassinato do Matheus. Como foi a produção?

Ah, então. Nessa história do Matheus, né? Do vídeo. Eu vi um - me chamou atenção - foi um post que o Rodrigo Mondego, que é esse advogado, fez em que ele falou como se fosse a história de um casal branco, dentro de um metrô na Zona Sul aqui do Rio, e que entrassem por acaso policiais militares e achassem eles suspeitos, por nada, e pedissem para o rapaz sair e ficarem dois ou três policiais militares sozinhos com a namorada. O rapaz não quis sair do vagão e esse rapaz teria sido assassinado no meio dessa discussão. Em cima de nada. E ele falou assim: isso seria um escândalo se tivesse acontecido na Zona Sul, dentro de um metrô, com um casal branco. Como aconteceu em um trem da Supervia, na Estação da Central, com o Matheus que era negro, ninguém soube. E eu vi isso no final de março. E eu falei "que porra é essa?". Até comentei, assim, uma frase mesmo: "Que porra é essa?" E aí alguém postou uma notícia do Extra. Aí eu vi a história, mais ou menos, e aí comecei a escrever um texto para compartilhar esse post do Rodrigo Mondego, desse advogado, e aí acabei descobrindo que isso tinha acontecido no final de janeiro, que isso tinha acontecido há dois meses e que ninguém tinha sabido dessa história. Nem os ativistas, ninguém.

Gente, né... Como morre gente e a gente não sabe. A gente acha que tá acompanhando tudo. Como não foi dentro de uma favela, foi fora. Dentro de favela o pessoal da favela já está mais organizado e acaba chegando na gente. Como aconteceu dentro do vagão do trem na Central, e saiu, realmente, uma matéria no Extra, mas ninguém viu na época. E aí quando eu saquei que fazia dois meses eu falei: cara, a gente precisa fazer alguma coisa. Essa mãe está aí até hoje sem saber o que fazer, por mais que o Rodrigo Modego tenha pego esse caso agora. Aí eu fiz um post que deu uma viralizada gigantesca.

Fez um post sobre o caso.

Sobre o caso e aí viralizou muito. Sei lá, milhares de curtidas e tal. E aí eu comecei... Eu consegui entrar em contato com a mãe, comecei a conversar com ela e falei: cara, vamos fazer um vídeo, né? Vamos entrevistar essa mulher. Aí eu chamei o SM1 e falei com o Rodrigo Mondego. Falei: Rodrigo vamos...

O Rodrigo é da...

Não, não. Ele é advogado. O Rodrigo Mondego é advogado que trabalha para o Wadih Damous, que é Deputado Federal do PT. Mas que é um advogado ativista também, está em todas as manifestações e tal. Mas é petista e tal... Ele ajuda, mas a gente não fica dizendo também... Em nome de quem que ele está trabalhando. Ele está ali fazendo mais que a obrigação, na verdade, né? A gente não precisa ficar fazendo propaganda, né? Mas tá ali, tá ajudando, tá fazendo a sua parte. E aí a gente foi gravar a entrevista lá com eles. Foi no gabinete que ele trabalha na Praça XV, em uma segunda-feira. Na terça-feira a gente foi lá em Austin, e fomos de trem, a gente foi até fazer todo o trajeto que o Matheus teria feito no dia da morte dele. E aí quando a gente chegou com o material para o Silnei, na terça-feira à noite, ele não tinha participado de nada. A gente explicou mais ou menos essa situação, do que tinha acontecido, de versões da polícia, do pai, da mãe, dos advogados... Falar dessa questão do racismo, que o advogado ele tem mais noção da questão do racismo do que os pais. Os pais... até a própria mãe falou um pouco da... Que quando o filho morreu ela ligou para a mãe dela, a avó do menino e perguntou "existe racismo?" Né? Ela é negra, o filho era negro, o marido negro e eles mesmos assim, o próprio negro não consegue às vezes saber que existe o racismo. De passar por situações... E como é velado o racismo, não... Então que a gente tinha

que ter essa delicadeza, na edição também, de como a gente introjetar esse tema, que os próprios pais também não. Em saber que eles... Você via uma mágoa da mãe, que ela não gostava da menina, então ela de alguma maneira culpando a menina pela morte. E a gente ter que fazer todo um trabalho psicológico com ela de: não foi a menina que levou ele para o mal caminho, entende? Que ela estava com loló. A menina estava com um loló e um baseadinho, entende? E ela de algum lugar, muito chateada porque ele era apaixonado pela menina e tava saindo de casa por causa da menina. Então tinha uma mágoa de uma mãe que ela ainda não tinha conseguido entender que ele não morreu por causa da menina, ele morreu por racismo. E aí nessa edição a gente também tinha que ter esse cuidado para colocar isso de uma maneira que os pais não ficassem muito chocados com o próprio vídeo. Teve essa discussão também de... Porque a hora que a mãe se emociona no vídeo é a hora que ela tá em um banquinho. Um banquinho de dobrar que ela levava todo dia o Matheus, desde que nasceu até os 15 anos de idade, para o trabalho. Então ele andava no trem todo dia com ela, que o carrinho não cabia, era lotado o trem, não tinha banco na época. E ela levava ele todo dia para o trabalho para ele não crescer influenciado pelo tráfico. Para ele não virar traficante e não morrer. Então aquele banco era a salvaguarda dela de que ela, tirando ele do tráfico, ele não ia morrer. E, enquanto o que mata não é o tráfico, é o racismo. E esse banco era o símbolo de uma coisa que ela achou que ia proteger, que ele ia morrer por causa de uma falsa guerra ao tráfico. Porque na verdade ele ia morrer porque o país é um país racista. O Brasil é um país racista. E para ela, ela está começando a digerir essa história de que o que matou é o racismo e não a guerra ao tráfico, e não porque a menina era usuária. Era outra coisa. Aquele banquinho não ia defender. Ele ia morrer de qualquer maneira. Quer dizer: ele teria grandes chances de morrer simplesmente pelo fato de ser preto. Independente de ele estar no tráfico ou não. Ele não estava. Ele morreu só por ser preto. Então teve toda essa delicadeza de também como contar essa história. E essa questão também política, do Rodrigo estar ali falando que ele era do - se apresentando falando que era advogado de um gabinete, de um deputado federal. E a gente falando, conversando com o Silnei: Olha, isso você coloca, isso você não coloca. A gente não precisa falar que ele é do PT nem em legenda. A gente está aqui para contar a história da Gilmara, a gente não está fazendo nenhuma campanha para partido nenhum. O Rodrigo é um cara parceiro, tá aí, tá com a gente, mas não interessa para quem ele está trabalhando. Ele tá fazendo mais que a obrigação dele que é defender um caso explícito de racismo, absurdo, em que essa mulher está desamparada,

essa família. Que moram lá em Austin, que é um bairro que não tem uma história muito grande de militância, de grupos de militância negra conhecidos, ou que sejam alternativa. Então ela está muito isolada. Ela é muito alienada nesse sentido de militância, né? E está sendo até difícil trazê-la para a realidade. Amanhã vai ser o primeiro dia das mães dela sozinha. Eu tinha combinado com ela de ir para lá e vou almoçar com a minha mãe e depois eu vou lá conversar com ela, ficar um pouco com ela. Que tem todo um trabalho com ela também. É o meu ativismo. Não vou fazer mais vídeos agora coma Gilmara, mas você também um trabalho meu, a pessoa, cidadã e que eu posso estar conversando com ela de o que está realmente acontecendo. Mas é uma coisa assim que tem que ser aos poucos, a longo prazo esse convívio nosso. De como eu vou trazer ela para cá, como ela... Eu acho que ela vai tomar mais a frente do que o marido. De como ela vai apresentar o vídeo. Porque a primeira vez que a gente apresentou foi logo uma semana depois de ter lançado o vídeo. Eu levei ela para um evento lá no Castelinho. Ela falou meia hora e...

E foi exibido lá?

Foi exibido, é. A gente exibiu em um evento. Até nesse que eu falei, que o Mídia Ninja estava junto que eu falei "Porra, era de favela, [não] era de mídia e tal e eles não tinham que estar aqui"

Ela já tinha assistido o vídeo antes ou foi...

Já tinha. Já tinha só que foi a primeira vez que ela falou em público. Foi a primeira vez que foi exibido, fora da internet, em algum lugar público.

O que ela achou na primeira exibição do vídeo?

Ficou bem emocionada, assim. E foi importante só que a fala dela foi toda muito culpando a menina. Era uma mãe ainda que você vê que não tem o discurso político formado e tal. E aí eu saquei e falei: eu tenho que conversar com a Gilmara antes, primeiro que ela está atacando uma mulher. Aí tem a questão feminista, a questão da mulher negra, do preconceito que ela era usuária e que a culpa... Que ela ainda não entendeu o contexto. Ela não pode vir a público, está muito ingênua a fala dela. Então a gente tem que meio dar uma... Não é uma preparada. Ela tem que se conscientizar. Gilmara, você vai falar isso, isso e isso.

Ela tem que entender, e ela tem que entender o jeito que ela vai expressar isso. Quem é o verdadeiro inimigo? Você vê que nem ela sabe. Ela ficou ali na histórico do banquinho, que o emblema. E como ela teve acesso á informação que o racismo existe no meio desse processo. Faz três, quatro meses. E agora que ela tomou conta de que foi racismo. E como ela ainda não consegue falar sobre isso, como ela não digeriu essa história. E aí o ativismo, o mídia ativismo, como a gente teve contato com ela... Não é fazer o vídeo e partiu e deixou. Ela tem que vir junto, que esse vídeo vai entrar para um festival, seria importante que ela fosse nesse festival. Que ela esteja acompanhando também esse processo. Ela é a maior interessada, né? De como a gente vai trazendo essas pessoas e empoderando essas pessoas com esse debate. Eu fui convidada para falar e por acaso uma semana antes desse debate a gente fez esse vídeo. Aí eu liguei para a curadora e falei: eu não quero falar, eu vou passar o vídeo e vou dar a minha fala para a Gilmara. Porque o nome do debate era: "Mídia ativismo e resistências/outras vozes". Então eu não quero, eu nem vou falar nesse debate, eu vou passar o vídeo e a Gilmara vai falar.

O Matheus, ele era muito viciado em pipa, em soltar pipa. Assim até os 18 anos e ele queria ser paraquedista. Na semana seguinte que ele morreu ele ia fazer uma prova final para paraquedista. A ligação dele com o ar, com voar, de querer ser uma pipa, alguma coisa assim de... Ele tinha passado todas as provas, todos os testes e tal. Ele ia entrar mesmo. Um menino que não tinha nenhuma passagem pela polícia, nada, nada. Lindo, lindo. Um menino muito bonito. E vaidoso. Todo tranquilo com a vida. E a mãe dava tudo. Se você vê a casa dela, a casa dela é impecável. Ele tinha roupa, usava roupa da Nike. A mãe dava tudo, fazia ele até mimado. Era filho único. Tinha tudo o menino.

Como foi a abordagem inicial com a mãe? Imagino que não deve ter sido fácil.

Não, ela foi... Quer dizer, eu falei com ela no Facebook, quando eu soube. Eu adicionei ela, falei por inbox com ela. Ela... tá abalada, mas é muito louco porque... não sei nem se eu consigo definir tanto porque... a gente aqui, falo eu: branca, moradora da zona sul, burguesa. A gente não tem esse contato com a morte do jeito que eles têm. A própria Gilmara já tinha perdido dois irmãos por causa de guerra ao tráfico. Então por isso que ela também tinha muito esse medo de tirar o Matheus da área para protegê-lo. Como se só o tráfico matasse e não o racismo. Então é... é completamente diferente. isso não só a Gilmara

mas todos os outros casos que eu acompanhei assim de pessoas que moram em favela - lógico que tem uma dor enorme, só que a morte de amigos, familiares, pessoas próximas é tão comum que parece que já é uma coisa meio que esperada. Parece que no começo eu sempre esperava um tipo de reação, como se eu fosse ver a minha mãe chorando, ou alguma pessoa branca e ter de lidar com a morte de uma maneira muito mais distante. E eu sinto que morte dói pra caralho, lógico, ela acaba com uma convivência, com uma presença. Ela é trágica, né? Mas como muda um pouco a reação das pessoas por ter sido uma coisa que já espera a vida inteira. Quer dizer, já é um lugar que eles... não é uma surpresa. Eles falam como aconteceu, mas eles... a sensação que eu tenho é que eles já se preparam a vida inteira para isso. Que isso vai acontecer com eles. Com eles mesmos, ou com o filho ou com uma irmã, um irmão ou com... Já é o esperado. Então eles já têm uma força, uma resistência maior para lidar, embora tenha dor, mas parece que eles são condicionados a vida inteira a acreditar e a entender, porque eles vivem isso e era o esperado, era o previsível. E ter uma carcaça que não tira a dor, lógico que você vê a dor ali, mas eu sempre me surpreendo assim de: que vida é essa, dessas pessoas que tiveram que naturalizar isso, imposto pelo Estado, isso de que a vida inteira isso já era esperado. E que algumas não conseguem não ficar nesse lugar de não fazer nada, que vão atrás de justiça, mas tem muitas mães vítimas de violência que ficam paralisadas e que acham "ah isso que é normal, isso que acontece, o meu filho é bandido, então o futuro de todo bandido é isso", tem muita mãe que fica quieta. Mas tem muitas mães que - por terem tido acesso a militância ou a grupos de direito humanos, ou tipo assim: isso não é normal. Olha, isso que está acontecendo com seu filho não é normal, bandido bom não é bandido morto, não existe pena de morte no Brasil. É errado, isso é racismo, isso é uma falsa guerra. Aí as mães que estão tendo acesso a esse tipo de informação, o que acontece, aí elas entram para a militância e elas passam a entender que isso não é normal.

Antes de vocês entrevistarem a mãe para o vídeo, vocês chegaram a discutir com ela questões sobre racismo ou isso ficou para depois?

Não, a gente só foi sacar isso depois. Que foi quando a gente tava...

Depois que vocês falaram de fato.

Depois que entrevistamos e eu acho que ela falou isso inclusive... Porque depois da entrevista ela foi levar a gente de volta na estação de trem, são uns 15 minutos de caminhada ali da casa dela até a estação e aí eu fui andando com ela, na frente, S1M estava atrás com o S2M.

E o nome do vídeo é "Um trem para Austin", que o Silnei que deu também a gente também debateu muito o título, como a gente ia colocar e tal e a sugestão que acabou que valendo, final, o melhor mesmo foi o próprio Silnei que deu. E várias sugestões assim, que aí tem isso, o trabalho de equipe. O quanto foi importante também, o Silnei não estar lá mas o quanto a consegui traduzir tudo para ele do que aconteceu, de ele ter tido a sensibilidade de música, que ele botou uma imagem de uma pipa voando preto e branca, e aí depois vem o texto lá dizendo que ele é apaixonado por pipas, que queria entrar para a brigada paraquedista do exército. Ele ia até entrar para o exército, para você entender assim que ele não era, não era mesmo, ele dentro da situação dele ali, queria ser paraquedista, ele [não] tinha uma cabeça que ia pegar em arma. Ma também toda essa sensibilidade de tudo isso que a gente conversou com o [?] de explicar a história e de, principalmente, mostrar o lado da vítima, de quem que ele era. Para não ter essa criminalização. De tomar um cuidado que... o discurso da mãe e do pai tinha que tirar qualquer menção negativa à namorada, que não era a namorada o problema.

Teve menções negativas e vocês cortaram [e fizeram uma ediçãozinha].

É teve, não muito, porque a mãe que fala mais e nesse dia o pai que falou mais. Porque ela falou: olha, ele que fica mais deprimido, ele que chora mais, isso aqui é importante para ele botar pra fora. Então ela deixou ele falar mais. E quando ela falou, acho que esse dia ela falou assim da menina, mas a gente falou: não vamos botar isso. E também no final eles fizeram vários videozinhos com raps falando, porque o apelido do Matheus era Monicão, que ele tinha os dentes grandes da frente. Então fizeram um rap do Monicão, uma música assim que a gente também pensou isso: Silnei pega esse vídeo que fizeram para ele com fotos - aquela coisa de fotinha, montagem de PowerPoint - e aí eles fizeram e botaram nas redes sociais. Que é a linguagem nossa, que somos os brancos, que estamos falando, mas a gente misturar essas linguagens. Que aí tem tudo: texto, texto, texto, tem uma música ali no

meio, nessa hora da pipa. é a sensibilidade do Silnei também de fazer a coisa, puxar um lado plástico, emotivo também, porque é muito duro tudo o que está sendo falado. Então para ter 13 minutos ele ter uma quebra no meio e aí no final termina com essa parte super emocionante que é a voz da favela também, a linguagem da favela, daquele vídeo, que eles fizeram, com as fotinhos dele, que é uma linguagem que é deles. E ter a nossa. E ter as duas. Isso eu quero dizer, é importante, ter a nossa linguagem e fecha com eles, a maneira que eles falaram sobre o assunto. Que é mais emocional, que é uma música ali de saudades, de cadê meu mano Monicão e tal, a música é linda e tal. Com essa música todo mundo chora. É forte, o menino é super bonito, aqueles cabelos black power, vários tipos de cabelo, você vê que ele era um menino, de 18 anos de idade. Aí você vê a história assim de: tomou um tiro no trem e aí a história que fizeram, colocou a mãe, ela ficou a madrugada inteira sem saber onde estava o filho, se tinha morrido ou não, onde estava o corpo. Aí os faxineiros da Central que, depois de 5 horas da manhã, ela chegou às onze da noite na Central aí 5h da manhã que foram contar para ela que ele tinha morrido mesmo. E que ela estava ali procurando sem saber, ela sabia que o celular tinha desligado, que ela não conseguia falar, que tinha acontecido alguma coisa porque ele não é disso. Ele não é disso e ela já sacou que tinha morrido, mas só um faxineiro que falou "cara, tá todo mundo escondendo aqui, sacanagem, ela tá aqui com o marido já há seis horas" E aí eles contaram para ela que: olha, realmente mataram o menino aqui, por assalto. Ela: cara, ele não assaltou, ele tinha celular, ele tinha relógio, ele tinha roupa. Tipo assim: o meu filho jamais faria isso porque ele tem tudo e mais um pouco, o meu filho nunca ia precisar assaltar. E é a loucura toda da história, e ela está até hoje digerindo. E aí tem todo esse trabalho também, esse cuidado que tem fazer: eu não vou tomar a responsabilidade para mim, né, com a Gilmar. Mas como eu fui a primeira pessoa que teve acesso, que fez o vídeo e tal eu fiquei em um contato com ela aí.

Só para registrar, o Silnei colaborava direto com a MIC?

Não, o Silnei fundou o Mariachi.

E aí ele trabalhou na edição do...

Desse vídeo do Matheus ele editou. Mas ele é o fundador do coletivo Mariachi.